

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ECONOMIA

CAPITALISMO DEPENDENTE E (CONTRA)REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL:

UM ESTUDO SOBRE A OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

*Este exemplar  
corresponde ao  
original da tese de  
fendida pelo aluno car-  
los Aguiar Nagel feita em  
19.12.91 e orientada pelo prof.  
Dr. Fernando Antonio Novais.*

*Antonio Nagel  
Rosa Hart*

CAMPINAS, JULHO DE 1991

P166c  
v.1  
15488/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

CAPITALISMO DEPENDENTE E (CONTRA)REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL:

UM ESTUDO SOBRE A OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

CARLOS AGUEDO NAGEL PAIVA <sup>1</sup>

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Instituto de Economia da Univer-  
sidade Estadual de Campinas sob a  
orientação do Prof. Dr. Fernando Antônio  
Novais, 1982.

*A Glaucia Campregher*

"Assim, pois, o marxista - quando considera necessário seguir sendo marxista - não se pergunta nunca se as condições particulares do desenvolvimento de um determinado país capitalista correspondem ou não, completamente, às condições gerais de desenvolvimento capitalista, uma vez que - em um sentido ou em outro - a resposta será sempre negativa; isto sim, se pergunta de que modo, sob que formas, com quais modificações e com que nível de evolução operam as leis gerais do capitalismo em um sistema concreto e determinado. Unicamente mediante o aprofundamento deste tipo de análise é possível discutir novos aspectos da sucessiva evolução histórica, ainda não explorada pela investigação anterior, para, desta maneira, enriquecer e desenvolver a mesma análise das leis gerais "

V. Gerratane, Lênin e a dessacralização do Estado

"A história, uma vez aberta ao dinamismo, não contempla atos gratuitos e inconsequentes - ela devora, segundo uma idéia que seria cara a Hegel, homens e instituições."

Raymundo Faoro, Os Donos do Poder



## AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos necessariamente será grande se se tem em vista a amplitude do objeto que se quis abarcar e o número de anos (ainda maior) que levamos para dar uma redação às idéias que iam se sedimentando. Contudo, vale a pena correr o risco da injustiça e explicitar o nome de algumas pessoas que se tornaram inesquecíveis nesta trajetória.

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer aquelas pessoas que contribuíram de forma indelével para a consolidação de nossa própria leitura da Economia Política, substrato de todas as considerações presentes neste trabalho. Dois professores marcaram nossa trajetória nos escaninhos da "triste ciência" mais do que quaisquer outros: Achyles Barcelos da Costa e Mário Luiz Fossas. À seriedade acadêmica e a amplitude dos horizontes de ambos, vem a se somar uma atenta dedicação às tarefas da docência que não pode deixar de marcar todos aqueles que contam com o privilégio haverem lhes escutado e seguido suas orientações. É preciso agradecer ainda a contribuição daqueles colegas que, sempre abertos a ouvir e refletir sobre nossas dúvidas e elocubrações (mesmo as mais disparatadas), enfrentam-nas com a gentileza e a argúcia que os eleva a condição de legítimos mestres. Dentre os inúmeros colegas (do CEDE, em Porto Alegre, e do mestrado, em Campinas)

que cumpriram este papel para nos, três não poderiam ser esquecidos neste momento: Arno Augustin Filho, Carlos Henrique Vasconcellos Horn e Helio Henkin.

A redação da dissertação é, certamente, a parte mais difícil de um curso de mestrado. Esta tarefa torna-se muito mais simples, contudo, quando conseguimos não apenas circunscrever com a máxima clareza mas, igualmente, nos apaixonarmos por um dado objeto. Estes dois movimentos foram possíveis a partir da intensa colaboração que recebi daquele núcleo de professores do Departamento de Economia da Universidade de Uberlândia que, na luta dioturna pelo aprofundamento da interpretação crítica da sociedade e da economia brasileiras, me indicou o resgate da obra historiográfica de Florestan Fernandes como um veio importante e extremamente rico de investigação. Ao conjunto destes colegas, os meus mais sinceros agradecimentos. E, dentre estes, um agradecimento muito especial a Paulo Antonio de Oliveira Gomes e a Carlos Antonio Brandão. Sem o estímulo e o apoio persistente destes dois colegas e amigos, dificilmente este trabalho teria as qualidades que tem e, certamente, teria muito mais defeitos.

Mas não basta uma clara definição do objeto para que um trabalho ganhe a densidade de uma dissertação científica. Neste processo, o papel de uma orientação segura e competente - capaz de cercear eventuais devaneios e fugas ao veio principal da pesquisa proposta sem, simultaneamente, cercear a criatividade e independência teórica do pesquisador - é absolutamente fundamental. Não é fácil descrever com que sensibilidade e competência o Prof. Fernando Novais exerce suas tarefas

de orientação. O mínimo que posso dizer é que, não houvesse o Prof. Novais concordado em ser nosso orientador, dificilmente este trabalho poderia encontrar seu termo. Por isto - e por muito mais, que só aqueles que tiveram o privilégio de trabalhar sob sua orientação podem efetivamente entender - sou-lhe profundamente grato.

A produção científica num país "dependente" não é tarefa fácil. As dificuldades materiais que se impõem para o processo de pesquisa, se soma o inexorável desgaste psicológico associado à insegurança com relação a adequação do próprio trabalho às exigências (ainda tão mal determinadas e normatizadas) da consistência acadêmica. Tal situação apenas demonstra a desvalorização relativa do trabalho de pesquisa em nossa sociedade: enfrentá-lo não é uma tarefa "normal", mas um permanente "nadar contra a corrente". Nesta empreitada, contei, em diferentes momentos, com o apoio de três instituições de pesquisa - CNPq, Fapesp e Capes - e não poderia deixar de agradecer às suas direções e técnicos, que realizam um importante trabalho a nível nacional. O caráter complexo e plurideterminado das dificuldades que se impõem sobre a produção científica em nosso país, contudo, não pode deixar de circunscrever o alcance da ação destas instituições. Inúmeras vezes, só do apoio objetivo daquelas pessoas que, por nos amarem, fazem dos nossos sonhos também os seus, conseguimos a impulsão necessária para continuar em uma dada empreitada. Ao longo do largo período no qual estive envolvido com o curso de mestrado, três pessoas cumpriram de forma destacada este papel para mim: Hilda Nagel e Águedo Soares de Paiva - que, mais que meus avós e amigos, são outros pais -, e Job

laboada Koehler - que, mais do que amigo, é um irmão. A eles, sou eternamente grato.

Não poderia deixar de agradecer ainda a uma pessoa que cumpriu um papel muito particular na realização desta dissertação. Muito provavelmente, a parte mais substantiva da bibliografia utilizada neste trabalho tenha vindo da biblioteca em seu escritório, do qual tomei posse inúmeras vezes mesmo sabendo dos transtornos que isto acarretava as suas próprias atividades. Ninguém leu esta dissertação com mais atenção e carinho, nem a criticou de forma tão detalhada e exigente. Não é preciso dizer que, inúmeras vezes, por teimosia ou incapacidade de apreender com suas críticas, insisti em meus pontos de vista. Mas, em tantas outras, fui retirado de caminhos equivocados a partir de sua desaprovação certeira. Quero agradecer a Lizia Helena Nagel, minha mãe, amiga e mestra.

Finalmente, quero agradecer a uma pessoa muito especial. Colega de mestrado, de atividades docentes e de militância partidária, foi quem definitivamente me conquistou para o estudo da obra de Florestan Fernandes. Jamais teria encontrado coragem para enfrentar este objeto, não fosse o apoio que a solidez de seu materialismo e de sua leitura da dialética significavam para o enfrentamento das questões mais difíceis postas pelo mesmo. Sequer me era possível iniciar a redação de um tópico mais complexo sem discutir exaustivamente meus pontos de vista consigo. E quando a maior parte das questões candentes encontrava-se equacionada, concordou em assumir aquelas tarefas domésticas que me diziam respeito, adiando a redação de sua própria dissertação em meu benefício. Quero

agradecer a minha mulher, Glaucia Campregher, a quem dedico este trabalho que, na verdade, já nasceu seu.

## S U M Á R I O

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
PRIMEIRA PARTE - O MÉTODO : SEM MEDO DA CONTRADIÇÃO .....	15
CAPÍTULO I - MARXISMO E SOCIOLOGIA : DO ECLETISMO AUTOCRÍTICO A SUPERACÃO OBJETIVA DO ECLETISMO .....	16
CAPÍTULO II - FLORESTAN E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA : EM BUSCA DA SUPERACÃO PELA SÍNTESE .....	56
CAPÍTULO III - CAPITALISMO E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL : NA PERSPECTIVA DA LÓGICA DO TEMPO E DA ESSÊNCIA .....	84
1. Capitalismo e pré-capitalismo no Brasil.....	85
2. Revolução e contra-revolução na transição brasileira para o capitalismo.....	115
CAPÍTULO IV - IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA : NA PERSPECTIVA DA DIALETICA ENTRE O TODO E SUAS PARTES .....	156
1. Para a crítica das interpretações críticas à teoria da dependência na obra de Florestan Fernandes .....	156
2. Sobre os fundamentos da teoria da dependência em Florestan Fernandes .....	192
3. Breves considerações sobre o Imperialismo e a dinâmica das economias capitalistas maduras dependentes .....	210
SEGUNDA PARTE - A HISTÓRIA : EM BUSCA DO TEMPO PRESENTE .....	243
CAPÍTULO V - A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA NACIONAL .....	244
CAPÍTULO VI - A ERA COLONIAL .....	272
1. Os fundamentos materiais do Antigo Sistema Colonial .....	272

2. A economia e a sociedade colonial brasileira .....	285
3. A crise da era colonial .....	316
<b>CAPÍTULO VII - A ERA NEOCOLONIAL .....</b>	<b>324</b>
1. Emergência e consolidação da era neocolonial .....	324
2. Dinâmica e crise da era neocolonial .....	358
<b>CAPÍTULO VIII - A ERA CAPITALISTA DEPENDENTE .....</b>	<b>388</b>
1. A transição para a era capitalista dependente e o de- sencadeamento da (contra)revolução burguesa .....	388
2. Desenvolvimento e crise da etapa competitiva do capita- lismo dependente no Brasil .....	419
2.1. Considerações iniciais .....	419
2.2. O padrão competitivo dependente de desenvol- vimento capitalista e seus limites: uma inter- pretação da leitura de Florestan Fernandes .....	436
3. A etapa monopolista do capitalismo dependente e o desen- volvimento da autocracia burguesa no Brasil .....	460
3.1. A opção pelo "desenvolvimento associado" e a emergência do capitalismo monopolista .....	460
3.2. Contradições do capitalismo monopolista depen- dente e a transição para a autocracia burguesa aberta.....	473
3.3. Desenvolvimento e crise do capitalismo monopo- lista dependente sob autocracia burguesa aberta.....	491
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>518</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>524</b>

## INTRODUÇÃO

(ou, "Porque é necessário fazer a recuperação teórica da produção historiográfica de Florestan Fernandes")

Passados mais de dez anos das primeiras manifestações sólidas da crise econômica brasileira - e após a adoção de inúmeros "pacotes econômicos", assentados sobre distintas interpretações de seus determinantes centrais e sobre "paradigmas teóricos" os mais diversos -, a continuidade e aprofundamento do processo inflacionário, da concentração de renda, do estrangulamento externo e da substantiva queda da taxa de crescimento da economia, não permitem mais o escamoteamento do caráter eminentemente estrutural e global dessa crise, incontornável a partir de políticas econômicas "tópicas" e de "curto prazo". Mais do que isto, a profundidade e a continuidade das crises brasileira e latino-americana põem em xeque a própria teoria econômica "tradicional" e suas práticas, que não conseguem mais encontrar sustentação pública a partir da mera repetição do complexo (e, via de regra, convenientemente inacessível) jargão do especialista em economia.

O nível de descrédito que o "saber econômico" alcançou, nos últimos tempos, entre os setores mais críticos e organizados da sociedade civil, é algo que ainda não foi devidamente avaliado pelos profissionais desta área, contrastando de forma chocante com a sobranceira segurança e auto-suficiência que nossos tecnocratas de plantão insistem em aparentar. Vem se delineando, contudo, ao longo deste processo de crescente perda de credibilidade pública das "práticas econômicas", um sutil movimento: se, num primeiro momento, questionava-se a "competência" dos distintos articuladores das políticas econômicas, bem como a correção e



sustentação teórica e científica de suas análises, cada vez mais, o que passa a ser questionado são os interesses não-confessados que sustentam a sucessão dos aparentes "equivocos". Afinal, a recorrência de políticas que (ao menos para os "leigos") já haviam demonstrado sua ineficácia, associada à inflexibilidade de uma trajetória marcada pelo arrocho salarial, pela manutenção de altos níveis de desemprego, pela sustentação de elevadas taxas de juros (garantidoras de um maciço processo de especulação e valorização fictícia), e pela crescente defasagem tecnológica e industrial, começam a sugerir que, por trás da "incompetência" de tantos e tão "distintos" (sic) economistas, se escondam sólidos interesses de classe, ideologicamente mascarados. Em um artigo quase irado, publicado na revista *Isto é - Senhor*, de 20 de fevereiro de 1991, logo após a edição das medidas provisórias constitutivas do "Plano Collor II", um dos mais produtivos e ponderados intelectuais brasileiros, Raymundo Faoro, explicita esta perspectiva de maneira que não poderia ser mais clara:

"Nunca os economistas falaram tanto, acerca de tantas coisas e de nada. ... Eles entraram em cena, saídos inicialmente das Escolas de Engenharia, num ramo, das Escolas de Direito, noutra galho, como críticos sociais - no papel de intelectuais. ...

.....  
Ainda recentemente, um livro que causou sensação entre nós, de Rusel Jacoby, ... lançou o canto do cisne aos intelectuais moribundos. ...

Estes "intelectuais públicos" têm o encargo - talvez a missão - de desagradar a todos, o centro, a direita e a esquerda, gregos e troianos, em nome da verdade. ... Mas, adverte o autor: "... o perigo de ceder a um novo latim, uma nova escolástica isolada da vida do grande público, torna o futuro cada vez mais sombrio. Embora os jargões profissionais e arcanos possam ser um refúgio e uma necessidade, podem ser também uma desculpa e uma fuga.

Aqui está - na desculpa e na fuga - o *punctum saliens*, como se lê numa camiseta em desfile junto ao lago de Brasília. O economista, escudado no título universitário ou no economês, nada mais há do que o disfarce, a simulação de uma independência mentirosa. ....

Trata-se, na verdadeira profissão confiscada, de intelectuais que se passam por intelectuais, herdeiros de uma gloriosa linhagem, títeres de interesses não confessados, aspirantes à

*tecnocracia, que é, mudadas as letras, uma bancocracia, uma empresariocracia, ou uma cracia em busca de empregos e de patrões.*"<sup>1</sup>

A crítica é, sem dúvida alguma, violenta, e surpreende por sua inflexão generalizadora; particularmente se se tem em conta que parte de um intelectual de orientação política liberal, não identificável com qualquer "esquerdismo" ou "iconoclasmo infantil". Por isto mesmo, a virulência do julgamento e sua abrangência, deve ser ponderada e avaliada (auto)criticamente por aqueles que não se identificam com a prática teórica e política dos "economistas do poder".

Na raiz da crítica faoriana - como bem o sabe qualquer leitor que acompanhe suas atividades como jornalista, intelectual e homem público - está um ataque ao autoritarismo das soluções "tecnocráticas" que, na sua arguta perspectiva, mais do que ineficazes não passam de manipulações dos instrumentos coercitivos do Estado para a articulação de interesses sociais que são, perversa e pervertidamente, mascarados sob a forma de "imposições técnicas". Em suma, a crítica de Faoro nada mais é do que a crítica à funcionalidade ideológica da subordinação à leitura tecnocrática de mundo, vale dizer, à leitura segundo a qual, entre o "tecnicamente possível" e o "política e idealisticamente desejável", existe uma distância quase infinita, somente compreensível pelos portadores de um saber "científico inassimilável pelas massas populares". Neste sentido, o conteúdo generalizador de sua crítica é, de fato, pertinente, pois não atinge apenas aqueles economistas que atuam no interior do poder e se identificam política e conscientemente com as

1 FAORO, Raymundo. "A traição das conviências". In: *Isto é - Senhor*, número 1117, 20 de fevereiro de 1991, Editora Três Ltda., São Paulo, SP (o grifo dos dois últimos parágrafos é meu).

práticas tecnocráticas. Ela atinge igualmente aqueles que, mesmo sem terem consciência do fato, subordinam-se à lógica da tecnocracia através da assimilação de seus fundamentos. Vale dizer, aqueles que - sob o signo da reificação das relações sociais - se deixam seduzir pelo materialismo vulgar e pela fantasia de uma ciência e de uma técnica neutra e sobranceira aos interesses de classe e às contradições da sociedade.

Romper com esta auto-circunscrição - determinada pela assimilação do fetiche, que propõe que o objeto de investigação econômica caiba dentro dos limites das relações de mercado definidas na esfera da circulação, onde atuam proprietários livres, iguais, fraternos e bemthanianos - só é possível na medida em que se faz a crítica rigorosa da economia (pura e) política enquanto discurso e objeto. Em outras palavras, somente a partir de um outro arcabouço teórico - assentado sobre o resgate radical das determinações sócio-históricas de cada processo de acumulação capitalista e sua crise - será possível enfrentar o discurso do poder e suas práticas.

Tal processo envolve, necessariamente, a recuperação do projeto teórico do marxismo, que propõe que a economia política seja e não seja - rigorosa e simultaneamente - uma ciência. E isto porque seu ponto de partida e objeto - a reificação das relações sociais e a subordinação dos homens à lógica da mercadoria e do capital - é uma contradição que não faz mais além de se desenvolver. Expliquemo-nos: a subordinação dos homens à lógica das coisas é real e não imaginária. Entretanto, a lógica à qual se subordinam não é imanente às coisas enquanto tal, mas a uma certa ordem social que se desenvolve impositivamente e que, ao fazê-lo,

não apenas nega crescentemente seus próprios princípios constitutivos e aparentes - a igualdade substancial entre os agentes e entre as relações de intercâmbio -, como o faz em termos tais que impedem a continuidade de qualquer processo de auto-regulação pelos "mecanismos inconscientes do mercado". Assim é que a luta de classes, o Estado, e as crises não são desenvolvimentos externos à lógica da mercadoria e do capital, mas desenvolvimentos rigorosamente imanentes a estes. Mais do que isto: se as classes, o Estado e as crises não podem ser compreendidas antes da compreensão da lógica pura da mercadoria e do capital (como Marx mais de uma vez afirmou em seus textos metodológicos), estes últimos - *dialeticamente* - tampouco podem continuar sendo compreendidos de forma autônoma, a partir do momento em que, lógica e historicamente, gestam os primeiros. Estes princípios - tantas vezes ensinados por Marx, e tantas vezes esquecidos - são o próprio fundamento da percepção de que, apesar das aparências em contrário, a economia política - a "ciência do fetiche" - não pode ser mais do que um ponto de partida impositivo da verdadeira ciência, a ciência da história, única capaz de, efetivamente, dar conta do processo de reprodução, regulação e transformação da sociedade capitalista.

Para aqueles que compreendem e aceitam estes desenvolvimentos, é fácil romper com a subordinação ao discurso ideológico do tecnocratismo positivista que procura circunscrever todo o debate em torno da crise econômica atual e das políticas de "enfrentamento" (sic) das mesmas aos cânones acépticos e "esquizofrênicos" da economia pura.

Contudo, a dificuldade dos "economistas" brasileiros ("críticos" ou não) em darem este salto, revela a debilidade da implantação teórica (e

prática) do marxismo em nosso país. Este quadro - que transcende em muito as determinações de caráter internacional postas pelo trágico processo de "constituição/hegemonia/crise" do stalinismo e dos "socialismos burocráticos" - só pode ser entendido a partir das particularidades (onde o caráter "tardio" é apenas um dos elementos) do capitalismo e da sociedade de classes brasileira. Ou seja: exatamente como propõe o materialismo histórico e dialético, não se pode tentar compreender a debilidade da leitura teórica dos economistas brasileiros - que, estejam à esquerda ou à direita do espectro político, acabam por se subordinar à lógica do tecnocratismo - a partir de determinações "ideais", que só podem nos conduzir a críticas de conteúdo moralista. Tal debilidade tem de ser buscada nas determinações sócio-materiais, capazes de dar conta das especificidades de nosso capitalismo e da luta de classes que se trava internamente. Ou ainda: buscar os determinantes da crise prático-teórica da "ciência econômica" no Brasil e buscar entender os determinantes particulares da crise geral de reprodução social pela qual passamos são dois momentos de uma única investigação, *ambos subordinados à compreensão geral da especificidade histórico genética de nossa sociedade de classes.*

é mais do que evidente que uma tal tarefa não é compatível com qualquer esforço individual. Felizmente, contamos com sólidos pontos de partida para a realização deste último movimento. Contrastando, de forma marcante, com a própria debilidade denunciada acima na produção teórica em economia, a historiografia brasileira conta com algumas contribuições críticas - iluminadas, imediata e conscientemente, ou mediata e inconscientemente, pelo materialismo histórico - que enfrentam e questionam pontos fulcrais da peculiar formação histórica e social

nacional. Esta rica produção historiográfica não será - assim como, em sentido oposto, não pode sê-lo a debilidade crônica da "economia crítica" nacional - fruto da ação e inteligência de "alguns homens de gênio". Antes pelo contrário, ela será a expressão do fato de que nosso capitalismo se consolidará sob a égide da "lei de desenvolvimento desigual e combinado", o que implica dizer que - a despeito de sua "tardeza" e "lerdeza" - carregará em seu interior, desde seus primórdios, elementos de profunda modernidade. Esta "modernidade cercada de atraso por todos os lados" manifestar-se-á em diversos níveis, inclusive na articulação de argutas interpretações, capazes de resgatar as contradições nodais de nosso peculiar processo de desenvolvimento capitalista.

Dentre os autores brasileiros de inspiração marxista que se afirmam teoricamente no sentido de buscar apreender as determinações históricas de nosso peculiar processo de desenvolvimento capitalista (analisado dentro de uma perspectiva totalizante em suas manifestações e rebatimentos os mais diversos) chama a atenção - pela produtividade, rigor e competência no resgate sintético das principais contribuições críticas em torno do tema, a contribuição de Florestan Fernandes. Sem dúvida alguma, a obra deste autor não ocupa um lugar qualquer no interior da "história da inteligência brasileira". De uma forma ímpar, Florestan conseguiu articular uma intensa vida de militante político e uma atividade jornalística marcante, com uma produção teórica que espanta, *antes de mais nada*, pela produtividade. Efetivamente, sem que se considerem os pequenos ensaios publicados apenas em revistas e coletâneas, Florestan Fernandes conta com uma obra publicada (a maioria dentro do circuito comercial) que gira hoje em torno de meia centena de

títulos. Mais do que isto: o espectro teórico abrangido por tal obra é de extrema significação. É isto porque, antes de ser "enciclopédico", é rigorosamente totalizante, abarcando, a *partir de uma investigação orgânica e internamente articulada*, desde a crítica epistemológica às diversas correntes das ciências sociais, passando pela crítica à prática e às formulações teóricas da intelectualidade brasileira, e atingindo (ponto de partida e de chegada) a forma de uma determinada interpretação da sociedade de classes no Brasil e do peculiar movimento de crise que lhe é imanente. Assim é que, refletindo sobre a crônica debilidade da produção teórica das ciências sociais- (e da sociologia em particular) no Brasil e na América Latina, nos dirá:

"A grande barreira à expansão da sociologia científica encontra-se na capacidade de inovação institucional dos países latino-americanos. As condições materiais e morais de vida dão alento e sentido a processos que nos fazem parte efetiva e consequente da moderna civilização ocidental. Todavia, elas não contêm ou mal começam a manifestar os caracteres estruturais e dinâmicos que assentam em bases orgânicas e persistentes o crescimento da referida civilização. Essa afirmação é particularmente verdadeira em relação a complexos culturais que requerem transformações simultâneas nos modos de organizar a vida e de representar o mundo, como ocorre com a ciência."

E, refletindo sobre os limites objetivos impostos mesmo àquela produção que se pretende crítica, nos lembra que:

"A formação e o crescimento das instituições científicas pressupõem opções mais ou menos profundas da coletividade, pois se fundam em decisões sobre a maneira de aplicar recursos materiais escassos e energias humanas produtivas. As condições de existência social, predominantes nos países da América Latina, ainda não conduziram o homem comum a compreender a importância teórica e prática das ciências sociais. ....  
... Recém-egresso de um mundo moral em que a ciência tinha acanhado relevo, o fator humano revela inconcistências básicas. A

socialização do homem para os seus papéis sociais requer a existência de instituições plenamente integradas; em nosso caso, não só carecemos das instituições - somos desafiados a inventá-las ou a reproduzi-las através de modelos relativamente insatisfatórios.<sup>3</sup>

O que estas observações deixam claro é que, na concepção de Florestan Fernandes, o ponto fulcral do processo inibidor da produtividade científica, de caráter crítico, em âmbito nacional, encontra-se em determinações estruturais e materiais. Estas determinações não inibem apenas a constituição de uma produção científica efetivamente autônoma, criativa e original, mas também, a efetiva consolidação do conjunto das instituições que garantem plena eficácia ao funcionamento da ordem competitiva assentada sobre classes sociais. De acordo com nosso autor:

"... torna-se patente que [no Brasil e na América Latina] o 'amadurecimento do capitalismo' não está contribuindo para imprimir ao regime de classes as funções de desagregação social de vícios, tradições e estruturas pré-capitalistas, que o capitalismo não preencheu no passado ou que só perfilhou de modo pouco efetivo. ... Na verdade, [tal capitalismo] requer o renascimento e a revitalização, sob novos símbolos, de atitudes, valores e formas de opressão e exploração típicos do 'antigo regime' (identificado na linguagem de senso comum como a 'velha oligarquia').

... Sob um novo clima de temor, pânico, de compulsão repressiva e de abuso do poder político institucionalizado, as classes possuidoras e privilegiadas tentam reconstituir a grande façanha política da oligarquia tradicional, aplicando à participação social ampliada das massas no poder o modelo desmoralizado da democracia restrita. *Dentro desse clima e sob tais propósitos, as classes não podem contribuir para acelerar a criação de condições essenciais sequer à estabilidade e à consolidação da ordem existente (e, portanto, para o desenvolvimento do capitalismo).* ...

Em conseqüência, o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade a arcaização do moderno. *A inovação parece ser a regra: a 'nova mentalidade industrial', as 'novas estruturas econômicas', a 'política para o*

3 Idem, pp. 150 e 151.



desenvolvimento etc. são os novos símbolos e orientações de valores dessa era. Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidora, a superconcentração de renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente, etc.<sup>4</sup>

Ou, de forma ainda mais clara:

"... o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento auto-sustentado e de desenvolvimento autônomo. Em consequência, classes e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes"<sup>5</sup>.

O circuito teórico se fecha, assim, com um conjunto articulado de proposições: as circunscrições ao desenvolvimento econômico autônomo e auto-sustentado determinam a debilitação das instituições que dão estabilidade e agilidade à sociedade de classes e à economia de mercado; este "congelamento da ordem", por sua vez, aprofunda a perda de dinamismo econômico e social interno, aprofundando o caráter heteronômico de nossa inserção na economia mundial; na medida em que as impulsões externas perdem instensidade ou mostram-se francamente negativas, abre-se uma crise de reprodução social que não consegue ser debelada pela classe dominante ou por seus representantes orgânicos, que buscam, desesperadamente - a partir de políticas tópicas e de caráter "tecnocrático" -, transferir o ônus da crise para o conjunto dos setores desapropriados da população. As particularidades históricas da sociedade de classes que se gesta sob este tipo de capitalismo, debilitam a

4 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975. pp.40, 41 e 42.

5 Idem, p.35.

conformação não só de um sólido contra-discurso teórico, como de uma oposição prática às políticas sociais da burguesia, capaz de obter vitórias (ainda que parciais) no interior da ordem estabelecida.

A tese global é, sem dúvida alguma, instigante, extremamente bem articulada internamente, e portadora (por sua aderência aos fatos transcorridos) de elevado poder de explicação potencial da complexa e dramática realidade política e econômica brasileira contemporânea. Saliente-se ainda, a seu favor, que ela não resulta de um arranjo *ad hoc*, consolidado *ex-post festum*. Sintomaticamente, os dois textos aqui citados resultam de trabalhos escritos em períodos em que a ideologia dominante (que impregnava não só o senso comum, mas parcela expressiva da produção intelectual brasileira, inclusive aquela de pretensões críticas) buscava afirmar - com base em aparentemente sólidas evidências materiais - a capacidade do Brasil encetar um sólido processo de crescimento econômico auto-sustentado que serviria de base a profundas mudanças sociais internas, articuladas dentro da ordem. Referimo-nos, evidentemente - como as referências bibliográficas anteriores denotam -, à transição entre os anos 50 e 60 (fase áurea do "nacional-desenvolvimentismo") e aos primeiros anos da década de 70 (ápice de nosso fugaz "milagre econômico").

Evidentemente, contudo, estas são determinações insuficientes para garantir a cientificidade e a efetiva aderência à realidade da lógica e da hierarquização de fatores explicativos presentes na leitura de Florestan Fernandes. O enfrentamento destas questões só pode se dar a partir de uma exaustiva análise crítica de sua obra. Seja, porém, em função da grandiosidade e complexidade da obra do autor; seja em função

da rápida evolução das "modas intelectuais" no Brasil (que, com espantosa "flexibilidade", faz *tabula rasa* de toda a produção teórica que não esteja articulada com a última "onda epistêmica"); ou seja, ainda, porque - entre os economistas - os esforços intelectuais, na última década, foram despendidos fundamentalmente com a montagem e "crítica" das políticas de *curto prazo* articuladas pelos governos de "transição democrática"; esta é uma tarefa que ainda está por ser feita<sup>6</sup>. A carência de tal avaliação contrasta fortemente com a importância de sua realização; e isto não só pela produtividade "atual" e "potencial" da obra de Florestan, *mas, igualmente, pelo fato insofismável de que sua obra não foi construída fora e acima de seu tempo, sendo, por isso mesmo, igualmente (ainda que em graus e formas distintas) vítima das limitações objetivas que se impõem sobre o conjunto da produção teórico-crítica brasileira.*

Sem que tenhamos a pretensão de ignorar as sólidas determinações objetivas que obstaculizaram, até hoje, o resgate crítico da obra de Florestan Fernandes - em particular no que se refere à complexidade e dimensão da mesma -, é nossa intenção realizar, nesta dissertação, uma avaliação crítica daquele que nos parece ser o ponto fulcral (identificado por nós, acima, como seu "ponto de partida e de chegada")

é bem verdade que alguns esforços neste sentido foram encetados. Entre estes, chama a atenção - pela abrangência e a participação de alguns dos mais expressivos representantes do pensamento crítico brasileiro - o seminário em torno da obra de Florestan Fernandes organizado pela UNESP (sob coordenação de Maria Angela D'Incao) em maio de 1986. Os resultados deste seminário - que foram publicados no ano seguinte sob os auspícios das Editoras Unesp e Paz e Terra com o título de *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes* - são uma das fontes mais importantes hoje disponíveis para a avaliação da obra desse autor. Contudo - como Florestan Fernandes mesmo observou em sua preleção no encerramento do encontro -, este foi estruturado de forma a privilegiar as considerações individuais em detrimento da discussão e confrontação das distintas leituras críticas, o que impossibilitou qualquer tentativa de síntese e de articulação de uma avaliação mais conclusiva.

da referida obra: a leitura em torno do peculiar padrão de acumulação e reprodução capitalista brasileiro, referido às condições históricas de emergência e consolidação deste modo de produção em nosso país. Para tanto, selecionamos dois textos básicos - "A Revolução Burguesa no Brasil" e "A Sociedade Escravista no Brasil" - que, produzidos na maturidade do autor, sintetizam, de uma forma superior, suas idéias sobre o tema.

Como é evidente a partir de nossas observações acima, não pretendemos realizar tal resgate crítico da obra historiográfica de Florestan Fernandes a partir da metodologia que referencia tradicionalmente a "ciência econômica", seja ela "pura" ou "política". Nossa perspectiva metodológica é outra, assentada que está sobre o materialismo histórico e dialético e em sua conclusão necessária na "crítica da economia política". Isto significa dizer que procuraremos fazer o resgate e a crítica da obra histórica de Florestan Fernandes a partir de uma dupla perspectiva, *simultaneamente totalizante e centrada na busca e explicitação das determinações econômico-materiais dos processos analisados por este autor.*

Com vistas a este objetivo, dividimos nossa dissertação em duas partes, comportando, cada uma delas, quatro capítulos. Na primeira parte, encetamos uma avaliação crítica daqueles pontos de partida teórico-metodológicos (a 'sociologia' e a 'historiografia brasileira' não-marxistas) e categoriais ('capitalismo, sociedade de classes e revolução burguesa', e 'dependência') de Florestan Fernandes, que são encarados como "problemáticos" por parcela expressiva da literatura crítica de extração (ou, pelo menos, de "pretensão") materialista

histórica no Brasil. Na segunda parte buscamos sintetizar (e, por vezes, apresentar sob nova forma, de acordo com as possibilidades abertas pelas conclusões do capítulo primeiro) as principais idéias de nosso autor em torno da transição e consolidação da peculiar ordem capitalista brasileira presentes nos dois textos por nós selecionados como objeto de análise. Finalmente, com base nos desenvolvimentos anteriores, apresentamos uma breve conclusão onde buscamos demonstrar a atualidade e relevância da obra de Florestan para a apreensão teórica das reais e substantivas circunscricões à continuidade e aceleração do desenvolvimento capitalista em nosso país.

PRIMEIRA PARTE

O MÉTODO : SEM MEDO DA CONTRADIÇÃO

CAPÍTULO I - MARXISMO E SOCIOLOGIA : DO ECLETISMO AUTO-CRÍTICO À  
SUPERACÃO OBJETIVA DO ECLETISMO

Realizar uma avaliação crítica dos trabalhos historiográficos fundamentais de Florestan Fernandes em torno da transição brasileira para o capitalismo é uma tarefa árdua. E isto porque - antes de qualquer consideração em torno da complexidade do próprio objeto de estudo, ou da amplitude do conjunto da obra deste autor (que referencia seus trabalhos historiográficos) - Florestan Fernandes é um autor que constrói sua produção a partir de um duplo referencial, cuja compatibilidade é, no mínimo, discutível: o referencial da sociologia acadêmica (em particular do estrutural-funcionalismo) e o referencial do marxismo.

O reconhecimento do caráter contraditório destes referenciais é tradicional na literatura de teoria das ciências sociais. Em uma coletânea recentemente publicada pela editora UNESP, intitulada *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, um conjunto expressivo de ensaístas dedicará atenção a esta dimensão polêmica da obra de nosso autor. Entre estes, encontra-se Herminio Martins, que - a despeito do caráter "impressionista" e algo inconclusivo de sua contribuição - nos lembrará que a polêmica em torno da dupla referenciação de autores que se pretendem simultaneamente marxistas e "sociólogos", "antropólogos", "cientistas políticos", etc., é, por assim dizer, clássica, confundindo-se, no limite, com a discussão em torno da legitimidade das ciências sociais particulares. E Martins, ainda, quem nos lembra que, no interior desta polêmica, despontam - pela importância mesma dos autores - as

contribuições de Gramsci e Lukács. Estas contribuições são marcadas pela crítica em relação às tentativas de construção de uma "sociologia marxista" e avançam (de modo particular em Lukács) no sentido de uma crítica ao próprio projeto da sociologia enquanto ciência particular e relativamente autônoma frente à história<sup>7</sup>. Vão no mesmo sentido, as observações de José Paulo Netto, que, em sua primorosa introdução à coletânea de ensaios de Lukács, editada na série Grandes Cientistas Sociais, recorda-nos que a polêmica deste autor com a sociologia marca sua produção teórica desde os primeiros textos especificamente marxistas. De acordo com Netto:

"é relevante notar que, em *História e Consciência de Classe*, Lukács não polemiza apenas contra o que chama de "marxismo vulgar" da II Internacional: obliquamente, dirige sua crítica contra a sociologia, então caracterizada como "ciência burguesa". Esta crítica é tão radical que Rusconi observa, corretamente que "a contraposição entre sociologia e concepção dialética... não é uma distinção de âmbitos ou de discursos autônomos e complementares, mas uma exclusão recíproca".<sup>8</sup>

Ora, em nossa opinião, a leitura lukaciana em torno da relação contraditória entre sociologia e marxismo é a expressão rigorosa de conclusões imanentes à proposta teórica e metodológica do materialismo histórico e dialético. Por isto mesmo, a dualidade de referenciais teóricos no interior da obra de Florestan envolve, para nós, um problema que não pode, em hipótese alguma, ser considerado menor. Se a perspectiva metodológica que orientasse nossas próprias reflexões fosse o do "positivismo" - que pretende que a avaliação da cientificidade de

7 MARTINS, Herminio. "A totalidade fora de lugar?". In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

8 NETTO, José Paulo. "Introdução: Lukács - tempo e modo". In: *Georg Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1981. p.41. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)



uma produção teórica faça-se apenas pela aderência de seus resultados finais à "realidade" - poderíamos desconsiderar essa questão. Não é este, entretanto, o caso. Para o materialismo dialético, as questões de método não são secundárias, na medida mesmo em que a referencição em uma proposta metodológica não-dialética não conduz necessariamente a conclusões absurdas e desconectadas com a realidade *tal como ela se manifesta imediatamente*. Conduz, isto sim, a *absolutizações equivocadas, a partir do resgate de dimensões parciais e essencialmente aparentes da mesma realidade*. Por isto mesmo, faz-se necessário enfrentar a questão da tensão de referenciais na obra de Florestan, com o objetivo de desvendar sua filiação metodológica básica, o que nos permitirá realizar uma leitura "contextualizada" da mesma e facilitará a detecção das possíveis e eventuais carências e insuficiências em sua produção teórica.

Ora, este movimento crítico da obra de Florestan tem, necessariamente, de partir da leitura de Lukács acerca da sociologia. Isto implica em determinar e compreender o que seja, em suas origens e de acordo com os representantes de suas principais matrizes teóricas, o objeto e o método da sociologia enquanto projeto científico. Afinal, não existe "sociologia" fora da produção sociológica, e esta não se dá fora de referenciais definidos por um "colégio de cientistas" que operam com problemas e práticas metodológicas pertinentes aos mesmos. Por isso mesmo, quando se diz "sociologia", não se diz simplesmente "estudo da sociedade", mas diz-se "estudo da sociedade sob uma certa perspectiva e de acordo com um certo instrumental pertinente àquela".

Esta é, também, num sentido específico, a posição dos pais do projeto científico da sociologia, Comte e Durkheim. Como muito bem nos lembra José Albertino Rodrigues, em sua "Introdução" à coletânea de ensaios de Durkheim, da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, é próprio "da tradição positivista delimitar claramente os objetos das ciências para melhor situá-las no campo do conhecimento"<sup>9</sup>. Assim, será natural que Durkheim inicie *As Regras do Método Sociológico* com um primeiro capítulo cujo título é "O que é um fato social?". Sua resposta a esta questão é antológica:

"...[fatos sociais são] fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem. Por conseguinte, não poderiam ser confundidos com os fenômenos orgânicos, visto consistirem em representações e ações; nem com os fenômenos psíquicos, por estes só existirem na consciência dos indivíduos, e devido a ela. Constituem, pois, uma espécie nova de fatos, aos quais deve atribuir-se e reservar-se a qualificação de sociais. Tal qualificação convém-lhes, pois, não tendo o indivíduo por substrato, não dispõem de outro para além da sociedade, quer se trate da sociedade política na sua íntegra ou de um dos grupos parciais que engloba: ordens religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais, etc. Por outro lado, a designação convém unicamente a estes fatos, visto a palavra "social" só ter um sentido definido na condição de designar apenas os fenômenos que não se enquadrem em nenhuma das categorias de fatos já constituídas e classificadas. Eles são, portanto, o domínio próprio da sociologia."<sup>10</sup>

Três aspectos devem ser salientados na passagem de Durkheim reproduzida acima:

1) a idéia de que os fatos sociais "constituem uma espécie nova de fatos", que definem assim um objeto científico novo, inconfundível com objetos já abarcados por outras ciências que estudam o homem e a ação

<sup>9</sup> RODRIGUES, José Albertino. "Introdução: A sociologia de Durkheim". In: *Emile Durkheim: sociologia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1984. p.18. (Coleção *Grandes Cientistas Sociais*)

<sup>10</sup> DURKHEIM, Emile. *Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.97. (Os Pensadores)

humana. (Note-se que, a despeito de Durkheim propor uma diferenciação tão somente com a psicologia e com as ciências que estudam os "fenômenos orgânicos", é subjacente o objetivo de diferenciar-se a sociologia da economia, tanto mais quanto esta última ciência, sob o influxo do positivismo, passará crescentemente a ser pensada como tendo por fundamento uma psicologia de corte hedonista<sup>11</sup>);

2) a pretensão de que exista um grau de autonomia suficiente nos fatos sociais - entendidos como "maneiras de agir, pensar e sentir externas aos indivíduos e dotadas de um poder coercitivo", ou, em outras palavras, normas comportamentais especificamente sociais - para que se possa definir uma ciência específica em torno dos mesmos. Considerando-se o primeiro aspecto salientado acima, isto é o mesmo que pretender a autonomia (ainda que, sempre, de alguma forma, "relativa") dos processos sociais que transcorrem no âmbito do que o marxismo denomina "superestrutura"<sup>12</sup>;

3) o acento no caráter coercitivo das normas (conscientes e inconscientes) que definem os fatos sociais, o que - tendo em vista os

11 Vai exatamente neste sentido a proposta do sociólogo e economista positivista Vilfredo Pareto, de diferenciação dos objetos da sociologia e da economia (vide, a este respeito, o capítulo segundo de PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas). Este movimento - que corresponde à assimilação radical do fetiche da mercadoria e do capital - desenvolve-se no projeto da "economia pura", que é a base de sustentação das políticas econômicas de corte especificamente tecnocrático, criticadas por nós na introdução desta dissertação.

12 Extremamente elucidativas deste ponto, são duas passagens de Durkheim, reproduzidas por J.A. Rodrigues na já referida "Introdução" à coletânea de textos daquele autor, publicada pela Ática. A primeira passagem diz respeito à definição de vida social, onde se lê: "a vida social não é outra coisa que ... o conjunto dos diversos meios morais que cercam o indivíduo. [e] qualificando-os de morais queremos dizer que se trata de meios constituídos pelas idéias". (Apud RODRIGUES, J. A. Op. cit., p. 18.) A passagem seguinte nada mais é do que a clássica declaração de Durkheim presente nas conclusões das Regras de que "um fato social... [d]onde se conclui que] a sociologia ... é ela mesma uma ciência distinta e autônoma. (Apud RODRIGUES, J.A. Op. cit., p. 27.)

aspectos levantados anteriormente - tende a circunscrever a análise sociológica a processos sincrônicos, reforçando as determinações já presentes na matriz empirista do positivismo.

Neste sentido, o projeto durkheimiano de construção da sociologia como disciplina científica se resolve numa proposta de leitura da sociedade marcada por uma perspectiva anti-totalizante, superestruturalista e a-histórica, ou, se se quiser, por uma perspectiva "especificamente anti-dialética".

Por outro lado, não percebemos na outra grande matriz teórica da sociologia moderna ( a matriz que tem origem na Alemanha e que se embasa filosoficamente no idealismo alemão, particularmente no criticismo kantiano), em especial na figura mais expressiva desta tradição, Max Weber, elementos que contraditem, em sua essência, o significado por assim dizer "especificamente anti-dialético" do projeto da sociologia. É bem verdade que o neo-kantismo de Weber o conduz à crítica da visão parcializadora da realidade; mas é este mesmo neo-kantismo que o leva a criticar, não apenas a viabilidade de uma leitura efetivamente totalizante, como também (*et pour cause*) a crítica a efetiva possibilidade de resgate teórico da "realidade em si". Assim é que, com Weber, evolui-se de uma defesa da "especialização" para uma perspectiva que propõe que o limite do conhecimento é uma "visão enciclopédica", estando impossibilitada, a nós, qualquer apropriação teórica de totalidades concretas. Por outro lado, se a recuperação crítica do individualismo metodológico em Weber, associada ao manuseio do instrumental dos tipos-ideais em confronto com processo históricos concretos, lhe permite ir além de uma sociologia estritamente

sincrônica, não se atinge, por aí, uma perspectiva efetivamente histórica. Antes pelo contrário, a recusa em se partir de realidades históricas concretas e particulares e de suas contradições específicas, acaba por determinar que o "movimento social" seja teoricamente pensável apenas em termos de "cenários ideais meramente virtuais". Finalmente, não há em Weber qualquer movimento de superação do viés superestruturalista detectado na sociologia durkheimiana: se o rompimento com a defesa explícita de uma autonomia rígida da sociologia em relação às demais ciências humanas, permite a Weber realizar movimentos de aproximação com a economia (por exemplo), o peso do idealismo e do anti-determinismo de extração neo-kantiana acaba por encaminhar este autor para uma perspectiva em que se aprofunda a defesa da "autonomia relativa" dos fenômenos culturais e "especificamente sociais", vis-à-vis os fenômenos econômicos e materialmente determinados de maneira geral. A opção política reformista de Weber, dentro de condições históricas marcadas pelo avanço do movimento operário revolucionário e do Partido Social-Democrata Alemão, serviu, muito provavelmente, para reforçar seu discurso crítico à perspectiva materialista-histórica e ao "determinismo econômico" que lhe seria subjacente.

Em síntese: a sociologia, a partir de Durkheim, Weber e do funcionalismo e do estruturalismo modernos, elegeu como objeto essencial de sua reflexão as determinações "culturais" (morais, ideológicas, jurídico-institucionais, etc) que dão estabilidade ao processo de reprodução da vida em sociedade. Esta maneira de definir o objeto acabou por determinar um privilegiamento da análise sincrônica sobre a análise diacrônica. E tal privilegiamento, por sua vez, traz consigo duas

consequências: 1) limita as possibilidades de hierarquização das determinações que sustentam uma dada organização ou estrutura social ( tudo aparece como estando ligado a tudo, sem que se possa definir com clareza relações de dominação e de subordinação que vigem em seu interior); 2) ao se fazer a abstração do movimento social, faz-se, simultaneamente, a abstração das contradições intestinas à ordem social, que sustentam e impõem seu movimento de auto-transformação.

Ora, poder-se-ia muito bem argumentar que não faz qualquer sentido tentar realizar a crítica de uma disciplina científica a partir das leituras que determinados autores fazem de seu objeto e método<sup>13</sup>. Entretanto, não se pode negar que, levada ao limite, esta perspectiva envolve a pressuposição da existência (metafísica) de um dado objeto - no caso o objeto da "Sociologia" - que independe dos sujeitos investigadores e de suas investigações particulares. Esta perspectiva é, por sua vez, igualmente anti-dialética. Para a dialética não há "objeto" sem "sujeito", nem "sujeito" sem "objeto". Por isto mesmo, extrair uma

<sup>13</sup> Este ponto de vista encontra alguma guarida, inclusive, em textos de Florestan Fernandes. Assim, não deixam de ser sintomáticas desta posição, as diversas tentativas de Florestan de resgate de uma pretensa "leitura sociológica" de Marx, a despeito da ausência de qualquer sinalização deste autor no sentido de aceitar o recorte "objetal" que sustenta o projeto de constituição de tal ciência. Igualmente significativa é a classificação, como "sociologia", dos textos de Lukács em que este autor faz justamente a crítica do projeto da "sociologia", e que constituem a coletânea editada pela Ática, sob coordenação de Florestan Fernandes. Na medida em que a própria produção teórica de Florestan inviabiliza qualquer interpretação destes movimentos a partir de um "esgarçamento do conceito de sociologia" (que, tal como em Comte, se transformaria em "ciência geral da sociedade"), eles só podem ser interpretados como a assimilação da proposta teórica (típica do positivismo pós-comteano) de divisão das ciências sociais particulares. Mais do que isto: Florestan aceita submeter a obra de Marx e dos mais expressivos autores marxistas a esta lógica. É preciso dizer que este movimento é tão mais perigoso quanto é absolutamente desnecessário, pois, sem qualquer vantagem significativa, fere-se a lógica interior de construção do objeto científico inerente ao método materialista histórico e dialético.

"sociologia" de um autor como Marx não pode ser validado pela existência *a priori* de um "objeto sociológico". Tal movimento só pode ser entendido como o movimento de um "sociólogo", que, não só admite a existência deste objeto, como o constrói a partir de referências intelectuais determinadas. Estas referências (inclusive no caso de Florestan) só podem ser os construtores deste projeto de ciência, onde se salientam as contribuições de Durkheim e Weber. Não é possível fugir, assim, à responsabilidade de responder pela legitimidade do corte objetivo produzido por ambos. Ou, antes: é impossível fugir à crítica deste objeto que deriva de uma perspectiva materialista dialética radical.

Ora, sendo esta a perspectiva que orienta os trabalhos de Lukács, não poderia deixar de ser negativa sua avaliação da proposta de demarcação do objeto da sociologia. Se, como bem nos lembrou Netto acima, esta avaliação já está presente em *História e Consciência de Classe*, será nos textos de maturidade que Lukács expressará seu antagonismo ao projeto da sociologia de forma mais clara. Em um ensaio de 1938, publicado originalmente na obra *Problemas do realismo*, Lukács dirá:

"[A sociologia] surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da economia. A tendência objetivamente apologética desta orientação não deixa lugar a dúvidas. Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma; quanto mais ela elaborou seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas e vazios raciocínios analógicos."<sup>14</sup>

14 LUKÁCS, Georg. "A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica". In: NETTO, José Paulo (org). *Georg Lukács*:

Vão no mesmo sentido as observações a respeito da sociologia no capítulo sexto de seu *A Destruição da Razão*, de 1954:

"O nascimento da sociologia como disciplina independente faz com que o tratamento do problema da sociedade deixe de lado a sua base econômica; a suposta independência entre as questões econômicas constitui o ponto de partida metodológico da sociologia. . . . . As bases naturalistas da sociologia como ciência universal têm precisamente a função de eliminar, juntamente com a economia, a contraditoriedade do ser social, ou, em outras palavras, a crítica a fundo do sistema capitalista. . . . . Na medida em que ela se torna, tal como a economia, uma ciência particular rigorosamente especializada, as tarefas que se lhe impõem - como às demais ciências sociais singulares - são condicionadas pela divisão do trabalho própria do capitalismo. Entre essas situa-se em posição de destaque a tarefa, que nasce espontaneamente e que jamais se torna consciente na metodologia burguesa, de enviar os problemas decisivos da vida social de uma disciplina especializada (que, enquanto tal, não é competente para resolvê-los) para uma outra disciplina especializada, a qual, por sua vez, e com igual razão, declara-se incompetente. Trata-se sempre, naturalmente, das questões decisivas da vida social, diante das quais o interesse da burguesia decadente expressa-se cada vez mais no sentido de impedir que sejam claramente formuladas e eventualmente resolvidas. O agnosticismo social como forma de defesa ideológica de posições desesperadas ganha assim um instrumento metodológico que funciona de forma inconsciente. Esse processo apresenta uma forte semelhança com a conduta da burocracia capitalista, ou daquela semifeudal-absolutista em processo de transição para o capitalismo, uma conduta que consiste em "resolver" as questões espinhosas transferindo os processos de uma repartição para outra, sem que nenhuma delas se declare competente para emitir a decisão efetiva."<sup>15</sup>

Como se pode observar, o eixo da crítica lukacsiana, reproduzida nas passagens acima, assenta-se nas três dimensões apontadas por nós anteriormente, e que são rigorosamente interdependentes: a perda da perspectiva de totalidade; o viés "superestruturalista" (ou de "ciência

*sociologia*. São Paulo: Ática, 1981. p.123. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

<sup>15</sup> LUKÁCS, Georg. "Determinações para a crítica particular do desenvolvimento da sociologia". In: NETTO, José Paulo (org). *Georg Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1981. pp.132, 133 e 134. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)



do espírito") expresso na cisão com a economia; e a perda da perspectiva histórica, expressa, seja na cisão com a "históriografia", seja no abandono de um método assentado sobre o resgate das contradições sociais objetivas que constituem uma dada sociedade em sua dinâmica particular.

Por outro lado, não se poderia deixar de observar que tal crítica, ao centrar-se na perda da perspectiva de totalidade, não exclui de seu horizonte os demais projetos parcializadores das "ciências sociais", inclusive, evidentemente, o da "economia pura". *Mais do que isto: é preciso que se entenda que a crítica de Lukács à sociologia refere-se essencialmente ao método implícito em tal projeto de ciência, e não, como poderia parecer, à quaisquer derivações teóricas particulares e específicas oriundas dos esforços de pesquisa dos distintos "sociólogos", sejam eles de extração positivista, neo-kantiana, ou de qualquer outra corrente teórica que defenda a "autonomia relativa" dos fenômenos culturais e sociais. Negar a princípio toda e qualquer derivação teórica oriunda da "sociologia acadêmica"<sup>16</sup> revelaria uma concepção dogmática absolutamente pré-científica e necessariamente anti-marxista. A importância desta questão para nós, é tamanha que merece uma atenção particular.*

<sup>16</sup> De agora em diante, a não ser quando o próprio texto tornar explícito o sentido específico com que operamos com o conceito de "sociologia", nos referiremos a este projeto "especificamente anti-dialético" de ciência como "sociologia acadêmica". Fazemos isto não só em respeito àquele leitor que ainda prefere operar com um conceito mais esgarçado de sociologia, como também porque o adjetivo "acadêmico" nos faz recordar que o projeto de construção de uma ciência da sociedade que se autonomiza da "economia" e da "história", é um projeto que surge e se desenvolve dentro da "academia" (na medida mesmo em que só é possível a partir de um padrão de "racionalização analítica" que não é inerente, nem ao senso comum, nem aos setores intelectuais diretamente envolvidos com a articulação da ação social e política transformadora).

Num primeiro momento, poderia parecer que a leitura lukacsiana resgatada anteriormente - por sua radicalidade mesmo - implicaria numa recusa absoluta de toda e qualquer apropriação, por parte do marxismo, das derivações teóricas oriundas da(s) sociologia(s). Contudo, se seguirmos rigorosamente as proposições de Lukács em seu *História e Consciência de Classe* em torno do "marxismo ortodoxo" fica claro quão distante está da leitura deste autor qualquer negação da possibilidade de apropriação, pelo marxismo, de instrumentais teóricos de outras correntes metodológicas. Ou seja, para Lukács, a questão pertinente não será a da possibilidade de articulação teórica de contribuições não-marxistas ao arcabouço teórico e filosófico legado por Marx, tendo em vista a construção de 'concretos pensados' cujas bases materiais não foram teorizadas por este autor. A resposta para esta questão quase ingênua é: sim, certamente isto é possível! Negar qualquer possibilidade de resgate e apropriação, pelos marxistas, da produção teórica "burguesa" pós-marxiana, só seria possível se se pensasse que tal produção, por ser ideológica e se dar fora do materialismo histórico, pode, efetivamente, perder todo o contato com a realidade. Esta perspectiva é absurda em termos marxistas: nem uma produção ficcional pode realizar este movimento, por mais que intente fazê-lo! O que a "ciência burguesa" faz é absolutizar e eternizar a aparência da realidade. Mas é preciso não esquecer jamais que a aparência nada mais é do que "a forma imediata de aparecer da essência". Nada impede que um marxista resgate as leituras não-dialéticas em torno da aparência (que muitas vezes, sob a pressão das contradições da sociedade de classes, chegam mesmo a transcendê-la) com vistas a um mapeamento mais acurado do objeto teórico. O que, a princípio, não lhe seria permitido é, isto sim, limitar-se - de uma forma ou de outra - a este nível de teorização: a

teorização da aparência a partir da própria aparência. Deixa de ser marxista, portanto, aquele autor que se utiliza de um padrão de hierarquização de determinações do ser social - um método - que foge e conflita com o padrão proposto por Marx. Ou ainda, como nos ensina Lukács:

"... passou a ser de bom tom científico ridicularizar toda a profissão de fé no marxismo ortodoxo. Dado o desacordo que parece reinar no campo 'socialista' sobre a questão de saber quais são as teses que constituem a quinta essência do marxismo e, por consequência, as que 'temos o direito' de contestar ... sem por isso deixarmos de reivindicar o título de 'marxistas ortodoxos', surge cada vez mais 'como 'não científico' fazer exegese escolástica, como sobre frases da Bíblia, com citações de obras antigas e em parte 'ultrapassadas' pela crítica moderna, ... , em vez de nos entregarmos, 'sem preconceitos', ao estudo dos 'fatos'. Se, na verdade, a questão se pusesse desse modo, a resposta mais apropriada seria evidentemente um sorriso compassivo; ... Com efeito; ... , suponhamos que a investigação contemporânea demonstrou a inexactidão 'de fato' de cada afirmação isolada, de Marx. Um marxista ortodoxo sério poderia reconhecer incondicionalmente todos estes novos resultados, rejeitar todas as teses isoladas de Marx, sem por isso, por um só momento, se ver forçado a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método."<sup>17</sup>

*Ora, a conclusão que se extrai das observações acima é que não se pode, a priori, considerar ilegítima a utilização de instrumentais teóricos não-marxistas no interior de uma análise que se pretende essencialmente marxista, desde que tal leitura se processe no interior do método materialista histórico e dialético. E a essência deste método é dada - como bem o sabe todo o leitor de Marx e de Lukács (particularmente dos textos da "maturidade" deste último) - pelo resgate das contradições básicas imanentes às relações material-sociais, ponto*

17 LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974. p.15 (o grifo em negrito é meu).

de partida impositivo da (re)construção teórica das diversas sociedades (enquanto "totalidades orgânicas" e "concretos pensados") submetidas a distintos padrões de desenvolvimento histórico.

Creemos que, agora - com o apoio da leitura lukacsiana explicitada por nós acima -, temos condições efetivas de avaliar o sentido da "tensão de referenciais teórico-metodológicos" presente no interior da obra de Florestan Fernandes. Antes de mais nada, é preciso salientar o fato de que não há, no interior da obra deste autor, uma avaliação unívoca a respeito da tensa relação estabelecida por sua opção pela "condição de sociólogo" e sua referência no método materialista histórico. Em certos momentos - particularmente em alguns textos escritos a partir da segunda metade da década de 60 -, Florestan revela uma profunda consciência crítica da inadequação entre a leitura marxista ortodoxa e a opção metodológica inerente ao projeto da sociologia enquanto ciência social autônoma. Assim é que, nos primeiros parágrafos de sua "Introdução" à coletânea *Marx/Engels: História* da editora Ática, Florestan Fernandes nos diz:

"A universidade e a especialização criaram um processo profundo e persistente de fragmentação do trabalho de investigação em todas as ciências. Esse processo, porém, é mais intenso e devastador nas ciências sociais. O sociólogo, o historiador, o antropólogo, o cientista político, o psicólogo, mesmo quando marxistas, sucumbem a essa tendência, afirmando-se primeiramente em nome de sua especialidade. Marx e Engels trabalharam numa direção oposta, defendendo uma concepção unitária de ciência e representando a história como uma ciência de síntese. Se lidei com textos de K. Marx e F. Engels desde o início da minha carreira, nem por isso escapei à especialização dominante. . . . Não me posso pôr à . . . altura [de um pensador como Karl Marx], mas tenho consciência de que me esforcei para sair da pele do especialista e do adepto do

marxismo, para entender melhor sua concepção de ciência e da ciência da história"<sup>18</sup>.

No mesmo sentido, é necessário observar que, desde seus primeiros ensaios epistemológicos, demonstrava ter não só uma arguta compreensão do marxismo<sup>19</sup>, como das enormes limitações do projeto científico da sociologia tal como articulado pelos mestres maiores de suas duas grandes tradições teóricas. Assim é que, após expor os fundamentos metodológicos da sociologia nas concepções de Durkheim e Weber, criticará ambas as leituras num sentido similar às observações de Lukács, expressas acima:

"As duas teorias expostas apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como algo *concreto*. ... Com referência a Durkheim, é evidente o propósito de lidar 'prudentemente' com os fenômenos sociais: nunca avançar além dos limites dentro dos quais os conhecimentos obtidos asseguram uma manipulação objetiva e precisa dos dados. ... nada nos poderia assegurar então que a investigação sociológica valesse a pena, pois não teríamos nenhum critério para determinar a importância científica dos problemas investigados. Quanto a Weber, se sua posição permite superar dificuldades desta natureza é porque cria complicações maiores. A seleção do *típico-ideal* depende dos pontos de vista livremente escolhidos pelo sujeito-investigador. ... Além disso, as duas posições incorrem em grave limitação: não oferecem condições de ajustamento intelectual do sujeito-investigador à análise de fenômenos dinâmicos em que a unidade investigada seja *um sistema social determinado que se transforma como um todo* ... ou seja *um fenômeno cuja transformação é encarada e explicada pela transformação do sistema social global*...

Restringindo-nos ao que nos interessa aqui, poderíamos assinalar que a limitação apontada em ambas as posições se explica: a) com referência a Durkheim, por causa dos ideais de *explicação positiva* na sociologia, derivados da filosofia empírico-naturalista da ciência.....; b) com referência a Weber, porque a construção típico-ideal de conceitos sociológicos pressupõe a elaboração de relações concebidas como estáveis no

18 FERNANDES, Florestan. "Introdução". In: *K. Marx, F. Engels: História*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1984. pp.9 e 10.

19 Vide FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 4ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. O capítulo sexto, que trata do método materialista histórico e dialético é, no nosso entender, de uma transparência absoluta.

fluxo da vida social e o exagero dos seus aspectos propriamente recorrentes."20

Por outro lado, partindo do ponto de vista, que nos parece essencialmente correto, de que:

"Ou a gente falsifica a análise dialética .... ou então a gente procura a especificidade da análise dialética, descobrindo que a análise dialética só é válida para determinados tipos de problemas e, principalmente, para os problemas que aparecem nos povos que têm um determinado tipo de história, a qual nasce da estrutura antagônica do modo de produção e de organização estratificada da sociedade, e se caracteriza pelo fato do presente negar o passado, como um elo com um futuro que não repete as estruturas existentes, porque no processo de se objetivarem e se reproduzirem elas se transformam."21,

e apesar de reconhecer que "é muito difícil dizer que se pode compatibilizar a explicação funcionalista com a explicação dialética"22, Florestan passa a defender a possibilidade de operação com o instrumental clássico da sociologia juntamente com o instrumental do materialismo histórico e dialético a partir da definição de "campos objetivos" distintos. Esta leitura (que estará presente ainda em diversos

20 FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 4ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. pp.96,97,98 e 99.

21 FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978. pp. 90 e 91. Vale a pena frisar que nossa própria concordância com a passagem de Florestan, reproduzida acima, é apenas parcial. Na realidade, a análise dialética apresenta uma generalidade superior àquela pretendida por este autor. E isto na medida mesmo em que - em sua essência - a dialética não é mais do que o resgate da lógica que preside as transformações das coisas (re)postas no tempo. A abstração do tempo (e, portanto, das transformações das coisas) é que só pode ser entendida como um momento particular e necessariamente superável da apreensão conceitual dos objetos. Contudo, não deixamos de atribuir uma certa razão às afirmações de Florestan na medida em que não há como negar que o método "materialista histórico e dialético", tal como desenvolvido por Marx, só é plenamente aplicável àquelas sociedades que portam um padrão de historicidade onde as transformações sociais podem passar a ser objeto de percepção, reflexão e projeção (em maior ou menor grau) teórica e prática dos próprios homens.

22 Idem, p.102.

textos da maturidade) se expressa de forma superior em seu *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, onde afirma:

" É preciso que se reflita sobre a natureza e as implicações das soluções aos problemas da indução, contidas nas contribuições de Durkheim, Weber e Marx ..... [pois] enxergamos em cada uma das orientações propostas uma possibilidade legítima de abordagem e solução dos problemas da explicação na sociologia. Aí está o ponto essencial da discussão. Os novos desenvolvimentos da teoria sociológica dependem, fundamentalmente, da capacidade que revelarmos na fusão dessas orientações, separadas no passado, mas naturalmente interdependentes e complementares. As diferenças mais salientes e desarmoniosas que existem entre elas, não emanam propriamente da natureza da análise sociológica, pois derivam ou de influências de correntes filosóficas ou de maneiras peculiares de entender os limites e os fundamentos da explicação científica. Elas podem ser, portanto, superadas, desde que se encontrem os princípios que permitem unificar pela base a própria explicação sociológica. <sup>23</sup>"

Esta perspectiva - a despeito do que poderia parecer num primeiro momento - distancia-se fundamentalmente da leitura que reputamos a Lukács, anteriormente, em torno das possibilidades de apropriação de instrumentais e contribuições oriundos de tradições teóricas não-marxistas. É isto na medida mesmo em que, tal como se pode depreender claramente da citação acima, é subjacente à leitura de Florestan a defesa do corte objetual próprio à sociologia. É por esta porta que se introduzirá uma problemática dimensão eclética no pensamento de nosso autor. A presença desta dimensão no interior da obra de Florestan, assim como de seu caráter problemático é, sintomaticamente, reconhecida por ele próprio. O texto onde esta perspectiva encontra sua melhor expressão é *A Condição do Sociólogo*. Após declarar, na página 15 deste "ensaio/entrevista", sua contradição com o eclétismo "pois este propõe sínteses falsas", e de referendar este ponto de vista em diversas

23 FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 4ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. pp 121 e 122 (os grifos são meus).

passagens seguintes (como nas páginas 28 e 80 da mesma obra), nosso autor declara, à página 156:

"Assim, se se tem em conta um determinado momento, no qual tento fazer ... o que estava ao meu alcance, é nos trabalhos que se localizam na década de 60 que as idéias mais críticas são elaboradas. E, de modo mais concentrado, nos livros: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, e *A Revolução Burguesa no Brasil*. Em relação a todos eles se poderia dizer que não são contribuições de cunho marxista puro. Nem mesmo tentei simular, passando por "análise dialética", o que eu sabia que não era. ... na USP sempre me ajustei aos papéis de professor, acima de tudo, como professor eclético, dando naturalmente igual importância às diferentes correntes da sociologia sem privilegiar o marxismo. Também, nunca procurei ser um marxista dogmático e rígido. Isso simplificava o meu ajustamento intermediário e me dava certa força para remar contra a corrente."<sup>24</sup>

O que se pode depreender do conjunto das passagens de textos de Florestan, reproduzidas acima - e em particular da última - é a presença de uma profunda ambivalência na definição do quadro teórico-metodológico básico de referenciação de sua obra. Assim é que, ao mesmo tempo em que faz profundas críticas ao eclétismo, reconhece a pertinência do projeto marxista de constituição da "ciência da história" e denuncia as debilidades estruturais do projeto epistemológico da sociologia positivista e "compreensiva". Florestan Fernandes procura fazer a defesa da sociologia como projeto científico e se declara um autor eclético. A única pista que nos é oferecida pelas reflexões deste autor em torno dos determinantes desta "ambivalência", encontra-se na última frase da citação anterior, quando diz que sua opção pelo eclétismo "simplificava seu ajustamento intermediário e lhe dava força para remar contra a corrente". Antes de nos debruçarmos sobre esta "justificativa" oferecida

24 FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978. pp. 156 e 157 (o grifo é meu).



por Florestan, tentando dar à mesma um grau de determinação maior, caberia analisar se a avaliação que este autor faz de sua própria obra - marcada por uma insofismável dimensão auto-crítica - corresponde efetivamente aos resultados de sua pesquisa teórica.

Antes de mais nada, é preciso reconhecer - em consonância com Florestan - que mesmo suas obras "historiográficas", produzidas ao longo do período definido pela segunda metade dos anos 60 e primeira metade dos anos 70, não podem ser lidas como obras articuladas integralmente dentro do projeto teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético. Tal fato<sup>25</sup> já revela os profundos limites daquelas interpretações que buscam resolver a questão da "tensão de referenciais" no interior da obra de Florestan a partir da identificação de "duas fases distintas e antagônicas" na produção teórica deste autor. Se é absolutamente inquestionável a presença de uma evolução temática nos trabalhos de Florestan - que avançam paulatinamente no sentido de questões e objetos propriamente marxistas -, não nos parece correto tentar subsumir este complexo processo à detecção de um movimento de "ruptura epistemológica" radical na trajetória teórica do mesmo. Esta leitura - defendida por Barbara Freitag no interior da jornada de estudos sobre a obra de Florestan organizada pela Unesp<sup>26</sup> - padece, a

25 Facilmente perceptível no apego ao instrumental conceitual extraído da "sociologia acadêmica" para a exposição das principais formulações e conclusões presentes nas referidas obras.

26 Segundo esta autora, "a ruptura [epistemológica] se manifesta ... na descontinuidade entre uma postura 'acadêmico-reformista' na obra de Florestan Fernandes de antes do AI-5 e uma postura 'político-revolucionária' nos trabalhos que se seguem ao AI-5. Enquanto professor de Sociologia, na melhor universidade do país, Florestan sustenta suas análises da realidade brasileira e suas propostas de mudança com teorias reformistas emprestadas à Sociologia positivista. Enquanto cidadão caçado e politicamente perseguido, analisa o processo político brasileiro com teorias revolucionárias inspiradas no materialismo histórico e nos modelos revolucionários que passou a estudar mais atentamente. (Cuba)." FREITAG, Barbara. "Democratização, universidade,

nosso ver, de uma dupla debilidade: não só obscurece a insofismável dimensão de continuidade presente no conjunto dos trabalhos deste autor<sup>27</sup>, como obscurece as determinações "sociais e políticas" que dão sentido à "descontinuidade temática" de sua obra. Diferentemente, quer nos parecer que as transformações internas à produção teórica de Florestan só podem ser entendidas a partir daquelas transformações mais substantivas da sociedade brasileira entre o final dos anos 40 e o final dos anos 80 que determinam, impulsionam e permitem uma gradual mudança no projeto de "interlocução" de nosso autor. É evidente que, ao longo deste processo, as concepções teóricas de Florestan alteram-se e avançam; mas, quer nos parecer, tais alterações vão mais na direção de um paulatino (e, por vezes, sutil) abandono de um projeto político e de uma produção teórica *estritamente* acadêmicos, do que em qualquer "ruptura epistemológica" marcada pelo "rompimento com posições positivistas e reformistas" e pela (tardia) "descoberta do marxismo". Expliquemo-nos.

revolução". In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 165.

27. Também bem resgatada por Carlos Guilherme Motta, que em explícita polémica com Freitag, nos diz: "A radicalização de Florestan se processa, a meu ver, na década de 50, sobretudo nos últimos anos, quando passa a realizar estudos não mais de acentuada orientação funcionalista. Note-se, entretanto, que embora funcionalista, operava ele dentro de preocupações já marxizantes ao menos desde os anos 40, quando militava na IV Internacional. Até seus trabalhos de estudante, publicados por exemplo na *Revista do Grêmio* da Faculdade de Filosofia de Maria Antonia, eram sobre os povos primitivos, e estava ele já preocupado em discutir os modos de produção. Aliás, àquela altura (1946), Florestan traduziu a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx." MOTTA, C. G. "O intelectual e o político." In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 165 (os grifos em negrito são meus). No mesmo sentido, vide ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "A construção da sociologia acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista". São Paulo: IDESP (mimeo), s.d. pp. 24 e 25.

Em primeiro lugar, é preciso que se entenda que, para além da relação *contraditória* (e, por isso mesmo, *flexível*) que um dado instrumental mantém com a formulação teórica mais geral, que lhe serve de substrato, ele é um *instrumento de comunicação de idéias*. Vale dizer: todo o instrumental carrega consigo o interlocutor que se quer constituir. E aqui o ponto crucial: enquanto opera fundamentalmente com o instrumental teórico oriundo da "sociologia acadêmica", Florestan está, na realidade, privilegiando uma interlocução com a "academia" e com o "seleto colégio dos sociólogos", para os quais dirige os resultados mais densos de suas pesquisas teóricas. O que este tipo de "seleção do interlocutor" comporta, indubitavelmente, é uma confiança nas potencialidades críticas da produção "científico acadêmica" e uma desvalorização - ainda que relativa - da interlocução *imediate* com os setores que buscam refletir o marxismo a partir da atuação política (partidária ou sindical) militante. Quer nos parecer que o que trabalha por dentro este privilegiamento da interlocução com a academia, seja uma avaliação (até certo ponto discutível em termos "rigorosamente marxistas") fortemente positiva das potencialidades críticas e transformadoras presentes na mesma<sup>28</sup>. De qualquer forma (e sem que se

28 No Prefácio que escreveu para *A Condição de Sociólogo*, Antonio Cândido criticará a leitura demasiadamente complacente de Florestan para com a universidade a partir de sua própria perspectiva de crítico literário (e com o padrão de elegância que lhe é peculiar), dizendo: "Florestan sempre deu importância capital à fundação da Universidade e da nossa Faculdade. Mas talvez seja meio injusto quando a compara com o movimento modernista. São coisas diferentes, com funções históricas diferentes, e não podem ser comparadas como ele faz." FERNANDES, F. Op. cit., p.VIII. De fato, a importância dada por Florestan à academia e à criação do ensino universitário em nosso país transparece não apenas em sua ampla produção teórica sobre a questão educacional, mas, igualmente, em sua intensa militância em prol do ensino público e gratuito. Assim é que, mesmo a partir do momento em que - com o avanço do movimento social de enfrentamento da ditadura e com a constituição de sólidas organizações operárias assentadas sobre a lógica da defesa da autonomia política desta classe - Florestan Fernandes realiza uma inflexão em sua postura política prática, passando a atuar mais firmemente na articulação do movimento de massas, nosso autor não deixará de

pretenda introduzir, aqui, a discussão em torno da adequação prática desta leitura), o que é necessário resgatar é que a adoção de tal lógica não só circunscreve nosso autor à "condição de sociólogo", como acaba por determinar uma certa perda de "compreensibilidade" e de eficácia política de sua obra propriamente acadêmica. É justamente nesta perspectiva que se pode entender a seguinte observação de Fernando Henrique Cardoso, extraída de seu ensaio sobre a obra de Florestan, intitulado "A paixão pelo saber":

"... Florestan criou uma linguagem. Linguagem que foi também terrível em certa época. Que nós todos tentamos imitar com desespero. Alguns conseguiram. Foi uma tragédia! Depois, ele mesmo poliu a linguagem e se libertou de seu peso. Mas esta linguagem não era afetação. Era busca de identidade. Era busca do conceito. Era tentativa para mostrar que se fazia na Sociologia algo muito importante e que a Sociologia era uma ciência. Não era uma linguagem simplesmente para diferenciar, para tornar mais difícil ao outro, mas para tornar mais rigoroso o pensamento. Mas este aspecto era fundamental! E até nisso é tão forte a personalidade de Florestan, que até mesmo no cacete da linguagem ele influenciou, marcou a muitos. Eu custei bastante para não escrever certas palavras, e de repente percebo que ainda as emprego, pois estão no meu subconsciente: vêm de longe, vêm de uma inculcação da convicção de que é preciso usar palavras adequadas, conceitos corretos e só eles. E às vezes são quase palavras, de tão feios e desnecessários."\*

Vale a pena observar que o ponto central da formulação de Fernando Henrique não se encontra propriamente na crítica a um vocabulário "tão feio e desnecessário", capaz de afastar interlocutores. Mais importante do que isto é a justificativa dada por este autor para o uso do referido "vocabulário": "para mostrar... que a Sociologia era uma ciência". Ora, preservar, em sua atuação política, papel de centralidade para a defesa da educação e da Universidade. Tal fato - que se manifestará em sua intensa participação na Comissão de Educação da Assembléia Nacional Constituinte ao final da década de 80 - não pode ser ignorado quando se quer entender a trajetória "teórica" de Florestan Fernandes.

29 CARDOSO, Fernando Henrique. "A paixão pelo saber". In: D'INCAO, Maria Angela, ed. *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p.29.

aqui aparece de forma radicalizada (até mesmo porque cruamente explicitada) a hipótese que vimos perseguindo até agora: a problemática que toma a forma de uma "tensão de referenciais" no interior da obra de Florestan não se origina, pura e simplesmente, da utilização do instrumental conceitual da sociologia clássica, mas de um apego efetivo à Sociologia enquanto projeto científico. Apego este que, segundo Cardoso, assume a dimensão de uma defesa intencionalmente articulada desta.

Este apego ao projeto da "sociologia - que se impõe e se realiza a partir do privilegiamento de um dado "interlocutor" - acaba por se desenvolver numa articulação expositiva problemática (e, até certo ponto, truncada) em seus textos de "sociologia diacrônica", particularmente naqueles que assumem um caráter marcadamente "historiográficos". É isto porque, como Florestan Fernandes mesmo esclarece, a sociologia ("acadêmica") não conta com um instrumental adequado para "a análise de fenômenos dinâmicos em que a unidade investigada seja um sistema social determinado que se transforma como um todo". É este não é um problema de caráter "epistemológico", mas um problema que tem origem numa certa opção teórica, em que se faz abstração das determinações materiais *contraditórias* que põem em movimento sociedades portadoras de um padrão de historicidade onde "o presente nega o passado, como um elo com um futuro que não repete as estruturas existentes". Assim, o resultado de se tentar circunscrever a análise do processo de desenvolvimento capitalista e de revolução burguesa brasileira aos limites de um "ensaio de interpretação

sociológica<sup>30</sup>, só pode ser a perda de clareza, na medida mesmo em que, dentro dos limites deste instrumental, não podem ser adequada e suficientemente explicitadas as determinações materiais contraditórias subjacentes aos complexos processos de transformação histórica que se processam através da manifestação e acomodação conciliatória dos conflitos entre os distintos segmentos sociais<sup>31</sup>.

O que surpreende, em todo este quadro, é o fato de que Florestan conta com uma bagagem teórica e uma compreensão arguta do materialismo histórico (que vão se expressar, ainda que não de forma imediata, em todos os seus textos "historiográficos"), o que lhe permitiria operar com os objetos da transição capitalista e da revolução burguesa no Brasil em termos especificamente marxistas. Não há como negar sua sólida compreensão da preeminência dos fatores e determinações materiais para a adequada compreensão da peculiar trajetória e contradições do capitalismo dependente brasileiro. Como ele declara em seu "Classes Sociais na América Latina" (em perfeita consonância com as passagens citadas por nós na Introdução desta dissertação):

"Na verdade, as reais fronteiras da história, na América Latina, não estão na aparente absorção dos modelos ideais de organização econômica, social e política, que podem ser importados prontos e acabados. Elas se encontram nos 'fatos da estrutura', através dos quais os homens constroem (ou deixam de

30 Como se sabe, este é o subtítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil*, a obra maior de Florestan Fernandes no que diz respeito à interpretação do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

31 E o preço pago pela perda de clareza é a dificuldade da própria leitura proposta gerar frutos, na medida em que a apropriação e desenvolvimento desta mesma leitura fica obstaculizada para boa parte dos "economistas" e "sociólogos" críticos da geração que se segue à de Florestan Fernandes. Não será gratuito, portanto, que, tal como detectamos na Introdução desta dissertação, até hoje estejamos carentes de obras monográficas de maior folgo sobre a produção teórica deste autor.

fazê-lo) as condições que asseguram (ou não) a viabilidade histórica e a efetividade prática dos referidos modelos ideais."

Mais importante ainda do que a clareza da preeminência das questões sócio-materiais: Florestan não só tem uma arguta percepção do método dialético e do sentido da proposta marxista de ciência da história, como subordina a estruturação de seus próprios argumentos "sociológicos" a esta lógica, ainda que não o faça - repetimos - de maneira imediatamente aparente. Assim é que - como a simples leitura da "Nota Explicativa" e do "Prefácio à segunda edição" de *A Revolução Burguesa no Brasil* permitem detectar à perfeição - Florestan opera seus estudos históricos dentro da lógica de que a investigação do passado só tem sentido na medida em que se buscam nele as determinações objetivas, contraditórias e particulares que tornaram certa trajetória (que levou à conformação da realidade contemporânea, já conhecida em sua estrutura morfológica básica) possível e necessária. Vale dizer: o ponto de partida e o objeto central é a "anatomia do homem", e, no estudo da "anatomia do macaco", não se busca entender "todo o macaco enquanto macaco", mas o que nele foi "vitorioso", ao conter as determinações que levaram à conformação do seu presente. Isto não é a negação do caráter "aberto" da história, mas a afirmação de que sua realização se dá de acordo com "determinações racionais", apreensíveis pela razão e, como tal, objetos de sistematização por uma ciência particular. No mesmo sentido, no apurado resgate da nossa particularidade histórica, revela-se em Florestan uma arguta percepção da relação dialética entre "o todo" e "as partes" componentes do sistema capitalista mundial<sup>32</sup>.

32 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p.44 (o grifo é meu).

33 Voltaremos a estes pontos quando tratarmos das leituras de Florestan em torno da transição capitalista no Brasil e da questão da "dependência".

A conclusão a que se chega é que Florestan não opera apenas dentro de uma ambivalência entre sua "condição de sociólogo" e sua referência ao materialismo histórico e dialético, mas que esta ambivalência se manifesta a partir de uma relação tensa entre a estrutura expositiva de suas obras históricas básicas e os fundamentos metodológicos que informam, de maneira central, seus desenvolvimentos. Sintomaticamente, esta é a conclusão proposta por um de seus mais íntimos colaboradores e críticos - Gabriel Cohn - na avaliação que fez de sua obra no seminário organizado pela UNESP em 1986. No ensaio que resultou da participação de Cohn no referido seminário, este autor, referindo-se a *A Revolução Burguesa no Brasil*, nos diz:

"Se acompanhássemos aqui os passos do texto que menciono sem demonstrar, veríamos que no que está explícito no texto, no que é facilmente reconstruível no texto do ponto de vista metodológico, aparecem constantemente formulações que são leitura direta de Weber e Durkheim. Eu afirmarei aqui dogmaticamente, sem demonstrar, que há passagens que são puro Weber e há passagens que são puro Durkheim nessa obra. E, se apanharmos essas passagens e as analisarmos, constataremos uma coisa desconcertante, a saber, que estas questões relativas à constituição de certos agentes sociais no contexto brasileiro, questões que são colocadas numa perspectiva que se apresenta no texto pelo menos à primeira vista como weberiana, são respondidas a partir de formulações referentes às condições estruturais em que esses agentes operam e essas segundas formulações são feitas no registro durkheimiano. Há então uma aparente discrepância: questões formuladas num registro teórico encontram respostas no outro registro. Como integrar isso? Eu me aventuraria a sugerir que seria um belo empreendimento de reconstrução metodológica e teórica se nós pudéssemos trazer à tona como, no final das contas, o jogo cruzado entre Weber e Durkheim, na análise que Florestan faz da revolução burguesa no Brasil, encontra a sua intelegibilidade numa outra corrente de pensamento, que permeia ambas e exatamente garante a sua inteligibilidade. Ela não está expressa, não está explícita, não é invocada de maneira explícita. Quando eu falo explícito vejam bem, eu não estou me referindo a notas de rodapé, estou me referindo à própria linguagem usada, aos conceitos invocados. Essa explicitação requer um trabalho de reconstrução para vir à tona.

A sugestão, aqui, é que essa outra concepção, essa coisa que trabalha o texto por dentro, é a visão marxista, é uma concepção



materialista histórica, alimentada por Marx. Eu diria que não apenas por Marx, mas por Lenin, esse Lenin ao qual Florestan dedicou um texto que deve ser sério candidato a ser uma das melhores coisas que se tenha escrito como comentário a respeito: a introdução que Florestan fez ao volume sobre Lenin da coleção "Grandes Cientistas Sociais"<sup>34</sup>.

Em nossa opinião, não haveria uma única correção a fazer à passagem de Cohn, reproduzida acima. A idéia de que o que estrutura a contribuição teórica de Florestan é o materialismo histórico, mas que isto não se apresenta explícito e que a explicitação deste fato "exigiria um trabalho de reconstrução para vir à tona", é uma idéia que nos parece não apenas correta, mas reveladora de uma percepção extremamente arguta da literatura sociológico-histórica desse autor. O que sustenta a leitura de Cohn é uma dupla perspectiva: 1) de que não há uma incompatibilidade essencial entre a opção pelo materialismo histórico e o manuseio instrumental de um arcabouço teórico-conceitual originalmente não-marxista; 2) que a forma como Florestan estrutura a articulação destes distintos instrumentais é, contudo, problemática, uma vez que a estrutura expositiva adotada por ele compromete a adequada compreensão do conteúdo essencial de suas contribuições. Quer nos parecer que não estaríamos fugindo à lógica da contribuição de Gabriel Cohn se a traduzíssemos nos seguintes termos: *Florestan busca fazer (e, em certo sentido, o faz) "ciência da história", mas a apresenta como "sociologia" (ainda que "diacrônica"), "sucumbindo à tendência de afirmar-se primeiramente em nome de sua especialidade"* (numa postura que ele mesmo critica). É necessário ressaltar ainda que a leitura de Cohn envolve uma pontuação crítica a uma certa interpretação corrente da obra

34 COHN, Gabriel. "O ecletismo bem temperado". In: D'INCAO, Maria Angela (org.), *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

de Florestan: se é verdade que este autor nunca se circunscreveu à posição de "um marxista dogmático e rígido", tampouco é verdade que este autor adote um ecletismo *sans phrase*, pois, pretende-se, o materialismo histórico funciona como o articulador interior da construção teórica de sua "sociologia diacrônica".

Correta a interpretação de Cohn, restaria por entender as razões da opção por uma metodologia expositiva tão problemática quanto a realizada por Florestan. Antes de realizarmos este último movimento, porém, cabe explicitar que Florestan não apenas reconhece as dificuldades inerentes à sua opção "expositiva", como ele mesmo realizará um movimento no sentido de superar parcialmente as circunscrições em que envolveu seus estudos "historiográficos". Assim é que, no "Prefácio à segunda edição" de *A Revolução Burguesa no Brasil*, fará uma correta autocritica de seu próprio ponto de partida neste texto, afirmando:

"... há a questão da amplitude do capítulo 2. Na época em que o redigi, há dez anos atrás, parecia-me que a síntese feita, apesar de muito apertada, respondia a tudo que era essencial (especialmente tendo-se em vista que se trata de um capítulo "de abertura", no qual são focalizados temas mais ou menos indiretos com referência aos pré-requisitos do desencadeamento da revolução burguesa). Tive de omitir-me, principalmente: 1) quanto ao passado colonial; 2) quanto aos momentos de conexão desse passado com a eclosão da fase de transição neocolonial. O que escrevi a respeito visava mais a uma autolocalização do autor do que a uma tentativa de explicação. Os "problemas em suspensão" ficaram, assim, gravitando no próprio eixo teórico do fulcro de contensão histórica da descolonização. Para um sociólogo que se apega à sua condição socialista, isso não deixava de ser paradoxal. Os véus que nos prendem, ainda hoje, ao passado recente ficaram encobrendo a realidade, embora algo tenha sido definitivamente desmascarado.

Logo que tive ocasião propícia, aproveitei-a para 'arredondar a conta'. Em um pequeno estudo, em vias de publicação, completei duas análises anteriores da sociedade escravista e fechei o círculo que ficava aberto na exposição contida neste livro. Nesse estudo, não só esclareço meu pensamento sobre a natureza, a estrutura e a evolução do modo de produção escravista, como completo a análise desenvolvida nesta obra sobre a maneira pela

qual o modo de produção escravista funcionou como base material da ordem escravocrata e senhorial.... Por conseguinte, não só os quadros da análise foram ampliados, mas também os seus focos teóricos, 35"

A profundidade da autocrítica não deve ficar obscurecida pelo fato do autor articulá-la explicitamente a um único capítulo - o segundo - da referida obra. Na realidade, é um ponto de partida que se questiona (e, de certa forma, se justifica). Não será gratuito que, "ao se arredondar a conta" não se retroaja simplesmente ao período colonial, mas se busque no "modo de produção escravista a base material da ordem escravocrata e senhorial", o que implica numa "ampliação não só dos quadros da análise, mas dos focos teóricos" 36.

Nesse sentido, Florestan não apenas reconhece a validade das reivindicações de Cohn, de que seria necessário um "trabalho de reconstrução teórica de seus textos para que sua essência materialista

35 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. pp. 6 e 7 (os grifos são meus). O "pequeno estudo" a que Florestan se refere será, não gratuitamente, aquele que elegemos para, juntamente com *A Revolução Burguesa no Brasil*, estruturarmos nossos estudos sobre a leitura histórica deste autor. Ele se encontra em FERNANDES, Florestan. *O Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1976. pp. 11 e segs.

36 Simultaneamente, a opção metodológico-expositiva de *A Revolução Burguesa no Brasil* não deixa de ser justificada - ainda que de maneira sutil e despretenciosa - quando Florestan afirma: "O que escrevi... visava mais a uma autolocalização do autor do que a uma tentativa de explicação". De fato, o foco teórico demasiadamente "apertado" impede que a exposição assumira plenamente a dimensão explicativa que lhe é latente. Mas, não se pode pretender que a necessidade de "autolocalização" de Florestan - que o conduz para uma investigação centrada nas determinações e consequências "sociológicas" do processo de montagem do Estado nacional brasileiro - revele tão somente carências individuais, "idiossincráticas". Na realidade, como veremos adiante, são as particularidades da transição da independência (ponto de partida e "modelo" da transição brasileira para o capitalismo), e suas contradições basilares (enquanto um movimento absolutamente conservador e revolucionário), que explicarão, até certo ponto, que as questões referidas à *estruturação do Estado nacional, no seu formato específico de estado liberal constitucional (assim como o sentido desta formatação para os estamentos dominantes)*, coloquem-se desde o início.

histórica pudesse vir à tona", como, segundo suas declarações, busca iniciar este movimento "em um estudo em vias de publicação" que será, nada mais, nada menos, do que o segundo texto que escolhemos para referenciar nosso trabalho de síntese e reapresentação teórica da leitura de Florestan em torno do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil: "A Sociedade Escravista no Brasil". Como veremos adiante, "a ampliação dos focos teóricos", presente neste ensaio, não determinará qualquer movimento de "negação" dos desenvolvimentos postos em *A Revolução Burguesa no Brasil*, apenas tornará explícito o fundamento essencialmente marxista daqueles, revelando a necessidade de (e abrindo espaço para) se realizar movimento similar que envolvesse a totalidade do período histórico abarcado por esta última obra.

Finalmente, uma vez explicitado o "ecletismo" no interior da obra de Florestan como uma persistente (ainda que crescentemente auto-crítica) tensão entre uma estrutura expositiva que se apega ao formalismo da "sociologia acadêmica" e um núcleo teórico firmemente assentado no materialismo histórico, valeria a pena investigarmos as razões que puderam levar nosso autor a esta referenciação conflitante.

Antes de mais nada, há que se reconhecer o peso da formação acadêmica. A importância desta influência sobre o pensamento de Florestan só pode ser dimensionada quando se resgata o peculiar processo de desenvolvimento da sociologia no Brasil<sup>97</sup>. Se se tem em conta o significativo e generalizado atraso na constituição das instituições acadêmicas, de nível superior, no Brasil (que será ainda mais marcante

97 Sobre este tema, vide o importante ensaio de NOGUEIRA, Oracy. "A Sociologia no Brasil". In: FERRI, M.G. e MOTOYAMA, S. (orgs) *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU - EDUSP, 1981.

ao nível das "ciências humanas e sociais"), chama a atenção a precocidade da implantação do ensino e da pesquisa sociológica neste país. Tendo, como ponto de partida, a influência política que assumirão os signatários do projeto tecnocrático-positivista de modernização conservadora em nosso país a partir da crise do II Império, o projeto da sociologia como ciência positiva e autônoma passará a ser reconhecido e apoiado em amplos e diversificados círculos intelectuais, desde antes da virada do século. Nos primeiros anos da República, desenvolver-se-á uma luta pela introdução obrigatória da disciplina de sociologia nos currículos escolares secundários, que será crescentemente vitoriosa a partir dos anos 20 - sob influência de Carlos Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Antonio Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, entre outros - quando esta é introduzida em "escolas padrão" como o Colégio Pedro II e a Escola Normal do Recife.

O grande "salto de qualidade" da sociologia no Brasil, contudo, será dado a partir dos anos 30 quando, sob a pressão dos conflitos sociais emergentes (que redundarão no projeto de aceleração da modernização burguesa conservadora), o ensino desta disciplina não apenas passa a se generalizar nas escolas secundárias, como são montadas duas instituições de nível superior dedicadas ao ensino e à pesquisa da mesma: a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Ambas contarão, no período de sua estruturação, com a contribuição de professores estrangeiros, alguns deles - como Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Paul Arbousse Bastide, Donald Pierson, Georges Gurvitch - signatários de uma produção de respeitabilidade internacional.

Ora, Florestan Fernandes realizará sua formação acadêmica sob a influência da leitura destes grandes mestres, justamente no momento em que a excepcional qualidade dos cursos de sociologia contrastava de forma marcante com a debilidade do desenvolvimento científico da produção teórica nas demais "ciências humanas". Além disso, há que se lembrar que o desenvolvimento acadêmico da "ciência econômica" e da "história" em nosso país se dará, em seus primeiros movimentos, já sob a hegemonia do projeto positivista de conformação das distintas ciências sociais autônomas. E, como sabemos, a formulação positivista do objeto da economia (pura) e da história ("que não constitui uma ciência") tende a ser mais embotador de qualquer possibilidade de resgate das determinações propriamente sociais e históricas da realidade e das contradições humanas presentes, do que o próprio projeto da sociologia. Neste sentido, é presumível que a opção pela condição (formal) de sociólogo deva ter parecido a Florestan, não apenas como aquela que carregasse maior potencialidade de apreensão científica da contraditória realidade social brasileira, mas como a única opção em que se pudesse efetivamente avançar neste sentido.

Os desdobramentos da vida profissional de Florestan - em que este autor rapidamente passa da condição de discente para a condição de professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com a enorme responsabilidade de "manter o padrão de qualidade do ensino" sustentado pelos antigos mestres estrangeiros - não pode deixar, igualmente, de ser lembrado. Tanto mais, quando se sabe que as circunscrições que a academia projeta para aqueles que são levados a desenvolver uma carreira no seu interior não se esgotam com o término da formação teórica e profissional nos diversos cursos de graduação e pós-

graduação, mas avançam sobre uma complexa rede de mecanismos de controle (institucionalizados ou não) que vão desde a cotidiana avaliação crítica dos "pares" em torno da "qualidade científica" dos trabalhos dos colegas<sup>38</sup>, até a censura explícita e a intimidação política àqueles profissionais que se desviam da "boa conduta acadêmica". É exatamente isto que Florestan nos traz à memória quando, na fala de encerramento do seminário sobre sua obra, realizado na UNESP, diz:

"A nossa sociedade é tão repressiva que ela pôde criar a universidade e, ao mesmo tempo, engendrar dentro da universidade, mesmo nos professores jovens mais audaciosos, um limite à radicalidade do intelectual. Não foi só por influência dos professores franceses, alemães, como o professor Emílio Willems, que nós aprendemos a obedecer a uma certa tendência ao ecletismo. Foi também como um modo de defesa diante de uma repressão que se manifestava por todos os meios. Só para dar um exemplo: em 1962, quando eu já era um professor conhecido e respeitado, um reitor da USP, que se tornaria um jurista da ditadura, me recebeu na reitoria: "ó mestre, que prazer em recebê-lo aqui". Depois me mostrou trechos sublinhados em vermelho de um ensaio contido em *A Sociologia numa era de revolução social* e disse: "mas o senhor é muito perigoso, veja o que o senhor afirma nos seus livros". E ele próprio estava à cabeça dos que elaboravam uma lista de exclusão de certos professores da universidade e incluía o meu nome naquela lista..."<sup>39</sup>

O peso desta circunscrição institucional e política definida pela universidade, será, evidentemente, tão maior quanto maior forem nossos anseios de interlocução e realização profissional no interior do

38 Sobre o peso material da constituição das escolas superiores de Sociologia, em meados deste século, na determinação e circunscrição do "discurso científico" sobre a sociedade, vide ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, op. cit., pp. 2 e segs. À página 11 deste ensaio, Maria Arminda nos diz: "As Ciências Sociais desenvolvidas nos quadros universitários redirecionam, então, os critérios de confecção das normas de elaboração dos discursos. No interior do sistema intelectual, as oposições estarão pontuadas pelas diferenças entre reflexões consideradas rigorosas e científicas e aquelas vistas como impressionistas e arbitrarias."

39 FERNANDES, Florestan. "O renascimento da universidade". In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: UNESP, 1987. pp. 315 e 316.

"colégio de cientistas" que compõe a própria instituição acadêmica. E, já vimos que há um privilegiamento político, da parte de Florestan, na interlocução com este "colégio", que se assenta sobre sua leitura da produtividade crítica potencial das instituições universitárias. Cremos que, em uma dimensão absolutamente não desprezível, a fé de Florestan na produtividade e criticidade potencial das instituições acadêmicas seja explicável, por um lado, pelas condições absolutamente peculiares em que se deu sua formação teórico-profissional básica, e, por outro lado, pela própria debilidade da produção crítica nacional ao longo dos anos 40 e 50, momento em que o nacional-desenvolvimentismo, o populismo e o estalinismo embotavam a qualidade da produção teórica das diversas instituições não-acadêmicas, formuladoras de projetos e leituras sobre a sociedade.

Não será gratuito, assim, que, a partir do final dos anos 50, sob o influxo do avanço do movimento social dos trabalhadores, Florestan Fernandes passe crescentemente a refletir sobre os processos de "mudança social no Brasil". O instrumental da sociologia clássica passará a se subordinar, então (e de forma cada vez mais rigorosa), a uma estruturação interna do discurso, definida pelo método materialista histórico e dialético. A preeminência expositiva do instrumental cedido pela sociologia acadêmica, contudo, preservar-se-á ainda por um longo período.

Quer nos parecer que - para além da dificuldade, absolutamente compreensível, de qualquer profissional da academia em abandonar certos jargões e um certo padrão de discurso típico deste espaço, mesmo quando se vê afastado do seu interior - esta opção expositiva possa ser



entendida a partir de duas determinações básicas. Em primeiro lugar, em função da preservação em Florestan de uma confiança no papel social da academia, que se desdobrará na necessidade de sustentar a interlocução com o "colégio de sociólogos", a partir de uma produção que sustentasse (ainda que, por vezes, isto fosse mais aparential do que efetivo) os "cânones definidores da cientificidade" aceitos por este colégio. Em segundo lugar - e aqui, cremos, se encontra o *busílis* da questão - porque, ao longo de sua investigação em torno dos processos de mudança social no Brasil, Florestan se aperceberá de que algumas particularidades destes processos poderiam ser melhor apreendidas teoricamente a partir das possibilidades abertas por certos instrumentos teóricos específicos da sociologia acadêmica. A importância desta questão, para que possamos concluir nossa avaliação em torno da "tensão de referenciais" na obra de Florestan Fernandes, é tamanha que nos obriga a antecipar certos desenvolvimentos que só poderão ser perfeitamente apreendidos ao longo de toda a primeira parte desta dissertação.

No centro mesmo da leitura de Florestan Fernandes da transição capitalista brasileira, encontra-se a percepção de que nossa "revolução burguesa" não se processa como uma revolução *contra a ordem*, mas rigorosamente *dentro da ordem*, através de movimentos sociais formalmente *contra-revolucionários*<sup>40</sup>. Isto significa dizer que o processo de transição burguesa se definirá a partir de movimentos estritamente conservadores no que diz respeito à relação estabelecida com os segmentos sociais desapropriados e marcados pela conciliação de interesses dos diversos segmentos sociais dominantes (de extração

40 Vide, a este respeito, a segunda seção do capítulo terceiro desta dissertação.

"oligárquico-latifundiária" e especificamente burguesa). Mais do que isto: a articulação deste movimento social de (contra)revolução burguesa vai se definir no interior de um processo histórico, no qual a *montagem e o desenvolvimento da ação regulatória e repressiva do Estado assume um papel de absoluta centralidade.*

Ora, uma vez aceita esta leitura, não se pode mais pretender enfrentar certos processos - como a articulação e o desenvolvimento do Estado nacional, no Brasil, e de suas políticas regulatórias, assim como o processo de conscientização dos estamentos e classes dominantes de seus interesses e conflitos (que darão sustentação àqueles movimentos e que se manifestam através de determinadas polarizações utópicas e ideológicas) - apenas como resultados, como pontos de chegada de uma análise que partisse, pura e simplesmente, das contradições materiais especificamente econômicas subjacentes aos mesmos. E isto, não porque se pretenda que tais processos comportem uma "autonomia relativa" frente às determinações materiais contraditórias que os sustentam, mas porque eles denunciam a peculiaridade de nossa transição capitalista e porque serão responsáveis pela definição, em seu interior, de novas polarizações contraditórias, capazes de pôr o sistema em *um determinado* movimento.

Na medida mesmo em que percebe o desenvolvimento da sociedade burguesa no Brasil como um processo de *transformação dentro da ordem*, Florestan perceberá, igualmente, as ricas possibilidades abertas pela sociologia acadêmica - uma "ciência" cujo veio "normal" de desenvolvimento transcorre em torno da investigação dos mecanismos sociais (coercitivos, recorrentes, adaptativos, superestruturais) que garantem a reprodução de uma certa ordem - para o desvendamento de

determinados movimentos típicos de nossa história. É exatamente isto que ele nos diz em "Classes Sociais na América Latina", quando, referindo-se ao padrão conciliatório de transformação interna das sociedades deste continente, declara:

"É impossível fixar todos os problemas que essa situação caótica e tão rica de desdobramentos impõe à reflexão sociológica, nos dois pólos do que é recorrente e do que é variável. ... [Mas é possível dizer que os problemas que emergem daí] definem, em diferentes níveis de análise e de interpretação, como a herança da sociologia clássica pode ser retomada e redefinida nos quadros de uma nova problemática, que tem uma origem concreta, possui importância teórica e contém um significado político."<sup>41</sup>

Poder-se-ia muito bem contra-argumentar que a perspectiva dialética também comporta instrumentos para a interpretação de fenômenos recorrentes, e que a produção materialista histórica ao longo do século XIX e XX - particularmente a partir de textos de Engels, Lênin, Trotski e Gramsci - desenvolveu uma leitura capaz de embasar a interpretação das transições retardatárias sem que se percam suas particularidades inassimiláveis a qualquer modelo geral. Todas estas corretas observações, contudo, não anulam o fato de que a sociologia acadêmica porta um instrumental que se mostra adequado para a análise de determinados processos sociais que são significativos no interior da transição burguesa brasileira, e não há qualquer razão para que um profissional, de sólida formação sociológica, como Florestan Fernandes, dele abra mão para a interpretação dos referidos processos. Afinal, como já vimos antes, na discussão em torno da leitura de Lukács sobre o "marxismo ortodoxo", não há nada que obste - antes pelo contrário - a

41 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p.37 (o grifo é meu).

apropriação de instrumentos teóricos de extração não-marxista por autores que se referenciam no método materialista histórico e dialético.

Mas, que se entenda bem: isto não justifica qualquer pretensão de se estruturar o estudo do processo histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro como "sociologia histórica"<sup>42</sup>. Na nossa opinião, a compreensão dos processos culturais que sustentam determinados ajustamentos históricos só pode ser obtida pelo resgate das determinações sócio-materiais destes processos. E, lembremo-nos: esta também parece ser a perspectiva que orienta a "auto-crítica" de Florestan, expressa no já referido "Prefácio à segunda edição" de *A Revolução Burguesa no Brasil*, e que orientará a estruturação básica de seu "A Sociedade Escravista no Brasil".

A conclusão que se extrai do exposto acima para a questão aberta neste primeiro capítulo, é a de que, tanto a permeabilidade do marxismo a instrumentais teóricos não desenvolvidos em seu interior, quanto as particularidades da formação capitalista brasileira, sem justificarem a opção metodológico-expositiva de Florestan Fernandes, explicam a possibilidade de, mesmo no interior desta opção, constituir-se e desenvolver-se uma investigação historiográfica que, contraditoriamente, segue os princípios básicos do materialismo histórico e dialético. Isto,

42 A defesa do projeto da sociologia como "sociologia histórica" encontra certa guarida nos trabalhos de "maturidade" de Florestan Fernandes e é explicitamente defendida por Lucien Goldmann em GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?*. 8 ed. São Paulo: Difel, 1980. Sem querer retomar a discussão em torno da consistência do projeto da "sociologia" com o "materialismo histórico", cabe dizer que, na nossa opinião, qualquer perspectiva de que um tratamento científico dos processos históricos envolva a segmentação dos mesmos em escaninhos - do tipo "história social", "história econômica", "história da cultura", "história das mentalidades", etc, etc, etc. - implica em uma ruptura com o projeto marxista de constituição da "História" como ciência totalizante.

evidentemente, vem apenas reforçar a interpretação desenvolvida por Gabriel Cohn sobre a obra de Florestan Fernandes, assim como nossa hipótese original da possibilidade e necessidade de se articular uma tal reestruturação expositiva dessa obra que, *aprofundando o sentido das considerações deste autor que alimentam autocrítica supracitada*, permitam a extração total dos rendimentos explicativos que ela comporta. Esta tarefa é tão mais importante na medida em que, tendo em vista as dificuldades de compreensão do conteúdo íntimo das formulações de Florestan, derivadas de sua complexa e peculiar opção expositiva, tornam-se recorrentes, críticas triviais à sua obra (oriundas, via de regra, de autores que portam uma débil apreensão do projeto teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético) que negam a essência marxista da mesma. Diante deste quadro, é impossível deixar de lembrar as críticas de Marx aos "novos hegelianos", e seu próprio projeto de leitura da obra do grande mestre do pensamento dialético:

"Mesmo no que se refere a Hegel, é uma prova de ignorância da parte dos seus discípulos julgarem qualquer determinação do seu sistema como uma adaptação cômoda, numa palavra, moralmente. ... Lançam a suspeita sobre si próprios e fazem crer que antes não tomavam a coisa a sério; é seu próprio passado que atacam julgando combater Hegel. Mas esquecem, ao fazê-lo, que ele estava numa relação imediata e substancial com seu sistema, enquanto eles se encontram, em relação a esse sistema, numa relação de reflexão.

É compreensível que um filósofo cometa uma inconsequência por comodismo. Pode até ter consciência disso. Mas aquilo de que pode não ter consciência é que a possibilidade de uma tal adaptação aparente tem sua origem mais remota numa insuficiência ou numa compreensão insuficiente do princípio de que parte. Se isso acontecer a um filósofo, seus discípulos devem explicar a partir da *consciência íntima e essencial desse filósofo* o que nele apresentava a *forma de uma consciência esotérica*. Desse modo, aquilo que constitui um progresso da consciência é simultaneamente um progresso da ciência. Não se suspeita da consciência individual do filósofo; descobre-se a forma essencial

dessa consciência, é-lhe atribuída uma caracterização e um significado determinados e, desse modo, ela é ultrapassada.<sup>43</sup>

Sem dúvida alguma, buscar trazer à tona a "consciência íntima e essencial" de Florestan, a leitura que organiza, por dentro, suas contribuições, é uma tarefa que, a princípio, não se depara sequer com as dificuldades que se colocavam para a realização do mesmo movimento com relação a Hegel. Afinal, enquanto este filósofo ainda se encontrava preso às malhas do idealismo, Florestan opera diretamente dentro da perspectiva materialista, que se encontra apenas encoberta por uma casca "especificamente sociológica". Contudo, há que se ponderar que - sem qualquer falsa modéstia -, enquanto Marx se encontrava à altura do grande filósofo dialético alemão, não pretendemos nos encontrar em posição similar frente a Florestan Fernandes. A grandiosidade e amplitude de perspectiva, presente na obra deste autor, contrasta com nossas debilidades pessoais, que não se esgotam na formação profissional e acadêmica de "economista", necessariamente fragmentadora e parcializadora. Por isso mesmo, se avaliássemos que o esforço de releitura crítica da obra de Florestan estivesse posto como projeto teórico imediato de cientistas de estatura intelectual maior que a nossa, não hesitaríamos em nos esquivar a esta, tão árdua quanto importante, tarefa. Não nos parece, contudo, ser este o caso. Assim, tendo em vista a atualidade que reputamos a este trabalho, somos levados a enfrentá-lo, ainda que restritos a alguns poucos textos e desenvolvimentos deste produtivo autor, e conscientes de que só conseguiremos atingir resultados parciais que, eventualmente, poderão ser alimentados por um debate que lhes dê continuidade.

43 MARX, Karl. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global Editora, s.d. p. 29.

## CAPÍTULO II - FLORESTAN E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA : EM BUSCA DA SUPERACÃO PELA SÍNTESE

No capítulo anterior, discutimos a pertinência dos esforços de Florestan Fernandes em aproximar os instrumentais da sociologia acadêmica e do materialismo histórico e dialético. Cabe agora avaliar um outro esforço de "síntese" deste autor, e que se dirige para o resgate da ampla produção historiográfica<sup>44</sup> brasileira, *inclusive* de autores de extração teórica e ideológica indistarcavelmente conservadora<sup>45</sup>. O esforço de diálogo de Florestan com a ampla produção historiográfica nacional é absolutamente inquestionável. Mais do que isto: *sem abrir mão de uma crítica densa e permanente em relação aos desvios ideológicos* (particularmente os de cunho nacionalista, racistas e mascaradores da

44 Quando nos referimos a "produção historiográfica brasileira" nesta dissertação, queremos expressar o conjunto dos trabalhos de interpretação desta sociedade que são estruturados a partir do resgate do *desenvolvimento histórico material* da mesma. Isto significa dizer que, na nossa caracterização de "historiografia", subsumimos as notáveis distinções metodológicas que demarcam os trabalhos de ensaístas de diversas formações profissionais, ao critério unificador mais geral da busca de recuperação e interpretação sistemática de nosso passado histórico. Este privilegiamento da unidade (no interior da diversidade) do discurso historiográfico é rompido, contudo, em um ponto: na distinção sustentada por nós entre "historiografia tradicional" e "historiografia crítica". A importância desta clivagem em nosso trabalho encontra-se, essencialmente, na possibilidade de diferenciar aquela investigação histórica "pré-moderna" - em que a apreensão da transitoriedade do presente, e o esforço por iluminá-lo e subordinar suas forças impulsivas a determinados projetos conscientes, ainda não constituem o fundamento, por excelência, da própria investigação do passado recente ou remoto -, daquelas investigações historiográficas, típicas da "modernidade burguesa", em que o esforço de interpretação do passado se encontra integralmente articulado à busca da compreensão do presente e de projeção do futuro.

45. A respeito do trabalho de diálogo e recuperação da historiografia brasileira "tradicional" e "crítica" na obra de Florestan Fernandes, vide LANNI, Octavio. "Introdução: Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira". In: *Florestan Fernandes: sociologia*. São Paulo: Atica, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

violência arraigada e institucionalizada em nossa sociedade de extração escravista) presentes em boa parte da historiografia brasileira, Florestan procurará marcar, de forma explícita, o resgate que faz mesmo da produção teórica reconhecidamente "tradicional". Neste sentido, não será gratuita a passagem do prefácio à segunda edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*, em que Florestan afirma:

"A história [da 'modernização' no Brasil] não caminhou depressa demais. Contudo, o bom historiador precisa acompanhar os seus ritmos e os seus caprichos. No caso, o mínimo que se pode dizer é que a 'historiografia tradicional' brasileira andou bem na construção de periodizações e que o seu 'ponto forte' está na caracterização do deslançamento do processo e do ápice que ele atinge sob a hegemonia do 'conservantismo esclarecido'. Sob esse prisma, *Dom João VI no Brasil*, de Oliveira Lima e *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, surgem como duas obras-primas, que suportam qualquer confronto com as *sui generis* descobertas de historiadores atuais. Isso - para não falar de Pandiá Calógeras, que, malgrado tantas deficiências reconhecidas (muitas inevitáveis ainda hoje) teve 'um bom sentido' da duração e encadeamento das épocas. O que se pode concluir? A história humana não é uma *história natural*. É preciso vivê-la para captar suas conexões de sentido e, ainda mais, para expurgá-la das projeções ideológicas dos que pensam que 'constroem a história' quando, na verdade, apenas a 'sofrem', mesmo que através de e protegidos por uma posição privilegiada."<sup>46</sup>

Para que se possa avaliar adequadamente esta postura de Florestan Fernandes frente à historiografia brasileira, é preciso que se demarquem as profundas diferenças entre o movimento implícito neste processo e o movimento de "síntese" que foi objeto de nossas considerações no capítulo anterior. Antes de mais nada, há que se entender a distinção fundamental que existe entre o resgate de uma bibliografia histórica - com a qual se tem de operar impositivamente, mesmo que sob a perspectiva crítica de quem recupera um documento expressivo de um dado momento de interpretação e percepção da história vivida - e o resgate simultâneo de

46 FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.8.



dois projetos teórico metodológicos que carregam sólidas determinações antitéticas.

Se isto não bastasse, há que se entender que o resgate, que Florestan realiza, da historiografia brasileira está longe de ser um resgate acrítico. Como ele mesmo declara na abertura do primeiro capítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil*:

"A tradição dominante em nossa historiografia conduziu os melhores espíritos a uma espécie de 'história oficial' singularmente desprendida de intenções interpretativas e, em particular, muito sujeita a converter os móveis declarados e as aspirações ideais conscientes dos agentes históricos em realidade histórica última, tão irredutível quanto verdadeira em si mesma. A reação a esse padrão deficiente e deformado de descrição histórica é recente e ainda não conseguiu criar uma perspectiva de interpretação histórica livre de etnocentrismos, aberta a certas categorias analíticas fundamentais e criticamente objetiva."<sup>47</sup>

Os enormes riscos deste apego aos móveis declarados e reconhecidos pelos agentes históricos dominantes é tanto maior quanto, na arguta percepção de Florestan, a presença, internamente, de fortes impulsões materiais e axiológicas contraditórias (que se explicam, em última instância, pela peculiaridade de nossa formação histórica escravista-mercantil), determina que a "ideologia dominante" reproduza-se sob a forma do "delírio". Em suas palavras:

" [O] delírio irrompeu como fato histórico repetitivo (pois ele vem de longe, de uma colônia que se pretendia metropolitana em seus vincos senhoriais e portugueses; e de um escravismo que não se reconhecia como tal, pois entendia que, aqui, a 'instituição infame' era humana e católica, como jamais o fora em outras partes!). O liberalismo, por sua vez, tirava dele a sua seiva (ou a super-hipocrisia em que se fundava), pois não haveria como ajustá-lo sequer ao espaço histórico restrito dos mais

47 Idem, p.15.

iguais do mundo senhorial... Na verdade, há uma constante nas transformações da sociedade brasileira: abalada em seus fundamentos materiais, em seus mores e em suas estruturas, ela não só liberta eclosões incontroláveis de delírios em contradição - ela exige o delírio como uma forma compensatória de autodefesa do equilíbrio do eu, de preservação de ilusões ameaçadas e de relação neurótica com a ordem social, em convulsão catastrófica mais aparente do que real."<sup>48</sup>

Contudo - e sem que isto implique em qualquer contradição com o que Florestan diz acima - há que se considerar, finalmente, que (como já foi objeto de nossas considerações na "Introdução" desta dissertação), sob a égide de nosso peculiar padrão de desenvolvimento capitalista (que não se realiza apenas como processo "desigual e combinado", mas sob a lógica de desenvolvimento do capital mercantil e do patrimonialismo), o Brasil contará com uma produção historiográfica relativamente densa e precoce, onde despontam certas leituras e contribuições teóricas, às quais não se pode negar o atributo da "criticidade". Assim, já no alvorecer do século XX<sup>49</sup>, terá início o processo de constituição de uma historiografia de ambições científicas, articulada sob crescente influência de um materialismo não-vulgar. Tal movimento contará com inúmeras contribuições - todas elas iluminadas em, maior ou menor grau, pela consolidação da ordem burguesa nacional e pelo desenvolvimento da luta de classes - e irá se refinando e se constituindo crescentemente, desde

48 FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. p.12.

49 Na realidade - como muito bem o prova o trabalho dirigido por Mário Guimarães Ferri, sob os auspícios da EDUSP, de resgate e divulgação da ampla produção histórica e documental brasileira dos séculos passados - os densos e intrigantes textos de autores como Pe. Antônio Vieira (no período colonial), Joaquim Nabuco e Oliveira Lima (em torno da consolidação e crise do império escravista) e Pandiá Calógeras, não se processavam no vazio, não podendo ser consideradas "exceções" ou simples "manifestações isoladas de gênios".

as contribuições de autores como Euclides da Cunha, até as obras absolutamente basilares de Astrogildo Pereira e Caio Prado Jr.<sup>50</sup>

A história desta historiografia crítica, porém, não foi marcada por um permanente processo de desenvolvimento e efetiva superação crítico-dialética daquelas obras que reputamos "basilares". Sob a trágica influência de construções e desenvolvimentos teóricos "contrário-identicos" - a versão materialista vulgar do marxismo (hegemônica a partir de sua consolidação no stalinismo), a pressão segmentadora (de inflexão positivista) da literatura especificamente acadêmica que se desenvolverá ao longo das décadas que se seguirão a 30, e as distintas vertentes idealistas que se desenvolverão no pós-segunda guerra (do existencialismo ao pós-estruturalismo) como "resistência" à franca hegemonia do materialismo vulgar - a historiografia crítica brasileira se desenvolverá de forma marcadamente contraditória, onde os avanços e recuos se sobreporão de forma a não permitirem uma clara e imediata percepção do sentido global e essencial de sua trajetória. Se somarmos estas influências às permanentes pressões que o congênito autoritarismo do Estado brasileiro exerce - sob as mais diversas formas e graus em cada período da evolução política nacional - sobre a produção crítica e a organização autônoma da classe trabalhadora, teremos à mão o conjunto

50 A importância da obra de Caio Prado Jr., para a constituição da historiografia científica e materialista no Brasil, parece-nos ainda não haver sido suficientemente reconhecida. Isto transparece no fato de que, a despeito da enorme fecundidade de sua obra (fonte de aparentemente inesgotáveis insights que, inúmeras vezes, se desenvolvem em leituras que assumem a forma dogmática de projetos antagônicos), ainda estamos carecendo de um estudo monográfico de maior folêgo sobre a mesma. Em nossa opinião, a injustiça e equívoco histórico deste fato é quase incomensurável, pois não seria exagero pretender que - respeitadas as enormes e insofismáveis distâncias que separam o desenvolvimento histórico dos dois "marxismos" - a obra de Prado Jr. ocupe, no interior do marxismo brasileiro, papel similar àquele ocupado pela obra de Plekhánov (tantas vezes salientado por Lênin) na constituição do marxismo russo.

básico de determinantes da problemática evolução da historiografia crítica em geral (e do materialismo histórico em particular) em nosso país.

Uma avaliação mais acurada, contudo, nos revela uma trajetória básica, que - à falta de uma categoria mais adequada - poderíamos denominar de "movimento de especialização/especificação teórica". Este movimento é marcado por uma perda relativa da busca de uma visão globalizante do objeto histórico (busca esta que é tão típica das contribuições da historiografia não-acadêmica), que se define tanto pela crescente circunscrição temporal e regional, dos objetos de estudo, quanto pelo refinamento e diferenciação do instrumental teórico-metodológico utilizado. Tal quadro tende a se desenvolver, em um primeiro momento, na consolidação dogmática de distintas "escolas" e projetos de interpretação dos fundamentos históricos da realidade social brasileira.

Assim é que, a partir dos anos 40, iniciar-se-á a consolidação de distintos "paradigmas teóricos" de interpretação do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Evidentemente, qualquer tentativa de sistematização deste movimento envolve uma certa violência às obras de um conjunto sempre diferenciado de autores, que passam a ser vistos como representantes de "tal ou qual corrente". Apesar disso - e dentro dos limites estreitos da montagem de uma tipologia capaz de servir como fio condutor de nossa análise no interior desta dissertação -, podemos dizer que se definirão seis correntes básicas (por sua produtividade e consistência interna, sem que se negue a existência de importantes contribuições individuais inassimiláveis às mesmas) de

interpretação do referido processo<sup>51</sup>. Sem pretender hierarquizá-las a partir de qualquer critério (uma vez que sequer o critério cronológico nos serviria, pois a expressiva contemporaneidade das mesmas e a inspiração comum em determinadas obras clássicas - como a de Caio Prado Jr, por exemplo - retira qualquer base de sustentação para tal projeto), poderíamos apresentar estas seis correntes básicas, como segue:

1) uma leitura que, a partir do resgate da peculiar ordem fundiária nacional e da estabilidade e longevidade de relações sociais pré-mercantis no campo brasileiro (assim como de uma interpretação generalizadora e marcadamente etapista do processo de desenvolvimento do capitalismo ao nível dos diversos espaços nacionais), identificará a presença de elementos "feudais/tradicionais" na ordem social colonial, imperial e republicana brasileira. Tais elementos - cuja sobrevivência seria sustentada pela aliança de interesses do bloco "latifundiário" com o "imperialismo internacional" - serão vistos como entraves ao pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, havendo por isso de serem enfrentados pela vanguarda da classe trabalhadora e pelos segmentos nacionalistas da burguesia interna. Os maiores expoentes individuais desta leitura serão Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, mas ela contará com o reforço da maior parte dos intelectuais que se situavam sob a influência teórica do Partido Comunista Brasileiro;

2) uma leitura que pretende - em consciente antagonismo com a anterior - que a formação social e econômica brasileira seja

51 A tipologia que desenvolveremos abaixo é de nossa inteira responsabilidade. Contudo, a despeito das sintomáticas diferenças presentes em nossa proposta e a destes autores, não deixamos de tomar como base as leituras de MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*, 4ª ed. São Paulo: Polis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987; e GORENBER, Jacob. *Gênese de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

essencialmente capitalista desde sua constituição como sociedade colonial. Nesta perspectiva, as peculiaridades do desenvolvimento sócio-econômico nacional (*quando reconhecidas*) seriam antes resultado da precocidade da ordem burguesa e do desdobrar de suas contradições, do que de qualquer atraso relativo e/ou debilidade na consolidação da mesma. Um espectro extremamente amplo de intérpretes dá sustentação a esta tese, desde autores como Roberto Simonsen e - até certo ponto - Caio Prado Jr, passando por dependentistas clássicos como André Gunder Franck. Contemporaneamente, contudo, ela vem sendo desenvolvida por um conjunto de historiadores que - com maior ou menor organicidade - filiam-se a um projeto teórico de inspiração "pós-marxista" que se convencionou chamar "nova história".

3) uma leitura de clara inspiração weberiana, que centra sua atenção nas peculiaridades da ordem político-institucional brasileira (marcadamente "patrimonialista") e no particular padrão de reprodução social capitalista ("politicamente orientado") associado àquela. Esta leitura - que recebe influência de um espectro extremamente amplo de historiadores tradicionais e "politicólogos" brasileiros que se ocuparam da "autonomia relativa" e do autoritarismo crônico do Estado brasileiro - tem, na obra de Raymundo Faoro, inquestionavelmente, sua expressão teórica maior;

4) uma leitura que, partindo do peculiar processo de reprodução *econômico-mercantil* brasileiro (e latino-americano) - assentado sobre um padrão de subordinação da força de trabalho não especificamente capitalista, uma ordem agrária baseada no latifúndio, uma elevada abertura para o exterior, e em uma produção mercantil centrada em bens agrícolas e matérias-primas -, detecta obstáculos para a sustentação do desenvolvimento econômico capitalista a médio e longo prazo. Tal leitura

- tipicamente cepalina, e que terá, em Celso Furtado, sua máxima expressão no Brasil - se desdobrará na defesa de um projeto de desenvolvimento articulado a partir de políticas públicas, conscientemente montadas com vistas à modernização econômica e social;

5) uma leitura que busca nas relações sociais básicas de produção - vale dizer, no escravismo mercantil - os fundamentos do padrão dinâmico e da peculiar historicidade brasileira até o advento da ordem capitalista assentada sobre o assalariamento. Esta interpretação - como, de alguma forma, todas as anteriores - aure seus primeiros delineamentos de insights presentes na obra de Caio Prado Jr, mas se desenvolverá de forma sólida a partir da contribuição basilar de dois importantes autores: Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender.

6) finalmente, uma leitura assentada na especificidade das formações capitalistas oriundas de sociedades articuladas sob a égide do Antigo Sistema Colonial e que se desenvolvem a partir dos desdobramentos da hegemonia do capital mercantil e de sua particular e contraditória lógica de valorização. Tal perspectiva - que se desenvolverá sob a inspiração das obras mestras de Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello - contará com importantes contribuições de um conjunto de autores vinculados ao Instituto de Economia da UNICAMP, como Liana Aureliano, Ronaldo dos Santos, Wilson Cano, Ruy Guilherme Granziera, entre outros.

Não é preciso dizer que estas distintas visões não se pretendem necessariamente - nas obras da totalidade dos autores que operam dentro de cada perspectiva - como leituras alternativas, absolutamente incompatíveis com as demais<sup>52</sup>. Contudo, no resgate privilegiado de

52 Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito à sexta e última leitura apresentada acima, que, como veremos, se desenvolverá sob uma perspectiva marcadamente anti-dogmática e de pretensões sintéticas,

determinadas dimensões da realidade, colocarse a possibilidade de desenvolvimento das mesmas leituras dentro de uma perspectiva dogmática, vale dizer, dentro de uma perspectiva que pretende a auto-suficiência de cada corrente teórica particular. Tal perspectiva é incompatível com a essência da lógica dialética, que propugna que nenhuma leitura teórica, histórica e socialmente consolidada pode se constituir sem que realize o resgate - ainda que parcial e limitado - de dimensões significativas do real, sejam estas dimensões essenciais ou aparentiais. Na medida em que se rompe com a leitura de que a aparência é pura negatividade da essência (e se entende que aquela é a forma necessária de manifestação imediata desta última), e na medida em que se compreende que a realidade é, em si, contraditória, comportando simultaneamente dimensões antagônicas, fica fácil entender que, no interior da lógica dialética, as distintas leituras críticas tem de ser sistematicamente confrontadas com vistas à constituição de leituras efetivamente superiores, articuladas a partir da superação da parcialidade. Ou, ainda, como nos ensina Hegel:

"...toda a filosofia [que] existe é necessária, nenhuma deixou de existir, mas todas se conservaram na filosofia como momentos de um modo afirmativo. Temos, porém de distinguir entre o princípio particular destas filosofias como particulares e a realização deste princípio através de toda a concepção mundial. Os princípios conservaram-se, e sendo a mais recente filosofia o resultado dos princípios anteriores, nenhuma filosofia é em dia algum refutada. O que aparece refutado não é o princípio desta filosofia, mas sim o fato de este princípio ter podido ser considerado como determinação última e absoluta. ... A nossa posição em face de uma filosofia deve, por consequente, ter um caráter afirmativo e um caráter negativo; só depois de havermos tomado ambos em consideração, faremos imediatamente justiça a uma filosofia. O caráter afirmativo será reconhecido mais tarde,

que se aproxima, em diversos níveis, da leitura que reputamos a Florestan Fernandes.



tanto na vida quanto na ciência: refutar é mais fácil do que justificar.<sup>53</sup>

Quer nos parecer que a produção "historiográfica" de Florestan desenvolvida a partir do final da década de 60 corresponde, no pensamento brasileiro, a este "mais tarde" de que fala Hegel acima, vale dizer, ao tempo em que "o caráter afirmativo" das diversas construções teóricas já pode ser levado em consideração de forma efetivamente crítica e superadora. É isto porque, se a "interlocução" das posições e correntes teóricas distintas (em luta pela hegemonia intelectual dentro e fora da academia) é praticamente contemporânea às suas emergências, inicialmente este movimento de "diálogo" só é capaz de conduzir ou a uma radicalização do antagonismo das perspectivas contraditórias, ou a um "ecletismo oportunista" (em que as contradições são abafadas ao invés de - como propugna o bom método - serem expostas e exploradas). Somente a partir de um certo grau de desenvolvimento do debate - capaz de conduzir ao refinamento e determinação superior dos argumentos basilares de cada projeto de interpretação teórica - é que a efetiva constituição de leituras "síntese" torna-se possível.

Mas não basta o "trabalho do tempo" para que sínteses teóricas efetivas (não ecléticas) se imponham. A realização deste processo exige a consolidação (inclusive institucional e material) da reflexão científica enquanto padrão de resgate, sistematização e depuração da densa e complexa produção teórica e ideológica de uma sociedade que procura se interpretar. Com a competência inerente a um cientista de seu porte, Florestan conseguirá realizar o resgate crítico das determinações

53 Cf HEGEL, G.W. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 344. (Coleção Os Pensadores). Os grifos são meus.

materiais efetivas que dão sustentação às principais teses presentes nas distintas leituras que lhe servirão de apoio sem absolutizá-las e, portanto, sem se deixar envolver necessariamente pelas derivações de ordem política e ideológica que as mesmas comportam. Assim é que o conjunto da obra historiográfica de Florestan está plena de momentos reveladores dos elos estreitos que prendem sua interpretação do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro ao conjunto daquelas leituras ("contraditórias") apresentadas acima. Neste sentido, uma curta passagem de seu "Classes Sociais na América Latina" não deixa de ser reveladora:

"É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). ... De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas."<sup>54</sup>

É absolutamente notável como, em um único e pequeno parágrafo, Florestan explicita a necessidade de se resgatar: a) o desenvolvimento capitalista brasileiro como um processo *articulado ao desenvolvimento capitalista mundial* que *deita suas raízes no antigo sistema colonial*

54 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p.45 (os grifos são meus).

(tal como pretendem os mais argutos defensores da segunda corrente de interpretação teórica apresentada acima<sup>55</sup>); b) a centralidade do antigo sistema colonial para a compreensão dos *limites e especificidades* do nosso capitalismo (tal como propugnam os defensores da sexta corrente de interpretação teórica); c) a importância - e a dimensão *negativa* - dos nexos *globais* que prendem a dinâmica histórica interna às impulsões da ordem imperialista internacional (tal como querem os críticos da "aliança latifundiário-imperialista"); d) a centralidade e o caráter conservador do papel do Estado no processo de articulação da acumulação capitalista interna (como propõem os weberianos defensores da tese da origem "patrimonialista" do Estado brasileiro); e, e) a importância dos nexos especificamente econômicos que sustentarão a articulação dependente de nossa economia com o mercado mundial (como querem os cepalinos). Por outro lado, a absoluta centralidade que as relações sociais escravistas de produção (nas eras "colonial" e "neocolonial" de nossa história) assumem, na obra de Florestan, e em sua análise das particularidades dinâmicas de nossa sociedade, é insofismável; e já se expressa no título de uma de suas mais importantes obras historiográficas: "A sociedade escravista no Brasil".

55 Isto não significa dizer, evidentemente, que Florestan defenda a tese do "capitalismo colonial brasileiro". Contudo, mesmo sua leitura crítica das teses que pensam o Brasil escravista como portador de uma dinâmica especificamente capitalista, não deixa de resgatar a positividade e "necessidade histórica" desta leitura, enquanto momento de interlocução e negação das teses que pretenderiam refletir nossa sociedade como "feudal", descaracterizando a importância dos eixos que, desde sua constituição, a prendiam à dinâmica do desenvolvimento capitalista a nível mundial. Vide, a este respeito, o ensaio de Florestan sobre Caio Prado Jr (intitulado "Sobre a *Revolução Brasileira*"), em FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: MUCITEC, 1980. A apropriação crítica que Florestan faz de alguns elementos da tese do "capitalismo escravista colonial brasileiro" será apresentada no terceiro capítulo desta dissertação.

A importância dos desenvolvimentos acima não pode ser subestimada. *Em primeiro lugar*, porque, uma vez correta nossa interpretação da prática teórica de Florestan, no que diz respeito ao movimento de "recuperação, síntese e superação" da produção historiográfica crítica brasileira, teremos uma primeira demonstração objetiva da hipótese levantada por nós, no capítulo anterior, de que - a despeito de uma estrutura expositiva problemática e viciada por um certo ecletismo - o que organiza sua leitura histórica é o materialismo histórico e dialético. Afinal, como nos esforçamos por demonstrar, diferentemente do que se poderia pretender no que diz respeito à assimilação do projeto "científico" da sociologia acadêmica, o movimento de recuperação/superação da historiografia crítica brasileira é absolutamente inerente ao projeto teórico do método dialético. *Em segundo lugar*, porque, correta esta leitura, o trabalho de síntese e reapresentação das teses centrais de Florestan Fernandes, presentes em *A Revolução Burguesa no Brasil* e em "A Sociedade Escravista no Brasil" (objeto da Segunda Parte desta dissertação) fica extremamente facilitado. É isto, pela possibilidade mesma que se abre de, no interior do referido trabalho, nos referenciarmos direta e explicitamente na ampla produção teórica e historiográfica que subsidia as principais formulações presentes nas obras de Florestan que tomamos como objeto. Evidentemente, o critério que presidirá a apropriação de certas contribuições das diferentes vertentes da historiografia crítica brasileira, ao processo de reapresentação das teses centrais de Florestan, será o da clara e explícita compatibilidade das referidas contribuições com o conjunto da produção teórica deste autor. *Por isto mesmo* - porque outros desenvolvimentos (levados a cabo nos próximos capítulos) ainda se fazem necessários -, a comprovação da profundidade

dos vínculos que prendem a interpretação histórica de Florestan às referidas vertentes historiográficas, só pode ser levado à frente na segunda parte desta dissertação.

A avaliação da consistência da obra histórica de Florestan com o conjunto da historiografia crítica brasileira, contudo, não se esgota aqui. Antes que passemos ao capítulo seguinte, caberia realizar um último esforço de confrontação da referida obra com a produção teórica de uma corrente da historiografia crítica brasileira, que só veio a se consolidar após a publicação dos principais textos históricos deste autor. A importância da realização deste esforço de confrontação se justifica por duas razões básicas: 1) porque esta "nova escola histórica" se reivindica de uma perspectiva historiográfica radicalmente nova<sup>54</sup> que se pretende crítica daquela produção teórica que, justamente, embasará o trabalho de "síntese" que atribuímos a Florestan Fernandes; 2) porque alguns de seus desenvolvimentos teóricos conduzirão a conclusões que, efetivamente, se afastam daquelas a que atinge Florestan, passando - apenas para dar um exemplo - pela recuperação das (diga-se de passagem, "tradicionais") teses que reputam o capitalismo à gênese e constituição da sociedade brasileira, e pela crítica à interpretação do capitalismo brasileiro como "capitalismo dependente".

Na realidade, é importante deixar claro, o que embasa objetivamente as reflexões fundamentais da historiografia de Florestan e da corrente que se se convencionou chamar "nova história" é uma preocupação similar

<sup>54</sup> Que seria metodologicamente assentada sobre uma releitura do "materialismo histórico" (baseada, em particular, nas contribuições presentes nas obras de Walter Benjamin e E.P. Thompson) e sobre a produção teórica pós-estruturalista francesa (em particular na obra de Michel Foucault).

em criticar toda uma produção teórica que, a partir de uma construção ideológica dos conceitos de "nação" e de "questões nacionais", buscava subsumir a luta de classes (escamoteando inclusive suas manifestações concretas ao nível da história dos movimentos de organização e resistência da classe trabalhadora) a ideais pretensamente universais de "crescimento econômico", "industrialização" e "autonomização nacional". O enfrentamento deste discurso ideológico se encontra no cerne mesmo de toda a produção teórica de Florestan, desde seus primeiros ensaios em torno da inserção do negro na sociedade de classes no Brasil, até seus textos de maturidade, como *A Revolução Burguesa no Brasil* (que tem como interlocutores implícitos os defensores de um projeto de revolução democrática e nacional para o Brasil que, em pleno final do século XX, comportaria uma aliança entre a classe trabalhadora e uma pretensa "burguesia nacionalista"). Neste sentido, Florestan dirigirá suas críticas mais violentas ao desmonte de um amplo conjunto de "ficções teóricas" constituídas por uma produção historiográfica pseudo-crítica. Ficções estas que alcançam distintos níveis de generalidade e complexidade, indo desde a concepção do Estado brasileiro como "demiurgo" (denunciado por este autor em seus fundamentos genéticos e funcionais como estado autoritário e conservador) até as representações glorificadoras e universalizadoras de momentos históricos - como a "revolução de 30" - cuja essência, na realidade, é dada pela consolidação da dominação sobre a classe trabalhadora. É justamente neste sentido que devem ser entendidas as seguintes palavras de Florestan:

"Fora da sociologia marxista prevalece o intento de explicar a Revolução Burguesa somente pelo passado (especialmente pela vitória sobre uma aristocracia decadente ou reacionária, variavelmente anticapitalista), ignorando-se ou esquecendo-se a

outra face da moeda, com frequência mais decisiva: a imposição da dominação burguesa à classe operária. Ora, o que poderia significar essa 'vitória' sobre forças em processo de extinção ou de incorporação ao próprio mundo burguês? Ao que parece, o importante e decisivo não está no passado, remoto ou recente, mas nas forças em confronto histórico, em luta pelo controle do Estado e do alcance da mudança social. ... [Este processo] requeria uma política que era o avesso do que se entendia, ideologicamente, como a nossa 'Revolução Burguesa' nos círculos hegemônicos das classes dominantes; e que só foi exatamente percebida de início, em sua essência, significado e funções, pelos politizados operários vindos da Europa. Anarquistas, socialistas e (mais tarde) comunistas, eles não se iludiram quanto ao tipo de dominação burguesa com que se defrontavam. Pintaram-na como ela realmente era, elaborando uma verdadeira contra-ideologia (e não, apenas, recompondo ideologias revolucionárias, transplantadas prontas e acabadas de fora, como se interpreta correntemente entre os sociólogos)."<sup>57</sup>

É mais do que evidente a aderência da leitura oferecida por Florestan (da qual a passagem acima é apenas um exemplo, que só pode ser integralmente compreendido se conectada à sua produção crítica em torno das determinações objetivas do viés ideológico da produção acadêmica brasileira) ao projeto básico mesmo da "nova história", tal como apresentado por Marilena Chauí em seu antológico prefácio da - já clássica - obra de Edgar de Decca intitulada 1938, *O Silêncio dos Vencidos*. Neste ensaio, Chauí defenderá a necessidade da articulação de um "contradiscurso" capaz de resgatar a perspectiva histórica da "classe que foi excluída da memória na qualidade de vencida". Neste sentido diz:

"O trabalho de contradiscurso exige, ainda, a clarificação da imagem do sujeito histórico escolhido pelo vencedor - no caso, a Nação - como mecanismo ideológico necessário para dissimular a figura dos que foram vencidos. Ao 'fato' (Nação), produzido pela memória histórica é preciso contrapor a lembrança de outros sujeitos que se exprimiam no presente da luta de classes. É necessário, também, ao trabalho de desconstrução da memória, desvendar não só o modo como o vencedor produziu a representação de sua vitória, mas sobretudo, mostrar como a própria prática dos vencidos participou dessa construção, deixando-a se erguer.

57 FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.Éii.

Enfim, para que esse trabalho não fique incompleto, é preciso compreender como o pensamento acadêmico produz um discurso pleno chamado 'revolução de 30', entendida como revolução democrático-burguesa. Aqui, novamente, a luta de classes será a via para desmantelar o discurso do historiador."<sup>58</sup>

A bem da verdade, a "inflexão" comum das leituras propostas por Chauí e Florestan não deixarão de comportar importantes diferenças ao nível do projeto expositivo. De fato, há que notar que é absolutamente central, no interior da proposta metodológica da "nova história", que a recuperação de todo e qualquer processo histórico se dê fora dos parâmetros impostos pela leitura do mesmo após a definição dos "vencedores" no interior dos conflitos que lhe eram subjacentes. Daí os "novos historiadores" derivam uma necessidade impositiva: a de realizar, de forma sistemática, o resgate das leituras e projetos em confronto, inclusive e particularmente, dos projetos que nortearam a ação e a resistência dos segmentos aos quais a história reservou o papel de "vencidos". Ora, não resta dúvida que o trabalho de reconstrução do processo de transição capitalista brasileiro realizado por Florestan Fernandes não segue rigorosamente estes princípios. Como ele mesmo reconhece, em um texto de 1979, intitulado "Repensando A Revolução Burguesa no Brasil":

"É fato que o exame [proposto neste livro] contém uma limitação: a estrutura antagônica da sociedade de classes foi apanhada do ângulo dos estratos dominantes das classes possuidoras."<sup>59</sup>

Mas, tal opção expositiva se explica:

58 CHAUI, Marilena. "Prefácio: história a contrapelo". In: DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp.16 e 17.

59 FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980. p.61.



"Contudo, esse constitui um bom método explicativo, quando não se procura dissimular ou mistificar os antagonismos de classes. Surge à tona, com toda a clareza, como os antagonismos de classes são percebidos, elaborados e utilizados organizada e institucionalmente para esmagar os vários estratos das classes despossuídas e subalternas, ou seja, diretamente para fortalecer a situação de interesses das classes privilegiadas, sua dominação econômica, social e política, e sua posição de poder no controle do Estado. Portanto, economia, sociedade e Estado foram considerados globalmente, em seus níveis mais profundos e no vir-a-ser histórico, o que me permitirá descrever, explicar e atacar a forma política assumida pelo regime ditatorial vigente."\*\*

Vale dizer, se a estrutura expositiva é divergente, seu horizonte e sua fundamentação teórica são essencialmente comuns. A convergência de pontos de vista, detectada acima, não será, evidentemente, gratuita. O que a informa é, não apenas uma *perspectiva política de classe* comum, mas um momento histórico em que a crítica a uma certa leitura do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro mostrava-se impositiva. Este momento é marcado pela recuperação da capacidade ofensiva de forças sociais que foram derrotadas em 1964 e que, a partir da década seguinte, passavam objetivamente a denunciar as amarras teóricas que, em períodos passados, sufocaram a plena e autônoma manifestação de seus interesses específicos e contraditórios com o padrão de dominação burguesa instituído no país. Esta é, sem dúvida, a leitura que preside a construção da tese de doutoramento de de Decca, supracitada, quando este escreve:

60 *Idem*, pp. 61 e 62. Que este seja o motivo real da opção expositiva de Florestan em seu trabalho historiográfico maior (e não qualquer desvalorização do significado objetivo da intervenção dos "vencidos" nos embates históricos concretos), o prova a abundante produção deste autor em torno dos processos de resistência e incorporação à ordem das chamadas "minorias" sociais no Brasil. Neste sentido, Maria Arminda nos diz: "... a sociologia produzida por Florestan e seus discípulos buscou contemplar ... a emergência dos novos atores sociais e, com eles, o aparecimento das camadas subalternas. Negros, índios, operários, imigrantes, os desclassificados em geral, adentram, a partir daí, o panorama da sociologia brasileira". ARRUDA, M.A.N. *Op. cit.* p.37.

"A realidade começou a ceder em vários pontos. A aparência de ordem que atraiu, facilmente, boa parte da sociedade nos últimos quinze anos, parece se estacelar pela multiplicação ininterrupta das vozes desordenadas. A realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas-de-casa, professores e muitos outros invadem na cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade da efetivação da própria história. São, na própria enunciação, demandas de poder, repercussões de lutas de uma sociedade que se institui e se revela ao mesmo tempo na sua divisão." <sup>61</sup>

E adiante:

"Vencidos pelas circunstâncias da luta política, os intelectuais souberam ouvir, já na década de setenta, o eco das primeiras vozes operárias rompendo o cerco de um longo período de silêncio. ... Subitamente a classe operária começou a invadir esses discursos e surpreendentemente aparecia atuante, combativa, caminhando sobre seus próprios pés. Reconhecia-se, paulatinamente, uma práxis proletária e os vários momentos dessas ocorrências, tanto na atualidade como no passado, começaram a penetrar no âmbito da produção universitária." <sup>62</sup>

As profundas similaridades entre o pensamento crítico de Florestan - que atinge seu máximo de produtividade e radicalidade justamente na década de 70 - e a produção teórica dos signatários do projeto da "nova história" não são, contudo, de tal ordem que permitam o escamoteamento das, igualmente profundas, diferenças entre ambos. E estas diferenças começam a se manifestar na relação estabelecida por cada uma das duas leituras com a produção historiográfica "tradicional". Pela razões mesmas já apresentadas anteriormente, Florestan não poderá concordar com a avaliação essencialmente negativa que a "nova história" faz da produção historiográfica pretérita. Esta avaliação, que Labalha por dentro os textos de Chauí e de Decca, supracitados, encontrará em um

61 DECCA, Edgar de. 1934: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.31.

62 Idem, p.36.

outro texto - o artigo de Maria Célia Paoli, intitulado "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros" - uma de suas expressões mais contundentes. Neste ensaio, Maria Célia diz:

"Parece termos chegado a um daqueles momentos onde há a dissolução progressiva de todo um conjunto de premissas e teorias, que anteriormente organizavam a percepção e a análise sobre a forma histórica da dominação e dos modos de existência social e política dos trabalhadores.

Deslumbrados (e não sem razão) com a descoberta de tudo aquilo que os intelectuais e pesquisadores dos anos 50 e 60 não viram, com a revelação de uma 'realidade que começou a ceder em vários pontos', com a emergência de 'outras falas' até então silenciadas na história, nós todos nos propomos a tarefa de criar um novo, de produzir de ponta a ponta uma nova história, uma nova antropologia, uma nova política, um novo modo de pensar sociologicamente a realidade.....

Por outro lado, esta tarefa está empenhada, talvez, mais do que descobrir e descrever as novas dimensões da realidade, em desmistificar e demolir uma forma anterior de conhecimento, colocando em xeque discursos e instrumentos de análise que pareciam seguros, em si mesmos, como arma crítica contra o poder vigente e a ideologia dominante, inclusive o marxismo.

As novas armas da crítica vêm sobretudo da filosofia e da psicanálise, e sua ênfase é absolutamente contemporânea: a crítica da imposição do modelar, do paradigma instituído, da ordem acabada, venha esta imposição de onde vier, da esquerda, ou da direita.

Como já foi amplamente notado, não por acaso esta forma de pensamento nasce na França de maio de 68 e seu fascínio nos pega no Brasil de 78. Se bem que todos os pesquisadores estejam plenamente conscientes de que a demolição do velho e a construção do novo se deve menos ao movimento interno das categorias de análise e muito mais à emergência concreta dos movimentos sociais, de suas demandas e de suas práticas políticas, a apropriação destes temas propostos pela realidade se faz mais pela via da descoberta intelectual das categorias libertárias do que pelo registro paciente e sistemático desta realidade como auto-reflexão.<sup>43</sup>

A longa citação acima se explica pela capacidade que o texto de Maria Célia apresenta de sintetizar - de forma admiravelmente

43 PAOLI, M.C. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros". In: LOPES, J.S.L. (org.) *Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro / São Paulo : UFRJ - Museu Nacional / Marco Zero, 1987. pp. 53, 54 e 55. (os grifos são meus).

transparente - num único movimento, não apenas a profundidade do "corte epistemológico" pretendido pelos "novos historiadores"<sup>64</sup>, como os fundamentos políticos e - por que não dizê-lo? - "existenciais" deste projeto. A referência explícita a "maio de 68" e o reconhecimento da centralidade da "descoberta intelectual das categorias libertárias" (associadas ao pós-estruturalismo francês) permite situar, quase à perfeição, o que fundamenta o arroubo iconoclasta (de um sabor algo "dionisiaco" e quase juvenil) que se insurge contra qualquer "imposição do modelar, do paradigma instituído, da ordem acabada, venha esta imposição de onde vier, da esquerda, ou da direita". Não será gratuito, assim, que o materialismo histórico e dialético radical se encontre no rol das "amarras teóricas" a serem desafiadas na perspectiva de se produzir "de ponta a ponta uma nova história, uma nova antropologia, uma nova política, um novo modo de pensar sociologicamente (sic) a realidade", a partir das armas críticas extraídas "sobretudo da filosofia (sic) e da psicanálise". Tampouco será gratuita a necessidade de se redefinir o próprio campo da análise histórica, a partir de uma novo padrão de definição do objeto. Segundo Maria Célia:

"Do ponto de vista que interessa aqui, isto trouxe uma redefinição do que se entende como 'social': se as relações sociais estruturais não estão, em princípio, excluídas desta redefinição, o 'social' significa hoje, sobretudo, o cotidiano

64 Diga-se de passagem, a produção teórica de Maria Célia Paoli - assim como a de Marilena Chauí, citada anteriormente - não se restringe propriamente ao campo da "historiografia" (no sentido mais específico e "acadêmico" do termo). Contudo - e, até certo ponto, por isto mesmo -, as "reflexões metodológicas" destas autoras balizam a discussão teórica de parcela expressiva dos signatários das teses da "nova história" no Brasil. Em função disto - e da necessidade de não nos extraviarmos do veio central desta dissertação -, não nos preocupamos em realizar qualquer recuperação sistemática dos textos metodológicos dos "novos historiadores" para a confrontação de suas leituras com a leitura de Florestan. Ao nível da ilustração que se faz necessária, quer nos parecer que os textos resgatados acima são suficientemente significativos.

das pessoas, pertencentes a grupos sociais diferenciados por distintas formas de representação e ação."<sup>65</sup>

Malgrado a fragilidade da determinação de "social" acima (o que, rigorosamente, se quer dizer com "grupos sociais diferenciados por distintas formas de representação e ação"?), o acento no "cotidiano" - ao qual se subordinam as relações sociais estruturais - é suficientemente significativo. Vai no mesmo sentido - ainda que carregue maior determinação e rigor - a aporia de inflexão thompsoniana enfatizada por Marilena Chauí em seu texto supracitado: "A classe não é coisa nem idéia; é um fazer-se". Ora, sem dúvida a classe é, antes de mais nada, um fazer-se, um realizar-se enquanto tal. Mas, a não ser que se tenha uma concepção materialista vulgar de "coisa" e idealista de "idéia", será, por isso mesmo, igualmente uma "coisa-idéia" que tem de se desenvolver como um conceito (na acepção materialista e dialética de conceito, qual seja, o da realização objetiva de uma essência). Afinal, "o observador deve já possuir o conceito daquilo que há de procurar nas manifestações duma coisa, para verdadeiramente a compreender"<sup>66</sup>. Ou em outras palavras, o fazer-se de uma classe (e a intelegibilidade deste fazer-se) não se dá fora da tomada de consciência de uma realidade material (dada pela apropriação/desapropriação dos meios de produção)

65 PAOLI, M.C. Op. cit. p.56.

66 HEGEL, Georg W.F. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 341. (Coleção Os Pensadores). Não deixa de ser interessante o fato de Hegel, na sequência imediata da passagem reproduzida acima, em polêmica com os historiadores, afirmar: "Felo que, não nos devemos admirar se existem tantas e tão estúpidas histórias da filosofia, nas quais a sucessão dos vários sistemas é descrita simplesmente como uma sequência de opiniões, erros e jogos de pensamento; jogos de pensamento que com grande esforço teriam sido inventados para darem mostras de sagacidade e de tudo o que, para salvar as formas, se acrescenta por cumprimento. Certo é que, ao considerarmos a falta de espírito filosófico dos historiadores de tal calibre, ocorre perguntar como é que tais homens poderiam ser capazes de compreender e de expor um conteúdo que é pensamento racional".

que existe e se impõe independentemente da forma mesma assumida por esta consciência.

Na realidade, se levarmos ao limite a concepção de que uma classe é só o seu "fazer-se" (ignorando-se o seu "ser feita"), somos conduzidos a uma perspectiva epistemológica agnóstica e anti-essencialista, típica do positivismo, para a qual alguma coisa só é aquilo que parece ser - e enquanto (a)parece - para alguém. Assim, aquilo que, eventualmente, não emerge à consciência da imensa maioria daqueles que portam as condições materiais desta mesma consciência, simplesmente não existiria enquanto objeto de investigação científica. Esta não é, evidentemente, a leitura de Marx. Para este autor as classes são, antes de mais nada, "coisas-ideias" em si, que carregam consigo a necessidade dialética de se desenvolverem enquanto "coisas-ideias" para si. Por isto mesmo, as classes sociais serão tanto "objetos" quanto "sujeitos" da história. Mais do que isto: as classes transformar-se-ão tanto mais em sujeitos da história, quanto mais os agentes sociais que as compõem desenvolverem (a partir da superação das ilusões postas pela ordem mercantil, de que esta realiza efetivamente a "universalização" dos direitos e a "indivisão" dos homens) a consciência de que suas inserções sociais reais e potenciais são definidas e limitadas por determinações materiais objetivas alheias às suas "vontades". Se se entende e se aceita esta perspectiva teórica, torna-se impositivo igualmente entender e aceitar que não há nada de "metafísico"<sup>67</sup> nas avaliações políticas táticas e estratégicas que buscam resgatar o grau de "maturidade histórica das condições objetivas" vinculando-as a um certo desenvolvimento potencial das consciências sociais subjetivas. Existem - e quanto a isto não pode

67 Conforme, sintomaticamente, propõe CHAUÍ, Marilena. Op. cit. p. 27.

haver a menor dúvida - avaliações políticas em torno da "maturidade das condições objetivas" que são incorretas, mistificadoras e que resultam inúmeras vezes de uma subordinação real a interesses de classe antagônicos àqueles alardeados. Mas, não se podem confundir estes desvios com o reconhecimento da existência de determinações materiais ao desenvolvimento da consciência e da ação das classes sociais. Na realidade, uma vez assumida tal perspectiva em sua radicalidade, não se pode mais pretender estar operando nos marcos do materialismo histórico e dialético. Este é um preço que muitos não encontram a menor dificuldade em pagar; mas este não é o caso, definitivamente, de Florestan Fernandes.

O que se extrai do exposto acima, portanto, é a constatação de que não basta um ponto de partida comum para definir a convergência de determinadas trajetórias. A trajetória de Florestan será, sem dúvida alguma, significativamente diferenciada daquela apontada por Maria Célia, a começar pela relação estabelecida com a historiografia tradicional. Portador, não apenas de uma formação teórica extremamente rica e erudita, mas de uma sólida leitura dialética, Florestan pautará seus trabalhos pela recusa peremptória de qualquer "modismo" balizador de uma perspectiva iconoclasta. De acordo com suas próprias palavras:

"Uma das constantes do meu trabalho foi tentar escapar à moda; de ter um rigor marcado, que me desse certa congruência. ... No entanto, acompanhei as tendências, as modificações. Procurei aproveitar os autores que se tornaram sucessivamente importantes, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Não fiquei alheio a essa oscilação. Mas, de outro lado, procurei me proteger da sedução fácil porque acho que a marca negativa do intelectual brasileiro é a rapidez com que ele adere às transformações da moda no exterior. Isso não se aplica só contra conservadores ou liberais; aplica-se também contra a esquerda. Eu acompanhei várias 'ondas': vi como Lukács foi substituído por Sartre, Sartre por Goldmann, depois Althusser; e, agora, Althusser também está

indo 'para as cucuias'. Isso tudo é desmoralizador. O que devemos ter e defender em termos de formação teórica básica? Temos capacidade crítica de seleção ou não temos? Se temos devemos ser capazes de ler livros, selecionar deles a contribuição positiva e construir um caminho próprio de contornos definidos. Tenho a impressão de que aí está uma lacuna terrível, que precisa ser superada. É necessário um amadurecimento intelectual que nos dê a capacidade de reagir com um mínimo de energia intelectual e inclusive de pensamento criador. Dirigir a nossa própria via intelectual, não oscilando como se afinal de contas estivéssemos à mercê do último livro que chega no último vapor, no último avião. Isso era a situação do século XIX. E continua a ser a situação hoje." 66

A recusa do iconoclasmo, identificado ao modismo, não pode ser entendida, contudo, como uma postura "idiossincrática" do autor. É um ponto de vista metodológico que trabalha por dentro o conjunto de seus textos. Seu fundamento último, como já vimos, é a dialética enquanto definidora de um padrão de apropriação do conjunto diferenciado e contraditório de leituras teóricas, produzidas e referendadas social e historicamente. Qualquer recusa desta imposição da dialética só pode significar um retrocesso a uma perspectiva marcada pela unilateralidade, por mais que venha travestida das roupagens mais (inclusive "pós") modernas. Particularmente infeliz será aquela opção que defende o "direito ao retrocesso" a partir da necessidade de rompimentos com as sufocantes "amarras teóricas"; tudo o que tal leitura consegue exprimir é uma defesa tardia (com sabor de farsa) da perspectiva epistemológica relativista que se assenta sobre a concepção alienada, fetichista e burguesa de liberdade: o livre arbítrio. Como nos ensina Hegel:

"As diferenças são consideradas deste modo como exclusivas uma da outra, e não como formando uma realidade concreta; mas, o vero, o espírito, é concreto e as suas determinações são liberdade e necessidade. Uma concepção mais alta afirma que o espírito é livre na sua necessidade, encontrando apenas nela a sua liberdade, do mesmo modo que a sua necessidade repousa apenas

66 FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 158.



na sua liberdade. ... Certo é que a liberdade também pode ser liberdade abstrata, sem necessidade; mas esta falsa liberdade é o arbitrio, e por esse motivo é o contrário da liberdade, o estarmos vinculados sem disso termos consciência, uma opinião destituída de liberdade, a liberdade meramente formal."<sup>69</sup>

Florestan jamais será vítima deste engodo; até porque, conhecedor profundo das obras de Durkheim e Weber, é capaz de identificar com extrema facilidade os elos que prendem o estruturalismo e o pós-estruturalismo francês, respectivamente, a estes dois autores e, por consequência, às perspectivas racionalistas de extração cartesiana e kantiana<sup>70</sup>. Sua filiação dialética se expressa, assim, desde o início a partir de um primoroso trabalho de leitura crítica e síntese orgânica do conjunto da produção historiográfica brasileira. Tal esforço de apropriação sintética não deixará de incorporar - num sentido evidentemente particular, tendo em vista que o desenvolvimento desta "escola" é posterior à redação e publicação de seus principais trabalhos historiográficos - à própria "nova história". Afinal, como já afirmamos acima, o ponto de partida material das reflexões que remetem à construção da "nova história" será igualmente o ponto de partida da produção historiográfica de Florestan. Além disso, as sólidas formações de Florestan, como sociólogo - sem que se neguem as tensões daí advindas - e cientista (da história), o encaminharão para uma perspectiva que não deixará de incorporar a recusa ao determinismo economicista vulgar, o respeito às particularidades distintivas dos vários processos de constituição e desenvolvimento das sociedades de classes, e o resgate do papel histórico concreto dos agentes sociais ao longo do desenvolvimento

<sup>69</sup> HEDEL, G.W.F. Op. cit. p. 338.

<sup>70</sup> Perspectivas racionalistas que, diga-se de passagem, por suas próprias insuficiências (vinculadas à distinção radical entre objeto e sujeito e à defesa do primado do segundo sobre o primeiro), tendem a se desenvolver - pela porta do "relativismo" que o próprio dogmatismo insiste em manter aberta - como leituras francamente irracionais.

da luta de classes; vale dizer, àqueles pontos que estão no centro mesmo das preocupações metodológicas que orientam a "nova história".

### CAPÍTULO III - CAPITALISMO E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL : NA PERSPECTIVA DA LÓGICA DO TEMPO E DA ESSÊNCIA

Um dos aspectos mais polêmicos da produção historiográfica de Florestan Fernandes encontra-se, sem dúvida alguma, na sua caracterização do processo de consolidação da ordem capitalista no Brasil como um processo de "revolução burguesa". As inúmeras críticas que esta formulação recebeu podem, contudo, ser divididas em apenas dois grupos: num primeiro grupo encontrariam-se aqueles autores que negam, a princípio, a pertinência do conceito de "revolução burguesa" ao processo de desenvolvimento histórico brasileiro, na medida em que afirmam o caráter essencialmente capitalista da formação econômica e social nacional desde a sua emergência como espaço econômico vinculado à economia mundial em expansão mercantil sob o antigo sistema colonial; num segundo grupo, se aglutinariam aqueles autores que, admitindo uma etapa pré-capitalista e um processo de transição para o capitalismo na história brasileira, não identificam esta transição com um processo de "revolução burguesa", na medida em que dão a este último conceito um grau de determinação maior (e, portanto, de generalidade menor) do que é dado por Florestan. A profunda distância que separa as duas críticas impõe que o enfrentamento das mesmas se dê em níveis distintos (que apresentamos sob a forma das duas seções abaixo), até porque - antecipamos desde já - se reconhecemos alguma pertinência à segunda, o mesmo não ocorre com relação à primeira.

## 1. Capitalismo e pré-capitalismo no Brasil

Como vimos anteriormente, o debate em torno do caráter "capitalista" ou "pré-capitalista" da sociedade escravista no Brasil permeia toda a historiografia crítica deste país. Sua produtividade e capacidade de gerar novos textos - que recuperam, transformam, inovam e, muitas vezes, apenas sofisgam - em torno de velhos problemas e argumentos não deixa de ser surpreendente. Esta produtividade revela-se, inclusive, na existência de uma bibliografia que já *reflete em torno do próprio debate*<sup>71</sup>.

Ora, é evidente que tamanha "fecundidade literária" só pode ser entendida a luz das consequências potenciais que o referido debate porta para o encaminhamento de questões referidas à prática política que são absolutamente cruciais para o destino da luta de classes interna. Tais questões - que envolvem desde o caráter dos impasses que se colocam para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, até os papéis históricos que cabem às distintas classes sociais no enfrentamento destes impasses - serviram, contraditoriamente, para o desenvolvimento e o embotamento do debate. Assim é que, ao lado da crescente complexificação dos argumentos favoráveis e desfavoráveis à tese do "capitalismo colonial escravista" brasileiro, o componente fortemente ideológico que preside a maior parte das intervenções tem dificultado a emergência de leituras que busquem e se mostrem capazes de, efetivamente, *superar os termos tradicionais em que a disputa se coloca, através do resgate das contradições reais que permitem a sobrevivência das duas perspectivas antagônicas*. Vale dizer: a própria persistência do

71 Entre os textos que se dedicam a refletir sobre este debate, chamam a atenção as contribuições de MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 4 ed., Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: Polis, 1980; e MIRAND, Sedi. *Capitalismo e Pré-capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

debate - e o fato de que ele seja politicamente condicionado não é de merecedor do mesmo, antes pelo contrário - já deveria servir como sinalizador, àqueles teóricos de sólida formação dialética, de que ambas as posições encontram-se firmemente implantadas sobre o resgate de determinadas (ainda que parciais) dimensões da realidade. Com isto não estamos querendo dizer, evidentemente, que se devesse buscar algum tipo de arranjo eclético, assentado sobre um "justo meio-termo" (sic) entre as posições em confronto. A questão que se coloca é bem outra. Tanto mais - porque, em absoluta consonância com Florestan Fernandes, entendemos que a tese do "capitalismo escravista colonial brasileiro" é essencialmente equivocada. Contudo, sua crítica conseqüente só é possível a partir do resgate das determinações materiais reais que permitem sua sustentação. E entendemos necessário fazer isto não por qualquer respeito ao (ou por estarmos em busca do) consenso, mas por absoluto respeito à razão dialética. Expliquemo-nos.

A despeito de todo o refinamento a que foram submetidos os diversos argumentos, é possível dizer que as teses centrais que sustentam as duas perspectivas antagônicas encontram-se relativamente consolidadas. Assim é que a tese do "capitalismo colonial escravista" assenta-se sobre três pressupostos básicos, a saber: a) é impossível descolar (concreta e analiticamente) a dinâmica de constituição e desenvolvimento da sociedade colonial brasileira da emergência da "era do capital" e do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial; b) as relações sociais básicas internas são mediadas pela mercadoria, sendo que o próprio "escravo" assume esta forma; c) a divisão, o padrão de controle e a produtividade do trabalho nas células produtivas internas à colônia são de tal ordem que garantem os atributos de "modernidade" e de

"empreendimento capitalista" às mesmas. Por outro lado - e a despeito da diversidade que campeia no interior das correntes teóricas que realizam a crítica da tese explicitada acima - os autores que negam a leitura do "capitalismo escravista colonial", via de regra, afirmam que: a) as sociedades coloniais são sociedades peculiares (quer as pensam como "proto feudais", "feudal escravistas", "patrimoniais escravistas", "escravistas coloniais", ou outros quejandos) que expressam a lógica e o desenvolvimento de sociedades metropolitanas pré-capitalistas (porquanto estamentais e pré-industriais); b) o escravismo (associado a outras formas pré-capitalistas de subordinação do trabalho) constitui a relação social básica de produção interna, o que implica num padrão de reprodução, conflito e ordenamento social tipicamente não-capitalista; c) as células econômicas internas comportam, ao lado de uma dimensão mercantil, sólidas dimensões pré-mercantis, em que a produção de valores de uso, a troca direta e os laços de dependência pessoal assumem - se não o centro do processo - papel não desprezível na reprodução econômica das mesmas.

Ora, mais importante do que perceber a evidente consistência (parcial) de cada um dos argumentos antagônicos expressos acima, está em perceber a unilateralidade e caráter não-dialético dos mesmos. Assim é que, se os compararmos um a um, veremos que, desde o momento que se procura pensar a sociedade colonial como ou *para extensão e continuidade da sociedade metropolitana* ou *para unidade independente, marcada por sua peculiaridade*, o que se perde é justamente a dimensão de unidade *contraditória* das mesmas. Vale dizer, o que se perde é a possibilidade de pensar metrópole e colônia como perfazendo um sistema, onde a relação dialética do todo com suas partes componentes se expressa no fato de que

o centro propulsor se reproduz negativamente, criando um outro que necessariamente comporta - *mas de forma distinta e, via de regra, invertida* - as determinações presentes naquele que o gera. No mesmo sentido, quando se observa a contraposição de argumentos, no que diz respeito à caracterização das sociedades metropolitanas - *capitalistas* ou *pré-capitalistas* - o que choca é a necessidade de congelá-las baixo uma caracterização unívoca, extraviando-se a possibilidade de se resgatar o sentido dramático da própria colonização do "novo mundo" como index de sociedades em transição, como index da emergência (dos "primeiros passos") da "era do capital". Como se isto não bastasse, ao avançarmos para a comparação dos argumentos contraditórios em torno das relações sociais básicas internas à colônia - ou *mercantis*, ou *escravistas* - o que se percebe são duas absolutizações dogmáticas: ou se resgata apenas a forma (mercadoria) que parcela expressiva dos produtos do trabalho e das relações sociais assumem, ou se resgata apenas o conteúdo (escravista) das relações sociais de produção que sustentam a emergência daquela forma. Com isto, perde-se a própria possibilidade de apreender as contradições básicas da sociedade colonial, que se condensarão nesta relação contraditória entre *forma mercantil* e *conteúdo pré-mercantil* dos produtos do trabalho<sup>72</sup>. Finalmente, se se observa a contraposição aberta pela caracterização do padrão básico de reprodução das células econômicas internas - "mercantil" ou "autárquico"; "capitalista-acumulador" ou "patriarcal-escravista"; "moderno" ou

72 E com isto, evidentemente, se perde muito. Em primeiro lugar, deixa-se (agora, definitivamente) de entender a centralidade das relações coloniais e do sistema colonial enquanto relações voltadas justamente para o selapamento do desenvolvimento desta contradição explosiva. Em segundo lugar, perde-se a possibilidade de entender o conteúdo revolucionário do processo de independência, assim como os determinantes contraditórios da constituição e do desenvolvimento da sociedade e do Estado escravista nacional. Voltaremos a estes pontos no capítulo sexto desta dissertação.

"tradicional" -, o que chama a atenção é, não só a necessidade de absolutizar uma das duas dimensões, como a forma pela qual este padrão de reprodução é pensado estaticamente, como um dado. O equívoco desta perspectiva é facilmente compreendido quando se entende que,  *muito mais importante do que o que ele possa ser num dado momento, é a forma como evolui e como se transforma, quais as potencialidades reais presentes em seu interior, qual a relação que estabelece com o exterior (competitiva, autonômica, heteronômica) e como reage às impulsões negativas e positivas que recaem sobre si, em suma, qual o padrão dinâmico que ele comporta e impõe à sociedade colonial.*

Em síntese: se resgatarmos um a um os principais argumentos contraditórios que sustentam e que se opõem à tese do "capitalismo escravista colonial brasileiro", o que veremos é que eles - na sua  *unilateralidade* - constroem-se no interior de leituras marcadas por uma débil apreensão da lógica dialética e dos princípios do materialismo histórico. A comprovação de que a perspectiva genuinamente marxista não corresponde a nenhuma das duas leituras antagônicas (*na forma como elas exprimem este antagonismo, bem entendido*) anteriores, expressa-se mesmo no fato de que ambas pretendam (e efetivamente possam) resgatar Marx (inclusive sob a forma de extensas e "cabais" citações) em apoio às suas idéias. O que, para um leitor desacostumado à lógica dialética, soaria como mais uma demonstração das "inúmeras incongruências" presentes na obra deste autor, não passa da expressão de que uma realidade contraditória, em processo de transformação, não pode ser apreendida cientificamente dentro dos cânones da lógica formal e do cartesianismo.



é ocioso dizer - tendo em vista os desenvolvimentos do capítulo anterior, referendados inclusive na reprodução de passagens de textos de Florestan Fernandes que já abordavam questões referentes ao tema agora proposto - que não reputamos a este autor os equívocos teóricos expostos acima. Na verdade, a mera observação da proposta de periodização de Florestan para a história brasileira - que é subdividida em três etapas, a "colonial", a "neocolonial" e a "capitalista dependente"<sup>73</sup> - já revela uma aguda percepção da necessidade de se pensar o processo interno de transformação do padrão de reprodução econômica e social a partir de sua imbricação com os desenvolvimentos inerentes ao desenvolvimento mundial da ordem capitalista. Vai no mesmo sentido - o de resgatar as determinações globais de nossa peculiar *historicidade* - a precocidade de Florestan em demonstrar não só a centralidade do antigo sistema colonial, como em explorar suas conexões com, por um lado, o processo de emergência e desenvolvimento do capitalismo europeu e, por outro lado, com o solapamento do pleno desenvolvimento da ordem mercantil-burguesa interna. Assim é que nos diz:

"São conhecidas as vinculações do antigo sistema colonial com o capitalismo comercial. Aquela sistema foi organizado, em todos os setores da economia colonial (mineração, produção agropecuária para exportação ou consumo interno e comércio), para promover a drenagem de riquezas da América Latina para a Europa e, portanto, para expandir o capitalismo na Espanha, em Portugal, na Holanda ou na Inglaterra, na França etc. Está claro que ele exigia, em termos relativos, vastos investimentos financeiros, ampla inovação tecnológica e um mínimo de racionalidade administrativa. No entanto, a conexão capitalista pura e irredutível da economia colonial procedia do circuito comercial e realizava-se no mercado europeu . . . É certo que as ambiguidades de um tipo de colônia de exploração, que envolvia alguns traços de povoamento e o constante incremento demográfico dos *colonos* (de origem externa ou interna), acarretavam fortes pressões no sentido de eliminar barreiras sócio-econômicas e de estilo de vida, pelo menos nos setores possuidores e privilegiados das populações coloniais. Enquanto teve condições de sobrevivência, o sistema colonial

<sup>73</sup> Vide, a este respeito, FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977, pp.14 e 15.

resistiu seletivamente a tais pressões, absorvendo algumas delas e eliminando outras, preservando porém a sua estrutura e dinamismos . . . . Por isso, sob a vigência do antigo sistema colonial, tanto o mercado quanto o sistema de produção foram cuidadosamente resguardados de impulsões que poderiam minar ou destruir o sentido explorador da colonização. . . . As transformações que ele sofreu, sob o império do pacto colonial, não visavam a uma revolução dentro da ordem, que transferisse o controle do capitalismo político e monopolizador (para usar-se uma expressão de Max Weber) das metrópoles para as colônias: elas se voltavam para o aperfeiçoamento da exploração colonizadora e da própria ordem colonial, que precisavam ser reajustadas às modificações do capitalismo da Europa e às realidades cambiantes do mundo colonial.

Esta interpretação não pretende negar nem a 'modernidade' nem o caráter capitalista do empreendimento colonial. Quer somente repô-lo em seu contexto estrutural e histórico. . . . O que aqui apareceu e se desenvolveu, que se pode considerar 'típico do capitalismo moderno', não só eram conexões do capitalismo mercantilista: eram o seu reverso, que permitiam organizar e expandir a colonização de sentido explorador. . . . O caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos."<sup>74</sup>

A longa citação acima fala por si mesma. Florestan não recusa a caracterização do Brasil colonial como capitalista porque negue a existência de relações sociais internas que já se apresentam mediadas pela mercadoria. Tampouco o faz porque não se aperceba de que o mundo europeu é um mundo em transição para o capitalismo e é daí que advêm as impulsões centrais para o empreendimento colonial. Muito menos porque ignore a "modernidade" das estruturas produtivas internas. A recusa em caracterizar o Brasil colonial escravista como "capitalista" advem, antes de mais nada, da percepção de que a dinâmica interna a esta formação social - a historicidade que lhe é imanente, seu padrão de reprodução e desenvolvimento econômico e social (que se assenta sobre as relações e os conflitos inter e intra "classes", "estamentos" e

74 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pp. 46, 47 e 48 (os grifos em negrito são meus).

"castas") - não corresponde a uma dinâmica capitalista. E isto, na justa medida em que os desenvolvimentos *potenciais* neste sentido se acham solapados pela subordinação colonial e - como, *corretamente*, pretendem os críticos mais contundentes da tese do capitalismo colonial - pela centralidade do escravismo e demais relações pré-capitalistas de produção<sup>75</sup>.

As críticas a esta formulação de Florestan Fernandes<sup>76</sup> podem ser divididas - quer advenham dos defensores, ou dos antagonistas da tese do "capitalismo escravista colonial" - em dois blocos: aquelas que exprimem incompreensão do que seja efetivamente "capitalismo" e "modo de produção capitalista"; e aquelas que exprimem uma visão estanque e formalista da história, o que impede a compreensão do antigo sistema colonial enquanto expressão e momento do processo europeu de transição para o capitalismo. Por razões meramente expositivas, iniciaremos pelo enfrentamento das críticas que se filiam à última leitura.

São inúmeros os autores que criticam as teses de Florestan, acima explicitadas, pela "ambivalência", "fluidez" e "indeterminação teórica" dos conceitos utilizados pelo autor na caracterização do referido processo. De fato, se lermos com atenção a citação reproduzida acima, perceberemos que Florestan refere-se ao sistema econômico europeu que estaria impulsionando a montagem da ordem colonial baixo distintas denominações. No intervalo de apenas duas páginas, este autor se utilizará de categorias dúbias (e até mesmo parcialmente incongruentes)

75 Na verdade, a rigor não se trata de uma coisa "e" outra: o sistema colonial desdobra-se lógica e historicamente nas demais determinações, ainda que estas últimas venham a se desenvolver e ganhar prevalência posteriormente.

76 Que, diga-se de passagem, é absolutamente convergente com a leitura de Fernando Novais.

como "capitalismo comercial", "capitalismo político e monopolizador" (com explícita referência a Weber) e "capitalismo mercantilista". Ora - argumentam os críticos deste padrão de raciocínio -, a referência a Weber não é gratuita, mas revela (pelo ecletismo) a incompreensão substantiva do conceito marxista de capitalismo (*um modo de produção*)<sup>77</sup>. Esta incompreensão seria já detectável nas categorias de "capitalismo comercial" ou "capitalismo político monopolizador": "como é possível pretender-se marxista um discurso assentado na definição de um modo de produção a partir de processos políticos ou econômicos restritos à esfera da circulação?"

A crítica procederia se, por acaso, fosse intenção de Florestan - ou qualquer outro autor que trabalha com tais categorias - traduzi-los ou operar com os mesmos como "modos de produção". Não é, entretanto, este o caso, pelo menos no que diz respeito a Florestan. Quando se diz "capitalismo comercial" explicita-se, de fato, uma contradição. A questão é que esta "contradição categorial" apenas faz resgatar (ainda que de forma simplificada, não comportando em si a explicação de sua origem) uma contradição real. Esta contradição não é outra senão o fato de que a "era do capital" não só emerge sobre uma base produtiva pré-capitalista (feudal, em sua forma típica) como, nos primeiros passos de seu desenvolvimento, retira forças e energia justamente desta base, que solapa e preserva *concomitantemente*. Não poderíamos explicar este complexo processo aqui, na profundidade que tais questões exigem, pois

77 Não é preciso dizer que os erros da réplica já começam aqui. Imaginemos a tragédia que não seria para o marxismo se o ideal de adequação e correção interpretativa fosse dado pela recusa absoluta em citar autores não marxistas. Marx mesmo não poderia citar ninguém, a não ser ele próprio e, quicá (os mais "ortodoxos" certamente discordariam), Engels. Felizmente, como Lukács já nos explicou, a ortodoxia marxista é uma questão de método, e não de citações.

isto envolveria um deslocamento assaz prejudicial a nossos objetivos neste capítulo<sup>78</sup>. De qualquer forma, o centro da questão está na proposição de que o processo de consolidação da ordem capitalista envolve - pelo menos este foi o padrão histórico europeu - um momento em que a acumulação capitalista se processa em termos primitivos, vale dizer, em termos pré-capitalistas. Uma acumulação pré-capitalista de capital é uma contradição, mas uma contradição real. O que ela define não é um "modo de produção", mas, se se quiser, um "modo de dissolução" de um modo de produção. Este modo de dissolução, no caso europeu, levou à crescente generalização das relações de intercâmbio mercantil, ao solapamento dos laços de dependência pessoal, ao desenvolvimento da produção mercantil independente urbana e rural, a crescentes perdas patrimoniais da nobreza e da igreja católica, à generalização da lógica da valorização, à monetização da economia e à generalização das relações de débito e crédito com cláusula de juros, à concentração de capital, à emergência das relações de assalariamento e à manufatura. Este movimento, que engloba vários séculos (mas que se acelera violentamente a partir dos processos que marcam a emergência da Idade Moderna), não se conclui até a consolidação da grande indústria e da generalização do assalariamento. O que ele define, contudo, enquanto se realiza? Capitalismo? Feudalismo? Não! Transição. Contradição. Processo.

Mas - poder-se-ia questionar - "qual o modo de produção hegemônico ao longo de todo este período?" E a resposta "correta" (sic) surgiria

78 De qualquer forma, retornaremos a estes pontos no capítulo sexto desta dissertação. Para um tratamento mais exaustivo desta questão vide OLIVEIRA, Carlos A.B. *Considerações sobre a formação do capitalismo*. Campinas: UNICAMP (mimeo), 1976. No mesmo sentido essencial, ainda que de forma mais enxuta, vide PAIVA, Carlos Aguedo. "Do antigo sistema colonial português ao capitalismo tardio brasileiro: um processo de revolução ordenada". In: *Questões de Economia Política*, n.4. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

pela recusa à contradição: "não poderá ser o capitalista, uma vez que ele sequer se encontra propriamente constituído". Logo - concluir-se-ia - "o modo de produção hegemônico só pode ser o feudal, e feudais são, na sua essência, as sociedades da 'transição'!"

Sem dúvida, no interior da lógica formal, esta resposta é inquestionável. Afinal, se se trata de definir "hegemonia" por "quantidade", não há outra alternativa senão concordar com o fato de que uma análise estatística revelaria a franca hegemonia das relações sociais de produção pré-capitalistas em todo este período. Mas, felizmente, já é possível pensar a história dentro de outros referenciais metodológicos que não aqueles que serviram de parâmetro à matemática e à mecânica clássica. Evoluamos - apenas como exercício - até a biologia, e imaginemos um carvalho frondoso que é atacado por um parasita, um parasita peculiar, que, após sugar toda a seiva e a vida do carvalho, deita raízes e se transforma ele próprio em uma outra árvore. Quem é "hegemônico" no momento em que o parasita ainda não deitou raízes e sequer é visível aos olhos de quem observa o carvalho a uma certa distância? Se contássemos o número de folhas e galhos para definir a hegemonia, ganharia o carvalho. Se avaliássemos quem sustenta a vida das duas plantas, igualmente concluiríamos que o carvalho hegemoniza a relação. Mas se pensássemos em termos de "quem subordina quem", "quem é o 'mais avançado'", "quem comporta consigo o 'futuro'", a resposta seria outra. Esta resposta, contudo, não pode ser, no momento em que o parasita ainda não deitou raízes, que "o hegemônico é a árvore que ainda não nasceu"! O hegemônico é o próprio parasita enquanto parasita e, portanto, enquanto subordinado. Isto é uma contradição, mas - tal como o conceito de "capitalismo mercantil" - é uma contradição real.

Feliz ou infelizmente, porém, a história humana se processa sob formas ainda mais complexas do que a "história" natural. Como "carvalhos" e "parasitas" inteligentes<sup>79</sup>, os segmentos sociais em conflito ao longo do processo de desmantelamento da ordem feudal reagem, se transformam e transformam o meio circundante, abrindo trajetórias históricas distintas das que seriam presumíveis por aqueles que se fixassem apenas na presença dos agentes originários de todo o processo. Assim é que os estamentos dominantes na ordem feudal - juntamente com aqueles setores subordinados no interior desta ordem que tinham algo a perder com o desenvolvimento capitalista - não se submeteram de forma complacente às imposições e extorsões do capital mercantil. Isto impôs profundas transformações no padrão de relação simbiótica e contraditória entre este tipo de capital e a ordem feudal de onde aquele auria suas forças e energia. Tais transformações se expressarão, fundamentalmente, na articulação e montagem de novos instrumentos reguladores da ordem social (consubstanciados no Estado "patrimonial-burocrático" da fase final do Antigo Regime e em suas políticas de corte mercantilista) e trarão profundas consequências sócio-históricas. Duas destas consequências devem ser ponderadas por nós: uma, que se processa no próprio meio circundante imediato do "carvalho" e seu "parasita" e que se expressa na emergência e consolidação de uma "flora diversificada" de produtores mercantis independentes, que ganharão nova expressão política e econômica e potencialidades dinâmicas impensáveis antes dos rearranjos

79 Melhor seria dizer: "como parasitas que carecem e, por isto, trabalham". Como Marx muito bem sabe, a inteligência não é um atributo do homem, mas um resultado. O homem é um *tool-making animal*, e a inteligência prática é o seu principal instrumento, o principal resultado de seu trabalho.

referidos<sup>80</sup>; e outra, que implicará na emergência de novas sociedades - as sociedades coloniais - absolutamente distintas daquelas que lhes deram origem. Tais sociedades poderiam ser pensadas como "enormes plantações 'modernas' de *pinus eliotis* anões", cuja função precípua é a de garantirem alimento e energia para a floração metropolitana: o parasita, seu carvalho e a nova flora que emerge e se consolida em torno de ambos. O desenvolvimento destas sociedades será, assim, marcado, antes de mais nada, pela relação de subordinação, à qual estão circunscritas.

Isto, evidentemente, não significa que estas sociedades não comportem, *desde dentro*, uma dinâmica particular que se desdobra independentemente dos designios para os quais foram constituídas (mesmo uma floresta devastada e parcialmente apodrecida de *pinus eliotis* anões gerará o seu próprio ecossistema, nem que este tenha por base estruturas tão primitivas como os líquens que nascem nas cascas das árvores tombadas). Contudo, o pleno desenvolvimento destas impulsões dinâmicas *endógenas* processa-se no interior de uma temporalidade que não pode ser abstraída (afinal, é preciso que não esqueçamos, a dialética é, justamente, a lógica do tempo). Por isto mesmo é possível pensá-las e defini-las *imediatamente* como "sociedades de produção colonial"<sup>81</sup>. Estas sociedades comportarão, em *status nascendi*, novas estruturas sócio-produtivas, portadoras de dinamismos endógenos suficientes para a

80 A importância desta "nova flora" é tamanha que Marx, na primeira seção do Livro um de *O Capital*, parte tão somente "dela" - os produtores mercantis independentes - para constituir logicamente as relações capitalistas de produção.

81 Florestan dirá: "O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um sistema de produção colonial, estrutural e dinamicamente adaptado às funções das colônias de exploração." FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 48.



efetiva constituição material e categorial daquelas como "modos de produção" de tipo novo. Mas a concretização deste processo envolverá transformações na estrutura da referida sociedade colonial - fundamentalmente a diversificação e densificação das relações sociais especificamente internas - que serão impulsionadas desde dentro e desde o mercado capitalista mundial em processo de consolidação. Em suma: não há contradição em se pensar *simultaneamente* as sociedades que emergem do antigo sistema colonial como "sociedades coloniais" e "sociedades subordinadas à dinâmica de um modo de produção de tipo novo (o modo de produção escravista mercantil e/ou colonial)"<sup>82</sup>; desde que, fugindo do formalismo classificatório tipicamente estruturalista, se tenha o devido respeito pelo tempo e pela mudança. É justamente este respeito que falta aqueles autores que, seja sob a influência da leitura stalinista e materialista vulgar do marxismo (expressa na generalização do modelo das "cinco etapas de desenvolvimento histórico"), seja sob influência do formalismo racionalista althusseriano (expressa na rígida diferenciação entre "modo de produção" e "formação econômica e social"), pretendem impor um padrão de interpretação do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, assentado no resgate (historicamente descontextualizado) tão somente das relações sociais de produção e propriedade especificamente internas. Este movimento de "abstração da História" - substituída pela "modelística" - é, necessariamente, o movimento de abandono da perspectiva da totalidade, que se expressa e se desdobra na abstração de importantes contradições sociais e na adoção de

82 Por isto mesmo, não há qualquer contradição nas declarações de Florestan Fernandes e de Fernando Novais em apoio às "duas teses". Vide, a respeito, o artigo intitulado "A Sociedade Escravista no Brasil", em FERNANDES, Florestan. *Círculo Fechado*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977, e os comentários de Fernando Novais ao ensaio de Antonio Barros de Castro em CASTRO, A.B. "As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial". In: PINHEIRO, P.S.(org). *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.76 e segs.

critérios dogmáticos ou subjetivistas no processo de hierarquização das determinações que põem a sociedade colonial em movimento. Para dizer tudo em uma frase: a abstração da história e a opção pela modelística (que só pode nos levar à "filosofia da história" e/ou à construção de "tipos ideais" weberianos) nada mais é do que a abstração da dialética enquanto lógica do (e imanente ao) concreto em desenvolvimento, do transcorrer das coisas, do tempo<sup>83</sup>.

Posto isto, podemos passar à crítica dos argumentos que negam pertinência à leitura de Florestan Fernandes, apresentada e desenvolvida acima, a partir da afirmação do caráter capitalista da ordem social escravista colonial brasileira. Não gratuitamente, identificamos, acima, o fundamento desta leitura em uma incompreensão básica do que sejam as categorias "capitalismo" e "modo de produção capitalista" para Marx. Antes de expormos nossa própria leitura destas categorias, valeria a pena recordar, contudo, que esta incompreensão não é específica da historiografia brasileira, mas - como o clássico debate aberto por Dobb e Sweezy sobre o processo de transição para o capitalismo o comprova, através das críticas oriundas do conjunto dos contendores em torno do padrão de utilização de determinadas categorias básicas<sup>84</sup> -, está presente em boa parte da historiografia e da economia política internacionais que se pretendem críticas. Ora, a recorrência de um determinado equívoco revela que ele está assentado em determinadas bases

83 Voltaremos mais adiante a estas questões quando discutirmos os fundamentos das críticas "endogeneístas" à "teoria da dependência".

84 Na nossa opinião - em consonância com as intervenções de Hobsbawm no interior do debate, e em contraposição à posição dos defensores mais ardorosos de Dobb (como Takahashi) -, esta incompreensão está presente nos textos dos dois autores que abriram a contenda. A melhor edição brasileira dos textos clássicos do referido debate é HILTON, Rodney (org). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

materiais bastante sólidas. De fato, dentro da leitura marxista, não se pode considerar o desenvolvimento das relações mercantis - que, generalizadas, redundam na ordem capitalista - nem como acaso, nem como fatalidade histórica, mas como tendência imanente a todas as sociedades que, no processo de expansão geográfica, demográfica e econômica, vão perdendo capacidade regulatória dentro do padrão tradicional das relações imediatamente pessoais, e desenvolvem relações sociais mediadas por trocas mercantis. Este processo "quase-universal" - que só se desenvolve até a consolidação da ordem capitalista a partir de condições sociais e históricas *sui generis*, capazes de permitir o avanço intermitente da dissolvente ordem mercantil - acaba por gerar o desenvolvimento do dinheiro e do capital, ainda que este último apareça originalmente em suas formas *ante-diluvianas* (vale dizer, assentada sua valorização, não sobre a produção e apropriação de mais-valia, mas sobre trocas desiguais e transferências patrimoniais entre os agentes de uma determinada sociedade).

Ora, por outro lado, toda a sociedade histórica cria para si a ilusão de que as relações sociais que comporta são eternas e naturais. Esta percepção ideológica é particularmente desenvolvida no sistema capitalista onde, sob a influência do fetiche e da reificação das relações sociais, as coisas parecem portar uma capacidade a-histórica e natural de reproduzirem a sociedade. Isto implica em que, sob o influxo da ideologia burguesa dominante e a partir do resgate e absolutização de fenômenos imediatamente perceptíveis ao nível da circulação (vale dizer, da presença efetiva de relações mercantis, dinheiro e valorização capitalista em sociedades essencialmente pré-capitalistas), muitos historiadores passem a classificá-las como capitalistas, e busquem

entender seus dinamismos a partir da dinâmica inerente à sociedade burguesa<sup>85</sup>. Este equívoco é particularmente compreensível quando se reflete sobre a sociedade colonial escravista brasileira. Afinal, esta sociedade se constituirá sob a égide do desenvolvimento do capital mercantil europeu e se implantará justamente para viabilizar este processo, o que, por sua vez, implicará um peculiar e acentuado desenvolvimento das relações mercantis internamente.

O acima explicitado, contudo, explica, mas não justifica (não torna "justo"), o equívoco presente nas tentativas de caracterizar nosso escravismo colonial como capitalista. E isto porque, se é verdade que "capitalismo é o modo de produção que se reproduz sob influxo da lógica contraditória do capital", não é verdade, porém, que "capital seja pura e simplesmente 'valor que se valoriza', sendo, isto sim, em sua plena determinação conceitual, uma relação social contraditória determinada (cujo índice é dado pelo assalariamento), que se desenvolve de acordo com um padrão dinâmico particular que se impõe sobre o conjunto da sociedade". Vale dizer: não é possível, a partir do reconhecimento da hegemonia (contraditória, pois se realiza sobre as bases de um modo de produção pré-capitalista) do capital mercantil nas sociedades europeias

85 Uma forma peculiar de subordinação a esta ideologia - que apreende as relações sociais particulares e transitórias deste sistema como se fossem relações sociais naturais e eternas - nos é dada pela versão epigonológica do projeto da nova história. Sob influência da clivagem benjaminiana dos atores históricos em "vencidos" e "vencedores", estes epígonos do pensamento do grande filósofo marxista alemão esquecem-se que "a história a contrapelo" tem que ter amarração teórica, e transformam todos os modos de produção baseados na exploração do trabalho e na luta de "classes" (no sentido mais amplo desta categoria) em versões simplificadas e diferenciadas do "modo de produção capitalista". Na realidade, o que sustenta esta leitura - que se pretende "radical" e "moderna", mas que não passa da expressão "contrária idêntica" da perspectiva ideológica burguesa - não é Walter Benjamin, mas um misto de preguiça mental, ignorância teórica e maniqueísmo moralista.

e coloniais, derivar-se a conclusão de que estas sociedades seriam capitalistas. Por isto mesmo, é equivocada a seguinte afirmação de Maria Sylvia de Carvalho Franco:

"Colônia e metrópole são desenvolvimentos particulares do capitalismo, mas carregam ambos, no seu interior, o conteúdo essencial - o lucro - que percorre todas as suas determinações. É esse o método que será sustentado aqui: conceber como mundial o desenvolvimento do capitalismo e investigar o engendramento de suas partes, das formas particulares que assumiram, no movimento de diferenciação histórica dessa determinação universal - lucro e acumulação."<sup>86</sup>

É isto, pelo simples motivo de que, ao tentar caracterizar e definir as sociedades coloniais e metropolitanas *a partir do papel que o lucro e a acumulação de capital ocupam nelas*, Maria Sylvia desvaloriza o fato de que o padrão dinâmico ao qual estas sociedades estão submetidas não é o padrão característico das sociedades burguesas. O equívoco deste movimento se encontra no fato de que, dentro da lógica dialética, todos os conceitos são articulados a partir do resgate do padrão de transformação interno àquilo que se conceitua. Por isso mesmo, um "modo de produção" só pode ser entendido pelo padrão dinâmico que comporta;

86 FRANCO, M.S.C. "Organização social do trabalho no período colonial". In: PINHEIRO, P.S. (org) *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 173 e 174 (os grifos são meus). A adequada compreensão da passagem acima só pode ser atingida quando se resgata a Introdução deste texto onde Maria Sylvia nos diz: "O partido que tomei foi o de colher as determinações particulares da organização social do trabalho (escravo e livre) e das unidades coloniais de produção (os latifúndios) dentro do seu tempo, como parte constitutiva da essência do capitalismo, sem pressupor, portanto, nenhuma relação de exterioridade entre colônia e metrópole..." (Idem, p.145. os grifos em negrito são meus) Vale dizer: Maria Sylvia prefere "pressupor" - não se sabe sobre que base metodológica - a existência de uma unidade não-contraditória entre as partes que conformam este todo. Voltaremos adiante à análise e crítica deste texto de Maria Sylvia, pois, a despeito de nossas divergências com o mesmo, trata-se, possivelmente, da expressão mais acabada e competente que a historiografia brasileira já produziu em defesa da tese do "capitalismo escravista colonial brasileiro".

vale dizer, pelo padrão de desenvolvimento de suas contradições e conflitos internos. É o próprio Marx que chama a atenção para isto quando, no *Manifesto Comunista*<sup>87</sup>, caracteriza o modo de produção capitalista a partir das impulsões dinâmicas que o definem. Assim é que nos diz:

" A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas"<sup>88</sup>

Ora, não é preciso lembrar a distância que separa este padrão dinâmico do padrão de reprodução social da economia colonial escravista brasileira. Esta distância se explica, em última instância, pelo padrão assumido pelas relações sociais de produção básicas internas, assentadas, não sobre o contrato e a concorrência, mas sobre a subordinação pessoal. Como muito bem nos informa Maria Sylvia:

"Assim, o latifúndio, que foi ao mesmo tempo núcleo doméstico e empresa mercantil, submeteu todos os que nele viveram ao duplo jugo de uma convivência inescapável e da dominação econômica. ... Levando isto em conta, se poderá conceber essas relações como uma síntese de associações morais e de relações de interesses,

87 Diga-se de passagem, uma das maiores manifestações de seu gênio, pela densidade e rigor que consegue comportar, a despeito da simplicidade terminológica e expositiva.

88 MARX, K e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. s.d. volume 1. p. 24.

elementos contraditórios, constituídos por um sistema que unificou lar e negócio."<sup>89</sup>

E, adiante, referindo-se às relações entre homens "livres" pobres e senhoriato no interior da colônia:

"Para aquele que se encontra preso ao poder pessoal inexistem marcas objetivas do sistema violento ao qual está atado: seu mundo é formalmente livre e o processo de sujeição ocorre como se fosse natural e espontâneo. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre num animal condicionado: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços. Assim, as tensões envolvidas nessas relações estão profundamente ocultas, havendo escassa possibilidades de que irrompam à consciência dos dominados."<sup>90</sup>

Quanta diferença da ordem social burguesa, tal como a concebia Marx! é no "Manifesto Comunista",<sup>91</sup> ainda, que encontraremos uma das melhores expressões da leitura deste autor em torno do padrão de sociabilidade tipicamente burguês:

"Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais, idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus superiores naturais, ela os depedacou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do 'pagamento à vista'.<sup>92</sup>

E, como sabe Maria Sylvia, as consequências dinâmicas destes distintos padrões de sociabilidade não são desprezíveis. É ela mesma quem nos informa que:

89 FRANCO, M.S.C. "Organização social do trabalho no período colonial". In: PINHEIRO, P.S. (org) *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 186.

90 Idem, p.189.

91 MARX, K. e ENGELS, F. Op. cit., p. 23.

"A afirmação limite da posse da força de trabalho, que implica a negação flagrante de sua propriedade alienada é, no caso do operário livre, a greve, cessação temporária do processo de trabalho, e é, no caso do escravo, o suicídio, recurso drástico ajustado à sua sorte desesperançada que, sem ilusões, só apresenta como saída o próprio termo."\*\*

E é desnecessário lembrar àqueles que - como Maria Sylvia - possuem uma sólida leitura de Marx, que, não apenas "o padrão típico limite de luta pela reafirmação da posse da força de trabalho" distingue-se nas sociedades capitalistas e escravistas, mas todo o padrão de desenvolvimento da "luta de classes" se diferenciará. Enquanto nas sociedades capitalistas o desenvolvimento normal deste conflito envolve a emergência de uma sólida organização sindical autônoma dos trabalhadores, que tende a evoluir para reivindicações e organizações especificamente políticas, capazes de articular um novo projeto de sociedade e confrontá-lo cotidianamente com o projeto burguês, o padrão de resistência e enfrentamento da ordem, típico das sociedades escravistas, envolve, desde o início, formas violentas de resistência à opressão, que se desdobram nas fugas massivas de escravos e na luta pela reconstrução (em espaço geográfico diferenciado ou não) das sociedades pré-capitalistas das quais os trabalhadores foram arrancados. Mais do que isto: estes distintos padrões de resistência tem - evidentemente - correspondência nos distintos padrões de resposta das classes dominantes que constituem estas sociedades. Enquanto a resistência escrava é enfrentada necessariamente pela violência física institucionalizada e

92 FRANCO, M.S.C. "Organização social do trabalho no período colonial". In: PINHEIRO, P.G.(org) *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 168 (os grifos são meus). E - poder-se-ia muito bem acrescentar - no caso do homem "livre" dependente, o mesmo processo de busca de liberdade e reafirmação estrita da posse da força de trabalho, se introduz na negação radical dos *mores* e padrões tradicionais de sociabilidade e se realiza pela opção de marginalização social (geográfica e/ou estritamente comportamental).



organizada, a resistência burguesa se manifesta *em primeira instância* - ainda que não se negue, jamais, a violência como forma suplementar - pelo desemprego; pela negação sempre crescente do trabalho vivo, articulada pela endogeneização do "progresso técnico" como norma do sistema. Esta não é - *não só porque não precisa ser, mas porque não pode ser* - a regra e o padrão de reprodução econômica das sociedades escravistas. Como muito bem nos lembra Maria Sylvia, referindo-se à produção escravista açucareira brasileira:

"...de início foram transformações tecnológicas rudimentares, mas importantes para o aumento da produtividade, que determinaram o primeiro impulso para a expansão do ramo açucareiro nas ilhas portuguesas do Atlântico. Entretanto, cessaram aí os progressos tecnológicos, estabilizando-se por alguns séculos os processos básicos de fabricação do açúcar."<sup>93</sup>

Salta aos olhos de qualquer bom leitor de Marx o quanto esta estagnação secular dos processos produtivos é contraditória com o padrão dinâmico tipicamente capitalista. Tanto mais quando se sabe que, concomitantemente à estagnação dos processos produtivos, a lavoura açucareira enfrentará uma significativa queda de preços e da quantidade demandada internacionalmente. Se somarmos a isto o significativo crescimento demográfico pelo qual passará a colônia Brasil nos três primeiros séculos de sua existência, concluiremos que - a despeito de uma certa diversificação da produção exportada, que é incapaz de negar a trajetória básica da economia - só um tratamento estatístico muito pervertido dos dados históricos poderia levar à negação das tradicionais teses de Celso Furtado em torno do desenvolvimento secular de estruturas econômicas internas de caráter essencialmente pré-mercantil e da crescente (em termos relativos) autarquização produtiva dos

93 FRANCO, M.S.C. Op. cit. p. 178, (os grifos são meus).

latifúndios<sup>94</sup>. A distância entre este padrão dinâmico e aquele que Marx projeta para o capitalismo é insofismável. Que "burguesia" mais estranha é esta que, não só nega, como *inverte* sua trajetória histórica previsível? Ou não será verdade que Marx entendia que:

"Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

.....  
Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros.

.....  
A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. ...

.....  
A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. ... A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política.

.....  
A burguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto."<sup>95</sup>

Ora, seria possível reproduzir o *Manifesto Comunista* (e *O Capital*) inteiro que não encontraríamos - antes pelo contrário - uma única fonte de apoio para a tese de que uma sociedade "capitalista" e "moderna" seja capaz, enquanto tal, de reproduzir-se secularmente em condições de estagnação técnica e econômica. Parece-me que, se quisermos defender esta tese, teremos que procurar apoio em outra literatura. Mantida a literatura, temos de buscar outra interpretação, outro ponto de partida.

94 Voltaremos a estes pontos no capítulo sexto desta dissertação.

95 MARX, K e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. s.d. volume 1. pp.24 e 25, (os grifos são meus). Tendo em vista a observação de Marx e Engels de que o domínio da ordem burguesa sobre a sociedade é apenas secular, é interessante observar que estes autores escreveram o "Manifesto Comunista" em 1848.

Vale dizer, se recusarmos a "outra literatura" - sempre capaz de nos agraciar com "explicações" (sic) para o fraco dinamismo da economia colonial brasileira a partir de processos absolutamente circunstanciais e contingentes<sup>96</sup> - seremos obrigados a ir atrás das determinações estruturais materiais de nossa relativa estagnação histórica. E, se fizermos este movimento, nos depararemos sempre com o escravismo e o latifúndio (que põem, num sentido oposto ao da lógica capitalista, num primeiro momento, a *ampliação* da oferta da produção *monocultora* mercantil, e, num segundo momento, a *autarquização* como padrões típicos de resposta às crises de demanda *externa*) e a subordinação colonial (que cerceia institucionalmente a concorrência e a diversificação da produção mercantil interna) como instrumentos básicos impeditivos da transformação qualitativa da economia e do progresso técnico<sup>97</sup>. O interessante é que estas determinações já foram essencialmente percebidas até mesmo por autores brasileiros do século passado que não tinham qualquer referência no marxismo<sup>98</sup>. Mais do que isto: ainda que dentro de uma perspectiva "economicista" (que perde os componentes especificamente histórico-sociais do processo, o que impõe a recorrência concomitante a "explicações" casuísticas), as impulsões especificamente internas coibidoras do progresso técnico foram apreendidas e desenvolvidas por uma literatura clássica que envolve inclusive autores que, como Celso Furtado, não têm qualquer compromisso (antes pelo

96 Como "o conflito entre Espanha e Holanda", "as Antilhas", "a subordinação de Portugal à Inglaterra", "o ciclo da mineração", etc, etc, etc.

97 O tratamento detalhado destas determinações será feito por nós nos capítulos sexto e sétimo desta dissertação, quando reagatarmos a leitura de Florestan em torno da sociedade escravista brasileira colonial e neocolonial.

98 Vide, a este respeito, NABUCCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949 (nesta obra - uma coletânea de discursos e textos de propaganda abolicionista, merece particular atenção, por sua desneidade teórica, o artigo intitulado "Influências sociais e políticas da escravidão".).

contrário) com as leituras que reputam ao sistema colonial escravista brasileiro um padrão de reprodução social específico e não-capitalista. Por isto mesmo, não deixa de ser surpreendente a dificuldade demonstrada por parte de um conjunto expressivo de historiadores brasileiros, que operam com o referencial do marxismo, de resgatarem estas determinações pela raiz e, em consonância com Marx e a lógica dialética, romperem definitivamente com a leitura do "capitalismo escravista colonial". Esta dificuldade só pode se explicar pela presença de um ponto de partida desta leitura que ainda não foi explicitado e que alimenta a recorrência ao equívoco. Expliquemo-nos.

Não seria difícil, a partir das colocações acima e do resgate dos textos clássicos de Marx, em que este desenvolve o conceito de capital e capitalismo, desenvolver *ad nauseam* as críticas à leitura do "capitalismo escravista colonial brasileiro". Afinal, bastaria que continuássemos resgatando as diversas determinações destes conceitos e confrontando com a realidade da sociedade colonial brasileira para ter a confirmação da inconsistência desta tese. Isto nos permitiria questionar, por exemplo, "se o capitalismo é a 'sociedade do fetiche', (que propõe que os homens sejam rigorosamente iguais no interior deste sistema, obstaculizando a percepção da exploração) onde este signo do capitalismo se esconde na sociedade colonial?"; "se o capitalismo é a sociedade que se reproduz sobre crises cíclicas de realização e de queda da taxa de lucro, onde se manifestam estas crises na sociedade colonial?"; "se o capitalismo é a sociedade da 'universalização' e da

99 Alguém poderia ser tentado a responder que se manifestam no "ciclo do pau-brasil", "do açúcar", "da mineração", "do café", etc. Evidentemente não precisaríamos nem responder a formulações deste calibre. Qualquer estudioso de Marx e dos determinantes das crises capitalistas é capaz de entender o absurdo de uma proposição deste teor.

'simplificação dos antagonismos', onde se pode perceber este processo numa sociedade rigorosamente segmentada por direitos e deveres jurídicos distintos, clivada por castas e estamentos, onde se questiona até mesmo a pertinência do 'conceito de alma' (sic) ao negro escravo?"; etc, etc; etc. Quer nos parecer, contudo, que o efetivo e definitivo enfrentamento da leitura do "capitalismo colonial escravista brasileiro" não passe por aí. Seria necessário pretender muito desconhecimento dos textos básicos de Marx por parte dos autores que defendem tal leitura e caracterização para que este árduo processo de argumentação pudesse surtir efeito. E, decididamente - como a própria leitura dos textos de Caio Prado e Maria Sylvia o comprovam -, não é este o caso. Assim é que, os desenvolvimentos já feitos são mais do que suficientes para a compreensão dos perigos (e mesmo do equívoco) daquela caracterização. Entretanto, quero crer que eles serão insuficientes para efetivamente demover a maioria dos defensores da tese que vimos enfrentando até aqui. E isto não só pela complexidade da questão em pugna, atestada pela própria longevidade do debate. Mas porque o sustentáculo último da

100 Antes pelo contrário: Maria Sylvia é uma leitora tão competente de Marx que tem total clareza da necessidade de fazer uma crítica radical aos desenvolvimentos deste autor em torno da caracterização das condições necessárias para que a força de trabalho assumia forma de mercadoria para obter a validação de sua tese. É desnecessário dizer - após o que já foi exposto - que discordamos frontalmente do movimento crítico desta autora em relação a Marx. Ao contrário do que ela pensa e propõe, as formulações de Marx não envolvem uma sobredeterminação indevida das condições necessárias para que a força de trabalho assumia a forma mercadoria, mas as condições necessárias para que este processo se dê em termos capitalistas (que é o que ocupa Marx desde o início). A negação desta perspectiva só é possível porque Maria Sylvia acaba por nos propor - como Caio Navarro de Toledo observa corretamente à página 207 do debate - uma leitura historicista de Marx, que permite pretender que as condições "demasiadamente rigorosas" às quais este autor circunscreve a caracterização do "modo de produção capitalista" sejam explicáveis pela intenção do mesmo em fazer uma "fenomenologia do capital", resgatando suas determinações tal como postas na "particular sociedade capitalista" que vivenciava e observava. Na nossa opinião, esta leitura é profundamente equivocada, e não passa de um "althuserianismo às avessas", incapaz de resgatar o caráter rigorosamente lógico-histórico das construções teóricas de Marx.

referida tese se encontra no peculiar processo de transição brasileira para o capitalismo e nas dificuldades inerentes ao resgate do caráter revolucionário presente no mesmo (o que nos conduz para a seção seguinte deste capítulo). Esta é também, segundo nos parece, a leitura de Juarez Rubens Brandão Lopez quando, no debate em torno do texto de Maria Sylvia, afirma:

" O trabalho [de Maria Sylvia] ... nos coloca na posição de Caio Prado ... de ver uma continuidade na história brasileira básica, já na época colonial como permeada pelo capitalismo. ... A dificuldade que eu tenho é de ver de tal forma esta continuidade da história ... o trabalho nos deixa com muita dificuldade de ver cultura e transformações, não porque não sejam tratados até de uma forma extremamente inteligente, mas são transformações sempre, pelo menos na formulação do texto, vistas como processos contínuos, como intensificação, por exemplo. ... Ao frisar com a máxima ênfase esta história una, essa totalidade como se engendram diversas partes diferenciadas, mas que não exteriores umas às outras, fica muito difícil de se ver a passagem de uma coisa para outra, a ruptura, não só transformações como generalização das relações mercantis, transformação realmente."<sup>101</sup>

Mais sintomático, contudo, que a observação crítica de Brandão Lopez é a resposta que Maria Sylvia dá à mesma:

"... Juarez tem razão, quando ele diz que talvez eu force a mão no sentido de um certo desenvolvimento contínuo e sem ruptura no processo histórico brasileiro. Realmente, eu forço a mão nesse sentido a fim de mostrar que existe uma razão na história, se vocês quiserem, para dizer que existe alguma coisa que vai desde a constituição do capitalismo até o momento presente, no sentido de promover uma diferenciação crescente do sistema produtivo, uma diferenciação cada vez maior da divisão do trabalho social, uma

<sup>101</sup> FRANCO, M.S.C. Op. cit. pp. 201 e 202. A crítica de Brandão Lopez é tão mais arguta quanto desprezenciosa, e toca num ponto fundamental: será que os autores da tese do "capitalismo colonial escravista brasileiro" consideram as questões políticas e culturais "menores", "casuais", "sem qualquer relação com a ordem material"? Ou será que os mesmos autores realmente não percebem as rupturas brutais que se processam no padrão de apreensão da realidade e de organização social e política dos diversos segmentos da sociedade ao longo dos quase cinco séculos da história brasileira?

estratificação de classes sociais cada vez mais nítida e, conseqüentemente, todo o resto do ponto de vista da formação de ideologia e do ponto de vista da formação de instituições políticas."102

Ora, poderíamos muito bem perguntar que concepção Maria Sylvia tem da "razão" para pretender que sua presença na história envolva qualquer pressuposição de um "desenvolvimento contínuo e sem ruptura". A questão central, contudo, não é esta, mas, isto sim, porque Maria Sylvia percebe a história brasileira como portando uma continuidade fundamental. Quer nos parecer que Florestan tenha uma resposta para isto: a transição brasileira para o capitalismo se realiza e se consolida no interior de uma revolução absolutamente peculiar, que se processa *dentro da ordem*. O que permite este processo conciliatório de transição é o resgate e redefinição das impulsões "burguesas" presentes na lógica de ação do senhorio escravista colonial e neocolonial, impulsões estas que foram sufocadas pelo escravismo e pela subordinação colonial. Nas palavras de Florestan:

"Os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização. Às plantações era inerente um propósito comercial básico, que orientou as adaptações econômicas imprimidas à grande lavoura pelas formas de apropriação colonial (da seleção dos produtos exportáveis, que deviam alcançar os mais altos valores possíveis por unidade, aos mecanismos de apropriação de terras, de trabalho escravo ou mesmo livre, que asseguravam os custos mais baixos possíveis de produção e provocavam, ao mesmo tempo, extrema concentração de renda). Todavia, graças à posição marginal que ocupava no circuito externo de mercantilização dos produtos exportados (mesmo a Metrópole não participava das principais fases desse circuito, que se desenrolavam fora de Portugal), as funções econômicas do senhor de engenho quase equivaliam, no âmbito do referido circuito, às dos administradores e beneficiários das feitorias. Assim, as influências dinâmicas que o capitalismo comercial poderia exercer, em outras condições, sobre a

102 FRANCO, M.S.C. "Organização social do trabalho no período colonial". In: PINHEIRO, P.S. (org) *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 220, (os grifos são meus).

organização e o desenvolvimento da economia interna, eram pura e simplesmente neutralizados. ... Na verdade, os referidos móveis capitalistas foram rápida e irremediavelmente deformados...<sup>103</sup>

Contudo, estes mesmos móveis capitalistas puderam e tiveram de reafirmar a partir do fim do antigo sistema colonial e do necessário e conseqüente desenvolvimento interno de uma ordem mercantil (cujas impulsões são indissociáveis da assimilação de estímulos externos postos pelo desenvolvimento da grande indústria e, posteriormente, do imperialismo). Isto não significa que eles pudessem aflorar na sua pureza (inexistente), o que permitiria fazer *tabula rasa* das determinações contraditórias postas pelo escravismo e pela ordem social patrimonialista. O processo de consolidação da ordem burguesa é um processo denso e difícil, o que nos permite pensá-lo efetivamente como um processo de transição revolucionária<sup>104</sup>. Contudo, a possibilidade e efetividade de recomposição destes móveis "capitalistas" acabará por determinar um peculiar padrão de ajustamento entre os estratos dominantes em conflito - a conciliação - que, por sua vez, redundará em um processo de "revolução burguesa" específica e marcadamente "contra-

103 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.22. é de se notar que, na análise teórica de Florestan que se segue imediatamente à citação acima, a subordinação colonial (e, até certo ponto, mesmo a subordinação neocolonial) ocupa um papel de centralidade enquanto fator embotador do desenvolvimento dos móveis capitalistas inerentes ao senhorio.

104 Marcado inclusive por complexos movimentos insurrecionais apenas parcialmente abortados. Apesar do obscurecimento de nossa história tão bem articulado pela "historiografia oficial", não há como esconder seu caráter convulsivo e dramaticamente violento. Seus dois momentos "políticos" cruciais - a Independência e a República - são acompanhados de processos de luta civil que tem, como marcos relativamente "opacos" de emergência e consolidação final de uma certa hegemonia, no caso do primeiro, a Inconfidência Mineira e a Praieira, e no caso do segundo, a Revolução Federalista e os movimentos sociais que redundam no Estado Novo varguista. Quem só vê continuidade na história brasileira, é totalmente incapaz de entender a rede de violência que a acompanha, caindo nas malhas da ideologia dominante. Voltaremos a estas questões adiante.



revolucionário". Esta (nova) contradição real de nossa história, obstaculiza a compreensão das transformações que se processam em seu interior, criando a ilusão de que vivemos em uma sociedade sem rupturas, sem historicidade efetiva. É exatamente isto que Florestan Fernandes nos diz na Introdução de seus "Classes Sociais na América Latina", referindo-se ao padrão de mudança social típico deste continente:

"Se se apanham as classes sociais tendo em vista a hegemonia dos estratos dominantes, as aparências são de uma 'sociedade sem história' (pois todas as mudanças convergem para um mesmo fim, a perpetuação do poder nas mãos de pequenos grupos, de acordo com a conhecida regra segundo a qual *plus cela change, plus cela c'est la même chose*')."<sup>105</sup>

Contudo, não é esta a realidade substantiva. Uma leitura mais atenta nos permitiria ver que:

"Se se tomam as classes sociais tendo em vista a natureza, a duração e as debilidades da 'revolução burguesa e os ritmos históricos das 'transições inesperadas' (das revoluções dentro da ordem, que só se podem concretizar convertendo-se em revoluções contra a ordem), o que se patenteia é o reverso da medalha, e as sociedades latino-americanas aparecem como sociedades em convulsão, que estão em busca do seu próprio patamar e tempo históricos."<sup>106</sup>

Quer nos parecer, que, na realidade, é a negação e a incompreensão do processo histórico brasileiro como processo revolucionário, que, em última instância, impede os defensores da tese do "capitalismo escravista colonial brasileiro" de abrirem mão da mesma, independentemente de suas flagrantes inconsistências. Ora, isto nos remete, necessariamente, para o resgate global (e avaliação da

105 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p.36.

106 Ibidem.

pertinência) da particular leitura e interpretação teórica do complexo processo histórico brasileiro, feita por Florestan. Tal movimento, contudo - que é o próprio objeto da segunda parte desta dissertação -, não pode se efetivar neste momento. Antes temos de enfrentar outros dois debates: os debates em torno do sentido das categorias "revolução burguesa" e "dependência", no interior do pensamento de Florestan Fernandes.

## 2. Revolução e contra-revolução na transição brasileira para o capitalismo

Como vimos na seção anterior, um dos alicerces da tese do "capitalismo escravista colonial brasileiro" é a percepção de uma continuidade fundamental no interior do processo histórico nacional. Este processo seria marcado por uma trajetória essencialmente linear<sup>107</sup> de intensificação e generalização da ordem mercantil interna. Ora, o que importa resgatar deste raciocínio, antes de mais nada, é que ele pressupõe uma certa aproximação dos conceitos de transição (de um modo de produção para outro) e revolução social. Assim, uma das "provas" da inconsistência da tese de que o Brasil escravista seria "não-capitalista" estaria na ausência de qualquer movimento efetivamente revolucionário ao longo de seu peculiar processo histórico, processo

<sup>107</sup> O que não implica, necessariamente, a pretensão de que a mesma se realize sob a forma da linearidade. Maria Sylvia mesmo reconhece que tal processo se realiza através de movimentos cíclicos e críticos. O ponto crucial da referida leitura é tão somente a pretensão de que tais crises e inflexões "cíclicas" não carregam consigo rupturas substantivas. Vale dizer: não se pode pretender que as inflexões perceptíveis na história brasileira se constituam em marcos de um "pretensso processo de transição entre um padrão básico de reprodução social pré-capitalista para um padrão capitalista". Tais inflexões não passariam de manifestações do caráter contraditório do padrão de reprodução específico do capitalismo.

este que redundará na insofismável consolidação da ordem burguesa em todas as suas determinações no período contemporâneo.

É interessante observar que aqueles teóricos do "feudalismo brasileiro", que defenderam esta tese sob influência do Partido Comunista, em meados deste século, também operavam no interior de uma lógica similar no que diz respeito à aproximação dos conceitos de "transição" e "revolução social". Assim é que a percepção de que, apesar de suas origens (proto)feudais (sic), o Brasil não teria vivenciado nenhum processo efetivo de revolução social ao longo de seus mais de quatro séculos de história, nos parece ser um elemento não desprezível na sustentação do projeto "pecebista" de aliança de classes em prol de uma "revolução democrática nacional"<sup>108</sup>. Vale dizer: a tese de que a revolução burguesa ainda se sustenta enquanto projeto, pressupõe a (e deriva-se da presumível) não realização da mesma. A não realização da revolução burguesa, por outro lado, identifica-se justamente como inacabamento da transição para o capitalismo, que é detectável a partir da preservação (particularmente no campo) de relações sociais e econômicas não especificamente mercantis.

Ora, vale a pena chamar a atenção para o fato de que esta aproximação dos conceitos de revolução social burguesa e transição

108 Por isto mesmo, não será de estranhar que parcela expressiva dos defensores da tese do "capitalismo escravista colonial brasileiro" tenha tido - como Caio Prado Jr., por exemplo - sua formação teórica básica no interior daquele partido: na realidade, a vertente "capitalista" não faz mais do que desenvolver negativamente a tese do feudalismo brasileiro, mantendo-se no interior de uma perspectiva conceitual e metodológica essencialmente comum. Em outras palavras: ambas as leituras são respostas "contrário-identicas" a uma mesma problemática, são manifestações de um mesmo padrão de equacionamento das questões teóricas. É neste sentido que se pode dizer igualmente que ambas carecem de (necessitam de, impõem, "solicitam") desenvolvimento e superação.

capitalista está igualmente presente na leitura de Florestan Fernandes. E, quer nos parecer, isto não será gratuito, mas revela, contraditoriamente, que tanto Florestan quanto os propugnadores das teses antagônicas acima apresentadas, procuram operar no interior do conceito marxista de revolução. Para Marx - diferentemente dos teóricos burgueses que tendem a reduzir o conceito de revolução às dimensões de sua expressão formal e fenomênica típica enquanto processo insurrecional - a revolução social se identificaria com o conjunto dos movimentos sociais garantidores da efetiva globalização, generalização e consolidação do processo mais geral e substantivo de transformação do padrão de reprodução material interno a uma dada sociedade. Assim, sem que se identifiquem os dois conceitos, revolução social e transição de um modo de produção para outro se constituiriam em dois momentos de um mesmo processo mais geral, em dois momentos imanentes um ao outro.

A apreensão desta interpenetração das categorias de revolução e transição, que é capaz de aproximar os teóricos das distintas leituras, acima explicitadas, com Florestan Fernandes, não deve, contudo, ser absolutizada a ponto de obscurecer as diferenças substantivas entre a leitura teórica deste autor e dos demais intérpretes da história brasileira. E isto, em primeiro lugar, porque, contra toda a tradição teórica da historiografia crítica brasileira, Florestan afirma que o Brasil vivenciou um processo de revolução burguesa concomitantemente a seu processo de transição para o capitalismo. Isto, evidentemente, não poderia ser explicado apenas por um possível resgate, por Florestan, de movimentos sociais que deixaram de ser percebidos e apreendidos pelo conjunto dos demais intérpretes de nossa história. Para além disso, há um movimento em Florestan que poderia ser percebido, *num primeiro*

momento, como um movimento de "esgarçamento relativo do conceito de revolução", o que nos impõe a questão da pertinência ou não deste movimento em termos da tradição teórica do marxismo.

Ora, será justamente a recusa deste movimento que fará um dos maiores historiadores brasileiros, Jacob Gorender - defensor da leitura de que o Brasil escravista se subordinaria a um padrão de reprodução peculiar determinado pelas leis de movimento internas ao "modo de produção escravista colonial" -, criticar a propriedade da análise histórica de Florestan Fernandes. Assim é que, num ensaio dedicado à análise da obra deste autor, intitulado "A revolução burguesa no Brasil e os comunistas" e publicado na coletânea organizada por Maria Ângela D'Incao, Gorender dedicará particular atenção à caracterização do processo de transição capitalista no Brasil como um processo de "revolução burguesa". As observações centrais de Gorender, pela sua objetividade e transparência (que permitem, inclusive, a visualização de suas insuficiências), merecem ser transcritas na íntegra:

"... gostaria de deixar claro que o meu conceito de revolução burguesa difere daquele exposto nos seus livros pelo professor Florestan Fernandes. Porque eu não identifico o conceito de revolução burguesa com o de desenvolvimento capitalista ou com o de formação do capitalismo, em toda a sua trajetória histórica. Conforme a posição conceitual do professor Florestan, assim me parece, a revolução burguesa seria um processo multissecular. Dever-se-ia atribuir a ela trezentos anos na Inglaterra, outros tantos na França, duzentos anos nos Estados Unidos ou quase tanto no Brasil. A meu ver, a revolução burguesa é o processo histórico concentrado em alguns anos ou alguns decênios, mediante o qual a burguesia se apossa do poder do Estado, torna-se classe dominante e transforma o regime político-jurídico em favor da expansão desembaraçada das relações de produção capitalistas.

Esta a razão por que, em pequeno trabalho meu, com as limitações de um texto que não devia se dilatar, afirmei ser inaplicável ao Brasil o conceito de revolução burguesa. Em nosso país, a Abolição e a República fizeram as vezes da revolução burguesa. Na verdade, a República veio como seqüência da Abolição. Não posso dizer que a Abolição constituiu uma revolução

burguesa. Ela fez as vezes, sem chegar a ser revolução burguesa, uma vez que a Abolição não levou a burguesia industrial, então incipiente, ao poder do Estado. A Abolição pôs fim ao trabalho escravo e, com isso, abriu plenamente o cenário econômico brasileiro para o trabalho juridicamente livre. ...

Em seguida à obra histórica da Abolição e da República, no seu Governo Provisório e na Constituinte, deixou de existir qualquer embaraço jurídico-político à expansão das relações de produção capitalistas. Que instituição da superestrutura jurídico-política precisou ser afastada, desde então, para que, em qualquer parte do Brasil, se expandissem as relações de produção capitalistas? Nenhuma instituição. Em consequência, uma vez que não precisou ser revolucionária, a própria burguesia industrial passou a se proclamar uma classe conservadora. No que estava certa. Penso que não temos por que exigir da burguesia o que a história do Brasil não lhe propôs.<sup>109</sup>

Não seria difícil resgatar, da passagem acima, as incongruências internas da abordagem de Gorender. Assim é que, num primeiro momento este autor define sua divergência de abordagem com Florestan como uma divergência conceitual, marcada pelo fato de que enquanto para ele, Gorender, a "revolução burguesa é o processo histórico concentrado em alguns anos ou alguns decênios, mediante o qual a burguesia se apossa do poder do Estado, torna-se classe dominante e transforma o regime político-jurídico em favor da expansão desembaraçada das relações de produção capitalista", para Florestan este seria um processo estrutural e multissecular<sup>110</sup>. Já no parágrafo seguinte, contudo, Gorender admite que "a Abolição e a República fizeram as vezes da revolução burguesa",

109 GORENDER, Jacob. "A revolução Burguesa e os comunistas". In: D'INCAO, Maria Angela (org). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra / São Paulo: UNESP, 1987. pp.254 e 255.

110 é de se notar desde já que, a despeito de Florestan - como veremos adiante - abrir espaço para a interpretação de Gorender em torno de sua apreensão do processo de revolução burguesa como um processo "estrutural", o mesmo não se pode dizer a respeito de sua interpretação em torno da longevidade típica deste processo para aquele autor. Ao contrário do que pretende Gorender, não conseguimos encontrar uma única observação de Florestan em torno da referida questão que não demarcasse o processo brasileiro de "revolução" como um processo peculiarmente *esgarçado no tempo*, em contraste com todos os processos de corte clássico ou mesmo "especificamente retardatários" (do tipo "prussiano").

sem contudo o terem sido, uma vez que este movimento "não levou a burguesia industrial, então incipiente, ao poder do Estado". Ora, como duas páginas à frente, neste mesmo ensaio, Gorender dirá que, contemporaneamente, a hegemonia da *burguesia brasileira* "não está consolidada, mas é inegável"<sup>111</sup>, caberia questionar em que momento esta hegemonia é obtida e se, por acaso, seria a "demora" deste processo (capaz de durar mais do que os "alguns decênios" pretendidos por Gorender) que determinaria a inaplicabilidade do conceito de revolução burguesa ao processo de consolidação do poder burguês ao nível do Brasil! Vale dizer: sem que pretendamos subestimar a compreensão deste autor - um dos maiores historiadores marxistas brasileiros - do sentido particular que Marx dá à categoria de revolução (mesmo porque, sua intervenção no debate é insuficiente para uma avaliação mais segura de sua própria leitura), quer nos parecer que Gorender pretenda que a forma (insurrecional) típica das "revoluções" seja um atributo "substancial" desta categoria.

Infelizmente, porém, fazer a crítica da crítica de Gorender não torna o conceito de "revolução burguesa" necessariamente apropriado à transição capitalista brasileira. Ela apenas revela as dificuldades que necessariamente se apresentam àquela perspectiva que busca defender a possibilidade de um descolamento e independência radical entre o *processo histórico estrutural de transformação capitalista* (identificado com a transição de um modo de produção dominante para outro) e os *necessariamente correlatos movimentos históricos* - de cunho especificamente sócio-político e marcados, em menor ou maior grau, por episódios concentrados no tempo - *de enfrentamento e solapamento da*

111 GORENDER, J. Op. cit. p. 256.

velha estrutura jurídico-institucional e material do Estado com vistas à consolidação da ordem e da hegemonia burguesas (identificados como "revolução burguesa"). As dificuldades, inerentes à pretensão de cindir radicalmente os dois processos, não garantem, contudo, validade a qualquer movimento teórico - que Gorender identifica em Florestan - pautado no obscurecimento das distinções dos mesmos. De fato, não são poucas as observações de Florestan que denotam uma leitura do conceito de "revolução burguesa" que o torna virtualmente idêntico ao de "transição capitalista". Assim é que, em seu *A Condição de Sociólogo*, dirá:

"Muitos sociólogos não concordam com a idéia de que a revolução burguesa se dê sob o contexto da dominação imperialista. Inclusive um dos maiores especialistas, que é Barrington Moore Jr. sustenta que a última revolução burguesa foi a norte-americana. É que ele estipula como requisito um mínimo de autonomia nacional para caracterizar a emergência da revolução burguesa. A inconsistência dessa interpretação está em suas limitações. O problema central está na transformação capitalista. É o problema de saber se uma sociedade nacional autônoma ou não, mais ou menos dependente, é ou não capaz de absorver os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista. O problema é o de verificar se ela chega ou não à fase da industrialização maciça. Se se realizar a hipótese de que ela chega à fase da industrialização maciça, em termos de associação com o capital externo e com a tecnologia externa, a condição pró-imperialista da burguesia nacional dependente não exclui a revolução burguesa como uma transformação estrutural. Ela significa que esta transformação final se processa em condições especiais."<sup>112</sup>

E adiante:

"... o conceito de revolução burguesa não é um conceito particular, ele é um conceito estrutural (ou, como se diria em sentido marxista: uma categoria histórica), que tem de ser aplicado de forma mais ou menos generalizada.

<sup>112</sup> FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978. pp.97 e 98, (os grifos em negrito são meus).



*Revolução burguesa* ou *revolução capitalista* - o que está em jogo é a passagem para a industrialização maciça de um país de periferia."<sup>113</sup>

No mesmo sentido, Florestan iniciará o quinto capítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil* caracterizando esta categoria nos seguintes termos:

"Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial."<sup>114</sup>

Ora, uma vez explicitados os sentidos específicos e amplamente divergentes que a categoria "revolução burguesa" assume para Gorender e Florestan, não deixa de ser tentador encaminhar a "solução" da polêmica entre ambos classificando-a como uma discussão "semântica", retirando da mesma, desta forma, maior substância. Encontraríamos respaldo para esta perspectiva no fato de que, a bem da verdade, a polêmica em torno do sentido desta categoria não é um privilégio da historiografia brasileira. Como bem o demonstra o debate das décadas de 60 e 70 entre historiadores ingleses em torno do caráter da revolução cromwelliana e dos demais desdobramentos da revolução burguesa inglesa<sup>115</sup>, este conceito não tem uma interpretação unívoca sequer entre teóricos de extração marxista que investigam as transições capitalistas de corte "clássico". Se isto não bastasse para referendar uma eventual proposta de "deslocamento" da polêmica entre Gorender e Florestan para o nível

113 Idem, p. 99.

114 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 203.

115 Vide, a este respeito, ASTON, T. (org). *Crisis in Europe 1560 - 1660*. Londres: Routledge & Keagan Paul, 1965; e RICHARDSON, Robert. *The debate on the english revolution*. Londres: Methuen, 1977.

das questões "semânticas", poderíamos pedir apoio à leitura proposta por V.G.Kiernan no verbete "revolução", de sua autoria, no *Dicionário do Pensamento Marxista*, organizado por Tom Bottomore. Segundo este autor, a ambiguidade do conceito de "revolução burguesa" - assim como de revolução social em geral - encontraria seus fundamentos na própria produção teórica dos fundadores do materialismo histórico e dialético, Karl Marx e Friedrich Engels. De acordo com Kiernan, é possível extrair, dos textos clássicos destes dois autores, duas propostas de formulação para o conceito de revolução. Uma primeira formulação - compatível com a leitura de Gorender - seria detectável nos textos de juventude de Marx e Engels voltados, seja para a teorização, num plano mais geral, dos processos de transformação revolucionária da história (como em *A Ideologia alemã*), seja para a recuperação teórica e crítica das revoluções burguesas "clássicas". A revolução corresponderia, nesta acepção, a um "salto cataclísmico" (a expressão é de Kiernan) capaz de consolidar a transição de um modo de produção a outro. Por outro lado, uma segunda formulação - mais consistente com a interpretação de Florestan - seria detectável naqueles textos, de ambos os autores, voltados para a apreensão das formas específicas de transição para o capitalismo em países em que esta é marcadamente retardatária e/ou estimulada fundamentalmente por impulsões exógenas. Objetivamente, abrir-se-ia, para as burguesias dos países retardatários - a partir das transformações das relações sociais de produção internas impulsionadas pela emergência de um mercado mundial capitalista -, a possibilidade da articulação de uma transição capitalista sob a égide do reformismo e da conciliação arquitetada - em maior ou menor grau - com as oligarquias terratenentes tradicionais e o capital internacional. A profundidade e o carácter estrutural das transformações em curso nestes países não

retiraria das mesmas, porém - a despeito das peculiaridades dos processos políticos que lhes dão sustentação -, seu caráter revolucionário, se se toma este conceito em um sentido mais amplo, sentido este que seria amplamente referendado por diversos textos de Marx e Engels. Nas palavras de Kiernan:

"Engels tentou, em *O papel da violência na história* (1887-1888), enquadrar essa opção burguesa no esquema marxista, pelo menos no que dizia respeito à Alemanha, interpretando a unificação de Bismarck como 'revolucionária', o que é um bom exemplo da maneira flexível segundo a qual ele e Marx usaram a expressão. Outro exemplo disso é a assertiva de Marx sobre a desestruturação das aldeias indianas pela pressão britânica, considerando-a como a primeira 'revolução social' na história da Ásia, em 'O domínio britânico na Índia' (artigo escrito em 10 de junho de 1853)."<sup>116</sup>

A indisfarçável - e "sedutora" - proposta, presente na interpretação de Kiernan, de sancionar "sob as bênçãos da ortodoxia" um tratamento absolutamente flexível da categoria de revolução não pode, contudo, ser aceita por nós. E isto porque, antes de mais nada, esta opção busca *anular* a questão em pauta, o que não pode ser considerado, estrito senso, uma *resolução* para a mesma<sup>117</sup>. Além disso, há que se entender que a categoria de revolução (em geral, e burguesa em particular) ocupa um papel absolutamente central no interior da construção de Florestan. José Paulo Netto dirá mesmo que "a elaboração

116 KIERNAN, V.G. "Revolução". In: BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p.325.

117 Aliás, somente de uma perspectiva não-dialética, pautada num "nominalismo extremado" (para a qual as categorias - ou "universais" - são puras construções do entendimento, não carregando consigo qualquer determinação ou imposição material) poder-se-ia validar movimentos de "esgarçamento" ou "superdeterminação" das categorias utilizadas como "movimentos absolutamente legítimos" uma vez que se subordinariam apenas aos "desígnios dos sujeitos investigadores". Não nos parece ser esta a perspectiva de Marx e Engels, o que nos permite, desde já, questionar a perfeita adequação entre a leitura de Kiernan da existência de uma "ambiguidade" no uso do conceito de revolução por Marx e Engels e as intenções (e, quiçá, os desenvolvimentos) destes autores.

de Florestan resgata o paradigma marxista nuclearizando a categoria de revolução"<sup>118</sup>. Vão no mesmo sentido as reflexões de Florestan sobre o debate realizado na Universidade de Austin em torno de *A Revolução Burguesa no Brasil*. Após reconhecer a benevolência com que sua obra - um "ensaio livre de sociologia histórica" realizado sem o apoio de uma sólida pesquisa primária de dados - fora tratada pelos debatedores, Florestan declara:

"Sou, pois, naturalmente grato aos colegas que ficaram no plano do factível e avaliaram minha produção (ou minha posição) de uma perspectiva que relativizava as minhas falhas diretas ou indiretas. Todavia, fiquei frustrado em [um] ponto. . . ., ficou faltando uma abordagem das questões que a recapturação da teoria da revolução burguesa pode suscitar. Mesmo os marxistas ortodoxos e os neomarxistas enfrentam sérias controvérsias nessa área, pois uma aplicação demasiado simplista da teoria do imperialismo ou dilui o lado histórico do que é feito através das burguesias impotentes da periferia, ou ignora que os dinamismos básicos da 'transformação capitalista' são repetitivos. Não podemos ignorar que problemas análogos aparecem na interpretação do centro imperial: até Wright-Mills, o mais brilhante analista do sistema capitalista de poder sob o complexo industrial-militar, teve de omitir-se diante da herança deixada por um pensamento teórico que muitos acreditam superado ou irrecuperável."<sup>119</sup>

Vale dizer: para Florestan, a efetiva recuperação crítica de sua obra histórica não pode prescindir - sob pena de incompletude - do resgate teórico que o mesmo autor faz da categoria de revolução burguesa, na forma peculiar que esta assume nos países de transição

118 NETTO, José Paulo. "A recuperação marxista da categoria de revolução". In: D'INCAO, Maria Angela (org). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra / São Paulo: UNESP, 1987. p. 300.

119 FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980, p.81 (o grifo é meu). Note-se, na passagem reproduzida acima, a crítica de Florestan à apropriação simplista da teoria do imperialismo realizada por marxistas contemporâneos. Esta crítica, como veremos, tem correlação direta com a leitura particular da categoria "dependência" presente em Florestan, que não apresenta qualquer conexão com o que poderia ser caracterizado como um "dependentismo vulgar" negador das impulsões dinâmicas especificamente endógenas aos países capitalistas periféricos.

capitalista "tardio-dependente". Ora, se se tem em vista a necessária imbricação e interdeterminação dos conceitos no interior de qualquer discurso, fica por demais evidente que a avaliação da adequação ou inadequação do uso categorial de revolução burguesa por parte de Florestan traz, necessariamente, profundas conseqüências para a validação ou invalidação de outros desenvolvimentos deste autor. Não nos resta outra alternativa, portanto - e a despeito da complexidade mesmo da questão -, que buscar avançar no sentido de uma melhor determinação do conceito de revolução burguesa e de sua aplicabilidade à transição brasileira.

Felizmente, podemos contar, nesta tarefa, com o apoio dado por um conjunto de ensaios de Marx, escritos para a *Nova Gazeta Renana*, que tratam especificamente da revolução alemã de 1848 e que vieram a ser publicados mais tarde sob o significativo título de *A Burguesia e a Contra-revolução*. No ensaio, que veio à luz originalmente na edição de 15 de dezembro de 1848, da *Nova Gazeta Renana*, Marx escreve:

"As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo europeu. Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome de família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. A revolução de 1648 foi o triunfo do século XVII sobre o século XVI, a revolução de 1789 o triunfo do século XVIII sobre o século XVII. Essas revoluções exprimiam ainda mais as necessidades do mundo de então, do que das partes do mundo onde tinham ocorrido, Inglaterra e França.

Não houve nada disso na revolução prussiana de março.

A revolução de fevereiro suprimira a monarquia constitucional efetivamente e a dominação da burguesia na idéia. A revolução prussiana de março devia criar a monarquia constitucional na idéia e a dominação burguesa na efetividade. Bem longe de ser uma revolução européia, era apenas o retardado eco débil de uma revolução européia num país atrasado.

.....  
 A burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia cujas idéias e interesses são aparentados aos do proletariado. E tinha não apenas uma classe *detrás* de si, *diante* dela toda a Europa a olhava com hostilidade. A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza encarnava toda a sociedade moderna. Ela havia decaído ao nível de uma espécie de casta, tanto hostil à Coroa como ao povo ...; ao leme da revolução não porque o povo estava atrás dela, mas porque o povo a empurrava à sua frente; ..., revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários, desconfiada de suas próprias palavras, de ordem, frases em lugar de idéias, intimidada pela tempestade mundial, mas dela desfrutando - sem energia em nenhum sentido, plagiária em todos os sentidos, vulgar porque não era original e original na vulgaridade ...; assim se encontrou a *burguesia prussiana*, depois da revolução de março, ao leme do Estado prussiano". 120

Não poderia ser mais elucidativa a intervenção de Marx. O que fica claro, já no primeiro parágrafo da citação acima, é a plena saturação histórica do conceito de revolução burguesa. Neste sentido só seriam rigorosa e integralmente "revoluções burguesas" as revoluções - mais "mundiais" do que "francesa" ou "inglesa" (ou mesmo "norte-americana") - que garantem "o triunfo de uma nova ordem social" expressa na crise generalizada do "antigo regime" representado pela ordem estamental-feudal européia, pelas monarquias absolutistas, pelo antigo sistema colonial e pela hegemonia do capital mercantil, articulados em monopólios institucionais. Este denso período extrapola, necessariamente, os marcos de 1648, 1776 ou mesmo de 1789, e preenche - através das guerras napoleônicas, das guerras de independência

120 MARX, Karl. *A Burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Editora Ensaio, 1987. pp.43, 44 e 45.

americanas e dos conflitos que marcam a resistência às restaurações posteriores a 1815 - toda uma etapa que Hobsbawm denominou, com sensibilidade, de "era das revoluções".

Por outro lado, na sequência mesmo de seu raciocínio, Marx caracterizará o "contra-revolucionário", "monarquista", "conservador", "plagiário" e "vulgar" movimento prussiano de março como um movimento revolucionário hegemônico pela burguesia e responsável pela criação da "dominação da burguesia na prática" e pela colocação desta classe "ao leme do Estado prussiano"!

A contradição é por demais flagrante para que possa ser interpretada como "ambiguidade" ou "flexibilidade" no uso conceitual que se explicaria pela "diversidade dos momentos e/ou dos objetos de investigação presentes na produção de Marx". De fato, quer nos parecer, o que Marx está chamando a atenção é para a contradição - que não pode ser eludida por sínteses teóricas falsas e apressadas - presente na própria realidade e que determina que o movimento social prussiano de 1848 seja e não seja, simultânea e rigorosamente, um movimento de revolução burguesa. Esta contradição - que só pode ser apreendida através do resgate da relação dialética entre o todo e suas partes componentes e entre a forma e o conteúdo que esta comporta - é a pedra angular de toda a produção teórica revolucionária de extração marxista que vicejará entre o final do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, e que se expressará, particularmente a partir da contribuição de Trotski, como lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo a nível mundial.

A correta apreensão desta contradição só pode se dar através do resgate do *conteúdo* essencial da "revolução burguesa" tal como formulado por Marx. Se retomarmos o final do primeiro parágrafo da passagem do texto deste autor reproduzida acima, veremos que o mesmo faz aí uma breve síntese das transformações substanciais e fundamentais que dão o *conteúdo* mesmo das revoluções burguesas. Expurgadas da forma particular de expressão adotada por Marx (algo impressionista e, por vezes - como, por exemplo, quando fala no "triunfo da partilha sobre o morgado" -, pertinente apenas às transições capitalistas que se dão sob a influência da superação do feudalismo europeu), as determinações constitutivas da revolução burguesa seriam, na ordem mesma resguardada por esse autor, as seguintes: a) generalização da propriedade privada burguesa; b) unificação e constituição plena dos mercados internos nacionais associada à uniformização jurídico-institucional e à monopolização do poder coercitivo *legal* por parte do Estado nacional; c) generalização da concorrência e solapamento do corporativismo e dos monopólios *institucionais*; d) subordinação do campo à cidade, através de uma "reforma agrária" capaz de comprometer a produção agrícola com o atendimento das demandas urbanas, via plena especialização mercantil; e) fim de todas as formas pré-capitalistas de subordinação do trabalho; f) generalização do materialismo e do racionalismo, associados à laicização das sociedades civil e política; g) fim do tradicionalismo, do patriarcalismo, e de todas as relações sociais de subordinação não assentadas sobre relações especificamente civis (econômicas) ou especificamente políticas (legais e universais); h) solapamento e/ou subordinação de todas as formas não *especificamente capitalistas* (vale dizer, não assentadas sobre a extração de mais-valia relativa e acumulação de capital) de apropriação do excedente; e i) fim das



desigualdades de direito com a concomitante destruição da sociedade estamental, substituída pela sociedade civil burguesa assentada na universalidade da cidadania e na divisão de classes sob o critério único do padrão de propriedade privada individual ("força de trabalho" ou "meios de trabalho").

Ora, o que sintetiza o conjunto destes movimentos, que funcionam como determinações da categoria "revolução burguesa", é a destruição de todas as relações de subordinação entre os homens que não se encontrem assentadas sobre a forma de relações mercantis contratadas sob condição de liberdade formal. A profundidade, radicalidade e força disruptiva e distintiva deste movimento histórico são tamanhas que têm o poder de obscurecer - sem, contudo, apagar - as profundas distinções entre todas as formas pretéritas de ordenamento social e apropriação de sobre-trabalho que passam a se conformar à caracterização comum de "formações econômicas e sociais pré-capitalistas". Contraditoriamente, porém, é desta radicalidade mesma, inerente ao processo de revolução burguesa, e das insofismáveis distinções entre as diversas formações econômicas e sociais pré-capitalistas (que serão mais ou menos aptas e/ou mais ou menos flexíveis ao desenvolvimento em seu interior de relações mercantis-capitalistas), que emergirá uma limitação inerente às revoluções burguesas: a necessidade de serem - a despeito do que se afirmou anteriormente - revoluções nacionais. É exatamente esta a idéia que Marx expressa acima, ao dizer que as "mais européias do que inglesa ou francesa" (ou - por que não? - as "mais universais do que européias") revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII significaram o "triunfo da nacionalidade sobre o provincialismo", e não, como poderia se esperar de

uma leitura linear, o "triunfo da europeidade (ou da 'universalidade') sobre a nacionalidade".

Sem que seja nossa intenção ingressar nos meandros da densa polêmica marxista a respeito da "questão nacional", não podemos fugir inteiramente da mesma<sup>121</sup>. No momento, o que importa observar é que nenhum processo de transição capitalista pode se considerar concluído, enquanto a reprodução mercantil em qualquer espaço regional não comportar suficiente estabilidade para prescindir de instrumentos extra-econômicos de imposição das relações sociais capitalistas, vale dizer, enquanto se fizerem necessários instrumentos de subordinação direta ("coloniais" ou "neo coloniais"<sup>122</sup>, que necessariamente envolvem uma

121 Até porque a discussão sobre a "dependência" nos impõe esta questão. De antemão, vale a pena a recuperação de dois textos disponíveis em português sobre os assunto: TARGA, L.R.P. *Ensaio sobre a totalidade econômica*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982; e PINSKY, Jaime (org). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. Um texto que deve necessariamente ser lido na coletânea organizada por Pinsky é o ensaio assinado por Eric Hobsbawm intitulado "Nacionalismo e Marxismo". Neste ensaio, Hobsbawm não apenas recupera em seus traços fundamentais o debate vivido no interior da II Internacional sobre a questão nacional (que teve Lênin e Rosa Luxemburgo como principais contendores), como defende o ponto de vista - que nos parece essencialmente correto e consistente com os desenvolvimentos mais recentes do reordenamento (inter)nacional - de que os determinantes do ordenamento na forma de estados nacionais independentes de diferentes "nações" e "sociedades cultural, econômica e geograficamente diferenciadas" não são, nem uniformes em uma dada conjuntura, nem estáveis ao longo do desenvolvimento capitalista. É preciso salientar, contudo, que esta leitura de Hobsbawm não envolve a negação - antes pelo contrário - do ponto de partida da formulação leninista da questão nacional, segundo o qual "uma tendência própria a todo movimento nacional é a formação de Estados Nacionais, porque são os que melhor satisfazem as exigências do capitalismo moderno, ... [vale dizer] o Estado Nacional é típico, normal, no período capitalista". LÊNIN, V.I. "Do direito de autodeterminação nacional". In: PINSKY, J. (org.). *Op. cit.* p.152.

122 Tal como Florestan Fernandes, entendemos "neocolonialismo" como um padrão de articulação subordinada ao mercado mundial capitalista substancialmente distinto daquele definido pela "dependência capitalista". O primeiro destes padrões envolve a persistência de formas institucionais não-especificamente capitalistas de controle do processo de reprodução econômica que não estão presentes no segundo. Vide, a este respeito, o segundo ensaio - intitulado "Classes Sociais na América

desigualdade jurídica de fato e a negação da efetiva constituição e generalização formal da cidadania) para o enfrentamento e subordinação da ordem e das relações sociais pré-capitalistas.

Esta limitação do capitalismo e das revoluções burguesas clássicas têm um único fundamento: a desigualdade do desenvolvimento capitalista a nível mundial. Tal fundamento único, entretanto, determinará a emergência de uma plêiade de processos históricos *significativamente diferenciados* de conclusão social e institucional da transição capitalista, o que, por sua vez, determinará a emergência de distintos *estados nacionais portadores de distintos padrões de desenvolvimento capitalista*. Assim é que, a impossibilidade das revoluções burguesas clássicas encerrarem em si a conclusão do processo de transição burguesa, ao nível da Europa ocidental como um todo, só é compreensível pela co-existência neste subcontinente de diversas burguesias relativamente sólidas, ainda que de poder competitivo desigual. As burguesias originalmente com menor capacidade de acumulação - e que virão a ser, após um longo período de luta pela definição dos diversos espaços nacionais, as burguesias "alemã", "italiana", "espanhola", "austríaca", etc - não serão tão débeis, contudo, a ponto de tolerarem, nos territórios em que atuam de forma privilegiada, os projetos de hegemonia absoluta das burguesias francesa ou inglesa, representados nos exércitos sob o comando de Napoleão ou do Duque de Wellington. São estas contradições que vão determinar - acima de tudo - a subordinação destas burguesias às restaurações sob a égide da Santa Aliança que, por sua vez, imporá a necessidade de recuperação (tardia, plagiária, vulgar,

Latina" - de FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, pp. 45 e 46.

contra-revolucionária e conservadora) do ímpeto revolucionário sob a forma de movimentos especificamente nacionais.

A consolidação de um conjunto diferenciado de nações capitalistas industrializadas, por outro lado, complexificará ao extremo o processo de desenvolvimento da ordem capitalista ao nível mundial. Tendo, como ponto de partida, formações econômicas e sociais as mais diversas, (geradoras dos mais distintos padrões de solidariedade, conflito e dinâmica social), e portadoras de graus extremamente desiguais de desenvolvimento mercantil, as sociedades que efetuarão a transição para o capitalismo sob o influxo emergente do imperialismo, o farão sob os mais distintos padrões de revolução social. Os graus de debilidade e de capacidade de integração das burguesias nativas ao mercado mundial, as consequências para as condições de reprodução dos segmentos desapropriados da desestruturação da ordem social pretérita, a permeabilidade dos antigos estratos dominantes à ordem mercantil, o padrão de subordinação imposto pelas potências imperialistas, são apenas alguns dos inúmeros fatores responsáveis pela conformação das distintas bases sociais que irão levar à frente os mais diversos projetos de transformação social, em direcção à ordem burguesa. A marca indelével destas distinções de origem - que, contudo, não impedem a conformação de um destino essencialmente comum - é dada pela resultante: a *generalizada* estruturação do globo sob a forma de *distintos estados nacionais independentes* que vivenciaram (ou ainda estão vivenciando), no seu processo de constituição e consolidação, movimentos sociais portadores de reivindicações conducentes a uma estruturação social, jurídica, política e institucional tipicamente burguesas. Esta "regra geral", evidentemente, não pode obscurecer a existência de inúmeras

particularidades que se desenvolvem, inclusive, sob a forma de "desvios" e "exceções". Afinal, como diria Lênin, "tudo flui, tudo se modifica [e, por isto mesmo] não há verdade abstrata. A verdade é sempre concreta<sup>123</sup>". Contudo, o grau de generalidade das assertivas expostas acima é muito maior do que o que seria admissível para qualquer historiador não marxista, sendo válidas inclusive para aqueles movimentos sociais revolucionários que - sob a lógica da revolução permanente - fizeram, da conquista de reivindicações burguesas, tão somente um momento da própria transição (mais longa, mais complexa e mais sujeita a determinações referidas à maturidade das condições objetivas do que uma leitura idealista poderia admitir) para o socialismo.

O que temos, pois, é uma contradição aberta: o que marca o fim da "era das revoluções (burguesas)" é a percepção de que, a partir de então, todos os movimentos sociais especificamente nacionais e especificamente burgueses de consolidação da ordem capitalista tendem a assumir uma forma "plagiária", "conservadora" e "contra-revolucionária". Por outro lado, a efetiva desestruturação da ordem pré-capitalista e a consolidação revolucionária da ordem burguesa a nível mundial não podem prescindir de processos de mobilização e transformação social "mais ou menos generalizados" (como diria Florestan), de caráter especificamente nacionais, e que terão a sua emergência histórica marcada pelas sublevações de 1848, que definem justamente a agonia da "era das revoluções"! Como subordinar esta contradição efetiva à razão? Uma

123 LÊNIN, V.I. "Duas táticas da Social-democracia na revolução democrática". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. p. 433.

leitura atenta da citação de Marx reproduzida anteriormente pode nos trazer a resposta.

Para Marx, o que limita o ímpeto revolucionário dos movimentos sociais de 1848 - vale dizer, o que impõe a reação à revolução prussiana de fevereiro deste ano através do movimento conservador de março - é a correta percepção por parte da burguesia alemã de que se encontrava "diante dela o proletariado ameaçador, ... [assim como] toda a Europa a olhava com hostilidade". O que esta afirmação comporta é o reconhecimento de que, sob o influxo do mercado mundial em expansão, e de forma subordinada aos interesses das potências capitalistas hegemônicas, as relações sociais de produção internas e externas à Alemanha evoluíram de forma a comprometer as diversas burguesias com posições essencialmente contra-revolucionárias. Simultaneamente, o estado avançado da própria desestruturação das relações sociais pré-capitalistas, interna à Alemanha (assim como o evidente sucesso das radicais transformações sociais efetivadas nos países de revolução burguesa clássica), determinará a debilitação da resistência dos estratos sociais que assentavam sua própria dominação sobre relações sociais de produção não-burguesas. Em conjunto, estas determinações implicaram na possibilidade e na necessidade de que as transformações sociais impositivas à plena estruturação da ordem burguesa se efetivem através de reformas impulsionadas por *movimentos sociais conciliatórios e tergiversantes*. Em suma, o que março de 1848 marca, é uma disjuntiva pela qual o conteúdo revolucionário das transformações sociais, capazes de constituir plenamente a ordem e a hegemonia burguesas, passa a se impor crescentemente a partir de formas contra-revolucionárias. A revolução se realiza através da contra-revolução; um dado conteúdo se

impõe através de uma forma que corresponde ao seu inverso. A importância desta disjuntiva se expressa mesmo, segundo Lênin, na divisão da História do capitalismo em duas épocas:

"Antes de mais nada, [há] a necessidade de estabelecer uma distinção rigorosa entre duas épocas do capitalismo, que diferem radicalmente do ponto de vista dos movimentos nacionais. De um lado, a época em que o feudalismo e absolutismo se extinguem e se constituem uma sociedade e um estado democrático-burgueses, em que os movimentos nacionais se tornam, pela primeira vez movimentos de massa e envolvem de uma forma ou de outra, todas as classes da população na vida política, com intervenção da imprensa, com a participação nas instituições representativas, etc. De outro lado, a época em que os estados capitalistas estão plenamente constituídos, com um regime constitucional estabelecido há muito e onde o antagonismo entre o proletariado e a burguesia está fortemente desenvolvido, época que se pode chamar de véspera da extinção do capitalismo.

O típico da primeira época, é o despertar dos movimentos nacionais onde se incorpora o campesinato, a camada da população mais numerosa e mais 'difícil de se mover', considerando a luta pela liberdade política em geral e pelos direitos de nacionalidade em particular. O típico da segunda época é a ausência de movimentos democráticos burgueses de massa, agora que o capitalismo desenvolvido, aproximando e amalgamando mais e mais as nações já inteiramente incorporadas no circuito comercial, coloca no primeiro plano o antagonismo entre o capital amalgamado em escala internacional e o movimento operário internacional..."<sup>124</sup>

Ora, se as transformações nacionais burguesas, enquanto dirigidas e controladas pela burguesia mesma, perdem a *forma* de transformações revolucionárias, é mais do que evidente - e só numa perspectiva idealista não-dialética (em que a "forma" é percebida como "mera aparência") isto poderia ser obscurecido - que o próprio *conteúdo* destas transformações ver-se-á afetado. Objetivamente, na medida em que a consolidação "revolucionária" da ordem burguesa passa a se dar - *com maior ou menor intensidade* - através de movimentos conciliatórios da burguesia com os estratos dominantes de extração pré-capitalistas, o que

124 LÊNIN, V.I. "Do direito de autodeterminação nacional". In: FINSKY, Jaime (org). Op. cit., p 156.

se delineará é uma perda de profundidade e universalidade das transformações constitutivas da ordem burguesa. Vale dizer, a conquista das reivindicações tipicamente burguesas - que se expressam propagandisticamente nas palavras de ordem "liberdade" (de comércio), "igualdade" (jurídico-formal) e "fraternidade" (garantida pela generalização das relações mercantil-contratuais e assegurada pelos estados nacionais) - passa a se dar de uma forma tal que as aprisionam aos limites mais estreitos dos interesses imediatos e puramente econômicos das frações dominantes do próprio capital.

Estes "confortáveis limites" aos quais se vê constrangido o ímpeto revolucionário das burguesias retardatárias,<sup>125</sup> contudo, não são, eles mesmos, isentos de contradições. Uma primeira dimensão destas contradições tende a se manifestar já no interior do processo de transição capitalista, onde as manifestações do conflito estrutural da burguesia com o "antigo regime" e o próprio desenvolvimento das relações sociais capitalistas, associadas à desagregação da velha ordem social, criam um "caldo de cultura" onde se torna possível a perda, por parte da burguesia, do controle mesmo do processo que passa a outros estratos sociais. Esta possibilidade - que, teorizada por Lênin e Trotski, conforma o sólido e essencial ponto de partida comum de suas distintas leituras<sup>126</sup> em torno da necessária hegemonia operário-camponesa sobre a

125 Ponto de partida comum este tantas vezes salientado por Trotski e tantas vezes oportunisticamente subestimado (quando não ignorado) por intérpretes de extração stalinista, trotskista ou anarquista (que, via de regra, assumem uma postura anti-leninista militante) de pequena ou nenhuma expressão teórica. Para Lênin, o padrão particular de "revolução democrático-burguesa" russa abria, necessariamente, a possibilidade de uma revolução ininterrupta em direção ao socialismo. Mas isto não poderia ser prognosticado a princípio, pois dependeria da conjuntura histórica em que o processo revolucionário russo se desenvolvesse e do avanço da luta de classes e da revolução européias. Por isto mesmo Lênin dizia, já em 1905, que, a depender da conjuntura interna e internacional, "da revolução democrática começaremos logo a passar, na



revolução burguesa russa - tende a se manifestar através da recuperação da *forma especificamente revolucionária* desta transição, o que, necessariamente, leva o processo a transcender seu *conteúdo* original, abrindo diversificadas trajetórias, incluindo-se aí a consolidação da revolução permanente em direção ao socialismo.

Por outro lado, é igualmente possível que, para além de um amplo espectro de possibilidades intermediárias, o projeto burguês de transição contra-revolucionária consiga se realizar - por não encontrar sólida contraposição dos demais segmentos sociais - quase que no limite de sua concepção original. Estes casos, *marcados por processos histórico de transição relativamente carentes de "momentos dramáticos"* (que, na medida em que ocorram, tendem a submergir nas malhas da conciliação e da ideológica historiografia dominante, que apagam o seu significado), vão ter, porém, na sua "estabilidade relativa", a sua própria contradição, que cobrará seu preço sob a forma de perda de capacidade de transformação interna necessária para a articulação de um padrão auto-sustentado de desenvolvimento capitalista. Este processo - cuja análise teremos de retomar, na medida em que é aquele que se expressará, *numa pureza quase ideal*, na transição capitalista brasileira - corresponde teoricamente a uma segunda possibilidade extrema de desenvolvimento das revoluções burguesas retardatárias e que se contrapõe, antiteticamente, à trajetória cumprida pela revolução russa. Assim é que Lênin nos alertará para sua possibilidade, nos seguintes termos:

*medida das nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, começaremos a passar à revolução socialista. Somos pela revolução ininterrupta. Não nos deteremos no meio do caminho." (Apud STRADA, Vitorio, "A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905". In: HOBBSBAWM, Eric (org). História do marxismo, III: o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 164.).*

"Devemos conhecer de maneira exata quais as forças sociais reais que se opõem ao 'tsarismo'... Esta força não pode ser a grande burguesia, os latifundiários, os fabricantes, a 'sociedade' que segue os osvoboijdenistas... [Estes setores] têm demasiada necessidade do tsarismo, com as suas forças policiais-burocráticas e militares, contra o proletariado e o campesinato, para poderem aspirar à destruição do tsarismo. Não, a única força capaz de obter a 'vitória decisiva sobre o tsarismo' só pode ser o povo, isto é, o proletariado e o campesinato, se se tomar as grandes forças fundamentais e se se distribuir a pequena burguesia rural e urbana (também 'povo') entre um e outro. 'A vitória decisiva da revolução sobre o tsarismo' é a *difadura revolucionária do proletariado e do campesinato*...."

Se estas forças forem insuficientes, o tsarismo poderá então estabelecer um arranjo, que já está a ser preparado dos dois lados pelos Srs. Bulínguiene e pelos Srs. Struve. Então as coisas terminarão com uma constituição mutilada ou mesmo - no pior dos casos - uma paródia da mesma. *Isto será também uma 'revolução burguesa'*, mas será um aborto, um nado-morto, um bastardo... Este desenlace seria mais ou menos parecido com o de quase todas as revoluções democráticas da Europa no decurso do século XIX, e em tal caso o desenvolvimento do nosso partido seguiria uma senda difícil, penosa, longa, mas conhecida e batida.

Se a burguesia conseguir fazer fracassar a revolução russa por meio de um arranjo com o tsarismo, então a social-democracia ver-se-á de facto precisamente de mãos atadas em face da burguesia inconsequente, então a social-democracia ver-se-á 'diluída' na democracia burguesa no sentido de que o proletariado não conseguirá imprimir a sua marca clara à revolução, não conseguirá ajustar contas com o tsarismo à maneira proletária ou, como dizia Marx no seu tempo, 'à maneira plebéia'."\*\*\*

A referência final de Lênin à terminologia usada por Marx, exaustivamente, em seus ensaios sobre a "revolução" prussiana de 1848, na *Nova Gazeta Renana*, não será gratuita. Em Lênin, reaparece a mesma contradição, já detectada por nós no texto de Marx: "se a burguesia conseguir fazer fracassar a revolução... então a social-democracia ver-se-á de mãos atadas... no sentido de que o proletariado não conseguirá imprimir sua marca clara à revolução". Vale dizer, se não ocorrer a revolução, mesmo assim ela ocorrerá! *Da melhor, se a revolução não*

126 LÊNIN, V. I. "Duas táticas da social-democracia na revolução democrática". In: *Obras Escolhidas*. V.1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, pp. 410, 411 e 412 (os grifos, com exceção do primeiro, são meus.)

ocorrer sob uma forma especificamente revolucionária - o que implica na transcendência de seu conteúdo burguês -, ela se imporá pela via da contra-revolução - o que implica no seu inacabamento e no seu caráter limitado (em maior ou menor grau).

Ora, finalmente podemos pretender estar no domínio de todos os instrumentos teóricos necessários para enfrentar a polêmica aberta por Gorender em torno da caracterização, por Florestan Fernandes, da transição brasileira para o capitalismo como um processo de "revolução burguesa". O que parece definitivamente claro é que não há como validar - nos termos em que, tanto Marx quanto Lênin, colocam a questão - qualquer tentativa de identificação entre "transição capitalista" e "revolução burguesa". Assim, tanto a afirmação de Florestan, reproduzida anteriormente (em que este autor nos diz: "Revolução burguesa ou revolução capitalista - o que está em jogo é a passagem para a industrialização maciça de um país de periferia"), quanto o próprio título de sua obra maior de "sociologia histórica" - *A Revolução Burguesa no Brasil* - deixam transparecer uma supervalorização do conteúdo essencialmente revolucionário da transição capitalista, em detrimento da forma histórica especificamente contra-revolucionária que este movimento tenda a assumir em todas as transições retardatárias. Este "equivoco" conceitual de Florestan poderia ser interpretado como uma inadequada apreensão da profunda imbricação dialética entre forma e conteúdo, impeditiva da utilização da categoria "revolução burguesa" para referenciar as dimensões especificamente sociais e políticas das transições retardatárias na medida em que esta categoria - enquanto tal, neste nível de determinação - não deixa apreender o caráter essencialmente contraditório, conservador e inconcluso de tais

transições. Estas observações assumem particular validade quando se trata do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, que, segundo as análises mesmas de Florestan Fernandes, assume a forma típica de uma transição articulada pela via conciliatória, o que exigiria que a contradição imanente a este processo fosse explicitada no momento mesmo de sua caracterização.

Por outro lado, seríamos pelo menos injustos com Florestan se não reconheçêssemos o fato de que este autor, não apenas em "inúmeras passagens" de sua vasta obra, mas em momentos em que busca fazer a síntese da mesma, em resgatar a essência mesma de sua contribuição teórica, explicita o caráter essencialmente contraditório e conservador do processo social e político de transição capitalista brasileiro! Não será gratuito, assim, que, contraditoriamente às observações acima, José Paulo Netto dedique um ensaio à obra de Florestan que carrega o sintomático título de "A recuperação marxista do conceito de revolução". Igualmente sintomático será o fato de que - *buscando ser coerente com o próprio Florestan* - José Paulo Netto insista em referir-se ao processo de consolidação da ordem burguesa no Brasil como "(contra) revolução burguesa". Tais observações de Netto assentam-se no resgate das diversas passagens de Florestan em que este autor explicita o sentido contraditório com que opera com o conceito de "revolução burguesa" quando aplicado ao caso brasileiro. Assim é que este autor nos diz logo no início da terceira seção do sétimo capítulo de *A revolução burguesa no Brasil*:

"... a burguesia brasileira realizou seu movimento histórico de uma forma que é especificamente contra-revolucionária (em

termos do padrão democrático-burguês 'clássico' de revolução nacional) ...<sup>127</sup>

É na sequência mesma da discussão reproduzida anteriormente, em que Florestan caracteriza a "revolução burguesa como uma transformação estrutural"<sup>128</sup>, este autor nos dirá:

"A última análise socialista consistente do processo de uma revolução burguesa atrasada é a de Lênin - aproveitando a fase de 1905 na Rússia até 1907, mais ou menos -, onde aparece algumas de suas contribuições teóricas mais importantes às ciências sociais. ... Na verdade, ele elabora pela primeira vez uma explicação sociológica das burguesias que perderam suas oportunidades históricas, por fraqueza e por falta de ímpeto revolucionário. Ele interpreta a situação russa confrontando a situação da burguesia com o poder relativo do czar, da nobreza e da burocracia. Procura mostrar, então, que uma burguesia que não é capaz de defender sua capacidade de ação revolucionária acaba não fazendo a sua revolução. Assim, ela transfere muitos dos seus papéis para outras classes, perdendo a oportunidade histórica de concretizar plenamente a revolução burguesa. É na base dessas análises que ele depois vai dizer que a revolução burguesa não tinha mais chance histórica. Ao escrever as *Teses de Abril*, repudia a posição oficial do Partido Comunista e defende com tenacidade a estratégia da revolução proletária. A burguesia, em vez de privilegiar a sua ação revolucionária, se acomodou com outros setores mais poderosos da sociedade russa e, com isso, destruiu-se. A questão da revolução burguesa não se punha mais - a revolução em curso era outra! Se se compara a situação russa com a situação na América Latina capitalista o que ressalta é o fato de que, em nossa região, a chamada lei do desenvolvimento desigual e combinado até agora não favoreceu nem o proletariado nem as massas populares. Ao contrário, as burguesias usaram o seu poder econômico social e político para manter o controle do Estado, convertê-lo em uma tirania total e acelerar a revolução burguesa no plano econômico."<sup>129</sup>

Vale dizer, a "revolução burguesa" brasileira (e latino-americana em geral) será uma revolução não apenas marcada pela conciliação (que se processará por uma via *especificamente contra-revolucionária*), mas será

<sup>127</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 310.

<sup>128</sup> FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 98.

<sup>129</sup> Idem, p. 100 (os grifos em negrito são meus).

uma *revolução inconclusa*, em função mesmo da forma que assume. Por outro lado, isto não implica dizer - ainda em estrita coerência com Lênin - que, em termos especificamente burgueses (ou seja, dentro dos estritos horizontes e interesse da burguesia enquanto classe dominante) a "revolução" não se encontra já concluída, não havendo qualquer espaço para projetos de aliança de classes com vista a seu "fechamento". Isto se torna tão mais claro quanto mais se compreende a especificidade da transição latino-americana, marcada que é pela forte presença de impulsões imperialistas. É assim que Florestan nos dirá:

"... uma burguesia impotente para conduzir autonomamente a 'transformação capitalista' e, portanto, para conjugar uma revolução nacional com uma revolução democrática, nem por isso deixa de ficar no centro do controle do poder econômico, social e político das respectivas sociedades de classes. E isso com maior amplitude e ímpeto quanto mais fraca for a oposição organizada das classes operárias e das massas populares. Não importa se o ponto externo de apoio das classes burguesas venha de estamentos aristocráticos, como na Alemanha ou no Japão, ou das nações capitalistas hegemônicas, sua superpotência e do poder político estatal, como acontece na era atual, sob o novo padrão de imperialismo criado pelas corporações multinacionais. O que importa é que o poder relativo de estabilidade e de crescimento dessas classes encontra um suporte forte e durável, que as torna aptas a manipular o Estado como seu fulcro de auto-afirmação e de dominação de classe."<sup>130</sup>

Esta passagem não poderia ser mais oportuna no sentido de esclarecer que Florestan não só não identifica as categorias de "revolução" e "transição" (tal qual poder-se-ia pretender a partir de uma leitura apressada de seus textos), como possui tamanha clareza da especificidade do processo de revolução burguesa brasileira, que o distingue claramente dos processos revolucionários vividos por países de transição "especificamente retardatárias" (em contraposição com

130 FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980, p.79.

transições que vimos denominando de "tardio-dependentes"). Vale dizer: o papel absolutamente central das impulsões imperialistas associadas às determinações dinâmicas especificamente internas impedem qualquer assimilação de nosso processo de "revolução burguesa" ao padrão "prussiano" ou "passivo" teorizado por Engels, Lênin e Gramsci. E isto, antes de mais nada, porque estes últimos processos - a despeito de suas particularidades - foram processos revolucionários rigorosamente nacionais, não apenas no sentido de que constituíram os espaços nacionais "alemão", "italiano" e "japonês" superando rápida e definitivamente os entraves (feudais) ao pleno desenvolvimento mercantil interno<sup>131</sup>, mas no sentido de que os articularam enquanto espaço de reprodução privilegiada do capital nacional. A eficácia com que o fizeram vai se traduzir, inclusive, na capacidade demonstrada pelas burguesias dos três países acima citados (que definem e conformam o padrão clássico de "revoluções burguesas retardatárias") de enfrentamento da ordem internacional instituída, o que se expressará na participação dos mesmos nas duas grandes guerras imperialistas deste século (a I e II Guerras Mundiais). Mais do que isto: na medida em que as transições burguesas "especificamente retardatárias" assumem a forma de revoluções rigorosamente nacionais (ainda que não propriamente "democráticas"<sup>132</sup>), elas envolverão movimentos de aceleração,

131 O que já não ocorrerá com os primeiros momentos da (contra)revolução burguesa brasileira: a afirmação das relações sociais capitalistas de produção - que se traduz na transição republicana - será concomitante à ordenação "federalista" do espaço político e econômico nacional, símbolo da articulação conciliatória desta transição. Voltaremos a estas questões no último capítulo desta dissertação.

132 Enquanto revoluções "democráticas", estes processos serão marcadamente inconclusos. Contudo, sequer neste nível é possível pretender-se uma equivalência efetiva entre os mesmos e o processo "revolucionário" brasileiro. Tais diferenças se estabelecem com clareza não apenas ao nível das "consequências" (claramente perceptíveis ao nível de modernização e efetiva burocratização da sociedade política nos países de "transição retardatária", que contrasta com a persistência do patrimonialismo e do cartorialismo no interior do Estado brasileiro),

aprofundamento e consolidação da reprodução industrial e financeira capitalista interna, em termos tais, que passam a exigir crescentemente a plena subordinação dos antigos estamentos dominantes à lógica do capital. Tal processo envolverá uma luta pela cooptação dos movimentos sociais de massa, por parte da burguesia, no sentido de garantir apoio à sólida articulação de sua hegemonia, e se concretizará através de uma ("paternalista", "corporativista", "pequeno burguesa", mas) ativa política social<sup>133</sup>, e através da articulação de amplos e politicamente expressivos movimentos "populares" de cunho nacionalista (que, nos casos típicos referidos acima, redundarão no fascismo).

Não é preciso lembrar o quanto o padrão de desenvolvimento e consolidação da ordem burguesa no Brasil dista dos processos retardatários referidos acima. Mesmo sob o populismo varguista - período

mas ao nível das formas históricas distintas dos processos revolucionários. Alemanha, Japão e Itália (e mesmo a Rússia, em 1905) vivenciaram uma transição burguesa que contemplou momentos *formalmente* revolucionários, não importando se estes "momentos" e "movimentos" vieram a ser derrotados, subordinados, cooptados ou simplesmente redirecionados de seu curso inicial. Afinal, como bem lembra Vittorio Strada, "mesmo uma revolução derrotada age de modo profundo e construtivo na história". (STRADA, V. "A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905". In: HOBBSBAWM, E. (org.) *História do Marxismo*. Volume Três. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.) Diferentemente, o processo de transição brasileiro será especificamente contra-revolucionário e marcado, em todos os seus momentos, pela capacidade conciliatória demonstrada pelo conjunto dos setores proprietários, em disputa pela hegemonia.

133 A este respeito, Tom Kemp nos lembra que "o Estado alemão foi um pioneiro na promoção da seguridade social obrigatória para a população trabalhadora. ... Se bem esta política não conseguiu diminuir a influência do Partido Social Democrata, conseguiu ... conter seu ímpeto revolucionário e convertê-lo, na prática, em uma oposição reformista cada vez mais leal". (KEMP, T. *La revolución industrial en la Europa del siglo XIX*. Madrid: Editorial Fontanella, s.d., p. 159) Quer nos parecer, que a simples comparação da política social do Segundo Reich com a política social do populismo brasileiro (resgatada em inúmeros textos de autores como Francisco de Oliveira, Paul Singer, Octavio Ianni e Francisco de Effort) será suficiente para que se atinja a plena clareza de que estamos frente a mais uma demonstração da veracidade da assertiva marxista de que "a história só se repete enquanto farsa".



identificado por uma ampla historiografia como o de auge do projeto de desenvolvimento capitalista interno de cunho "propriamente nacionalista" -, as negociações abertas com as grandes potências econômicas envolvidas na II Grande Guerra em torno de nossa participação no conflito revelam, ao limite, o caráter subordinado de nossa inserção na crítica ordem política mundial. A força das amarras que aprisionam a ação do Estado inclusive neste período aos interesses mais imediatistas da compósita burguesia brasileira não escapará à análise de Florestan Fernandes. Atento para as dimensões menos "visíveis" da política econômica e social interna no período (que, apenas para dar um exemplo, a despeito de se travestir de "trabalhista", sancionava e acelerava a modernização conservadora do campo e suas consequências: um exôdo rural brutal associado ao crescimento desmesurado do exército industrial de reserva), Florestan não tergiversará na caracterização do período varguista como o período de auge da fase competitiva do nosso *selvagem e dependente* padrão de desenvolvimento capitalista<sup>134</sup>.

Fica claro, portanto, o absurdo de toda a interpretação que pretenda reputar à caracterização de Florestan da transição burguesa brasileira como uma transição "revolucionária" o vício de uma perspectiva generalizadora e "eurocêntrica" do processo histórico. Antes pelo contrário, o que chama a atenção na leitura de Florestan é a absoluta e explícita consistência da mesma com a leitura marxista e leninista das "revoluções burguesas" como movimentos que são, simultânea e *contraditoriamente*, saturados historicamente, e portadores de um conteúdo que, para se impor, carrega consigo a necessidade de se desenvolver (de forma crescentemente "plagiária", "vulgar",

134 Voltaremos a estes pontos no oitavo capítulo desta dissertação.

"conservadora", "contra-revolucionária" e "inacabada") a partir de dimensões e momentos especificamente nacionais.

Por isto mesmo, uma questão se nos impõe: como explicar a presença, igualmente significativa, de momentos, na obra de Florestan - já detectados e criticados por nós - em que este autor parece absolutizar a ocorrência de uma "revolução burguesa" no Brasil? Ora, as eventuais respostas para esta complexa questão só podem ser, evidentemente, conjecturais. cremos, contudo, que poder-se-ia afirmar - tendo em vista o conjunto dos desenvolvimentos anteriores - que apenas duas respostas a mesma não padeceriam de inconsistências mais flagrantes. Senão, vejamos.

Uma primeira resposta - mais "acadêmica" - seria aquela que, a partir do resgate das passagens em que este autor tende a identificar revolução burguesa e industrialização capitalista (sem que tal tentativa de aproximação das duas categorias seja subordinada a quaisquer mediações que a torne minimamente consistente com os termos em que Marx e Lênin apresentam a questão), pretenderia detectar no interior da leitura de Florestan resquícios de uma interpretação "estruturalista" do processo histórico de revolução. Ou, em outras palavras: a despeito de Florestan, nos momentos mais significativos de sua obra, manipular a categoria "revolução burguesa" em termos essencialmente corretos, subsistiriam resquícios de uma interpretação que seria marcada por uma desvalorização relativa da forma insurrecional que lhe é imanente em sua plena determinação categorial. Isto, por sua vez, implicaria a perda da dimensão de plena saturação histórica da categoria "revolução burguesa", o que revelaria um afastamento relativo entre a leitura teórica deste autor e a interpretação genuinamente marxista dos referidos processos.

Contudo, sem pretender negar de forma absoluta a possibilidade da interpretação sugerida acima comportar algum "grão de razão", somos tentados a crer que a resposta correta se encontre essencialmente em outro lugar. Afinal, a *absoluta simultaneidade* com que Florestan opera com as duas interpretações contraditórias da categoria "revolução burguesa" - o que "salta aos olhos" nas citações reproduzidas acima de *A condição de sociólogo*, ou mesmo em *A revolução burguesa no Brasil* -, quase que nos impõe uma outra interpretação: a de que a (pseudo) absolutização da pertinência da categoria "revolução burguesa" à transição brasileira cumpriria uma função polêmica na obra deste autor. Com isto, Florestan enfrentaria aquelas leituras que - presas apenas à *forma* da transição brasileira para o capitalismo, e inconscientemente subordinadas à ideológica produção historiográfica tradicional que afirma de maneira unilateral o caráter conciliatório e "pacífico" deste processo - não são capazes de resgatar a concretização de uma transformação substantiva da ordem social e econômica interna, que carregue um *conteúdo* revolucionário. Esta crítica à historiografia hegemônica não se dirigiria apenas à produção conservadora e acrítica. Com ainda maior razão, dirige-se a toda aquela produção crítica (com a qual discutimos na seção anterior deste capítulo) que, negando a concretização (contraditória) de qualquer revolução burguesa no Brasil, afirma, seja a eternidade do modo de produção capitalista neste país, seja a necessidade de uma revolução democrática especificamente burguesa que estaria ainda por se realizar.

Em reforço a esta última hipótese, existe não apenas a ampla produção jornalística e ensaística de Florestan, onde suas intenções e

estilo de polemista transparecem com toda a clareza, mas a própria importância teórica e prática de levar a cabo o enfrentamento das duas leituras acima explicitadas. Isto é tão mais verdadeiro, quanto se sabe que o segundo "desvio teórico" apontado acima - de consequências políticas ainda mais graves que o primeiro - não pode ser imputado tão somente a uma parcela significativa da literatura historiográfica que vicejou no Brasil, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro. Na realidade - e na medida mesmo em que encontra substrato nas contradições abertas pelo padrão contra-revolucionário e "inconcluso" da transição capitalista brasileira -, a perspectiva de que o poder burguês não se acharia consolidado em nosso país viceja em uma ampla e diversificada literatura. Os alicerces básicos desta perspectiva se encontram na identificação das contradições da política econômica e social do Estado autocrático-burguês nacional. Estas contradições são apanhadas, por um lado - como em Raimundo Faoro -, para demonstrar o caráter essencialmente pré-capitalista do padrão de intervenção estatal (de corte "mercantilista" e "patrimonial", somente compatível com uma sociedade que se reproduz a partir da sustentação de critérios especificamente estamentais de qualificação social), e, por outro lado - como na ampla literatura "nacional-desenvolvimentista" -, para demonstrar a presença de "pólos" e "ilhas" de modernidade no interior do Estado que são capazes de se desenvolver no sentido de fazerem deste último um "demiurgo" da sociedade civil, responsável por sua plena constituição e democratização. Para Florestan, diferentemente, as referidas contradições da ação estatal resgatam tão somente as contradições imanentes ao caráter dependente do nosso desenvolvimento capitalista, e espelham de forma cristalina a plena consolidação do poder burguês internamente. é neste sentido que Florestan nos diz:

"... a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. É por essa razão que, se se considerar a Revolução Burguesa na periferia como uma 'revolução frustrada', como fazem muitos autores (provavelmente seguindo implicações da interpretação de Gramsci sobre a Revolução Burguesa na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos, com a objetividade e a circunspeção gramscianas). Não estamos na era das 'burguesias conquistadoras'. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.*"<sup>133</sup>

E, adiante:

"Uma comparação que se mantivesse alerta às diferenças essenciais e específicas descobriria que, para [as classes burguesas brasileiras], a revolução nacional possui a mesma importância econômica, social e política que outras revoluções análogas tiveram (ou têm) para as classes burguesas nas nações capitalistas hegemônicas. Ela visa a assegurar a consolidação da dominação burguesa ao nível político, de modo a criar a base política necessária à continuidade da transformação capitalista, o que nunca constitui um processo simples (por causa dos conflitos faccionais, no bloco burguês, e da pressão de baixo para cima, visível ou não, das classes operárias e destituídas). Do outro lado, graças às suas conexões estruturais e dinâmicas com a dupla articulação, a revolução nacional sob o capitalismo dependente engendra uma variedade especial de dominação burguesa: a que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes. Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre *sociedade civil* e *Nação*. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural: 'revolucionário' de mando absoluto, que deve beneficiar a parte 'ativa' e 'esclarecida' da *sociedade civil* (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a *Nação* a um ente abstrato (ou a uma *ficção legal* útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encerne a vontade política da referida minoria 'ativa' e 'esclarecida'.

133 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 294.

Nesse contexto histórico-social, a dominação burguesa não é só uma força sócio-econômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação autodefensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de 'poder político legítimo'. Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa."136

O que as passagens acima esclarecem é não apenas que, para Florestan, a revolução burguesa no Brasil identifica-se com o complexo processo de consolidação do poder burguês internamente (expresso na plena subordinação do Estado ao peculiar projeto de acumulação de capital de nossa composta classe dominante). Ainda mais importante do que isto é o fato de que a aparente absolutização do conteúdo revolucionário deste processo por parte de Florestan está vinculada à necessidade de se contrapor ao conjunto das leituras que obscureceram o caráter de classe do modelo autocrático e excludente de desenvolvimento capitalista adotado. Porém, e a despeito de entendermos a necessidade de polemizar com esta ampla produção historiográfica, não podemos concordar com a eventual utilização de instrumentais teóricos que obscureçam a dimensão contra-revolucionária da transição brasileira para o capitalismo. Este obscurecimento é tão mais prejudicial quanto vem associado a uma obra como a de Florestan Fernandes, marcada que é pela densa utilização de um vocabulário extraído da sociologia acadêmica, que debilita profundamente a adequada apreensão de seu conteúdo por parte da grande maioria dos leitores de formação extritamente marxista. Por isto mesmo, a conclusão que se extrai do conjunto das observações acima é da

inadequação da utilização desqualificada da categoria "revolução burguesa" ao processo de consolidação social, jurídico e institucional da ordem capitalista no Brasil. Assim, ao invés de se falar de uma "revolução burguesa no Brasil", o correto seria referir-se à "via especificamente contra-revolucionária da transição capitalista brasileira", ou mesmo - grafando este termo "entre aspas", como o faz Lênin quando se refere à via conservadora de consolidação da ordem burguesa - à "via especificamente contra-revolucionária da 'revolução burguesa' brasileira", ou ainda - seguindo João Paulo Netto - simplesmente, "a (contra)revolução burguesa no Brasil"<sup>137</sup>.

Por fim, caberia uma última questão: o que diferencia substantivamente esta leitura do processo histórico de transição capitalista brasileiro da leitura proposta por Gorender, apresentada anteriormente? Afinal, não há como negar que a idéia central que preside a contribuição de Gorender - a inconsistência do uso desqualificado da categoria "revolução burguesa" para uma transição capitalista que se processa sob a égide da contra-revolução - é a mesma nossa!... O *buslís* da questão está no fato de que a *forma* que Gorender dá a esta idéia - "a Abolição e a República fizeram as vezes da revolução burguesa ... sem chegar a ser revolução burguesa" - peca, não apenas pela falta de rigor, mas, acima de tudo, por comportar uma "síntese apressada" em que se perde a explicitação de uma contradição que contribui com determinações para o resgate da especificidade da luta de classes no

137 Aliás, se nos é permitido fazer uma blague, diríamos que *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, apesar de ser a mais importante obra de análise histórica jamais produzida neste país, é uma obra que comporta dois graves erros: o título e o subtítulo. Certamente os equívocos interpretativos aos quais este texto se prestou teriam sido menos expressivos se Florestan o tivesse intitulado (e, até certo ponto, o tivesse estruturado expositivamente como) *A (contra)revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação histórica*.

Brasil contemporâneo. Assim é que, ao se resgatar a forma marxista e leninista de expressão dos processos sociais e políticos pertinentes às transições retardatárias, ou seja, quando se traduz estes movimentos como "(contra)revoluções burguesas", o que se resgata simultaneamente é o "acabamento" das mesmas (em termos dos interesses dos estratos burgueses internos, sejam eles nacionais ou imperialistas), sob uma forma que não implica na efetiva generalização das conquistas democráticas inerentes à institucionalidade das sociedades capitalistas avançadas. Isto se expressará no que Lênin caracterizou, em uma citação acima, como o perigo da social-democracia russa se encontrar de "mãos atadas em face da burguesia incosequente" articuladora de "uma constituição mutilada ou mesmo - no pior dos casos - uma paródia da mesma". Nesta perspectiva, não se definirão sequer as condições materiais capazes de dar substrato aos direitos formais generalizados de cidadania, propriedade e igualdade jurídica. Isto tende a circunscrever, política e economicamente, as reivindicações operárias aos limites da implementação das (pseudo) conquistas democráticas, sem encontrar qualquer eco no interior da burguesia - que já teve suas contradições com o "antigo regime" plenamente superadas - ou no interior de uma pequena-burguesia complacente, parcialmente contemplada em suas reivindicações e incosequentemente apegada a uma institucionalidade carente de conteúdo. A compreensão das sólidas determinações históricas deste processo - que se traduzem nas, ainda recentes, reivindicações operárias no Brasil por "terra" (como propriedade privada), "trabalho" (assalariado), "liberdade" (de expressão e de intercâmbio), "direitos do homem" (nos termos consolidados pela revolução francesa), assim como no absoluto desprezo de nossa burguesia e seus representantes políticos e intelectuais pelas mesmas - só pode ser obtida pela recuperação da



efetiva e contraditória concretização da (contra)revolução burguesa no Brasil. A consciência da íntima imbricação destes fenômenos é transparente na obra de Florestan, que retira dos mesmos importantes derivações teóricas e políticas, às quais teremos de retornar adiante. De acordo com suas palavras no artigo "Classes Sociais na América Latina":

"... por fundar-se na dominação exclusiva e exclusivista das classes privilegiadas, a referida ordem econômica, sociocultural e política carece de potencialidades de autotransformação suficientemente fortes e contínuas para imprimir maior flexibilidade e eficácia ao funcionamento das classes sociais e do regime de classes. Suas potencialidades de autotransformação apenas alimentam os mecanismos de estabilidade e de mudança dentro da ordem que reproduzem socialmente um padrão dependente de desenvolvimento capitalista e uma sociedade de classes estruturalmente pluralista, mas dinamicamente semi-aberta e semidemocrática. Nessas condições, a nacionalização e a autonomização do desenvolvimento capitalista esbarram na rigidez da ordem econômica, sócio-cultural e política vigente. Isso faz com que a 'revolução dentro da ordem' seja sistematicamente esvaziada de significação para as classes que não são privilegiadas e com que a 'revolução contra a ordem' só tenha pleno sentido fora e acima do contexto burguês, como uma *revolução das classes 'baixas' e dos setores radicais de outras classes contra o capitalismo dependente e a sociedade de classes que ele dá origem*".<sup>138</sup>

Ou, em outras palavras: a apreensão e explicitação do caráter simultaneamente concluso e inconcluso do processo de revolução burguesa no Brasil está no centro da compreensão e projeção das reivindicações e movimentação política dos segmentos sociais subordinados. Não é preciso dizer que, quando Florestan dá este sentido a seus desenvolvimentos, não faz mais do que se filiar de forma radical à tradição marxista, que entende a produção teórica como instrumental para a estruturação de definições táticas e estratégicas orientadoras da ação política

138 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pp.100 e 101 (o grifo é meu).

concreta. Mas é preciso salientar que, neste processo, Florestan parte rigorosamente de Lênin. Este autor já havia apontado (sem temer a incompreensão de mencheviques e esquerdistas da social-democracia russa, incapazes de operar no interior da lógica da contradição) que a revolução iminente na Rússia era uma revolução democrático-burguesa, que se realizaria sob o controle de operários e camponeses, *sob pena de se realizar de forma absolutamente plagiária e contra-revolucionária pela própria burguesia em aliança com os demais setores proprietários.* Ao demonstrar que foi justamente este o desenvolvimento histórico do capitalismo e da ordem burguesa no Brasil, Florestan conclui que a luta pela efetiva generalização das conquistas democráticas burguesas é um momento imanente ao processo de desenvolvimento do conflito de classes e da ação histórica transformadora e revolucionária da classe trabalhadora internamente. Assim, do fato evidente de que - mais ainda no Brasil (e na América Latina) de hoje, do que na Rússia do início do século - a burguesia se fecha num horizonte contra-revolucionário (por já ter conquistado plenamente a hegemonia política, social e econômica internamente), não se pode derivar a conclusão de que toda e qualquer palavra de ordem levantada pelo operariado de extração e sentido essencial "burguês" (como "reforma agrária, liberdades democráticas, cidadania, direito ao trabalho, etc, etc, etc.") sejam, objetiva e concretamente, retrógradas e anti-socialistas. Para Florestan, elas não são "idéias fora do lugar": fazem parte do movimento concreto de reação dos trabalhadores, camponeses e demais estratos subordinados ao nosso peculiar padrão de desenvolvimento capitalista *como momentos* - imanentes e necessários - *do embate histórico absolutamente atual pela transformação da sociedade brasileira no sentido do socialismo.*

## CAPÍTULO IV - IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA : NA PERSPECTIVA DA DIALÉTICA

### ENTRE O TODO E SUAS PARTES

#### 1. Para a crítica das interpretações críticas à teoria da dependência na obra de Florestan Fernandes

A caracterização do capitalismo brasileiro como "dependente" é, indubitavelmente, um dos pontos mais polêmicos e criticados da obra de Florestan Fernandes. Em nossa opinião, isto não será gratuito, mas revelador do fato de que tal caracterização assume, neste autor, o papel de um "ponto de chegada", que realiza a síntese de seu pensamento, garantindo-lhe a máxima determinação. Com isto queremos dizer que, antes de mais nada, a assimilação da caracterização do capitalismo brasileiro em Florestan como "dependente" envolve a assimilação de seus pontos de partida teóricos fundamentais, quais sejam:

- 1) que o Brasil passa por um processo de transição para o capitalismo já sob o influxo das impulsões exógenas definidas ao nível da transição da ordem capitalista mundial para sua etapa imperialista;
- 2) que este processo de transição envolve um movimento interno peculiar - marcadamente contra-revolucionário - de "revolução burguesa", onde a ordem institucional capitalista se consolidará sem pressupor qualquer participação significativa aos setores sociais (em processo de crescente e plena desapropriação) portadores de reivindicações democráticas e especificamente nacionais.

Mas, se estes "pressupostos" da leitura de Florestan, sobre a dependência, já encontram forte oposição teórica, ainda mais sólida será a oposição à leitura que daí se deriva. E isto, na medida mesmo em que esta última - ao ser sintética - é, simultaneamente, mais determinada, envolvendo ainda uma certa interpretação do imperialismo enquanto etapa do capitalismo responsável pela universalização contraditória e não-homogeneizadora deste modo de produção<sup>137</sup>.

Em suma: mesmo aqueles autores que admitem "ter o Brasil sofrido um processo tardio de transição capitalista marcado por sua forma contra-revolucionária, não necessariamente admitirão consistência teórica à caracterização do capitalismo brasileiro como "dependente". As críticas à tal caracterização da formação capitalista brasileira, via de regra, apresentam-se centradas sobre padrões interpretativos divergentes em torno do significado teórico e prático das formações econômicas "nacionais" (e das impulsões "endógenas" e "exógenas" nos distintos espaços econômicos) sob a etapa imperialista<sup>138</sup>. Sendo assim, definimos uma tipologia, para caracterizar as distintas formulações críticas à

137 O que implica em uma leitura de que as substantivas mudanças de significado e a inquestionável perda de autonomia das distintas "formações nacionais burguesas", na etapa imperialista, não determinam a negação das mesmas, enquanto marcos concretos e objetivos da diversidade de padrões de acumulação, crise e conflito capitalistas sobre o globo.

138 Quer nos parecer que isto, em parte, se justifique pelo fato de que, nem Florestan, nem a grande maioria dos mais competentes críticos de sua "teoria da dependência", apresentem formação acadêmica básica de "economistas". Tal fato obstaculiza o encaminhamento consequente da discussão para o nível da consistência propriamente teórica dos (importantes mas inconclusos) desenvolvimentos de Florestan em torno das determinações especificamente sociais da dinâmica econômica capitalista, circunscrevendo-a ao nível de uma discussão mais geral em que se busca fazer a crítica da "teoria da dependência", seja ao nível metodológico, seja ao nível de sua adequação às leis tendenciais de desenvolvimento do capitalismo em sua etapa imperialista. (Isto, evidentemente, quando não se cai no equívoco de pretender negar as complexas formulações de Florestan em torno da dependência em função de uma pretensamente manifesta inadequação "empírica" das mesmas aos "fatos transcorridos".)

"teoria da dependência" em Florestan Fernandes, que segue os critérios expositivos dos próprios autores destas, o que nos permite dividi-las em três grupos básicos: a) aquelas críticas que derivam de uma perspectiva endogeneísta, para a qual as impulsões dinâmicas e o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro são determinados - se não inteiramente, pelo menos - centralmente a nível interno; b) aquelas derivadas de uma perspectiva exogeneísta, para a qual a ordem capitalista não pode ser pensada a não ser em termos mundiais, uma vez que "se recusa qualquer pressuposição de exterioridade entre mercados nacionais e mercado mundial"; e c) aquelas derivadas de uma perspectiva que poderia ser definida como teoricista, e que recusam o estatuto de "teoria" às formulações "dependentistas", a partir de uma pretensa fragilidade e indeterminação relativa das mesmas, incapazes que seriam de explicitar claramente os mecanismos materiais e institucionais garantidores da reprodução da inserção "dependente" do conjunto das economias "periféricas"<sup>141</sup>.

141 Sentimos necessidade de "nomenclaturar" esta perspectiva crítica em função da facilidade que tal procedimento nos traz para seu posterior resgate, sem que se faça necessário reproduzir monotonamente seus fundamentos já conhecidos. Temos de reconhecer, contudo, que o termo "teoricista" é relativamente menos adequado à caracterização desta "perspectiva" do que o são os termos "endogeneísta" e "exogeneísta". E isto porque, antes de mais nada, há menos uniformidade no interior do conjunto de autores que detectam insuficiências no grau de determinação teórica da leitura de Florestan em torno da dependência do que no interior das demais perspectivas críticas. Ou antes: a detecção de insuficiências teóricas ao nível das formulações sobre a "dependência" podem conduzir a posturas críticas absolutamente distintas, que vão desde a compreensão de que aquelas formulações devem ser desenvolvidas e aprofundadas, até a perspectiva de que as mesmas devem ser negadas de forma absoluta. Além disso - é preciso que se diga -, inúmeras vezes as exigências mais radicais de "consolidação teórica interna" das interpretações "dependentistas" não são mais do que instrumentos de defesa de outros referenciais teóricos. Como veremos adiante, os mais expressivos e competentes críticos das interpretações "dependentistas" a partir das perspectivas "endogeneísta" e "exogeneísta" não deixarão de se apropriar dos argumentos que negam consistência teórica interna ao "dependentismo" como forma de reforçar suas próprias leituras.

Se os três pontos de vista, acima explicitados, expressam fundamentos reais e substantivos das críticas à(s) teoria(s) da dependência, a estes argumentos se soma um quarto - utilizado em maior ou menor grau pelas três vertentes referidas - e que se pauta numa profunda ambiguidade *terminológica*, que se tornou inerente ao qualificativo dependência, em função da história mesma de desenvolvimento desta "teoria".

Como é sabido, a qualificação dos países capitalistas periféricos (vale dizer, daqueles países que apresentam um grau de desenvolvimento, integração, homogeneização e universalização das forças produtivas e das relações sociais de produção *especificamente* capitalistas que os distingue e separa das chamadas "economias capitalistas desenvolvidas") como "países dependentes" é tradicional na ampla e diversificada literatura de extração marxista que trata das contradições da etapa imperialista do capitalismo mundial. Contudo, esta qualificação só ganhará foros de "principal determinação teórica" do "capitalismo periférico" a partir de meados da década de 60; *particularmente a partir do momento em que, com a crise dos projetos de industrialização e endogeneização do desenvolvimento econômico latino-americanos* (levados a cabo sob influência - em maior ou menor grau - da economia política cepalina), *um amplo conjunto de teóricos (mediata ou imediatamente influenciados pelo marxismo) buscarão determinar as causas substantivas do fracasso daqueles planos de industrialização.*

O que deve ser observado por nós, neste processo, é que o termo "dependência" aparecia, para estes últimos teóricos, como uma qualificação natural e tradicional - tanto em termos marxistas quanto

cepalinos - para caracterizar o padrão de reprodução capitalista que buscavam analisar e compreender em sua estrutura íntima. A novidade de seus esforços encontrava-se tão somente na busca de constituir uma teoria capaz de explicar as *determinações últimas* da reprodução, a longo prazo, da inserção dependente daqueles países, vale dizer, as determinações que levavam ao fracasso dos planos de endogeneização dos estímulos dinâmicos capazes de garantir um padrão auto-sustentado de reprodução capitalista para os mesmos.

Esta unidade elementar, contudo, não deixou de se expressar em movimentos teóricos absolutamente distintos. E isto porque, enquanto um conjunto de autores passou a *privilegiar* o resgate e a interpretação teórica dos determinantes *específicos das distintas formações econômicas e sociais* capazes de impor a reprodução dependente como o padrão normal de reprodução capitalista dessas formações, um outro conjunto de teóricos *centrou* sua atenção nos mecanismos articulados a *partir dos centros imperiais* que seriam capazes de garantir a sustentação da dependência dos países marginalmente industrializados. Não é preciso dizer que estas *diferenças de enfoque carregam consigo diferenças de ordem metodológica* (na medida em que revelam uma percepção distinta da importância do resgate das determinações particulares e diferenciadas de cada formação econômica e social dependente, na apreensão dos mecanismos que garantem e definem o padrão de reprodução que lhes é inerente) que se traduzirão em *projetos de construção "teórica" portadores de níveis de "generalidade" absolutamente distintos*. Mais do que isto: aqueles teóricos que localizam, no interior das distintas formações econômico-sociais subordinadas à lógica imperialista, o espaço onde se definem, em última instância, os ajustamentos e as articulações econômicas e sociais

capazes de impor a "reprodução dependente", estão, de fato, privilegiando a análise dos processos de *luta de classes* e de *alianças intra-classes* que transcorrem de forma distinta no interior de cada formação "nacional". Diferentemente, os teóricos que privilegiam as determinações "exógenas" do processo de reprodução dependente ficam presos a um nível de análise mais geral, às leis gerais de movimento do capital a nível mundial, o que determina, na maioria das vezes, que suas formulações não façam mais do que repetir monotonamente (quando não "mediocrementemente") interpretações teóricas que os clássicos da teoria do imperialismo (e a melhor tradição da economia política dos países periféricos) já haviam desenvolvido em termos mais substantivos<sup>142</sup>. Estas diferenças entre os dois projetos de constituição da chamada "teoria da dependência" são tão significativas que acabam por subsumir quaisquer outros recortes potenciais entre os autores que buscam resgatar as determinações da - aparentemente impositiva - reprodução heteronômica dos países de desenvolvimento industrial e financeiro

142 Ainda que não se possa negar a existência de algumas poucas exceções a esta regra geral. Entre estas, há que se considerar a obra de Paul Baran, cuja influência sobre Florestan Fernandes (no que diz respeito às formulações sobre a teoria da dependência) será notável. Como é sabido, este autor busca definir as bases de uma teoria do desenvolvimento econômico contemporâneo (e de seus limites, que desembocam no "subdesenvolvimento" crônico dos países capitalistas periféricos) onde as contribuições dos clássicos do marxismo são lidas e desdobradas à luz de algumas contribuições relativamente recentes do pensamento econômico em torno da dinâmica inerente ao capitalismo "monopolista" ou "oligopólico". Mesmo no que diz respeito à produção de Paul Baran, contudo, não há como deixar de relativizar a originalidade de seus desenvolvimentos mais substantivos. O apoio teórico que este autor busca nas obras fundamentais de Michal Kalecki e Josef Steindl (vide BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, caps. terceiro e quarto) não consegue se desdobrar em um tratamento efetivamente inovador da questão da "dependência". Neste sentido, Florestan Fernandes (sintomaticamente) dirá que, considerada em seu nível de generalidade superior, "a primeira formulação sistemática e rigorosa da teoria [da dependência], se encontra em *Teoria do período de transição* de N. Bukhárin, e não em Baran, como muitos supõem". (FERNANDES, F. *A condição de sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 113.)



tardio. Assim é que, numa bibliografia que já é extensa, admite-se claramente a existência não de uma única "teoria da dependência", mas de dois projetos básicos de constituição da referida "teoria". Uma das melhores expressões desta leitura encontra-se na brilhante "Introdução" de *O Capitalismo Tardio* de João Manuel Cardoso de Mello. Neste texto, João Manuel nos diz:

"A filiação cepalina da idéia de 'dependência externa' é clara, pois simples decorrência da concepção de desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista, que se exprime na relação Centro/Periferia. Deste modo, não seria difícil imaginar a História latino-americana como uma sucessão de 'situações de dependência': dependência colonial, dependência primário-exportadora e dependência tecnológico-financeira.

Deste ponto de vista, a primeira vertente da Dependência - representada pelos trabalhos de A. G. Frank, centrados na idéia de 'desenvolvimento do subdesenvolvimento', que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração entre Metrôpoles e Satélites - consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico.

Ao contrário, a formulação de F. H. Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva.

Penso ... que Dependência e Desenvolvimento representa uma tentativa de constituir uma nova problemática, a problemática da 'instauração de um modo de produção capitalista em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico peculiar', a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina. Mais do que isto, traz, a meu juízo, entre outras, uma contribuição fundamental: a idéia de que a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por 'fatores internos', e, em última instância, por 'fatores externos', a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional."<sup>143</sup>

143 MELLO, J.M. Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 23, 24 e 25. João Manuel referencia suas avaliações das obras de Gunder Frank, Cardoso e Faletto fundamentalmente em FRANK, A.G. *Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina*. B.Aires: Signos, 1970. e em CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Como é sabido, a despeito de sua avaliação essencialmente positiva dos trabalhos de Cardoso e Faletto, João Manuel criticará a subordinação dos mesmos ao projeto de periodização histórica imanente à teoria econômica cepalina. É importante salientar desde já que esta crítica não afetará a leitura de Florestan Fernandes, apesar da perspectiva metodológica mais geral comum às obras deste último autor e daqueles anteriormente referidos.

O centro da leitura de João Manuel Cardoso de Mello é absolutamente transparente e totalmente consistente com nossa própria interpretação: não há como confundir - a partir do mero resgate de uma terminologia e de um objeto (até certo ponto) comuns - as derivações teóricas francamente distintas (que, em alguns aspectos, chegam a ser contraditórias) de autores que centram suas investigações sobre a reprodução da inserção dependente em torno dos conflitos e articulações de classes que se processam e se consolidam internamente, com a leitura de autores que buscam explicar esta mesma inserção a partir da recuperação (sem mediações) e generalização de interpretações clássicas (marxistas e cepalinas) em torno do processo de divisão internacional do trabalho. A distância que separa as duas leituras é tamanha que, diante da confusão aberta pelo uso comum do qualificativo "dependência", Fernando Henrique Cardoso escreverá um conjunto de ensaios - publicados posteriormente em forma de livro sob o sugestivo título de *As idéias e seu lugar* - visando justamente diferenciar sua perspectiva daquele "dependentismo" que, incapaz de resgatar a profunda diferenciação dos padrões de desenvolvimento capitalista inerentes aos distintos países periféricos, vê "no imperialismo e no condicionamento econômico externo a explicação substantivada de todo e qualquer processo social ou ideológico que [ocorre nestes países]"<sup>144</sup>. Para Fernando Henrique Cardoso, uma interpretação consistente da "dependência" exige uma rotação de perspectiva:

"Os 'dependentistas' deram a volta à questão: a representação teórica do movimento social não deve ser feita através da oposição 'mecânica' entre interno/externo na qual o segundo termo

144 CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980. p. 95.

anula a existência do primeiro. O enfoque deve ser histórico e portanto deve partir da análise da constituição das formações sociais ... e deve sublinhar também a especificidade das situações de dependência frente às sociedades dos países de economia central. ...

Se o imperialismo se substantiva através da penetração do capital estrangeiro, das invasões no Caribe pelos americanos, da América do Sul pelos ingleses etc., ele implica também no estabelecimento de um padrão estrutural de relações que 'internaliza' o externo e que cria um Estado formalmente soberano e disposto a responder pelos interesses da 'nação'. Este estado é ao mesmo tempo e contraditoriamente instrumento da dominação econômica internacional.....

Assim desde as proposições iniciais partia-se da análise dialética: o que interessava era o 'movimento', as lutas de classe, as redefinições de interesse, as alianças políticas que ao mesmo tempo em que mantêm as estruturas abrem perspectivas para sua transformação. As estruturas eram concebidas como relações de contradição e, portanto, como dinâmicas. ...

No processo desses estudos difundiram-se nos USA, entretanto, a caracterização da dependência foi colorida localmente. A preocupação com a denúncia das formas de 'ajuda externa', com a interferência da CIA na política externa, com a mão invisível e maquiavélica das multinacionais etc ... acabou por restabelecer, pouco a pouco, a prioridade do externo sobre o interno (o que pode ter base) e levou finalmente à eliminação da dinâmica própria das sociedades dependentes como fator importante nas explicações, o que é inaceitável. Separaram-se, de novo, metafisicamente, os dois termos da oposição externo-interno que, de dialética, passou a estrutural-mecânica, quando não passou a ser concebida em termos de antecedentes causais que se relacionam com consequentes inertes.<sup>145</sup>

No mesmo sentido (ainda que sem confrontar sua própria leitura com o que se poderia denominar 'dependentismo vulgar') Florestan Fernandes não poupará esforços para explicitar a perspectiva teórica e metodológica - essencialmente comum à perspectiva de Cardoso e Falleto<sup>146</sup> - que sustenta sua interpretação da "teoria da dependência". Em seu *A Condição de Sociólogo* afirma:

145 Idem, pp.95, 96, 97 e 98.

146 Aliás, no ensaio de Cardoso acima referido, este autor explicita os débitos de sua própria interpretação da "dependência" para com as formulações teóricas e metodológicas de Florestan Fernandes (entre outros autores), desenvolvidas desde inícios da década de 50. Idem, pp.92 e 95.

"... existem dois pólos na dominação: o externo e o interno. Quando se fala em imperialismo, se explica o que ocorre *de fora para dentro*. Agora, resta saber o que ocorre *de dentro para fora*. Se se cultiva uma imagem dialética da dominação imperialista, é preciso compreender que as condições de dominação não são dadas a partir de fora, são dadas também a partir de dentro. ...

De uma maneira geral, o capitalismo dependente condiciona o próprio imperialismo. Ele condiciona o imperialismo porque ele também comercializa o subdesenvolvimento. ... É por isso que é errada a crítica que muitos marxistas fazem ao estudo da dependência na sociologia, na antropologia, na economia.

Se nós quisermos ir além das descrições sumárias temos de ver como é que os mecanismos do imperialismo se realizam dentro dos países submetidos à dominação imperialista. E aí é preciso analisar a dependência em termos da maneira pela qual os vários setores da sociedade capitalista dependente se ajustam, tanto passiva quanto ativamente à dominação imperialista."<sup>147</sup>

A transparência das afirmações de Florestan, acima reproduzidas (apenas uma das inumeráveis passagens em que as mesmas idéias são desenvolvidas), é tamanha, e o debate em torno das distintas vertentes em que se dividiram os "teóricos da dependência" gerou uma bibliografia tão expressiva, que fica difícil entender como, ainda hoje, algum cientista social possa pretender criticar e qualificar genericamente os "dependentistas" como autores que ignoram as influências e determinações especificamente internas do processo de desenvolvimento capitalista dos países periféricos. Entretanto, para nossa surpresa, este equívoco não apenas se repete, como emerge em textos de autores de expressiva estatura teórica. Assim é que, em sua participação no Seminário sobre a obra de Florestan Fernandes, realizado no Campus de Marília da UNESP, Jacob Gorender dirá:

"Como sabemos, a teoria da dependência recebeu contribuição importantíssima do professor Florestan Fernandes. Em diversas obras, enfocou o processo histórico brasileiro dos anos 60 e 70

147 FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978. pp. 111 e 112 (os grifos em negrito são meus).

sob o prisma da teoria da dependência, fazendo-o com a flexibilidade e a erudição que caracterizam sua abordagem. Contudo, sem deixar de salientar o avanço que representou em certo momento da história das idéias sociais, penso que a teoria da dependência não poderia deixar de ser ultrapassada, em vista do enfoque mecanicista e unilateral de que padece. Porque, queiram ou não aqueles que a adotam, a atribuição de todo o dinamismo econômico-político é feita com vistas ao centro metropolitano. Dele procedem os impulsos assinalados, que a periferia não pode senão assimilar passivamente. Os dinamismos endógenos dos países periféricos ou são ignorados ou se lhes imputa um papel inteiramente secundário. Omite-se a repercussão de tais dinamismos sobre os próprios centros metropolitanos. Privilegia-se o externo de tal maneira que desaparece a interação entre interno e externo. Por conseguinte, não se levam na devida conta as diferenças dos efeitos dos fatores externos sobre os diferentes meios internos. Assim é que, só para ilustrar, um pesquisador da envergadura de Samir Amin colocou o Brasil junto com a República dos Camarões, numa análise comparativa. Outro expoente da teoria da dependência, A. Gunder Franck, este de nível intelectual bem inferior, simplesmente igualou o Brasil a Barbados, colocando-os na mesma categoria. A respeito do desenvolvimento ocorrido em alguns países dependentes - os chamados 'novos países industriais' -, são ainda de Gunder Franck as expressões 'lumpdesenvolvimentos' e 'lumpemburguesia', cabíveis também ao caso do Brasil. O que, adiante, demonstrarei ser descabido. Em suma, trata-se, da minha parte, não de questionar a dependência, mas a teoria da dependência, enquanto referencial analítico e explicativo.<sup>148</sup>

O gap que separa a interpretação dada por Gorender da "teoria da dependência" em Florestan Fernandes e as formulações encontráveis na obra deste autor é tamanho, que somos levados a pensar que, por trás de tanta incompreensão, se esconda uma proposta interpretativa radicalmente distinta. De fato, a essência da crítica de Gorender à "teoria da dependência" não se encontra na dificuldade em diferenciar a leitura de Florestan (e de outros autores que perseguem uma linha metodológica similar) da leitura de autores como Samir Amin ou André Gunder Frank. Isto fica suficientemente claro em um pequeno ensaio seu - publicado sob o título de *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*

148 GORENDER, Jacob. "A revolução burguesa e os comunistas". In: D'INCAO, M.A. (org). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo: UNESP, 1987. pp. 253 e 254 (os gritos em negrito são meus).

- onde Gorender, discutindo as diversas vertentes de interpretação do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, nos diz:

"Uma outra concepção deriva da perspectiva dependentista, da teoria da dependência, bastante conhecida. Segundo essa tese, tivemos uma economia colonial, até mesmo um modo de produção colonial, como peça do Antigo Sistema Colonial, cujo fim ou sentido - sentido aí tomado na acepção teleológica - seria o de servir à acumulação originária de capital na Europa. Com o término desse Antigo Sistema Colonial, nos começos do século XIX, surge o capitalismo nacional, na medida em que se transferem para o Brasil as funções comerciais e estatais que se concentravam em Portugal, monopolizadas pela metrópole portuguesa. Na medida em que essas funções comerciais e estatais se transferem para cá, para o Brasil, então surge o capitalismo nacional. Vão mudando, no entanto, as formas de dependência, que resultam no chamado *capitalismo dependente*, definido, a meu ver, muito vagamente, como um capitalismo heteronômico e não integrado. Para mim, capitalismo dependente é um conceito *historicista*, não é um conceito *lógico-teórico*. Ao menos, não conheço nenhum autor que conseguisse elevar este conceito ao nível lógico-teórico."<sup>149</sup>

É mais ou menos evidente que Gorender, nesta passagem, identifica a leitura de extração "dependentista" do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro com a leitura que tem origem nos (e aproxima, sem apagar as distinções, os) trabalhos de Fernando Novais, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e João Manuel Cardoso de Mello. Sem dúvida, isto implica em um ponto de partida superior para a estruturação do debate, uma vez que, de antemão, dele ficam descartadas aquelas versões teóricas - como a de Gunder Franck - em que as impulsões exógenas são absolutizadas de tal forma a impedir a percepção sequer do caráter pré-capitalista da sociedade colonial. Mais do que isto: o "descarte" efetivado por Gorender das leituras dependentistas "metafísicas" (no sentido de unilaterais, generalizantes, e, portanto, não-dialéticas), permite-lhe absorver um dos pontos centrais da interpretação do conjunto destes autores: que a "dependência" tem, não

149 GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. pp. 21 e 22 (os grifos em negrito são meus).

só uma história - uma vez que não se manifesta nem se realiza sob um mesmo padrão ao longo do tempo -, mas só pode ser rigorosamente pensada a partir das particularidades do desenvolvimento capitalista dos diversos espaços nacionais em constituição e desenvolvimento.

Assim - ainda que não se possa afirmar que este novo ponto de partida envolva a superação das profundas e significativas incompreensões, por parte de Gorender, das obras de Fernando Novais, J. M. C. de Mello, F. H. Cardoso ou Florestan Fernandes<sup>150</sup> -, é possível detectar, nesta nova formulação, os reais fundamentos da perspectiva crítica de Gorender. A chave desta crítica encontra-se na conclusão da citação reproduzida anteriormente, onde Gorender afirma que "capitalismo dependente é um conceito *historicista*, não é um conceito *lógico-teórico*". Esta contraposição - tipicamente estruturalista e althusseriana - entre "histórico" e "lógico" assume uma expressão particularmente importante na obra de Gorender<sup>151</sup>. Em nossa opinião, ela

150 Incompreensões estas que - correta nossa própria avaliação dos autores com os quais Gorender polemiza - são bastante sérias e se manifestam, por exemplo, na pretensão de que, para esses autores, "o modo capitalista de produção se imporia no Brasil já a partir da crise do antigo sistema colonial", ou de que "o sistema colonial configurasse um modo de produção". A bem da verdade, o único dos quatro autores, citados anteriormente, que abre algum espaço em suas obras para semelhante interpretação é Fernando Henrique Cardoso. (Vide, a este respeito, o artigo "Classes Sociais e História: considerações metodológicas" em CARDOSO, F.H. *Autoritarismo e Democratização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.) Mesmo assim, somente uma leitura descontextualizada de determinadas passagens de seus textos poderia conduzir a uma interpretação de que a essência das contribuições de Cardoso fosse nesta direção. Quanto aos demais autores - pelo menos tão expressivos quanto Cardoso na conformação geral da perspectiva teórica criticada -, desconhecemos qualquer passagem de seus textos fundamentais que fosse capaz de dar alguma substância às afirmações de Gorender. Antes pelo contrário, suas contribuições essenciais vão em sentido absolutamente antagônico àquelas.

151 Diga-se de passagem, a influência althusseriana sobre Gorender já transparece em sua afirmação anterior de que um conceito científico em termos marxistas seja um conceito "lógico-teórico" e não, como poder-se-ia esperar, um conceito "lógico-histórico". No mesmo sentido, vão as observações críticas deste autor à interpretação engelsiana da relação

será responsável pelo aprisionamento das formulações teóricas deste autor a um círculo de ferro, capaz de torná-las virtualmente impermeáveis às determinações contraditórias que emergem do processo de desenvolvimento capitalista a nível mundial e que são capazes de impor uma trajetória histórica às economias periféricas substancialmente distinta daquela que seria projetada pelas impulsões especificamente internas. Não será gratuito que, no parágrafo imediatamente posterior ao reproduzido acima - referindo-se ainda às diversas leituras em torno do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil - Gorender nos diga:

A formação do capitalismo, inclusive no campo do Brasil, a partir do modo de produção escravista colonial - eis, finalmente, uma nova e recente concepção. Aqui temos uma origem completamente diferente da européia, contudo passível de explicação com o rigor da metodologia do materialismo histórico.<sup>152</sup>

O que fica claro definitivamente é que Gorender se contrapõe à "teoria da dependência" porque abraça uma perspectiva distinta, de extração endogeneísta, e que se expressa, na passagem acima, na pretensão de que nosso capitalismo teria uma "origem completamente diferente" do capitalismo europeu. Tão importante quanto isto, entretanto, é perceber - na proposta de que se poderia derivar pura e simplesmente das contradições internas ao "modo de produção escravista colonial" a emergência do capitalismo brasileiro - o abandono da

entre lógica e história no interior do método marxista, apresentadas em GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. pp. 31 e segs. O fato de que Gorender dedique a maior parte de suas "Reflexões Metodológicas" (que abrem a referida obra) para criticar a(s) perspectiva(s) de Althusser e Max Weber, não nega - antes pelo contrário - sua filiação em última instância à leitura destes autores. Na realidade, a necessidade de demarcar suas diferenças com Althusser e Weber advém da própria proximidade e similaridade de sua perspectiva metodológica com a destes autores. Ela é tão expressiva que tende a obscurecer a percepção das (reais, mas sutis) diferenças existentes entre as propostas de interpretação histórica deste conjunto de autores.

152 Idem, p.22.



perspectiva histórica dialética. Este abandono - que já se revela na sintomática caracterização do materialismo histórico como metodologia, cuja principal característica seria o rigor - transbordará na perda da perspectiva de totalidade inerente ao endogeneísmo elevado à categoria de "princípio metodológico". O fundamento último desta orientação metodológica, no caso de Gorender, se encontra na subordinação deste autor ao projeto formalista de distinção entre "modo de produção" e "formação econômica e social"<sup>153</sup>. Esta distinção lhe permite analisar as "leis de reprodução" do escravismo colonial enquanto modo de produção, vale dizer (dentro desta perspectiva), enquanto modelo genérico, abstrato, autônomo e fechado<sup>154</sup>. O perigo (e o equívoco) desta leitura se manifestará com toda a clareza no momento em que, assentado sobre a interpretação de que as "formações econômicas e sociais concretas" tem seu dinamismo definido fundamentalmente pelo "modo de produção" hegemônico em seu interior, os complexos e multi-determinados processos históricos de desenvolvimento capitalista no Brasil passam a ser essencialmente explicados a partir do resgate das impulsões endógenas, definidas pelas contradições inerentes ao "modo de produção escravista colonial". Vale dizer: pensa-se a categoria "modo de produção" como um simulacro "materialista" dos tipos ideais weberianos, mas acaba-se

153 Neste sentido, Gorender afirma em suas "Reflexões Metodológicas": "O objeto desta obra, estritamente limitado, é o modo de produção escravista colonial. Por conseguinte, somente o fundamento da formação social escravista, não toda ela." GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 25. Para uma adequada compreensão desta proposta de diferenciação das duas categorias nos termos em que Gorender põe a questão, vide a "Introdução" de POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

154 E, portanto, queira ou não o autor, enquanto modelo ideal e histórico. Não será gratuito que, mesmo para Gorender, o que diferencia fundamentalmente a categoria "modo de produção" dos "tipos ideais" weberianos é o subjetivismo inerente à epistemologia neo-kantiana de Weber, que se contrapõe ao materialismo marxista. Vide, a este respeito, a sexta seção - intitulada "Teoria geral, modelos e tipos ideais" - das "Reflexões Metodológicas" de GORENDER, J. Op.cit. pp. 44 e segs.

*pretendo poder extrair destas contruções ideais conclusões a respeito da dinâmica histórica concreta que só seriam legítimas se a metodologia fosse outra, pautada na efetiva saturação histórica das categorias contruídas.*

O equívoco de erigir o "endogeneísmo" ao nível de princípio metodológico revela-se nos obstáculos concretos que este movimento abre à percepção, até mesmo, das profundas distinções em termos de potencialidades dinâmicas e de padrão de inserção das economias periféricas e de suas "burguesias nacionais". Quer nos parecer que não possa ser outra a explicação para o fato de que, em sua exposição no Seminário da Unesp sobre a obra de Florestan Fernandes, em pleno ano de 1986 (vale dizer, passada uma década das primeiras manifestações da grave crise em que ingressara a economia brasileira), Gorender pudesse pretender concluir sua crítica à "teoria" da dependência (em oposição à dependência propriamente dita, que este autor pretende, contraditoriamente, não questionar) afirmando:

"... Nos anos 50, em função do mercado interno já existente no Brasil, previamente criado pelo próprio capitalismo brasileiro, o capital das potências imperialistas mudou a orientação dos seus investimentos e passou a dirigi-los pesadamente para a industrialização no Brasil. O que se deu, em especial, na época do governo Kubitschek. O processo industrializante, promovido pelo capital nacional e estrangeiro, com maciço apoio do Estado, prosseguiu durante os governos militares.

Daí resultou que não é uma lumpemburguesia o que temos no Brasil. A burguesia brasileira não é pé-de-chinelo. Quem a enfrentou, sabe disso. Quem quiser enfrentá-la, que vá muito bem preparado, porque terá de se haver com uma burguesia possuidora de elevado grau de consciência e articulação de classe dominante. No universo dos países dependentes, a burguesia brasileira é, fora de dúvida, a mais bem sucedida. Falando na burguesia brasileira, refiro-me, em especial, à burguesia industrial, setor mais influente no aparelho de Estado e na economia. Os dados recentes, de que posso dispor, mostram que, mesmo nestes últimos anos de recessão, os anos 1981-1984, a burguesia brasileira avançou. Ampliou-se seu espaço no mercado interno, acrescentado

ao notável crescimento das suas exportações. Por outro lado, foi nítido o recuo do capital estrangeiro no mercado interno, durante o período de recessão. Embora, está claro, o capital estrangeiro continue a deter indústrias de ponta e a prevalecer em setores-chaves da economia." 155

Ora, ainda que desconsiderássemos a forma como Gorender absolutiza a vinculação do processo de "multinacionalização da estrutura industrial interna", a partir da década de 50, "à preexistência de um mercado interno, criado pelo próprio capitalismo brasileiro" 156, não faltariam à passagem acima demonstrações dos equívocos interpretativos aos quais a perspectiva "metodológica" endogeneísta é capaz de conduzir mesmo um analista arguto e de insofismável capacidade crítica. Particularmente expressivos são os comentários de Gorender em torno do avanço realizado pela burguesia brasileira, na primeira metade da década de 80, em termos de ocupação relativa do mercado interno, que se contraporía a um recuo relativo do capital estrangeiro.

Sem dúvida alguma - e a despeito de não nos ser oferecida qualquer indicação das fontes dos dados aos quais se refere Gorender - será sempre possível "construir" indicadores de um movimento neste sentido. Afinal a dívida externa que vem sufocando as economias latino-americanas desde meados da década de 70 não é mais do que a expressão de um amplo movimento de fuga de capitais desta região, em busca de reprodução ampliada (produtiva ou fictícia) seja nos centros imperiais, seja em

155 GORENDER, Jacob. "A revolução burguesa e os comunistas". In: D'INCAO, M.A.(org). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo: UNESP, 1987. pp. 254 e 256 (os grifos em negrito são meus).

156 Desconsiderando com isto o fato óbvio de que, não apenas o "capitalismo brasileiro" se desenvolveu articulado ao capitalismo mundial, como também que o desenvolvimento de estruturas produtivas multinacionais ao longo do globo é um processo absolutamente geral neste período, conduzido pela lógica da concorrência interimperialista no pós-segunda guerra.

países periféricos (do sudeste asiático, do oriente médio ou da própria Europa), que vêm apresentando espaços de valorização abertos e/ou potencialidades dinâmicas superiores a dos países de nosso continente<sup>157</sup>. Por isto mesmo, *não duvidamos da possibilidade de demonstrar* - ainda que a expressão teórica dos dados e estatísticas levantadas para efetivar tal demonstração fosse, para dizer o mínimo, absolutamente discutível - que o estoque de capital interno sob o controle da "burguesia nacional" cresceu relativamente na última década. Mais do que isto: seria possível igualmente "demonstrar" - tendo em vista as violentas transferências patrimoniais patrocinadas pela inflação galopante do último decênio e a institucionalização de uma ciranda financeira garantidora de elevadíssimas taxas de valorização fictícia de capital - que o processo de acumulação capitalista não só não cessou nos últimos anos como sofreu significativa aceleração. Por isto mesmo, não nos surpreenderíamos se a hipótese de Gorender, em torno de um avanço relativo e absoluto da concentração de capital sob controle da burguesia "nacional", viesse a ser confirmada por alguma pesquisa que resgatasse, em sua imediatividade, o processo de transferências patrimoniais ocorridos na última década<sup>158</sup>.

157 Como é amplamente reconhecido, as dificuldades de rolagem da dívida externa - que têm determinado a continuidade do esforço exportador e das políticas recessivas a ele associadas - apenas faz refletir a significativa queda dos investimentos externos líquidos na economia brasileira e latino-americana nas últimas décadas, associada a uma crescente dificuldade de obtenção de fundos para o refinanciamento do passivo já constituído.

158 Evidentemente, não estamos afirmando que tal processo esteja, efetivamente, ocorrendo hoje. Desconhecemos qualquer pesquisa que, *assentada sobre uma perspectiva teórica e metodológica correta*, esteja, atualmente, procurando enfrentar estas importantes questões empíricas. De qualquer forma, temos, como hipótese, que - no quadro de indeterminação relativa do novo padrão de divisão internacional do trabalho, que emergirá da crise dos países de socialismo burocrático, da unificação européia e das novas tecnologias em processo de gestação e consolidação - a estratégia para a América Latina, dos absolutamente hegemônicos blocos de capital monopolista internacionalizados, seja a de manterem sua participação econômica relativa internamente a partir de

Não é preciso ter sólida formação marxista, contudo, para se ter aversão ao tipo de pesquisa e de "demonstração empírico-estatística" capaz de "confirmar" uma hipótese como esta. Na realidade, o que tem de ser posto primeiramente em questão, quando se quer avaliar o desenvolvimento da acumulação de capital em um dado espaço nacional (e os desdobramentos deste processo em termos de poder competitivo das distintas frações da burguesia), são a solidez e as bases materiais e sociais que *permitem e impõem* um dado padrão de valorização e reprodução capitalista. Se este for o pano de fundo da análise do processo de acumulação capitalista brasileiro nos últimos anos, o que ficará claro é que a montagem de um padrão "especificamente especulativo" de valorização de capital só se sustenta em função do esgotamento de um certo padrão de acumulação *produtiva*, e da *total incapacidade da burguesia e do Estado brasileiros em articularem autonomamente uma profunda reestruturação da ordem industrial interna capaz de garantir novo dinamismo à reprodução ampliada capitalista*. Que este seja o caso, o revela a própria debilidade do padrão especulativo de valorização adotado, assentado que é, fundamentalmente, sobre uma dívida pública que crescentemente se mostra impagável, a despeito dos esforços do Estado em erigir toda sua política econômica para sustentá-la. Os resultados

uma política de investimentos diversificada, mas mais cuidadosa e seletiva, tendo em vista as débeis perspectivas dinâmicas especificamente endógenas destas economias. Isto, entretanto, não demonstraria sequer uma estabilidade relativa no *poder competitivo* das burguesias nacional e multinacional. Sem que neguemos o caráter internacional da crise por que passamos, há que se entender que ela se manifesta de forma profundamente desigual: a despeito de uma queda relativa em suas taxas históricas, os principais centros imperiais têm conseguido sustentar um certo crescimento econômico, assentado sobre políticas públicas ativas e sobre um processo de desenvolvimento tecnológico que se consubstancia na ampliação relativa do poder industrial e financeiro dos blocos de capital monopolistas internacionalizados *vis-à-vis* as débeis burguesias nacionais periféricas.

destes esforços vêm se consubstanciando, contudo (e contraditoriamente), na crescente desestruturação econômico-produtiva do Estado brasileiro e em elevados custos sociais que levam à agudização da luta de classes, à elevação da tensão política interna e a uma crescente instabilidade econômica assentada sobre a depressão das expectativas empresariais.

Não seria absolutamente surpreendente, portanto, se, dentro deste quadro, os blocos de capital monopolista internacionalizados adotassem uma estratégia que - a médio e longo prazo - determinasse uma diminuição relativa de suas participações no interior de determinados setores produtivos internos e - particularmente - no conjunto dos ativos financeiros sobre os quais se assenta a (estruturalmente frágil) valorização fictícia nacional. A significação prática e teórica deste (virtual) "recuo" do capital estrangeiro, contudo, não teria qualquer relação com um pretenso poder competitivo da burguesia brasileira, mas, antes pelo contrário, estaria demonstrando sua fragilidade estrutural enquanto classe dominante, incapaz seja de "internacionalizar-se" (efetivando movimento de "recuo" quantitativa e qualitativamente similar em direção aos novos pólos econômico-espaciais privilegiados de valorização capitalista), seja de estruturar *autonomamente*, a partir de seu controle sobre os aparelhos regulatórios do Estado, novos espaços de valorização produtiva capitalista solidamente assentados sobre uma reestruturação tecnológica, financeira, industrial e distributiva internas. As determinações da incapacidade da burguesia brasileira em adotar tal estratégia não resultam, contudo, de quaisquer determinações "culturais" ou "contingenciais", mas - como prefere dizer Florestan - "elas se encontram nos fatos de estrutura" que se traduzem em nossa inserção dependente e heteronômica.

Como já dissemos, as dificuldades de apreender estas determinações, em Gorender, são inerentes a seu ponto de partida metodológico. O caráter problemático deste ponto de partida fica tão mais evidente quando se atenta para o fato de que esse autor acaba conduzindo a expectativas e conclusões que não deixam de se aproximar (abrindo espaço para a reprodução) daquele discurso tipicamente ideológico - cultivado pela grande maioria dos teóricos e intelectuais orgânicos da burguesia brasileira, particularmente nos períodos de maior autoritarismo político - do "Brasil, potência emergente". Este discurso - pautado sobre manipulações estatísticas (não pode se dar outro nome ao resgate absolutamente desqualificado e descontextualizado de informações quantitativas) que provam ser o Brasil "a oitava economia industrial capitalista do mundo"<sup>159</sup>, associadas às nossas fugazes experiências de "milagre econômico" e grandiloquentes planos de industrialização "pós-milagre" - deixou suas marcas em uma ampla literatura de extração metodológica e ideológica burguesa, que pretende provar as enormes potencialidades dinâmicas e o elevado grau de autonomia da economia brasileira. Feliz ou infelizmente, porém, a realidade vem sendo

159- Pretensão que já não fazia o menor sentido mesmo antes de Espanha e Austrália superarem o PIB brasileiro na última década. As diferenças qualitativas da economia brasileira - em termos de competitividade industrial, desenvolvimento do capital financeiro, renda per capita, estrutura e distribuição da propriedade e da renda, desenvolvimento científico e tecnológico, estrutura de emprego e do mercado de trabalho - com relação ao conjunto das economias dos 23 países "ocidentais" membros da OCDE (excluindo-se, portanto, a Turquia) são tão chocantes, que a mera pretensão de ter, no volume do PIB, um indicador de nossa expressão econômica a nível mundial, chega a ser hilária. Como se isto não bastasse, o sólido crescimento econômico e industrial de um expressivo conjunto de países do sudeste asiático na última década (em especial da Coreia do Sul e Taiwan), a crescente integração da economia mexicana com os EUA e os recentes avanços da ordem mercantil nos países do Leste europeu, vem colocando mais e mais empecilhos nas pretensões de nosso ideólogos de plantão de erigir o Brasil ao nível das dez maiores economias capitalistas do mundo.

insistente em demonstrar o desacerto de leituras assentadas sobre postulados teóricos, tão equivocados, quanto ideológicos<sup>160</sup>.

Se a crítica da crítica endogeneísta à "teoria da dependência" é facilitada pela fragilidade metodológica e flagrante inadequação aos fatos desta perspectiva, o mesmo já não se pode pretender daquela proposta interpretativa que busca negar a "dependência" enquanto determinação teórica do capitalismo brasileiro, assentada sobre uma leitura que denominamos "exogeneísta". É bem verdade que é possível encontrar autores que, buscando operar no interior desta leitura crítica, revelam sua "identidade contraditória" com o endogeneísmo radical e ideológico, pela negação mesma de qualquer peculiaridade ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Levando ao limite o pressuposto teórico que informa o "exogeneísmo" (que, como veremos, se assenta na equivocada perspectiva da realização *não contraditória* da tendência à transnacionalização da ordem capitalista), tais autores pretendem que a homogeneização do capitalismo sobre o globo *já haja ocorrido*, o que lhes permite negar importância teórica e prática às *especificidades* das distintas economias nacionais. A distância de tal perspectiva

160 A obra clássica e maior desta perspectiva "endogeneísta ideológica" (em contraposição ao "endogeneísmo metodológico" de Gorender) é, sem sombra de dúvida, SIMONSEN, M.H. e CAMPOS, R. *A Nova Economia Brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. Não é preciso dizer, contudo, que este texto só faz espelhar, de forma genuinamente superior, uma visão que é relativamente generalizada no interior da produção teórica brasileira em economia de extração positivista e burguesa. Afinal, a marca fundamental da teoria econômica "sicofantica" e "ideológica" é a negação das diferenças e desigualdades substantivas presentes no conjunto das relações econômicas e sociais capitalistas, e a afirmação absolutizadora da igualdade formal dos produtores e agentes no interior do mercado. É mais do que evidente que, com tal substrato teórico-metodológico, as avaliações em torno da inserção do Brasil na ordem capitalista mundial só possam se pautar sobre valores contábeis e econométricos que são resgatados e analisados de forma absolutamente descontextualizada. A distância deste padrão interpretativo com aquele que sustenta as "teorias da dependência" é tamanho, que não nos propomos aqui a aprofundar o confronto das conclusões destas distintas leituras.



metodológica em relação ao projeto científico do materialismo histórico e dialético - para o qual "o concreto (pensado) é concreto porque é a síntese (hierarquizada) das múltiplas determinações" - é tão flagrante que nos permite eludir qualquer discussão com teóricos deste calibre.

O "anti-dependente" de extração "exogeneísta", contudo, não é monopólio deste tipo de "teóricos". De forma evidentemente refinada, ela reemergirá em autores de sólida formação teórica e metodológica marxista. É justamente este o caso de Miriam Limoeiro Cardoso<sup>161</sup> que, em sua intervenção no já referido debate sobre a obra de Florestan Fernandes realizado na UNESP, dedicará acerbas críticas à "teoria da dependência". Tais críticas, contudo, não partem de qualquer descaracterização das especificidades da formação capitalista brasileira. Assim é que esta autora inicia suas considerações, sobre a leitura de Florestan Fernandes em torno do capitalismo brasileiro, resgatando a correção e a necessidade de se enfrentar as peculiaridades da transição e da ordem capitalistas neste país. Em suas palavras:

" Florestan Fernandes distingue os dois planos da revolução burguesa: a "transformação capitalista" e a "revolução nacional e democrática". Indica a organização nacional e democrática do Estado como apenas uma forma de organização política que acompanha a transformação econômica capitalista. Relativiza historicamente essa forma, apontando a dificuldade de sua concretização sob o capitalismo dependente, onde o desenvolvimento capitalista aparecia como mais brutal ou mais selvagem exatamente por aparecer por si só, sem a organização política nacional e democrática."<sup>162</sup>

161 Autora, à qual devemos um dos mais sérios e competentes trabalhos de apresentação do método materialista histórico e dialético de que temos conhecimento: CARDOSO, M.L. *A Periodização e a Ciência da História*. Rio de Janeiro: EIAP, 1977 (mimeo).

162 CARDOSO, M.L. "Sobre a revolução burguesa no Brasil". In: D'INCAO, M.A.(org) *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra / UNESP, 1987, p. 245. Apesar da correção essencial desta passagem, vale a pena notar que a mesma já sinaliza para um certo afastamento entre a perspectiva de interpretação do processo histórico brasileiro nesta autora e em Florestan Fernandes.

Mas, logo adiante, Miriam Limoeiro introduz sua crítica à pertinência da determinação "dependência" a este "peculiar" capitalismo:

Com esta clareza sobre a questão fundamental, como Florestan Fernandes continua recorrendo à noção de dependência? Esse é um problema mais geral em Florestan Fernandes e cabe nos determos um pouco para analisá-lo.

Trata-se de uma espécie de sobrecarga. Florestan Fernandes tem, sem dúvida, formação sociológica sólida, sempre presente em sua reflexão. Nele, porém, tal solidez sociológica não se petrifica, porque ele sempre aplica a teoria para torná-la fecunda, buscando a construção rigorosa do objeto e a explicação da realidade social. Espírito jovem, Florestan é homem do seu tempo. Crítico agudo, militante revolucionário, seu pensamento se transforma no passo da transformação da realidade.

Não deixa de haver um certo conflito entre esta juventude de espírito e a solidez da sua Sociologia, de tal modo que há um peso (sobrecarga) daquela herança sociológica quando Florestan Fernandes faz sua problemática marxista. É como se operasse com "amarras" teóricas, conceituais. Com muitas destas amarras seu próprio pensamento analítico rompe, embora possa ainda continuar a empregar os mesmos termos. Com outras, seu pensamento mantém um certo conflito, ou, no mínimo, uma certa ambivalência. A questão da dependência é um bom exemplo. No conjunto, Florestan Fernandes tenta pensar a revolução e a dominação burguesa no Brasil com a perspectiva do desenvolvimento capitalista e a sua demarcação em etapas. No entanto, ainda que adote essa perspectiva, mantém como referência: a dependência. Pretendendo alcançar um grau de generalidade quando analisa o caso brasileiro, discute a revolução burguesa e o capitalismo dependente e trabalha com oposições entre centro e periferia ou como sociedades autônomas e heterônomas, sinal de que - para pensar a especificidade da situação imperialista, característica do capitalismo monopolista -, ainda carrega conceitos elaborados dentro de um marco conceitual dependentista. E em que consiste tal marco? Logicamente, consiste numa construção funcional ou sistêmica, que toma como referencial básico a análise da dependência, e a dependência interno/externo sempre redefinida em função de cada nível sistêmico tomado arbitrariamente como patamar analítico (um Estado-nação determinado, ou um dado conjunto de Estados-nações, seja da América Latina, sejam as "nações periféricas" ou de "capitalismo dependente").

Para Miriam Limoeiro, a distinção fundamental entre a ordem capitalista no Brasil e naquelas formações nacionais onde a implantação deste modo de produção vem acompanhado de uma ordem política democrática é caracterizada como uma (mera) diferença de "forma". Para Florestan, esta diferença "formal" revela e esconde profundas diferenças de "conteúdo".

160 CARDOSO, M.L. Op. cit. pp. 245 e 246 (os grifos em negrito são meus).

O que chama a atenção, na passagem acima, é o fato de que Miriam Limoeiro tenta introduzir sua crítica à "teoria da dependência", em Florestan, enquanto crítica metodológica, apontando uma pretensa vinculação entre sua interpretação do caráter heteronômico da economia e da sociedade brasileira, e a sobrevivência de um viés "sociologicista" que marcaria mesmo aquelas obras deste autor que são estruturadas a partir de questões propriamente marxistas. Não é preciso dizer - tendo em vista os desenvolvimentos do primeiro capítulo desta dissertação - que nossa própria interpretação da obra de Florestan é convergente com aquela oferecida por Miriam Limoeiro. Contudo, não conseguimos perceber - antes pelo contrário -, na caracterização do capitalismo brasileiro como "dependente", qualquer resquício de um padrão interpretativo que - baseado nos princípios fundantes do projeto científico da sociologia acadêmica - pudesse ser considerado antagônico aos princípios teóricos e metodológicos do materialismo histórico e dialético. Quer nos parecer, inclusive, que a debilidade com que Miriam Limoeiro esgrime seus argumentos em defesa desta (pretensa) vinculação seja, já, sintomática de sua inexistência. Assim é que o único argumento apresentado neste sentido é o de que o marco conceitual dependentista emergiria de uma "construção funcional ou sistêmica, que toma como referencial básico de análise o Estado-nação, a relação interno/externo sempre redefinida em função de cada nível sistêmico tomado arbitrariamente como patamar analítico". Ora, não é preciso informar uma autora da estatura teórica de Miriam Limoeiro que "análises sistêmicas e funcionais" não são monopólio da sociologia acadêmica estrutural-funcionalista. Por isto mesmo, só podemos entender sua crítica como centrada no fato de que, para esta autora, o resgate dos "Estados-nações" como instrumento de

clivagem teórica (o que, de fato, a teoria da dependência impõe) seja um movimento "arbitrário" em termos marxistas. Assim, esta clivagem só seria compreensível a partir de uma filiação metodológica que se assenta em critérios *institucionais, jurídicos e culturais* (típicos da sociologia acadêmica) para a definição *teórico-ideal* (a-histórica, de inflexão estruturalista e weberiana) das partes constitutivas de um sistema ao qual se nega o atributo de *totalidade orgânica*<sup>164</sup>. Que este seja o horizonte da crítica de Miriam Limoeiro, o confirmam seus desenvolvimentos consequentes à citação acima:

"A dependência, como suposta 'teoria' e apesar das divergências internas com que se apresenta, supõe sempre um equilíbrio geral em função do desenvolvimento a partir do 'centro', caracterizado como capitalismo 'hegemônico'. As 'teorizações' que trabalham com a dependência, buscando sempre caracterizar a especificidade dos povos 'dependentes', privilegiam sempre nas suas análises a situação colonial, característica dos primórdios do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista das colônias.

Se o modo de produção capitalista, uma vez implantado, mantém a sua lógica de modo próprio e específico de produzir, o mesmo não pode ser afirmado quando se compara, por exemplo, a situação colonial e a situação imperialista. Altera-se profundamente a relação entre as 'nações' quando o capitalismo atinge plenamente a sua fase monopolista, ou mais especificamente, imperialista, em que a própria produção, e não mais apenas a troca, se internacionaliza. A noção de dependência é incapaz de lidar com as diferenças históricas no interior do próprio capitalismo na sua relação com as diferentes regiões de desenvolvimento desigual. E é ainda menos capaz de permitir pensar aquilo que, dentro do desenvolvimento desigual capitalista, opera a transformação efetiva deste modo de produção e aponta para a

164 É interessante observar que, correta nossa interpretação da crítica que Miriam Limoeiro dirige a Florestan, esta se traduziria em uma versão radicalizada de nossa própria crítica às formulações de Gorender: a construção ideal de "estruturas" cujo processo de reprodução passa a ser pensado a partir da contraposição endógeno/exógeno (garantido, pela própria clivagem feita, o privilégio teórico ao primeiro termo da equação) envolve uma filiação - em última instância - ao estruturalismo e ao weberianismo, e impede a apreensão do processo de desenvolvimento capitalista como processo histórico mundial. Quer nos parecer que o fato de que esta perspectiva metodológica e teórica conforme, efetivamente - como em Gorender -, uma leitura "anti-dependente" já sirva como sinalizador dos equívocos de interpretação presentes na análise de Miriam Limoeiro.

possibilidade da construção de um modo de produção novo; ou seja, qualitativamente diferente.

.....  
 Colonialismo e imperialismo são diferentes e devem ser distinguidos. No colonialismo encontramos metrópoles e colônias entre as quais se estabelece um intercâmbio de mercadorias. Nele convivem formas de produção distintas e específicas sob a hegemonia do modo de produção capitalista vigente nas grandes nações capitalistas. No imperialismo encontramos firmas multinacionais, cuja expansão acompanha o processo de exportação de capital, que substitui no plano internacional a mera troca de mercadorias. Sob o capitalismo monopolista, a exportação do modo capitalista de produzir para regiões que ainda não *produzem* dentro desse modo cria nessas regiões interesses *locais propriamente* burgueses. Entre a lógica colonial e a lógica imperialista geram-se choques e conflitos, especialmente porque a organização da produção e do trabalho na colônia não era capitalista."<sup>165</sup>

Antes de mais nada, é preciso salientar o fato de que a passagem acima não deixa de ser elucidativa da arguta e refinada apreensão do método marxista por parte de Miriam Limoeiro. Neste sentido, vale a pena notar que suas próprias críticas à "teoria da dependência" não incorrem no equívoco trivial de negar o fato de que a generalização da ordem capitalista, a nível mundial, se realiza enquanto processo "desigual e combinado", gerador de distintos *padrões* de desenvolvimento e reprodução capitalista. Em outras palavras: esta autora não toma, como *ponto de partida* de sua crítica, uma leitura *metafísica* da ordem capitalista mundial enquanto totalidade. Pelo contrário, dá mostras de apreendê-la - corretamente - enquanto "totalidade orgânica", portadora não apenas de *contradições internas* mas de uma *hierarquia entre as partes* que a *compõem*, e que se estabelece, essencialmente, a partir das distintas capacidades *impulsivo-transformadoras* presentes nas *mesmas*<sup>166</sup>.

165 Op. cit. pp.246, 247 e 248 (os grifos em negrito são meus).

166 Para uma adequada apreensão do conceito de "totalidade orgânica" em termos marxistas, vide a "Introdução à Crítica da Economia Política" em MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas). Na segunda seção deste texto - intitulada "A relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo" - este autor, após apresentar a relação de imanência entre

Igualmente significativa, na passagem acima reproduzida, é a capacidade da autora em apreender o *processo de reprodução e desenvolvimento* da ordem capitalista a nível mundial, como um *processo histórico de transformação qualitativa* desta mesma ordem, o que, necessariamente, se expressa através de profundas e substantivas alterações no padrão das relações inter-nacionais.

Assentada sobre estes corretos princípios metodológicos e teóricos, Miriam Limoeiro prescindirá de qualquer tentativa de simplificação desqualificadora do discurso "dependentista", para expor e denunciar o seu ponto de máxima vulnerabilidade, que poderia ser sintetizado sob a forma de uma pergunta: que mecanismos e processos materiais e objetivos garantem a reprodução da inserção "dependente" dos países de capitalismo periférico? Estes mecanismos não podem ser buscados, *desde o início*, ao nível das relações (e circunscrições) políticas e institucionais inter-nacionais. E isto não só porque o fim do antigo sistema colonial e da fase propriamente colonialista do imperialismo defina a emergência de Estados-nações formalmente independentes na periferia do sistema. Ainda que esta questão não seja desprezível (como sabemos, a "forma Estado-

produção e consumo, nos diz: "Depois disso, nada mais simples para um hegeliano que colocar como idênticos a produção e o consumo. E é isso o que têm feito, não somente os literatos socialistas, mas também os economistas prosaicos, como Say, por exemplo, da seguinte forma: se se considerar um povo e até a humanidade *in abstracto*, sua produção é seu consumo. ... [Porém,] considerar a sociedade como um único sujeito é considerá-la falsamente - *especulativamente*. Em um sujeito, produzir e consumir aparecem como momentos de um ato. O importante nessa questão é salientar que, se se consideram a produção e o consumo como atividades de um só sujeito, ou de indivíduos isolados, surgem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por conseguinte, também o momento que predomina." Idem, p.10 (os grifos em negrito são meus). Isto, evidentemente, não nega nem as contradições nem a inter-determinação impulsiva dos diversos momentos do processo de reprodução econômica, afinal "uma reciprocidade de ação ... entre os diversos momentos ... é o caso para qualquer todo orgânico". Idem, p. 14 (os grifos são meus).

nação independente" carrega consigo um determinado conteúdo, necessariamente distinto daqueles que a "forma colônia" pode portar), ainda mais importante é o fato de que *não se pode pensar a política econômica, diplomática e militar dos Estados-nacionais imperialistas fora e acima dos interesses dos blocos de capital monopolista. E aqui emerge uma questão problemática: há uma transformação qualitativa no padrão de reprodução da economia mundial capitalista, a partir da emergência do imperialismo, que se traduz na internacionalização da estrutura e dos padrões reprodutivos capitalistas. Isto implica dizer que o "capital monopolista" não comporta, desde o início, em seu conceito, determinações que nos permitam entender que seu movimento de reprodução, no centro e na periferia do sistema, apresentem qualidades distintas. Vale dizer: ao nível de suas determinações teóricas mais gerais, o capital monopolista tende à transnacionalizar-se, não carregando em si projetos de reprodução qualitativamente distintos nos diversos espaços nacionais em que atua, e que pudesse explicar um padrão de reprodução distinto - "dependente" - para as economias periféricas do sistema.*

Ora, se Miriam Limoeiro restringisse suas observações críticas a este nível - ao nível do questionamento -, nada teríamos a objetar, a não ser que - como veremos adiante - estas *corretas e importantes questões não só devem e podem ser respondidas, como os delineamentos básicos de sua resposta já se encontram em Florestan*<sup>167</sup>. Contudo, Miriam

167 Aliás, não poderíamos deixar de observar que Miriam Limoeiro comete uma grande injustiça teórica ao pretender explicar a Florestan que "colonialismo e imperialismo são diferentes e devem ser distinguidos". Esta distinção é tão importante para Florestan que, já no início da segunda seção de seu artigo "Classes Sociais na América Latina", este autor nos dirá: "Tem-se discutido se o capitalismo dependente é 'colonial' ou 'neocolonial' (como agora se prefere dizer). Existem vários tipos de colonialismo e de neocolonialismo. Não seria difícil,

Limoeiro não se restringe a *questionar*, mas, num movimento ousado e - a nosso ver - essencialmente equivocado, *propõe que não seja possível responder a tais questões em termos marxistas*, o que lhe permite fazer *tabula rasa* das leituras dependentistas, contrapondo-as à teoria do imperialismo.

O equívoco desta autora tem por base a pretensão de que a tendência à transnacionalização dos blocos monopolistas de capital e de suas lógicas de reprodução realize-se de forma não contraditória. É isto porque Miriam Limoeiro desvaloriza relativamente a peculiaridade dos processos de transição capitalista dos países periféricos, assim como a especificidade dos padrões de reprodução, regulação e conflito sociais que marcarão estes mesmos países. Se conseguisse perceber em sua radicalidade estas peculiaridades, Miriam Limoeiro poderia entender que a ordem imperialista não pode implicar em qualquer homogeneização dos processos reprodutivos dos blocos monopolistas de capital enquanto atuantes em distintas formações econômicas e sociais, baixo distintos padrões competitivos inter-capitalistas e distintos padrões de conflito portanto, descobrir similaridades significativas entre o antigo sistema colonial, a transição neocolonial e o capitalismo dependente propriamente dito. O conhecimento resultante de semelhantes comparações apenas apanharia certas determinações estruturais de significado geral, fora e acima dos contextos histórico-sociais através dos quais seria possível apreender sua importância específica, para a formação e o desenvolvimento do mercado, do sistema de produção e da sociedade global, nas três fases apontadas. Seria, em suma, um conhecimento sociológico pouco útil à compreensão e à transformação da realidade. Os autores que preferem qualificar o capitalismo dependente como colonial ou neocolonial não se preocupam com esse aspecto, ao mesmo tempo teórico e prático (e que seria central de um ponto de vista marxista), pois se interessam mais pelo impacto emocional do uso dos dois conceitos na oposição nacionalista ou socialista à dominação externa." FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pp. 45 e 46. As páginas imediatamente seguintes deste importante ensaio serão justamente destinadas à apresentação e distinção dos padrões de reprodução inerentes às três etapas básicas do processo histórico de desenvolvimento capitalista brasileiro.



de classes. Esta heterogeneidade de padrões reprodutivos explicará, não apenas que a tendência à transnacionalização do capital se realize de forma contraditória (comportando movimentos de contratendência, que implicam na rearticulação dos elos dos distintos blocos de capital internacionalizados com os Estados-nacionais imperialistas que dão sustentação, em última instância, a seu projeto de hegemonia global) mas, igualmente, que a estruturação do mercado mundial como mercado inter-nacional não seja nem gratuita nem resquício histórico da etapa pré-imperialista do capitalismo. Mais do que isto: se se entende efetivamente a profunda heterogeneidade dos padrões de reprodução - e, portanto, a profunda heterogeneidade dos padrões de crise de reprodução - capitalistas a nível mundial, se poderia entender também que a eleição dos Estados nacionais como instrumento de clivagem teórica para se pensar o processo diferenciado e contraditório de reprodução da economia mundial não comporta qualquer arbitrariedade. E isto porque - a despeito das transformações substantivas que o desenvolvimento da ordem imperialista impõem à lógica de definição de sociedades e Estados nacionais - estas estruturas continuam a conformar a base institucional elementar imanente à ordem econômica capitalista. Enquanto "forma" genérica, o Estado-nação não faz mais do que revelar a contraditoriedade da ordem burguesa, que tem, na luta de classes, sua expressão superior. E enquanto "pluralidade", os Estados-nações revelam a profunda diversidade de formas (e de conteúdo) que aquelas mesmas contradições assumem sob a égide do desenvolvimento desigual e combinado da ordem capitalista a nível mundial.

168 Vide, a este respeito, o já referido texto de Hobsbawm em torno do debate marxista sobre a "questão nacional": HOBSBAWM, E. "Nacionalismo e Marxismo". In: PINSKY, J. *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Na realidade, a incapacidade de perceber o significado material das formações nacionais na atual etapa do desenvolvimento do capitalismo, só é explicável pela subordinação à uma interpretação "economicista" do imperialismo. Dentro desta perspectiva, pretende-se que as leis de movimento, que o capital realiza *como tendência*, transcorram de forma "metafísica", vale dizer, não-contraditoriamente, fora da história, fora do espaço. Por sua vez, o que embasa esta interpretação do imperialismo é uma leitura economicista do capital, que extrai deste "agente histórico" sua historicidade real e sua dimensão de "relação social contraditória". Se não se fizesse tal movimento seria possível entender que o capital internacionalizado atua em diferentes espaços nacionais simultânea e contraditoriamente como "um único" e como "múltiplos" capitais. E isto, antes de mais nada, porque, em cada espaço, o "mesmo" capital se defrontará com um movimento social organizado sobre bases distintas e operará com taxas de exploração distintas que impulsionarão distintos movimentos de acumulação e transformação de suas composições orgânicas e técnicas<sup>169</sup>.

Será justamente por portar uma arguta percepção do capital, enquanto relação social, que Lênin - *indubitavelmente o maior teórico marxista do imperialismo e um dos mais mordazes críticos dos desvios economicistas* - não perderá de vista a atualidade e a significação

169 Ou ainda, se se quiser, nos termos da economia *política* não-marxista: os padrões competitivos dos distintos mercados nacionais se distinguem de tal forma a definirem graus de oligopolização, margens de lucro, níveis de salário real, relações industriais interdepartamentais, e padrões de investimento ordinário e extraordinário suficientemente distintos para definirem trajetórias dinâmicas cíclicas e tendenciais igualmente distintas. Ao apreender estas diferenças de padrão dinâmico (e, portanto, de padrão de reprodução social) das distintas formações econômicas e sociais nacionais, a economia *política* não-marxista revela que, a bem da verdade, o "economicismo" está longe de ser um atributo da análise econômica competente.

histórica concreta e prática das formações nacionais. Esta percepção se revelará desde seus embates teóricos com Rosa Luxemburgo, em defesa das lutas anti-coloniais como momentos *simultaneamente* de concretização das "revoluções burguesas" periféricas e avanço da luta socialista a nível internacional, até seus textos de maturidade, em que desenvolverá a concepção - cujo acerto a história se encarregará de demonstrar - de que as contradições sociais inerentes à ordem burguesa assumem um caráter muito mais explosivo nos países periféricos deste sistema (transformados em "elos frágeis" da correia de transmissão da qual fazem parte) do que nos próprios países capitalistas centrais. Por isto mesmo, a perda da capacidade em resgatar as determinações objetivas, que fazem da ordem capitalista mundial uma ordem *inter-nacional*, implica na perda de capacidade de entender e intervir conseqüentemente no interior dos distintos processos políticos e sociais nacionais portadores de potencialidades históricas diferenciadas.

Este "prejuízo político e teórico" é explicável de antemão pelo equivocado ponto de partida metodológico que o informa: a pretensão de que se possa cercear o movimento de apropriação teórica da diferenciada realidade econômica "inter-nacional" estabilizando-o ao nível mais geral do resgate das leis de movimento do capital em sua etapa imperialista de desenvolvimento. Se se agrega, a este ponto de partida, uma interpretação economicista da própria teoria do imperialismo, torna-se necessariamente impossível compreender a necessidade de constituição da "teoria da dependência" como instrumento de apropriação hierarquizada das múltiplas e distintas determinações que impulsionam a reprodução das economias capitalistas periféricas, *enquanto periféricas*.

Finalmente, podemos passar ao debate com a última das três vertentes - por nós denominada "teoricista" - em que dividimos os críticos ao projeto de leitura do capitalismo brasileiro como "capitalismo dependente" em Florestan Fernandes. Tal como nas vertentes "endogeneísta" e "exogeneísta", é possível diferenciar as críticas "teoricistas" vulgares das críticas (de pretensão e efetiva fundamentação) científicas. Evidentemente não será nossa intenção polemizar com aquelas críticas cujo grau de afastamento e desconhecimento do projeto teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético as torna virtualmente incapazes de resgatar qualquer debilidade efetiva na construção de Florestan. Contudo, cabe explicitar a direção tomada pelas mesmas.

Via de regra, o ponto de partida das críticas "teoricistas" vulgares é a subordinação à leitura positivista do que venha a constituir uma "teoria". No interior desta concepção, "teoria" é a sistematização modelística de processos empíricos recorrentes que resulta da abstração das diferenças específicas e das particularidades espaciais-temporais inerentes a cada manifestação concreta do objeto eleito para estudo e considerações. Neste sentido, a *generalidade* e o caráter de *construção ideal-abstrata* tornam-se os dois atributos básicos constitutivos do conceito de "teoria". Não é preciso dizer o quanto tal leitura se afasta do projeto marxista de apropriação teórico-totalizante do concreto em seu processo de transformação e diferenciação qualitativa. Ora, o conjunto dos desenvolvimentos desta primeira parte de nossa dissertação vêm apenas nos confirmando que é dentro deste projeto metodológico que Florestan estrutura sua produção teórica e histórica. É mais do que evidente, portanto, que a frustração das

expectativas será total para aqueles autores que exigirem das formulações de Florestan em torno da "dependência" - como critério para dar às mesmas o atributo de "teoria" - a emergência de um "modelo" de validade histórica e espacial capaz de comportar um grau de generalidade compatível com os preceitos e exigências positivistas. A distância que nos separa destes autores é, contudo, tamanha, que não há porque perdermos tempo enfrentando em detalhes suas formulações críticas<sup>170</sup>.

Ao lado das críticas vulgares, porém, emergem outras mais consistentes, que questionam não o grau de *generalidade* ou de *formalização*, mas a consistência teórica mesma, o grau de determinação "material", da "teoria da dependência" em Florestan.<sup>171</sup> Uma avaliação da pertinência destas críticas só pode ser feita a partir do resgate da leitura de Florestan em torno desta questão, a qual, como já vimos, está profundamente imbricada com a própria leitura deste autor sobre o processo histórico particular de desenvolvimento capitalista brasileiro e latino-americano. Isto implica dizer que não será possível uma

170 Uma vertente mais refinada do "teoricismo vulgar" é aquela que pretende deva ser negado o atributo de formulações científicas às construções dependentistas na medida em que não portam um nível de sistematização e rigor formal interno que permitisse caracterizá-las como tal. Tais críticas - tipicamente formalistas e anti-dialéticas - exigem das formulações científicas um grau de consolidação e não-contraditoriedade interna que é, de ante mão, incompatível com qualquer *projeto de investigação*. Tal como Thomas Khun esclarece, não se nega nem se recusa uma proposta de interpretação teórica a partir de suas debilidades ou de seu caráter inconcluso. Antes pelo contrário: uma teoria que não comporte debates e a necessidade de novas pesquisas deixa de ser uma "teoria científica" e assume definitivamente o caráter de uma técnica já consolidada (ou de um dogma de fé). Um pesquisador sério só recusa uma determinada vertente de interpretação teórica na medida em que entenda haver encontrado, em um outro conjunto de hipóteses, elementos mais sólidos para enfrentar as questões práticas e concretas que lhe afligem. Vide, a este respeito, KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

171 Como vimos acima, esta é já uma dimensão das críticas de Miriam Limoeiro. Ela se apresenta também - ainda que de forma menos determinada - em Gorender, na medida em que este autor afirma não pretender negar a "dependência", mas tão somente a "teoria da dependência".

avaliação mais substantiva da questão da "dependência" em Florestan antes que se tenha acesso às formulações deste autor em torno do processo histórico concreto de (contra)revolução burguesa no Brasil, objeto da segunda parte desta dissertação. Por outro lado, não há como negar que uma antecipação das determinações mais gerais de sua leitura sobre a "dependência" pode nos auxiliar na exposição subsequente. Isto é tão mais verdadeiro na medida em que nossa própria interpretação da obra de Florestan vai no sentido de identificar insuficiências em sua leitura mais geral sobre tal questão. Estas insuficiências, contudo, antes impõem desenvolvimentos (que - quer nos parecer - ou já se encontram indicados na obra deste autor, ou, pelo menos, deveriam ser construídos a partir do mesmo referencial teórico e metodológico daquela), do que servem de base a qualquer orientação que busque negar consistência à referida leitura. Em função disto, decidimo-nos não apenas por arcar com o ônus previsível de tentar apresentar os fundamentos mais gerais da leitura sobre a dependência em Florestan separando-os dos desenvolvimentos "propriamente historiográficos" deste autor: decidimo-nos igualmente pela antecipação de alguns desenvolvimentos críticos em relação a esta leitura, assim como dos desdobramentos necessários desses desenvolvimentos em termos de uma breve reflexão sobre as conexões entre imperialismo, capitalismo monopolista e dependência<sup>172</sup>. Este é o objeto das duas próximas seções deste capítulo.

172 Na realidade, durante um certo tempo, chegamos a considerar a possibilidade de estruturar uma terceira parte no interior desta dissertação, voltada particularmente para uma avaliação crítica mais substantiva da "teoria da dependência" em Florestan. Posteriormente percebemos que os ganhos "formais" que advinham desta estrutura eram mais do que compensados pelo peso que a repetição de argumentos e considerações necessariamente importava a este trabalho. Além disso, há que se considerar que, com nossas próprias reflexões sobre a questão da dependência, pretendemos tão somente indicar um caminho pelo qual algumas questões que permanecem abertas no debate sobre este tema poderiam, eventualmente, encontrar solução.

## 2. Sobre os fundamentos da teoria da dependência em Florestan Fernandes

O que tem de ficar claro, antes de mais nada, quando se busca compreender os fundamentos da "teoria da dependência" em Florestan é que, para este autor, o ponto de partida da "relação dependente" não se encontra tão somente na dinâmica de expansão das economias capitalistas centrais, mas, igualmente, na forma como as economias periféricas ordenam *desde dentro* o processo inexorável de assimilação e expansão da ordem burguesa. Por isto mesmo há que se recusar a leitura simplória que pretende identificar a "dependência" com uma *imposição* que "feriria os interesses do conjunto dos segmentos sociais internos (ou mesmo da "nação", entendida como "entidade objetiva e transcendente à soma dos indivíduos ou classes") e seria capaz de comprometer os mesmos com a luta pela superação daquela a partir de uma "revolução democrática e nacional". Na realidade, o traço fundamental da "dependência" encontra-se em sua dimensão de *relação*, que pressupõe a articulação de interesses entre segmentos sociais proprietários internos (burgueses ou não) e o capital internacional. O segredo desta relação, por sua vez, se encontra no fato de que

"... o dimensionamento da expansão interna do capitalismo [nos países periféricos] não foi determinado, exclusiva ou predominantemente, nem a *partir de fora* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento colonial), nem a *partir de dentro* (o que implicaria um padrão de desenvolvimento autônomo, auto-sustentado e auto-propelido), mas por uma combinação de influências internas e externas, que calibrou (e está calibrando) os dinamismos da sociedade de classes em função dos requisitos de padrões dependentes de desenvolvimento capitalista."<sup>173</sup>

173 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 75.

Vale dizer: é dentro de uma leitura mais ampla em torno do padrão peculiar de desenvolvimento capitalista periférico que se introduz a questão da "dependência" para Florestan. Daí que, para este autor, a questão (ou a "teoria") da "dependência" é *um momento rigorosamente subordinado* à questão (ou a "teoria") do desenvolvimento capitalista "atrasado" ou "tardio".

Ora, se o exposto acima corresponde à verdade, então fica claro que se torna impossível entender a "teoria da dependência" em Florestan sem uma sólida compreensão de sua própria leitura em torno do processo de desenvolvimento capitalista dos países ditos periféricos. Para tanto já contamos com uma sólida base na discussão acerca do caráter "especificamente contra-revolucionário" das revoluções burguesas propriamente "tardias". Mas isto não é tudo. Se Marx e Lênin encontram-se no centro da discussão de Florestan em torno do caráter estruturalmente contraditório, inconcluso e contra-revolucionário do processo de consolidação da ordem e do poder burguês na periferia, será um outro teórico que consolidará o arsenal básico das considerações de nosso autor sobre as contradições dinâmicas das sociedades capitalistas atrasadas: Leon Trotski.

Como é notório, Florestan Fernandes ingressa na militância política de esquerda participando da Coligação Democrática Radical (braço legal de um ativo grupo trotskista de São Paulo) a partir de meados da década de 40. Segundo suas próprias palavras:



"Quando se colocou a questão de aderir formalmente a um grupo, eu me liguei aos trotskistas da IV Internacional. Ocasionalmente, eu tinha conhecido Sacchetta e outros companheiros e era uma área na qual o debate intelectual tinha uma maior complexidade. O PC não oferecia muita sedução para um jovem radical naquele momento, por causa do problema dos níveis de aliança com a burguesia que foi sempre grave. Porém, depois que o Estado Novo caiu, o PC se aliou aos grupos que apoiavam o Getúlio. Tudo aquilo criou um fermento e inibiu os jovens que poderiam ir para o PC em outras condições. Fiquei naquele grupo de esquerda durante algum tempo. Nós criamos um setor de atividade legal chamada Coligação Democrática Radical. Afastei-me do grupo trotskista somente no final da década de 40."<sup>174</sup>

Se não se pode imputar a esta vivência política "juvenil" uma influência teórica desmesurada, tampouco é possível ignorar o significado do reconhecimento por parte do "Florestan maduro" de que no interior da "área" trotskista "o debate intelectual tinha uma maior complexidade". De fato, a afinidade da leitura de Florestan em torno das contradições e potencialidades históricas dos capitalismo tardio-dependentes com a interpretação oferecida por Leon Trotski acerca do padrão "desigual e combinado" de desenvolvimento do capitalismo a nível mundial é extremamente significativa.

Creemos não haver necessidade de um resgate sistemático da leitura trotskista sobre este objeto particular. Não apenas os grupos identificados teoricamente com o trotskismo já a tornaram amplamente conhecida, como (diferentemente do que ocorre com a complexa e

174 CHASIN, J. [et al.] "Florestan Fernandes: a pessoa e o político". In: *Ensaio*. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda. Ano IV, nº 8, jan. de 1981, p. 18 (o grifo é meu). É de se notar ainda que, segundo Florestan, seu rompimento com o grupo trotskista não se dá a partir de divergências teóricas de fundo. De acordo ainda com suas palavras, tal rompimento ocorre porque "descobri que o centralismo democrático provocava os mesmos efeitos que no PC. De outro lado, o intelectual não era utilizado. Eu tinha o mesmo padrão de atuação que qualquer indivíduo poderia ter. Na USP, no entanto, eu me deparava com um trabalho que era produtivo. Dei um balanço sério nisso e vi que estava investindo o tempo de maneira negativa, tendo em vista que o grupo não tinha condições de aproveitar um trabalho intelectual mais elaborado." (Idem, p.18)

explicitamente contraditória formulação leninista sobre as revoluções burguesas tardias) a formulação trotskista é particularmente simples e clara (o que dificultou sobremaneira os esforços do stalinismo em tornar sua própria versão - espúria e deturpada - das teses de Trotski, "a versão oficial" das mesmas<sup>175</sup>). De qualquer forma, não podemos nos furtar à explicitação daqueles que - nos parecem - são os três aspectos básicos da leitura trotskista sobre as transições tardias. São eles: 1) a percepção de que "modernização burguesa" sob as condições de "atraso" assume um caráter truncado e segmentado, na medida em que a força das impulsões externas acaba por comprometer setores do "antigo regime" (com amplo assento no interior do Estado) com o próprio processo de transição, o que implica em uma sobreposição contraditória e tensa de distintas formas econômicas e técnicas, relações sociais de produção e padrões de dominação política; 2) a percepção de que o esforço por contemplar o conjunto (parcialmente inorgânico) de agentes sociais proprietários "tradicionais" e "modernos" no interior do processo de apropriação do excedente social, leva a um superdesenvolvimento das funções regulatórias do Estado associadas ao deslocamento do ônus econômico e social da modernização para o conjunto dos produtores diretos e segmentos desapropriados da sociedade<sup>176</sup>; 3) a percepção de

175 Para maiores esclarecimentos sobre as teses trotskistas acerca do desenvolvimento capitalista periférico, vide KNEI-PAZ, Baruch. "Trotski: revolução permanente e revolução do atraso". In: HOBBSBAWM, Eric (org). *História do marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp159 e segs. Entre os textos originais do autor considerado, vale a pena a leitura de TROTSKI, Leon. *1905. Resultados y perspectivas*. Paris: Ruedo Iberico, 1971.

176 A este respeito, Leon Trotski, referindo-se ao processo de desenvolvimento capitalista russo, afirma: "O Estado [associado aos segmentos proprietários tradicionais] buscava aproveitar-se dos grupos econômicos em desenvolvimento e subordiná-los a seus interesses financeiros e militares específicos. Os nascentes grupos econômicos dominantes procuraram servir-se do Estado para assegurar seus privilégios sob a forma de privilégios de classe. Neste jogo de forças sociais, o poder do Estado teve uma importância muito maior que na história da Europa ocidental. Este intercâmbio de ajudas mútuas entre o

que o padrão composto de dominação interna e a sobrevivência de estruturas e relações sociais de produção pré-capitalistas retira dinamismo da acumulação capitalista e se desenvolve na articulação da dependência econômico-financeira, tecnológica, cultural e política dos países atrasados com relação aos centros imperiais (o que vem a reforçar e perpetuar as condições do "atraso", ao mesmo tempo em que acelera o desenvolvimento das contradições internas que podem conduzir a um processo de "revolução social permanente").

Certamente saltará aos olhos de todos os leitores de Florestan a profunda imbricação da interpretação deste autor com aquela fornecida por Trotski em torno do desenvolvimento capitalista "atrasado". Assim é que, sobre a questão da contraditória sobreposição de "idades econômicas" (que, diga-se de passagem, não pode ser pensada apenas espacialmente) a nível do desenvolvimento capitalista latino-americano, Florestan nos diz:

Estado e os grupos sociais superiores ... se realiza às custas do povo trabalhador." TROTSKI, Leon. Op. cit. p. 24.

177 Segundo Knei-Paz, esta relação entre "dependência" e atraso estrutura-se na leitura de Trotski sobre o desenvolvimento capitalista russo da seguinte maneira: "A miserável condição das bases econômicas tradicionais, a falta de recurso das classes proprietárias e as exigências, cada vez maiores, impostas pelo envolvimento da Rússia na política européia desde a metade do século XIX, obrigaram o Império czarista a buscar no exterior capital e investimentos. A orientação no sentido do "mercado acionário europeu" deu fatalmente início a um período no qual os interesses econômicos europeus encontraram-se diretamente envolvidos, embora a distância, com as forças que operavam na economia russa. Desse modo, acabou por se formar um círculo vicioso: os grandes empréstimos de capital na Europa impunham uma pressão fiscal ainda mais pesada, que, por sua vez, emprobecia em seguida a massa da população e impedia a formação de uma riqueza nacional e a expansão de qualquer forma de desenvolvimento econômico moderno." KNEI-PAZ, Baruch. "Trotski: revolução permanente e revolução do atraso". In: HOBBSBAWM, Eric (org). *História do marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 174 (os grifos são meus).

"... o advento do capitalismo maduro, na América Latina, envolve ao mesmo tempo uma ruptura e uma conciliação com o 'antigo regime'. A descolonização nunca pode ser completa, porque o complexo colonial sempre é necessário à modernização e sempre alimenta formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira."<sup>178</sup>

E ao perguntar-se das razões deste processo, nos remete diretamente à sobre-apropriação do excedente a à dependência, afirmando:

"Porque esse capitalismo, nascido da junção de dinamismos econômicos internos e externos, interligados e interdependentes, não foi capaz de superar as limitações de suas origens? Pode-se procurar as respostas ao nível dos efeitos (poderio dos controles econômicos externos ou debilidades da revolução burguesa nas condições apontadas); também se pode procurar as respostas ao nível da causação (o tipo de processo de acumulação capitalista, que resulta da articulação estrutural de dois pólos dinâmicos: as condições de apropriação e de expropriação podem alimentar a continuidade do processo — ou sua deterioração, jamais o fortalecimento unilateral do pólo dinâmico interno). Parece pouco importante o nível em que se fazem as interrogações. O importante é que o capitalismo descrito possui a sua própria lógica econômica. ... Na verdade, o 'jogo econômico', para os parceiros externos, volta-se para a especulação e o poder — tanto quanto para os parceiros internos (ambos se estimam e se utilizam como meios para atingir tais fins). Por isso, sobre-apropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo. Os dinamismos econômicos externos e internos não teriam razão de ser (nem motivariam econômica, social e politicamente os agentes econômicos) se não existisse a perspectiva da sobre-apropriação capitalista. Existindo, porém, a sobre-apropriação capitalista, o excedente econômico repartido pode alimentar os motivos egoísticos e instrumentais dos agentes econômicos, mas não pode gerar a sua auto-superação (ou a sua negação)."<sup>179</sup>

Em suma: o desenvolvimento "desigual e combinado" da estrutura produtiva e das relações sociais internas, a sobreapropriação e superexploração do trabalho e a "dependência" propriamente dita são as características fundamentais do padrão "tardio-dependente" de desenvolvimento capitalista. Mas isto não é tudo: há aí uma hierarquia

178 Idem, p. 52.

179 Idem, p.54.

de determinações. O caráter *tardio* ou *atrasado* da transição - que, diga-se de passagem, não se define a nível *cronológico* (a transição japonesa é "retardatária", mas não "atrasada"), mas se encontra associado à fragilidade e insuficiência estrutural das impulsões especificamente internas em direção à plena constituição e desenvolvimento da ordem social e produtiva burguesa - encontra-se na base de todo o processo. É desta "fragilidade impulsiva genética" que emergirá o padrão ("orgânico") de aliança dos segmentos burgueses internos com os setores proprietários tradicionais e com a burguesia internacionalizada; padrão de aliança este que, por sua vez, virá a aprofundar a limitação *originária* dos capitalismo periféricos em estruturarem a transformação permanente das bases técnicas e sociais de reprodução do capital e, como tal, em estruturarem as condições fundantes do desenvolvimento econômico auto-propelido.

É interessante notar ainda que, se a base teórica da interpretação de Florestan se encontra firmemente enraizada em Trotski, o peso do rigoroso materialismo de nosso autor (sustentado pela densidade de sua leitura de Marx e Lênin) não deixa de se manifestar a partir do claro privilegiamento das determinações da "estrutura" no interior da definição das peculiaridades inerentes aos processos de desenvolvimento capitalista *tardio*<sup>190</sup>. Afinal, o que uma atenta consideração das

190 Isto não deixa de impor um certo contraste com a leitura de Trotski, particularmente no que diz respeito à sua interpretação do processo *russo* de desenvolvimento capitalista (onde a expressão histórica do Estado czarista é de absoluta centralidade). Este contraste na interpretação dos dois autores não pode ser, contudo, sobrevalorizado. Por um lado, Trotski percebe o czarismo russo como uma forma muito particular de organização política, "uma forma intermediária entre o absolutismo europeu e o despotismo asiático, talvez mais próximo deste último." (*Apud* KNEI-PAZ, B. Idem, p.174). Por outro lado, Florestan está longe de ignorar a expressão social e econômica inerente ao "Estado" nos processos de desenvolvimento capitalista dependente em geral e no processo brasileiro em particular. Mais do que isto: a influência do

observações de Florestan reproduzidas acima informa é que o sustentáculo da "dependência" se encontra em um determinado padrão de reprodução econômica onde a extração dos máximos rendimentos sociais potenciais da ordem capitalista são sistematicamente solapados pelo esforço e pela capacidade do conjunto dos agentes proprietários em sustentarem formas de apropriação do excedente que trazem as marcas da "primitividade" e da "especulação". Além disso - e na medida em que este movimento se dá nos marcos maiores de um sistema capitalista que se internacionaliza sob o efeito das impulsões oriundas do interior de outras economias nacionais, que portam uma dinâmica de acumulação e reprodução radicalmente distintas -, duas outras consequências terão de emergir: 1) a perda (igualmente crescente) de controle interno sobre o excedente social, sobre a estrutura industrial e sobre o processo de acumulação e crescimento desta economia; 2) o aprofundamento da desigualdade e da segmentação do poder financeiro e competitivo dos distintos blocos de capital, que conduz antes à radicalização do perverso padrão de reprodução econômica e social pretérito do que à sua superação ou destruição.

Para que se tenha uma apreensão mais consistente desta leitura, é preciso reconhecer-se antes de mais nada que a ordem capitalista só é revolucionária em função do caráter peculiar das contradições que a atravessam enquanto sociedade mercantil. O movimento geral do capital - no sentido da acumulação permanente, do progresso técnico, da negação do trabalho vivo, da articulação de formas cada vez mais complexas de

pensamento weberiano em Florestan o torna não apenas particularmente receptivo ao resgate das impulsões dinâmicas referidas a uma dada configuração "superestrutural" mas, igualmente, possibilita que este autor tenha uma clara percepção dos fortes resquícios patrimoniais dos Estados latino-americanos.

produção, realização e concentração de valor - não se impõe fora e acima da ordem social competitiva, mas em função mesmo desta ordem e de seu particular e específico padrão de reprodução. Tão mais vigorosamente se impõe a burla da ordem social competitiva *no sentido da preservação de formas "primitivas" e meramente especulativas de acumulação de capital e expropriação do trabalho*, tão mais vigorosamente são burladas as regras que dão validação histórica à ordem capitalista (vale dizer, aquelas regras que fazem do movimento de reprodução do capital, um movimento que - simultaneamente e a despeito de sua forma contraditória e conflituosa - reproduz e impulsiona o conjunto da sociedade). Esta perda de "validação histórica" da ordem burguesa, por sua vez, não emerge diretamente (ainda que as aparências sejam estas) da perda de substrato político da classe dominante, mas da perda (que é anterior) de substrato material desta classe social que se apresenta desde já no apego crônico a formas *qualitativamente* débeis de acumulação e concentração de capital (vale dizer, a formas "especulativas", que são tão rentáveis no curto prazo quanto carentes da "densidade capitalista" capaz de garantir solidez material ao processo de valorização no longo prazo).

O grande "problema" que uma equação reprodutiva assentada sobre tais bases comporta é que a mesma é incapaz de conduzir a outra coisa que não à sua própria perpetuação *em um mundo já submetido à lógica imperialista e ao padrão competitivo dos blocos monopolistas e internacionalizados de capital*. Não há mecanismos "primitivos" (e, crescentemente, sequer "modernos") de aceleração do processo de acumulação e concentração de capital que possam dar conta da constituição de novos blocos capitalistas portadores de um poder produtivo, tecnológico e financeiro capaz de enfrentar a concorrência

dos blocos já consolidados e internacionalizados. A clara percepção deste fato tende a aprisionar os distintos segmentos proprietários "nativos" das "nações dependentes" a uma política de preservação e aprofundamento a todo o custo de padrões regulatórios voltados à institucionalização de seus ganhos, vale dizer, à políticas econômicas "mercantilistas" e "cartorialistas", que são tão "modernas" quanto a manipulação privatista da máquina pública o é. Assim é que, como já vimos anteriormente, o Estado assume um papel essencial enquanto articulador do processo de sobre-apropriação de mais-valia, acumulação acelerada de capital e privilegiamento do conjunto dos interesses especificamente privados e egoísticos da burguesia compósita que se conforma nas economias dependentes. Esta função precípua e impositiva da "sociedade política", contudo, apenas retira da mesma flexibilidade e capacidade de exercer suas funções regulatórias sobre o conjunto das contradições e dos conflitos sociais (necessariamente emergentes com a generalização da ordem de classes) com um mínimo de independência e racionalidade capaz de permitir a implementação das reformas exigidas pelo desenvolvimento da sociedade competitiva capitalista. O ordenamento excludente e autoritário torna-se, assim, uma característica imanente à "sociedade política", confinando o processo de mudança social - assim como suas impulsões positivas de longo prazo para o processo de reprodução ampliada capitalista - aos limites de um mesmo padrão: a conciliação conservadora, cujo fim é o de retardar ao máximo e circunscrever as "reformas" aos limites estreitos do "consenso" interburguês. Nas palavras de Florestan:

"Se a reforma agrária é uma premissa histórica do desenvolvimento capitalista diferenciado e sustentado, por exemplo, por que as classes burguesas a excluem de sua órbita de atividade histórica criadora? ....



... O 'drama' ... não é da sociedade civil atrofiada, presa a um circuito fechado - é da totalidade. O capitalismo difícil das nações associadas e periféricas exige soluções específicas para a sua forma peculiar de acumulação capitalista acelerada. A conciliação a partir de cima, pelo tope, ou conservadora, retrata esta situação histórica limite. Os estratos dominantes e as elites das classes burguesas não têm como tornar operacional a reforma radical e revolucionária que, em outras condições históricas, o desenvolvimento capitalista sustentado e avançado exigiu e levou a frente. Como diriam alguns sociólogos, a reforma radical e revolucionária surge como 'disfuncional' para a forma de desenvolvimento capitalista de um país associado e periférico, qualquer que seja o seu modelo (capitalismo competitivo ou capitalismo monopolista, pois em ambos a dependência se reproduz e, com ela, os 'constrangimentos' do segmento internacional e imperialista do bloco histórico hegemônico). A conciliação não é, pois, mera contingência histórica ou simples acerto de contas de significado político. Ela é, a um tempo, uma entidade histórica total - econômica, social, cultural e política.<sup>181</sup>

Em suma: é preciso pensar a *reprodução* da dependência a partir do resgate do imbrincado conjunto de determinações que fazem com que a "mudança social" se dê sob um "mesmo padrão": limitada e controlada, sem endogeneizar-se plenamente, sem a liberação efetiva do conjunto das forças capazes de lhe garantir auto-propulsão, auto-impulsão. A manifestação evidente deste processo é a limitação institucionalizada da mudança. Seu fundamento é a a constituição de um capitalismo em que a ordem competitiva se impõe e se consolida de uma forma seletiva, sempre circunscrita aos "mais iguais", de um capitalismo em que "nem tudo o que é sólido se desmancha no ar", e em que - como substrato do esforço permanente em subordinar o "progresso" à "ordem" - os processos de plena endogeneização da produção e acumulação de mais-valia *relativa* (associados ao mecanismo schumpeteriano de "destruição criadora") apresentam-se cronicamente circunscritos e debilitados. Ou, como nos diz Florestan de forma sintética: "restringindo a competição e o conflito a

181 FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986 (os gritos são meus).

privilégios quase estamentais, [as burguesias latino-americanas] despojaram o capitalismo de suas potencialidade criadoras"<sup>182</sup>.

É importante distinguir claramente, contudo, a leitura de Florestan de que o "atraso", a "dependência" e a "debilidade dinâmica estrutural" são as características básicas dos capitalismo latino-americanos, daquela leitura que pretenderia identificar nestas especificidades e em suas derivações a comprovação do caráter "proto-capitalista" (ou mesmo "pré-capitalista") de tais sociedades. Polemizando claramente com leituras de extração weberiana que conduzem a esta conclusão, Florestan nos diz:

"Não se deve pensar que aí se ache o avesso da ética e da racionalidade capitalista. Essa é a ética e a racionalidade do capitalismo dependente. Ele contém todos os elementos do capitalismo não só em termos dos caracteres centrais do 'modelo clássico', mas das condições estruturais, institucionais e funcionais de sua forma atuante no vir a ser histórico - porém os projeta em um contexto psicológico, sócio-econômico e político próprio ... Por isso, o capitalismo dependente está sempre se transformando, seguindo as evoluções das sociedades centrais hegemônicas, sem no entanto conseguir mudar o padrão de transformação, passando da articulação dependente para o desenvolvimento relativamente autônomo."<sup>183</sup>

Na base de tudo, a absoluta negação, por parte da burguesia interna, de qualquer projeto de "efetiva autonomia" para o processo de reprodução capitalista periférico. E, por consequência, o abandono, por parte desta mesma burguesia, de qualquer projeto de aliança política e social capaz de impor o avanço da ordem democrático-competitiva, assentada sobre a efetiva generalização da propriedade privada, da igualdade jurídica e dos direitos de cidadania inerentes à plena

182 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 58.

183 Idem, p. 55.

constituição da sociedade como "sociedade de classes". Os ganhos que resultam deste arranjo político e econômico conservador para as burguesias periféricas, em termos de aceleração do processo de acumulação de capital, é inquestionável. Mas Florestan tem uma fina percepção das contradições imanentes ao processo de reprodução capitalista. Por isto mesmo percebe que a tentativa de controlar e sufocar autoritariamente a emergência destas mesmas contradições leva, inexoravelmente, à agudização das mesmas. Assim é que a incapacidade em enfrentar as contradições sociais emergentes e sustentar a hegemonia burguesa por "vias democráticas" - ou seja, através da expansão e aprofundamento da ordem mercantil e, com esta, do fetiche e da ideologia burguesa enquanto ideologia dominante - e a impositiva necessidade da burguesia em recorrer a formas autoritárias e discriminatórias de controle social, apenas fazem revelar e aprofundar os limites auto-propulsivos do capitalismo periférico. Daí que o *padrão dependente de reprodução capitalista* envolva e implique em uma "precoce" e manifesta inorganicidade entre as relações sociais de produção burguesas, sobre as quais se assenta, e o padrão de desenvolvimento das forças produtivas inerente ao mesmo. As consequências e as potencialidades históricas abertas por esta "inorganicidade" são o centro de toda a reflexão marxista sobre a revolução. E sobre este ponto, Florestan nos diz:

"A reflexão comparada sugere que as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma classe em si e para si numa sociedade de classes plenamente constituída. Enquanto a última pode absorver diferentes tipos de tensões e de conflitos de classes, preservando dentro de certos limites sua estabilidade e capacidade de renovação, a primeira não pode fazer face às tensões e conflitos emergentes que eclodem graças ao aparecimento das relações de classes, sem pôr em risco sua estabilidade e, mesmo, sem destruir-se. Portanto, estruturas de classe em formação e dinamismos de classes ineficientes favorecem a obliteração da 'história possível'. Onde a sociedade

de classes emerge mas não consegue absorver e orientar as forças de transformação da ordem social, ela nasce condenada à crise permanente e ao colapso final. Nesse caso, se o desígnio de transformar ou de destruir a ordem social existente está ou não contido no momento de vontade coletiva dos agentes históricos em conflito (real ou potencial) é irrelevante. O exemplo de Cuba sugere que a explosão pode preceder à formação da consciência de classe revolucionária propriamente dita e, em particular, à sua universalização.<sup>104</sup>

Nem as burguesias periféricas, nem as burguesias imperialistas, contudo, serão passivas frente ao desenvolvimento destas contradições. Ao nível mais imediatamente perceptível, estas burguesias procurarão articular transformações políticas (que são, diga-se de passagem, mais formais do que substanciais, evoluindo do "populismo" ao ordenamento ditatorial e às "transições conservadoras articuladas pelo alto") capazes de sustentar a estruturalmente autoritária ordem social existente. Por trás deste movimento, contudo, processam-se transformações de fundo, ao nível do imperialismo: o aprofundamento dos conflitos e da instabilidade política interna aos países periféricos projeta um cerceamento do (desde o início contraditório e não-absoluto) movimento de transnacionalização de capitais que implica no resgate dos elos que prendem as burguesias internacionalizadas com seus Estados-nacionais de origem. Isto se traduzirá não apenas na sustentação e aprofundamento de um fluxo de capitais da periferia em direção ao centro, que é qualitativamente distinto do fluxo em sentido oposto (não cabendo, portanto, qualquer comparação meramente quantitativa), e que redundará na crônica debilidade financeira dos países periféricos. Mais importante ainda do que isto é a "institucionalização" e "politização" das práticas imperialistas que resultam do novo papel dos Estados imperiais na "sustentação da ordem e do progresso" dos países dependentes. Este

movimento se consubstanciará no aprofundamento da perda (consentida) de autonomia das burguesias periféricas e dos Estados nacionais que se vêem cada vez mais cerceados na estruturação de qualquer política econômica e social voltada para o privilegiamento de interesses especificamente internos. Nas palavras de Florestan:

"O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontornável e perigosa é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sócio-cultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente. A maioria dos cientistas sociais está preocupada com a deterioração dos termos de troca ou com os padrões ultra-expoliativos inerentes às modernas tendências de dominação econômica externa. Todavia, os aspectos econômicos são apenas uma face da amarga realidade. Diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas à incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico e sócio-cultural dos Estados Unidos. A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez ainda mais prejudiciais. Elas abrangem instituições oficiais, semi-oficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos."<sup>185</sup>

O conjunto destas políticas sociais e econômicas - a despeito das funções modernizantes e civilizatórias que não deixam de comportar - tem um norte básico: a preservação da hegemonia econômica e política dos blocos internacionalizados de capital, assim como das condições sociais que lhes garantem acumulação produtiva e financeira acelerada. O resultado inexorável é que

"o novo modelo de imperialismo envolve um crescimento rápido do fluxo internacional de capital. Porém a rigidez do controle

185 FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 24.

externo e da exploração também aumenta, como um produto estrutural da situação global".<sup>186</sup>

Vale dizer: a conclusão de todos estes movimentos é o aprofundamento da situação de dependência. Se o ponto de partida desta situação está referido às especificidades e debilidades do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista que caracterizam as formações nacionais de transição burguesa tardia, seu desenvolvimento está referido aos limites que a própria dependência originária impõe seja à aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, seja à endogeneização e socialização dos ganhos referidos a este processo.

É inquestionável que nos defrontamos com um conjunto sólido e internamente consistente de formulações, ao qual não se pode negar o atributo de "teoria". Afinal, nos são apresentadas não apenas as determinações centrais que definem a inserção e reprodução dependente dos países de capitalismo tardio e periférico: estas determinações são hierarquizadas (em termos materialistas) de tal forma a tornar manifesta a reciprocidade, interdependência e contraditoriedade inerentes às mesmas. Daí resulta uma leitura rigorosamente totalizante do processo de reprodução "capitalista dependente", que, por sua vez, nos leva a um conjunto de proposições em torno das tendências e trajetórias históricas presumíveis das economias periféricas, que são testáveis em termos marxistas (vale dizer, *praticamente*).

Ora, se isto é verdade, como podemos entender as críticas "teoricistas" que anteriormente caracterizamos como tendo um fundamento não-vulgar? Quer nos parecer que - para além das incompreensões que são

correntes e têm por base a complexidade da leitura de Florestan - as mesmas se assentem sobre a correta percepção de "carências", de "espaços vazios", no interior da referida leitura. Expliquemo-nos.

Se, por um lado, chama a atenção a organicidade da "teoria da dependência" em Florestan Fernandes (de tal forma desenvolvida que o conjunto de determinações que compõem sua leitura "volta-se sobre si mesmo", rearticulando-se e corroborando transformações na própria forma do imperialismo se impor), por outro lado, não há como negar a debilidade de certos desenvolvimentos teóricos particulares. Neste sentido, é notável a relativa indeterminação da análise econômica deste autor. Assim é que não conhecemos qualquer estudo sistemático de Florestan em torno do imperialismo e dos distintos padrões de reprodução econômica, que lhe são inerentes, ao longo de seu desenvolvimento enquanto etapa superior do capitalismo. Da mesma forma, não deixa de ser notável a carência de estudos sistemáticos de Florestan em torno da estrutura econômica básica daqueles países - os países latino-americanos em geral, e o Brasil em particular - que conformam seu objeto privilegiado de consideração, no que diz respeito à teorização da "dependência". A tentativa, de nosso autor, de enfrentar estas debilidades a partir do resgate e da explícita referenciação na literatura tradicional e contemporânea disponível sobre o tema, não só não resolve o problema, como coloca outros<sup>187</sup>. Afinal, como já vimos,

187 Vide, a este respeito, a "Bibliografia de Referência" que encerra o artigo "Classes sociais na América Latina" em FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. pp. 115 e segs. Lá encontraremos, sintomaticamente, como referências teóricas e literárias mais diretamente vinculadas à "análise econômica", obras de autores como F. Baran, A.G. Frank, C. Furtado, A.O. Hirschman, A. Pinto, R. Prebisch, I. dos Santos e P. Singer, assim como alguns relatórios oficiais da CEPAL. Em nossa opinião, esta literatura é, não apenas insuficiente, mas problemática. E isto, antes de mais nada, por que o conjunto dos autores

boa parte da literatura mais moderna que versa sobre o imperialismo e a dependência é - por razões às quais não se pode negar solidez - extremamente controversa e criticada. A pertinência destas críticas à leitura de Florestan será - contraditoriamente - tanto maior quanto menos determinada for a própria relação teórica deste autor com o diversificado conjunto de obras e leituras nas quais se referencia. Assim, se não se pode pretender que Florestan se subordine à leitura econômica e ao projeto de periodização histórica da CEPAL - equívoco que J.M.C. de Mello detecta na leitura de Cardoso e Falleto -, tampouco se pode pretender que suas próprias diferenças com a análise "especificamente econômica" cepalina se encontrem explicitadas, de forma clara e sistemática, em qualquer de seus textos teóricos e históricos.

Ora, não seria lícito pretender-se enfrentar estas debilidades da leitura de Florestan em uma dissertação de mestrado. Tanto mais quando se entende que tais debilidades não resultam de um eventual desconhecimento da literatura disponível sobre o tema por parte deste

citados não conforma uma leitura unívoca e suficientemente determinada, o que imporia a Florestan um trabalho de sistematização, integração e superação das leituras "econômicas" diferenciadas presentes nos mesmos, com vistas a balizar teoricamente, de forma consistente, seus próprios pontos de vista. É bem verdade que em outras obras suas Florestan não deixa de hierarquizar suas referências teóricas no interior deste amplo conjunto de autores. Um bom exemplo disto encontra-se no início do sétimo capítulo de *A revolução burguesa no Brasil*: a afirmação contundente de que "a autonomização do desenvolvimento capitalista exige, como um pré-requisito, a ruptura da dominação externa" (FERNANDES, F. Op. cit. pp. 290 e 291), segue-se uma nota de rodapé onde este autor recomenda uma única fonte para eventuais esclarecimentos: *A economia política do desenvolvimento econômico* de Paul Baran. Este procedimento, contudo, não elimina o problema detectado. Não apenas este privilegiamento é manifesto de forma demasiadamente sutil (o que o torna, inclusive, de difícil percepção àqueles que não se voltam para uma análise exaustiva da obra de Florestan), como os rendimentos que esta referência teórica tendem a introduzir no pensamento de nosso autor (a partir das conexões da análise de Baran com os estudos de Kalecki e Steindl sobre a dinâmica econômica das economias maduras) não encontram qualquer sistematização.



autor, mas, isto sim, das ambiguidades e fragilidades desta mesma literatura que tão somente espelham a própria complexidade do objeto que busca apreender. Por outro lado, não vemos como fugir a responsabilidade de, a partir de nossa própria formação acadêmica diferenciada, tentarmos contribuir para o desenvolvimento da leitura de Florestan Fernandes em torno da questão da dependência resgatando seus próprios *insights* sobre questões econômicas e determinando-os de forma superior com o apoio daquela literatura de economia política que é metodologicamente compatível com sua obra. Não será preciso dizer que, tendo em vista a complexidade do tema e a natural circunscrição de espaço para reflexões mais aprofundadas em torno do mesmo, nossas próprias considerações não poderão atingir o nível de sistematização e acabamento que seria adequado. Esperamos, contudo, que os breves desenvolvimentos abaixo possam, pelo menos, contribuir para uma maior determinação e hierarquização dos questionamentos que se impõem a todos aqueles que pretendem investigar os fundamentos da "dependência".

### 3. Breves considerações sobre o Imperialismo e a dinâmica das economias capitalistas maduras dependentes

Tal como vimos anteriormente, na discussão das teses "anti-dependencistas" de extração "exogeneista", a grande questão que se coloca para a "teoria da dependência" é a definição dos agentes (e da lógica que presidiria a ação dos mesmos) responsáveis pela reprodução das condições de heteronomia e subdesenvolvimento capitalista dos países periféricos. De acordo com a leitura "exogeneista", estes agentes não poderiam ser (pelo menos, não imediatamente) os próprios blocos

monopolistas de capital que, mais do que *internacionalizados*, tendem à *transnacionalização* (vale dizer, tendem a romper com quaisquer vínculos ou laços especificamente nacionais em função da prevalência absoluta da lógica da valorização na definição de seus movimentos). Tampouco poder-se-ia buscar identificar nos Estados nacionais dos países capitalistas hegemônicos os agentes fundamentais da reprodução das condições de "atraso" nos países periféricos: a lógica de ação destes poderosos órgãos de coerção não pode ser pensada fora ou acima da lógica dos agentes que eles representam no cenário internacional, vale dizer, dos próprios blocos monopolistas de capital em trajetória de *transnacionalização*. E se não há qualquer base sólida para a defesa da tese de que estes blocos de capital diferenciem sua lógica de ação nos países periféricos e centrais, tampouco haveria base sólida para a pretensão de que os Estados nacionais hegemônicos buscassem, sistematicamente - pela manipulação de instrumentos econômicos e político-institucionais sob seu controle -, cercear ou "perverter" o processo de desenvolvimento capitalista da periferia.

Já vimos, igualmente, que o principal defeito desta argumentação se encontra no obscurecimento das contradições internas à ordem capitalista e ao movimento do capital em seu processo de internacionalização. Presa ao formalismo da "lógica pura" do capital enquanto "valor que se valoriza", escapa-lhe o fato de que o capital *tem uma história*, e valoriza-se sob distintos padrões, associados a distintos (espacial e temporalmente) mecanismos regulatórios das contradições sociais e econômicas abertas e (re)criadas pelo processo de desenvolvimento capitalista. Ou, de forma ainda mais clara: o que escapa a esta leitura é a percepção de que o processo de acumulação de capital a nível

internacional só pode ser apreendido a partir do resgate das múltiplas, complexas e contraditórias determinações que põem o mercado mundial capitalista como realidade efetiva.

Neste sentido, não será gratuito que, no último parágrafo da seção terceira ("O Método da Economia Política") de sua "Introdução à Crítica de Economia Política", ao nos apresentar os momentos necessários do desenvolvimento do estudo desta ciência, Marx nos diga:

"As seções a adotar devem evidentemente ser as seguintes: 1 - as determinações abstratas gerais, que contém portanto mais ou menos a todas formas de sociedade, mas consideradas no sentido acima discutido; 2 - as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais assentam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. Os seus relacionamentos recíprocos. Cidades e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O sistema de crédito (privado); 3 - síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado no seu relacionamento consigo próprio. As classes "improdutivas". Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A imigração. 4 - relações internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. A cotação do câmbio; 5 - o mercado mundial e as crises."<sup>188</sup>

Esta passagem é extremamente esclarecedora da perspectiva marxista do tratamento teórico de "economia internacional". Antes de mais nada chama a atenção o fato de o estudo do "mercado mundial" se apresentar como o objeto teórico terminal de Marx e se encontrar umbilicalmente ligado ao estudo das crises. Se entendermos o método marxista de avanço do abstrato ao concreto como um método em que, a partir da compreensão da estrutura fundamental e das leis gerais de movimento de um dado sistema, são agregadas novas determinações (sempre

188 MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 123 (Os economistas).

de caráter histórico) que implicam no aprofundamento/superação das determinações elementares, então fica claro que é impossível estudar o mercado mundial (e, conseqüentemente, a economia internacional em todas as suas determinações) foram do quadro histórico-concreto de desenvolvimento do capitalismo a nível mundial.

É bem verdade que Marx divide o estudo da Economia Internacional em dois níveis. Num primeiro, de abstração superior, seriam desenvolvidas as determinações mais gerais das relações internacionais de produção, enquanto num segundo (o último do seu sistema) seriam enfrentadas as questões referentes ao processo concreto de acumulação de capital ao nível mundial em sua estreita relação com a dinâmica econômica contraditória deste sistema de produção. Contudo não é ocioso perceber que o estudo da determinação mais gerais das "relações internacionais de produção" não pode abstrair o processo de determinação da divisão internacional do trabalho; com o que fica de antemão cerceada toda a tentativa de se operar com modelos teóricos em que seja feita abstração das diferenças específicas das formações econômicas nacionais que entram em relação no espaço internacional. Isto está já perfeitamente esclarecido na medida em que o estudo destas "relações internacionais de produção" é conseqüente ao estudo do Estado em todas as suas determinações, incluindo-se aí não apenas o Estado "considerado no seu relacionamento consigo próprio", mas também o seu papel de agente articulador da acumulação privada a partir do "crédito público", da ação sobre a "população", sobre as "colônias" e sobre a "imigração".

Ao deixar de teorizar o conjunto destas determinações sobre a dinâmica da acumulação mundial, o próprio discurso "anti-dependente"

de corte "exogeneista" deixa-se penetrar pelas *contradições reais* que buscou obscurecer. Isto se torna particularmente claro quando se observa que, no interior deste discurso defende-se, por um lado, a tese de que a tendência à transnacionalização dos blocos monopolistas de capital com origem nos países centrais os independizaria de qualquer vínculo com os Estados nacionais hegemônicos, enquanto, por outro lado, defende-se que estes mesmos Estados nacionais agiriam a nível internacional como representantes dos interesses dos referidos blocos de capital. Ora, se circunscrevermos nossa própria investigação aos limites de uma lógica formalista (marcada pela recusa da complexidade do real e das *contradições* que lhe acompanham), há que se operar no interior de uma disjuntiva: ou bem processa-se uma ruptura dos elos dos blocos monopolistas de capital com seus Estados nacionais de origem - com o que a estratégia de ação internacional destes últimos não poderia mais ser pensada fundamentalmente a partir dos interesses estratégicos daqueles primeiros -, ou bem não há esta ruptura, o que revelaria o equívoco da tese de "transnacionalização crescente das estruturas produtivas e da ordem capitalista mundial".

Não é preciso argumentar com aqueles leitores mais acostumados ao uso da razão dialética que, no interior da disjuntiva acima, ambas as alternativas são falsas. Na realidade, o processo de transnacionalização e ruptura dos elos nacionais dos blocos monopolistas de capital é um processo contraditório que jamais se efetiva plenamente; ou, se se quiser, que se efetiva através de canais que conduzem à negação desta mesma efetivação. Para que se entenda este complexo movimento, é preciso que avaliemos as *contradições particulares* da etapa monopolista do

capitalismo e do papel histórico que o imperialismo cumpre enquanto instrumento *limitado* de enfrentamento das mesmas.

Em primeiro lugar, há que se romper com duas leituras simplórias acerca do capitalismo monopolista e da dinâmica econômica que lhe é imanente: 1) aquela leitura que se deriva de uma contraposição absoluta entre monopólio e concorrência, e que pressupõe seja a "tendência à monopolização" idêntica a uma (pretensa) "tendência à negação da concorrência intercapitalista"; 2) aquela leitura que, capaz de resgatar a unidade entre monopólio e concorrência, absolutiza-a, passando a negar qualquer fundamento *especificamente econômico* (vale dizer, que se defina propriamente ao nível das impulsões e da dinâmica da acumulação de capital) para a distinção de duas etapas básicas no interior da história do modo burguês de produção. O antagonismo de Marx com estas duas leituras unilaterais e simplistas é clara. Assim é que nos diz:

"Na vida prática, encontra-se não apenas a concorrência, o monopólio e o seu antagonismo, mas também a sua síntese, que não é uma fórmula, e sim um movimento. O monopólio produz a concorrência, a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas concorrem entre si, os concorrentes tornam-se monopolistas. Se os monopolistas restringem a concorrência entre si através de associações parciais, a concorrência cresce entre os operários; e quanto mais a massa de proletários cresce face aos monopolistas de uma nação, mais a concorrência entre monopolistas de nações diferentes se torna desenfreada. A síntese é tal que o monopólio só pode se manter passando continuamente pela luta da concorrência."<sup>189</sup>

Vale dizer, para Marx, concorrência e monopólio são *antagônicos*, e, por isto mesmo, perfazem uma *síntese* que se realiza no interior de um *movimento*. Esta síntese - que implica em uma permanente transformação da

189 MARX, Karl: *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985, pp. 141 e 142.

concorrência em monopólio - não envolve a *negação* do primeiro termo, mas, tão somente, a *mudança qualitativa do padrão dentro do qual o mesmo se realiza*. Afinal, ao desenvolvimento do monopólio corresponde não apenas o desenvolvimento das associações *parciais* de distintos blocos de capital, mas, igualmente, o aprofundamento da concorrência inter-classes e da concorrência internacional.

Esta interpretação do processo de desenvolvimento do monopólio como desenvolvimento da "concorrência monopolista" emana diretamente do método dialético de Marx e de sua concepção do modo de produção capitalista: um modo de produção pautado antes de tudo sobre a generalização e expansão das relações mercantis (vale dizer, *sobre a generalização e expansão da ordem social e econômica competitiva*) que se reproduz transformando permanentemente seus próprios padrões reprodutivos. É do próprio desenvolvimento da transformação dos padrões reprodutivos do sistema capitalista que emerge a possibilidade de se distinguir duas etapas básicas em seu interior: a "competitiva" e a "monopolista".

Evidentemente que - de acordo com os próprios princípios metodológicos do materialismo histórico e dialético e com os desenvolvimentos de Marx reproduzidos acima - a etapa "monopolista" do capitalismo não pode ser lida como um "*modelo*" alternativo e essencialmente distinto de reprodução capitalista *vis-à-vis* o "*modelo competitivo*". Na realidade, estas formas de reprodução encontram-se *historicamente imbricadas*: elas são etapas distintas do processo de desenvolvimento capitalista que correspondem, simultaneamente, ao movimento de *maturação*, e ao movimento de *reprodução em condições de*

maturidade deste sistema de produção. A etapa "monopolista" (ou "superior", ou "madura") do capitalismo só é atingida quando o movimento de acumulação-concentração de capital atinge ele mesmo um determinado patamar em que a contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o caráter estratificado, enrigecido e excludente da ordem econômica começa a se manifestar de forma crescentemente explosiva. Assim, o critério por excelência da clivagem entre as duas etapas do capitalismo encontra-se no volume de capital concentrado<sup>190</sup> e posto em operação em uma dada economia, e em suas consequências mais gerais que se desenvolvem em três níveis básicos: 1) na capacidade de mobilização e transformação das forças produtivas manifesta pelo conjunto e por cada um dos blocos de capital privado; 2) no padrão de concorrência intercapitalista (associado, antes de tudo, à solidez e estabilidade financeira e econômica das distintas firmas e blocos de capital no interior dos mercados em que atuam); e 3) na estrutura do sistema de estratificação social e no grau de consolidação objetiva e heterogeneidade interna das classes sociais elementares do sistema. Vejamos qual o movimento que o processo de concentração de capital impõe a cada uma destas três dimensões que sintetizam a estrutura reprodutiva elementar de qualquer economia capitalista.

Em primeiro lugar, o processo de concentração capitalista (associado ao processo de centralização que lhe é conseqüente), amplia

190 Antes mesmo - e ao contrário do que poder-se-ia esperar - do grau de centralização de capital. Esta medida porta em si mesma um pequeno poder elucidativo sobre a dinâmica previsível de acumulação das células econômicas capitalistas e de seus rebatimentos para o conjunto da economia. Para que o grau de centralização possa gerar subsídios para uma avaliação teórica mais substantiva da dinâmica econômica, é necessário, antes de mais nada, que nos seja informada a dimensão do mercado no qual as firmas atuam; vale dizer, que nos seja permitido extrair dos dados sobre o grau de centralização uma *proxy* do nível de concentração de capital na economia.



substantivamente a estabilidade econômica de cada um dos grandes blocos de capital que se formam em seus interior. Consolidado este processo no conjunto dos setores industriais de uma economia qualquer, a concorrência intercapitalista via preços torna-se crescentemente ineficaz: a ocupação de novas e expressivas fatias de mercado a partir da possibilidade de debilitar financeira e economicamente os concorrentes com a transferência para os preços finais de pequenos ganhos de produtividade (a partir de seus reflexos na queda dos custos unitários de produção) torna-se virtualmente impossível. Por outro lado, o processo de diversificação e ocupação de novos mercados (exceções - e, mesmo assim, apenas *eventualmente* - aqueles referidos a uma estratégia de integração vertical) complexifica-se sobremaneira. As vantagens de escala das firmas já instaladas (que impõem uma planta e uma produção mínima significativamente elevadas para a firma ingressante, sob pena de se arcar com um longo e desgastante período de operação baixo condições técnicas e financeiras não-competitivas), somam-se os perigos de uma concorrência agressiva por parte dos tradicionais controladores do mercado, que contam, ainda, com vantagens comerciais, capacidade ociosa planejada e solidez financeira para sustentar um longo período de guerra de preços.

Por outro lado, não é possível esperar que a adoção de estratégias mais tradicionais de investimento por parte dos distintos blocos de capital - vinculadas à mera busca de sustentação de suas participações relativas no interior dos mercados tradicionais em que atuam - possa contrarrestar o problema da plena reinversão produtiva do volume de excedente apropriado a cada período. No bojo mesmo do processo de concentração e centralização capitalista, as empresas líderes dos

distintos mercados industriais (a partir de todos os rebatimentos "positivos" que aqueles movimentos têm sobre o volume da produção corrente e a margem de lucro destas últimas) passam a obter uma acumulação financeira que tende a extravasar quaisquer possibilidades de aplicação produtiva nos termos tradicionais referidos acima. Isto é particularmente verdadeiro se se leva em conta que o próprio desenvolvimento de barreiras à entrada em cada mercado torna relativamente ocioso qualquer movimento de sobreacumulação produtiva de caráter eminentemente defensivo. Este resultado perverso do processo de monopolização<sup>191</sup> tem evidentes consequências dinâmicas de caráter depressivo.

Como se isto não bastasse, é inerente ao movimento de acumulação-concentração-centralização de capital (em função mesmo de sua relação com a concentração da propriedade, a destruição de estruturas mercantis de produção não-especificamente capitalistas, a ampliação da produtividade e da redundância do trabalho-vivo, a elevação do grau de monopólio e das margens de lucro sistêmicas) uma forte tendência ao crescimento da participação relativa do excedente capitalista no interior da renda global da economia. Este processo - que tende a se manifestar empiricamente na piora da estrutura de distribuição de renda - vem a aprofundar os problemas crônicos de realização do sistema,

191 Que, no interior da leitura estritamente keynesiana, corresponderia a uma inflexão do padrão convencional de formação de expectativas, e, na literatura de extração pós-keynesiana, corresponderia a uma queda do valor do acelerador. Independentemente do instrumental conceitual e terminológico adotado, o que importa resgatar é que, frente a uma mesma expectativa (necessariamente incerta) de variação absoluta da demanda futura, os empresários tendem a ser tão mais conservadores em suas decisões de investimento quanto maior for a segurança de que serão capazes de sustentar suas participações relativas no interior dos mercados em que atuam.

impulsionando<sup>192</sup> de forma persistente e crescente para crises de superprodução<sup>192</sup>.

A reação capitalista mais imediata a estes desdobramentos perversos da crescente monopolização da economia, é uma transformação substantiva de suas estratégias de concorrência que se consubstancia, fundamentalmente, em três movimentos. Em primeiro lugar, frente à ineficácia da concorrência via preços associada a vantagens marginais de produtividade, define-se uma política de gastos crescentes com P&D, com vistas à endogeneização do controle sobre o progresso técnico e à articulação de vantagens econômicas suficientemente expressivas para dar guarida a qualquer movimento competitivo mais agressivo. Os elevados riscos desta estratégia só podem ser enfrentados na medida em que o engurgitamento financeiro dos blocos monopolistas de capital permite o desvio de significativos recursos para a pesquisa sem ferir suas condições de reprodução econômica ordinária. Além disso, esta estratégia não se encontra referida apenas a um esforço de ganhos em produtividade, mas, igualmente, à necessidade de diferenciação/melhoria dos produtos tradicionais e de desenvolvimento de novos bens mercantilizáveis. Com isto, busca-se enfrentar tanto os limites à ampliação da participação relativa no interior dos mercados tradicionalmente ocupados, quanto os limites à diversificação produtiva em direção aos mercados industriais já consolidados.

192 No interior da terminologia pós-keynesiana este mesmo processo é caracterizado como "aprofundamento das tendências à reversão cíclica automática da economia" a partir dos rebatimentos que se derivam de uma queda do "multiplicador do investimento" associada à queda do "acelerador".

Em segundo lugar, busca-se ampliar e acelerar o processo de acumulação de capital sob o controle dos distintos grupos monopólicos através da articulação dos mesmos com o mercado acionário e com o sistema bancário. No interior deste processo - que corresponde à montagem do capital financeiro *stricto sensu* -, abrem-se e consolidam-se frentes especificamente financeiras e especulativas de valorização de capital, que passam a assimilar de forma crescente aquela parcela do excedente líquido sob o controle das firmas que não encontra possibilidade de valorização produtiva. Simultaneamente, a partir do momento em que, com o desenvolvimento do próprio mercado acionário, generaliza-se o processo de "abertura de capital" das firmas, atingindo aquelas de porte médio (ou mesmo pequeno) que atuam de forma marginal nos diversos mercados, acelerar-se o processo de centralização capitalista através da crescente transferência do controle financeiro destas últimas para os setores monopólicos da economia. Com este movimento abrem-se novas frentes para a diversificação produtiva; o que é necessário se se quer enfrentar os riscos inerentes à concentração do capital em um único setor com a minimização das chances de retaliação por parte das firmas líderes no interior dos novos mercados que se busca atingir.

Em terceiro lugar, desenvolve-se uma luta desentreada pela conquista de mercados não tradicionais. Consolidado o controle capitalista e a oligopolização dos mercados propriamente nacionais, este movimento conduz à busca de mercados externos, preferencialmente naquelas regiões e países onde o processo de concentração de capital ainda não atingiu um patamar tão avançado que seja capaz de impor dificuldades expressivas à

expansão da participação produtiva e comercial dos blocos monopolistas em movimento de extroversão.

Ora, não resta a menor dúvida de que esta transformação da estratégia competitiva dos blocos monopolistas de capital é frutuosa e cria amplas possibilidades para a continuidade do processo de valorização-concentração-centralização capitalista. Contudo, não é possível subestimar os limites e contradições inerentes a estes movimentos. Vejamos porque.

Antes de mais nada, é preciso que se entenda definitivamente que a marca característica do capitalismo monopolista é a homogeneidade relativa do poder econômico e financeiro dos grandes blocos de capital. Isto garante a todos um elevado poder de resposta às estratégias agressivas dos concorrentes. Especificamente no que diz respeito ao primeiro termo da "estratégia competitiva monopolista" considerado acima, este fato determina que os esforços de aceleração do progresso técnico e diferenciação e melhoria de produtos realizados por uma firma qualquer, sejam acompanhados de esforços similares (que, muito provavelmente, renderão vantagens econômicas bastante semelhantes) por parte do conjunto das demais firmas. Vale dizer: são significativamente restritas as possibilidades de uma firma particular desenvolver tecnologias e produtos economicamente rentáveis tão diferenciados daqueles desenvolvidos pelas demais firmas a ponto de permitir a adoção de uma política agressiva de concorrência associada a grandes investimentos em capital fixo (essenciais quando se busca a ocupação de novas e expresivas fatias de mercado)<sup>193</sup>. Além disso, a própria

193 Diga-se de passagem, as tentativas de driblar estas circunscrições através da ampliação substantiva dos gastos com P&D esbarram em sólidos

estruturaco oligopólica dos mercados, permite o adiamento da introducão de inovaes marginais (ou mesmo de inovaes mais substantivas mas ainda não consolidadas e estandarizadas) em funo de seus pequenos reflexos sobre o poder competitivo das firmas vis--vis os custos que uma depreciao acelerada do capital fixo necessariamente impõe.

O ponto efetivamente importante dos desenvolvimentos acima  que a substituico da concorrência "em preços" pela concorrência centrada na introducão sistemática de inovaes não cria efetivas condies para o enfrentamento da tendência  depressão dos estímulos ao investimento capitalista que  inerente às economias maduras. Da mesma forma, o desenvolvimento do capital e da valorizao especificamente financeiros não  capaz de dar qualquer resposta a esta questão. Se por um lado a acumulaco financeira crescente e a maior integrao entre o setor produtivo e bancário estimula certas inversões produtivas (ao deprimir os riscos inerentes às mesmas), por outro lado, as novas possibilidades de ingresso em mercados consolidados tende a reforçar a estabilidade dos mesmos, diminuindo a fragilidade das firmas marginais e as pressões para a construo de novas plantas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos mercados especulativos traz consigo duas consequências: a) atrai para a circulao financeira recursos que, em outras condies, seriam, pelo menos em parte, canalizados para inversões produtivas; e b) amplia a instabilidade do sistema e - em funo do próprio crescimento da solidariedade financeira dos diversos agentes - agudiza os efeitos das

obstáculos. Os altíssimos custos e riscos envolvidos em qualquer projeto de plena endogeneizao da pesquisa técnico-científica no interior das firmas (em funo mesmo da impossibilidade de previsão rigorosa dos resultados, e da temporalidade envolvida na obteno dos mesmos) inviabiliza a adoo desta estratégia mesmo aos blocos de capital mais sólidos.

recorrentes "crises de confiança", tornando-as verdadeiros estopins de complexas crises econômicas de caráter estrutural.

Finalmente, a busca de novos mercados é um processo mais complexo do que poderia parecer num primeiro momento. Onde estes mercados já se encontram consolidados, há que se enfrentar toda a resistência das burguesias que os exploram de forma privilegiada. Onde os mesmos ainda se encontram em processo de constituição, há que se superar todo o conjunto de entraves econômicos, sociais, políticos e institucionais ao pleno desenvolvimento das relações mercantis com vistas à definição das condições suficientes para que os mesmos se tornem efetivamente operacionais à valorização e à acumulação "propriamente monopólicas" de capital. Além disso, a violência com que se desenvolve a concorrência monopolista internacional e a busca por parte das burguesias periféricas de extraírem vantagens do processo de integração crescente do conjunto das economias nacionais com o mercado mundial (explorando a "bilateralidade" inerente às relações comerciais consolidadas) deprimem as possibilidades de que determinadas firmas alcancem uma sólida participação relativa no interior dos mercados forâneos mais atraentes a partir pura e simplesmente de suas possibilidades de oferecer aos clientes potenciais "vantagens econômicas" definidas ao nível das relações privadas.

Fica claro, assim, que a "estratégia competitiva monopólica" não consegue *por si só* levar à superação das contradições postas pelo processo de monopolização à continuidade e aceleração da acumulação produtiva. A história, contudo, vem comprovando que estes limites não se impõem de forma absoluta e imediata. Isto revela que a consolidação da

etapa monopolista do capitalismo implica em outros movimentos históricos (que transcendem à adoção da "nova estratégia competitiva" por parte dos blocos concentrados de capital e) que ocupam um papel de absoluta centralidade no interior da explicação do excepcional (e, para muitos, surpreendente) folêgo demonstrado por este modo de produção ao longo do século XX.

Efetivamente - e tal como já foi observado por um amplo conjunto de autores marxistas -, é inerente à etapa monopolista do capitalismo uma profunda transformação das funções econômicas e sociais do Estado burguês. Se, ao longo da etapa competitiva do capitalismo, as funções precípua deste "órgão de classe" circunscreviam-se *fundamentalmente* à garantia da propriedade privada e à articulação dos mecanismos institucionais consistentes com o aprofundamento da ordem competitiva e com a generalização das relações sociais capitalistas, ao longo da etapa monopolista, será acrescida a estas funções básicas a função de constituir e equacionar novas frentes para a valorização capitalista.

Como não poderia deixar de ser, este movimento vai se dirigir imediatamente para o enfrentamento dos limites (intransponíveis a partir da mera ação privada) que cerceiam a eficácia da "estratégia competitiva monopólica" como instrumento de aceleração da acumulação produtiva de capital. O primeiro passo neste sentido será o reequacionamento do papel do Estado no interior do processo de desenvolvimento e estímulo à introdução de "inovações". Isto se dará através de dois movimentos básicos: 1) a sustentação da pesquisa científica e tecnológica (particularmente da pesquisa "básica"), com vistas a "socializar" os custos e os riscos do envolvimento dos distintos blocos monopolistas



"nacionais" com P&D; e 2) a articulação de uma política fiscal suficientemente ágil para contemplar as recorrentes necessidades de depreciação acelerada de capital em períodos de transformação tecnológica abrupta. Em segundo lugar, caberá ao Estado regular e intervir ativamente nos mercados financeiro-especulativos de tal forma a garantir condições para que a função precípua dos mesmos - a ampliação de novas e revolucionárias frentes de valorização-concentração-centralização de capital - cumpra-se com a minimização de suas consequências negativas em termos de ampliação da instabilidade do sistema. Para tanto, torna-se essencial tanto o aumento da *solidariedade* quanto da *flexibilidade* das políticas fiscais, monetárias e financeiras do Estado, o que se manifestará - inclusive - no alargamento das funções da dívida pública e na permanente "atualização" dos dispositivos legais responsáveis pela circunscrição dos movimentos dos agentes privados capazes de comportar amplos rebatimentos sobre o "equilíbrio" macroeconômico e financeiro do sistema. Finalmente, à *flexibilização* das políticas governamentais agrega-se um expressivo *alargamento* dos mecanismos de intervenção e regulação estatal. Este movimento será respaldado ainda pelas emergentes responsabilidades assumidas pelo Estado no equacionamento dos conflitos sociais (que se desenvolvem de forma explosiva com a consolidação da ordem monopólica) e na articulação de novos mercados. A montagem do *welfare-state* (com a ampliação dos investimentos públicos em áreas pouco atrativas ao capital e a articulação de complexas estruturas de seguridade social) e o engurgitamento dos gastos e complexos militares (tão típico deste século de duas Guerras Mundiais e uma longa e desgastante Guerra "Fria") respondem a múltiplas e complexas demandas: deprimem a tensão social e a atratividade dos projetos sociais revolucionários; enfrentam as

distorções distributivas (com consequências dinâmicas perversas para o próprio capital) imanentes à monopolização; ampliam e reforçam a estabilidade relativa da demanda agregada da economia; consolidam as frentes de pesquisa tecnológica (circunscrevendo a socialização de seus benefícios ao grande capital monopólico *interno* a partir das exigências da "segurança nacional"); e, *last but not least*, consolidam as bases sociais, políticas e militares *internas* capazes de sustentar a ação imperialista dos distintos e concorrentes Estados nacionais hegemônicos.

Ora, o que fica claro dos desenvolvimentos acima é que a etapa monopolista do capitalismo envolve uma profunda e radical transformação nas relações entre a "sociedade civil" e "sociedade política" burguesas, que se consubstanciará em uma "politização" crescente dos movimentos de acumulação e concorrência, e redundará no aprofundamento dos elos que prendem os distintos blocos de capital aos Estados nacionais. A mera apreensão teórica deste fato já permite que se veja o equívoco daquela leitura simplória que pretende identificar na *internacionalização* do capital monopolista a comprovação de uma (pretensa) tendência unívoca à destruição de seus vínculos especificamente nacionais. Mesmo se fizéssemos abstração da importância assumida pelos Estados nacionais centrais na articulação do poder competitivo (associado à equação tecnológica e financeira) dos distintos blocos monopolistas de capital, fica claro que a "eficácia" (em termos de segurança e rentabilidade prospectiva) de qualquer movimento de internacionalização dos mesmos não poderá ser função tão somente de arranjos efetuados ao nível da concorrência intermonopólica privada. Antes pelo contrário, tais movimentos de extroversão serão tributários diretos da "eficácia" da ação imperialista dos Estados centrais, o que, imediatamente, compromete

os distintos blocos monopolistas com a sustentação (econômica e política) do poder coercitivo destes extraordinários mecanismos de ordenamento institucional (e opressão) internacional.

É importante que fique claro que, com os desenvolvimentos anteriores, não pretendemos negar validade àquela leitura que identifica nos movimentos de expansão-extroversão dos blocos monopolistas de capital a presença de fortes impulsões no sentido da *transnacionalização* dos mesmos. O que importa, isto sim, é resgatar o fato de que estas impulsões operam (e, eventualmente, se impõem) em simultaneidade com outras determinações impulsivas de sentido absolutamente antagônico. Posto isto, será a partir do *reconhecimento* e da *clara explicitação dos termos básicos* desta contradição que poderemos identificar as tendências efetivas do processo de extroversão profutiva e financeira dos blocos monopolistas de capital; vale dizer, se esta contradição é capaz de se desdobrar no sentido de conduzir à consolidação de padrões desiguais e antagônicos de reprodução capitalista ao nível dos centros imperiais e dos países periféricos e heteronômicos.

Como já vimos, os termos fundantes da referida contradição encontram-se, por um lado, na absoluta incompatibilidade das circunscrições nacionais com as tendências imanentes e originárias de desenvolvimento do capital, e, por outro lado, na profunda correlação entre monopolização e "estatização" da acumulação e da concorrência capitalistas, que se desdobra na crescente organicidade dos vínculos que prendem os blocos monopolistas aos Estados (de uma forma ou de outra) nacionais imperialistas. A complexidade evidente da própria contradição posta já evidencia que a mesma não poderá se desenvolver de forma

unívoca. Isto significa dizer que, às impulsões gerais oriundas da lógica de desenvolvimento dos Estados nacionais centrais e dos grandes blocos de capital, devem ser agregadas as impulsões endógenas às formações capitalistas periféricas, que determinarão de forma privilegiada o caráter da institucionalidade e da organização estatal no interior das mesmas. A absoluta centralidade desta dimensão encontra-se - antes de mais nada - no fato de que, sem que se defina nas sociedades capitalistas periféricas uma organização estatal capaz de articular instrumentos de regulação do processo de acumulação capitalista monopólica (ainda que a eficácia dos mesmos restrinja-se ao interior destas sociedades), as inconsistências dinâmicas inerentes à monopolização tornar-se-ão rapidamente evidentes, solapando qualquer possibilidade de sustentação a longo prazo do crescimento destas economias e, com isto, solapando as bases objetivas do "impulso à transnacionalização" dos grandes blocos de capital.

O que fundamenta os desenvolvimentos anteriores é a percepção de que, se os arranjos políticos e os padrões de ordenamento do conflito social das distintas sociedades capitalistas periféricas são, até certo ponto, "indeterminados"<sup>194</sup>, o mesmo não se pode pretender da tendência essencial dos movimentos dos blocos de capital em acirrada concorrência monopólica a nível internacional e dos Estados nacionais imperialistas. Afinal, é preciso que se leve em conta que o que impulsiona os distintos grupos monopolistas "nacionais" à internacionalização é a necessidade de

194 Particularmente em função da profunda disparidade dos padrões pré-capitalistas de reprodução social e econômica destas sociedades. Há que se reconhecer, contudo, os estreitos limites dentro dos quais se movem os agentes históricos típicos das formações sociais periféricas. Como já vimos, o processo de desenvolvimento capitalista à escala mundial circunscreve profundamente as possibilidades das "revoluções burguesas" tardias assumirem outra forma que não a de movimentos plagiários e contra-revolucionários.

ocuparem rapidamente os novos espaços de valorização que se abrem na periferia do sistema e de acelerarem a acumulação-concentração interna de capital com vistas à consolidação e alargamento de suas posições relativas no interior do novo quadro competitivo mundial que se abre. Por isto mesmo, a estratégia de ocupação econômica dos (restritos) espaços de valorização periféricos não poderia ser outra do que a que conduz à radicalização das contradições inerentes à estruturação competitiva monopólica. Ou, em outras palavras: tendo em vista a amplitude das disponibilidades financeiras dos agentes inversores<sup>195</sup>, a busca da máxima rentabilidade (em termos de margem, massa e taxa de lucros) e segurança capitalistas os conduzirá a uma estratégia de ocupação de mercados a partir de estruturas produtivas densamente capitalizadas, capazes de garantir a rápida conquista de posições competitivas marcadas por um elevadíssimo "grau de monopólio". As consequências dinâmicas perversas (de médio e de longo prazo) desta estratégia não fazem (nem podem fazer) parte das considerações dos gestores da mesma. É isto na medida mesmo em que suas ações encontram-se absolutamente comprometidas com as determinações que emanam da acirrada disputa competitiva intermonopolista e internacional. No interior desta disputa, as exigências de máxima rentabilidade e de minimização das circunscrições institucionais à circulação internacional de capital produtivo e financeiro (particularmente deste último) deslocam quaisquer outras preocupações e objetivos para o limbo das questões menores.

Não será preciso dizer que a ação dos Estados nacionais imperialistas sobre a periferia será absolutamente consistente com a lógica que preside as reivindicações mais imediatas dos blocos

195 Praticamente ilimitadas, se se leva em conta (no interior de uma hierarquia de prioridades) separadamente cada projeto de investimento.

monopolistas de capital. Isto se consubstanciará em um permanente embate pela conquista de sólidas e *discriminatórias* vantagens econômicas para as distintas frações nacionais dos mesmos. Mas isto não é tudo: na realidade, a ação dos Estados imperialistas será caracterizada por movimentos cujas consequências negativas frente a qualquer projeto de desenvolvimento capitalista integral da periferia<sup>196</sup> não podem ser plenamente entendidas se nos circunscrevemos à perspectiva simplória que quer ver em cada um dos referidos movimentos a manifestação pura e simples dos interesses dos blocos internacionalizados de capital. Para que se entenda este fato, é preciso que se entenda antes que não caberá aos Estados imperialistas tão somente a função de articular os interesses das frações monopólicas do capital. À esta função há que se agregar ainda tanto a necessidade do atendimento das reivindicações dos segmentos não internacionalizados das classes dominantes, como a necessidade de contemporização com os segmentos sociais subordinados e politicamente organizados a nível interno. Daí resulta a montagem de toda uma estratégia política e econômica por parte dos Estados nacionais centrais, voltada para a (re)internalização dos benefícios materiais referidos à expansão e universalização da ordem capitalista. O leque de instrumentos manipulados pelos Estados imperialistas com vistas à consecução deste objetivo é o mais largo possível, avançando da defesa intransigente de privilégios para os "produtores internos" na ocupação dos distintos mercados nacionais (defesa esta que o protecionismo industrial japonês e as políticas agrícolas da Comunidade Européia e dos EUA tipificam de forma quase ideal<sup>197</sup>), à manipulação das vantagens

196 Vale dizer, frente aqueles projetos de desenvolvimento voltados para a consolidação de um padrão autônomo e auto-propelido de crescimento e acumulação de capital.

197 Fando a nu não apenas o verdadeiro sentido do "liberalismo econômico contemporâneo" como o caráter e funções das instituições internacionais de regulação, como o GATT, FMI e o Banco Mundial.

derivadas dos fortes rebatimentos internacionais das políticas monetárias, fiscais, cambiais e tarifárias "nacionais" dos países centrais (tal como o revela perfeitamente os desdobramentos da política monetária norte-americana sobre a dívida externa dos países dependentes ao longo da década de 80).

A verdadeira compreensão do caráter estratégico das políticas internacionais dos Estados nacionais centrais, contudo, não pode se prender aos seus desenvolvimentos tópicos. Seu significado de fundo encontra-se no esforço persistente para por sob controle (e, em última instância, contrarrestar) aquelas dimensões do contraditório movimento de acumulação dos grandes blocos monopolistas de capital à escala mundial que os impulsiona no sentido do rompimento de seus vínculos com as formações nacionais de origem. Afinal, como é evidente, o pleno desenvolvimento destas impulsões colocaria em risco as próprias bases da hegemonia incontestada das sociedades e dos Estados nacionais imperialistas, com "perversas" consequências para as distintas frações dos segmentos capitalistas internacionalizados. E ainda que as possibilidades de efetiva concretização de um tal desdobramento histórico sejam minimizadas pela consistência das impulsões contrarrestantes inerentes à concorrência internacional monopólica, elas não são insubstituíveis e não podem ser ignoradas<sup>198</sup>. É a necessidade de

198 Como bem o prova a profundidade da extroversão das estruturas financeiras norte-americanas ao longo das décadas de 60 e 70 deste século, que redundaram na montagem do complexo e praticamente desregulado mercado de euro-dólares. A consciência de que o pleno desenvolvimento de uma anárquica extroversão do capital bancário interno redundaria na perda do controle sobre a liquidez internacional (e, como tal, sobre o próprio dinamismo e evolução da economia mundial), obrigou sucessivos governos norte-americanos ao longo da década de 60 a estabelecerem políticas monetárias, creditícias e fiscais voltadas precipuamente à ampliação de seu poder regulatório sobre os movimentos do capital financeiro de origem nacional. (Vide, a este respeito, ROLFE, S. e BURTLE, J. *O sistema monetário mundial: uma reinterpretação*. 2 ed.

enfrentar este risco que induz os Estados nacionais centrais a minar, não apenas de forma tópica ou "inconsciente", mas de forma sistemática e planejada, todo e qualquer projeto de desenvolvimento capitalista integral e propriamente "nacional" na periferia do sistema<sup>199</sup>, consolidando assim as bases do desenvolvimento desigual do capitalismo a nível mundial.

Resta questionar as possibilidades das sociedades nacionais periféricas contraporem uma sólida resistência aos perversos desdobramentos da ação concertada das frações monopólicas do capital e dos Estados nacionais imperialistas que redundam na articulação de um padrão dependente de desenvolvimento capitalista em seu interior. Sem pretender qualquer avaliação conclusiva sobre esta questão - de ante mão inviabilizada pelas razões já apresentadas anteriormente -, é necessário consubstanciar a leitura que pretende ver nas articulações propriamente burguesas de contraposição à reprodução dependente nos países periféricos uma possibilidade extremamente remota.

Rio de Janeiro: Zahar, 1981, caps. 7, 8, e 11.) Não é preciso dizer que as bases sociais de sustentação de políticas econômicas deste teor encontram-se no fato mesmo de que elas são consistentes com os interesses de "longo prazo" dos distintos blocos internacionalizados de capital: sem a consolidação fiscal e financeira dos Estados nacionais imperialistas, estes tornar-se-iam absolutamente incapazes de atuar com um mínimo de eficácia no enfrentamento das contradições dinâmicas típicas do capitalismo contemporâneo.

199 (tal como o comprova a história do desenvolvimento capitalista mundial ao longo do século XX, as "exceções" mais expressivas à esta "regra geral" estão referidas à luta igualmente estratégica das potências capitalistas centrais contra o avanço do projeto socialista revolucionário na periferia. Ninguém pode ignorar que, somente dentro deste quadro, é possível entender os tão peculiares quanto decantados processos de desenvolvimento capitalista dos chamados "Tigres Asiáticos", particularmente da Coreia do Sul e de Formosa. O fim da Guerra "Fria" (sempre tão "quente" na periferia do sistema), contudo, projeta núvens bastante sombrias sobre aqueles projetos "terceiromundistas" que buscavam, na administração da "equidistância" entre os blocos capitalista e socialista, as bases para alguma autonomia política e econômica nacional.



O que fundamenta a referida leitura, é a percepção do significado contraditório que o avanço dos blocos monopolistas de capital sobre os espaços periféricos tem para as burguesias nativas. Portadoras de um potencial de acumulação significativamente mais débil - o que as circunscreve a espaços de valorização diferenciados vis-à-vis as burguesias internacionalizadas -, o avanço dos blocos monopolistas implica, antes, em uma *imediata* aceleração do processo de reprodução ampliada do capital, do que propriamente na definição de substantivas áreas de conflito entre burguesias periféricas e internacionalizadas no que diz respeito à ocupação de mercados novos ou já consolidados. Além disso, o próprio processo de aceleração do desenvolvimento capitalista, tende (pelo menos em um primeiro momento) a fortalecer a posição relativa das burguesias periféricas no interior da composição do poder e das estruturas político-institucionais tradicionais. Com isto, na medida em que os conflitos entre as duas frações da burguesia passam a emergir, torna-se possível buscar o equacionamento dos mesmos a partir da intensa manipulação do Estado que, ao longo do processo, tenderá a "modernizar-se" sem, contudo, destruir aqueles canais "pré-burocráticos" que são instrumentais para o privilegiamento econômico e a transferência de recursos e capital para setores específicos e pré-determinados da classe dominante. Vale dizer: o padrão típico de resistência dos segmentos burgueses internos ao aprofundamento da dominação imperialista tende a se dar sob a forma da radicalização do controle e uso privatista do aparelho estatal como instrumento de aceleração da acumulação de capital. Estrutura tributária regressiva, arrocho salarial, inflação crônica, ciranda financeira, compras sem licitação, concorrências fraudulentas, subsídios, empréstimos a fundo perdido, impunidade e

tolerância para com desvios às responsabilidades fiscais (e outras ilegalidades) por parte do "empresariado", enfim, todo um amplo conjunto de mecanismos - alguns deles, diga-se de passagem, bastante tradicionais e que não merecem outra caracterização que a de "corrupção pura e simples" - são acionados com crescente desenvoltura e "criatividade" por parte do Estado com vistas a garantir a aceleração da concentração de riqueza a nível interno. Os resultados trágicos destes movimentos para o conjunto da sociedade sequer precisam ser considerados. Mas há que se entender que ele introduz igualmente um desvio no processo de acumulação capitalista propriamente dita, consolidando suas características especulativas e, assim, sua fragilidade estrutural (manifesta a longo prazo). Vejamos porque.

Como já foi dito, a "nova estratégia competitiva" internacional conduz - naqueles países onde se constituem as condições para uma ampla absorção de estruturas produtivas monopolistas - a uma rápida e radical centralização de capital, associada a elevadíssimos graus de monopólio das firmas e mercados mais dinâmicos (sob controle multinacional). Este processo, por sua vez, conduz à agudização das contradições dinâmicas inerentes à ordem monopólica, o que é reforçado pelas tendências à concentração da renda vinculadas à transferência de padrões tecnológicos capital-intensivos gestados no interior de sociedades capitalistas caracterizadas por um "mercado de trabalho" que se reproduz sob condições institucionais e regulatórias totalmente distintas. Como se isto não bastasse, a origem externa dos setores capitalistas mais dinâmicos impõe particularidades à internalização da "estratégia competitiva monopólica" que implicam na minimização de sua (já restrita) eficácia no que diz respeito ao enfrentamento das tendências à

estagnação inerentes ao capitalismo maduro. Assim é que os três desdobramentos básicos desta estratégia - aceleração do progresso técnico e introdução de "inovações", desenvolvimento e consolidação de espaços especificamente financeiros de valorização, e busca de novos mercados - enfrentam as seguintes distorções típicas: 1) tanto os gastos com P&D quanto os primeiros movimentos de introdução de inovações são centralizados nas "matrizes" e "holdings" dos blocos monopolistas internacionalizados, tendo em vista as vantagens que as economias externas e os amplos mercados das sociedades capitalistas centrais comportam para a racionalização dos custos destes empreendimentos; 2) os vínculos externos dos blocos monopolistas estimulam e agilizam o repatriamento da acumulação financeira excedente para os mercados financeiros mais desenvolvidos e estáveis<sup>200</sup>, o que acaba por deprimir e enrigecer os (geneticamente débeis) mercados de capitais periféricos, extraíndo dos mesmos quaisquer potencialidades para funcionarem como estimuladores da acumulação produtiva interna; e, finalmente, 3) na medida em que a estratégia de "busca de novos mercados" se consolida sob a forma de *internacionalização produtiva* dos blocos monopolistas de capital, o *aprofundamento deste movimento* não pode trazer vantagem alguma para aqueles países periféricos que já tiveram seus mercados plenamente ocupados: se se tem em vista a debilidade típica do departamento industrial produtor de bens intermediários e de capital destes países e a fragilidade dos vínculos financeiros das estruturas multinacionais com os mesmos, fica claro que os rebatimentos dinâmicos

200 Na medida mesmo em que são regulados por Bancos Centrais com capacidade de oferecer sustentação à circulação do conjunto dos títulos a partir de sua própria solidez financeira e do controle sobre a emissão de "moedas fortes" (vale dizer, de moedas que, *funcionando como "meio de troca" e "reserva de valor" tanto a nível interno quanto a nível internacional*, apresentam uma correlação relativamente pequena entre a variação de sua oferta e a variação no nível geral de preços).

internos do desenvolvimento da extroversão dos blocos internacionalizados de capital terão de ser antes negativos do que positivos.

Ora, se o conjunto das considerações anteriores são verdadeiras, fica claro que o enfrentamento das distorções dinâmicas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo monopolista na periferia deveria passar, *de forma ainda mais contundente do que nos próprios países centrais*, por um profundo reequacionamento e modernização das funções do Estado com vistas à sustentação das condições de acumulação privada de capital a longo prazo. Este reequacionamento das funções do Estado, por sua vez, teria de envolver uma ação concertada e concentrada de enfrentamento: à violenta concentração de renda (associada ao elevadíssimo grau de centralização capitalista); à crônica debilidade e instabilidade dos mercados propriamente financeiros; à instabilidade dos fluxos internacionais de capital; às restritas potencialidades de geração interna de novas tecnologias a partir da ação dos agentes privados nacionais e internacionais; e, *last but not least*, ao padrão de apropriação e distribuição do excedente social (que beneficia largamente setores não-especificamente capitalistas, em particular os setores vinculados ao capital mercantil e usurário, os terratenentes, especuladores e rentistas em geral, e os cartórios tributários dos "resquícios" patrimonialistas do Estado).

Contraditoriamente, porém, os vínculos orgânicos das burguesias periféricas com os setores econômicos e sociais mais tradicionais (beneficiários diretos da preservação de tudo o que há de "antigo" no "novo regime") e com os blocos monopolistas de capital em processo de

crescente extroversão (cujos interesses *imediatos*<sup>201</sup> conduzem a articulação de uma forte resistência à consolidação de projetos *especificamente nacionais* de desenvolvimento capitalista) vão comprometer as primeiras com o solapamento político e social sistemático de todo e qualquer esforço de levar a cabo o conjunto dos movimentos e transformações considerados acima. Esta estratégia típica das burguesias periféricas, não pode ser pensada como resultante de qualquer *distorção* ou *perversão* da consciência de classe deste segmento social. A origem desta estratégia tem por base a plena consciência por parte dos estratos burgueses internos de que *qualquer projeto radical de modernização e reestruturação material e funcional dos Estados nacionais periféricos implica não apenas em substantivas perdas econômicas (patrimoniais e propriamente capitalistas) imediatas para os mesmos, como implica em perigosíssimos riscos políticos e sociais.* Vejamos porque.

Em primeiro lugar, há que se levar em conta que, mesmo a partir do momento em que o desenvolvimento da concentração de capital a nível interno potencializa materialmente o ingresso de setores da burguesia nacional em mercados "não-tradicionais", o poder competitivo dos blocos monopolistas e internacionalizados limita enormemente a capacidade de diversificação produtiva daqueles primeiros. Este fato acaba por determinar que os excedentes financeiros *não comprometidos com a ampliação ordinária da capacidade produtiva das firmas e "blocos" capitalistas nacionais* direcione-se *em grande parte* para aquelas espaços econômicos especulativos mais tradicionais (imóveis urbanos e rurais, usura, especulação financeira com títulos da dívida pública, circulação mercantil, etc.) ou para a ocupação de mercados "novos" absolutamente

201 E *mediatos*, representados nas políticas internacionais dos Estados capitalistas centrais.

periféricos e dependentes da dinâmica de acumulação dos mercados mais dinâmicos e "multinacionalizados". Esta estratégia econômica - insofismavelmente racional - acaba por determinar uma verdadeira simbiose entre os interesses de "longo prazo" de, por um lado, os setores "oligárquico-tradicionais", e, por outro lado, os setores "multinacionalizados", com os setores burgueses propriamente internos. Como se isto não bastasse, é facilmente perceptível que, tanto o reaparelhamento financeiro-material dos Estados periféricos *na densidade e magnitude necessária para dar eficácia à articulação de um novo e efetivamente moderno padrão regulatório*, quanto o enfrentamento das enormes distorções distributivas do sistema, não poderiam se dar tão somente a partir da imposição de perdas (patrimoniais e/ou sobre a rentabilidade corrente) aos setores "tradicionais" e aos blocos monopolistas internacionalizados. Na realidade, esses processos exigiriam uma substantiva elevação da participação relativa de salários no interior da renda nacional e toda uma reestruturação fiscal e econômica do Estado que importam pesadas perdas financeiras *imediatas* ao conjunto dos setores propriamente burgueses. E o mais "trágico" disto tudo é que não podem ser dadas quaisquer garantias de que "tais perdas seriam efetivamente recompensadas a médio e a longo prazo".

É bem verdade que os "renitentes e bem-intencionados reformadores sociais" não pensam assim. Para estes, não passa de uma demonstração de pura irracionalidade a recusa das "burguesias nacionais" dos países dependentes em "libertar o único e magro pássaro que têm sob seu domínio, uma vez já tendo sido comprovado *cientificamente* que o aprisionamento dos dois outros (que estão voando) é absolutamente líquido e certo". O que fundamenta os "exercícios de futurologia" destes

"cientistas sociais" - que ignoram os ensinamentos mais elementares do keynesianismo<sup>202</sup> - é uma leitura positivista e evolucionista das sociedades de classes que, ao subestimar a radicalidade dos conflitos internos às mesmas, faz *tabula rasa* da enorme complexidade e imprevisibilidade dos resultados finais de movimentos históricos voltados (inicialmente) para a transformação substantiva de seus padrões reprodutivos e regulatórios. Esta complexibilidade, contudo, raramente escapa às lideranças políticas e aos segmentos mais organizados das burguesias nacionais dependentes.

Particularmente naqueles países periféricos onde o capitalismo monopolista já se encontra consolidado e as contradições dinâmicas interesses imperialistas e a autonomização do desenvolvimento nacional,

202 Como se sabe, a imprevisibilidade com relação ao futuro cumpre um papel essencial nas formulações teóricas de Keynes. Tal fator torna não apenas as "expectativas empresariais de longo prazo" particularmente instáveis (na medida mesmo em que sofrem a influência de um complexo e multideterminado conjunto de fatores: os desdobramentos do progresso técnico, o desenvolvimento dos distintos mercados com os quais as firmas se relacionam, a trajetória global de crescimento das economias nacional e mundial, a estabilidade política e social interna e internacional, as eventuais transformações nas políticas públicas, etc, etc, etc.) como compromete a dinâmica de todo o sistema, conduzindo-o recorrentemente a crises das quais é incapaz de sair a partir da "livre atuação dos mecanismos de mercado". Por outro lado, não deixa de ser interessante observar que, ao recusarem-se a levar suas crítica do sistema capitalista às últimas consequências, os "keynesianos ortodoxos" acabam por se deixar enredar em certas contradições teóricas. Não será gratuito que inúmeros economistas seguidores deste grande mestre sejam aficionados defensores não apenas do "planejamento", mas da "futurologia reformista". Uma apreensão mais radical dos fundamentos da leitura de Keynes os conduziria certamente a outras direções, fazendo-os entender que "elegantes", "racionalis" e "otimistas" modelos econômicos prospectivos (em maior ou menor grau, comprometidos com a cláusula *ceteris paribus*) não podem ter qualquer influência substantiva sobre as avaliações e decisões estratégicas da burguesia. E isto por uma única e simples razão: tais "modelos" se comprometem com a abstração de contradições históricas objetivas que, aceitável para os "acadêmicos", não o é para aqueles "homens práticos" cuja ação cotidiana se desenrola na tentativa de enfrentar e administrar as mesmas.

a consciência demonstrada pelas frações internas da burguesia dos riscos envolvidos em uma ruptura radical com os laços de dependência atinge - surpreendentemente, para muitos - o seu grau máximo. Afinal, a maturidade interna do capitalismo é indício não apenas da grande expressão dos investimentos, interesses e força social dos blocos monopolistas internacionalizados de capital, como, igualmente, da expressão e maturidade da classe trabalhadora (e operária em particular) no interior destes países. Nestas condições, quaisquer movimentos "nacionais" de enfrentamento dos laços de dependência tende a se deparar com uma violenta oposição dos Estados centrais imperialistas. Contrarrestar tais movimentos de oposição só é possível através da consolidação da ordem política interna, o que necessariamente impõe a incorporação dos trabalhadores organizados às estruturas de poder. Não será preciso esclarecer, contudo, que uma classe operária ampla, organizada e submetida historicamente a condições de superexploração, não pode ser incorporada efetivamente ao poder sem impor enormes - e, para as burguesias dependentes, inaceitáveis - riscos à continuidade da própria ordem capitalista<sup>203</sup>.

Fica clara, assim, a profunda racionalidade da adoção por parte das burguesias periféricas de uma estratégia política e econômica que compromete sua própria autonomia e reprodução (pelo menos enquanto classe propriamente dominante) a longo prazo: as outras estratégias que

203 O amplo conjunto de movimentos de "libertação nacional" que extravasaram os horizontes históricos de suas lideranças burguesas ao longo deste século, é prova mais do que contundente da profundidade deste risco. Ao nível da América Latina, as experiências de Cuba, Nicarágua e Chile - a despeito dos desfechos radicalmente distintos dos três movimentos nas últimas décadas - vão no mesmo sentido. E se, após a grande crise dos "socialismos reais", os ideólogos da burguesia proclamam o "fim da história" e da "utopia socialista", a própria burguesia não é suficientemente tola para confiar nas "conclusões" dos sicofantas que ela mesma cria e financia.



lhes apresentam parecem ser ainda mais perigosas e - dentro dos limites prospectivos dos cálculos capitalistas - menos rentáveis. Por isto mesmo, a estratégia de buscar sustentar a todo o custo a reprodução do capital a partir da superexploração do trabalho, da manipulação privatista e depauperadora do Estado e da articulação orgânica com os locais internacionalizados de capital, constitui-se, via de regra, no próprio projeto histórico que as burguesias nacionais periféricas têm a ferecer para as suas sociedades.



## CAPÍTULO V - A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA NACIONAL

De acordo com proposta apresentada na Introdução desta dissertação, e referendada em diversos momentos da primeira parte da mesma, e nossa intenção realizar, neste segundo momento, a apresentação sistemática das principais contribuições historiográficas de Florestan Fernandes em torno do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para tanto, dividimos esta segunda parte em quatro capítulos, cabendo aos três últimos a exposição/interpretação da leitura deste autor em torno da dinâmica e crise daquelas que - em seu projeto de periodização - conformam as três "eras" básicas de nossa história.

Quis nos parecer, contudo, que, antes de darmos início à apresentação das características fundamentais e padrões reprodutivos inerentes a cada um destes períodos, valesse a pena a introduzirmos uma discussão, de caráter mais geral, em torno dos critérios que presidem o próprio projeto de periodização de Florestan. A importância deste primeiro movimento não se encontra apenas na "peculiaridade" dos marcos eleitos por este autor para a caracterização da emergência de cada uma das três eras históricas. Mais importante do que isto é o fato de que sua periodização parece entrar em conflito com a leitura - igualmente detectável em sua obra - de que o escravismo ("colonial" ou "mercantil") definiria um modo de produção específico, portador de leis de reprodução e transformação que lhe são próprias. A nosso ver este "conflito" não só pode como deve ser explicado desde já.

Como vimos, ao final do primeiro capítulo desta dissertação, Florestan Fernandes, no prefácio à segunda edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*, refere-se ao ensaio intitulado "A Sociedade Escravista no Brasil" afirmando:

"Nesse estudo, não só esclareço meu pensamento sobre a natureza, a estrutura e a evolução do modo de produção escravista, como completo a análise desenvolvida nesta obra sobre a maneira pela qual o modo de produção escravista funcionou como base material da ordem escravocrata e senhorial"<sup>204</sup>

Efetivamente - e como o próprio título do ensaio já o revela -, neste texto Florestan centrará sua análise em torno do desenvolvimento histórico brasileiro sobre as impulsões endógenas referidas à ordem econômica e social escravista. Assim é que, logo à segunda página do ensaio, nos diz:

"Se excetuarmos algumas contribuições (e muitas delas devidas às peculiaridades dos Estados Unidos), os estudiosos da escravidão têm encarado suas relações com o capitalismo da perspectiva das sociedades metropolitanas. Na verdade, como conexão imediata da escravidão, o capitalismo se desenvolveu lá - e, em particular, não nas sociedades metropolitanas em geral, mas naquelas que podiam preencher hegemonia através do poderio político-militar e financeiro-comercial. É preciso fazer uma rotação nessa perspectiva. O que aconteceu dentro da colônia e no rebento tardio, que vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial?"<sup>205</sup>

É esta a questão - cuja formulação já revela o privilegiamento de uma perspectiva endogeneísta - que Florestan procurará responder ao longo do texto. Porém, ao contrário do que se poderia esperar, tendo em vista as passagens reproduzidas acima, Florestan não se dedicará, neste ensaio, a um esforço de sistematizar e formalizar um conjunto de leis de

<sup>204</sup> FLORESTAN, Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*, 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 7 (os gritos são meus).

<sup>205</sup> FERNANDES, Florestan. *Círculo Fechado*, 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 12.

reprodução e transformação do "modo de produção escravista (colonial)". Antes pelo contrário: apresentará, neste texto, uma proposta de periodização histórica em que a influência das impulsões "exógenas" e dos marcos históricos "superestruturais" transparece desde o início na pretensão de que a "sociedade escravista" não constituiria uma unidade elementar indivisa, mas comportaria em seu interior duas "eras" históricas distintas, assim como os primeiros momentos (de emergência) da última grande "era" histórica brasileira, a capitalista dependente. Em suas palavras:

"[Se apanharmos] as fases sócio-econômicas da evolução do sistema de produção e de dominação econômica [internos à sociedade brasileira] têm-se, aí, três períodos ou fases mais ou menos bem delimitados historicamente: 1º) a era colonial, que se caracteriza pelo controle direto da Coroa e pelos efeitos do antigo sistema colonial na organização do espaço ecológico, econômico e social; 2º) a era da transição neocolonial, que vai, *grossa modo*, do início do século XIX, com a chegada da família imperial, a abertura dos portos e a Independência, até a sexta década do século XIX, a qual é caracterizada pela eclosão institucional da modernização capitalista e a formação de um 'setor novo da economia', ambas girando em torno da constituição e irradiação de um mercado especificamente capitalista, implantado nas cidades com funções comerciais dominantes (em consequência de suas conexões com o mercado mundial e por comecarem a funcionar como centros de concentração dos negócios ou de movimentação do excedente econômico retido internamente); 3º) a era de emergência e expansão de um capitalismo dependente, nascido do crescimento e consolidação do 'setor novo da economia', que primeiro se configura como uma economia urbano-comercial com funções satelizadoras em relação ao campo e, em seguida, se reorganiza, transfigura e redefina como uma economia urbano-industrial, com funções integrativas de escala nacional e tendências de dominação metropolitanas, era esta que vai da sexta década do século XIX aos nossos dias."\*\*\*

Ora, esta proposta de periodização nos coloca - antes de mais nada - frente à questão dos critérios teóricos e históricos efetivos ("endógenos" ou "exógenos"?) que a presidem. Sem dúvida alguma, esta é uma questão tão complexa quanto fundamental se se pretende ter uma

adequada compreensão da leitura histórica deste autor. Contraditoriamente, porém, Florestan não nos oferece uma discussão sistemática em torno dos fundamentos teóricos e metodológicos de seu projeto de periodização e do papel que cumpriria, em seu interior, a categoria de "modo de produção escravista". O enfrentamento desta questão só pode ser feito, assim, a partir do resgate de algumas "pistas" deixadas pelo autor ao longo de seu próprio trabalho de exposição das características inerentes a cada uma das "eras" históricas em que subdivide o processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Neste sentido, quer nos parecer que uma sutil (mas instigante) "pista" para o enfrentamento desta questão nos é deixada por Florestan a partir de sua opção em qualificar os períodos históricos brasileiros como "eras" e não - como poder-se-ia esperar - como "etapas" distintas. A nosso ver, esta peculiar opção terminológica - que marca este texto, cuja importância no interior da obra histórica de Florestan é insofismável - não será gratuita, mas revela o fato de que, para este autor, os padrões reprodutivos inerentes a cada um dos três períodos históricos comportam profundas distinções qualitativas que, eventualmente, poderiam não ser apreendidas em toda a sua radicalidade se se optasse pela caracterização dos mesmos como (meras) "etapas".

De fato, uma parcela bastante significativa de autores marxistas prefere resguardar a qualificação "etapa" para caracterizar a distinção de padrões reprodutivos no interior de um mesmo sistema de produção. Por outro lado, Marx referir-se-á correntemente à "era do capital" como o longo período histórico que, aberto naquele momento em que "a

subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, Lem que o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista<sup>207</sup>, avançaria até os dias correntes. Vale dizer, a qualificação "era" importaria não só em uma abrangência maior - nos permitindo circunscrever períodos históricos capazes de comportar distintas "etapas" ou "fases" (inclusive de transição) internamente -, como, igualmente, uma flexibilidade (que se deriva de sua indeterminação relativa) teórica superior. Por isto mesmo, não haveria como confundir a *determinação cronológica* "era" com a categoria "modo de produção". Por outro lado - e contraditoriamente -, a qualificação "era" não deixaria de apresentar um importante ponto de contato com a categoria "modo de produção": não seria possível pensar a transição entre uma era e outra a não ser como um processo radical de ruptura, como um processo que comportasse profundas transformações ao nível do "modo de (re)produção" material de uma dada sociedade.

Óra, tendo em vista o exposto acima (e supondo a correção essencial dos argumentos), seria lícito questionar porque Florestan não preferiu caracterizar estes distintos momentos históricos - uma vez revelada a impropriedade tanto da determinação cronológica "etapa" quanto da categoria teórica "modo de produção" para defini-los, mas revelada a desigualdade de padrões reprodutivos subjacente aos mesmos - como "formações econômicas e sociais" distintas. Novamente, a questão que se coloca é da impropriedade desta categoria. É isto não apenas (nem sequer fundamentalmente) porque o marxismo de extração estruturalista tenha impregnado a categoria "formação econômica e social" de uma inflexão formalista que - a despeito das intenções em contrário - a tornaram

207 MARX, Karl. *O Capital* (livro 1, tomo 2). São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 277 (o grifo é meu).

Atualmente impermeável ao resgate de processos históricos concretos. A questão de fundo se encontra na peculiaridade de nosso próprio processo histórico - marcado que é pela sobreposição de uma complexa e contraditória gama de impulsões "endógenas" e "exógenas" - que impõe o recurso a um instrumento de periodização menos determinado e mais flexível. Afinal, como - onde - definir o "modo de produção hegemônico" que presidiria as transformações da "formação econômica e social colonial"? As economias metropolitanas vivem, ao longo de nossa etapa colonial, um processo de transição onde a valorização capitalista é, simultânea e contraditoriamente, força impulsiva hegemônica e subordinada a relações sociais de produção pré-capitalistas. Simultaneamente, a colônia se estrutura como o "outro" da metrópole, assentada sobre uma base escravista e circunscrita institucionalmente a reproduzir-se de forma específica, enquanto pólo especializado e subordinado a um processo de valorização que se realiza em seu exterior.

Toda e qualquer tentativa de encobrir esta contradição real implica na emergência de contradições teóricas, ingênuas às leituras unilaterais. Assim é que a pretensão de que se poderia apreender os fundamentos do processo histórico brasileiro a partir do resgate das leis de reprodução e transformação imanentes ao "modo de produção escravista colonial" (que seria hegemônico nesta sociedade desde o século XVI) não pode deixar de ser criticada, na medida em que envolve um obscurecimento das impulsões dinâmicas externas. Em *O Escravismo Tardio*, João Manuel dirige a esta leitura uma interpelação certa:



"Que modo de produção é este que não se reproduz e cuja dinâmica depende, quase que inteiramente, de contradições que [não] lhe são próprias?"<sup>208</sup>

Mas, se não se pode negar pertinência e correção à questão de João Manuel, o mesmo já não se pode pretender para sua resposta. Num movimento que nos parece algo apressado, João Manuel preferirá negar consistência à categoria "modo de produção escravista colonial". Tal perspectiva fundamenta-se teoricamente na afirmação radical da hegemonia do capital mercantil sobre a produção e a sociedade colonial, o que permitiria definir esta última como "formalmente capitalista". Nas palavras deste autor:

"Não é o fato de a produção ser mercantil e de lucro se constituir no motor da atividade econômica que imprime caráter formalmente capitalista ao regime colonial de produção. Nem, muito menos, o simples fato de participar a economia colonial do mercado mundial.

Ao contrário, há formalmente capitalismo porque a escravidão e escravidão introduzida pelo capital e a gênese da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, formalmente, porque o capital comercial invadiu a órbita da produção, estabelecendo a empresa colonial. Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório. Fica claro, enfim, que o decisivo são as articulações entre capitalismo e colonização, o caráter de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial."<sup>209</sup>

Quer nos parecer que o que se perde, nesta interpretação de João Manuel, é, por um lado, o caráter contraditório e limitado da hegemonia social e econômica do capital mercantil, e, por outro lado, as particularidades da trajetória dinâmica interna que se quer resgatar. e

208 MELLO, J.M.C. *O Capitalismo Tardio*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 42 (o grifo é meu). Acrescentamos a negativa entre colchetes à pergunta na medida em que este é o sentido efetivo do questionamento de João Manuel, o que, no contexto, torna-se facilmente compreensível.  
209 MELLO, J.M.C. *Op. cit.* pp. 43 e 44.

que estão estritamente vinculadas ao escravismo, vale dizer, a uma *forma* não capitalista de produção<sup>10</sup>.

Diferentemente, Florestan Fernandes se colocará numa perspectiva onde o padrão de reprodução *interno* terá prevalência teórica na caracterização dos distintos períodos históricos. É isto sem pressupor qualquer desvalorização das conexões e impulsões "exógenas". O que ocorre é simplesmente que, da forma como Florestan o pensa, o padrão de reprodução econômico e social interno já carrega consigo as determinações que emanam da ordem internacional e de suas transformações. Será justamente esta *apropriação do "exógeno" a partir do "endógeno"* - que, assim, perdem seu sentido original de determinações antagônicas e excludentes - que marca o pensamento de Florestan. E sua expressão superior se dará pelo rompimento com o formalismo das leituras que buscam absolutizar a prevalência interna do modo de produção escravista colonial pela *abstração* do processo histórico que, *contraditoriamente*, lhe dá *origem, sustentação e abre sua crise: o desenvolvimento da ordem capitalista mundial*.

Ora, por isto mesmo, a resposta correta à questão essencial levantada por João Manuel, e reproduzida acima, só pode ser: o modo de produção escravista colonial *é e não é* um modo de produção!

Seria possível, igualmente, - e até recomendável, se tivéssemos a contradição ou a incompreensão que necessariamente acompanha a explicitação desta - defini-lo como um "modo de produção anômalo"<sup>11</sup>.

Se Voltaremos a estes pontos no próximo capítulo desta dissertação.

É importante lembrar que a *formação social anômala* tem origem no próprio Marx, que nos dirá: "A idéia de alguns socialistas, de que precisamos de capital mas não de

tal definição não estaria errada ... desde que fosse esclarecida a marca que define sua "anomalia". É esta se encontra justamente no fato de que - da mesma forma que o "valor" na análise de Kuy Fausto<sup>212</sup> - o escravismo colonial "só é (modo de produção) quando não é". Vejamos porque.

Rigorosamente, o escravismo colonial não pode ser um "modo de produção" enquanto as circunscrições institucionais do antigo sistema colonial impedirem-no de se reproduzir e desenvolver a partir de suas próprias impulsões e contradições internas. Tampouco se poderá falar rigorosamente em um "modo de produção" escravista colonial quando, obtida a autonomia política interna e consolidada a hegemonia econômica e social do senhorato escravista, o capitalismo industrial solapar a plena manifestação do dinamismo que é imanente a esta ordem econômica e social por mecanismos (primariamente, mas não só) econômicos. E, não obstante, será "um modo de produção" em ambos os momentos. E isto na medida em que o escravismo mercantil define um padrão específico e

capitalistas, é completamente falsa. O conceito de capital implica que as condições objetivas do trabalho - que são o próprio produto do capital - adquirem uma personalidade contra o trabalho, ou, o que vem a ser o mesmo, que passem a constituir propriedade alheia, não do trabalhador. O conceito de capital contém o capitalista. Entretanto, este erro não é maior, certamente, do que, por exemplo, o de todos os filósofos que falam da existência do capital na antiguidade clássica e de capitalistas romanos e gregos. Isto é, apenas, outro modo de dizer que em Roma e na Grécia o trabalho era livre, afirmação que estes cavalheiros dificilmente fariam. Se falarmos, agora, dos proprietários de 'plantations' na América como capitalistas, e que sejam capitalistas, isto se baseará no fato deles existirem como anomalias em um mercado mundial baseado no trabalho livre." MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 110 (os grifos em negrito são meu). O fato de Marx caracterizar os produtores escravistas americanos como uma "forma anômala de capitalistas" que, além de tudo, só assumem tal forma na medida em que o mercado mundial já se encontra baseado no trabalho livre (o que só é verdadeiro para o século XIX) fala por si mesmo.

212 FAUSTO, Kuy. *Marx - Lógica e Política* (tomo I). São Paulo: Brasiliense, 1983.

diferenciado de sociabilidade e de conflito social interno que carregará em seu interior as determinações históricas essenciais da gênese e definição de nosso peculiar capitalismo.

As similaridades encontráveis entre a análise de Ruy Fausto, em torno da validade teórica e histórica da categoria valor, e aquela que reputamos correta no tratamento teórico da categoria "modo de produção escravista colonial", contudo, não se esgotam aí. Mais importante do que atender para o fato do escravismo colonial "constituir e não constituir" um modo de produção nos dois períodos considerados, é o resgate do processo de desenvolvimento (quantitativo e) qualitativo desta relação social de produção ao longo do tempo, tendo em vista suas conexões contraditórias com a própria ordem burguesa em desenvolvimento a nível internacional. Se não, vejamos: o modo de produção escravista colonial (tal como o valor na sociedade mercantil simples) não encontrará, na era colonial - período de hegemonia do padrão mercantilista de valorização de capital -, bases políticas e bases materiais impulsivas adequadas a seu pleno desenvolvimento e generalização<sup>213</sup>. Por outro lado, com a emergência do capitalismo industrial, o modo de produção escravista colonial (tal como o valor) atingirá seu desenvolvimento quantitativo e qualitativo máximo. Mas o preço deste desenvolvimento será a perda de

213 Como nos diz Florestan: "... a escravidão mercantil alcançou o seu apogeu depois da desagregação do Império colonial... [assim como] o sistema social que se monta sobre a produção escravista vai atingir o seu máximo de eficácia e sua maturidade histórica depois da emancipação nacional. A escravidão mercantil serve de lastro a esse giro histórico: ao restringir os limites e os ritmos da descolonização, ela condiciona não só a persistência das estruturas sociais da Colônia, como também determina que elas alcancem, pela primeira vez, todas as potencialidades sócio-dinâmicas que elas continham e não podiam emergir nem expandir-se sob o império colonial. O que quer dizer que, com base na escravidão mercantil, o 'antigo sistema colonial' deu origem a uma complexa ordem societária que transcendia a si própria e exigia, para alcançar a sua plenitude histórica, a 'liberdade do senhor' e a desagregação da dominação metropolitana." FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 31.

importantes funções organizatorias e reprodutivas, a partir da endogeneização à sociedade escravista de relações sociais especificamente burguesas<sup>214</sup>. Para o escravismo, esta contradição entre seus fundamentos materiais e os padrões regulatórios mercantis capitalistas emergentes desenvolver-se-á com particular agilidade, determinando a rápida superação da era neocolonial.

Para que se obtenha uma adequada compreensão do projeto de periodização histórica de Florestan, contudo, é preciso que avancemos mais, pois este projeto não se encontra assentado tão somente no movimento já detectado de apropriação do exógeno a partir do endógeno<sup>215</sup>. Assim é que, ainda nas primeiras páginas de "A Sociedade Escravista no Brasil", nos diz:

"[Um] segundo confronto permite considerar as fases da evolução do sistema social do poder. Têm-se, aí, o largo período colonial e as duas eras de emancipação nacional, a primeira delimitada pela reintegração da ordem escravocrata e senhorial no Império e, a última, pela emergência e consolidação de uma ordem social competitiva. Ou seja, uma era em que a continuidade da ordem escravocrata e senhorial convertia o Estado nacional em um Estado senhorial e, portanto, escravista; e outra era na qual a expansão da ordem social competitiva dá a luz um Estado burguês propriamente dito, através de um prolongado e conturbado parto histórico."<sup>216</sup>

214 Segundo Florestan: "[Com o desenvolvimento do capitalismo industrial e o ingresso na era neocolonial], o arcaico e rígido mercado colonial interno começa a esboroar-se, e em seu lugar começa a aparecer um mercado capitalista especificamente moderno, que se desenvolverá aos poucos, de início nas cidades de maior porte, mas segundo ritmos intensos (em virtude dos novos vínculos com o mercado mundial e o controle do comércio de exportação e de importação predominantemente por firmas estrangeiras). ... essas transformações ... retiravam a economia de plantação do eixo do antigo sistema colonial, transferindo-a para o eixo mais dinâmico do mercado mundial, e contribuíam para expor os papéis econômicos do senhor ou dos intermediários do comércio de exportação a influências mais diretas e especificamente capitalistas." Idem, p. 48.

215 É que a divisão em duas eras e a "afirmação negativa" da existência do "modo de produção escravista colonial" revela tão bem.

216 FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 15.

Vale dizer, as transformações na ordem social e econômica interna, correspondem às transformações da ordem política que tanto refletem quanto consolidam aquelas. Desta forma, é possível pensar o processo de desenvolvimento da ordem capitalista brasileira como marcado por três períodos distintos, cada um deles refletindo e sintetizando transformações (imbricadas e sobredeterminadas) do padrão de reprodução social e econômico interno, da ordem econômica mundial e do ordenamento político interno que dá sustentação e é subjacente aos dois primeiros. Cada uma das três eras históricas se definiria, assim, como uma tríade, a saber: a) ordem social e econômica escravista colonial / capitalismo mercantil / antigo regime metropolitano; b) ordem social e econômica escravista neocolonial / capitalismo industrial competitivo / Estado escravista imperial; c) ordem social e econômica capitalista dependente / imperialismo / Estado burguês republicano. É interessante que nos detenhamos rapidamente na análise da relação que se estabelece entre os "momentos" constitutivos de cada uma das três tríades.

Como já vimos, a prevalência teórica cabe ao primeiro dentre os três termos da tríade. É isto, na medida mesmo em que, por um lado, estes já comportam em si as impulsões "exógenas", e, por outro lado, porque as transformações da ordem política e institucional interior - sem que se ignore, evidentemente, as dimensões impulsivas sobre a realidade social global, presentes nas mesmas - não podem ser tomadas como ponto de partida teórico, uma vez que elas mesmas são já realizações conscientes que têm sua origem em mudanças mais substantivas, definidas ao nível do processo de interação e reprodução social objetivo.

A prevalência teórica do padrão de reprodução social e econômico interno, contudo, não pode ser elevado ao nível de princípio metodológico metafísico. Isto implica dizer que não podemos "desistoricizar o processo histórico", pretendendo fazer *tábula rasa* das transformações concretas que ocorrem na lógica de imbricação e interdeterminação dos três "momentos" definidores de cada triáde. Estas transformações - que apenas expressam as profundas diferenças de padrão organizatório e dinâmico inerentes a cada etapa histórica - têm, necessariamente, de se refletir no próprio processo de *hierarquização e exposição* das determinações que as constituem e põem em movimento.

Assim é que, o ponto de partida expositivo necessário para a apreensão da lógica reprodutiva, imanente à sociedade colonial, são as impulsões "exógenas" que comportam a explicação da gênese e consolidação daquela. Afinal, é preciso reconhecer que a constituição das sociedades coloniais comporta um *sentido*, e que este *sentido* presidirá a lógica de reprodução e transformação das mesmas enquanto a forma colonial persistir. A busca deste *sentido* ao nível da emergência da "era do capital" (na Europa ocidental) sob a hegemonia do capital mercantil e de sua peculiar lógica de valorização torna-se, portanto e impositivamente, o primeiro elo a ser recuperado teoricamente em qualquer leitura que - operando dentro do arcabouço marxista - centre nas distinção dos *padrões sociais de reprodução e transformação* o critério básico de periodização histórica.

Da mesma forma, não é possível ignorar a peculiar centralidade assumida pela forma política "Estado nacional independente" no processo

de emergência da era (ou fase de transição) neocolonial. Na realidade, a transformação do padrão reprodutivo colonial em neocolonial está umbilicalmente ligado à autonomização política e construção do Estado liberal escravista. É evidente que o substrato material deste processo encontra-se na nova ordem econômica mundial e na emergência de um capital comercial não-português que - por vias legais ou ilegais - avança sobre a colônia-Brasil, operando como instrumento da reprodução do capital industrial. Este processo terá como reflexos a diversificação da pauta de exportações colonial e o desenvolvimento de um capital mercantil especificamente interno, a partir de meados do século XVIII<sup>217</sup>. Contudo, a consolidação de uma nova lógica reprodutiva será impossível antes da superação do pacto colonial. É isto porque, somente com a destruição efetiva do processo de exploração especificamente colonial e com a emergência de um Estado e de uma política econômica especificamente escravista e senhorial, é que se imporá, de fato, um novo padrão de apropriação do excedente econômico gerado pelo escravismo, cuja marca distintiva será o de fundamentar a acumulação primitiva de capital a nível interno.

O simples fato de que a autonomização nacional ocupe o papel de marco histórico que consolida o novo padrão reprodutivo já *permitiria* sua eleição como ponto de partida *expositivo* no resgate teórico da era neocolonial. Se isto não bastasse, é preciso reconhecer que este ponto de partida carrega consigo importantes vantagens "didáticas" quando se quer, justamente, revelar a profundidade das transformações em curso que se acham submergidas no aparente marasmo e continuismo de uma ordem social escravista e mercantil. Vale dizer: o fato *contraditório* de que

217 Vide, a este respeito, ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.



as mudanças estruturais qualitativas que estão em operação - e que tem  
efetivo prevalência teórica e material - implicam no aprofundamento  
(que aparecera como mera "sustentação") do *escravidão mercantil*, permite  
e recomenda o resgate da nova institucionalidade como princípio  
expositivo por ser esta a *manifestação imediata mais expressiva das*  
*transformações que presidem a transição da etapa colonial para a*  
*neocolonial*. Como se isto não bastasse, o privilegiamento do resgate  
teórico do Estado e de suas políticas económicas e sociais porta, ainda,  
uma última vantagem: tendo em vista as *funções assumidas pelo Estado*  
*liberal escravista de regular e mediar o crescente antagonismo entre os*  
*processos sociais reprodutivos internos e externos*, ele se torna, ao longo  
de toda a etapa neocolonial, um polo privilegiado de manifestação das  
contradições que presidirão a falência do modo de produção escravista  
colonial.

é bem verdade que não se pode pretender - em consonância com o que  
afirmamos acima em torno do carácter *impositivo* do ponto de partida  
"exogeneísta" na análise da etapa colonial - que a eleição da estrutura  
política e institucional referida ao processo de Independência como  
princípio expositivo carregue consigo uma *impositividade*.  
Efetivamente, não o carrega. Poder-se-ia, igualmente bem, partir das  
transformações estruturais em curso ao longo do último quartel do século  
XVIII e o primeiro do XIX e atingir teoricamente as transformações  
institucionais referidas à Independência, sem que se perdesse a  
centralidade deste momento final como efetivo definidor do ingresso em  
uma nova era histórica. Contudo, esta outra opção expositiva tampouco

218 Vide, a este respeito, o SANTOS, R.A. dos *O Nascimento da Nação:  
formação, crise e ruptura da economia colonial*. Campinas: I.E. da Unicamp  
(mimeo), s.d.

carregara qualquer impositividade, além de implicar, num primeiro momento, no obscurecimento de certos eixos que impõem transformações disruptivas. Por isto mesmo, não se pode imputar nenhum "desvio" metodológico àqueles autores que - como Florestan -, por razões mais "didáticas" do que propriamente teóricas, preferiram realizar movimento inverso<sup>219</sup>.

Cabe ainda uma breve consideração sobre os marcos históricos eleitos por Florestan para caracterizar a transição para a etapa capitalista dependente. Contrapondo-se a toda uma ampla literatura histórica - em que se confundem autores "tradicionais" e "críticos" -, Florestan não elegerá os processos políticos que definem a "transição republicana" (o 13 de maio, a proclamação da República, a revolução federalista, o novo ordenamento constitucional, etc), nem como marcos materiais da transição para a ordem burguesa, nem como marcos institucionais elevados ao nível de pontos de partida expositivos. Não deixa de ser estranho este fato, tendo em vista - como poder-se-ia muito bem argumentar - que a abolição da escravatura e a crise de sustentação política da monarquia (que se resolverá no federalismo republicano) carregam consigo transformações substantivas, de profundas consequências sociais e econômicas.

219 Isto não significa que concordemos com a forma que este ponto de partida assume em Florestan no capítulo segundo de *A Revolução Burguesa no Brasil*. Na realidade, e a despeito do que - quer nos parecer - pretenderia este autor, a eleição das polarizações utópicas e ideológicas presentes no projeto liberal senhorial como instrumento de resgate do significado revolucionário da nova institucionalidade acabou resultando em sérias dificuldades para o leitor de sua obra. É isto porque Florestan conjugou a este ponto de partida expositivo uma linguagem sociológica de extração acadêmica que determinou o obscurecimento dos fundamentos materiais de todo o processo que se buscava apreender, abrindo espaço para avaliações críticas superficiais pautadas em um pretenso viés culturalista e superestruturalista em sua análise.

Ura, quer nos parecer que esta "peculiaridade", no tratamento dado por Florestan aos marcos definidores da emergência da etapa capitalista dependente, não implique em qualquer desvalorização dos processos de transformação da ordem institucional que marcam os últimos anos da década de 80 do século passado. Na realidade - como fica claro a partir do confronto das duas últimas citações deste autor reproduzidas acima - os marcos efetivos, definidores da emergência da ordem burguesa, estão contidos no interior do quarto de século que medeia o final dos anos 60 e os primeiros anos da década de 90. Mais do que isto: Florestan tem uma refinada compreensão do caráter conciliatório da transição política republicana, e perceberá na equação federalista um instrumento de administração política do processo de expansão e generalização da ordem burguesa ao nível dos diversos espaços regionais. Assim é que, em um texto do final da década de 60, nos dirá:

"Se usássemos a periodização fornecida por 'grandes acontecimentos históricos', o ... ciclo [referido a era neocolonial] compreenderia oito décadas (de 1808, data da transferência da Corte, a 1888, data da Abolição) ... No entanto, a desgregação do 'antigo regime', que começara pouco antes do início do último quartel do século XIX - com medidas legais que prescreviam a substituição do trabalho escravo - arrasta-se penosamente além da instauração da República. Estabelece-se, assim, um longo período de transição, de quase sete décadas (se se toma 1930 como data limite, em termos nacionais), durante o qual reinou um amplo compromisso com o passado e a nova ordem econômica, social e política só teve verdadeira eficácia para os estratos sociais dominantes ou em ascensão sócio-econômica."

Vale dizer: Florestan não ignora a importância dos marcos consagrados pela historiografia tradicional. Simplesmente não pretende absolutizá-los, dando-lhes um significado de ruptura que os mesmos não

220 FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 168.

comportam no interior do peculiar processo de transição capitalista brasileiro. Se há alguma ruptura, ela deve ser buscada na crise de reprodução do modo de produção escravista e colonial que marca, simultaneamente, a emergência de um outro projeto histórico, capaz de articular-se rapidamente como hegemônico na medida em que passa a ser a coordenada básica do processo de transformação social e institucional a partir de então. Explicamo-nos.

A crise da ordem neocolonial se manifestara, com toda a clareza, ao longo dos anos 60 do século passado, quando, passada mais de uma década do encerramento do tráfico internacional de escravos, a impossibilidade de reprodução do escravismo como relação social básica de produção mostra-se já com toda a clareza. Mas isto não é tudo, pois a crise da era neocolonial não poderia definir, por si só, o ingresso na era capitalista dependente. Entretanto, é preciso entender que a acumulação primitiva de capital, que marca e define a era neocolonial, levará à consolidação de um setor novo na economia, essencialmente mercantil e urbano, capaz de articular, na crise do modo de produção escravista, um novo padrão dinâmico de reprodução social. Como se isto não bastasse, a emergência deste novo padrão será viabilizada pelas impulsões "exógenas" com origem na transição do capitalismo mundial para sua etapa imperialista, assim como pela permeabilidade do Estado escravista imperial a estas impulsões. Esta permeabilidade é explicável, desde o início, por sua formação enquanto Estado liberal e constitucional, cujo fundamento e pressuposto se encontrava justamente em suas funções de mediação entre a ordem escravista interna e a ordem capitalista mundial. Com isto, já na década de 60 do século passado, o polo regional economicamente dominante (vinculado à produção cafeeira e seu

desenvolvimento: vivenciar um intenso movimento de modernização produtiva e comercial, com o fortalecimento do ciclo ferroviário, o desenvolvimento de serviços urbanos estruturados em termos capitalistas, o desenvolvimento de um sistema monetário e creditício relativamente complexo e a expansão da produção mercantil agrícola e urbana voltada para o atendimento de um crescente mercado interno. Estas transformações encontrarão suficiente respaldo institucional no Império, para permitir o adiamento de seu desfecho necessário (na Revolução e na República) até o momento em que ela pudesse emergir sob a forma de um processo especificamente contra-revolucionário, como um grande acordo entre o conjunto dos segmentos sociais proprietários, para os quais o Estado imperial não comportava mais qualquer significação. Tal projeto, envolvia não só a delegação da questão do término da ordem escravista para o Império, envolvia a busca do controle da temporalidade deste processo<sup>424</sup>. E isto, não só porque os setores burgueses emergentes não concordariam como o fim do escravismo antes que a crucial questão da montagem de um mercado de trabalho livre pudesse ser totalmente articulada. Mas, igualmente, porque buscavam retirar da ordem decadente o máximo rendimento marginal para o processo de acumulação especificamente capitalista de capital, que emergia neste momento. Nas palavras de Florestan:

"Temos entre a década de 60 e a data da Abolição quase três decênios. Trata-se de um período curto e que foi, de fato, a era de crise final irreversível da escravidão. Os autores mais atilados, no estudo desse período, inclusive os que descreviam o processo *de visu*, como Couty, são unânimes em ressaltar como a escravidão se erigia em uma barreira intransponível. Ou ela ou o capitalismo. Isso não deixava de ser verdadeiro. Nem por isso, porém, tal verdade excluía outra realidade: chegara-se ali

221 Vide, a este respeito, o importante trabalho de SALLEB, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra*. São Paulo: HUCITEP, 1986.

através e graças a escravidão mercantil. O que nos repõe na trilha do pensamento hegeliano: ao desaparecer, em sua crise de morte, a escravidão deixava de produzir-se a si própria para produzir o seu contrário, para gerar uma vida nova. A própria expansão da economia urbano-comercial engendrava novos elos ou aprofundava os elos antigos entre a escravidão mercantil e o desenvolvimento capitalista dentro do país."###

E, adiante:

"Nesse período de três décadas não há apenas uma repetição do passado, com o fortalecimento de certas tendências que já foram esclarecidas. O contexto histórico-estrutural apresenta condições que permitem mudar a qualidade das relações da economia urbano-comercial com uma escravidão em extinção. O grau de internalização institucionalizada de complexas funções comerciais e financeiras é suficiente para garantir um aproveitamento mais amplo e, mesmo, revolucionário do capital mercantil acumulado através da produção escravista. ... Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências contrutivas que não preencheram antes, nem no período colonial nem no período de transição neocolonial, pela simples razão que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de ampliar e de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches. Mas, de pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa."###

O que importa reter, nas passagens acima, é o fato de que a escravidão, na era neocolonial, não apenas servirá como instrumento de acumulação primitiva interna: ela realiza esta função revolucionária de uma forma tal que suas próprias conexões com a emergente ordem capitalista transformam-se ao longo do tempo. É aí que se encontra a fundamentação da peculiar proposta de Florestan de definição dos marcos históricos da emergência da era capitalista dependente. Para este autor, uma vez definida a crise do modo de produção escravista colonial como uma crise insuperável de reprodução, a sobrevivência da escravidão se

222 FERNANDES, Florestan. *Círculo Fechado*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977. p. 29.

223 Idem, pp. 29 e 30.

explicara tão somente pelas potencialidades, ainda presentes nesta relação social, de instrumentalizar a acumulação propriamente capitalista de capital, que já se impunha ao nível dos pólos comerciais e urbanos "sateletizadores" da economia. Neste sentido, em seus últimos momentos, a preservação da escravidão se explicaria pela sua capacidade de cumprir funções similares àquelas referidas à preservação, ao longo do século XX, de outras relações sociais não-especificamente capitalistas em vários espaços econômicos rurais e urbanos: o de acelerar a acumulação privada de capital e o processo de modernização econômica a partir da crescente transferência do excedente social global para as mãos e o controle do Estado e dos segmentos propriamente burgueses.

Em suma: o que importa perceber é que, se Florestan rompe com os marcos tradicionalmente eleitos por uma certa historiografia para a definição da emergência da era capitalista no Brasil, ele o faz no sentido de buscar as determinações mais substantivas dos processos de transformação institucional, que garantirão a crescente generalização das relações de assalariamento e da ordem competitiva burguesa. Uma vez compreendido isto, fica claro que o projeto global de periodização histórica deste autor, ainda que claramente inovador, é menos "heterodoxo" do que poderia parecer em um primeiro momento, não envolvendo qualquer sobrevalorização (tal como poder-se-ia pretender para o caso da "Independência"), nem subestimação (como poder-se-ia pretender para os casos da "Abolição", "República", ou "1930") dos movimentos políticos que costumam marcar nossa cronologia "oficial". É preciso reconhecer, contudo, que as dificuldades em se apreender adequadamente o sentido do projeto de periodização de Florestan, no que

220

dia respeito a emergência e desenvolvimento da era capitalista dependente, não serão gratuitas. É isto não apenas por suas importantes diferenças com recortes mais tradicionais. Para além disto, poder-se dizer que pelo menos uma parcela desta dificuldade deve ser imputada a uma peculiaridade da estrutura expositiva de *A revolução burguesa no Brasil*, que não pode deixar de ser comentada neste momento (ate mesmo por que traz consequências ao nível dos desenvolvimentos subsequentes desta dissertação).

Tal como nos é esclarecido na "Nota explicativa" que abre *A revolução burguesa no Brasil*, entre a redacção das duas primeiras partes do ensaio (que envolvem os quatro primeiros capítulos) e a terceira parte do mesmo, transcorreu um lapso de tempo de aproximadamente seis anos. Ao retomar o ensaio, Florestan decidiu deixar inacabada a segunda parte do mesmo (justamente aquela que trata da formação da ordem social competitiva). Mais importante do que isto, porém, serão as notáveis diferenças, ao nível de detalhamento e sistematização, que emergirão do tratamento dado por este autor aos processos históricos referidos ao desenvolvimento das eras "neocolonial" e "capitalista dependente". A despeito de reconhecer implicitamente que as bases de validação de sua leitura teórica se encontram acima de tudo no resgate do processo de emergência e consolidação do modo especificamente capitalista a nível interno, Florestan dedicará um espaço relativamente menor ao estudo deste movimento histórico (inquestionavelmente mais complexo e rico) do que à análise das contradições impulsivas da transformação e crise da

224 Não será gratuita a afirmação de Florestan de que "os capítulos 6 e 7 [de *A revolução burguesa no Brasil*] ... contêm, na essência, a parte mais importante da contribuição teórica que, porventura, esta obra possui". FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 3.



sociedade escravista e senhorial brasileira. Esta importante desigualdade de nível de sistematização e aprofundamento no tratamento teórico dos distintos períodos históricos não passará despercebida a comentaristas de sua obra. Assim é que, em sua participação no já referido Seminário da Unesp em torno da obra de Florestan Fernandes, José Albertino Rodrigues nos dirá, sobre A revolução burguesa no Brasil:

"Quanto ao período da Independência, trata-se, sem dúvida, de uma interpretação que nos faltava. A bibliografia nacional é parcimoniosa na interpretação em profundidade dessa fase decisiva, para o que Florestan Fernandes nos proporciona algumas pistas que devem ser exploradas. ...

O segundo grande momento destacado por Florestan Fernandes é o da Abolição da Escravatura e do advento da República. Infelizmente, o autor nos proporcionou apenas um fragmento desta parte, deixando de desenvolver alguns pontos que seriam importantes. ...

Florestan Fernandes deixou de desenvolver dois pontos: de um lado, a natureza e os efeitos dos processos econômicos e socioculturais que provocaram a emergência da ordem social competitiva; de outro lado, apenas anunciou os caracteres estruturais e funcionais da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente e seu significado para a eclosão da revolução burguesa. ...

O terceiro momento, referido às décadas de 50 e 60 do século atual, corresponde ao ponto central do livro e da própria revolução burguesa no Brasil, sob a ótica de Florestan Fernandes. Caberia indagar por que motivo ele não centra sua análise na Revolução de 1930, que constitui um marco comumente utilizado para assinalar a modernidade brasileira. Basta lembrar o livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Burguesia Brasileira* (1964), que identifica a Revolução de 30 com a própria revolução burguesa. ... [A resposta parece estar no fato de que,] despregando-se da cronologia, sempre um recurso fácil, [Florestan] prefere focalizar como questão central a 'crise do poder burguês' (p. 215), que se localiza na era atual, como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista." <sup>225</sup>

225 RODRIGUES, José Albertino. "Uma síntese original". In: D'INCAO, Maria Ângela (ed). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, pp. 231, 232 e 233.

O sintomático afastamento de Rodrigues dos marcos e da terminologia definidos por Florestan para a periodização da história brasileira (notável na opção do primeiro em situar os processos de transição das eras colonial para a neocolonial e desta última para a era capitalista dependente a partir das referências tradicionalmente eleitas pela historiografia, a "Independência" e a "proclamação da República"), não deve obscurecer a correção essencial de suas observações críticas ao tratamento desigual dado por Florestan aos diversos momentos de inflexão do desenvolvimento capitalista brasileiro. Rodrigues não deixa mesmo de ser algo complacente com Florestan, ao fazer a defesa do tratamento bastante breve que este autor dedica aos movimentos políticos de 1930 e 1937. Afinal, como já vimos acima (e veremos de forma mais aprofundada no último capítulo desta segunda parte), na leitura de Florestan, 1930 marca a conclusão do longo processo de transição entre a era neocolonial e a era capitalista dependente propriamente dita. Ou, expresso de outra forma: os movimentos políticos e institucionais da década de 30 são momentos cruciais da consolidação da fase competitiva da era capitalista dependente, e estarão no centro dos processos de homogeneização e efetiva integração horizontal da burguesia brasileira. Como se isto não bastasse, o fato de que a emergência da era capitalista dependente não possa ser referida às transformações institucionais dos últimos anos da década de 80 do século passado, não retira destes movimentos importância histórica nem justifica qualquer tratamento mais superficial dos mesmos. E isto porque - como muito bem o sabe Florestan - o próprio conteúdo político conciliatório da transição republicana consolidará as determinações mais substantivas do padrão "lerdo" e "tergiversante" do desenvolvimento capitalista a nível interno nas primeiras décadas do século XX.

Poder-se-ia muito bem argumentar que as significativas desigualdades, ao nível do aprofundamento teórico das duas eras históricas se justificam a partir da necessidade, detectada por Florestan, de centrar sua investigação nas condições de "crise do poder burguês", referidas à emergência do capitalismo monopolista internamente e que conduzirão ao golpe militar de 1964. De fato, é este autor mesmo quem afirma que *A revolução burguesa no Brasil* pretende ser "uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964"<sup>226</sup>. Esta explicação para a heterogeneidade da obra, contudo, não pode obscurecer o fato de que o tratamento relativamente apressado dos movimentos históricos responsáveis pela consolidação da fase competitiva do capitalismo brasileiro prejudicam a própria compreensão das peculiares e críticas condições de emergência da ordem monopolista internamente. Mais do que isto: com esta opção, é a própria periodização da era capitalista dependente no Brasil em duas fases básicas - a "competitiva" e a "monopolista" - que deixa de ser apreendida adequadamente. É isto na medida em que os contrastes ao nível dos dinamismos peculiares às duas fases não são explorados com todo o rigor que se poderia exigir de uma questão de tamanha importância; tanto mais quando esta questão emerge de uma leitura global marcadamente inovadora. É bem verdade que os critérios fundamentais que presidem o referido recorte da era capitalista brasileira em duas fases básicas são apresentados no interior da obra maior de Florestan. Contudo, eles se encontram dispersos ao longo dos dois últimos capítulos, não sendo, nestes, objeto de sistematização rigorosa em momento algum, o que alimenta,

226 FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 3.

necessariamente, as já notórias dificuldades de assimilação da leitura histórica de Florestan Fernandes.

Que fique claro, contudo, um ponto da maior importância: as observações feitas acima não podem ser traduzidas sob a forma de críticas ao próprio projeto de periodização histórica de Florestan. Antes pelo contrário, o que se tentou fazer foi, ao lado da apresentação dos fundamentos básicos desse projeto, demonstrar que parcela expressiva das eventuais resistências a ele são explicáveis, antes pelas dificuldades de apreensão do mesmo, do que propriamente por seu caráter "anuscitado" ou "problemático". Uma vez esclarecido este ponto, podemos passar à apresentação sistemática da leitura deste autor em torno dos padrões reprodutivos inerentes a cada uma das três eras básicas da história da emergência e desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil. Antes, porém, uma última observação.

Ao longo da primeira parte desta dissertação, procuramos explicitar e avaliar criticamente (dentro dos limites de nossas possibilidades) os fundamentos teóricos e metodológicos que dão substrato à construção da obra histórica de Florestan. Neste processo detectamos - nas pegadas da análise de Gabriel Cohn e de outros comentaristas da obra deste autor - que a mesma comporta um núcleo materialista histórico e dialético extremamente sólido que, inúmeras vezes, se encontra envolto nas brumas de um discurso especificamente sociológico e acadêmico. Urge realizar uma intervenção neste discurso, com vistas a tornar mais facilmente perceptível aquilo que o clima brumoso, no qual se desenvolveu, insiste em ocultar ao olhar menos atento. Esta é a tarefa para a qual procuraremos dar alguma contribuição ao longo desta segunda parte.

A insistência em esclarecer nossa intenção não é gratuita: ao leitor atento dos desenvolvimentos abaixo, não passará despercebido o fato de que, nestes, estamos propondo uma certa interpretação dos textos de Florestan. Não é nossa intenção, de fato, fazer uma "resenha" da obra de Florestan, recuperá-la na forma mesma que este autor deu a seus textos, adotando uma perspectiva que poder-se-ia pretender objetiva por ser tão acrítica quanto irrelevante. Reivindicamo-nos o direito de reapresentá-la, explorando sob outra forma as determinações que lhe são imanentes. Por isto mesmo não podemos deixar de pedir complacência aqueles leitores que - apegados a uma perspectiva metodológica que desconhece o caráter social e necessário do conhecimento - nessa qualquer validade à pretensão de que se possa interpretar (e, por isso mesmo, desenvolver) uma dada leitura *cientificamente*, vale dizer, a partir dos postulados que ela mesma coloca.

Com isto, evidentemente, não estamos pretendendo validar nossa própria leitura da obra de Florestan Fernandes *a priori*, vale dizer, independentemente de sua efetiva e rigorosa aderência à lógica interna que preside àquela. Procuraremos diferenciar, sempre que necessário, aquelas intervenções que são rigorosamente nossas, dos desenvolvimentos que consideramos imanentes a Florestan. Se não conseguirmos dar conta desta tarefa, podemos e devemos ser criticados. Apenas solicitamos que a avaliação da consistência de nosso trabalho se faça a partir dos parâmetros metodológicos que elegemos, e não por parâmetros metodológicos positivistas e individualistas que nos são absolutamente estranhos. Àqueles leitores para os quais esta solicitação parecer por demais inusitada, só nos resta lembrar a perspectiva que Florestan mesmo

guarda de sua obra historiográfica. Sem qualquer *falsa* modestia (mas com a modestia real inerente a qualquer bom leitor de Hegel), Florestan Fernandes - considerando o estado simultaneamente *sintético* e *inacabado* de suas próprias investigações históricas - nos dirá em seu "A Sociedade Escravista no Brasil":

"... a investigação empírica não se aprofundou tanto a ponto de forçar uma melhor exploração das teorias existentes sobre as sociedades estratificadas e, em particular para suscitar um quadro teórico integrativo, capaz de *render conta* da complexa situação brasileira. Temo<sup>s</sup> procurado evitar todos esses empecilhos, mas é muito árduo e limitado o esforço de autores isolados ou de grupos de investigadores demasiado pequenos. Sob esse aspecto, o paralelo com o avanço da investigação dos tipos de sociedades estratificadas na Europa merece ser lembrado, pois ele põe em primeiro plano que é essencial a colaboração crítica de gerações sucessivas de investigadores. O esboço que faremos a seguir constitui um ponto de chegada que precisa, ainda, ser explorado de modo mais amplo e crítico pelos que vierem a lidar, mais tarde, com os mesmos problemas com melhores perspectivas e maior base empírica."<sup>227</sup>

Não pretendemos contar com *melhores* perspectivas. Mas contamos com outras perspectivas. Afinal, quase duas décadas se passaram desde que vieram à luz algumas das mais importantes obras de Florestan Fernandes. Neste período a historiografia crítica brasileira não cessou de se desenvolver e de deixar suas marcas na consciência daqueles que buscam operar com o instrumental marxista da ciência da história. É a partir destas referências teóricas e historiográficas impositivas que procuraremos reapresentar e interpretar o sentido interior os desenvolvimentos teórico-históricos de Florestan.

227 FERNANDES, Florestan. *Círculo Fechado*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977. p. 31 (o grifo em negrito é meu).

## CAPÍTULO VI - A ERA COLONIAL

### 1. Os fundamentos materiais do Antigo Sistema Colonial

Como já vimos (em diversas passagens dos três últimos capítulos da primeira parte desta dissertação, e no capítulo que abre a segunda parte da mesma), para Florestan, o ponto de partida necessário a compreensão do padrão reprodutivo inerente à economia colonial brasileira é o processo de valorização pré-capitalista e especificamente mercantil de capital. Em seu "A Sociedade Escravista no Brasil" esta leitura é reiterada inúmeras vezes de forma enfática. Em uma destas passagens, Florestan nos diz:

"... existia um circuito de apropriação, em parte legal, político e fiscal e em parte econômico, que constituía a essência da apropriação colonial. O excedente econômico não era produzido para o desfrute do senhor, mas para entrar nesse circuito. Aí, senhor, Coroa e negociantes todos eram 'escravos' do capital mercantil."<sup>228</sup>

Os fundamentos desta leitura<sup>229</sup> encontram-se assentados em desenvolvimentos presentes em inúmeras obras de Marx, e mais particularmente em *O Capital*. A despeito disto, não se pode pretender que a mesma desfrute hoje de uma hegemonia incontestada entre aqueles

<sup>228</sup> Idem, p.21

<sup>229</sup> Que, na historiografia brasileira, será desenvolvida em uma ampla e densa bibliografia onde se salientam as contribuições de NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 - 1808*, 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1981. e OLIVEIRA, C.A.B. *Considerações sobre a formação do capitalismo*. Campinas: Unicamp, 1976, (mimeo). A importância destas duas obras se encontra, respectivamente, na abrangência e caráter pioneiro da primeira, e na sólida sistematização teórica dos fundamentos da referida leitura que caracteriza a segunda.

273

autores que, analisando o padrão reprodutivo da economia colonial brasileira, se querem marxistas. Efetivamente, não serão poucos os que recusam pertinência teórica à concepção de que a era do capital se instaura a partir da consolidação e máximo desenvolvimento da valorização pré-capitalista. Isto não deixa de ser estranho, uma vez que Marx reafirma esta perspectiva inúmeras vezes ao longo de sua obra maior. Assim é que, já no primeiro parágrafo do capítulo quarto do livro um de *O Capital*, nos diz:

"A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital"<sup>230</sup>

Mais adiante, neste mesmo capítulo, contudo, dirá:

"As formas específicas de dinheiro, mero equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial, apontam, de acordo com a extensão diversa e a predominância relativa de uma ou de outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social. Apesar disso, de acordo com a experiência, basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para a constituição de todas essas formas. Diversamente com o capital. Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social."<sup>231</sup>

Ora, temos aí uma contradição: ou a era do capital se inaugura no século XVI (e, portanto, esta categoria histórica é capaz de assentar o processo de valorização que a define em primeira instância em outras

230 MARX, Karl *O Capital* (Livro I, tomo 1). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 125 (o grifo é meu).

231 Idem, p. 141 (os grifos são meus).



relações sociais de produção que não o assalariamento), ou se inaugura com a efetiva emergência de um mercado de trabalho moderno, produto histórico inidentificável antes do final do século XVII. De fato, a contradição existe, mas não é teórica e sim real. Por isto mesmo, não se trata de optar por uma leitura ou outra, mas de entender como é possível que ambas sejam corretas e historicamente legítimas. A resposta (relativamente simples) se encontra no fato de que, em sua "infância", o processo de valorização e acumulação capitalista - que já preside a reprodução da sociedade - tem um caráter primitivo, não se assentando essencialmente (e em sua plena determinação conceitual) sobre a extração de mais-valia ao nível do processo produtivo. Por isto mesmo, esta é e não é uma etapa capitalista.

A dificuldade de apreensão desta contradição real, contudo, não deixa de ser compreensível, e está - até certo ponto - vinculada ao padrão expositivo adotado por Marx em *O Capital*. Como é sabido, nesta obra Marx apresenta o desenvolvimento do modo de produção capitalista "logicamente", vale dizer, resgatando primariamente aquelas categorias - mercadoria, valor, dinheiro, trabalho abstrato - que carregam em si as contradições impulsivas capazes de engendrar o capital e o modo de produção especificamente capitalista. Isto significa dizer que o seu método expositivo é (lógico)histórico - uma vez que as categorias fundantes da ordem capitalista são desdobradas teoricamente de acordo com seu desdobramento temporal -, mas não é histórico(cronológico) - no sentido de que não se resgata este processo tal como ele ocorreu efetivamente em uma dada temporalidade e em um dado espaço concreto. Esta correta e importante opção expositiva garante a Marx a possibilidade de hierarquizar as determinações do processo histórico,

resgatando num primeiro momento apenas aquelas determinações efetivamente substantivas. Em vista disto, Marx deslocará para determinados capítulos - os chamados "históricos" - a exposição sistemática daquelas condições que portam consigo "tão somente" a capacidade de explicar *como* aquelas *potencialidades*, presentes nas categorias fundantes da análise, se desdobraram efetivamente no conjunto das relações sociais capitalistas de produção *em um dado período concreto de tempo* (e não em um outro qualquer).

Como é sabido, entre as condições históricas concretas da constituição do capitalismo encontra-se a articulação de um conjunto de mecanismos sociais e institucionais capazes de garantir máximo desenvolvimento à valorização pré-capitalista de capital. Este movimento histórico - que Marx denominou de "acumulação primitiva de capital" - não pode ser subestimado de forma alguma, pois nele se encontra a explicação do rápido desenvolvimento da ordem mercantil da "Idade Moderna", que será a base efetiva da destruição das formas pré-capitalistas de produção e da constituição do capitalismo industrial. Por outro lado, e igualmente, este movimento não pode ser superestimado sob pena de não ser possível compreender os fundamentos materiais efetivos (a troca de equivalentes) e as especificidades históricas (que se desdobram da ordem societária competitiva e de classes) do modo de produção especificamente capitalista, sistema onde a apropriação do excedente se assenta sobre formas não-coercitivas de trabalho e onde os limites à acumulação de capital deixam de ser "técnicos" para serem especificamente sociais. Por isto mesmo é absolutamente correto o deslocamento efetuado por Marx da análise da acumulação primitiva para o

último capítulo do livro um de *O Capital*<sup>232</sup>. Incorreta é a interpretação daqueles leitores que, incapazes de entender o método de Marx, resgatam os primeiros capítulos de sua obra ou filosoficamente (como se os mesmos expressassem meros desenvolvimentos "ideais", fora do tempo e do espaço), ou de forma historicista (como se os mesmos fossem desenvolvimentos rigorosamente histórico-cronológicos<sup>233</sup>).

No nível da questão que agora nos interessa, este duplo equívoco se expressará na dificuldade imanente a estes leitores de apreenderem

232 Qualquer antecipação na apresentação destas questões poderia implicar em uma hierarquização incorreta das determinações teórico-históricas por parte dos leitores. Vale dizer, poderia gerar uma perda de capacidade de compreensão de que "o comércio age ... em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso. Até que medida, porém, ele provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, inicialmente, de sua solidez e articulação interna. E para onde esse processo de dissolução conduz, ou seja, que novo modo de produção entra no lugar do antigo, não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo antigo de produção. No mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital comercial resultavam sempre em economia escravista. ... No mundo moderno, no entanto, ele desemboca no modo de produção capitalista. Deduz-se daí que esses resultados foram condicionados ainda por outras circunstâncias muito diferentes, do que pelo desenvolvimento do capital comercial. MARX, Karl. *O Capital*. (livro III, tomo 1). São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.249.

233 Tipicamente historicista é a leitura de *O Capital* que identifica cada desenvolvimento teórico com um momento histórico concreto. Assim, o Livro Um iniciaria pela sociedade mercantil simples na medida em que esta expressaria a dinâmica do período histórico marcado pelo auge do artesanato mercantil. A partir do capítulo quarto, seria introduzido o estudo da economia capitalista no período manufatureiro, e, a partir do décimo terceiro capítulo, o estudo do capitalismo industrial. Sem dúvida esta é uma interpretação simplista da estrutura expositiva de *O Capital*. Contudo, não se pode pegar à mesma pelo menos o "mérito" de se contrapor ao equívoco (ainda mais grosseiro) da total deshistoricização das categorias de *O Capital*. Infelizmente, aqueles que pretendem investigar a dinâmica da emergência e desenvolvimento da sociedade burguesa a partir de uma perspectiva materialista e se recusam a resgatar o método dialético pela raiz vêem-se compungidos a assumir o ônus de ter de optar entre uma leitura historicista ou metafísica. Quando esta encruzilhada se apresenta como impositiva, então nos parece ser um equívoco menor optar pela leitura do "historiador" do que do "filósofo". Pelo menos os primeiros não se deixam cair na tentação de confundir "chapéus" e "idéias".

corretamente a especificidade do processo pre-capitalista de valorização. É isto porque, e só quando se entende que Marx, nos capítulos iniciais de *O Capital*, busca constituir lógica-historicamente os fundamentos da valorização especificamente capitalista de capital, que se pode entender suas observações "contraditórias" em torno da viabilidade da acumulação propriamente mercantil de capital. Assim é que, no capítulo quarto, Marx nos diz:

"A formação de mais valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada, por venderem os vendedores as mercadorias acima do valor, nem, por os compradores as comprarem abaixo do seu valor."<sup>294</sup>

Sem dúvida alguma, isto é uma impossibilidade ... se se pretende analisar o processo de valorização de capital que se assenta rigorosamente na apropriação de mais-valia. Neste caso, a explicação do processo de valorização tem de ser buscado fora da circulação, no processo de consumo capitalista da mercadoria força de trabalho. Mas nem toda a valorização de capital tem uma base capitalista. É Marx que nos esclarece isto ao dizer:

"No capital comercial autêntico, a forma  $D - M - D'$ , comprar para revender mais caro, aparece na maior pureza. Por outro lado, todo o seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas já que é impossível explicar por meio da própria circulação a transformação de dinheiro em capital, a formação de mais-valia, o capital comercial parece impossível na medida em que se permutam equivalentes, só sendo ele, portanto dedutível do duplo prejuízo inflingido aos produtores de mercadorias que compram e vendem pelo comerciante que se atravessa parasitariamente entre eles. Nesse sentido, diz Franklin: 'Guerra é roubo, comércio é engodo.'

.....  
O que vale para o capital comercial, vale ainda mais para o capital usurário. No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado no mercado e o dinheiro aumentado que é retirado do mercado, são ao menos mediados por compra e venda, pelo movimento da circulação. No capital usurário, a forma  $D - M - D'$  é reduzida aos extremos não mediados  $D - D'$ , dinheiro que se troca por mais

294 Idem, (livro I, tomo 1), p. 195.

dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias."<sup>235</sup>

É antes que algum leitor pudesse pretender que estas formas de valorização não carregariam mais do que uma independência ilusória em relação ao processo produtivo, Marx alerta:

"Do mesmo modo que o capital comercial, encontraremos, ao longo de nossa pesquisa, o capital a juros como forma derivada e, ao mesmo tempo, veremos por que ambos aparecem historicamente antes da moderna forma básica do capital."<sup>236</sup>

De fato, já no livro I de *O Capital*, Marx discorrerá em diversos momentos sobre os determinantes do processo de valorização especificamente mercantil, dando atenção privilegiada (de uma forma não sistemática ao longo dos capítulos especificamente "teóricos" deste livro, mas aprofundando as questões básicas nos tantas vezes - e tão injustamente - desvalorizados capítulos "históricos") às formas pré-capitalistas que o mesmo assume. Contudo, será na quarta seção do Livro terceiro de *O Capital* que Marx se dedicará ao estudo sistemático do capital comercial, e seu peculiar padrão de valorização, antes e depois da constituição do modo especificamente capitalista de produção. Dentro desta importante seção teórica<sup>237</sup>, encontramos, no capítulo de encerramento, intitulado "Considerações Históricas Sobre o Capital Comercial", algumas das mais esclarecedoras observações em torno das

235 Idem, (livro I, tomo I), pp. 136 e 137.

236 Idem, (livro I, tomo I), p. 137 (o grifo é meu).

237 Que não perde sua relevância pelo fato de que - por não ter sido editada e sofrido revisão final pelo próprio autor (como o conjunto dos livros segundo, terceiro e quarto de *O Capital*) - apresenta alguns problemas de organização. Alguns temas se sobrepõem ao longo de toda a seção, sem serem efetivamente esgotados em nenhum dos cinco capítulos que a compõem. Isto, evidentemente, não justifica, mas ajuda a explicar, o fato de que reine tanta incompreensão sobre o fenômeno da valorização mercantil e seus fundamentos pré-capitalistas.

conexões entre valorização mercantil e o antigo sistema colonial. Em uma destas passagens, nos diz:

"A lei de que o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento da produção capitalista aparece principalmente na história do comércio intermediário (*carrying trade*), como entre os venezianos, genovezes, holandeses, etc., portanto onde o principal lucro é obtido não pela exploração dos produtos do próprio país, mas pela mediação de intercâmbio dos produtos de comunidades não desenvolvidas, tanto comercialmente quanto nos demais aspectos econômicos e pela exploração de ambos os países produtores. Aqui o capital comercial está puro, separado dos extremos das esferas da produção entre as quais medeia. Essa é a fonte principal de sua formação. Mas esse monopólio do comércio intermediário decai e, com isso, esse mesmo comércio, na mesma proporção em que avança o desenvolvimento econômico dos povos que ele explorava por ambos os lados e cujo não desenvolvimento era a base de sua existência. No caso do comércio intermediário, isso não aparece apenas como decadência de um ramo comercial específico, mas também como decadência da supremacia de povos puramente comerciais e de sua riqueza comercial de modo geral, que repousava sobre a base desse comércio de intermediação. Essa é apenas uma forma específica em que se expressa a subordinação do capital comercial ao industrial com o progresso do desenvolvimento da produção capitalista. Aliás, quanto ao modo como o capital comercial opera onde ele domina diretamente a produção, um exemplo marcante é oferecido não só pela economia colonial em geral (o assim chamado sistema colonial), mas de modo todo especial pela economia da antiga Companhia das Índias Orientais."<sup>238</sup>

Quer nos parecer que a citação não poderia ser mais clara. Contudo, tendo em vista a confusão que reina sobre o assunto, não seria ocioso explicá-la.

Marx inicia afirmando que "o desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento da produção capitalista", e que a manifestação superior desta "lei" se encontra no comércio de intermediação entre sociedades e economias distintas relativamente pouco desenvolvidas. De fato, aquelas (mais

238 MARX, Karl *O Capital* (livro III, tomo 1). São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 247 (os gritos são meus).

comunidades do que) sociedades relativamente primitivas a nível económico, marcadamente autárquicas e pré-mercantis, são, via de regra, caracterizadas por um grau de divisão e produtividade do trabalho relativamente débil. Isto tende a se resolver em um padrão de estratificação social e organização da reprodução económica que determina sérios limites à transformação qualitativa dos padrões de consumo e produção internos. Por isto mesmo, a produção (potencial e eventual) destas comunidades que excede suas possibilidades e necessidades de consumo, é uma produção cujo "valor"<sup>239</sup> (de uso, base do valor "de troca" em sociedades em que os intercâmbios são não-mercantis) é praticamente nulo<sup>240</sup>. Por outro lado, estas comunidades (ou sociedades) tendem a constituir - em função dos limites "técnicos" e "naturais" associados à baixa produtividade do trabalho - economias extremamente diferenciadas umas das outras e relativamente carentes de determinados e específicos valores de uso. A estes se pode atribuir um elevadíssimo "valor de troca", particularmente frente àqueles produtos que a comunidade "compradora" em potencial produz (ou pode produzir) em "excesso". Ora, é evidente que, se determinados agentes colocarem em contato via "comércio" duas comunidades organizadas sobre bases económicas não-mercantis, os ganhos daí advindos serão tão maiores quanto menos desenvolvidas e mais diferenciadas e autárquicas forem as

239 Preferimos grafar a palavra "valor" entre aspas (assim como todo um amplo conjunto de termos que somos obrigados a usar nesta passagem mas que tem seu sentido profundamente alterado e afetado conforme estejam ou não referidos à análise do processo capitalista de reprodução económica e social) para firmar a compreensão de que os mesmos têm de ser tomados, necessariamente, *cum grano salis*.

240 O que importa efetivamente para a depreciação do valor "mercantil" da produção excedentária das sociedades estratificadas não-capitalistas e que, na medida em que a ordem social não é competitiva e o trabalho não é livre, não se constitui o trabalho abstrato como instrumento de medida objetiva dos "custos de produção" destes bens. Esta debilidade não será atributo tão somente das sociedades especificamente pré-mercantis, mas também do escravismo mercantil e colonial americano. Voltaremos a este ponto mais adiante.

mesmas. Assim, os valores (de uso e de "troca") rigorosamente excedentários em uma dada sociedade, podem assumir o caráter de raridades e especiarias em outra (e vice-versa), garantindo ao intermediador desta troca uma apropriação de lucros que, sem ter qualquer correspondência com a produção de uma "mais-valia", são absolutamente extraordinários.

A contradição deste processo de valorização se encontra, contudo, no fato de que o próprio desenvolvimento do comércio (e da concorrência entre os comerciantes) mina sua base: o "segredo" assentado sobre o débil desenvolvimento mercantil das economias em questão. Por isso Marx diz que, com o rompimento do monopólio do comércio, decai o próprio "comércio, na mesma proporção em que avança o desenvolvimento econômico dos povos que ele explorava por ambos os lados e cujo não desenvolvimento era a base de sua existência". Sem dúvida alguma esta assertiva é verdadeira. Mas, ainda que este desenvolvimento seja, no interior de um certo prazo, inexorável, é sempre possível obter seu adiamento através da *institucionalização do monopólio*, que se desdobra na *limitação legal da concorrência intermercantil* e no *cerceamento político do desenvolvimento, diversificação e autonomização das distintas economias que o capital mercantil põe em contato e explora*. Esta será a peça chave de toda a política intervencionista tipicamente mercantilista<sup>241</sup> que, como nos lembra Marx, encontra seu desenvolvimento na montagem do sistema colonial e nas Companhias das Índias.

241 Política esta que, diga-se de passagem, dista tanto do intervencionismo do Estado burguês moderno quanto os monopólios institucionais dos primórdios do capitalismo se afastam do padrão monopólico propriamente capitalista que será típico da etapa imperialista deste sistema.



A contradição deste processo - tantas vezes lembrado por Marx - se encontra no fato de que sem valorização e acumulação de capital, o processo de expansão dos mercados e generalização das trocas (base do sistema industrial) se veria truncado. E esta valorização e acumulação não poderia se sustentar, ao longo dos três séculos da Idade Moderna, tão somente na expropriação de mais-trabalho inerente à produção manufatureira pois, neste sistema:

"A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante. A demanda de trabalho assalariado crescia, portanto, rapidamente com toda a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente. Grande parte do produto nacional, convertida mais tarde em fundo de acumulação do capital, ainda entrava no fundo de consumo do trabalhador."

Assim, não será de estranhar que Marx afirme:

"Rico material para a divisão do trabalho dentro da sociedade recebeu o período manufatureiro, com a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que pertencem à esfera de suas condições gerais de existência."<sup>242</sup>

E, mais adiante, salientando o caráter violento e expropriativo do sistema colonial, assim como sua articulação com uma política global articulada conscientemente pelos Estados patrimoniais absolutistas com vistas a garantir e impulsionar a continuidade da valorização capitalista:

"Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se ... mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do

<sup>242</sup> MARX, K. Op. cit. (livro I, tomo 2) p. 277.

<sup>243</sup> Idem, (livro I, tomo 1), p. 279 (o grifo é meu).

século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parceira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.

O sentido dado por Marx ao sistema colonial é, assim, inquestionável: este é um instrumento da acumulação primitiva de capital. Mais do que isto: a acumulação primitiva se assenta sobre a valorização mercantil pré-capitalista, e esta, por sua vez, encontra seu máximo desenvolvimento na intermediação de "valores" produzidos sob regimes econômicos e sociais não-capitalistas. Por isto mesmo, as colônias "de exploração" conseguirão proporcionar uma máxima rentabilidade econômica para as metrópoles na medida em que a coerção institucional, que define sua emergência e reprodução, for utilizada para garantir a consolidação de formas pré-capitalistas de organização do trabalho social.

Assim, mesmo antes de "pisarmos em solo colonial" e de nos defrontarmos com a forma específica que este sistema assumirá no Brasil, temos desvendados os principais segredos desta estrutura econômica e social. Se seu fundamento é a instrumentalização da acumulação pré-capitalista de capital na metrópole, esta terá de ser uma sociedade "compradora" (e, portanto de produção não diversificada, mas especializada), e "vendedora" de bens produzidos em condições pré-capitalistas. Mais do que isto: a despeito de seu sentido ser dado pelas relações mercantis na qual se encontra submersa, a nível interno não

244 Idem, (livro I, tomo 2), pp. 283 e 284 (o grito é meu).

de constituir um sólido mercado ou um segmento social direto sobre o comércio: esta tarefa (a "melhor") do negócio colonial deve ser reservada institucionalmente ao capital mercantil metropolitano. Não estavam errados, pois, aqueles autores que viram na monocultura de "exportação", no escravismo, nas células produtivas infladas e semi-autárquicas, no exclusivo metropolitano e nas circunscrições institucionais à concorrência e à diversificação da economia interna, as peças fundamentais da ordem colonial brasileira. O que pode ter faltado a alguns foi tão somente a adequada percepção do sentido global e da articulação interna destes termos.

Este não é, evidentemente, o caso de Florestan Fernandes, mais do que isto: este autor não se restringirá apenas à investigação das determinações fundamentais deste processo global: buscará investigar a forma particular que este conjunto interdeterminado de elementos assume na relação colonial entre Portugal e Brasil. Afinal, se o sistema colonial - enquanto instrumento da acumulação primitiva de capital - implicará num padrão básico que homogeneizará de forma surpreendente as sociedades do Novo Mundo<sup>245</sup>, as (por vezes sutis) diferenças entre as mesmas não podem ser ignoradas ou escamoteadas, sob pena de se perder qualquer possibilidade de compreensão das distintas histórias transcorridas. É perder isto equivaleria a perder o próprio objetivo da pesquisa histórica. Por isto mesmo Florestan dará particular atenção às peculiaridades do ordenamento social e político que caracteriza a era colonial brasileira, classificando-a de "pequena obra prima"

245 Excetuadas, evidentemente, as colônias de povoamento da América setentrional e - até certo ponto - as missões jesuíticas do interior sul-americano (que, de toda a forma só existiram enquanto foram funcionais à lógica global de ocupação do espaço e controle do indígena).

portuguesa.<sup>246</sup> Mas não nos antecipemos. É preferível deixarmos que o próprio autor nos conduza a estas importantes questões, seguindo a lógica expositiva eleita pelo mesmo naqueles textos que referenciam este momento de nossa pesquisa.

## 2. A economia e a sociedade colonial brasileira

Em "A Sociedade Escravista no Brasil" Florestan abrirá sua investigação sobre o ordenamento colonial brasileiro sintomaticamente pela importante e polêmica questão dos fundamentos históricos da opção pelo escravismo negro no Brasil. É assim que nos diz:

"... a escravidão moderna é, em sua essência, uma escravidão mercantil: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e à forma de trabalho), a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a moia mestra da acumulação do capital mercantil."<sup>247</sup>

Ora, não é preciso qualquer esforço para que se perceba a aderência da leitura de Florestan às teses defendidas com maestria por Fernando Novais em torno da absoluta centralidade do tráfico negreiro no processo de valorização pré-capitalista e acumulação primitiva de capital. A importância e radicalidade desta perspectiva impõe o esclarecimento da mesma.

Antes de mais nada, é preciso que se entenda que a essência desta interpretação não se encontra na pretensão de que o escravismo se

<sup>246</sup> FERNANDES, Florestan. Op. cit. p.44.

<sup>247</sup> Idem, p.16.

explicaria tão somente (ou mesmo fundamentalmente) pelo tráfico negreiro. Infelizmente porém, esta interpretação simplória se reproduziu em certos meios como resultado de uma leitura absolutamente descontextualizada da célebre passagem de Novais em que nos é dito que, "paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário."<sup>248</sup> Em seu contexto, esta frase - de insofismável qualidade literária e polêmica - significa tão somente que a opção pelo escravismo africano (em detrimento do escravismo indígena e de outras formas de subordinação do trabalho) não pode ser pensada meramente como uma imposição "técnica", que se expressaria na carência de outras fontes de mão-de-obra (de "índios", de "assalariados", de "servos", de "colonos livres", etc., etc.). A compreensão do sentido global desta opção histórica só pode ser obtida pela compreensão do sentido do próprio empreendimento colonial: a valorização mercantil e pré-capitalista de capital. Expliquemo-nos.

Para que se entenda o significado histórico do tráfico negreiro é preciso que se aceite e entenda (independentemente do que se pretenda defender em termos de leitura e hierarquização teórica dos determinantes da lógica de reprodução colonial) certos fatos históricos referidos ao padrão de comercialização de escravos africanos. Como é sabido, a política mercantilista em Portugal não se estruturará fundamentalmente sobre a construção de grandes Companhias das Índias, tal como nos Países-Baixos, Inglaterra e França. Em função das peculiaridades do padrão de estruturação do Estado português - tipicamente patrimonial<sup>249</sup>

<sup>248</sup> NOVAIS, Fernando. Op. cit. p. 195.

<sup>249</sup> Florestan dirá a este respeito: "...se tomarmos como ponto de referência teórica as conclusões de M. Weber em seu estudo comparado do patrimonialismo e do feudalismo, o Império colonial português da época dos descobrimentos organizava-se como um complexo Estado patrimonial.

seu papel será absolutamente central na organização do processo de expansão ultramarina e da ordem colonial. Entre outras atribuições, será ao Estado assumir a articulação das circunscrições institucionais desenvolvendo a concorrência interburguesa através da monopolização legal de todo o tráfico com suas colônias. Este monopólio será, na verdade, meramente virtual e se desenvolverá em um sistema de concessões a particulares dos direitos régios de exploração produtiva e comercial do mundo colonial<sup>250</sup>.

Evidentemente, a concessão legal da exploração dos negócios mais lucrativos será disputada a peso de ouro, o que garantirá um fluxo de receitas ao Estado que apresenta similaridades meramente formais com o moderno sistema tributário dos Estados burgueses. Entre os diversos negócios coloniais, o direito de controlar monopolisticamente os entrepostos africanos de venda de escravos sob controle da coroa portuguesa se encontrarão entre os mais disputados<sup>251</sup>. Não será para menos. Toda a América consumirá negros de forma implacável por mais de três séculos. E, desde o final do século XV, Portugal estará no controle dos mais importantes entrepostos escravistas da costa ocidental africana. Mesmo na fase de decadência de seu Império colonial - quando novas potências se instalavam solidamente na costa africana e no negócio de escravos - Portugal não perderá o controle de importantes fontes de suprimento de braços negros. Ora, nada mais natural dentro da lógica

FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 34. Voltaremos a esta questão mais adiante.

250 Como nos lembra Faoro: "o comércio africano, modelo do futuro comércio ultramarino, patrimônio inalienável da Coroa reconhecido pelas bulas papais, se empreendeu em duas modalidades: por conta do príncipe ou mediante delegação régia. ... O monopólio era sempre virtual, sempre possível, mas só em alguns casos estabelecido de fato. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1975. p. 56.

251 Vide, a este respeito, SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negreiro: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

mercantilista de valorização do que explorar ao limite esta posição econômica estratégica de Portugal através de uma política de administração de preços e maximização de lucros estruturada sobre a limitação institucional da concorrência entre os negociantes de escravos. A importância deste movimento para a defesa da valorização dos capitais mercantis portugueses não pode ser subestimada. Afinal, no bojo do processo de desenvolvimento internacional da concorrência que se desenrolará a partir do final do século XVI e ao longo do XVII, Portugal perderá crescentemente o controle sobre o comércio com as índias orientais. Além disso, mesmo o negócio brasileiro do açúcar não se encontrará jamais sobre pleno controle português: tanto o refino final quanto a distribuição deste produto na Europa manter-se-ão durante séculos sob o controle flamengo. Ora, neste sentido, nada mais "natural" do que buscar extrair o máximo rendimento da posição econômica na África através do inflacionamento dos preços de escravos, o que se constituirá em um importante instrumento na luta da coroa e do capital mercantil português pela endogeneização de uma parcela expressiva do butim colonial, em cuja produção se acham envolvidos.

252 O fato de que os arrendatários do monopólio africano não entrassem (via de regra) em contato direto com os compradores finais da escravaria mas vendessem suas "peças" a uma plêiade de comerciantes responsáveis pelo transporte e realização final da mercadoria, foi, certamente, um obstáculo à apreensão por parte de um conjunto significativo de historiadores da importância e eficácia das circunscrições competitivas a que o negócio negreiro esteve submetido. Vide, a este respeito, o sétimo capítulo de SALVADOR, J.G. Op. cit.

253 A este respeito Florestan dirá: "Algumas partes e certas fases do negócio se desenvolviam no cenário comercial e financeiro da Metrópole; porém a parte substancial se encontrava nos núcleos estrangeiros, que manipulavam à distância e indiretamente os nervos das economias coloniais e de sua articulação às economias e ao mercado mundial: a mercantilização dos 'produtos coloniais' e todas as operações ou resultados financeiros de vulto iam ter nas suas mãos. Fortanto, como o senhor, a Coroa e a Metrópole não ficavam com a 'parte do leão'. O capital mercantil tecia as redes que não deixavam escapar os peixes grandes e o seu apetite era insaciável." FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 21.

Afinal, há que se apreender de forma radical quais são os mecanismos econômicos típicos que dão sustentação à valorização mercantil pré-capitalista. Como já vimos, esta se encontra assentada, por excelência, na *intermediação*, e, portanto, tanto na compra quanto na venda de "mercadorias". Por isto mesmo, para a consolidação do controle das sociedades metropolitanas sobre a reprodução das economias coloniais é preciso que estas últimas dependam econômica e mercantilmente de suprimentos oriundos das primeiras. Ora, o insumo "mercantilizável" mais importante da produção colonial no Novo Mundo será o escravo. Afinal, terras são demasiadamente abundantes para se tornarem objeto de venda e valorização mercantil<sup>254</sup>. Por outro lado, os insumos físicos (variáveis e fixos) que a monocultura agrícola colonial exige são, via de regra, ou bens primários, ou bens artesanais de produção extremamente simples, o que permite que parcela expressiva dos mesmos passe a ser reproduzida no interior do próprio latifúndio. Aquelas que não podem ter sua produção internalizada, não conformam um volume de demanda capaz de constituir-se em base de um sólido fluxo comercial entre a colônia e a metrópole. A solução encontrada para este problema não poderia ser mais óbvia: a transformação do trabalhador ele mesmo em mercadoria.

É importante notar que a apreensão desta lógica nos permite uma compreensão superior da aparentemente contraditória política portuguesa com relação à escravidão do indígena sulamericano. Como se sabe, já em 1570 é baixado o alvará que proíbe a escravização do indígena sulamericano, *excetuadas as tribos canibais e belicosas*<sup>255</sup>. Ora, não

254 Além do que, como veremos adiante, sua cedência sem ônus sob o estatuto da sesmaria cumprirá um importante papel histórico na reprodução colonial.

255 A respeito da legislação indigenista portuguesa no período colonial, vide o primeiro apêndice do importante trabalho de mestrado de LOMKANUI, José Claudinei, *O Kavante e a política indigenista no Brasil nos séculos*



resta a menor dúvida de que - a despeito da resistência jesuítica instrumentalizada pela Coroa - a "exceção" abrirá largo espaço para a continuidade do apresamento. Nas palavras de Florestan:

"Dada a abundância de povoações indígenas inimigas, a mercantilização desse tipo de escravidão econômica (pois o que estava em jogo era o uso sistemático da força de trabalho indígena *ad libitum* dos colonizadores) não se impôs como um imperativo imediato. Contudo, mesmo sob o regime de feitorias a compra e venda de escravos indígenas podia ocorrer amplamente. Com as donatarias, as transformações subsequentes do esforço de colonização e a fundação ou expansão de povoações, o crescimento da grande lavoura e da produção do açúcar generalizaram a mercantilização do escravo indígena e provocaram sua institucionalização. Portanto, a transplantação dos escravos africanos em bases comerciais apenas aprofundou um arranjo global, no qual a estratificação inter-racial e inter-étnica modificara profundamente o modelo original português de ordem societária."<sup>256</sup>

é clara, assim, a incompatibilidade das leituras que buscam explicar o privilegiamento do escravismo negro pela inaptidão do índio ao trabalho compulsório, com a proposta interpretativa de Florestan. Não apenas a escravização do indígena ocorreu, como a continuidade de seu apresamento e mercantilização foi funcional<sup>257</sup>. Esta opção, contudo, não foi privilegiada. Antes pelo contrário, abriu espaço para a forma mercantil assumida pela escravidão negra. É a Novais que devemos a mais clara explicação do conteúdo deste movimento. A partir do resgate

XVIII e XIX. Piracicaba: Escola Superior 'Luiz de Queiroz' da USP (mimeo), 1985. pp. 335 e segs.

256 FERNANDES, Florestan. Op. cit. p.32

257 Arinal há que se garantir condições de reprodução econômica aos colonos responsáveis pelas entradas no *hinterland* colonial com vistas a sua ocupação e da descoberta de metais e pedras preciosas. O apresamento de índios belicosos dará, por um lado, base econômica a este movimento. Por outro lado, não será ignorada a importância de se buscar sustentar a continuidade da colaboração das tribos indígenas não agressivas. Nas palavras deste autor: "... com as populações indígenas 'aliadas', tal população livre pobre representava uma espécie de 'argamassa paramilitar', usada como ariete na defesa das povoações, na penetração dos territórios desconhecidos e na conquista de novas fronteiras. *Ibid.*, p. 33.

radical da lógica que, em sua correta interpretação (e de Florestan), preside o processo de colonização, Novais nos diz:

"O que nos parece indiscutível é que os indígenas foram ... utilizados em determinados momentos, e sobretudo na fase inicial; nem se podia colocar problema nenhum de maior ou melhor aptidão ao trabalho escravo, que disso é que se tratava. O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes, e as dificuldades de seu apresamento, transporte, etc. Mas na 'preferência' pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repetamo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole: ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse 'gênero de vida'; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos engajados no abastecimento dessa mercadoria"<sup>258</sup>

No mesmo sentido, Florestan, referindo-se ao escravismo negro, dirá:

"Ao nível do 'mercado das peças' a Colônia estava institucionalmente incorporada ao espaço econômico da Metrópole e, também, dos centros econômicos a que se subordinava. Nesse plano, portanto, a plantação e a mineração (com outras formas subsidiárias de produção) faziam parte, de fato, de uma 'periferia' ... A instituição do trabalho escravo sublinha bem a extensão e a profundidade em que se dava a exclusão. No entanto, a articulação entre a Colônia e a Metrópole se estabelecia na 'rede de negócios' imposta pela organização do comércio do escravo, em larga escala, o que impunha aparelhar a Colônia de meios institucionais para dar vazão regular ao fluxo de compra e venda de escravos."<sup>259</sup>

Ora, o que importa ressaltar é a unidade elementar subjacente às leituras de Novais e Florestan. Sem que se pretenda apagar as distinções de assento presentes nas mesmas, ambas negam que o privilegiamento do

<sup>258</sup> NOVAIS, Fernando A. Op. cit. p. 105

<sup>259</sup> FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 17.

escravismo africano - em detrimento (apenas relativo) do escravismo indígena - se derive de uma imposição histórica assentada essencialmente sobre fundamentos "técnicos" ou "morais e religiosos". Ambos percebem nesta política uma clara funcionalidade econômica e política, só apreensível a partir do resgate do sentido do sistema colonial. Com a apreensão deste sentido, fica claro porque o *tráfico negreiro* rapidamente se imporá como a principal fonte supridora de braços: este é o arranjo material mais adequado à ocupação e reprodução ampliada da economia colonial *enquanto colonial*, vale dizer, enquanto *instrumento* da valorização do capital mercantil metropolitano e trans-metropolitano.

Mas, evidentemente, esta leitura não implica a pretensão de que o escravismo *se torna instrumental tão somente por que o tráfico o é*. É mais do que evidente que o tráfico só pode instrumentalizar a acumulação de capital mercantil na medida em que o escravismo *enquanto tal* for operacional e compatível com a mesma. E é exatamente este o caso. O escravismo é instrumental em si mesmo. É por isto que Florestan, sem abandonar sua perspectiva original, pode afirmar:

"... embora o senhor comprasse o escravo, o que ele queria era a *energia humana*, não como simples variedade ou equivalente da 'energia animal em geral', porém como uma modalidade de energia que podia ser concentrada e utilizada intensivamente, através da organização social do trabalho escravo, como se o organismo humano fosse uma máquina."<sup>220</sup>

Desta forma, rompe-se com o falso antagonismo das leituras que pretendem dar uma primazia absoluta seja ao tráfico, seja à produtividade superior do escravismo na explicação da recriação desta

<sup>220</sup> Idem, p.16 (o grifo é meu).

relação social de produção no Novo Mundo. Ambos os fatores estão no centro da explicação do escravismo colonial.

Afinal, não há como negar que, na colônia Brasil - que tinha de ser rapidamente ocupada, inclusive por portar potencialidades econômicas ainda desconhecidas -, o butim "não existia pronto e acabado. Para colhê-lo, era preciso produzi-lo". E, para ser produzido e apropriado pelos agentes mercantis metropolitanos, seria necessário articular um sistema que implicasse em um mínimo de "custos de produção" *internos*. Isto era tão mais importante quanto, para que se realizasse efetivamente a ocupação do vasto território colonial, seria necessário articular uma produção em escala considerável. Para que a oferta não excedesse as possibilidades de colocação desta produção com um lucro compatível com os riscos e exigências do capital mercantil, seria necessário minimizar as exigências de apropriação e os custos de reprodução especificamente *internos*. Um (e apenas um dentre outros) instrumentos garantidores desta complexa articulação histórica, será a implantação na colônia de grandes células produtivas escravistas. O escravismo garantia uma produtividade superior advinda não apenas da extensão da jornada de trabalho.

"O elemento específico consiste no trabalho combinado, que sem criar exigências de intervenção no nível técnico permitia aumentar a produtividade. O próprio uso do controle coercitivo da violência não se prendia somente à necessidade de intensificar a jornada de trabalho. Ela procedia do fato que o trabalho combinado acarretava uma disciplina que tirava da violência e da força bruta o caráter de um fim em si. Vendo-se as coisas desse ângulo, percebe-se que o trabalho escravo comportava uma vasta gama de realização eficiente e inclusive de flexibilidade e de aperfeiçoamento do seu agente. Bem como implicava em certos intervalos, que não sendo preenchidos pela técnica, tinham de ser saturados através do trabalho semilivre ou, mesmo, do trabalho

livre (tempora, como regra, numa extensão superficial e limitada)<sup>262</sup>

Como se isto não bastasse, é preciso lembrar que o escravismo determinava igualmente ganhos econômicos referidos ao rebaixamento dos custos de reprodução da mão-de-obra, mantida que é em senzalas insalubres, vestida com algodões grosseiros e recebendo porções alimentares mínimas e de péssima qualidade. É bem verdade que a violência dioturna e as péssimas condições de vida aceleravam o desgaste e a mortalidade da escravaria. Mas isto aparecia como racional à lógica especulativa que preside o empreendimento colonial. Para o senhoriato, permitia uma produção máxima com um mínimo de imobilização de capital e de custos variáveis. E para os setores ligados ao tráfico, significava a intensificação do "circuito da circulação, tornando tal rede de negócios uma inexaurível mina de ouro"<sup>263</sup>.

Assim, sem que deixe de ser legítima a alegação de que o escravismo comportava uma racionalidade econômica inquestionável - pois esta era a

262 Idem, p. 21. Não é preciso dizer o quanto esta interpretação de Florestan em torno da produtividade superior inerente ao escravismo mercantil no período se aproxima da interpretação que nos é fornecida por aqueles autores que salientam a "modernidade" da economia colonial, assentada que é a valorização do capital e sobre formas avançadas de controle do trabalho e extração do excedente. (Vide, a este respeito, o importante texto de CASTRO, A.B. "As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho", In: PINNEIRO, P.S.(org). Trabalho Escravo, Economia e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Este texto não constitui a expressão mais "radical" da leitura a que nos referimos, mas, na nossa opinião, expressa seus fundamentos de uma forma particularmente competente.) A diferença substantiva entre Florestan e estes autores é que o primeiro não retira a economia colonial de momento histórico mais geral das economias metropolitanas que a gestam, e nem busca subverter teoricamente este momento, classificando-o de forma unilateral e simplória quer como capitalista, quer como feudal. Outra diferença substantiva se encontra no fato de que Florestan não coloca a própria relação social de produção escravista num segundo plano teórico ao enfrentar a complexa questão da definição do modo de produção dominante internamente neste período.

263 Idem, p. 16.

relação social de produção historicamente possível de se ver desenvolvida no âmbito colonial que implicava em menores custos unitários de produção - o tráfico atlântico, da forma como se encontrava articulado, implicava na elevação destes mesmos custos. A dificuldade em se aceitar esta "contradição real" está assentada, em primeira instância, sobre a absolutização do caráter de "racionalidade econômica" associado ao empreendimento colonial e à opção pelo escravismo negro na América. Ora, é preciso que aprendamos a relativizar estes fatores, sob pena de se incorrer no equívoco ideológico de pretender que a valorização burguesa em geral - e mercantil em particular - se assente essencialmente sobre processos de maximização de utilidades e minimização de custos. Não é preciso sequer que sejamos marxistas para reconhecermos o absurdo de tal hipótese. Para um marxista, a racionalidade do escravismo colonial só pode ser dada pelo processo de valorização que este engendra; vale dizer - se se tem em vista o período histórico ao qual está referido - ao processo de valorização mercantil.

Por outro lado, a resistência à leitura defendida acima se assentará sobre a incompreensão do papel social e econômico do agente colonial interno. A partir de uma descontextualizada avaliação do significado da posse da terra e da estrutura latifundiária no período, pretende-se negar a inserção subordinada deste agente, elevando-o seja ao nível de um sólido senhorato proto-feudal, seja ao nível de um agente mercantil capitalista capaz de impor-se no interior do processo de distribuição e apropriação de rendimentos a partir do controle de um significativo volume de "capital imobilizado em terras e escravaria". Evidentemente, se se parte desta perspectiva, impõe-se o questionamento da política de administração monopólica dos preços da escravaria pelo

simples fato de que a mesma entraria em contradição com os interesses do influente (quando não hegemônico) senhorato colonial.

Ora, antes de mais nada, é importante que fique claro que Florestan não nega nem subestima a influência econômica e social do senhorato interno. Afinal, não há como esquecer que, no Brasil, a produção do butim colonial não estará sobre o controle imediato da Coroa e/ou do capital mercantil monopolista metropolitano. Antes pelo contrário, seu controle imediato se dividirá por uma plêiada de agentes transmigrados oriundos da baixa fidalguia metropolitana e dos segmentos hebreus cristianizados ligados ao pequeno e médio comércio<sup>264</sup>. Estes agentes exigirão uma contrapartida material à transmigração, vale dizer, à incorporação do papel de agente da "metrópole" que assume de forma direta os enormes riscos do empreendimento colonial. Nas palavras de Florestan:

"Uma Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos, procura apoio nos vassallos, vinculando-os aos seus objetivos e enquadrando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do Estado patrimonial. Esse aspecto é deveras importante. Sem essa associação não haveria nem Império colonial português nem economia de plantação no Brasil. Por isso o "colonizador" ou "colono" <sup>265</sup> e sempre um vassallo, um agente da Coroa, e arca, por sua conta e risco, embora com alguns privilégios, com a construção do Império na Colônia. Ele é o outro lado do Estado patrimonial, o que simplifica a tarefa da construção do Império, de sua defesa militar e do seu crescimento econômico. Do lado da viram o lado frágil dessa relação negligenciam porque ela

<sup>264</sup> Para uma visão ampla do papel dos cristãos-novos na colonização brasileira, vide SALVADOR, J.G. *Os Cristãos-Novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira/EDUEP, 1976.

<sup>265</sup> Diferentemente de Florestan, preferimos diferenciar estes dois termos. Chamamos de "colonos" aos agentes internos proprietários e escravistas, em contraposição aos "colonizados" (que identificamos com os trabalhadores escravos e os desapropriados em geral) e aos "colonizadores" (que identificamos com o capital mercantil metropolitano e transmetropolitano, a alta nobreza e clero português, e a própria Coroa).

surgiu e o que ela significou em termos da criação de um imenso sistema colonial.<sup>266</sup>

Vale dizer, não se pode fazer *fabula rasa* da influência social e do poder de barganha do senhorio colonial. Suas exigências de vantagens materiais reais terão de ser atendidas em algum nível. Mas não em sua totalidade, sob pena de fazer minar o projeto global que preside a montagem do sistema colonial. A questão crucial se encontra na forma de encaminhar o atendimento parcial destas reivindicações sem que se abra uma contradição explosiva entre "colonos" e "colonizadores" capaz de estimular o desenvolvimento - a médio e a longo prazo - de reivindicações e movimentos de conteúdo emancipatórios.

Em um primeiro movimento, buscar-se-á responder às exigências do senhorio colonial pela "liberalidade" na administração fundiária. É bem verdade que as glebas de terra cedidas o serão sob o estatuto da sesmaria (que, ao dar à coroa o direito de resgatar as terras não cultivadas, torna-se um importante instrumento garantidor da subserviência ao rei e à metrópole<sup>267</sup>), mas isto não será capaz de negar o atrativo que o controle de enormes latifúdios comporta, capaz de elevar nossos audazes "colonos" ao nível da mais alta fidalguia

266 FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.* p. 34 (o grifo em negrito é meu).

267 Raymundo Faoro a este respeito - e citando o *Estudo sobre o sistema sesmarial da Costa Porto* - nos dirá: "Se, na ausência de reclamações, com abundância de terras, a cláusula restritiva pouco se aplicava, em caso de disputa ela mostrava vida enérgica: 'sesmaria não aproveitada era sesmaria cuja concessão caducava irremediavelmente, como se vê de alguns episódios conservados no lombo do Mosteiro de São Bento de Olinda. Em 1576, por exemplo, Gaspar Pires recebera uma data que, não aproveitada no prazo de lei, fora, em 1623, redistribuída a Pedro Barros, de cujos herdeiros houveram os beneditinos ... Podia haver transigência e fechar de olhos diante de sesmaria não aproveitada no prazo, mas nunca a exigência foi dispensada, constituindo, mesmo, o ponto mais saliente do sistema." FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 2 ed. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo/EDUSP, 1975. p. 125.



metropolitana, atestado seu estatuto senhorial pelo controle de vastos domínios, cujas dimensões não poderiam ser sequer sonhados pela mais alta nobreza portuguesa. Segundo Florestan:

"... as concessões de sesmarias demarcavam as estruturas de poder que não podiam nem deviam ser destruídas, como condição histórica para manter a estratificação estamental que servia de base social à existência e ao fortalecimento do Estado patrimonial. Portanto, as doações da Coroa (ou feitas em seu nome) traduziam uma política de concentração social da propriedade da terra. Tal política não criou apenas o latifúndio. Ela excluiu, *ab initio*, a massa da população livre, pertencente ou não à ordem estamental, da posse da terra e, por aí, do controle do poder local e do direito de ter vínculos diretos com o Estado. Em si mesma mesma, a terra não era uma riqueza e iria demorar algum tempo para que ela assumisse esse significado (mesmo como conexão do capital mercantil). Mas erigia-se na base material da transferência e da perpetuação de uma arraigada estrutura de privilégios e da própria dominação patrimonialista." <sup>224</sup>

A racionalidade do latifúndio é, assim, total. Além de se constituir num forte atrativo à transmigração, não implicam em qualquer custo para a Coroa ou o capital mercantil. Além disso, o latifúndio compromete política e institucionalmente o senhoriato com a Coroa na medida em que, ao tornar-se efetivamente um agente privilegiado interno, passará a ver no poder regulador e repressor do Estado metropolitano um importante reforço à manutenção da (sempre frágil) ordem interna. Finalmente, o latifúndio obstaculiza a constituição de um sólido segmento de colonos livres e possuidores de condições de auto-reprodução vinculadas ao controle efetivo de terras economicamente produtivas, segmento este que poderia se desenvolver - tal como nas colônias de povoamento setentrionais - em instrumentos de uma expansão mercantil especificamente interna incompatível com os interesses metropolitanos e com o próprio pacto colonial.

224 *Idem*, p. 35 (o grifo é meu).

Mas isto não é tudo. Da leitura geral de Florestan podemos derivar ainda uma funcionalidade especificamente econômica do latifúndio para a equação do processo de exploração colonial. Para que a entendamos, é preciso que se entenda a qualidade das demandas "senhoriais". Não é possível pretendê-las "capitalistas", pois isto envolveria o transplante desistoricizado de uma lógica absolutamente incompatível com a realidade material concreta destes agentes. Assim é que seria no mínimo absurdo pretender que o senhoriato realizasse "uma avaliação econômica e contábil do negócio colonial (capaz de permitir a comparação da taxa de retorno do capital empatado neste com aquela proporcionada por outras oportunidades de investimento) com vistas a definir a taxa de acumulação interna e a sua política de diversificação produtiva, transformação tecnológica e administração do portfólio". Não bastassem as circunscrições legais, a transformação e diversificação produtiva da economia colonial é limitada pela inexistência de um sólido mercado interno e pela enorme distância do mercado metropolitano, o que torna "os custos de oportunidade" do senhoriato praticamente nulos<sup>267</sup>. Por isto mesmo, há que se entender que as reivindicações de realização material do senhoriato são de outra qualidade. Elas se revestem de um caráter pré-capitalista, sem qualquer relação com uma taxa ou margem de retorno mínimo frente ao "capital" empregado, assumindo, isto sim, a forma de exigências em torno de um certo padrão de consumo (ostentatório

267 Dis-se de passagem, o próprio mundo metropolitano (e Portugal em particular) não oferece neste período condições materiais e institucionais adequadas ao desenvolvimento de uma lógica propriamente capitalista. Nem mesmo os privilegiados agentes mercantis e manufatureiros - submersos em uma institucionalidade estamental (que tem na inquisição sua expressão mais chocante) e sempre as voltas com uma legislação protecionista, criadora e destruidora de privilégios e monopólios - são capazes de projectar e estruturar seu processo de acumulação a partir de critérios especificamente capitalistas.

de sua condição social privilegiada) e da reprodução (se possível ampliada) das condições materiais que lhes garante o estatuto senhorial; vale dizer, de proprietários estamentalmente privilegiados no processo de apropriação de sobre-trabalho escravo. Nas palavras de Florestan,

"...em consequência da própria natureza do sistema colonial, a parte da renda gerada pelo processo que ficava em mãos dos agente econômico interno era, comparativamente à absorvida de fora ..., demasiado pequena. ...

... o que esse montante de renda representava, não obstante, como produto de atividades econômicas, dificilmente poderia ser compreendido mesmo à luz dos padrões do capitalismo comercial. O típico senhor de engenho da era pioneira era, de uma lado, agente humano da conquista ... e, de outro, agente potencialmente econômico (servindo, nessa qualidade, à Coroa, às companhias comerciais e a si próprio). A respeito dele, seria difícil escolher as palavras exatas, pois arriscava, ao mesmo tempo, os cabedais, a honra e a vida. 'Lucro', 'ganho', 'risco calculado', nada disso exprime o que ele perseguia (e se sentia com o direito de perseguir), que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza da aventura e da audácia." <sup>276</sup>

Vale dizer: os rendimentos exigidos pelos agentes coloniais internos não apresentarão qualquer conexão com o volume de "capital" empatado por estes. Mas isto não significa que as exigências iniciais sejam necessariamente diminutas. A equação latifundiária, contudo, facilitará a operacionalização desta contradição em dois sentidos. Em primeiro lugar, ao garantir uma significativa ocupação e defesa territorial, assim como uma oferta adequada de produtos coloniais com, uma expressiva redução numérica dos agentes internos em condições de exigirem a endogeneização de elevadas rendimentos de caráter "estamental". Ou seja: independentemente de qualquer consideração a respeito da viabilidade maior ou menor da adoção de um outro padrão de colonização assentado sobre propriedades territoriais menores, esta opção envolveria, para uma mesma produção colonial, a ampliação numérica

276 FLORESTAN, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. pp. 23 e 24.

dos agentes sociais capazes de exigir um retorno econômico compatível com os riscos e a importância de suas atividades na criação do butim.

Como se isto não bastasse, caberá à estrutura agrária ainda uma outra função: juntamente com o escravismo, o latifúndio estará no centro da explicação do peculiar padrão dinâmico da economia colonial. Nos períodos de crise da lavoura mercantil (conectadas que são com crises financeiras e de realização externas) abrir-se-á não um processo de diversificação da produção colonial e ampliação do mercado interno, mas uma autarquização parcial da células produtivas básicas. Não é preciso dizer o quanto este padrão de enfrentamento das crises será funcional à reprodução do sistema colonial enquanto tal, na medida em que não se gestam quaisquer pressões no sentido da montagem de um mercado interno capaz levar à integração econômica (e, conseqüentemente, social e política) do senhorio e seus pares. Além disso, tal movimento garantirá ao senhorio condições para o enfrentamento de abruptas flutuações de receita sem que suas próprias condições de reprodução, enquanto casta e estamento dominante, vissem-se seriamente abaladas.

É bem verdade que a autarquização jamais poderá ser completa uma vez que certos bens essenciais à reprodução da ordem senhorial enquanto tal não poderão ser objeto de produção interna. Neste leque, entrará - para além dos sempre necessários "sal, chumbo, pólvora, armamentos e certos bens de consumo ostentatório" - um bem de produção essencial: o próprio escravo. Afinal, o padrão de exploração do trabalho sob o escravismo mercantil debilitará as condições de reprodução interna deste que é o próprio fundamento da ordem econômica senhorial. Além disso, a compra da escravaria será realizada, inúmeras vezes, a crédito, a partir

do comprometimento de safras futuras. É tal mecanismo de financiamento, acaba por impor a continuidade da produção mercantil, mesmo nos períodos de significativa queda de rentabilidade<sup>271</sup>. Tanto mais quando, como se sabe, a produção escravista implica a minimização de custos variáveis de produção, o que torna racional a sustentação do nível de produção, a despeito das enormes flutuações de preço e rentabilidade<sup>272</sup>. Isto, evidentemente, torna a autarquização plena inviável e irracional. Mas esta "inviabilidade" é condição *sine qua non* para que o próprio sistema colonial não tenha seu sentido esvaziado. O que importa é que, em seu conjunto, o latifúndio e o escravismo mercantil associado à lógica colonial espoliativa

271 Faoro dará grande importância a este instrumento no processo de subordinação do senhorio interno aos desígnios do capital mercantil. Em suas palavras: "fácil é perceber a fonte das inquietações do senhor de engenho, e a raiz do endividamento permanente. O escravo, chave da prosperidade, era também o lado sensível, o lado instável da empresa. Dele vem a vida de apertos e angústias, entre o luxo e os gastos imoderados de alguns colonos." FAORO, R. Op. cit. p. 132.

272 Operando com um arcabouço conceitual e metodológico distinto, mas dentro de uma perspectiva teórica essencialmente correta, Celso Furtado deu atenção privilegiada a esta questão. No nono capítulo deste texto, Furtado nos diz: "A economia escravista dependia ..., em forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se entraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora, praticamente constituíam os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário. Sempre havia vantagem em utilizar a capacidade plenamente. Contudo, se se reduziam os preços abaixo de certo nível, o empresário não podia enfrentar os gastos de reposição de sua força de trabalho e de seu equipamento importado. Em tal caso, a unidade tendia a perder capacidade. Essa redução de capacidade teria, entretanto, de ser um processo muito lento ... A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa." FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, pp. 52 e 53.

"...forçava um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura qualquer poder de dinamização da economia interna. Ela era compelida a especializar-se como unidade econômica estanque e fechada sobre si mesma, tendo de prover as suas principais necessidades fundamentais, apesar de ser... uma empresa exportadora". Certas consequências da abundância de terras, do trabalho escravo e da agricultura extensiva agravaram esses efeitos, resultando do conjunto que essa unidade produtiva possuía escassa capacidade para originar um circuito de reinversão com tendências autônomas e de bases capitalistas mais ou menos consistentes. Isso contribuiu para a economia colonial fechar-se sobre si mesma, apesar de organizar-se para a exportação: seu único pólo dinâmico era neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora."<sup>279</sup>

Este cerceamento da capacidade de auto-impulsão e auto-transformação da economia da colônia será instrumentalizado pela expropriação comercial do excedente gerado internamente e consolidado por toda uma política tributária e econômica de corte especificamente mercantilista e colonial. Contudo, o sustentáculo material - e, por isto mesmo, o cerne - deste movimento encontra-se no escravismo enquanto relação social de produção básica e fundamento da ordem societária montada. Para que se entenda adequadamente esta questão é preciso

279 FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 25 (o grifo é meu). A profunda similaridade da análise desenvolvida por Florestan nesta passagem com a leitura histórica de Celso Furtado centrada sobre a fragilidade das impulsões dinâmicas endógenas de uma economia assentada sobre o escravismo, o latifúndio e a monocultura de exportação são por demais evidentes. A diferença substantiva se encontra, por um lado, no fato de que em Furtado estas questões serem privilegiadas e aprofundadas, e, de outro lado, no fato de Florestan detectar e explorar a funcionalidade desta disfunção econômica. O fato de Florestan só tratar desta dimensão peculiar da lógica econômica inerente ao escravismo mercantil tangencialmente e de forma marginal não deixa de ser problemático. Se fosse dada maior atenção a este ponto, Florestan certamente se aperceberia que o segredo da peculiar lógica de reprodução econômica do escravismo mercantil se encontra no fato de que, sob este sistema de relações sociais, o trabalho abstrato não se constitui como conteúdo de valor e fundamento do valor de troca. Por isto mesmo não se pode pretender que a produção sob a ordem colonial porte um conteúdo capitalista. Na realidade, só se pode falar deste sistema produtivo como um sistema de produção de "mercadorias" e de "mais-valia" por analogia e se se entende que estas categorias portam aqui um conteúdo absolutamente distante daquele que apresentarão nas sociedades propriamente mercantis.

reconhecer mais uma vez as particularidades da estrutura produtiva colonial brasileira; particularidades estas que a complexificavam e envolviam a emergência *potencial* de um conjunto de agentes sociais portadores de reivindicações de conteúdo anti-coloniais. Nas palavras de Florestan:

"A economia de plantação exigia dois desenvolvimentos paralelos. De um lado, uma comunidade local, que não abrangia somente 'senhores' e 'escravos'. Havia os colonos que detinham, através de doações substabelecidas pelo senhor, posse de lotes de terra e alguma escravaria (de vinte, trinta "ou" quarenta peças). Havia também os colonos dependentes, que trabalhavam sob meação e em outras condições, com a colaboração de um número menor de escravos. Por fim, havia 'oficiais mecânicos' e outros tipos de gente, sem os quais a supervisão do trabalho escravo, o funcionamento do engenho e o transporte da matéria-prima seriam impraticáveis. Tudo isso significa que o substrato humano da economia de plantação era heterogêneo e que a força de trabalho escravo não existia no vácuo, mas em um mundo social no qual a presença do branco era imperativa em várias posições estratégicas. De outro lado, a economia de plantação exigia algo mais que uma feitoria comercial-militar. Era preciso criar, para essa massa de gente branca diferenciada e para o escoamento da produção, certos povoados com um mínimo de funções urbanas, político-administrativas, militares e religiosas. Desses povoados nasceram as vilas e as cidades do mundo colonial: eles cresceram em função da economia de plantação e do circuito comercial da metrópole com a Colônia (bem como de outros circuitos, que surgiram dentro da Colônia ou através do contrabando)."

Ora, para impedir que este processo de complexificação e diversificação da ordem econômica e societária imanente à estrutura produtiva colonial brasileira redundasse na montagem de uma sólida economia mercantil interna de tendências autonômicas

"a base demográfica branca do sistema colonial como um todo tinha de estratificar-se segundo critérios estamentais, isto é, como uma 'extensão da mãe pátria', ou então destruiria os fundamentos da dominação patrimonialista e do Estado patrimonial.

... [E se isso ocorresse] a colônia de exploração geraria, por uma evolução espontânea e incontida, uma colônia de povoamento em condições de lutar por sua autonomia." 275

E o instrumento por excelência da sustentação, aprofundamento e rigescimento da ordem estamental internamente será a generalização do escravismo. Florestan explica este processo com as seguintes palavras:

"[Com a generalização da escravidão] os artesãos e oficiais mecânicos, por exemplo, tornavam-se artesãos e oficiais mecânicos titulares. Eles não transferiam para os escravos todas as suas obrigações. Porém, somente saturavam os interstícios em que o seu trabalho especializado era insubstituível. Em suma, a escravidão irradiou-se por toda a ordem estamental: todos os estamentos, dos nobres e dos homens bons aos oficiais mecânicos viam nos escravos os seus pés e as suas mãos. O que nos interessa são os dinamismos que deixam de aparecer ou que são sufocados, os que não são nem escravos nem libertos adotam, de uma forma ou de outra, a ótica senhorial. A apatia do povo miúdo, que prevalecia na metrópole, reproduzia-se numa escala ampliada, através de um conformismo sociopático que não provinha do 'espaço cósmico' nem da pulverização do microcosmo social (supostamente fomentada pela economia de plantação). Ela era um efeito da superposição de estamentos e de castas que convertia o estamento dominante em árbitro da situação e estimulava os demais estamentos e os estratos socialmente oscilantes a se converterem em caixa de ressonância dos interesses senhoriais." 276

Vale dizer, o escravismo não implicará em um freio à diversificação da economia colonial apenas porque estimulador e potencializador da autarquização produtiva da grande lavoura em períodos de crise de realização. Ao generalizar-se, esta relação social de produção cercará o acesso do homem livre branco pobre ao trabalho produtivo. Como consequência, a mobilidade social pelo trabalho - associada ao desenvolvimento da pequena produção rural e do artesanato urbano, assentados sobre relações contratuais ou semi-contratuais (arrendamento, meação, emprego de jornaleiros e aprendizes) ver-se-á não apenas

275 Idem, p. 36.

276 Idem, p. 36.



circunscrita: será, na realidade, virtualmente impedida a partir do caráter socialmente desqualificador que o próprio trabalho passa a assumir, e que levará a um movimento "espontâneo" de recusa ao papel de produtores diretos de bens mercantilizáveis por parte dos segmentos brancos desapropriados. A qualificação social para estes agentes - uma vez impossibilitado o acesso à propriedade e à mercancia - será garantida por sua capacidade de inserção como "agregados" senhoriais, membros da "argamassa paramilitar", referida por Florestan anteriormente, que funcionará como braço "civil" de sustentação da ordem escravista e patrimonial. O não-trabalho - ou antes, o trabalho que não se realiza sob o padrão de controle de tempos e movimentos típico da produção para o mercado - será o atestado de "branquidão" (ou, pelo menos, de não "negritude") destes agentes, o atestado que os dignifica como membros da casta dominante.

Do processo de desqualificação das profissões "mecânicas" não escaparão sequer os mestres artesãos e os mercadores a retalho (estes identificados já na metrópole como portadores de uma profissão "suja e juéia"), obrigados que são, todos, a dividir seus próprios trabalhos com negros. Isto se traduzirá em um recorrente movimento de busca de nobilitação destes segmentos através do abandono das "profissões inferiores" e da compra de terras, único instrumento capaz de garantir o acesso ao almejado status senhorial.

É, assim, mais do que evidente a adequação do quadro material e cultural da colônia ao transplante e plena assimilação da ordem jurídica e institucional portuguesa (marcadamente discriminatória em termos de direitos e deveres dos diversos segmentos sociais) de cunho estamental e

pré-capitalista<sup>277</sup>. Tanto mais quando, a dura e inflexível estratificação horizontal da sociedade de castas e estamental, se sobrepõe uma segmentação vertical igualmente rígida que limitava a transcendência do espaço econômico e societário das células produtivas e comunitárias básicas ao senhor, à sua família e a alguns poucos colonos brancos. Esta circunscrição da liberdade do conjunto dos segmentos subordinados em estabelecerem qualquer contato econômico, político e cultural sistemático com seus pares ou com membros de outros estratos sociais é imanente ao escravismo mercantil, e só pode ser confundido com um padrão patriarcal de reprodução social por um indevido alargamento do conceito de patriarcalismo. Nas palavras de Florestan:

"Quando se reduz [o poder senhorial] ao poder patriarcal, inerente ao *patres familias* e ao *dominus*, comete-se a mesma simplificação e a mesma mistificação que se praticam ao reduzir a escravidão mercantil à 'escravidão antiga'. Não estamos diante do senhor de escravos grego ou romano nem do senhor feudal. ... a superposição de estamentos de uma 'raça' dominante e de castas de 'raças' dominadas punha a ordem societária correspondente sobre

<sup>277</sup> Alegando as limitações próprias a um ensaio de pequena extensão (ides, pp. 21 e 33), Florestan se furtará à tarefa de exemplificar este processo. Aquelles que se interessarem por aprofundar estas questões encontrarão em Raymundo Faoro - que, neste particular, se aproxima da leitura de Florestan - amplo material e referência bibliográfica. Apenas como exemplo, vale a pena resgatar a descrição e avaliação que este último autor faz do sistema eleitoral dos municípios coloniais: "O colegio eleitoral se compõe de 'homens bons e povo, chamado a Conselho' (Ord. Filip., Livro 1, tit. LXVII), o que supõe corpo restrito de eleitores, na verdade reduzido aos *homens bons*. ... Os homens bons e as pessoas do povo que podiam votar, eram pelos corregedores ou juizes a quem incumbia presidir as eleições, qualificados em cadernos, onde se escreviam os seus nomes com todas as individualizações necessarias para verificar-se a idoneidade, exigidas pelas leis, forais e costumes." (Alv. de 12 de novembro de 1611). Não eram qualificados os mecânicos operários, degredados, judeus e outros que pertenciam à classe dos peões. (Prov. de 8 de maio de 1705) Exige-se, em princípio, a naturalidade ou a fixação na terra, proibida, nos primeiros séculos, a eleição de comerciantes, privilégio só conquistado com a ascensão dessa classe social. ... Na verdade, o escopo íntimo da superioridade institucional do *homem bom* será o mesmo que inspira os conselhos portugueses: inscrever os proprietários e burocratas em domicílio na terra, bem como seus descendentes, nos 'Livros da Nobreza', articulando-os, desta sorte, na máquina política e administrativa do império." FAORO, R. Op. cit. p. 185.

um vulcão. A força bruta, em sua expressão mais selvagem, coexistia com a violência organizada institucionalmente e legitimada pelo caráter sagrado das tradições, da moral católica, do código legal e da 'razão de Estado'. O mítico *paraíso patriarcal* escondia, pois, um mundo sombrio, no qual todos eram oprimidos, embora muito poucos tivessem acesso, de uma maneira ou outra, à condição de opressores. Aliás, a escravidão mercantil só poderia implantar-se e desenvolver-se em uma ordem societária dessa natureza, na qual se definia a figura legal do escravo, simultaneamente, como 'um inimigo doméstico' e 'um inimigo público'. O ponto de apoio estrutural e dinâmico desse tirânico estilo de acomodação interétnica e inter-racial nascia de uma confluência e da conjugação de formas de repressão, de controle armado e de despotismo generalizado (forjadas e mantidas pela superposição de estamentos e castas), graças às quais uma rala minoria não só monopolizava socialmente todo o poder, como o aplicava ao seu bel-prazer. Essa monopolização permitia que, com relativa facilidade, as instituições-chaves pusessem nas mãos dessa minoria, em qualquer momento e em qualquer nível das relações comunitárias e societárias, os meios necessários para *defender a ordem*, impedindo qualquer evolução explosiva da 'anarquia reinante', do 'rancor do escravo' e dos possíveis 'atropelos de gente miúda branca e mestiça.'<sup>278</sup>

São facilmente perceptíveis as potencialidades que esta arguta análise de Florestan da estrutura social escravista mercantil (que transcende necessariamente os marcos da era colonial) porta para uma investigação científica da "cultura política brasileira". De fato, são importantes traços "culturais" do escravismo colonial (que cobram seus pesados tributos ainda hoje): a institucionalização da violência como forma privilegiada de sustentação da "ordem e do progresso"; a frágil capacidade de resposta de uma população que sofre a violência diuturna de forma relativamente anômica (limitada sua capacidade de enfrentamento à bárbara estrutura de estratificação racial e econômica pelo impedimento de constituição de sólidas e seculares estruturas associativas e corporativas); o solapamento objetivo das condições de emergência de um projeto unitário de ação e resistência do conjunto dos setores subordinados, segmentados que são vertical e horizontalmente e

BYD FERNANDES, Florestan. Op. cit. pp. 37 e 38.

submetidos a um microcosmo social que só guarda de patriarcal a força dos laços personalizados de dependência e a bestialidade rural; a descrença profunda nas instituições (como reflexo da gritante ineficácia e hipocrisia das circunscrições legais, religiosas e morais à violência rural e urbana inerente à ordem escravista mercantil), que se desdobra na canalização das expectativas de transformação social para movimentos salvacionistas de fuga e negação da ordem que tendem a ser, em maior ou menor grau, personalistas e messiânicos.

Este rico veio de questões abertas pela (e recuperados de forma mais ou menos sistemática sob outros termos em diversos momentos da) obra de Florestan não pode, contudo, obscurecer neste momento aquela que é sua principal contribuição para a compreensão da estabilidade relativa da ordem colonial brasileira e que tem seus termos básicos já definidos na citação reproduzida acima. Deixemos que o próprio autor reintroduza o problema que vínhamos perseguindo:

"A evolução das estruturas de poder, em Portugal, tendia a reduzir as prerrogativas da alta nobreza, embora isso ocorresse de maneira oscilante. ... Essa tendência tinha, forçosamente, de refletir-se na parte colonial do Império e com maior intensidade no Brasil. ... [Afinal], a chamada aristocracia colonial era, em si mesma, um grave problema político dentro do Império. Muito mais que a aristocracia metropolitana, a Coroa tinha, quisesse ou não, de anular as potencialidades da aristocracia colonial, impedindo-a de constituir uma comunidade de interesses e de alvos políticos capaz de unificar-se em um sentido especificamente estamental. Uma evolução dessa natureza poderia culminar na criação de um Estado dentro do Estado, ou seja, em processos de autonomização econômica e político-legal que a Coroa não teria meios para enfrentar e destruir."<sup>279</sup>

<sup>279</sup> *Idem*, p. 43.

Para Florestan, "a solução desse problema político foi, talvez, o traço mais fino da habilidade da Coroa"<sup>260</sup>, e seu segredo se encontra no fato de que,

"Quisesse ou não, o senhor colonial era o 'parceiro válido' da Coroa e, em última instância o verdadeiro sustentáculo do Império no Brasil. Ao movimentar as contradições inerentes ao antigo sistema colonial dentro da ordem, ele favorecia, inevitavelmente, e fortalecia a Coroa. Por sua vez, a própria estrutura e as contradições inerentes à ordem escravocrata e senhorial paralizavam o senhor colonial em tudo o que dissesse respeito às contradições do mesmo sistema que só pudessem ser enfrentadas e resolvidas 'contra a ordem'. A massa de escravos, de libertos e de mestiços pobres erguia o fantasma de uma rebelião geral, que poderia muito bem ter como estopim o 'inimigo doméstico' que era, ao mesmo tempo o 'inimigo público'. Em si mesmo, para os estamentos senhoriais (ou para a chamada aristocracia colonial) esse risco era muito mais temível e indesejável que o pleno funcionamento do antigo sistema colonial."<sup>261</sup>

Vale dizer: visando o atendimento mesmo das funções precípua do antigo sistema colonial, montou-se no Brasil um sistema produtivo escravista cuja tônica será dada por seu caráter não-patriarcal mas mercantil. Este sistema envolverá formas de extração de sobre-trabalho que retiram da violência física e de uma brutal concentração da renda e da propriedade seu substrato. A consequência necessária é uma tensão social e política interna permanente que leva os senhores a operarem cotidianamente no sentido de inibir o desenvolvimento dos focos de tensão pelo aprofundamento da rígida segmentação horizontal (representada no enrijecimento da ordem estamental e de castas) e vertical (representada pela autarquização relativa das células econômicas e inibição da integração propriamente social dos agentes subordinados) da sociedade colonial. As consequências necessárias deste movimento serão manifestas ao nível do enrijecimento e circunscrição ao

<sup>260</sup> Idem, p. 44.

<sup>261</sup> Idem, pp. 44 e 45.

desenvolvimento de um sólido pólo mercantil especificamente interno, único canal pelo qual poderiam emergir novos segmentos sociais capazes de lutar, simultaneamente, contra a perpetuidade do pacto colonial e da estrutura econômica e social interna (escravista, latifundiária, de produção mercantil restrita e especializada e fortemente concentradora de renda) que dá substrato ao mesmo. Em última instância: é dos conflitos inerentes ao fato do escravismo ser "moderno" e *mercantil* que advém, *contraditoriamente*, a força da resitência ao pleno desenvolvimento da *ordem mercantil*. Ou, nas palavras de Florestan:

"... o antigo sistema colonial português criou o agente principal de que carecia, com uma mentalidade tão ultraconservadora e egoísta, que se tornava apto a pôr em primeiro plano e a satisfazer-se com os seus interesses mais estreitos e imediatos. Portanto, se a ordem estamental, em Portugal, caminhava em crescente atraso com referência à história da Europa da revolução capitalista, a ordem estamental e de castas, no Brasil, impunha-se os padrões e os ritmos de uma história colonial. Tudo porque o senhor não transcendia à Coroa, no plano histórico, e ao tornar-se escravo da produção escravista sucumbia à condição colonial."<sup>282</sup>

É a esta equação que Florestan refere-se quando afirma que a ordem colonial portuguesa no Brasil assenta-se sobre "uma montagem política perfeita, que ainda hoje aparece como uma pequena obra-prima"<sup>283</sup>. E, de fato, o desenrolar histórico revelará sua eficácia. Afinal, é neste arranjo político que

"... reside o segredo da longa duração do antigo sistema colonial no Brasil e da 'transição pacífica' pelo tope, da fase colonial para a fase neocolonial, com uma emancipação política que transcorreu como uma autêntica 'revolução dentro da ordem'. É que, apesar de todas as tensões e conflitos, a Coroa soube manter a associação do colono com o Império numa escala tão ampla e íntima que ele nunca passou de um agente privado instrumental da política imperial."

<sup>282</sup> Idem, p. 45.

<sup>283</sup> Idem, p. 44.

mas que se entenda bem esta afirmação de Florestan. Se por um lado ela referencia e determina de forma superior aquela leitura que vê nas impulsões exógenas - referidas à transição da economia mundial para o capitalismo industrial - o centro da crise do sistema colonial no Novo Mundo, por outro lado ela alerta para as peculiaridades que o processo de independência assumirá no Brasil. E estas peculiaridades só poderão ser cientificamente apreendidas na medida em que se atente para as particulares condições de reprodução econômica e social interna, assim como para os desdobramentos históricos concretos do processo colonial brasileiro referidos particularmente ao último século de vigência deste sistema. Antes de ingressarmos nesta discussão, contudo, valeria a pena fazermos algumas considerações em torno da interpretação dada por Florestan ao sistema colonial português na América.

Sem dúvida alguma, a característica mais saliente na perspectiva interpretativa de Florestan é o fato de que o conjunto dos desenvolvimentos do sistema colonial no Brasil são resgatados como momentos de um sistema ao qual não faltaria certa dose de planejamento e que teria seu sentido último determinado pelo movimento de acumulação primitiva de capital ao nível da Europa. Ora, esta perspectiva teórica - que, de forma alguma, é privégio de Florestan - sofrerá a crítica de um conjunto de autores que procurarão mostrar a filiação da mesma a uma leitura filosófica (no sentido de pré-científica) que seria assentada sobre a imputação de caráter teleológico aos fenômenos históricos<sup>284</sup>.

284 Vide, a este respeito, os comentários de Jacob Gorender sobre a teoria da dependência reproduzidos logo ao início do quarto capítulo desta dissertação. No mesmo sentido vão as respostas de Antônio Castro às observações de Fernando Novais a seu ensaio intitulado "As mãos e os pés do Senhor de Engenho: dinâmica do escravismo colonial". CASIRU, A.B. op. cit. p. 84 e segs.

Quer nos parecer que estas críticas sejam essencialmente equivocadas, ainda que portem - de forma latente - uma correta reivindicação de aprofundamento da análise global de Florestan (e de outros autores aos quais a mesma se dirige) dos mecanismos garantidores da adequação do sistema colonial ao processo de valorização de capital nas metrópoles. Enfrentemos esta importante questão passo a passo, iniciando pela crítica da crítica ao "teleologismo" em Florestan e nos demais autores portadores do mesmo referencial teórico.

Em primeiro lugar, há que se entender que, para Florestan, a perspectiva que informa toda a sua análise histórica (e não apenas da era colonial) se encontra na busca das determinações do processo histórico efetivamente transcrito. Este princípio metodológico, desde já, implica em uma radical ruptura com qualquer perspectiva de interpretação histórica que - à moda da filosofia da história - busque investigar, a partir da montagem de modelos ideais, o que teria ocorrido se as condições históricas fossem outras e não aquelas que efetivamente se manifestaram. Da mesma forma, Florestan rompe com as leituras (igualmente "filosóficas" e apriorísticas) que negam, à história, não apenas qualquer racionalidade, como a racionalidade específica da contradição. Por isto mesmo, não há como se pretender que Florestan se filie a uma perspectiva teórica e metodológica que busca detectar na história a efetivação de projetos sociais formulados por agentes que portariam uma consciência descolada de seu próprio período histórico. Antes pelo contrário, na análise exposta acima fica claro que, na determinação dos mais importantes movimentos históricos (como - apenas para citar um exemplo - a origem do escravismo e o privilegiamento na escravidão negra), estão presentes um conjunto amplo e diversificado de



impulsões oriundas de agentes distintos e portadores dos projetos mais diversificados, que são, inúmeras vezes, contraditórios.

Por outro lado, não há como ignorar que, para Florestan, a particularidade do processo de colonização portuguesa se encontra, até certo ponto, em seu caráter planejado. Mais do que isto: em certos momentos mesmo tem-se a impressão de que Florestan pensa a estrutura colonial brasileira como resultado de um "grande plano" de contornos quase maquiavélicos. Ora, não há, a princípio nada a estranhar nesta perspectiva. Afinal, a Renascença não será o palco da obra de Maquiavel gratuitamente. Na verdade, este autor será apenas o mais brilhante de um amplo conjunto de comentadores e teóricos da política que emergirão no período, e sua glória não pode ser dissociada da adequação de sua leitura ao espírito da época. Se não, vejamos: como já foi apontado anteriormente, a Renascença e a Idade Moderna se definem por uma hegemonia histórica do capital mercantil que se encontra em franca contradição com as bases produtivas essencialmente pré-capitalistas do período. Esta contradição se resolverá na articulação estatal do processo de valorização, o que colocará a "política" - e o maquiavelismo - no centro mesmo do processo de reprodução capitalista. Não é preciso dizer que esta contradição real apenas revela o fato de que o capital enquanto *sujeito histórico impositivo e inconsciente* não se encontra ainda propriamente constituído.

Assim, pode-se dizer que, de fato, há teleologia no movimento que leva à constituição do antigo sistema colonial *na medida em que, com o mesmo, busca-se conscientemente um determinado resultado histórico: a valorização mercantil do capital*. E ao mesmo tempo não há qualquer

pressuposição teleológica se por isto se entende a imputação ao *hoc* de um sentido final - a plena constituição do modo de produção especificamente capitalista - que, evidentemente, não esteve e nem poderia estar nos planos ou no horizonte histórico dos agentes da colonização.

Neste sentido, refutadas as críticas metodológicas, que crítica caberia fazer à análise de Florestan em torno da colonização portuguesa na América? A crítica da insuficiência: falta de determinação teórica à leitura de Florestan. Afinal, este autor não se contenta em demonstrar as conexões da ordem colonial brasileira com o processo de expansão do "capitalismo comercial" na Europa. Busca demonstrar a especificidade do arranjo político que lhe dá sustentação e que lhe imporá um peculiar padrão de transição para a ordem nacional. É a diferença específica - o "primor" - da obra colonial portuguesa que carece de explicação. É de se crer que sua "excelência" não possa resultar do acaso ou de contingências. E contudo, por mais que procuremos, não conseguimos encontrar em Florestan qualquer explicação para este fenómeno.

Há, é bem verdade, uma pista: a caracterização do Estado renascentista português como *tipicamente patrimonial*, vale dizer - em termos weberianos - como um Estado não-feudal<sup>265</sup>. Não seria difícil a Florestan encontrar, nesta caracterização, os elementos necessários para determinar teoricamente sua própria leitura em torno das peculiaridades da ordem colonial brasileira. Não gratuitamente, este será o percurso de Reginaldo Faoro que, em sua clássica obra, *Os Donos do Poder*, parte justamente da caracterização do Estado português como Estado patrimonial

<sup>265</sup> FLORESTAN, Florestan. Op. cit. p. 34.

para prescrever a particular trajetória histórica brasileira. E, diga-se de passagem, se se resgata o núcleo rigorosamente materialista da leitura de Faoro (que insiste em se ocultar por detrás de um estilo de redação algo "barroco" e das recorrentes críticas ao materialismo histórico), o que nos fica é uma análise em que os pontos de contato com a própria leitura global de Florestan aparecem de forma notável.

Infelizmente, porém, Florestan não realizará este movimento. E, na medida em que deixa de fazê-lo, deixa, igualmente, de se apropriar de importantes desenvolvimentos teóricos, que garantiriam uma maior solidez e determinação à sua própria análise<sup>286</sup>. Contudo, não se pode pretender que a presença deste "vazio" no interior da leitura de Florestan chegue a rerir qualquer de suas conclusões. Por isto mesmo - e uma vez detectada não apenas a indeterminação teórica básica de sua leitura sobre a era colonial brasileira, assim como o canal aberto para sua eventual superação -, quer nos parecer que não nos caiba outra tarefa do que a de dar curso à nossa investigação sobre a obra deste autor, resgatando sua interpretação sobre a crise deste período histórico.

### 3. A crise da era colonial

A despeito do fato de, em inúmeras passagens de sua vasta obra (vide, a este respeito, o capítulo quinto desta dissertação), Florestan demonstrar uma compreensão refinada das vinculações dos processos de crise da era colonial e emergência das sociedades nacionais americanas

<sup>286</sup> Tanto mais quando se sabe que esta não é uma questão menor: a caracterização do Estado e da sociedade portuguesa renascentista e moderna traz consequências não apenas para a compreensão da dinâmica do mundo colonial, mas, igualmente, para a compreensão do Estado imperial brasileiro, que tem sua origem na transmigração.

com o processo de constituição do modo especificamente capitalista de produção nos emergentes países industriais da Europa, estas questões não serão objeto de tratamento sistemático na produção deste autor. Isto, de ante mão, abre a possibilidade e a necessidade de um esforço de consolidação da leitura de Florestan com a produção historiográfica daquele conjunto de autores que enfocaram estas importantes questões a partir de uma perspectiva teórica e metodológica similar. Referimo-nos, particularmente, aos trabalhos de Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello<sup>287</sup>, assim como àquela produção que encontrará nos trabalhos destes sua referência teórica básica. Dentre este conjunto de autores, caberá a João Manuel exprimir com a máxima concisão (e precisão) o ponto de vista que embasa a leitura geral a qual nos referimos. Assim é que, em seu *O Capitalismo Tardio*, nos dirá:

"... a passagem ao 'capitalismo industrial', propõe e estimula a liquidação da economia colonial. O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão. Economia Colonial e Capitalismo passam a guardar, de agora em diante, relações contraditórias.

Há contradição entre capitalismo industrial e produção colonial não porque a produção da periferia, em constituição, deva deixar de ser mercantil e complementar. Ao contrário, o que se requer é produção de produtos primários de exportação. Porém, não se trata mais de produção colonial, pois o 'sentido' da produção mercantil complementar é bem outro. Não mais produtos agrícolas coloniais e metais preciosos, e, sim, alimentos e matérias-primas produzidos em massa (pelo conjunto da periferia), porque só produção em massa pode significar preços baixos. Não mais produção mercantil para fomentar a acumulação primitiva, senão produção mercantil complementar para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho e para baratear o custo dos elementos componentes do capital constante.

Há contradição entre capitalismo industrial e formas de trabalho compulsório porque se exige, na periferia, generalização das relações mercantis, quer dizer, mercantilização das forças de trabalho. Só o trabalho assalariado poderia significar mercados os mais amplos possíveis e, simultaneamente, produção mercantil complementar em massa.

287 NOVAIS, F. Op. cit. (particularmente a segunda seção do capítulo segundo, o capítulo quarto e a Conclusão desta obra); e HELLO, J.M.C. Op. cit. (particularmente a primeira seção do capítulo primeiro).

Há contradição entre capitalismo industrial e monopólio do mercado colonial porque só a sua remoção permitiria que os mercados coloniais (depois periféricos) pudessem ser apropriados diretamente, eliminando-se o lucro comercial monopolista. Quer dizer, o que se almeja é subordinar o capital comercial, transformá-lo apenas numa face do capital industrial.

Há, ainda, contradição entre capital industrial e exclusivo metropolitano porque só a sua liquidação era a garantia de que se produzisse livre de restrições e de preços fixados monopolisticamente."\*\*\*

Ora, a importância em fazer emergir a convergência da leitura de Florestan em torno da crise da era colonial com a proposta interpretativa expressa sinteticamente por João Manuel acima é uma só: como se sabe, o foco teórico eleito por Florestan para o enfrentamento deste processo envolve um claro privilegiamento das transformações especificamente internas, o que obstaculiza a alguns leitores de sua obra a clara percepção das determinações universais e materiais mais amplas subjacentes ao movimento histórico considerado. Ao mesmo tempo, a convergência de perspectivas que buscamos determinar é inescismável. E isto não apenas em função desta ou daquela observação mais ou menos fugidia encontrável nos textos de Florestan. Trata-se, isto sim, de reconhecer a presença de uma interpretação essencialmente comum em torno da lógica que preside a reprodução da economia colonial (e do solapamento objetivo de suas condições de auto-transformação), que se desdobra em um projeto de hierarquização teórica das impulsões históricas "endógenas" e "exógenas" cujos pontos de contato não precisam ser aqui novamente levados à consideração.

Por outro lado, não se pode pretender que o privilegiamento dado por Florestan aos aspectos "internos" deste processo seja gratuito, vale dizer, que não comporte um determinado sentido teórico. Na realidade, so

\*\*\* BELLO, J.M.C. Op. cit. pp. 44 e 45.

se pode compreender esta opção, se se compreende que o centro da preocupação teórica deste autor se encontra no resgate das determinações capazes de explicar a peculiar trajetória histórica seguida pela América portuguesa em seu processo de autonomização. Vale dizer, sem desconsiderar que as impulsões que levam à crise da era colonial se impuseram "mais a partir de fora para dentro que a partir de dentro"<sup>287</sup>, o que realmente importa a Florestan é buscar entender como foi possível que, para a América portuguesa, o rompimento do estatuto colonial não implicasse imediatamente no abalo na ordem produtiva e social colonial, mas, antes pelo contrário, implicasse no ("revolucionário") aprofundamento da mesma. E o desvendamento deste segredo (ao qual, entre outras questões de maior importância, estão referidos o peculiar ordenamento político que será adotado a partir da independência e a capacidade de consolidar a unidade territorial da colônia) não pode ser buscado nas revoluções burguesas, e no desenvolvimento do capitalismo industrial ao nível da Europa. Seu desvendamento exige, isto sim, que se volte firmemente os olhos para o desenvolvimento da própria ordem colonial brasileira que implicará, ao longo de seu último século de existência, num conjunto de sutis transformações cujo conteúdo muitas vezes escaparam à historiografia mais crítica. Neste sentido, o primeiro ponto a resgatar para Florestan é o fato de que

"A economia de plantação colonial-escravista articulou, entre si, várias formas de produção subsidiárias e várias regiões da Colônia. Em muitas dessas formas de produção, o trabalho escravo encontrava uma utilização meramente seletiva ou segmentar. Mas isso não é importante. O que possui importância é que essa irradiação da economia de plantação explica a generalização precoce da escravidão mercantil na economia colonial, com o branco refugando o 'trabalho mecânico' pela existência do escravo e as oportunidades das 'fronteiras abertas'."<sup>288</sup>

<sup>287</sup> FLORESTAN, Florestan. Op. Cit. p. 46.

<sup>288</sup> Idem, p. 24 (o grifo é meu).

Vale dizer: tal como já havia sido visto, a implantação e crescimento horizontal da plantagem colonial brasileira importara no desenvolvimento de um certo "complexo" produtivo interno. Este "complexo" - expressão da pouco vigorosa (mas nem por isso ignorável) integração da economia colonial - contará com diminutas potencialidades dinâmicas de caráter autopropulsivo em função mesmo da especificidade das relações sociais de produção sobre as quais se encontra implantado. Contudo (e por isto mesmo), seu desenvolvimento implicará na generalização da ordem escravista, cuja consequência maior será a uniformização básica da estrutura reprodutiva das diversas células econômicas coloniais assim como do padrão de conflito social interno. Mas isto não é tudo. A emergência tardia do ciclo da mineração na América portuguesa determinará um processo de complexificação da economia colonial que, baixo a influência das transformações internacionais em curso no período, trará efeitos de longa duração. Nas palavras de Florestan:

"... foi o ciclo de mineração que produziu os efeitos de encadeamento que, de um lado, suscitarão uma expansão da economia de plantação para o sul e, de outro, puseram o escravo no âmago de uma revolução econômica dentro da ordem. A mineração e a exploração diamantífera incorporaram uma vasta área do território colonial aos setores produtivos da Colônia, provocando o aparecimento e a expansão de formas de troca, de produção de mantimentos e de circulação de riquezas que só foram conhecidas anteriormente, na América Latina, no México e no Peru. Apesar da curta duração desse período, os seus efeitos de longa duração foram consideráveis. A Coroa com seus funcionários não puderam impedir várias modalidades de retenção do ouro (e em escala menor mesmo dos diamantes) pelos operadores diretos ou pelos agentes econômicos que controlavam tais atividades. Por isso, ao terminar

271 Não é preciso dizer - tendo em vista o que foi colocado mais acima - que este processo de uniformização será aprofundado com a diversificação produtiva da colônia estimulada pelas transformações e incremento das demandas internacionais de produtos tropicais sob o influxo da emergente revolução industrial.

o episódio, havia muita 'gente rica', pelo entesouramento encoberto, pela posse de escravos, e como resultado das trocas comerciais. A retração progressiva e a aniquilação de formas subsidiárias de produção e do comércio, segue-se um processo quase simultâneo, em algumas regiões, ou relativamente lento, em outras, pelo qual o dinamismo da economia colonial se revela em toda a plenitude - e isso pela primeira vez! Gente originária de Minas, do Rio de Janeiro, do Nordeste, do Norte e de São Paulo aparece em vários empreendimentos que iriam modificar a paisagem da antiga zona estagnada ou subdesenvolvida da economia colonial."292

De fato, ao chamado ciclo da mineração, está referido um conjunto de transformações da economia colonial que se expressarão em uma significativa expansão demográfica (alimentada acima de tudo pela migração<sup>293</sup> e pela intensificação do tráfico) e em um expressivo desenvolvimento da mercancia e da vida urbana (do qual os ricos monumentos das cidades históricas de Minas Gerais são um retrato ainda vivo). É destas transformações que se pode extrair a compreensão da crescente agitação cultural e social que começará a abalar os alicerces da relação colonial. Afinal, a Inconfidência Mineira não será uma breve tormenta num oceano em calmaria. Na realidade, o ciclo minerador - ao longo de sua implantação, crescimento, auge e crise, no largo território ocupado pelas minas - foi palco de (e deu origem a) uma série de conflitos em torno da posse de terras, da estrutura de abastecimento e preços das mercadorias básicas e do padrão de arrecadação fiscal do Estado português. O substrato material destes movimentos se encontra no processo mesmo de desenvolvimento da ordem mercantil, que traz em seu bojo o florescimento não só de relações sociais especificamente civis mas, igualmente, dos conflitos subjacentes a tais relações<sup>294</sup>.

292 Idem, p. 24.

293 Vide, a este respeito, FURTADO, O. Op. cit., capítulo XIII.

294 Sobre as contradições e conflitos sociais nas Minas, vide VERDELLI, Laura. *Opulência e Miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Col. Tudo é história, n. 28). Numa perspectiva distinta daquela que abraçamos nesta dissertação (na medida em que se realiza uma



has do desenvolvimento da mineração não resultara apenas a complexificação da sociedade colonial. Sua crise dará bases para um reavivamento da produção mercantil agrária estruturada sobre o entesouramento possibilitado pelo ciclo anterior. Assim é que Florestan nos diz:

"No oeste paulista, pessoas que se ocupavam na mineração ou no comércio de alimentos e de mares, viam-se com uma riqueza imobilizada, na forma de escravaria, que não podia ser negociada (por causa do estado geral da economia da Colônia na época) e que não encontrava utilização reprodutiva nos quadros da economia de subsistência da região. Inicia-se, então, uma cadeia de experiências sucessivas, pelas quais esses senhores tentaram descobrir um 'gênero colonial' que pudessem explorar e exportar. Por fim, fixaram-se no café e lograram escapar ao círculo vicioso com que se defrontaram. Esse exemplo é característico. Como indica com razão Caio Prado Júnior, a economia de plantação escravista tinha de crescer em sentido horizontal. Os efeitos de encadeamento que consideramos mostra como se deu o que poderíamos chamar de 'incorporação de novas fronteiras' à economia de plantação colonial. A riqueza entesourada sob a forma de ouro ou de diamantes não estava condenada a perecer. O mesmo não sucedia com a escravaria. Portanto, quer nas áreas de desenvolvimento lento, quer nas áreas de desenvolvimento rápido, a escravidão mercantil estava por trás de uma modificação tão substancial dos quadros históricos da economia colonial. Indo-se ao fundo da análise, o que se descobre não é apenas que a escravidão mercantil produzia e reproduzia a si própria. Ela também promovia a sua extensão e generalização, pois estas condições estavam na própria raiz da produção e da reprodução do trabalho escravo."

As consequências políticas deste amplo movimento histórico são claras. Premados, por um lado, pela longa crise da lavoura açucareira e o rápido declínio da mineração, submersos, por outro lado, em um mundo em crescente efervescência política, cultural e econômica, e sob o

avaliação essencialmente negativa da dimensão de continuidade presente na inconfidência mineira em relação às convulsões sociais anteriores transcorridas nesta região), vide LUZ, Nícia Vilela "Inquietações revolucionárias no sul: a conjuração mineira". In: HOLANDA, S.B. (org.). *Nicéia Geral da Civilização Brasileira* (tomo I, volume 2). 4 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. pp. 394 e segs.  
2vo FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 25.

influxo da expansão mercantil especificamente interna (responsável pelo aprofundamento de seus laços econômicos e sociais) e dos contatos cada vez mais constantes (por via legal ou contrabando) com o capital comercial das emergentes potências industriais, o senhorio interno não demorara a sofrer uma rotação em seus horizontes políticos. Como bem diz Florestan:

"O fim do último quartel do século XVIII e todo o primeiro quartel do século do século XIX formam uma época histórica de crise da consciência ultraconservadora do senhor colonial. O defecho do ciclo de mineração e de exploração diamantífera desencadeou vários processos concomitantes de mobilidade espacial e econômica, de deslocamento de fronteiras econômicas, com diferentes tentativas de substituir a lavoura de subsistência pela grande lavoura e de descobrir um novo eixo econômico para o modo de produção escravista. O principal elemento dessa eclosão histórica dentro do mundo colonial era político. O senhor colonial começava a desatar suas amarras com o regime colonial, ao mesmo tempo em que se propunha o problema de sua impotência econômica e de sua inviabilidade política em termos da organização do império colonial. Por fim, o significado da *condição colonial*, que atravessava sua posição dominante na sociedade e a neutralizava prevalece, então, sobre as compensações que o regime podia oferecer."<sup>296</sup>

A história da consolidação e implementação prática dos novos horizontes econômicos, culturais e políticos do senhorio não é, contudo, uma história simples e linear. As teias que amarram o senhor ao passado são demasiado solidas para permitirem qualquer ruptura abrupta com o mesmo. Esta já é, contudo, uma outra história, referida que está à emergência e consolidação de nossa era neocolonial.

296 *idem*, pp. 46 e 47.

## CAPÍTULO VII - A ERA NEOCOLONIAL

### 1. Emergência e consolidação da era neocolonial

Como já vimos em nosso capítulo quinto, os marcos da emergência da era neocolonial são claramente definidos por Florestan e encontram-se no rompimento do estatuto colonial simultâneo à transmigração da corte portuguesa e suas consequências: o fim do exclusivo metropolitano (com a abertura dos portos, que equivale ao término do padrão especificamente colonial de exploração econômica), a endogeneização do Estado (que passa a ter os parâmetros definidores de sua ação mais geral, e de suas políticas públicas em particular, submetidos a pressões e influências internas), e o desenvolvimento de uma máquina estatal e de uma estrutura urbana (que serão responsáveis pela emergência de circuitos econômicos mercantis estranhos à economia colonial, mesmo no complexo período de diversificação e crise desta). Nas palavras de Florestan:

"Em consequência da invasão de Portugal, a família real se refugia no Brasil e várias ocorrências mudam a vinculação do país com o mercado externo. De uma lado, ao converter o Rio de Janeiro em centro político da Corte, a Coroa conferia ao Brasil a condição - por passageira que fosse - de núcleo de irradiação do poder real e metropolitano. Isso equivalia em interiorizar o império colonial sob nova condição: não mais a do antigo sistema colonial, mas das instituições necessárias à existência e eficácia do poder imperial. Se isso garantia para as camadas senhoriais a base política para uma transição dentro da ordem, isto é, através da família real e do poder imperial, ao mesmo tempo significava que o 'senhor colonial' iria pretender, daí por diante, ser apenas 'senhor'. De outro lado, ao abrir os portos e conceder a Inglaterra amplos privilégios econômicos, a Coroa inaugura um circuito histórico novo: a economia de plantação e o comércio interno ganhavam vínculos diretos com o mercado mundial. As funções econômicas da Metrópole teriam de ser, por sua vez, internalizadas, e isso representou a base material para uma profunda rotação econômica. Foi é em torno dela que se iria dar

a eclosão do capitalismo comercial moderno, através do seu mercado, de suas instituições básicas e do estilo de modernização econômica que ambos exigiam, no acanhado mundo urbano herdado da era colonial."

Contudo, as importantes transformações econômicas referidas ao fim do estatuto colonial da forma como este se deu no Brasil não definirão por si só a *consolidação* do novo padrão de reprodução da economia e da sociedade. Na realidade, é no interior do longo processo de independência e constituição da sociedade e do Estado nacionais - onde o 7 de setembro se coloca apenas como um momento de uma cadeia maior da qual retira seu significado - que se definirá uma ruptura radical com o passado e se estruturará efetivamente um novo padrão dinâmico para a economia escravista brasileira. A este respeito, Florestan nos diz já no primeiro parágrafo do capítulo segundo de *A Revolução Burguesa no Brasil*:

"A independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da era colonial; como ponto de referência para a época da sociedade nacional, que com ela se inaugura. Na verdade, as tensões que minavam a sociedade colonial não afetavam a ordem social interna de modo bastante profundo para colorir esse processo de modo mais dramático. Muitos estudiosos, por isso, não lhe atribuem o valor histórico e sociológico que ele possui. Baseados na evidência fornecida pelos fatos, que atestam a persistência daquela ordem social de forma inabalável, e na inexistência de mobilização de massas para a luta política, concluem que a independência representou uma transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança. Não obstante a veracidade dessas ilações, a simples extinção do estatuto colonial já tivera um significado socialmente revolucionário. A independência acrescenta-lhe o início de um novo tipo de autonomia política: com ela, instaura-se a formação da *sociedade nacional*. É nesta conexão que está o aspecto verdadeiramente revolucionário e que transcende aos limites da situação de interesses da casa reinante. Em contraste com o que ocorria sob o estatuto colonial e, mesmo, sob a ambígua condição de Reino, o poder deixará de se manifestar como

*imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro, mau grado as injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase do "predomínio inglês" na vida econômica, política e diplomática da Nação.*"<sup>278</sup>

A passagem reproduzida acima não poderia ser mais clara, e denota uma diferença profunda da análise histórica de Florestan com relação a toda uma ampla literatura crítica que - atenta para a continuidade do escravismo mercantil, da exploração econômica externa (agora levada a cabo por vias especificamente econômicas pelo capital comercial dos emergentes países industriais, particularmente a Inglaterra) e do ordenamento político monárquico e patrimonial estruturado sob a mesma casa dinástica - desvalorizam relativamente o significado revolucionário do processo de Independência. Mesmo aqueles autores que perceberam no fim do padrão especificamente colonial de exploração uma transformação de sentido revolucionário, tendem, equivocadamente, a privilegiar os primeiros momentos da transição da Independência como marcos do novo dinamismo econômico interno, em detrimento dos processos mais complexos e mais ricos referidos à constituição do Estado e sociedade nacional propriamente ditos.

Ura, o que se perde no conjunto destas leituras é, antes de mais nada, toda e qualquer possibilidade de se entender o denso e complexo processo político que dá origem ao Estado nacional. Afinal, não se pode fazer *tábua rasa* da cadeia de movimentos conformadores da Independência, da qual fazem parte (entre outros momentos) a revolução pernambucana de 1817, a crítica participação brasileira nas Cortes portuguesas, a emergência da primeira constituinte brasileira, o

<sup>278</sup> FLORESTAN, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. pp. 31 e 32.

enfrentamento da resistência (que não será apenas "portuguesa") a proclamação da independência, o fechamento da Constituinte em 23, a Confederação do Equador, o caráter liberal da Constituição outorgada de 24, a reação parlamentar e popular ao I Império, o 7 de abril, as lutas e reformas regenciais, a maioria antecipada e as lutas liberais da década de 40. Por sua vez, a desvalorização do significado histórico destes movimentos - que brota da incapacidade de se apreender a profunda distinção dos projetos de organização e regulação da sociedade referidos aos diversos segmentos sociais em disputa pela hegemonia política e material no período - vai determinar a perda de qualquer capacidade de apreensão do sentido interior do ordenamento político e institucional adotado pelo novo país, que se estrutura como um Estado constitucional formalmente moderno e liberal<sup>299</sup>. Mais importante ainda do que isto: na medida em que se perde a capacidade de entender as bases materiais da forma política e institucional adotada, perde-se igualmente a capacidade de entendimento das determinações e da racionalidade das políticas públicas em geral (e econômica em particular) do Estado imperial, assim como a relação destas com o processo de acumulação de capital e desenvolvimento econômico mercantil do qual o Brasil será palco ao longo do século XIX.

<sup>299</sup> Esta estrutura institucional - assim como o ideário liberal que lhe dá sustentação - passará a ser interpretada como uma forma meramente aparental cujo sentido interior seria dado pela necessidade de obscurecer o caráter essencialmente tradicional e patrimonialista da dominação política no período. Vale dizer: tratar-se-ia de um transplante ideológico de formas jurídicas e políticas que, consistentes com o emergente mundo capitalista europeu e a consequente estratificação social em classes sociais, não passavam de idéias e estruturas "fora de lugar" quando referidas à sociedade escravista brasileira. A mais brilhante expressão desta leitura encontra-se no artigo "As idéias fora de lugar" presente em SCHWARTZ, Roberto. *Do vencedor, as batatas*. São Paulo: IUPERJ, 1977.

Ora, para que se entenda este conjunto de questões é preciso reconhecer-se a profundidade da ruptura histórica representada pela independência. E, para tanto, não basta que se entenda a dimensão de impulsão econômica presente na emergência do capitalismo industrial a nível internacional; é preciso igualmente que se compreendam os rebatimentos políticos internos deste movimento.

Tal como foi observado anteriormente, o que marca a crise da era colonial é a efervescência das relações mercantis, estimuladas que são pelo desenvolvimento capitalista europeu e mundial e pela transmigração do Estado. Neste contexto dois processos históricos correlacionados terão a maior importância: o fortalecimento dos papéis sociais e econômicos dos agentes internos ligados à mercancia, e a emergência histórica de novos blocos de capital comercial forâneo que atuarão como representantes dos interesses de um capital industrial em processo de consolidação de sua hegemonia econômica mundial. Ora, é mais do que evidente a contradição dos interesses destes novos agentes com a continuidade do *status quo* político e do antigo padrão estatal de regulação econômica e social. Mais particularmente, interessa a estes setores o fim da ordem política e institucional do antigo regime na qual que esta carrega de castração do desenvolvimento da ordem *propriamente* mercantil e competitiva internamente. Ou, de forma mais determinada: a continuidade das práticas estatais mercantilistas referendadoras da incontestável hegemonia do velho capital mercantil "metropolitano" em aliança com o "estamento burocrático"<sup>300</sup> absolutista português será absolutamente intolerável para estes segmentos sociais que,

300 Se nos é permitido usar uma terminologia cara a Raymond Feroz mas absolutamente pertinente à análise que Florestan Fernandes faz deste período.

crecientemente, se responsabilizarão pelo processo de reprodução da dimensão comercial das células económicas escravistas.

É bem verdade que os interesses destes novos agentes sociais não serão homogêneos nem implicarão em uma contraditoriedade absoluta com a ordem anterior. À nível interno, há que considerar que - como Florestan já nos alertou em sua análise da crise da ordem colonial - uma parcela expressiva dos segmentos ligados ao comércio serão igualmente proprietários de terra e senhores de escravos. No mesmo sentido, ao capital comercial forâneo (e mais particularmente ao capital inglês, que enfrenta, no período da "abertura dos portos", e nos anos imediatamente subsequentes, não apenas o bloqueio continental de Napoleão, como conflitos com suas antigas colónias americanas) não interessará desestruturar as condições de produção internas, através de uma política apressada e inflexível de combate ao tráfico negreiro (que se encontra nas mãos do velho capital mercantil português) e ao escravismo. Isto implicará em uma tolerância relativa destes dois setores com a continuidade de algumas práticas mercantis e regulatórias de cunho não-especificamente capitalista, que estarão em desacordo com a radicalidade das transformações exigidas pelos débeis (mas não inexpressivos) segmentos internos vinculados ao artesanato e ao comércio a retalho. Estes segmentos - rigorosamente sufocados ao longo da era colonial - pouco ou nada terão a ganhar com o projeto de política económica que emana dos setores anteriormente considerados, pautado que é na continuidade da produção mercantil em larga escala (assentada sobre o latifúndio) para a exportação, na *gradual* extinção do tráfico e do escravismo, e no liberalismo económico extremado no que diz respeito ao padrão de relação económica com o exterior. Há, pois, uma grande



heterogeneidade de interesses e projetos do conjunto dos agentes sociais identificados com o avanço da ordem mercantil interna, o que se revelará subsequentemente no "rifamento" econômico e político dos setores identificados com um liberalismo de cunho nacionalista. Contudo, no bojo do processo de enfrentamento ao antigo regime, estes setores emergirão à cena política em inúmeras oportunidades como um coletivo, organizado em torno da defesa de uma nova institucionalidade de cunho liberal.

Por outro lado, tendo em vista o processo de transmigração da Corte portuguesa, o velho capital mercantil metropolitano e o estamento burocrático português se encontrarão no centro do poder nos primeiros momentos do processo de independência. A importância deste fato não pode ser subestimada. É isto não apenas porque (como já foi visto) estes segmentos sociais comungam com o antigo senhorato colonial de importantes interesses, particularmente no que diz respeito à manutenção do tráfico negreiro e do escravismo e à limitação do desenvolvimento de uma ordem social interna especificamente competitiva e mercantil, mas isto não é tudo: as condições econômicas e sociais que, ao longo da era colonial, faziam da "associação entre o ... colono e a Coroa ... o elemento básico do sistema"<sup>301</sup> não se alterarão no bojo do processo de independência. Vale dizer: mesmo com o aprofundamento da consciência crítica do senhorato com relação ao caráter expropriativo do estatuto colonial e do privilegiamento político da valorização especificamente mercantil de capital, esse segmento interno terá suas capacidades contestatórias e reivindicatórias ativas estruturalmente debilitadas pela necessidade em sustentar o padrão excludente de propriedades fundiárias, de apropriação de riqueza e poder político que caracteriza a ordem

301 FERNANDES, Florestan. *Círculo Fechado*. 2 ed. São Paulo: HULITEC, 1977. p. 48.

social e econômica colonial. O antigo temor a uma rebelião geral, capaz de unificar os setores oprimidos e desestruturar o processo de reprodução econômica da plantagem escravista, será aprofundado pelo acompanhamento dos processos de independência em curso em outras (ex)colônias americanas, dentre as quais a convulsão haitiana configurar-se-á tão somente como um caso extremo. A agilidade política dos segmentos sociais ligados ao antigo regime - manifesta pela capacidade em absorverem rapidamente a dimensão de necessidade histórica irretorquível da independência para postarem-se, *num primeiro momento*, na vanguarda do próprio processo - implicará em certas vantagens estratégicas para este setor, vantagens estas que complexificarão sobremaneira a luta pelo poder internamente<sup>362</sup>.

Finalmente, conformando um outro pólo do espectro político, encontramos o senhoriato escravista. Num primeiro momento a impressão que se tem é de que este setor encontra-se em uma posição relativamente confortável para mediar os conflitos de projetos sociais que antagonizam os dois segmentos básicos considerados acima. Afinal, tanto o enfrentamento das políticas especificamente mercantilistas garantidoras de ganhos extraordinários para o velho capital mercantil - reivindicação dos novos setores comerciais -, quanto a sustentação do tráfico negreiro e de um Estado forte e centralizador capaz de enfrentar a "desordem interna" - reivindicação dos setores ligados ao "antigo regime" -

362 Esta complexidade se revelará não apenas na fargueza do período de instabilidade política interna - só encerrado definitivamente ao final dos anos quarenta e início dos cinquenta, com a derrota da Revolução Praieira, a votação da nova lei de terras e do código comercial e a emergência dos gabinetes de conciliação -, mas, igualmente, na peculiaridade dos movimentos insurrecionais que serão sistematicamente "auto-abortados" pelos segmentos proprietários que lhes garantem alcego num primeiro momento até a abertura efetiva de canais conciliatórios muito amplos e articulados pelo topo. Voltaremos a este ponto mais adiante.

encontram sólida guarida neste segmento<sup>103</sup>. Como se isto não bastasse, o controle direto do processo de produção e a possibilidade aberta pelo latifúndio escravista de uma autarquização parcial, como forma de enfrentamento dos períodos de crise, conformaria sólidos instrumentos de barganha econômica e política para estes setores.

Ura, a despeito da correção essencial desta leitura - que estará no centro mesmo da interpretação de Florestan em torno da capacidade do senhorato escravista de assumir a hegemonia no interior da ordem política imperial - a realidade não se conforma de maneira tão simples. Se se observar com a devida atenção a realidade do senhorato escravista no período, o que se observa é que a capacidade de "mediação" deste segmento social se encontra assentada basicamente sobre o caráter estruturalmente contraditório da ordem econômica colonial. A importância deste ponto é tamanha que vale o risco de sermos repetitivos. Tal como já vimos, é o fato de que a produção mercantil escravista apresenta um antagonismo estrutural interno entre sua dimensão mercantil e acumuladora (ou, se se quiser, "capitalista"), e as bases sociais e econômicas escravistas sobre as quais esta dimensão se encontra estruturada, que comprometem o senhorato não apenas com a sustentação do caráter patrimonial do Estado, mas, igualmente, com o cerceamento da economia de mercado e de uma ordem social propriamente competitiva a nível interno. Por outro lado, o aprofundamento da ordem mercantil e dos vínculos diretos do senhorato com o moderno e emergente capital comercial, forçado será, ao mesmo tempo e *contraditoriamente*, condição

<sup>103</sup> Florestan dirá a este respeito que as elites dos estamentos senhoriais combinavam "na mesma composição ou no mesmo amálgama forças que defendiam a perpetuação do passado no presente e forças que defendiam alguma espécie de ruptura com o passado." FLORESTAN, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*, 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 54.

sine qua non para o fortalecimento e reprodução ampliada das células escravistas mercantis e, portanto, para o fortalecimento político e social do agente que controla estas últimas.

A debilidade política que é inerente a este antagonismo interior ao latifúndio escravista mercantil se revela pela impossibilidade de montagem de um projeto orgânico e imediatamente não-contraditório de regulação da economia e da sociedade. Mas isto não é tudo: a fragilidade do segmento social senhorial será ainda aprofundada pela crônica debilidade econômico-financeira do mesmo, que emerge não apenas do longo período de exploração especificamente colonial da economia, mas comporta uma dimensão estrutural referida a um sistema produtivo que tem suas condições de reprodução definidas por agentes que - seja na oferta do insumo "escravo", seja na ponta da realização final das mercadorias coloniais - atuam em mercados forâneos cujo controle e regulação se acha absolutamente fora das possibilidades dos produtores internos.

Por isto mesmo não bastará ao senhoriato a ocupação de uma ambígua posição de *certius*, chamado intermitentemente ao centro da arena política para mediar os antagonismos entre seus conflituosos e indescartáveis parceiros econômicos. Este setor reivindicará para si a plena hegemonia política, associada ao controle e uso do Estado através da definição e condução das políticas públicas como retaguarda frente ao poder econômico estruturalmente expliativo do velho capital mercantil e intrinsecamente desestruturador da ordem social escravista e senhorial dos novos setores comerciais. A força política deste segmento se encontrará assentada, assim, mais na intransigência de suas reivindicações - que resulte (em uma parcela não desprezível) da clareza

de sua própria debilidade econômica estrutural, e que se respalda nas potencialidades autarquizantes do latifúndio -, do que propriamente em sua posição potencial de mediador. Em uma passagem particularmente expressiva, Florestan apresentará de forma radical esta contradição do senhorio dizendo:

"Se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correriam o risco de uma regressão econômica, da perda do controle do poder e da invisibilidade do Estado nacional.

[Por outro lado,] se elas não aceitassem certas condições ideais do modelo [liberal] de organização do Estado nacional, este não abriria perspectivas à formação e ao fortalecimento progressivos do substrato material e moral de uma sociedade nacional, ou seja, estaria condenado como realidade histórica. No mínimo, o País se fragmentaria em várias unidades políticas hostis, pois a hipótese alternativa seria a feudalização da dominação patrimonialista"<sup>604</sup>

Vale dizer: por um lado, o senhorio é compungido por sua posição social e econômica a se apegar a formas autoritárias, patrimoniais e abertamente anti-democráticas de organização política e institucional. Por outro lado, ele necessita de um ordenamento institucional e jurídico formalmente moderno e adequado ao desenvolvimento de relações contratuais, sob pena de ter suas próprias bases de reprodução mercantil minadas pela impossibilidade de sustentação e aprofundamento dos vínculos econômicos com o novo capital comercial. Esta contradição intestina só poderá ser enfrentada a partir da montagem de um ordenamento político igualmente contraditório e marcadamente esquematizado, em que a ordem legal garantidora das relações mercantis e contratuais só teria validade efetiva para a ínfima minoria dos "mais iguais". Para a grande maioria da população, contudo, submergida que é no estagnante mundo domínial, a ordem legal não poderia ter qualquer

validade. Antes pelo contrário: teriam de se constituir instrumentos políticos e institucionais que, em aberto conflito com os meios fundantes da ordem legal, a tornassem absolutamente inócua no interior da esfera em que viceja a dominação patrimonialista, "pela persistência concomitante da escravidão, do mandonismo, do privatismo e do localismo"<sup>100</sup>.

Ora, é mais do que evidente que a reprodução ao nível do poder político da "esquizofrenia" inerente ao escravismo mercantil, assim como a extração dos máximos rendimentos desta articulação contraditória, só será possível a partir da plena consolidação da hegemonia política dos segmentos senhoriais. Este processo não poderá ser levado a cabo, contudo, sem que sejam enfrentados três problemas de maior importância: em primeiro lugar, o senhoriato terá de superar seu isolamento político (resultante do débil desenvolvimento mercantil interno, associado à face autárquica e "patriarcal" do latifúndio) e conformar sólidas estruturas de organização e representação estamental; em segundo lugar o senhoriato terá de estabelecer uma trajetória de acesso ao poder que não implique em um denso processo de convulsão social capaz de abalar as próprias bases de seu poder; por fim, este segmento terá de encontrar uma forma política para o emergente Estado nacional que dê conta de cumprir o papel de regulador e calibrador do desenvolvimento estruturalmente contraditório padrão de reprodução social que se quer impor, assim como de absorver permanentemente e ao longo do tempo as pressões e reivindicações do conjunto de seus membros, respeitada a heterogeneidade de interesses atuais e potenciais dos mesmos.

<sup>100</sup> Idem, p. 37.

a dificuldade no equacionamento e solução do primeiro problema não se encontra na carência de fundamentos materiais para a conscientização do senhorio da solidez de seus interesses comuns. Afinal, tendo em vista a generalização do escravismo e a uniformização relativa dos padrões de reprodução das células econômicas ao longo do desenvolvimento e crise da era colonial, o emergente "País possuía ... alguma unidade interna e fortes tendências para preservá-la"<sup>296</sup>. O problema, na realidade, se encontrava na ausência de estruturas econômicas e de representação que pudessem funcionar como verdadeiros espaços de articulação ideológica e política do senhorio. Na realidade, da forma como se estruturava a reprodução política e econômica da sociedade colonial, o "domínio" se convertia em gerador de "uma autonomia e de um poder de mando que dividia e separava os iguais, tornando-os indiferentes ou beligerantes entre si"<sup>297</sup>.

Contraditoriamente, porém, este padrão de reprodução social e político desarticulador será colapado a partir de movimentos impulsionados pela antiga sociedade metropolitana. Referimo-nos, evidentemente, à transmigração, à elevação do Brasil a Reino e suas consequências. Para Florestan, com a transmigração e a abertura do mercado interno a agentes comerciais estrangeiros, não apenas "o arcaico e rígido mercado colonial interno começa a esboroar-se, e em seu lugar começa a aparecer um mercado capitalista especificamente moderno"<sup>298</sup>. Na realidade,

"no plano estritamente político, os efeitos da dinamização da ordem escravocrata e senhoriais são ainda mais consideráveis. Os

<sup>296</sup> Idem, p. 51.

<sup>297</sup> Idem, p. 52.

<sup>298</sup> FERNANDES, Florestan. *Círculo Fechado*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 48.

estamentos senhoriais começam a ganhar existência própria, fora e acima do estreito palco fornecido pelo domínio patrimonialista e senhorial, do poder local e das pressões canalizadas institucionalmente de modo indireto sobre a Coroa. Eles não só começam a tomar consciência da comunidade de interesses económicos, sociais e políticos numa linha integrativa estamental. Surgem as primeiras manifestações coletivas, embora regionais ou concentradas no topo, através dos figurões do Governo, de um "querer coletivo" que iria articular-se de modo muito rápido." <sup>249</sup>

Vale dizer: diferentemente do que ocorreria com as colônias espanholas na América<sup>249</sup>, a transmigração da Corte portuguesa e o rompimento "dentro da ordem" do estatuto colonial, não apenas fez retardar a emergência, como arrefeceu, relativamente, o apoio interno a movimentos beligerantes de conteúdo nacionalista. Isto não implicará, contudo, em uma desvantagem para a organização dos segmentos sociais interessados no rompimento radical dos laços com a antiga metrópole. Antes pelo contrário, a precoce internalização do Estado servirá de instrumento para a articulação dos "homens bons" da antiga colônia, que rapidamente evoluirão de uma perspectiva política cujos horizontes eram dados pelo "domínio" para uma perspectiva especificamente estamental onde "os privilégios sociais comuns [convertem-se] em fonte de solidariedade social e de associação política"<sup>251</sup>. O que viabilizava esta transformação era o fato de que, no decurso do longo processo de autonomização

"os estamentos senhoriais ... adquiriam meios para dar validade e eficácia à comunidade de interesses económicos, sociais e políticos, isto é, para estender sua dominação do plano do domínio para o plano da coletividade (o que se operou

ver ibidem (o grifo é meu).

249) Unde a invasão da península ibérica pelas tropas de Napoleão levou à emergência de uma série de insurreições armadas que, sob o pretexto de recusar legitimidade ao governo de José Bonaparte, assumiram rapidamente os contornos de movimentos autonomistas.

251) FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 61.



gradualmente, mediante a absorção dos papéis administrativos, jurídicos e políticos configurados em torno da ordem legal emergente, ou seja, pela burocratização da dominação estatal)."<sup>312</sup>

A segunda questão levantada acima será de equacionamento relativamente mais difícil. Afinal,

"as elites [senhoriais] nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. Por conseguinte, a natureza e o alcance revolucionários da Independência não se objetivaram (nem poderiam se objetivar!) através de manifestações de grandes massas humanas, do uso organizado da violência e de anseios coletivos irredutíveis de transformação da estrutura social."<sup>313</sup>

É bem verdade que não se pode pretender que a violência não tenha sido utilizada de forma alguma ao longo do processo de constituição do Estado nacional e consolidação da hegemonia das elites internas. À despeito do que pretende nossa ideológica historiografia oficial, os diversos momentos de ruptura no interior da história brasileira têm sido marcados pela emergência de violentos movimentos contestatórios e insurrecionais que são reprimidos com violência ainda maior pelos segmentos no poder. A Independência está longe de ser uma exceção. Vista

312 Idem, p. 38. Para uma análise mais detalhada da relevância do caráter gradual e peculiar (na medida em que seus primeiros momentos são tributários da ação do antigo Estado metropolitano) de nosso processo de autonomização para a consolidação da unidade política senhorial, vide o artigo "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil", em CUBI, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Particularmente importante neste ensaio são as seções dedicadas ao estudo da Revolução do Porto e suas consequências para a tomada de consciência dos deputados brasileiros da unidade de seus interesses; da primeira constituinte brasileira (chamada ainda sob a perspectiva da articulação de uma monarquia dual); e do papel da maçonaria e das sociedades secretas no período como instrumento (excludente) da organização política e socialização do senhorato e demais segmentos proprietários.

313 FERRETTI, Florestan. Op. cit. p. 32 (os grifos são meus).

como um processo maior de estruturação do Estado (enquanto instrumento de dominação) e da sociedade nacionais, a Independência é um complexo fenómeno histórico que se inicia com os primeiros movimentos de contraposição ao estatuto colonial anteriores à transmigração da Corte e que avançam até a consolidação conservadora da década de quarenta, passando pelas turbulências do I Império e da Regência<sup>314</sup>. Não há como negar o papel da violência organizada ao longo deste vasto período. Há, contudo, uma base real sobre a qual se assenta a leitura ideológica do carácter pacífico deste conflituoso processo: o que marca a grande maioria dos movimentos insurreccionais do período é não apenas o fato de que os mesmos não consigam alcançar sólidas e duradouras vitórias: eles possuem um carácter algo "episódico", deixando aparentemente um saldo relativamente pequeno em termos organizativos. Na realidade, se se leva em conta a relativa facilidade com os movimentos insurreccionais no período são subordinados e postos sob o controle do Estado, a impressão que se tem é que os mesmos contam com frágeis bases sociais, o que transpareceria no fato de que, a partir de um certo momento, estes passariam a carecer de um sólido apoio material e bélico, entrando em fase de (auto)abortamento<sup>315</sup>.

314 Sobre os conflitos sociais ao longo do processo de Independência e consolidação da sociedade nacional vide o primeiro capítulo de ROBERTO, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um ensaio histórico-cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. Para uma síntese mas muito eficiente recuperação factual dos movimentos sociais que convulsionaram o período regencial vide ALBUQUERQUE, J.C.A. e BAKUSA, F.A. "Brasil - História: Segundo Reinado, Regência (1831 - 1840)". In: *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1987. pp. 1558 e seqs.

315 É bem verdade que haverá exceções: a Revolução Farroupilha, por exemplo, durará uma década, mas, em contrapartida (e, em parte, pelo processo mesmo de radicalização de seu projeto que sua longevidade impôs), acabará sendo violentamente sufocada pelas tropas imperiais sob o comando do barqueiro de Caxias. Estas exceções, contudo, estão aí para confirmar uma regra à qual não faltam exemplos expressivos, como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e as revoltas liberais de 1832 e 1835.

Ora, o equívoco desta leitura está apenas em sua unilateralidade. A realidade - muito mais complexa - é que estes movimentos "frágeis e derrotados" estiveram no centro do processo de consolidação da hegemonia senhorial. De fato, em sua grande maioria, eles sofreram um processo de aborto. A questão, contudo, é que os sucessivos abortos foram induzidos pelos próprios progenitores da criança, pois sua "concepção" e "morte" eram funcionais para que a independência se conformasse como uma revolução dentro da ordem. Vale dizer: os momentos conclusivos do processo global teriam de ser articulados "pelo tope"; mas esta articulação final pressupunha o uso intermitente da violência e da conciliação, sob pena dos setores que se assentavam no poder nos primeiros momentos da autonomização pretenderem - contra os interesses senhoriais - a sustentação de sua posição hegemônica na nova ordem política em gestação. Como bem lembra Florestan, uma vez tendo o senhorato desenvolvido a consciência da absoluta centralidade da ocupação do poder para a consolidação de suas condições de reprodução econômica, a radical

"ruptura do estatuto colonial converteu-se numa inegável necessidade histórica", que teria culminado em movimentos de grande violência coletiva se as coincidências não favorecessem a transferência da Corte e uma secessão quase pacífica, na qual antes transparece a impotência da antiga metrópole que qualquer vocação passiva da ex-Colônia." <sup>314</sup>

Para a articulação desta transição quase pacífica, as elites senhoriais não deixaram de manipular

314 FERNANDES, Florestan. *O círculo fechado*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 32.

"as massas insatisfeitas, desocupadas ou semi-ocupadas, que se concentravam [nas] cidades, e a ressonância que elas podiam dar a atitudes ou comportamentos inconformistas daquelas elites"

É isto porque, tendo em vista o caráter estruturalmente anômico dos segmentos sociais desapropriados (para os quais a transmigração da Corte não gestou - nem poderia gestar - qualquer instrumento de organização e articulação política e ideológica), abre-se um campo relativamente vasto em que a manipulação pela elite da radicalidade potencial das massas urbanas (e, secundariamente, rurais) não implicava imediatamente em perigo para a sustentação da ordem escravista e patrimonialista<sup>317</sup>. Este mecanismo será, assim, utilizado de forma intermitente ao longo dos diversos "episódios insurrecionais" internos que se desenrolarão no período considerado, e sua eficácia será inconteste. Afinal, se abstrairmos o peculiar padrão de emergência e crise do amplo conjunto de movimentos insurrecionais do período, torna-se impossível entender as inúmeras vitórias políticas obtidas pelos segmentos senhoriais e que se corporificarão não apenas no caráter contraditório (simultaneamente liberal e anti-democrático) da Constituição de 1824, mas, igualmente, no processo que levará à abdicação de D. Pedro I, as reformas regenciais (entre as quais a mais perene e significativa será a montagem da Guarda Nacional, importante instrumento de articulação estamental do senhorato

317 Idem, p. 53.

318 Ou, como prefere dizer Florestan: "Por causa da diferenciação estamental e de sua sobreposição a uma estratificação de castas, os efeitos da inovação e da reconstrução ariam se refletir, diretamente, apenas na organização dos estamentos intermediários e superiores. Entretanto, numa sociedade escravista e patrimonialista, os tais estamentos podiam colocar-se diante dos processos de mudança em termos de 'querer coletivo' e de 'destino histórico'. Seus membros possuíam 'honra', 'riqueza' e 'poder', bem como 'igualdade' e 'liberdade', condições para que pudessem inserir-se na bifurcação que então ocorreu na organização da economia e da sociedade". Idem, p. 47.

e de controle do Estado central pelos setores proprietários<sup>319</sup>), à antecipação da maioria, e à consolidação conservadora do II Império.

É bem verdade que estes ganhos políticos não podem ser reputados apenas à capacidade do senhoriato em liderar e manipular os segmentos populares. Mais importante ainda do que isto, será a capacidade demonstrada por este segmento social no estabelecimento de alianças com o novo capital comercial internacional (e, secundariamente, com o interno) que se traduzirá inclusive na incorporação parcial das reivindicações específicas deste último setor. Como nos diz Florestan:

"Desde que não se pusessem em questão 'os interesses sagrados da Nação', abertamente confundidos e identificados pelos estamentos senhoriais com os interesses da Lavoura e mola mestra do seu radicalismo político, havia uma vasta área para a assimilação de novas adaptações econômicas, políticas e sociais. E ela foi, de fato, palmilhada nas direcções possíveis pelas elites que ocuparam o cenário histórico, antes ou depois da consolidação do Estado nacional independente"<sup>320</sup>

A importância desta aliança "tácita" não pode ser subestimada. E isto não apenas porque o capital comercial forâneo (mais particularmente o inglês) tinha, tal como a elite senhorial, acesso direto e influência sobre os setores implantados no interior do Estado mais identificados com a continuidade do "antigo regime". Mais importante do que isto será o fato de que a incorporação parcial do projeto histórico deste segmento específico estará no centro da construção do próprio projeto de organização institucional e regulação social do senhoriato. Referimo-nos, evidentemente, à incorporação e transformação qualitativa do

<sup>319</sup> Vide, a este respeito, URICOEIRA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro / São Paulo: BIFEL, 1978 (particularmente o terceiro e o quarto capítulos).

<sup>320</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 58.

liberalismo como projeto de organização da sociedade e do Estado, que, baixo a forma específica em que se dará sua realização interna, é capaz de refletir com a máxima exatidão tanto a grandiosidade histórica quanto os inescismáveis e profundos limites da revolução da Independência. O tratamento dado por Florestan a esta questão é tão adequado que vale a pena acompanharmos seu próprio padrão expositivo:

"... a absorção do liberalismo pelas elites nativas ... apresenta duas polarizações dinâmicas distintas. Havia uma polarização que associava o liberalismo aos processos de consciência social vinculados à 'emancipação colonial'. As elites sentiam-se econômica, social e politicamente 'espolhadas', em virtude da espoliação que sofriam através das formas de apropriação colonial e das consequências especificamente políticas do estatuto colonial, que alimentava a neutralização inenarrável das probabilidades de poder inerentes ao status que elas ocupavam na ordem da sociedade colonial. Sob a perspectiva dessa polarização, o liberalismo assume duas funções típicas. De um lado preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o 'espolho colonial'. Nesse nível, ele se propõe o problema da equidade da maneira pela qual era sentido por aquelas elites: como emancipação dos estamentos senhoriais das limitações oriundas do estatuto colonial e das formas de apropriação colonial. Tratava-se de uma defesa extremamente limitada, tosca e egoísta, mas muito eficaz, dos 'princípios liberais', pois se entravam em jogo as probabilidades concretas com que os membros desses estamentos contavam para poderem desfrutar, legitimamente, a soma de liberdade, o poder de igualdade e a fraternidade de interesses inerentes ao seu status na estrutura social. De outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação como um todo, as relações de dependência que continuaram a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época. Nesse nível, ele se propõe o problema da soberania como se existisse, de fato, uma interdependência vantajosa e consentida, resultante e corretivo, ao mesmo tempo, da especialização econômica internacional e da complementaridade da influência civilizadora das Nações. No fundo, porém, apenas encobria, através de ficções toleráveis, diversas modalidades evidentes de subordinação, que não seriam suprimidas nem alteradas, fundamentalmente, com a extinção do estatuto colonial."<sup>321</sup>

Não gratuitamente, Florestan caracterizará esta polarização do liberalismo como essencialmente ideológica. Isto não significa, contudo,

que sua função se restrinja ao *maskaramento* de uma realidade que permanece intransformada em suas estruturas fundamentais. Não se trata disto. Na verdade, mesmo enquanto ideologia o liberalismo funcionará como um instrumento para a transformação qualitativa da ordem interna. Sua dimensão ideológica se encontra tão somente no fato de que o resgate (necessariamente truncado e parcial) dos seus fundamentos não é feito na perspectiva de se defender a generalização da cidadania e da ordem social competitiva e a constituição de uma sociedade nacional autônoma e integrada por relações contratuais e mercantis. Antes pelo contrário, o que se busca é o aprofundamento de uma realidade marcada pela desigualdade econômica, social e política e por uma inserção nacional estruturalmente heteronômica a nível do mercado mundial. Este uso do discurso liberal não revela, contudo, uma apropriação indébita do mesmo por parte do senhoriato ou do capital comercial forâneo. Revela, isto sim, as contradições do próprio discurso liberal que, de fato, é absolutamente eficaz e pertinente à defesa dos interesses destes segmentos.

Assim é que, para o senhoriato, o discurso liberal será funcional antes de mais nada para o enfrentamento do conjunto dos instrumentos de política econômica tipicamente mercantilistas (criação de monopólios institucionais de comércio, política tributária expropriativa e "irracional", limitação legal do processo de crescimento e diversificação das células produtivas, etc.) que se voltam para o cerceamento da capacidade de apropriação e controle do excedente econômico gerado no latifúndio escravista. Como se isto não bastasse, a defesa do liberalismo estará associada ainda: à reivindicação do fim do estatuto das sesmarias e à conseqüente constituição plena da propriedade

privada da terra; a reivindicação de aprofundamento da autonomia senhorial e de seu poder "privado" sobre homens e coisas ao nível do domínio; e, finalmente, a reivindicação de subordinação plena e absoluta do Estado à sociedade civil (identificada esta última com o conjunto dos segmentos proprietários hegemônicos pelo próprio senhorato). É evidente que a defesa destas reivindicações (por mais que algumas delas pareçam chocantes e paradoxalmente contraditórias com os fundamentos utópicos do liberalismo nas emergentes sociedades de classes) encontra sólida guarida na ideologia liberal tal como esta pode ser apropriada e apreendida pelas elites de uma sociedade escravista e mercantil. Só isto já deveria bastar para que se entendesse que a incorporação do discurso liberal por parte destas elites não pode ser interpretada como um processo inconsistente ou postico. Porém, isto não é tudo. Se se tem em vista o caráter de necessidade impositiva para o senhorato de aprofundar suas relações económicas com os setores mercantis responsáveis pela realização final do produtos coloniais nos mercados forâneos, ficará claro que o liberalismo cumpre ainda outras funções. Senão, vejamos.

Para o capital comercial dos emergentes países industriais, os mercados periféricos representam não apenas importantes fontes de matérias-primas, mas espaços valiosos para a realização de suas próprias mercadorias. Afinal, não podemos esquecer que ao longo da etapa competitiva do capitalismo os crônicos problemas de realização deste sistema não podem ser enfrentados através da internacionalização produtiva do capital. Isto não significará, contudo, uma perda de importância do mercado mundial. Antes pelo contrário, envolverá uma luta decorrente por parte dos países industriais (em particular por parte da



potência hegemônica do período, a Inglaterra) de generalização do *livre-cambismo* a nível mundial. É bem verdade que esta generalização jamais será plenamente conquistada pois esbarrará na resistência das burguesias nacionais dos países em processo de industrialização. Mas para os países periféricos do sistema - particularmente para aqueles que, como o Brasil no período, encontram-se satelizados pela Inglaterra - a adoção de políticas aduaneiras e comerciais internas de cunho liberal será condição *sine qua non* para o fortalecimento dos vínculos econômicos com as novas potências econômicas mundiais.

Não será preciso esclarecer que a subordinação de qualquer país de débil desenvolvimento mercantil das forças produtivas às imposições do *livre-cambismo* envolve um pesado custo em termos de especialização da economia interna e desestruturação da ordem produtiva anterior. Este fato, evidentemente, não é antagônico à leitura de que a resultante final deste processo seja antes positivo do que negativo para o desenvolvimento capitalista das economias subordinadas. Entretanto muitas vezes a compreensão de determinados fenômenos depende menos do resgate da "resultante final" de um dado processo do que do resgate do processo em si e das contradições que o definem.

É justamente este o caso quando se trata de apreender o sentido da assimilação por parte do senhorio da lógica livre-cambista defendida pelo capital comercial internacional. Mais importante do que qualquer absolutização da "resultante final" da integração econômica ao mercado mundial, é a observação da dinâmica contraditória que caracteriza

322 Ou do que o ingresso em qualquer discussão ideológica em torno do caráter essencialmente "positivo" (como pretendiam os setores identificados com um liberalismo mais ortodoxo) ou essencialmente

este processo. Vale dizer: o que importa resgatar é que, ao mesmo tempo em que as impulsões externas aceleram a endogeneização de relações e padrões propriamente capitalistas de organização e gestão da produção, se processa uma perda relativa de capacidade de desenvolvimento e diversificação do conjunto das células produtivas e comerciais internas, em particular dasquelas menos "capitalizadas" que se voltam prioritariamente para o débil mercado interior. Esta última dimensão - a "negativa" de todo o processo - se refletirá no aprofundamento da concentração da renda e da propriedade e no conseqüente enrigecimento da (contraditoriamente, emergente) dimensão competitiva da ordem social interna; no retardamento da constituição de uma sólida e integrada economia mercantil urbana (que se refletirá tanto na crônica depressão da remuneração dos trabalhadores que operam no "setor livre" da economia quanto no retardamento da consolidação de um mercado propriamente capitalista de trabalho); na circunscrição da base fiscal e financeira do Estado (limitadora de sua capacidade de intervenção ativa e transformadora da economia a partir da montagem de um sólido e plenamente burocratizado aparelho estatal); e - como conseqüência do conjunto dos desdobramentos anteriores - em uma significativa perda de autonomia econômica e política nacional.

Ura, observados de uma perspectiva "moderna", estes desdobramentos são indubitavelmente negativos e, até certo ponto, dramáticos. Entretanto, não é por esta perspectiva que o senhoriato escravista avaliará os mesmos. Numa perspectiva imediatista, as conseqüências enrigecedoras da ordem produtiva - e mesmo a fragilização relativa do aparelho estatal - são funcionais para o aprofundamento da hegemonia "negativa" (como pretendariam os nacionalistas mais radicais) desta recitante.

política e social deste segmento. Isto não escapava aos analistas políticos do período e se expressará nos debates travados entre "liberais radicais" (que associavam a defesa do liberalismo com a defesa - em maior ou menor grau - da democracia e do nacionalismo), "liberais moderados" e "conservadores". A vitória histórica dos liberais moderados (rapidamente transformados eles mesmos em novos conservadores) será, por isto mesmo, a vitória da aliança entre o livre-cambismo e do patrimonialismo senhorial. Ou, como diz Florestan:

"É necessário] que se considere a natureza dos fatores tópicos que determinaram a emergência e a irradiação do liberalismo econômico no cenário histórico. Parece evidente que as camadas senhoriais não conseguiram equiparar *autonomização econômica e autonomização política*. Por paradoxal que isso seja, a autonomização política, vista ao nível da economia mundial e das estruturas internacionais de poder da época, constituía um simples meio para manter o equilíbrio de uma economia colonial, sob condições de transferência dos controles jurídico-políticos da vida econômica interna de fora para dentro. Nesse amplo contexto, a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da Nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia como o "senhor agrário" só fosse economicamente autônomo em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da Nação também o tornava economicamente dependente. Desse ângulo, a autonomização política só conferiu autonomia econômica real aos estamentos senhoriais em um ponto: onde e na medida em que as posições de poder político, que conquistaram, representassem uma *conditio sine qua non* para a preservação do equilíbrio do sistema econômico existente e, portanto, para a continuidade do suprimento do mercado externo."

Esta capacidade demonstrada pelo senhorio de apropriação da ideologia política e econômica liberal - originalmente estranha à lógica domínial e patrimonialista inerente a este agente social - nos conduz já à resposta da terceira questão levantada acima e sua diz respeito à forma política do emergente Estado nacional. Já como vimos anteriormente, esta forma política teria de se adequar às necessidades

de: 1) absorver permanentemente e ao longo do tempo as pressões e reivindicações do conjunto do senhorio, respeitada a heterogeneidade de interesses atual e potenciais dos mesmos; 2) operacionalizar e dar eficácia às funções do Estado de regulador e calibrador do desenvolvimento estruturalmente contraditório do padrão de reprodução social escravista mercantil que se quer ver preservado, expandido e aprofundado. Mais uma vez será o projeto político do liberalismo que dará sustentação ao equacionamento desta complexa questão. Nas palavras de Florestan:

"A outra polarização do liberalismo o associava, definitivamente, com a construção de um Estado nacional. Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como 'meio' e 'fim': 'meio', para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o 'fim' de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos 'interesses internos' com que elas se identificavam. Nesse nível, o liberalismo possui nítido caráter instrumental e se propõe o complexo problema de como criar uma Nação num país destituído até das condições elementares mínimas de uma 'sociedade nacional'."<sup>324</sup>

A importância da montagem do Estado advinha, em primeira instância, do fato de que:

"Na medida em que o Brasil já se integrara no sistema mercantil engendrado pela extensão do capitalismo comercial e em que a ruptura dos nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas dessa integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no País concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e a associação com as Nações hegemônicas do sistema."<sup>325</sup>

Nas isto não é tudo: tendo em vista, por um lado, a fragilidade dos blocos econômicos capazes de consolidar a unificação política e ideológica

<sup>324</sup> Idem, pp. 34 e 35.

<sup>325</sup> Idem, p. 33.

do senhoriato, e, por outro lado, o violento padrão de conflito social interno e a heteronomia econômica estrutural da plantagem escravista, tornaram-se impositiva a constituição de um Estado nacional forte e centralizado o suficiente para que sua representação e defesa dos interesses do conjunto do senhoriato conte com alguma eficácia. A forma política encontrada para o equacionamento deste conjunto de questões será a monarquia centralizada, constitucional, parlamentar e "democrática excludente". O pivô da engrenagem será a restrição, em última instância, da "sociedade civil" (à qual o Estado liberal deve se submeter e representar) ao senhoriato. Florestan expõe os fundamentos desta peculiar ordenação política com maestria:

"A sociedade civil não era tão-somente o palco em que se movimentava o senhor-cidadão. Ela era literalmente, para ele, a 'sociedade' e a 'Nação'. As bases perceptivas e cognitivas de semelhante representação seriam fáceis de explicar, como decorrência da identificação psicossocial do sujeito com o mundo em que transcorria sua existência e no qual suas probabilidades de ação social ganhavam significação política. Por essa razão (e também como consequência semântica da dominação estamental: os 'outros' não contavam, sendo portanto desnecessário pensar ou falar em nome deles), as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil (a qual, como apontamos, delimitava o espaço social de sua vivência e de sua experiência). Termos ou expressões como 'Povo', 'Nação', 'Opinião Pública', 'o Povo exige', 'o Povo aguarda', 'o Povo espera', 'interesses da Nação', 'a segurança da Nação', 'o futuro da Nação', 'a Opinião pública pensa', 'a Opinião Pública precisa ser esclarecida', 'a Opinião Pública já se manifestou contra (ou a favor) etc. indicavam pura e simplesmente que os diversos estratos das camadas senhoriais deviam ser levados em conta nos processos políticos, desta ou daquela maneira. As verbalizações desse teor não eram meras ficções semânticas. Algumas vezes isso sucedia. Mas, com frequência, elas denotavam o nível dentro do qual a dominação estamental aparecia como momento de vontade dos agentes e traduzia alternativas políticas de consenso ou de oposição. Nessa esfera, imperavam a 'liberdade' e a 'igualdade', tornando-se indispensável atender os requisitos da 'opinião livre', como condição para garantir o substrato social,

326 Ou, como diz Florestan: "Para objetivar-se e agir politicamente, no patrocínio de seus 'interesses gerais', os estamentos dominantes precisavam do aparato administrativo, policial, militar, jurídico e político inerente à ordem legal. E precisavam dele não privada e localmente, mas no âmbito da Nação como um todo." *idem*, p. 45.

moral e político da dominação senhorial, no plano estamental. Em suma, sem precisar ser 'monolítica' e 'inflexível', esta precisava ter um mínimo de homogeneidade e devia exprimir, real ou virtualmente, a solidariedade política existente ao nível dos estamentos senhoriais. A democracia não era uma condição geral da sociedade. Porém, a necessidade e recurso do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental. O debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou de omissão) recomendáveis, suscetíveis de merecer a aprovação ou de obter o consentimento dos 'cidadãos prestantes' e da parte socialmente válida dos 'cidadãos ativos'. Por essa razão a sociedade civil constituía o ponto de referência do debate político e encarnava, em última instância, o árbitro figurado que iria julgar ou estaria julgando o mérito das decisões.<sup>327</sup>

A circunscrição política da sociedade civil não negava contudo - nem poderia fazê-lo - a diversidade e o desenvolvimento da mesma. Isto implicava em que segmentos sociais portadores de uma inserção social não especificamente senhorial tivessem acesso ao plano político. Tal consequência era importante e funcional na medida em que a dimensão mercantil do latifúndio exigia e impunha a participação social em todos os níveis de segmentos sociais (forâneos ou internos) envolvidos com a mercantilização dos produtos coloniais. Contudo, a hegemonia política dos segmentos senhoriais precisava ser preservada a qualquer custo, o que envolvia a convivência de uma ordem política liberal e "democrática excludente" com instituições de caráter essencialmente autoritário, mesmo quando referidas à restrita sociedade civil imperial. Isto será garantido em primeira instância pela forte centralização política imperial e pela constituição e vigência de instituições como o Senado vitalício e o Conselho de Estado que, articuladas ao Poder Moderador, definiam os estreitos limites dentro dos quais a ordem institucional poderia servir de canal de expressão e realização de anseios e reivindicações contraditórias ao projeto da elite do estamento

<sup>327</sup> Idem, p. 44.

dominante. Estas instituições, por sua vez, viriam complementar e garantir plena eficácia à apropriação ideológica dos princípios do liberalismo e sua transformação em instrumento de defesa da limitação dos "níveis em que a ação do Governo e a presença do Estado envolviam concentração de poder suficiente para neutralizar o particularismo da dominação estamental"<sup>222</sup>.

O resultado final desta hábil montagem política será a consolidação de uma ordem nacional que estará no centro da profunda redefinição do padrão de reprodução econômica e da trajetória dinâmica da sociedade escravista mercantil brasileira ao longo do século XIX. A explicitação deste processo (e de sua vinculação orgânica com a crise da era neocolonial) será objeto da seção seguinte deste capítulo. Antes, porém, uma última observação.

O relato feito acima revela a profundidade de uma contradição que já havia sido enfrentada por nós na segunda seção de nosso capítulo terceiro: o caráter simultaneamente mundial e nacional da "era das revoluções" burguesas. Afinal, como vimos anteriormente, o processo brasileiro de Independência nacional comporta uma insofismável dimensão revolucionária capaz de defini-lo como um momento (ainda que menor e subordinado) do processo mais geral de emergência do modo especificamente capitalista de produção a nível internacional. Vale dizer: não é possível ignorar-se a "contemporaneidade" do processo brasileiro de Independência e constituição de um Estado nacional formalmente moderno e liberal. É isto tanto mais quando - como é evidente - esta "modernidade" não está referida apenas à "forma" do

<sup>222</sup> Idem, pp. 44 e 45.

ordenamento político interno, mas sim - e acima de tudo - ao avanço *contraditório das relações sociais competitivas ao nível da elite da sociedade escravista* com base na nova qualidade e intensidade das relações deste segmento social com o capital comercial internacional.

Por outro lado, não se pode negar a centralidade da dimensão conservadora, pré-capitalista e contra-revolucionária do movimento histórico consubstanciado na Independência, dimensão esta que se manifesta desde já no caráter instrumental deste movimento para a sustentação e aprofundamento do escravismo enquanto relação social básica de produção. Ou, em outras palavras: não se pode perder de vista que o fundamento em última instância da incorporação da ideologia (e - de forma necessariamente descaracterizada - da utopia) liberal por parte do senhorio se encontra nas potencialidades instrumentais da mesma para a sustentação e aprofundamento da ordem escravista e mercantil. Neste sentido, a transição da Independência revela-se um caso exemplar e particularmente perverso de um certo padrão de arranjo político conciliatório (infelizmente recorrente no processo histórico brasileiro) cuja tônica é dada pela regra segundo a qual *"plus cela change, plus cela c'est la même chose"*.

Ora, mais uma vez o que temos pela frente é uma contradição real. E mais uma vez esta não deve e não pode ser escamoteada pelo resgate unilateral e dogmático de uma dimensão da realidade em detrimento da outra, pois isto só serviria para empobrecer a apreensão teórica deste complexo e rico processo. Pelo contrário, há que se reconhecer a profundidade desta contradição e buscar entender seus fundamentos materiais. É isto que faz Florestan ao afirmar:



"Dessa perspectiva, a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propositos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propositos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma Nação. A coexistência de elementos tão antagônicos provinha de uma realidade inexorável, percebida e apontada mesmo pelos homens que conduziam os acontecimentos (como José Bonifácio, por exemplo). A grande lavoura e a mineração, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial - da escravidão, à extrema concentração da renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização permanente da enorme massa de homens livres que não conseguia classificar-se na sociedade civil e a erosão invisível da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências. Portanto a Independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional."<sup>229</sup>

Pode-se dizer, portanto, que os fundamentos materiais da consolidação da Independência como processo (contra)revolucionário se encontram, em última instância, nas contradições iminentes ao caráter *mercantil* de nosso escravismo e na heteromia e "descompasso histórico" estrutural de uma economia que se gesta e, ainda nesse período, se reproduz essencialmente como economia colonial.

mas se estes são os fundamentos materiais da contradição apontada, quais são suas consequências? Ainda que a nível global esta questão só possa ser enfrentada mais adiante, uma destas consequências pode e deve ser objeto de nossas considerações desde já. Referimo-nos às funções do

<sup>229</sup> Idem, p. 32.

Estado e à flexibilidade necessária para o cumprimento das mesmas ao longo do tempo. A este respeito, Florestan nos diz:

"Essa correlação entre o 'velho' e o 'novo' (que está no cerne do processo político da independência) evidencia que o Estado preenchia funções sociais manifestas em dois níveis distintos. As elites dos estamentos senhoriais precisavam dele, quase na mesma proporção: 1º) para manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político; 2º) para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional. O que tem tornado precária e difícil a distinção é que o primeiro aspecto, por ser chocante na emergência de uma Nação do 'novo mundo', é mais visível que o segundo. Mas este não só existiu. Foi ele que tornou possível o êxito da independência e a continuidade do Império, pois era dele que partiam as forças mais ou menos profundas de inovação e reconstrução"<sup>330</sup>

Vale dizer: ao Estado imperial caberá tanto *preservar a ordem econômica escravista e senhorial*, quanto *aprofundar a integração da sociedade que se desenvolve como sociedade propriamente nacional*. É evidente que estas funções são contraditórias pois, ao aprofundar a integração da sociedade no contexto histórico determinado, o Estado abre espaço para o desenvolvimento de relações de mercado a nível interno que entram em confronto com a ordem escravista. Afinal

"o novo contexto político era, nada mais nada menos, que a ordem legal requerida, institucionalmente, pelo Estado moderno. Portanto, por mais que o passado persistisse, ele não se manteria intacto, pois a sociedade colonial brasileira teria de converter-se, em vários níveis de sua organização, numa sociedade nacional. Além disso, tal processo era irreversível e, apesar do volume das mudanças iniciais interdependentes, que ele pressupunha, deveria desenrolar-se e completar-se no plano da duração secular e através da colaboração, da competição e do conflito de um grande número de gerações sucessivas."

<sup>330</sup> Idem, p. 47 (o grifo é meu).

<sup>331</sup> Idem, p. 46.

a solução do conflito será dada pela busca permanente em administrar e regular o processo de modernização a partir da lógica e dos interesses dos segmentos senhoriais. Isto envolverá não apenas todo um trabalho político voltado para o adiamento da emergência de transformações na ordem legal, jurídica e institucional capazes de adequar a sociedade e o Estado à ordem social competitiva e moderna. Tão importante quanto isto será a consolidação de mecanismos (associados à sustentação do caráter patrimonial do Estado) que permitem transformar em "letra morta" toda a ordem legal e jurídica "moderna" que contradiga frontalmente os interesses da elite do estamento dominante. Nestes casos, a legislação "moderna" não consegue alcançar qualquer vigência efetiva, não passando de uma legislação "para inglês ver" que tem como única função o cumprimento meramente formal de acordos pactuados com os parceiros válidos do senhorio interessados na aceleração do processo de modernização. Um exemplo clássico deste procedimento é a *Lei Feija* de 7 de novembro de 1831 que proibia o tráfico negreiro e impunha penalidades aos traficantes. Esta lei, que resultava da Convenção de 1826 com a Inglaterra, não surtiu qualquer efeito real, impondo nova legislação em 1850 cuja eficácia só pode ser entendida a partir do aumento das pressões inglesas consubstanciadas no "Bill Alberdeen".

A constatação da desconexão entre o ordenamento legal e o ordenamento real que preside o padrão efetivo de reprodução da sociedade não retira, contudo, importância e significado daquele primeiro. O que importa ressaltar é que a equação política montada permitia a absorção interna crescente da ordem jurídica e institucional adequada à vigência e desenvolvimento da sociedade de classes. O segredo deste processo se encontra no fato de que:

"As condições histórico-sociais imperantes favoreceram, singularmente, o rápido envolvimento [do conjunto dos] segmentos das elites senhoriais [com a ordem institucional requerida pela sociedade moderna] e, o que é mais importante, imprimiram à modernização amplitude, proporções e intensidade consideráveis para uma sociedade literalmente submersa no tradicionalismo. O setor que eventualmente poderia resistir às mudanças encontrava nelas um meio para conquistar autonomia real e para assumir o controle político da Nação emergente. Doutro lado, como ele próprio regulava e conduzia, através de suas elites, as diferentes fases do processo, nada tinha a temer das inovações socioculturais e tudo tinha a ganhar do que elas representassem para a 'organização nacional'."<sup>332</sup>

Assim, o fato de que a institucionalidade "moderna" só ganhasse vigência efetiva de forma paulatina e circunscrita ao interior dos segmentos sociais privilegiados, não pode obscurecer o fato de que:

"Um País que mal emergia do estatuto colonial e que não podia pôr termo à ordem social herdada do sistema colonial, engendrava não só um Estado nacional bastante *moderno*, mas, sobretudo, virtualmente apto à *modernização* ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais."<sup>333</sup>

mais ainda do que isto: a modernidade da forma assumida pelo Estado imperial escravista não se consubstanciará apenas em uma capacidade adaptativa do mesmo aos processos de modernização em curso impositivo no interior da sociedade civil. O Estado se estruturará de tal forma a contar com instrumentos portadores de *potencialidades impulsivas* do processo de modernização da sociedade, instrumentos estes que - a partir do momento em que o desenvolvimento das relações competitivas a nível interno e a crise da ordem escravista se mostrar inexorável - serão *essencialmente* utilizados para *administrar politicamente a transição interna do escravismo para a ordem capitalista assentada sobre o*

332 Idem, p. 65.

333 Idem, p. 38 (os grifos são meus).

assimilamento. Este processo será mais visível a partir de meados da década de 60 do século passado, quando o Estado imperial será mobilizado com vistas ao ordenamento da assimilação crescente da ordem tecnológica e societária capitalista no momento em que a economia mundial inicia a transição para sua etapa imperialista.

O que importa reter de todos os desenvolvimentos acima é que a capacidade de administração do processo de modernização social e econômica interna demonstrada pelo Estado escravista imperial não resulta de qualquer "autonomia" (relativa ou não) desta instituição frente à sociedade civil e à elite do estamento dominante no período. Esta capacidade do Estado imperial escravista de, em momentos distintos, *postergar e impor* a vigência de uma institucionalidade moderna, resulta tão somente do fato de que a ordem escravista mercantil comporta um padrão de reprodução marcadamente contraditório, o que impõe a emergência de funções e práticas igualmente contraditórias à sociedade política que se gesta sob essa ordem.

## 2. Dinâmica e crise da era neocolonial

Se tivéssemos de definir em poucas palavras o significado econômico da era histórica neocolonial para Florestan, diríamos que este se encontra na *estruturação do processo de acumulação interna originária de capital*. Ora, aceitarmos esta caracterização como ponto de partida da investigação sobre a dinâmica econômica da era neocolonial implica desde já o reconhecimento do caráter *farfio* do processo de acumulação primitiva no Brasil. Mas isto não é tudo: o simples fato de que este

processo se dê no momento em que o comércio internacional passa a ser hegemônico pelas emergentes potências capitalistas industrializadas já revela que a acumulação originária brasileira não poderá comportar o mesmo conteúdo e consequências que a acumulação originária na Europa.

De fato, as diferenças quantitativas e qualitativas destes dois processos serão extremamente significativas. A clareza de Florestan a este respeito é insofismável, e está na base das importantes diferenças de sua leitura com a de outros autores que também reputam um caráter tardio à emergência e consolidação do processo de acumulação de capital no Brasil. Para que se entendam estas diferenças é preciso que se entenda como Florestan interpreta as consequências do término do estatuto colonial para o processo de distribuição do sobretrabalho escravo entre os agentes econômicos internos e externos.

Para Florestan, os limites dentro dos quais a nova equação política referida à montagem do Estado nacional é capaz de determinar a endogeneização do excedente produzido a partir da sustentação da ordem econômica colonial são bastante estreitos. Não será por outra razão que este autor recusa qualquer movimento de fazer derivar a era neocolonial diretamente do fim do estatuto colonial. Ainda que não se possa encontrar em sua obra uma análise sistemática dos rebatimentos da nova ordem internacional (e da nova divisão mundial do trabalho que esta gesta) sobre o padrão de formação de preços (e, portanto, de apropriação e distribuição do valor) dos 'produtos coloniais' brasileiros, Florestan deixa bastante clara sua interpretação de que a forte competitividade internacional e a débil acumulação interna de capital

334 O que, diga-se de passagem é uma carência da literatura histórica brasileira em geral, mesmo da mais recente.

durante o período colonial minam profundamente o poder de barganha dos setores nacionais no rateio do excedente gerado pela economia escravista. Assim é que nos diz:

"Os agentes ou agências econômicos estrangeiros, interessados em operar na esfera da comercialização dos produtos tropicais ou em tirar proveito das aplicações do excedente econômico que aquela produzia, viram-se em condições de assumir o controle econômico da antiga Colônia, sem riscos imprevisíveis, de natureza política e sem os vários tipos de ônus econômicos resultantes do sistema colonial. Na verdade, o essencial consistia na reelaboração econômica da apropriação colonial. As alíquotas de que participavam a Coroa, seus prepostos e as companhias comerciais poderiam ser extintas ou redistribuídas. Na primeira alternativa, a própria apropriação colonial seria condenada; na segunda, ela seria redefinida e reimposta por meios estritamente econômicos. O problema que se colocava para o produtor brasileiro e para o importador estrangeiro, estava em decidir como se processariam as coisas e quem ficaria com a parcela maior das vantagens decorrentes."

E, logo adiante:

"... a situação do mercado imperante tolheu [os anseios do segmento senhorial interno], deixando-lhes, realmente, apenas a perspectiva de acomodação à substituição dos tipos de controle. Iveram, pois, de se contentar com as vantagens econômicas inerentes à autonomização política do País, deixando aos importadores europeus uma ampla margem de dominação econômica, que só seria eliminada se se extirpasse a grande lavoura exportadora. Os importadores estrangeiros aproveitaram-se, por sua vez, da estrutura da situação de mercado interna e das disposições econômicas da aristocracia agrária. Como só eles dispunham de recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais para pôr em marcha os desígnios nacionais acalentados pela autonomização política, coube-lhes dirigir, na realidade, a reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional. Aceitando a internalização dos processos de exportação e de importação e deslocando a marginalidade econômica do exportador brasileiro do nexo político para o nexo econômico, ao mesmo tempo em que se acomodavam às transformações e às vantagens econômicas que elas conferiam à aristocracia agrária emergente, os agentes econômicos externos criavam bases frutíferas para uma composição vantajosa. Em pouco tempo, conseguiram lograr tamanho êxito, nessas operações, que converteram a aristocracia agrária em uma espécie de sócio

menor, malgrado as tendências e as consequências políticas internas da burocratização da dominação patrimonialista."\*\*\*

Ura, as duas passagens reproduzidas acima não fazem mais do que referendar a leitura introduzida anteriormente a respeito da centralidade da montagem do Estado e de sua política econômica tendo em vista a heteronomia econômica estrutural do senhorato e da economia nacional. O que fundamenta esta interpretação é o fato de que, sob a nova ordem competitiva mundial gestada pela revolução industrial, pelo menos uma parcela do excedente apropriado no interior do *círculo de comercialização* das "mercadorias coloniais" será deslocado do mesmo (sendo parcialmente redistribuído, e parcialmente destruído *enquanto valor*) com a crise do padrão *especificamente mercantil* de valorização. Ou, em outras palavras: a superação do padrão de "esbulho" da economia interna que resultava da vigência do antigo sistema colonial não pode determinar a endogeneização daquelas rendas metropolitanas que se assentavam *exatamente sobre os monopólios institucionais e o exclusivo de comércio*. A constituição do modo especificamente capitalista de produção ao nível dos emergentes países hegemônicos envolve a gênese de um novo padrão estrutural de produção e distribuição do excedente que se desenvolve em detrimento dos setores produtores de bens primários e mercantis e a favor dos novos setores industriais e financeiros. Por isto mesmo, pode-se dizer que, a despeito de sua inquestionável importância, o processo de endogeneização das antigas "rendas metropolitanas" será apenas parcial, vendo-se profundamente restringido pela nova dinâmica do comércio internacional.

336 Idem, pp. 92 e 93 (o grifo é meu).



Isto não significa, evidentemente, que a endogeneização de parte do excedente anteriormente apropriado por Portugal não venha a ocorrer de forma alguma. Florestan chama a atenção tão somente para a necessidade de que não se perca de vista a radicalidade da ruptura histórica representada pela revolução industrial ao dimensionarmos aquele processo. De fato, os polos mais importantes pelos quais este processo se deu encontram-se centrados em dois níveis: a) na internalização total (se desconsiderarmos os compromissos com a dívida externa) dos fluxos de receitas e gastos do Estado; e b) na internalização de uma parcela maior dos rendimentos provenientes de certos circuitos produtivos e comerciais que anteriormente se efetivavam ou eram controlados totalmente desde fora. Ora, vale a pena notar que nenhum destes dois desenvolvimentos trás imediatamente ganhos econômicos para o senhoriato. Em particular é importante observar que, se a constituição do Estado nacional impõe a endogeneização de uma parte alíquota maior do excedente global produzido internamente (que será necessária à criação e sustentação do conjunto de instituições capazes de garantir um adequado funcionamento àquela instituição), esta parcela do excedente consubstanciada na arrecadação fiscal e para-fiscal do Estado não assume imediatamente a forma de apropriação privada e, portanto, de substrato da acumulação privada de capital a nível interno. Mas isto não é tudo: pelo menos uma parcela do onus representado pela montagem do Estado e sustentação de seus gastos correntes recairá sobre os próprios segmentos proprietários nacionais, o que implica em certas vantagens para o capital industrial e comercial das potências emergentes que - diferentemente do que ocorria sob o antigo sistema colonial - não terão mais de participar *impositivamente* da sustentação das instituições e aparelhos regulatórios e repressivos necessários a manutenção da ordem social e produtiva interna.

Finalmente há que se levar em consideração o fato de que, mesmo aquela parcela do excedente econômico apropriado na era colonial pelos agentes mercanciais portugueses e que não será destruída ou redistribuída em prol do capital industrial forâneo, tenderá a ser apropriadas pelos agentes comerciais externos. Como as passagens de Florestan reproduzidas acima deixam claro, a debilidade do poder de barganha econômica do senhorato escravista é estrutural. Seu ponto de partida é o fato de que o processo de realização das mercadorias coloniais se encontra totalmente fora de seu controle. Mas isto não é tudo: tendo em vista a profunda fragilidade da acumulação interna ao longo da era colonial<sup>337</sup>, parcela expressiva dos custos da plantagem escravista terá de ser financiada pelo capital comercial externo. Este fato determina não apenas a canalização para fora de um importante fluxo de receitas. Implica igualmente a perda de controle sobre a dinâmica de expansão, continuidade e transformação a longo prazo da produção de certos bens coloniais. Este processo dinâmico será definido em níveis não desprezíveis pelos interesses (primariamente econômicos, mas também geopolíticos) das burguesias industriais forâneas, e se consubstanciará na dificuldade do conjunto dos produtores escravista em se inserirem de forma sólida e perene no circuito mercantil internacional tendo por base uma produção de bens primários simultaneamente diversificada e centrada sobre produtos efetivamente estratégicos (como o algodão, por exemplo) para o comércio mundial.

337 Que, ainda quando ocorria de forma mais intensa (como no período da mineração), não se consubstanciava em acumulação propriamente capitalista, mas em crescimento do patrimônio do senhor, um patrimônio relativamente líquido, só em parte voltado para a valorização e, mesmo esta parte, comprometida fundamentalmente com a produção interna à célula econômica e não com o processo de financiamento da produção em geral.

A debilidade crônica da acumulação interna de capital a partir dos limites à endogeneização do excedente não será, contudo, a única peculiaridade de nossa fase de acumulação originária. Como é sabido, mais importante ainda do que o "volume" alcançado pela acumulação pré-capitalista de valor-capital são os reflexos deste processo sobre a ordem produtiva circundante. É o padrão de resposta da antiga ordem econômica ao desenvolvimento das formas primitivas de acumulação capitalista - a receptividade maior ou menor daquela à generalização das relações mercantis em seu interior e sua capacidade de gerar novos agentes sociais vinculados organicamente às bases materiais do trabalho abstrato - que determinará a "eficácia histórica" maior ou menor das referidas formas no sentido de estimular a gênese do modo especificamente capitalista de produção. E aqui se introduz mais uma especificidade de nossa acumulação originária tardia. Diferentemente do que ocorreu na Europa onde este processo levou a um expressivo desenvolvimento de circuitos mercantis produtivos (artesanais e manufatureiros) urbanos (que servirão de base para a transição à grande indústria), a equação exportadora de economia neocolonial brasileira e a imposição do livre-cambismo debilitará sobremaneira o dinamismo destes mesmos setores a nível interno ao longo da era histórica responsável pela constituição das bases capitalistas da economia.

Como se isto não bastasse, a sustentação e expansão do escravismo alicerçado sobre o tráfico atlântico determinará a continuidade do processo de transferência de parcela expressiva do excedente gerado na produção escravista para o controle do "velho capital mercantil", agora internalizado. Sem dúvida alguma, a internalização parcial dos ganhos e

dos agentes sociais ligados ao tráfico tem amplo significado histórico e econômico. Este, como bem nos lembra Florestan, será um dos pilares do processo de acumulação originária interna. Em suas palavras:

"A questão é clara: a emancipação fez com que o Brasil também participasse do circuito do 'mercado triangular'. Ainda que se escoasse para fora uma boa parte dos lucros produzidos pelo tráfico, a partir da abertura dos portos, do Vice-Reinado e da independência uma boa parte da riqueza que tinha essa origem ficou em 'praças brasileiras'."

Contudo, tampouco este movimento pode ser superestimado na análise dos determinantes do processo de desenvolvimento econômico do qual o Brasil será palco ao longo da era neocolonial e que gerará as condições para a continuidade da transição para a ordem burguesa como um processo típico de revolução dentro da ordem. E isto porque, a despeito da liberalização da economia e do aprofundamento da ordem competitiva no interior dos círculos ligados à mercancia, o tráfico negreiro - em função de suas próprias características estruturais - continuará dominado por setores com grandes dificuldades para superarem a lógica tipicamente mercantilista de acumulação. Afinal, o tráfico é um empreendimento essencialmente especulativo que tem sua lucratividade determinada, antes de mais nada, pela preservação de relações sociais de produção pré-capitalistas tanto no país comprador da mercadoria, quanto nas regiões ofertantes do braço escravo, onde o segredo comercial e os acordos políticos com as tribos apresadoras (com ou sem a anuência e participação nos ganhos dos Estados metropolitanos das distintas colônias africanas) valem muito mais do que qualquer processo de "racionalização e modernização financeira, comercial e produtiva". O

398 FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1977. p. 27. Parece claro que, nesta passagem, a referência ao "Vice-Reinado" deve ser traduzida por "Reino-Unido".

horizonte econômico, cultural e político destes agentes e, portanto, extremamente limitado. Seus interesses maiores - e em grande parte, o resultado objetivo de suas ações - passam pela sustentação de um padrão de crescimento tipicamente horizontal da economia, preservado o escravismo e, em sua essência, o *status quo ante*.

A percepção das profundas diferenças entre nosso próprio processo de acumulação originária e o processo europeu não deve obscurecer, contudo, as igualmente notáveis similaridades destes dois movimentos históricos. Afinal, ambos têm o mesmo ponto de partida: a capitalização interna de um excedente extraído a partir da sustentação política de condições de exploração de trabalho que são não-especificamente capitalistas, e a substancial ampliação da fração do "patrimônio senhorial" que deixa de servir de base à produção de valores de uso para comprometer-se com a "valorização de valor" a partir do desenvolvimento das relações mercantis/monetárias a nível interno. Como se isto não bastasse, ambos os processos históricos resultarão - como desdobramento da diversificação da estrutura (re)produtiva interna - na emergência e crescente importância econômica e política de agentes identificados com o aprofundamento da ordem social capitalista. Na base de todo o processo, as condições históricas que permitiram a superação das tendências à entropia inerentes ao latifúndio escravista colonial e que se consubstanciarão na montagem de um Estado nacional capaz de articular uma política econômica voltada para a defesa deste. Nas palavras de Florestan:

"O único fato positivo, de teor dinâmico novo, [derivado da emancipação] relaciona-se com as potencialidades econômicas da grande lavoura. No passado colonial recente, elas eram tolhidas, solapadas ou neutralizadas através de mecanismos dirigidos pela metrópole; a emergência da ordem social nacional não só

representou a abolição desses mecanismos, como o aparecimento de novas condições, naturais e artificiais, de incentivo e de proteção aos interesses da lavoura. Por conseguinte, a relação da lavoura com o contexto económico sofreu alterações relevantes e suas potencialidades económicas foram rapidamente absorvidas pelo meio sócio-económico. ... Há a considerar aí, dois tipos de consequências: 1º) as reacções em cadeia à supressão do estatuto colonial e da ordem social correspondente; 2º) as pressões diretas e indiretas que as novas estruturas políticas exerciam sobre a diferenciação e a expansão do sistema económico. Estas pressões não podem ser subestimadas, pois, no caso, a construção de um Estado nacional independente teve de ser acompanhada da criação e da diversificação de vasta rede de serviços (o que contribuiu para acelerar o desenvolvimento urbano), e significou o controle do poder pelas elites senhoriais (o que acarretou um novo tipo de adaptação da economia do país às condições heteronómicas impostas pelo mercado externo). 339

E, adiante:

"Como os processos económicos mais significativos para o crescimento [ao longo da era neocolonial] se desenrolavam como consequência das transformações no modo de ordenar, dirigir e explorar os fatores económicos (efeitos económicos de um processo político: a grande lavoura libera-se dos entraves resultantes do estatuto colonial e organiza-se como força económica), as alterações estruturais e dinâmicas mais relevantes ocorrem ao nível da reorganização do fluxo de renda e do seu impacto sobre a economia interna. Antes, o fluxo da renda era canalizado de dentro para fora. Graças à extinção do estatuto colonial e à independência, ele passa a orientar-se para dentro. Parece fora de dúvida que, tanto no plano interno quanto no plano da vinculação com o mercado externo, as vantagens diretas e imediatas foram, como salientam os estudiosos, pouco profundas. O país livrou-se da condição legal de Colônia, mas continuou sujeito a uma situação de extrema e irredutível heteronomia económica. Não obstante, como as elites senhoriais absorveram o controle da economia, do Estado e da vida social, elas não só colocaram um paradeiro ao 'esbulho colonial', transferindo para si próprias parcelas da 'apropriação colonial', que ficavam nas mãos da metrópole ou de seus agentes económicos. Elas adquiriram uma posição mais vantajosa seja para participar de forma compensadora na renda gerada pela exportação, seja para gerir livremente as aplicações reprodutivas (ou sibaríticas) do excedente económico. Sob esses aspectos, a constituição de um Estado nacional independente punha termo à forma de expropriação colonial, que submetia o agente económico interno a uma inevitável e irredutível espoliação típica. Além disso, deixava-o livre para explorar, nos limites de suas possibilidades, os

modelos de ação econômica absorvidos dos centros hegemônicos externos.<sup>340</sup>

Dois aspectos são centrais nas passagens de Florestan reproduzidas acima: 1) a relevância dada por este autor à constituição do Estado enquanto instituição impulsiva da diferenciação da economia interna e articuladora de uma política econômica capaz de definir uma rearticulação do fluxo interno de renda no sentido da defesa dos ganhos do senhoriato escravista; 2) as consequências positivas deste movimento histórico para a emergência de agentes sociais (incluindo-se aí uma parcela expressiva do próprio senhoriato escravista que, crescentemente, aburguesa suas concepções econômicas e políticas) identificados com o aprofundamento da ordem mercantil. Quanto ao primeiro aspecto, Florestan dirá:

"Para resguardar-se dos efeitos nocivos ou desvantajosos (da situação de crônica heteronomia econômica), sempre que a adversidade o exigisse com alguma latitude e segundo certos mínimos de modo permanente, os 'senhores rurais' aprenderam bem depressa a manipular estrategicamente, em seu favor, os fatores de defesa interna que pudessem ser mobilizados com relativa eficácia. Por essa razão, a extrema concentração da renda ocultava uma política tipicamente estamental de proteção dos interesses econômicos senhoriais, contra qualquer outro tipo de interesse, indivíduos, de outros grupos ou da coletividade. Daí provinha um envolvimento explícito do Estado numa teia de obrigações que deveriam recair sobre a iniciativa privada, mas que esta reclamava como um direito (da criação de capital social, que beneficiasse unilateralmente os interesses privados ou coletivos dos 'lavradores', a intervenção direta ou indireta na gestão de mecanismos adicionais de transferência da renda para a 'Lavoura')."<sup>341</sup>

Infelizmente, Florestan não nos oferecerá um tratamento teórico-histórico exaustivo capaz de comprovar sua proposição em torno da consistência e eficácia (relativa) da política econômica do Estado

<sup>340</sup> Idem, p. 63 (os grifos são meus).

<sup>341</sup> Idem, p. 70.

imperial na defesa dos interesses do senhoriato escravista. Tal carência na obra deste autor é parcialmente explicável pelo fato de que seus trabalhos de "sociologia histórica" vão se fundamentar ter na própria produção historiográfica crítica e tradicional, e não deixa de ser notável a escassez de trabalhos científicos de folêgo voltados à análise sistemática da política econômica do período. Não pode restar qualquer dúvida a respeito do caráter problemático deste quadro, que resulta na sustentação do caráter *hipotético* da leitura de Florestan. Por outro lado, é preciso reconhecer que esta não é uma hipótese qualquer. Ela apresenta não só uma sólida amarração teórica e capacidade explicativa dos fatos transcorridos: os fragmentários desenvolvimentos da historiografia em torno da política econômica imperial parecem comprová-la essencialmente. Senão, vejamos.

Ao nível da política de administração da oferta e controle da força de trabalho, a aderência das gestões estatais aos interesses da 'lavoura' é mais do que clara, manifestando-se de forma privilegiada em três momentos: na sustentação do tráfico negreiro até 1851 a despeito das pressões inglesas<sup>342</sup>; no "gradualismo" do processo de extinção do escravismo internamente<sup>343</sup>; e, nos últimos momentos do Império, na adoção de uma política imigrantista (em que o Estado assumia

342 Vide, a este respeito, MANCHESTER, A.K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 (em particular os capítulos VII e IX).

343 Gradualismo este que, como muito bem o observou Sergio Silva, se impedia uma ruptura crítica da ordem (o que não era interessante sequer para os setores mais identificados com o aprofundamento da ordem mercantil), impunha o atraso na montagem do mercado livre de trabalho e preservava, ao limite de suas possibilidades históricas, a ordem senhorial. Vide, a este respeito, SILVA, Sergio. *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986, pp. 38 e segs.



crecientemente o ônus do processo<sup>344</sup>) adequada à montagem de um mercado de trabalho livre e redundante capaz de determinar a depressão ao máximo da taxa de salário interna. O mesmo há de se notar no que diz respeito à política agrária. O fim do processo de doação de terras sob o estatuto das sesmarias já no Primeiro Império<sup>345</sup>, a abolição dos morgados e das capelas durante a Regência<sup>346</sup>, a absoluta tolerância com os processos de grilagem de terras de que serão palco as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste paulista<sup>347</sup>, e a votação da nova lei de terras em 1850 consagradora do latifúndio e inibidora do acesso dos homens livres pobres à propriedade do solo<sup>348</sup>, são medidas que vão no sentido do fortalecimento da posição econômica e social do senhorio.

Não será distinta a avaliação que se pode fazer do caráter das políticas tributária, cambial e monetária. No que diz respeito à primeira, o que chama a atenção é a insuficiência crônica da carga tributária interna para dar conta das necessidades correntes do Tesouro. Entre outros fatores, Heitor Ferreira Lima apontará como causa desta insuficiência o fato de que

"os setores de maiores rendimentos (os produtores agrícolas e a terra) eram os que sofriam menos taxações, recaindo sobre as cidades e os habitantes urbanos os mais elevados ônus

344 Vide, a este respeito, o vigésimo segundo capítulo de FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

345 Sobre a importância da lei de 17 de julho de 1822 que extingue o regime de sesmarias no Brasil para a consolidação do poder social e econômico do senhorio, vide GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 58 e 59.

346 Vide, a este respeito, BURENDEK, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980. pp. 378 e segs.

347 Idem, p. 385.

348 Conforme o artigo "Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos" em CUSIA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 143 e segs.

tributários, numa verdadeira discriminação de classes a tal respeito<sup>349</sup>.

Ainda segundo Lima, os recorrentes déficits orçamentários originados pela própria política fiscal serão parcialmente cobertos com empréstimos externos, cujas amortizações e juros contribuíam para o aprofundamento dos problemas de balança de pagamentos. Estes problemas, por sua vez, eram enfrentados com desvalorizações cambiais que transferiam o ônus dos desequilíbrios mais uma vez para os setores urbanos, ao mesmo tempo que ampliavam as rendas nominais dos setores ligados à produção e comercialização dos bens exportáveis<sup>350</sup>.

O funcionamento do sistema de câmbio flutuante - necessariamente associado a um padrão monetário fiduciário - não deve ser interpretado, contudo, como um sinal de extemporânea modernidade. Ele revela, e bem verdade, o desenvolvimento de relações mercantis especificamente internas que impõem o desenvolvimento de um padrão monetário capaz de garantir uma certa autonomia no controle da liquidez da economia. Mais do que isto: revela a complexificação das relações de débito e crédito da mesma, que passam a ser garantidas por títulos governamentais (é a isto que se reduz o papel-moeda emitido pelo governo, seja ou não conversível e tenha ou não curso forçado). A importância destes movimentos é inquestionável: eles são os signos mais claros da

349 LIMA, Heitor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 285. A interpretação de que, ao longo do Império, busca-se transferir para o exterior e para os setores urbanos consumidores o ônus da sustentação do Estado encontra guarida no primeiro capítulo de LUZ, Nícia Vileira. *A Luta pela industrialização do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978 (em particular, pp. 24 e 32). Neste texto, Luz mostrará que a discussão política em torno das tarifas alfandegárias de importação encontra-se referida, antes de mais nada, a questões fiscais associadas à necessidade de impedir uma sobrecarga tributária à lavoura.

350 Vide, a este respeito, FURTADO, Celso. *Op. cit.*, capítulo XXVIII.

modernidade em gestação. Mas não se pode ignorar quais são as bases da representatividade do Estado que permitem à "fidúcia" se constituir como moeda mestra do avanço das relações mercantis e de débito e crédito internas: ela se encontra assentada sobre o compromisso de sustentação da ordem escravista, e, portanto, sobre a limitação do desenvolvimento da ordem contratual e mercantil. Por isto mesmo deve ser interpretada com muito cuidado a correta afirmação de Granziera de que a

"lei n. 54 de 6 de outubro de 1895 [consubstanciava-se em um] poderoso instrumento anticolonial e de afirmação de uma economia nacional mercantil. Por essa lei foi suprimido o curso dos antigos bilhetes de banco e moedas de cobre, sendo ambos substituídos por papel-moeda oficial. Este passou a coexistir como moeda ao lado do metal, sendo ambos irrecusáveis em todo o território nacional."<sup>351</sup>

Afinal, como bem o sabe este autor, a "modernidade" do padrão monetário não se traduzirá em políticas monetária e financeira igualmente "modernas". Ao longo de todo o período imperial os setores produtivos e comerciais conviverão com intermitentes problemas de liquidez (que estarão na base das grandes crises financeiras de 1857, 1864 e 1875) e crônicos problemas de financiamento de longo prazo. O esforço para sustentar uma política monetária ortodoxa - manifesta nas tentativas de administrar o déficit público pelo endividamento externo e interno do Estado<sup>352</sup> em detrimento do recurso à emissão de papel-moeda, assim como nos fortes controles impostos à emissão bancária -, e a recorrência dos projetos de retorno à pureza do padrão-ouro (projetos estes que extrapolarão ao Império) não podem ser interpretados como

351 GRANZIERA, R.G. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1979, p. 24.

352 Sobre o peso do endividamento interno, veja-se GRANZIERA, R. G. Op. cit., p. 123 e 124.

"desvios teóricos" ou mera "subordinação ideológica" dos dirigentes políticos do Estado escravista a interesses forâneos<sup>353</sup>. Estes movimentos respondem, na verdade, a necessidade de se contemplar os "interesses da lavoura", cuja reprodução a longo prazo depende, por um lado, do desenvolvimento de circuitos mercantis internos - fundamento da modernidade do padrão monetário -, e, por outro lado, da limitação da irradiação destes mesmos circuitos - fundamento do caráter essencialmente ortodoxo e conservador das políticas fiscal, monetária e financeira<sup>354</sup> no período. É a este padrão regulatório mais geral que Florestan se refere quando diz:

"Graças principalmente às facilidades proporcionadas pelo monopólio do poder e pelo controle do aparato estatal, a aristocracia agrária podia diluir socialmente os custos negativos da produção escrava sob o regime senhorial. Lograva preservar, desse modo, as tendências de concentração estamental da renda em um ponto de equilíbrio dinâmico que assegurava continuidade àquela produção e ao próprio regime. Por conseguinte, enquanto essa acomodação pôde perdurar, tornava-se fácil manter as aparências e resguardar o destino da aristocracia agrária dos efeitos perturbadores e desagregadores da concentração do capital comercial e financeiro."<sup>355</sup>

353 Como parecem pretender FURTADO, C. Op. cit. p. 160, e GRANZIERA, R. G. Op. cit. p. 30.

354 Sem dúvida alguma, a melhor exposição da política imperial de cerceamento do desenvolvimento de atividades produtivas e financeiras especificamente capitalistas a nível interno se encontra em GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. (Em particular o capítulo oitavo, intitulado "Liberdade e Associação"). Vale a pena ainda ver a este respeito o capítulo sexto do primeiro volume de NÁBUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A. s.d. Para uma avaliação aguda (e serena, a despeito das condições especiais em que é feita) da política econômica e financeira do Império, vide ainda SOUZA, Irineu Evangelista de. "Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C e ao público". In: *Barão de Mauá: empresário e político*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Finalmente, para uma avaliação das dificuldades na montagem de um sistema hipotecário como base do financiamento à agricultura em função das garantias e vantagens políticas cedidas pelo Estado imperial ao senhorato, vide SIEIN, Stanley. *Brasileira e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Editora Brasiliense, s.d. No mesmo sentido, vide GRANZIERA, R. G. Op. cit., pp. 73 e seqs.

355 FERNANDES, F. Op. cit., pp. 108 e 109.

As contradições desta política econômica, contudo, não demorarão a se manifestar. Assim, em consonância com os interesses do senhorio de estabilizar ao máximo a estrutura produtiva e distributiva da sociedade, a política monetária ortodoxa redundará na manutenção ao longo do período de uma taxa de juros cronicamente elevada. Mas este "sucesso" não deixará de cobrar o seu preço. A perna "capitalista" do latifúndio - cuja equação financeira sofre de uma debilidade estrutural em função do próprio caráter mercantil do escravismo -, terá que arcar com o aprofundamento de sua dependência com relação aos setores responsáveis pelo financiamento da produção<sup>356</sup>. Por outro lado, a forte imbricação de interesses do senhorio com o capital comercial inglês e a debilidade econômica e militar do novo país o tornará virtualmente incapaz de sustentar a mais longo prazo sua resistência às pressões pelo fim do tráfico negreiro. Fimado este, a elevação brutal do preço da escravaria se traz em um substancial aumento dos custos de produção, reforçado ainda pelo desgaste das terras de plantio que resultam do padrão predatório de cultivo, típico do latifúndio escravista. Se se tem em vista ainda a inflexibilidade para cima dos preços dos produtos coloniais (que se realizam num mercado internacional fortemente competitivo), a elevação dos custos de transporte que resulta da interiorização de certas culturas; e o padrão de apropriação dos custos de produção típico do escravismo (em que os custos variáveis são mínimos, o que permite a sustentação da produção mesmo em etapas de

356 Veja-se, a este respeito, o artigo "Regimen econômico da escravidão", em NABUCCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., s.d. À página 229 deste texto, Nabuco chega a afirmar que "o fazendeiro ... é o empregado agrícola que o comissário ou o acionista de banco tem no interior para fazer o seu dinheiro render acima de 12%...". No mesmo sentido, vide MELLU, J.M.C. Op. cit., em especial as pp. 57, 68 e 69.

forte queda de rentabilidade); o resultado inexorável de todo este processo surgira de forma transparente: a paulatina decadência econômica das células produtivas escravistas associada a uma crescente transferência de rendimentos da lavoura para as atividades comerciais em geral (e especificamente urbanas em particular). Por isto mesmo, na continuidade mesmo da passagem reproduzida acima, Florestan dirá:

No último quartel do século XIX, porém, manifestou-se um processo que iria estabelecer uma dissociação mais profunda, afetando o núcleo das relações de produção (primeiro, ao nível da continuidade e da produtividade do trabalho escravo; mais tarde, no plano da administração e da gestão). As pressões do mercado mundial sobre os custos sociais da produção agrária atingiram, então, o arcabouço da economia escravista. Essas pressões, vistas superficialmente, punham em causa o custo e a produtividade do trabalho escravo. Pelo menos foi assim que os fazendeiros de café, na ânsia de preservar o status senhorial, tentaram interpretar e explicar o que sucedia. As adaptações econômicas desenvolvidas tendiam a aumentar a capitalização da grande lavoura exportadora, mas em condições que se mostraram ineficientes ou gravosas, pois não iam ao fulcro do problema. Passados certos limites, os efeitos desastrosos, a curto prazo, dessas adaptações, revelaram-se dramaticamente, intensificando de maneira uniforme a margem de heteronomia do senhor agrário e transformando-o em mero juguete nas mãos dos agentes internos ou externos do capital comercial e financeiro.<sup>357</sup>

Ora, o exposto acima demonstra que o êxito das políticas econômicas imperiais no sentido de defender a rentabilidade e a acumulação dos setores ligados à produção escravista terá folêgo curto. Florestan expressa essa ideia com a máxima radicalidade quando diz:

"Vendo as coisas de uma perspectiva *ex post facto*, não resta dúvida de que havia uma irremediável cegueira na visão econômica dos primeiros fazendeiros-barões. Ao exagerar a única fonte de autonomia que estava ao seu alcance e que era o poder político organizado socialmente, eles esqueceram que não poderiam deter nem modificar as pressões econômicas oriundas do mercado mundial.<sup>358</sup>"

357 FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 109.

358 Idem, p. 107 (o grifo é meu).

E adiante:

"O sistema estamental de concentração de renda sofria uma distorção, pois deslocava o excedente econômico ... [para a] expansão de um setor que colidia com os interesses, as concepções do mundo e as formas de dominação inerentes à ordem escravocrata e senhorial vigente. Sem dúvida, a grande lavoura preenchia as funções de pólo dinâmico de crescimento econômico. Fazia-o, porém, à custa do agravamento de sua heteronomia econômica e de sua ruína futura, contaminando as probabilidades de poder que o senhor agrário desfrutava como e enquanto agente econômico."

Estas afirmações parecem ser contraditórias com a pretensão de que a política econômica do Império fosse voltada à defesa do senhoriato. Mas, absolutamente, não o são. Como muito bem o salienta Florestan, a "cegueira" do senhoriato só é perceptível para nós porque nos encontramos em uma perspectiva privilegiada, observando fatos já transcorridos. Na realidade, a era neocolonial se transformará no substrato de nossa acumulação originária de capital *justamente porque a política econômica imperial foi eficaz para garantir que o latifúndio se abrisse para (e se envolvesse crescentemente com) o universo mercantil*. E isto não foi conseguido apenas a partir da "segurança política" aurida pelo estamento dominante ao reduzir "o Estado à condição de cativo da sociedade civil"<sup>359</sup>. Esta "segurança política" não teria sido suficiente se o envolvimento com a produção mercantil não resultasse - pelo menos em um primeiro momento - em substantivos ganhos econômicos para os setores produtivos. O vigor econômico das células produtoras de café no Vale do Paraíba na primeira fase destas (fase de "grandeza", como diria Stein<sup>361</sup>), demonstra suficientemente o sucesso dos arranjos econômicos

359 Idem, p. 103.

360 Idem, p. 44.

361 STEIN, Stanley. Op. cit. Veja-se, a este respeito, particularmente os capítulos que perfazem a segunda parte do referido trabalho.

do Estado escravista. A crise do "domínio" tem de ser imputada, portanto, às contradições imanentes à ordem escravista-mercantil que, crescentemente envolta no universo capitalista em desenvolvimento (não só a nível externo, mas também internamente), teria de, mais cedo ou mais tarde, colidir com mesmo e a ele se subordinar.

O crescente antagonismo entre a ordem senhorial-escravista e a ordem capitalista em desenvolvimento não se resolverá, contudo, a partir de uma "gradual e tranquila" assimilação dos padrões burgueses de organização da sociedade e da produção por parte do conjunto (ou mesmo da maioria) dos membros do decadente estamento dominante. É bem verdade que esta será uma interpretação bastante comum no interior de uma certa historiografia que - centrando sua atenção sobre a rápida assimilação dos padrões capitalistas de produção por parte de uma pequena fracção do antigo senhoriato (fundamentalmente os cafeicultores paulistas) e sobre a relativa passividade com que as demais fracções deste segmento social recebem os impactos da abolição e da República - pretende negar a existência de qualquer antagonismo essencial dos estamentos dominantes sob a (decadente) ordem escravista com o desenvolvimento dos padrões societários e de organização da economia tipicamente burgueses e capitalistas. Os argumentos que sustentam esta (frágil) leitura rapidamente se esvanecem, contudo, quando se atenta para as reais determinações da pequena capacidade de reacção senhorial às transformações sociais das três últimas décadas do século XIX. Elas se encontram no esgotamento e perda de eficácia de todos os instrumentos de defesa da ordem escravista, instrumentos estes que foram manipulados a exaustão por quase um século e que acabaram por conduzir à debilitação económica do latifúndio. Na realidade, a medida em que se desenvolvem e



se expõem as contradições da economia escravista mercantil (aprofundadas pela ação energética da maior potência burguesa do período no combate ao tráfico, expressão do crescente antagonismo da ordem capitalista mundial com a preservação de relações sociais de produção pré-capitalistas), a parcela francamente majoritária do senhoriato buscará preservar a todo o custo a contraditória ordem econômica e social interna. Para tanto os cafeicultores do Vale do Paraíba não deixarão inclusive de introduzir processos mais modernos e mecanizados de cultivo e beneficiamento do café na ânsia de "driblar" o problema da carência de braços de tal forma a postergar ao máximo a abolição da escravatura. Hoje podemos perceber com clareza que esta estratégia não poderia levar a outra consequência que não fosse o aprofundamento da debilidade econômica e financeira do velho latifúndio<sup>362</sup>, retirando dos agentes sociais vinculados ao mesmo bases materiais sólidas para se contraporem de forma organizada e coletiva ao avanço da ordem burguesa. Assim, por mais que isto possa parecer contraditório, pode-se dizer que será justamente o apego quase irracional do senhoriato ao escravismo (manifesto ao longo de praticamente todo o século XIX) que explicará sua passividade frente a abolição ao final do século.

Isto demonstra que a ordem social escravocrata e senhorial "não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo<sup>363</sup>" (apesar de se haver demonstrado bastante aberta à "reorganização do mercado colonial", adaptando-se rapidamente à dupla polarização dos negócios de exportação e importação<sup>364</sup>), mais importante do que a constatação deste fenômeno,

362 Vide, a este respeito, STEIN, Stanley. Op. cit. pp. 279 e segs.

363 FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 151.

364 idem, p. 130.

contudo, é a apreensão de um importante desdobramento histórico do mesmo: a debilitação econômica crescente, e a perda de capacidade de sustentação da hegemonia política e social por parte do senhorato ocupara um papel central na explicação do caráter de nosso processo de transição para a ordem burguesa como *uma típica revolução dentro da ordem*. A outra face deste processo se encontra no "horizonte econômico e histórico" dos agentes sociais que se responsabilizarão pela emergência da nova ordem e que conduzirá os mesmos a uma tática política de aliança com os decadentes estamentos dominantes do período que finda. Antes de ingressarmos sistematicamente nesta discussão, contudo, é preciso que consolidemos nossa compreensão do padrão de desenvolvimento destes agentes sociais ao longo da era neocolonial.

Já vimos que o aprofundamento da dimensão mercantil do latifúndio escravista acabará por fortalecer a posição econômica dos segmentos responsáveis pelo financiamento e comercialização dos insumos e bens de consumo para as células econômicas. Mas isto não é tudo: a estruturação do Estado nacional sobre uma base de arrecadação minimamente adequada ao exercício de suas funções regulatórias levará à consolidação de estruturas urbanas e à emergência de novos grupos consumidores que impulsionarão o desenvolvimento de circuitos mercantis-produtivos (agrícolas, artesanais, comerciais e de serviços) especificamente internos. Simultaneamente, o desenvolvimento de um capital social básico voltado primordialmente para a agilização da comercialização e transporte das mercadorias coloniais de exportação acabará por determinar igualmente o fortalecimento dos circuitos mercantis internos que se abrem a partir das demandas propriamente rurais. O resultado natural destes processos de alargamento do comércio interior - "que se

diferencia quantitativa e qualitativamente, passando a contar, de modo crescente, como segundo polo dinâmico das atividades econômicas" <sup>365</sup> - será a significativa ampliação dos ganhos econômicos dos setores que controlam o mesmo (a partir da ampliação dos volumes intercambiados e da maior racionalização dos transportes que conduz à depressão de seus custos unitários).

A ampliação do potencial de acumulação dos agentes mercantis internos não teria a expressão que teve, contudo, não fosse a estreiteza dos laços da economia nacional com a economia capitalista mundial. Como bem o observa Faoro:

"Já em 1840, metade do comércio exportador pertence a firmas inglesas, circunstância que não se atenua, nos anos seguintes. Graças a esse quisto econômico, a Inglaterra conseguiu manter sua posição de superioridade no Brasil, mesmo quando a maior parte das exportações de café se dirigem aos Estados Unidos. O desequilíbrio entre as exportações cobria-se pelos créditos fornecidos pelo inglês. Um embaixador brasileiro em Londres, no ano de 1854, queixava-se que o comércio brasileiro se faz com capitais ingleses, em navios ingleses, por companhias inglesas. O lucro, os juros, o seguro, as comissões, os dividendos corriam sempre para o bolso dos negociantes ingleses. Philippe Brothers & Co., e Johnston & Co. e outros dominam a rede exportadora, deixando, não obstante a firmeza de seus tentáculos, uma área autônoma, espasmodicamente industrializadora e autonomista. A presença inglesa não absorve o comissário e o fazendeiro, senão que a eles se superpõe. Somente por exceção, o exportador se fazia fazendeiro ou comissário. O comissário torna-se dependente do exportador, que lhe compra a safra e lhe adianta recursos. Poupa-se a casa exportadora dos riscos do negócio, preservando o comissário, dado que, antes da compra do café, vende-o em Nova Iorque, negócio possível em consequência da sua projecção internacional. De outro lado, o comércio importador, também predominantemente inglês, não engole o comércio nacional, que funciona como agente distribuidor daquele. No topo dessa organização, o capital financeiro - os bancos ingleses - comanda o jogo, sustentando o complexo exportador-importador e os negócios das companhias estrangeiras (estradas de ferro, serviços urbanos, portos, etc.)." <sup>366</sup>

<sup>365</sup> Idem, p. 64.

<sup>366</sup> FAORO, K. Op. cit. pp. 414 e 415.

Vale dizer, a hegemonia econômica do capital internacional não envolve a destruição dos espaços específicos de reprodução do capital comercial nacional. Antes pelo contrário: seja para fugir dos riscos representados pelo financiamento direto à produção escravista (incapaz de oferecer garantias econômicas sólidas, particularmente a partir da crise de reprodução da ordem escravista e em função das particularidades da legislação hipotecária), seja porque a rentabilidade da distribuição interna das mercadorias importadas é desinteressante, o capital internacional buscará se aliar e preservar os intermediários internos. Contudo - e aqui nos deparamos com o ponto crucial -, a sustentação desta aliança econômica estará diretamente relacionada com a capacidade dos setores mercantis nacionais de assimilarem os padrões de gestão e organização dos negócios exigidos pelos parceiros forâneos<sup>367</sup>. Vale dizer: o capital comercial internacional (em consonância com o próprio segmento latifundiário) não tolerará a sustentação de práticas comerciais retrógradas, capazes elevar seus custos de operação e deprimir seus ganhos em favor dos débeis setores comerciais nacionais.

Desta imposição do capital internacional vão emergir três quadros: ou os setores mercantis internos não conseguem se modernizar e são atropelados pelos setores forâneos que passam a ocupar as fatias mais lucrativas de seu próprio mercado; ou os setores mercantis nacionais conseguem se modernizar mas, tendo em vista seus vínculos orgânicos com a produção escravista interna, entram em crise com a crise desta (uma vez que o acicate de sua própria rentabilidade derivada das imposições

367 Ou, como diz Florestan Fernandes: "A inclusão do País no mercado mundial pressupunha que se adaptassem a nossa economia, as nossas instituições econômicas e as nossas relações econômicas aos padrões vigentes no mercado mundial." FERNANDES, F. Op. cit., p. 126.

do capital comercial internacional retira-lha capacidade de adaptação e diversificação); ou, finalmente, o capital mercantil interno moderniza-se e, por estar ligado a centros consumidores de maior potencial de enfrentamento à crise e desenvolvimento, consegue suportar a pressão sobre suas margens de lucro sem que sua capacidade objetiva de adaptação e diversificação seja abalada. Os dois primeiros quadros levantados acima serão representativos, em maior ou menor grau, dos desenvolvimentos daquelas frações do capital mercantil nacional ligadas à grande produção escravista mercantil das regiões economicamente mais ricas, sejam estes sistemas regionais voltados para a exportação (como no caso do açúcar nordestino), ou não (como no caso do charque e dos muares sulinos). O último quadro espelhará o desenvolvimento do capital mercantil nacional vinculado à comercialização de insumos e de bens de consumo final para o complexo econômico que se montará em torno da produção cafeeira do centro-sul. Como este segmento

"... do setor novo se constituía, também, como setor estruturalmente capitalista (sob o signo do capitalismo mercantil), seus agentes econômicos não sofriam os bloqueios que pesavam sobre a acumulação estamental de capital... Podiam dinamizar seus comportamentos econômicos, portanto, em direcções puramente capitalistas.

Explica-se, assim, como uma condição nuclearmente heteronómica pudesse gerar a sua própria negação e a sua superação. O setor novo possuía um circuito capitalista suficientemente diferenciado e complexo para ordenar-se e crescer em função das condições materiais e morais do ambiente. Sem dúvida, esse circuito não apresentava requisitos estruturais e dinâmicos análogos aos que se formariam, na mesma época, numa economia capitalista central. Isso significa que ele jamais conseguiria eliminar por si mesmo, o estado heteronómico do sistema económico global. No entanto, por ser o setor integrado em bases propriamente capitalistas, não só podia absorver os dinamismos capitalistas do sistema económico global, também podia realizá-los segundo tendências próprias, libertando-se da estagnação estrutural do setor agrário e imprimindo ao sistema económico global as características dinâmicas do capitalismo mercantil." 368

O que importa salientar nesta passagem de Florestan é sua fina percepção dos limites que definem a capacidade de inovação e transformação do setor novo que emerge na economia. Em função de sua estruturação como setor capitalista, a ele é dado transcender o horizonte dos decadentes estamentos dominantes e impulsionar a economia no sentido de uma integração maior com o mercado mundial a partir do alargamento da ordem mercantil e competitiva interna. Por outro lado, em função de sua origem no capital comercial, este setor tem seus próprios horizontes históricos limitados, não sendo capaz de articular reivindicações que vão no sentido de alterar a fundo (e, no limite, romper com) o padrão heteronômico de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Vale dizer: da própria origem deste setor novo da economia - a intermediação mercantil - brotam não apenas seus vínculos com a economia de exportação e importação como, igualmente, sua aversão a imobilizações em setores especificamente industriais, onde a rentabilidade prospectiva envolve prazos relativamente longos e os circuitos de reprodução econômica e técnica são não apenas pouco conhecidos como excessivamente dinâmicos. Por isto mesmo, o processo de diversificação destes agentes não irá além da busca de ocupação de espaços abertos diretamente pela dinâmica da economia neocolonial e anteriormente resguardados em sua integridade, ao senhorio e ao capital internacional. Este processo de ocupação de novos espaços - que, inúmeras vezes, se dará imediatamente através de (ou repundará em) alianças e sociedade com os segmentos sociais que os monopolizavam anteriormente - se voltará preferencialmente para o controle direto do processo de produção dos bens coloniais, para o ingresso nos negócios de exportação e importação e para a organização e

gestão da rede de serviços públicos (ferrovias, ferrocarriles urbanos, iluminação pública, administração portuária, etc) que passam a se organizar no final do século passado sob influxo do processo de exportação de capitais dos países que ingressam na maturidade do capitalismo. É esta a perspectiva que leva Florestan a afirmar:

"De acordo com [a nossa] interpretação, não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizaram, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano. Esse fato teria certa importância para as feições adquiridas pelo capitalismo no meio brasileiro, pois suplinha o signo sob o qual ele colocaria a *mentalidade burguesa*. A dimensão especulativa, de per se tão agravada e destorcida, em virtude da ordenação estamental da sociedade, ganharia a dignidade de pedra de toque das atividades econômicas. O 'negociante' transfigura-se no protótipo do *homo oeconomicus*, como se o 'homem de negócios' (e não o 'empresário', que exista dentro dele) fosse o demiurgo da criação ou da multiplicação das riquezas."<sup>367</sup>

As conseqüências que advirão da origem mercantil da emergente "burguesia nacional" para a definição do caráter "lento, gradual e restrito" do processo de consolidação de sua hegemonia a partir da crise da ordem escravista neocolonial são facilmente compreensíveis. Não nos cabe aqui, contudo, aprofundar estas questões. Elas terão de aguardar nosso próximo capítulo (que se inicia justamente pela apresentação da leitura de Florestan em torno de nossa peculiar transição histórica para a era capitalista dependente). Por enquanto, cabe-nos apenas explicitar os determinantes da rápida e incontornável crise da era neocolonial. Estes determinantes vieram sendo desenvolvidos ao longo de todo este capítulo, mas - mesmo correndo o risco de sermos repetitivos - quer nos parecer que valeria a pena sistematizá-los.

<sup>367</sup> Idem, pp. 102 e 103.

Como já vimos inúmeras vezes, o fundamento da crise da era neocolonial encontra-se no caráter estruturalmente contraditório da ordem escravista mercantil, capaz de determinar que a articulação política e institucional mais adequada a seu pleno desenvolvimento (vale dizer, aquela que garante a extração dos máximos rendimentos econômicos e sociais desta mesma ordem) se transforme em um eficaz instrumento de sua própria destruição. Efetivamente, não deixa de ser teoricamente instigante o fato de que, em frontal contradição com os objetivos naturais dos agentes que dão sustentação e controlam o Estado escravista senhorial, cada movimento deste em defesa da ordem econômica e social neocolonial articula, simultânea e inexoravelmente, o desenvolvimento de seu contrário. Assim é que, a própria montagem de um Estado nacional voltado para a preservação da velha ordem leva à consolidação da dimensão mercantil do latifúndio e ao desenvolvimento de estruturas econômicas especificamente urbanas que estarão no centro da ampliação e aprofundamento das relações mercantis internas. No mesmo sentido, a articulação da reprodução do escravismo através da defesa intransigente do tráfico negreiro conduz à montagem de um dreno que retira da lavoura o controle de parcelas expressivas do excedente. A política monetária e financeira conservadora (associada à esdrúxula lei hipotecária), por outro lado, só pode conduzir à crescente debilitação econômica do latifúndio, processo concomitante ao engurgitamento do patrimônio mobiliário sob controle dos setores urbanos. Enquanto isto, o privilegiamento das relações mercantis com o exterior sob a égide do livre-cambismo (em detrimento do desenvolvimento das relações mercantis internas) coloca o senhoriato à mercê das impulsões do emergente capital monopolista internacional em trajetória de colisão com o ordenamento pré-capitalista de suas economias periféricas. A tentativa de



subordinação do velho capital mercantil interno através da abertura dos canais de relação direta entre a lavoura e o moderno capital comercial internacional, impulsiona a rápida modernização daquele primeiro, que passará a funcionar como o grande protagonista interno do solapamento do antigo regime. Finalmente, o processo de burocratização da dominação patrimonial que se expressa no ordenamento político formalmente moderno e liberal do Estado imperial (instrumento tão adequado à articulação da economia interna ao mercado capitalista internacional, à subordinação do velho "estamento burocrático" aos interesses coletivos do senhoriato, e à defesa do privatismo e do localismo "patriarcal"), servirá de base à abertura deste mesmo Estado à participação dos novos agentes econômicos internos.

O resultado necessário deste conjunto de movimentos não poderia ser outro: aberta a crise de reprodução da ordem escravista ao final do período imperial, o novo capital mercantil nacional passa não só a dividir o poder político com o decadente estamento dominante como a impulsionar as políticas governamentais no sentido do aprofundamento da integração da economia interna com uma economia internacional ingressante em sua etapa imperialista. No fulcro deste movimento histórico, o desenvolvimento crescente das relações capitalistas de produção a nível interno. Estas passarão a ser impulsionadas de forma gradual mas segura pela ação conjunta e concertada dos emergentes blocos imperialistas internacionais e uma burguesia mercantil nacional apta e disposta a extrair do novo padrão de internacionalização produtiva e financeira do capital as bases de seu próprio processo de diversificação, crescimento acelerado e consolidação. Resgatar os aspectos essenciais da leitura de Florestan sobre este complexo

movimento de transição e desenvolvimento capitalista, e a tarefa do próximo capítulo.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25

## CAPÍTULO VIII - A ERA CAPITALISTA DEPENDENTE

### 1. A transição para a era capitalista dependente e o desencadeamento da (contra)revolução burguesa

Como vimos anteriormente, mesmo autores que reputam ao escravismo colonial brasileiro o caráter de um "modo de produção", marcado por contradições e leis de reprodução absolutamente peculiares, questionam a validade de se imputar a crise desta ordem social (e à conseqüente emergência do capitalismo) a qualificação de "processo revolucionário". Ora, não se pode pretender que tal questionamento - com o qual, evidentemente, comunga o expressivo conjunto de autores que negam caráter pré-capitalista à sociedade escravista brasileira - seja derivado de uma apreensão absolutamente inadequada dos processos históricos transcorridos. A bem da verdade, diríamos que, em parcela não desprezível, esta leitura retira sua força da forma mesma assumida pelos movimentos de Abolição da escravatura e, em particular, da proclamação da República no Brasil. Neste sentido, Florestan nos dirá:

"Para o sociólogo, se se desconta o que ocorre no eixo Rio - São Paulo, o que caracteriza o desencadeamento [da nova era histórica] é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o País se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro".<sup>370</sup>

<sup>370</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.204.

De fato - ainda que seja necessário qualificar esta observação: não há nada de "morno" em movimentos que, como a Revolução Federalista e Canudos (para citar apenas dois exemplos amplamente conhecidos), estão umbilicalmente ligados à emergência da nova era histórica e transcorrem fora do eixo Rio-São Paulo - os limites da transição representada pela Abolição e proclamação da República são notórios. A despeito da crescente importância ao longo da década de 80 dos movimentos sociais contestatórios à escravidão (movimentos estes que assumem no último lustro da era escravista cada vez mais um caráter de aberto enfrentamento à ordem estabelecida, com a articulação de fugas massivas de escravos das fazendas), a Abolição acabará resultando de um ato parlamentar do antigo regime, votada com cômoda e tranquila maioria a despeito da franca hegemonia "Saquarema" sobre as duas casas. A consequência maior deste padrão inquestionavelmente conservador de extinção da servidão (o qual não pode ser entendido fora das condições que sustentam a anomia social e política crônica do conjunto dos segmentos desapropriados sob a ordem escravista) será a ausência de qualquer articulação da própria Abolição com reformas institucionais voltadas à garantia de uma nova inserção econômica dos libertos. Vítimas do escravismo - regime social que impunha sua reprodução material como "coisas" -, os negros serão igualmente vítimas da Abolição. Após esta, eles serão colocados (basicamente) frente às igualmente trágicas alternativas de se adaptarem à condição de agregados e dependentes nos latifúndios decadentes e semi-autarquizados, ou transferirem-se para os pólos urbanos ou rurais mais dinâmicos onde passam a concorrer (em condições desiguais, tendo em vista tanto o preconceito racial quanto as limitações que o escravismo recente impõem à adaptação dos mesmos às

exigências da ordem social competitiva) com a mão-de-obra branca, nativa e imigrante<sup>371</sup>.

É se à Abolição já falta a radicalidade própria das revoluções, o que não se poderá dizer da emergência da República? Se formos avaliá-la em termos de participação popular, os resultados serão necessariamente constrangedores. Aparentemente não há esforço de revisionismo histórico capaz de resistir à força dos fatos que fizeram Aristides Lobo reconhecer que "o povo assistiu bestializado à Proclamação da República"<sup>372</sup>. Tampouco as reformas institucionais vinculadas ao novo regime parecem assumir qualquer caráter revolucionário. A velocidade mesma com que a nova carta constitucional é votada (pouco mais de três meses após o início dos trabalhos constituintes em 15 de novembro de 1890) parece ser reveladora do caráter relativamente pouco substantivo das transformações em curso. De fato, excetuado (por motivos óbvios) o fim do parlamentarismo, as transformações mais expressivas da ordem institucional - em especial o fim do Poder Moderador, a adoção do federalismo e a modernização do Judiciário - vão no sentido do aprofundamento da ordem liberal do Império, e, não gratuitamente, já faziam parte - ainda que, talvez, com menor radicalidade - do programa dos "Luzias" sob o regime anterior. Da mesma forma, a ordem econômica não será transformada em qualquer sentido substancial: a generalização gradual das relações de assalariamento e o aprofundamento da integração da economia interna com a emergente ordem imperialista internacional são movimentos que têm suas sólidas bases definidas ainda baixo a monarquia.

371 Vide, a este respeito, o primeiro capítulo de FERNANDES, Florestan. *A inserção do negro na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

372 Apud COSTA, João Cruz. *Pequena História da República*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 47.

Nem disto, a estabilidade fundamental da estrutura fiscal, monetária e financeira revela que não se projeta para o Estado funções econômico-regulatórias radicalmente novas (em relação aquelas que foram cumpridas pelo Estado escravista ao longo da era neocolonial); o que necessariamente nos induz a concluir que não se pretende a articulação de um padrão global de reprodução para a economia substantivamente distinto do padrão que entrara em crise com a crise do escravismo.

Por outro lado, é difícil negar caráter de *ruptura histórica* ao fim do escravismo e ao conjunto das transformações econômicas, sociais e políticas de que nossa história será palco nas últimas décadas do século XIX e que estão umbilicalmente ligadas à emergência do imperialismo e à consolidação de um conjunto de atividades urbanas de cunho propriamente capitalista. Mas isto não é tudo. Se o amplo apoio à Abolição após décadas de sólida resistência à extinção do tráfico e da servidão já é instigante, a rapidez e facilidade com que se consolida o golpe republicano - a partir do apoio quase generalizado que as lideranças dos segmentos sociais hegemônicos ao longo do Império prestam ao novo regime - dá o que pensar<sup>378</sup>. Se invertermos a perspectiva de observação dos fatos relatados acima, veremos que a quase absoluta ausência de reações às transformações em curso nos propõe o reconhecimento da *impositividade* das mesmas. Porque não pensar, então, a "frouxidão" dos acontecimentos do final do século como o "retrato" da maturação e consolidação de certas transformações mais substantivas de *conteúdo* efetivamente

<sup>378</sup> Diga-se de passagem, as respostas da historiografia tradicional a esta última questão são tão enfadonhas quanto inverossímeis. Na realidade elas tendem a se resumir a um agregado de "questões" - a "religiosa", a "servil", a "militar", etc. -, que se "somam" mesmo quando formalmente antagonicas. Assim é que, alega-se, a igreja não apoiaria o terceiro Reinado em função da força da maçonaria no Império, e os "setores laicos" não o apoiariam pelo exacerbado catolicismo da princesa!

revolucionário? Afinal, se forem corretas as considerações feitas anteriormente (particularmente nos capítulos quinto e sétimo desta dissertação), há que se considerar a possibilidade de que a "frouxidão" característica dos eventos que vão sancionar a emergência da era capitalista internamente se explique pelo fato de que, a bem da verdade, o movimento de transição para a nova ordem é, não apenas anterior à plena consolidação do assalariamento, mas rigorosamente interior à lógica de desenvolvimento da era neocolonial. E isto não apenas porque, ao definir-se como o período de articulação da acumulação primitiva de capital a nível interno, a era neocolonial implique na constituição dos agentes e das condições econômicas que se responsabilizarão pelo seu encerramento. Nem mesmo porque, tendo em vista a temporalidade do processo de extinção da escravatura, as relações de assalariamento já se encontrassem firmemente implantadas nos setores urbanos especificamente capitalistas antes mesmo da abolição definitiva. Mas, acima de tudo, porque, sob o influxo das impulsões derivadas da inserção da economia neocolonial brasileira num mercado mundial capitalista e das pressões do senhorato interno envolvidos com o projeto de burocratização da dominação patrimonialista, o Estado nacional que se monta baixo o escravismo mercantil constituir-se-á como um Estado liberal necessariamente aberto à participação dos segmentos burgueses emergentes ainda antes da crise fatal da ordem escravista. Estas circunstâncias estarão no centro mesmo da explicação da forma conciliatória, conservadora e "frouxa" assumida pelos movimentos políticos que marcam a consolidação da nova era histórica<sup>374</sup>. Dentro desta perspectiva, poder-

374 Como já vimos, o fato de ser esta a leitura de Florestan se expressa de ante mão no próprio projeto de periodização histórica deste autor. Ao nível de *A revolução burguesa no Brasil*, a desvalorização relativa dos fenômenos especificamente políticos que marcam o definitivo encerramento da era neocolonial transparece com clareza no tratamento dado por Florestan ao processo de desencadeamento histórico da revolução

se-ia muito bem argumentar que a dificuldade de boa parte dos analistas em detectarem no movimento histórico do último terço do século passado um movimento de *concreção* genuinamente revolucionário se encontraria, acima de tudo, na descontextualizada pretensão de avaliar o mesmo a partir tão somente daqueles eventos "políticos" eleitos pela historiografia "oficial" para marcarem (e obscurecerem) a trajetória da sociedade. Esta última proposta interpretativa tem a evidente vantagem de não pretender impor exigências apriorísticas à manifestação da historicidade na história. Vale dizer: não se pode negar *historicidade* *exercida* aos processos de crise da ordem mercantil-escravista e desenvolvimento mercantil-capitalista em curso no final do século passado em função do caráter conciliatório e formalmente contra-revolucionário dos ajustamentos institucionais que os consolidam.

Por outro lado, a plena assimilação desta última proposta interpretativa envolveria desconhecer o fato de que - como já vimos no terceiro capítulo desta dissertação - a forma contra-revolucionária de determinados movimentos históricos não pode ser pensada como mera "aparência", obscurecedora da "essência" dos mesmos. A uma determinada forma corresponde um dado conteúdo, ainda que não haja uma correspondência simples e linear entre estas duas dimensões da

burguesa", objeto e título do terceiro capítulo desta obra. Neste capítulo, nos são apresentados antes as bases materiais e os agentes responsáveis pela transição capitalista ao longo de toda a segunda metade do século passado do que propriamente os movimentos políticos que sustentarão em última instância o referido processo histórico. Contudo, como já afirmamos (e procuraremos referendar mais adiante), tal fato não pode nos impedir de ler os referidos movimentos políticos à luz das contribuições teóricas de Florestan. Esta opção traz consigo, além de tudo, a vantagem de facilitar o confronto da leitura deste autor com as leituras tradicionalmente apresentadas a respeito das bases sociais de sustentação do Estado nesse imbrincado e complexo período histórico (que, via de regra, é periodizado a partir do corte político oferecido pela transição republicana).



realidade. Reconhecer isto é apreender o segredo da transição social que se consolida institucionalmente com a Abolição e a República: esta é uma transição que tem a marca da conciliação e, como tal, tem a marca do *continuismo*. O *continuismo* se definirá não apenas pelo compromisso com a sustentação incólume de certas "dimensões" do passado, mas pela *administração política do desenvolvimento das forças impulsivas capazes de fazer ruir este mesmo passado pela "generalização do presente"*. Este *continuismo*, porém, será marcadamente contraditório, pois se sustenta sobre um novo padrão de ajustamento político entre os distintos segmentos proprietários e membros da "classe dominante", e sobre a consolidação de novas relações sociais de produção e de um novo padrão de integração com a ordem capitalista internacional. Vale dizer: há *continuismo*, mas não estabilidade da ordem social. O que subsiste de fato - e é absolutamente essencial - é um determinado *padrão de mudança social* que, tal como no Império, será marcado pela *administração do desenvolvimento da "modernidade"* a partir da constituição de mecanismos institucionais e políticas responsáveis pela circunscrição de sua generalização.

Ura, esta última interpretação - que reputamos a Florestan - envolve uma inquestionável superioridade em relação às duas leituras anteriores, na medida mesma em que, num movimento de síntese e superação, consegue incorporar os principais argumentos (formalmente antagônicos) que lhes dão sustentação. Contudo, posta neste nível, tal interpretação parece convidar a uma conclusão: a de que o Estado na crise da ordem escravista e na emergência do capitalismo, constituir-se-ia como um "Estado de compromisso", responsável pela administração dos interesses dos distintos blocos sociais politicamente ativos e

organizados, nesta fase de transição. Apesar do caráter "atraente" desta conclusão, é preciso reconhecer - antes de mais nada - que a caracterização genérica de "Estado de compromisso" é muito pouco esclarecedora. Afinal, faz parte mesmo das funções do Estado mediar os conflitos sociais que não podem se resolver ao nível das instituições próprias à "sociedade civil", o que implica em assumir que todo o Estado é, num certo sentido, um "Estado de compromisso". O que importa é esclarecer que "compromissos" o Estado representa e administra. Este é o verdadeiro busílis da questão. E aqui há que se fugir da solução simplista que pretenderia ser o Estado neste período (e particularmente a partir da "Primeira República") tão somente um Estado de compromisso entre as distintas frações oligárquicas, ou mesmo entre a oligarquia e a burguesia emergente. Na realidade, uma resposta mais adequada a esta questão só pode advir de um duplo resgate: por um lado, do padrão de ajustamento do antigo e decadente senhorio à emergência da ordem burguesa, e, por outro lado, das bases materiais e horizontes históricos da "burguesia nacional" que emerge com a crise da ordem escravista (assim como dos vínculos necessários deste segmento social com os próprios segmentos "oligárquicos" considerados anteriormente). Compreender este complexo processo, envolve recuperar certos temas que foram objeto de tratamento relativamente superficial no capítulo anterior.

Antes de mais nada, é preciso enfrentar o padrão típico de reação dos segmentos senhoriais ao desenvolvimento da sociedade competitiva internamente. Como já foi visto, a ordem escravista não se abriu com facilidade à expansão e generalização da ordem burguesa. Contudo, não se pode desconhecer que, a partir do momento em que a continuidade do

antigo regime mostrou-se totalmente inviabilizado (pelas pressões externas e internas que levaram ao encerramento do tráfico e da própria escravidão), as lideranças políticas do decadente senhoriato se aperceberão rapidamente - e saberão socializar esta apreensão para o conjunto dos senhores - do caráter impositivo da modernização emergente.

Segundo Florestan:

"O que se sabe, a respeito das conexões histórico-sociais e políticas do comportamento econômico do senhor, demonstra que ele não assimilou de imediato ou rapidamente a 'racionalidade criadora', imputada por alguns sociólogos ao espírito do capitalismo. As lições da experiência ensinaram-lhe duas coisas. Primeiro, que o suporte real de sua força não vinha do livre jogo dos processos econômicos no mercado, mas de sua posição-chave no controle da economia e da sociedade. Segundo, que todo o seu poder seria insuficiente para modificar os dinamismos, as flutuações e as pressões do mercado mundial, 'duras realidades' que só podiam ser enfrentadas na rede de dos seus efeitos internos. ... Os dinamismos econômicos, condicionados e regulados a partir do mercado mundial, atingiram o âmago da condição senhorial: e vão operar de dentro da situação de interesses, das probabilidades de poder e da visão do mundo do senhor. ... As forças que podem esmagá-lo não estão ao alcance de suas mãos; nada que se pudesse fazer internamente poderia modificar a natureza dessas forças ou o seu curso fatal. No entanto, as suas consequências, que eram, afinal de contas, o que afetava e atemorizava o senhor, podiam ser manipuladas a partir de dentro e através de meios que estavam ao seu alcance (graças à sua posição-chave na estrutura da sociedade nacional e ao poder que assim obtinha)."

Vale dizer, a despeito do fato de que a crise de determinadas frações da lavoura mercantil inviabilizará qualquer movimento mais rápido de aburguesamento dos horizontes históricos dos agentes vinculados aquelas (o caso clássico - mas, evidentemente, não o único - é o do senhoriato do Vale do Paraíba), parcela expressiva do antigo estamento dominante se aperceberá da inexorabilidade das transformações sociais em curso a partir da segunda metade do século passado e

375 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 154 e 155.

procurara se adaptar às mesmas. Este processo - que tem sua possibilidade definida pela própria dimensão mercantil do latifúndio escravista - estará no centro das determinações que permitirão e impulsionarão o padrão conciliatório - e, por isto mesmo, em todos os sentidos, "tranquilo" - de transição social para o capitalismo. Vale dizer: colocado frente a disjuntiva de buscar resistir ao processo de avanço da ordem burguesa (com todas as suas consequências, seja ao nível de estagnação e perda de espaço econômico, seja ao nível de um enfrentamento político de consequências imprevisíveis), ou de tornar-se um elemento atuante no interior deste mesmo processo (buscando administrá-lo no sentido de extrair os máximos rendimentos econômicos e políticos do mesmo), o segmento do tope do senhorato - amplamente socializado pela experiência de poder ao longo da era neocolonial - dará amplas demonstrações de uma opção pela segunda alternativa.

As consequências históricas daí advindas se expressarão, antes de mais nada, na abertura de um sólido canal de conciliação entre "novos" e "velhos" segmentos sociais proprietários que se refletirá na forma contra-revolucionária da transição para a sociedade burguesa. É esta "forma" terá importantes derivações ao nível do conteúdo mesmo desta transição. Antes de mais nada, envolverá a consolidação de um padrão de ordem social competitiva marcadamente excludente e restritivo, único adequado aos horizontes históricos dos segmentos senhoriais em processo de "modernização". Neste sentido, vale a pena reproduzirmos na íntegra a passagem que se segue à citação de Florestan acima, onde este autor nos diz:

"É óbvio que semelhante perspectiva social [do senhorato] tinha de conduzir forçosamente a representação e a usos deformados da competição. Na visão do mundo do senhor, o realismo

econômico conduzia não a uma percepção secularizada e racional da competição, vista em termos do equilíbrio dinâmico do mercado, mas a uma *compreensão cataclísmica das forças econômicas*. Como a segurança pessoal do agente e o êxito do seu empreendimento se projetavam nessa compreensão, ela acabou engendrando uma forma típica de privatismo econômico. Trata-se da iniciativa privada 'moderna' que podia florescer numa sociedade de castas e estamental: ela própria constituía uma objetivação cultural de critérios estamentais de organização do poder e de concepção do mundo. Para o agente econômico privilegiado de uma economia escravista, era *natural* privilegiar sua posição-chave e utilizá-la como uma armadura contra os riscos conjuráveis. Ao proceder dessa maneira, porém, incorporava a própria condição de agente econômico capitalista numa estrutura social extra e anticapitalista. Convertia a 'livre iniciativa' em privilégios estamentais, que deviam ser respeitados e protegidos fora e acima de qualquer racionalidade inerente aos processos econômicos propriamente ditos.

A competição emergia historicamente, portanto, com um aspecto duplice. Um fator multiplicativo do poder de ação do agente econômico privilegiado; e, ao mesmo tempo, um fator destrutivo para o equilíbrio econômico global da sociedade. Esta teve de suportar todas as manipulações através das quais ela própria era usada para sustentar e fomentar o tipo descrito de 'privatismo econômico'. No fim, medidas cambiais ou alfandegárias e políticas de preços (com referência ao mercado interno, para garantir custos baixos para certas utilidades, e com relação ao mercado externo, para garantir na medida do possível certos níveis de lucro), ou políticas de empréstimos e de taxação de consumo bem como outros expedientes, tudo desaguava no mesmo rio. A coletividade arcava com os riscos e suportava, por mecanismos diretos e indiretos, a posição privilegiada do agente econômico. Isso indica que a competição não se inseria nas vias socialmente construtivas que relacionaram, nas sociedades capitalistas avançadas, propriedade privada, livre iniciativa e redistribuição da renda e do poder. Ela foi rapidamente redefinida, tanto economicamente, quanto social e politicamente, como um fator de distribuição estamental - e portanto fortemente desigual da renda e do poder. Por essa razão, nos mecanismos apontados ela não engendra transferências estruturais de renda e de poder. A sua função latente não era essa. Ela se convertera no que deveria ser no contexto de uma economia *colonial* exportadora, de fundamento escravista, e numa economia capitalista dependente em formação: o meio pelo qual a sociedade protegia, através da posição de seu agente econômico privilegiado, a sua única fonte básica de produção e incremento da riqueza. <sup>1974</sup>

Em suma: o que se estrutura com a crise da sociedade escravista e com a conciliatória transição política republicana não é, nem a generalização (geográfica e social), nem o pleno desenvolvimento (com a

extração de todos os seus rendimentos dinâmicos) da ordem social competitiva. O que se estrutura é, isto sim, a rearticulação institucional e material da sociedade, com vistas à adaptação e defesa de seus agentes privilegiados (e seus parceiros válidos) no interior da ordem mercantil em inexorável trajetória de expansão interna. Com isto, mesmo em um momento em que os espaços *potencialmente* abertos a uma ampla incorporação de novos agentes sociais à economia de mercado (inclusive como proprietários marginais de meios de produção<sup>377</sup>), o desenvolvimento da ordem competitiva não implicará em qualquer redistribuição substantiva do poder político e do controle da riqueza e do patrimônio capaz de dar guarida a um amplo movimento de redistribuição de renda e reestruturação produtiva. Antes pelo contrário, a consolidação da nova institucionalidade estará vinculada à necessidade de se dar maior *eficácia e dinamismo* - superado o crônico conservadorismo da ordem monárquica, com suas instituições rigidamente estamentais, como o Conselho de Estado, o Senado vitalício e o Poder Moderador - às funções estatais de preservar e aprofundar o padrão excludente de acesso à propriedade privada, à apropriação do excedente e ao poder econômico e político. Para isto, mobilizar-se-á todo o arsenal de políticas públicas, desde as fiscais, cambiais, monetárias e financeiras<sup>378</sup>.

377 tendo em vista que a emergente monopolização do capitalismo mundial não determina a negação das condições internas que ainda permitem a ocupação de determinados espaços de valorização a partir de estruturas produtivas e comerciais de escala relativamente pequena e baixamente capitalizadas. Tal possibilidade se deve, por um lado, às limitações de tamanho do próprio mercado interno (que advem do caráter especializado da economia), e, por outro lado, da expansão e diversificação deste mesmo mercado (que abre o espaço para a entrada de produtores marginais e que advem da generalização do assalariamento e do crescimento da economia de exportação e de seus pólos urbanos correlatos).

378 As quais, como já foi comentado, não precisarão sofrer qualquer modificação substantiva com relação às políticas definidas pelo Império. Antes pelo contrário, os ensaios de transformação mais profunda da estrutura financeira, articuladas nos primeiros anos da República, logo se mostrarão incompatíveis com a ordem produtiva e econômica mais geral que se busca preservar, e - a partir do encilhamento - passarão a ser

passando pelas políticas de ordenamento do mercado de trabalho (articuladas pela imigração estrangeira - e, secundariamente, interna -, e pelo tratamento dado às questões sociais como "caso de polícia") e de sustentação e valorização de nosso principal produto de exportação, o café.

Ura, se se esgotasse neste ponto a leitura de Florestan em torno da emergência da sociedade burguesa no Brasil, seríamos obrigados a reconhecer seu caráter essencialmente convencional. O que se estaria retratando não seria mais do que o processo - lento, gradual e absolutamente restrito - de abertura de uma oligarquia tradicional para o mundo das relações sociais capitalistas. A convencionalidade de tal perspectiva é facilmente apreensível na medida em que se nota que a mesma seria passível de articulação inclusive com aquela leitura que pretende identificar, na crise da ordem escravista, não "a emergência do poder burguês a nível interno", mas um quadro de "hegemonia política incontestante dos setores proprietários mais tradicionais, explicável pela fragilidade crônica do conjunto dos segmentos 'populares' e 'anti-oligárquicos' (incluindo-se aí pelo menos uma parcela da emergente burguesia vinculada às atividades urbanas e o conjunto das 'classes médias') em se contrapor de forma orgânica ao projeto social vencedor"<sup>47</sup>.

antagonizadas por um coro bastante afinado de defensores da ortodoxia monetária. Esta só será abandonada quando os "interesses maiores da lavoura" assim o exigirem e os "ainda maiores" interesses de nossos credores internacionais não encontrarem condições objetivas para se imporem de forma absoluta.

379 Nem é preciso dizer que entre esta leitura e aquela que resguarda a 380 um caráter disruptivo e revolucionário fundamental (marcado pela emergência - o que explicaria a dimensão inconclusiva do processo - da "modernidade" e do poder político genuinamente burguês) há muito menos do que um passo.

Nada poderia ser mais distante da perspectiva de Florestan do que uma tal interpretação. Na visão deste autor, o que marcara este momento da transição para a ordem capitalista é a capacidade da emergente burguesia em estruturar - a partir de um arranjo político peculiar com os velhos segmentos oligárquicos - as condições para o desenvolvimento de sua própria hegemonia. Vale dizer: o que se define neste período não será a hegemonia imediata e incontestada da burguesia. Isto só seria possível se o movimento histórico que articula nossa transição para o capitalismo se configurasse, genuinamente e em todos os sentidos, como um movimento revolucionário. E, como sabemos, não será este o caso do processo histórico considerado. Contudo, o resultado dos arranjos econômicos e políticos sintetizáveis na transição para o assalariamento e para a República será de ordem tal a consubstanciar uma gradual e relativamente tranquila<sup>380</sup> rotação das estruturas de poder que redundarão na plena constituição da hegemonia burguesa. Em outras palavras: a fase que se abre pode ser definida como a de articulação do vir-a-ser da hegemonia burguesa, o que nos permite considerá-la um dos momentos cruciais - senão o momento crucial - do prolongado processo de (contra)revolução burguesa brasileira.

380 Particularmente se se desconsideram os resultados "imprevistos" da emergência na cena histórica de conflitos de classe referidos à constituição efetiva do proletariado e dos novos estratos sociais intermediários. A pretensão de que a emergência e manifestação deste novo (e muitas vezes violento) padrão de conflito social não chegue a inviabilizar a caracterização do processo de consolidação da hegemonia burguesa como um processo "tranquilo" se deve ao fato de que as manifestações objetivas da luta de classes neste período nunca foram de monta a colocar efetivamente em xeque o ordenamento social capitalista excludente que se impunha. Disto, evidentemente, não se pode derivar qualquer ilação que envolva desconhecer ou subestimar a centralidade que a emergência das novas classes sociais terá para o conjunto dos desdobramentos políticos contemporâneos e posteriores a esta fase.



é preciso reconhecer que esta leitura de Florestan não é nem tradicional nem óbvia, e envolve uma certa dificuldade em se fazer apreender. Mas, é preciso reconhecer também, que a grande dificuldade para a sua assimilação resulta da insistência da maioria dos intérpretes dos processos históricos em raciocinar em termos estáticos. Este equivocado padrão de interpretação histórica cobra o seu preço justamente no momento em que se busca "periodizar" os processos em consideração: como nada se altera no interior dos "modelos" construídos (como "tipos ideais heurísticos") para a avaliação dos movimentos históricos concretos, a contraposição dos primeiros à realidade (em que tudo se altera permanentemente) só pode levar a uma verdadeira montanha de projetos de periodização que, a depender dos sustentáculos teóricos de cada modelo (que podem ser "econômicos", "políticos", "culturais", "comportamentais", etc.) vão implicar na seleção de distintos "fatos" para definirem o encerramento de cada etapa histórica<sup>381</sup>.

Certamente não será este o padrão metodológico seguido por Florestan em suas análises historiográficas. Como vimos ao longo dos

381 Assim é que, na historiografia brasileira, podem ser encontradas as mais distintas leituras em torno dos marcos da "crise do poder oligárquico". A depender das "referências teórico-ideológicas" de cada intérprete, ela pode ser identificada ao longo da Primeira Guerra Mundial (período no qual a movimentação operária interna ganha uma expressão antes desconhecida); a partir dos movimentos culturais e políticos da primeira metade da década de 20; na montagem do BUL em 1928; na tomada do poder pela Aliança Liberal em 1930 (este o marco preferido da maior parte dos analistas); no movimento constitucionalista de 32; na nova Constituição de 1934; no golpe do Estado Novo em 37; na industrialização pesada dos últimos anos da ditadura varguista; na emergência do populismo; no Plano de Metas de Juscelino; etc; etc; etc. As possibilidades são tantas - e, diga-se de passagem, todas tão pouco convincentes - que torna-se possível mesmo defender uma recusa absoluta a qualquer periodização, o que acaba abrindo espaço para a mais ou menos perigosa perspectiva de que "nada mudou ao longo deste longo período, e continuamos vivendo sob a mais tranquila dominação oligárquica" (ou, a depender do gosto, sob a mais perene dominação "burguesa", ou mesmo "burocrático-estamental").

capítulos anteriores da parte segunda desta dissertação (particularmente no capítulo quinto da mesma), o projeto de periodização deste autor busca incorporar - a partir de uma leitura rigorosamente materialista e totalizante - as impulsões contraditórias que definem um certo dinamismo e historicidade às distintas "eras" e "fases" da sociedade brasileira. Este será igualmente o eixo da caracterização da fase de transição para a era capitalista dependente, e que se expressa com maestria na leitura em torno do arranjo político e econômico montado pelas distintas frações dos segmentos proprietários no período.

A adequada apreensão desta leitura, contudo, pressupõe que, num primeiro momento, sejam resgatados os elementos que garantem consistência àquela interpretação (que se mantém presa, até certo ponto, a uma perspectiva estática dos fenômenos transcorridos e) que pretende identificar no arranjo político e econômico da "república velha" uma situação de compromisso entre interesses propriamente burgueses e oligárquicos. Longe de ser *antagônica* à interpretação de Florestan (ainda que não dê conta de esgotar a mesma), tal leitura encontra alguma guarida na obra deste autor. Senão vejamos.

Como se sabe, o ponto de partida da leitura que pretende identificar, na fase de transição brasileira para o capitalismo (que corresponde na cronologia tradicional, *aproximadamente*, à chamada "república velha"), uma situação de compromisso entre burguesia e oligarquia sob a hegemonia desta última, encontra-se na identificação de uma "fragilidade relativa" dos estratos burgueses nacionais neste período. De fato, Florestan nos dirá a este respeito:

"Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades Léo longo da era neocolonial, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns".<sup>382</sup>

Diferentemente, a homogeneidade da velha oligarquia é inquestionável:

"Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder; apenas estimulava sua universalização".<sup>383</sup>

Isto, evidentemente, não implica negar as consequências dinâmicas oriundas do fato do desenvolvimento mercantil já haver atingido um determinado patamar capaz de impor reajustes ao próprio projeto de dominação oligárquica. Afinal, é preciso ter claro que:

"Depois da abolição, a oligarquia não dispunha de base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer do Império. Para fortalecer-se ela tinha de renovar-se, recompondo aquele padrão de dominação segundo injunções da ordem social emergente e em expansão".<sup>384</sup>

E, como já vimos, o esforço de renovação deste estrato social - ou pelo menos dos setores mais dinâmicos do mesmo - vai no sentido de uma crescente incorporação dos horizontes burgueses de mundo. É bem verdade que este movimento desenvolve-se simultaneamente à busca da preservação (através do manuseio de instrumentos políticos e institucionais de poder) do caráter seletivo e excludente da apropriação e controle do excedente econômico interno, o que acaba por impor limites à própria

382 Idem, p. 204.

383 Idem, p. 210.

384 Idem, p. 208.

acumulação capitalista e à integração e diversificação da economia nacional. Contudo, não ha como negar as amplas bases que se abrem para a constituição de uma sólida aliança política entre a burguesia emergente e as oligarquias tradicionais a partir dos movimentos de "modernização" dos horizontes históricos desta última. Particularmente se se leva em conta - como já foi visto anteriormente - que:

"... o fundamento comercial do engenho, da fazenda ou da estância pré-capitalistas engolfou a aristocracia agrária no cerne mesmo da transformação capitalista, assim que o desenvolvimento do mercado e de novas relações de produção levaram a descolonização aos alicerces da economia e da sociedade" <sup>385</sup>

Entre as "fichas" que a oligarquia dispunha para "banciar este jogo", encontrava-se uma de enorme valia: tendo em vista a ampla e contínua base geográfica sobre a qual estruturava seu poder,

"... só ela podia oferecer aos novos comensais, vindos dos setores intermediários, dos grupos imigrantes ou de categorias econômicas [burguesas], a maior segurança possível na passagem do mundo pré-capitalista para o mundo capitalista, prevenindo a 'desordem da economia', a 'dissolução da propriedade' ou o 'desgoverno da sociedade'." <sup>386</sup>

Este "trunfo oligárquico" torna-se tão mais importante quando se percebe que o próprio padrão excludente de ordenamento econômico, associado à relativamente rápida incorporação de novos setores sociais (em especial o proletariado urbano) na cena histórica, determina a "emergência de 'oposição de baixo para cima' difícil de controlar e fácil de converter-se em 'oposição contra a ordem'" <sup>387</sup>. O resultado

385 idem, p. 210.

386 ibidem.

387 idem, p. 208.

natural deste conjunto de fatores sera a consolidação de uma aliança histórica entre burguesia emergente e oligarquia articulada de tal forma a converter esta última "no pião da transição para o Brasil moderno"<sup>388</sup>.

Ora, a correção essencial destes argumentos não pode ser questionada. Temos a comprovação de sua consistência na capacidade dos mesmos iluminarem os processos políticos mais salientes deste período. A equação montada por um misto de federalismo exacerbado com um presidencialismo forte<sup>389</sup>, não pode ser entendida fora de uma necessidade dúplici: por um lado, a necessidade detectada pelas oligarquias tradicionais e periféricas de assumirem o controle da temporalidade e das consequências, internas às regiões submetidas a seu comando, do processo de desenvolvimento mercantil-capitalista em curso; de outro lado, a necessidade detectada pelas burguesias emergentes nos polos de maior densidade capitalista de, não apenas controlarem as políticas públicas definidas no âmbito estrito destas regiões, como participarem de forma mais substantiva da definição das políticas públicas nacionais (o que é obtido a partir da expressão que estas últimas passam a ter no interior de um executivo federal eleito em condições tais que permitem o virtual controle do mesmo pelos estados economicamente mais sólidos e mais populosos). O perigo da transformação do presidencialismo em um instrumento de centralização do poder político conducente a uma aceleração do desenvolvimento interno do capitalismo

388 Idem, p. 210.

389 Equação esta cuja importância e expressividade histórica é atestada contraditoriamente tanto pela capacidade de galvanizar os anseios da imensa maioria dos setores politicamente válidos no interior da transição republicana (e que esta no epicentro das genuínas determinações do apoio quase generalizado ao fim da monarquia), quanto na expressão extremamente violenta que o antagonismo a mesma gerou (consubstanciado na prolongada e sangüinária Revolução Federalista).

capaz de transcender os interesses dos segmentos oligárquicos tradicionais, é contrabalançado por diversos mecanismos. Eles vão dos controles institucionais (e para-institucionais) referidos a um congresso conservador e hegemônico pelos estados periféricos (capaz de impor plena eficácia à chamada "política dos governadores"), até controles impostos à ação do executivo, a partir da definição de uma política fiscal e financeira conservadora e cerceadora de uma maior capacidade de intervenção econômica do próprio Estado.

Não é preciso dizer o quanto este quadro mais geral é revelador dos limites que se impõe institucionalmente à aceleração e aprofundamento da acumulação capitalista internamente. Afinal, pelo que vimos, o cerceamento da universalização e uniformização das relações mercantis nos diversos espaços regionais, e o cerceamento da ação estatal com vistas à defesa e articulação de um processo de crescimento e diversificação da economia baseado na acumulação produtiva especificamente capitalista de capital, dão a tônica da "política econômica" da república velha. Ora, se se tem em vista que a dimensão mercantil do latifúndio tradicional, e o próprio processo de "aburguesamento" por que passam os segmentos do tope da oligarquia, compromete estes agentes com o desenvolvimento - ainda que truncado - da ordem mercantil internamente, fica difícil não reconhecer profunda aderência da "política econômica" do período aos seus interesses. Daí a se assumir o papel crucial - senão hegemônico - ocupado pelos grupamentos oligárquicos no interior da política, da economia e da sociedade no período, temos bem menos do que um passo.

A correção destas ilacões não podem nos impedir, contudo, de avançar na busca de uma compreensão superior da complexa e dinâmica realidade que se quer apreender. Afinal, o que os desenvolvimentos acima revelam é que, se há alguma subordinação por parte da burguesia emergente aos segmentos oligárquicos tradicionais, esta é, claramente, uma "subordinação voluntária". Poder-se-ia muito bem pretender que este caráter "voluntário" advenha de uma necessidade (eventualmente "tática", incapaz de comprometer os próprios "horizontes históricos essencialmente modernos da burguesia nacional") de articulação política que se explicaria pela própria debilidade material dos segmentos burgueses no período. Sem dúvida, esta é uma dimensão da verdade, ... mas não é toda. Antes de mais nada, é preciso que qualifiquemos adequadamente o que se pretende caracterizar quando se fala em debilidade burguesa. Como bem nos lembra Florestan,

"... [Rigorosamente falando], não existe uma burguesia débil, mas outras classes (ou setores de classe) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável. No caso brasileiro, as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como um expediente de manipulação conservadora do 'radicalismo' ou do 'nacionalismo' das classes médias e dos setores industrialistas."<sup>399</sup>

mas isto não é tudo: a avaliação do poder de barganha dos estratos oligárquicos e burgueses no período não pode se restringir ao resgate da posição econômica e social da burguesia interna: há que se considerar igualmente a força das impulsões derivadas do mercado mundial capitalista que se consolida em torno da exportação de capital, enquanto *relação social de produção*. Neste sentido, Florestan nos diz:

<sup>399</sup> FERRANDES, Florestan. Op. cit. p. 213.

"... os efeitos da competição entre nações capitalistas industrializadas ou em industrialização ... [associados] a uma combinação racional no balanço de interesses imediatos e futuros, fez com que as nações ... [imperialistas] se dispusessem a intervir de modo mais ativo na reorganização institucional do espaço econômico interno. Elas já não estavam montando a infra-estrutura do esquema de operações, que precisariam manter em atividade numa economia colonial ou neocolonial. Elas estavam, de fato, concorrendo para algo novo, que era a construção de uma economia capitalista dependente nos trópicos. Os efeitos remotos da revolução industrial e a luta das nações capitalistas por autonomia ou hegemonia no mercado mundial tornavam essa ampliação das fronteiras econômicas da Europa e dos Estados Unidos inevitável. O importante para quem examine o processo da perspectiva brasileira, é que se desencadeia uma reorganização da infra-estrutura da nossa economia que transcende, de imediato, aos incentivos diretos do mercado interno (em termos de produção para o exterior e de sua própria intensidade). Até hoje ainda não se avaliaram nem o montante dos recursos materiais e humanos que foram investidos nesse amplo processo, nem o que ele significou nas várias regiões do país que foram por ele afetadas. Mas é fácil perceber que nessa sua 'idade de ouro' as Nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos moldes, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com uma audácia desconhecida". 371

Finalmente, há que considerar ainda que, se a oligarquia tradicional dispunha de um trunfo inquestionável (a homogeneidade e generalidade de sua penetração social) no processo de articulação do pacto político de dominação engendrado nesta fase de transição, os estratos burgueses contam com outro trunfo igualmente relevante: o trabalho do "tempo". Este trabalho processava-se em consonância com os interesses dos setores identificados com o aprofundamento e crescente generalização das relações mercantis internas, e isto era adequadamente percebido pelo conjunto dos estratos proprietários, em particular pela burguesia que tinha consciência de que

"... florescia num meio em que a desagregação social caminhava espontaneamente, pois a Abolição e a universalização do trabalho



livre levaram a descolonização ao âmago da economia e da sociedade. Sem qualquer intervenção sua, intolerante ou ardorosa, a modernização caminhava rapidamente, pelo menos nas zonas em expansão econômica e nas cidades mais importantes em crescimento tumultuoso; ...<sup>392</sup>

Poder-se-ia perguntar então: porque a burguesia não conseguiu converter estes importantes aliados em uma base mais sólida de articulação de sua própria hegemonia? E a resposta de Florestan é clara: ela soube realizar esta tarefa na medida de suas necessidades, articulando ao longo já da primeira fase da era capitalista dependente uma precisa rotação do quadro político interno, capaz de situá-la no centro das estruturas de poder. Contudo, não converteu o "trabalho do tempo" em seu aliado no sentido de buscar uma aceleração da história (o que poderia ser obtido pela exploração da fragilidade estrutural dos projetos de ordenamento social de longo prazo dos segmentos oligárquicos). E não faz isto pela simples razão de que esta aceleração da história não era de seu interesse. Na realidade - e por mais que isto pareça contraditório -

"... sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea, que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos retrogradadas e estáveis."<sup>393</sup>

Para que se entenda este aparente paradoxo - que se encontra no centro mesmo da peculiaridade da leitura teórica de Florestan - é preciso que se resgate a base material de nossa burguesia, e os horizontes econômicos que lhe são imanentes. Como vimos no capítulo anterior, o setor novo que emerge do interior da economia neocolonial,

<sup>392</sup> Idem, p. 205.

<sup>393</sup> Ibidem.

não é um setor vinculado organicamente àquelas condições materiais de produção que redundam na plena constituição do trabalho abstrato como fundamento da forma valor das mercadorias. Antes pelo contrário, o referido setor novo, vicejará essencialmente no interior dos circuitos de comercialização de produtos do trabalho que assumem a forma mercadoria independentemente do fato de as condições sociais no interior das quais se realiza a produção dos mesmos não impor a estes, de ante mão, a forma valor. Ou, em outras palavras: o escravismo (articulado a outras formas pré-capitalistas de subordinação e controle do trabalho) implica, não apenas no fato de que não se defina uma base material sólida de cálculo capitalista de custos de produção, no cerceamento da própria mobilidade do trabalho (que é necessária à efetiva equalização das condições e taxas de exploração da economia) e impõe padrões de exigências mínimas de "retorno" por parte dos produtores agrícolas que são absolutamente distintos dos padrões vigentes em uma economia capitalista e competitiva.

Urs, os ganhos potenciais e reais que estas condições de produção determinam para um capital articulado essencialmente em torno da comercialização dos produtos do trabalho, já foram objeto de considerações anteriores, e não será necessário que retornemos a tal discussão. O fundamental é que fique claro que, nas condições da economia brasileira em seu processo de transição para o capitalismo (marcada que é por uma significativa abertura para o exterior ao nível de suas conexões "propriamente mercantis"), mesmo os setores da burguesia comercial que sofrem um efetivo processo de modernização, não terão interesse em uma aceleração do processo de transformação capitalista do campo, capaz de implicar em perdas econômicas derivadas

da endogeneização de padrões de cálculo e de exigências de retorno efetivamente burguesas<sup>394</sup>. Mais do que isto: esta lógica "conservadora" de administração da expansão interna da ordem capitalista - que parece contraditar a própria função histórica da classe e da dominação burguesa, mas que é rigorosamente imanente aos horizontes de uma burguesia de extração mercantil e neocolonial - se imporá de tal forma a fazer com que se percam os contornos distintivos dos projetos oligárquicos e burgueses de articulação da ordem social competitiva:

"Lão longo da era neocolonial e mesmo no período de emergência da era capitalista propriamente dita, o volume e a intensidade da circulação eram demasiado pequenos para os dinamismos de uma economia de mercado de bases estritamente monetárias e capitalistas. O agente econômico tinha de estender a margem de lucro, para extrair de um reduzido número de operações resultados realmente compensadores e estimulantes. Nesse sentido, tanto a revolução comercial atingia o seu ápice, quanto a revolução industrial se iniciava em um contexto econômico caracteristicamente 'colonial' (entendendo-se por esta palavra certa estrutura do sistema econômico global). Por isso, o agente econômico divorciava-se dos elementos reguladores da ética capitalista (e dos mecanismos de motivação e de controle indiretos da livre competição) em todas as fases da ação ou relação econômicas que ultrapassassem ou saíssem do ciclo imediato da apropriação. Num primeiro passo, ele procedia a um relativo esvaziamento econômico da acumulação capitalista, convertida parcialmente em um simples privilégio social. Assim, a reinversão não seria determinada, nem quantitativa nem qualitativamente, apenas por determinações orgânicas e dinâmicas do próprio processo de acumulação de capital. Em um segundo passo, ele separava a acumulação capitalista do querer coletivo da própria categoria sócio-econômica a que ele pertencia, eliminando da ação ou da relação econômicas capitalistas, que praticasse, conteúdos de consciência histórica ou de vontade social que poderiam transformá-lo, concomitantemente, em agente histórico premeditado da criação de uma ordem econômica capitalista. Assim, como sucedera antes, com o senhor agrário da época colonial e da primeira fase da época nacional, esse novo

394 Infelizmente não é possível desenvolver esta discussão de forma mais exaustiva neste momento. Voltaremos a mesma mais adiante, quando - a partir da introdução das determinações que limitam o próprio caráter impulsivo e modernizante da ação das burguesias imperialistas - poderemos ver que o *paradoxalmente limitado* horizonte econômico e histórico da burguesia nacional assume, na realidade, dimensões estruturais que se projetam para além deste período específico de transição.

agente econômico passaria a mover-se de forma diligente, pertinaz e construtiva, tão-somente no âmbito mais acanhado de sua situação social de interesses. Não iria projetar tais interesses em planos mais amplos nem tentaria explorar outros tipos possíveis de racionalidade econômica, que poderiam associar as atividades econômicas (e mesmo o crescimento econômico) a ideais coletivos de auto-suficiência econômica ou de independência nacional. "1990

Vale dizer: oligarquia e burguesia emergente convergirão para um projeto de ordem social competitiva excludente e institucionalmente articulada com vistas à defesa dos privilégios dos segmentos sociais proprietários no processo de incorporação do excedente. E isto não se explica tão somente pela origem "mercantil" dos segmentos burgueses: é uma opção racional de uma burguesia em processo de modernização que se confronta, por um lado, com um mercado interno limitado e, por outro lado, com circunscrições ao acesso à propriedade privada dos meios de produção gestadas ainda sob a égide do antigo regime e que passam a ser vistas como instrumentais para a própria consolidação do poder econômico daqueles agentes que ascendem à condição burguesa antes mesmo da plena constituição da era capitalista.

Como se isto não bastasse, o horizonte de acumulação e de diversificação econômica e produtiva da burguesia, neste período, será profundamente marcado pelas condições gerais que definem e sustentam a emergência deste segmento social. Oriunda do processo de intermediação interna da produção colonial de exportação e das mercadorias importadas, a perspectiva imediata que se abre para esta burguesia será a de aprofundar seus vínculos com os espaços econômicos dominados por seus parceiros válidos e tradicionais. Neste sentido, antes de direcionar o impositivo processo de diversificação de investimentos para setores

395 FERNANDES, Florestan. Op. cit. pp. 138 e 139.

especificamente industriais (o que é dificultado pelo elevado grau de abertura da economia, pela carência interna de profissionais portadores de um grau de domínio mínimo das complexas e dinâmicas tecnologias de produção, pela instabilidade da oferta externa de insumos e pelas restritas dimensões do mercado interno), a burguesia brasileira preferirá dirigir, em um primeiro momento, seus investimentos extraordinários para a própria produção agrícola de exportação, para os negócios de importação e exportação e para os serviços públicos urbanos e de transporte<sup>396</sup>. O que importa reter desta estratégia (absolutamente racional) de diversificação são as suas consequências econômicas e políticas mais imediatas:

"[Com este processo] passou-se ... da confluência não-articulada de interesses interdependentes para uma fusão dos mesmos interesses, graças à qual as duas tendências de formação e de acumulação de capital (ligadas à grande lavoura exportadora e à expansão do setor comercial-financeiro) se fundiram e provocaram a integração do capitalismo comercial e financeiro como fenômeno nacional. O ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos (de cunho privado ou oficial), mas ele se desenvolvera, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de defesa permanente de café. Quando esta se concluiu como política econômica (de uma categoria social e do Governo), o processo estava consumado,

396 A análise que Florestan faz deste processo em *A revolução burguesa no Brasil* se encontra essencialmente na segunda metade do terceiro capítulo desta obra. Nestas passagens - quando nos são apresentados os protagonistas históricos desta primeira fase de nossa "revolução burguesa", identificados com o "fazendeiro do café" e o "imigrante" -, encontram-se alguns dos desenvolvimentos mais brilhantes e originais de Florestan. Particularmente importante, ao nível das discussões tradicionais da historiografia brasileira, são as considerações deste autor em torno da origem comercial do típico cafeicultor paulista (o que estaria na base de sua capacidade de modernização vis-a-vis os produtores do Vale do Paraíba), e as consequências que a origem imigrante de parcela expressiva da nova burguesia urbana trará em termos da solidez dos vínculos deste setor com os negócios de exportação e importação assim como da resistência do mesmo a se comprometer com immobilizações que impliquem em retornos de mais longo prazo. Infelizmente, porém, a necessidade de nos circunscrevermos apenas aos desenvolvimentos absolutamente centrais da obra de Florestan, nos impede de descermos a detalhes no resgate de contribuições teóricas tão importantes e instigantes como estas.

alterando definitivamente a estrutura da situação de mercado, pois a partir daí o capital comercial e financeiro também podia ser livremente manipulado a partir de dentro, através de posições, interesses e decisões de agentes económicos internos. Em seguida, o 'homem de negócios' que esteve a testa desta transformação estrutural, iria transferir-se para outros ramos da produção agrária e da criação ou se distanciar e se divorciar do setor agrário (e mesmo das atividades especificamente comerciais solidificando sua inserção na indústria e nos serviços). Então, já cumprira seus papéis de agente histórico da Revolução Burguesa e erigia em rotina o que antes fora um momento crucial de opção.<sup>397</sup>

E não será preciso dizer que, na medida mesmo em que se dá o aprofundamento dos laços da emergente burguesia com os setores oligárquicos, desenvolvem-se, com ainda maior intensidade, os laços com aqueles segmentos externos igualmente interessados na sustentação do privilegiamento da produção agrícola de larga escala para a exportação, e em sua contrapartida, que é o aprofundamento dos elos de dependência produtiva e financeira com relação ao exterior.

Uma, o que emerge com clareza do conjunto dos desenvolvimentos acima, é que não há como derivar, das circunscrições políticas e institucionais ao desenvolvimento da ordem mercantil especificamente interna (que são inerentes ao padrão de organização do Estado na Primeira República), qualquer ilacão de uma hegemonia social inconteste dos setores oligárquicos neste período. Sequer será mais possível interpretarmos os arranjos políticos desta fase como expressivos de uma "situação de compromisso" entre setores sociais - a "burguesia emergente" e a "oligarquia" - essencialmente distintos e divergentes em termos de horizontes históricos mais globais.

Por outro lado não podemos ser tentados a inverter a leitura anterior e derivar da consistência dos projetos imediatos dos setores oligárquicos e burgueses uma hegemonia incontestada deste último segmento. Até mesmo porque esta se torna uma questão "bizantina" no interior do quadro reconstituído. O que importa, na realidade, é tão somente reconhecer que a consistência dos projetos oligárquicos e burgueses abre as portas para uma articulação política orgânica destes setores, garantindo simultaneidade aos processos de emergência das relações sociais capitalistas e de emergência do poder burguês. E será justamente esta simultaneidade e compatibilidade que permitirá a Florestan caracterizar o período de transição capitalista acima considerado como o período de desencadeamento histórico da "revolução burguesa" no Brasil.

A leitura a que se chega deve ser, contudo, trabalhada com grande cuidado. O perigo se encontra na tentação de derivarmos da mesma uma conclusão apressada: a de que não haveria qualquer contradição ou diferença de horizontes históricos e políticos entre os segmentos tradicionais da oligarquia e os novos estratos burgueses. Tal ilação é tão equivocada quanto a leitura que se lhe opõe e que busca absolutizar as diferenças entre os setores novos e aqueles cuja extração advém diretamente do latifúndio escravista e de sua crise. Se esta última cai no equívoco de transplantar para os agentes responsáveis pela articulação do desenvolvimento capitalista brasileiro funções históricas que não são suas, a primeira leitura cai no equívoco ainda maior de negar qualquer historicidade a este processo mais geral. Ao fazer *tabula rasa* da dimensão transformadora da ação da burguesia (resgatando tão somente a dimensão conservadora e retrógrada desta ação, sem dúvida mais

evidente), o que esta última leitura perde é a capacidade de apreender teoricamente os fatos transcorridos.

Na realidade, a forma contra-revolucionária e conciliatória do desencadeamento da "revolução burguesa" no Brasil não deve servir para o obscurecimento do fato de que se vivencia um processo de recomposição das relações sociais de produção e da ordem política e institucional, com vistas ao aprofundamento do capitalismo (e, portanto, da dominação de uma classe social) internamente. Como se isto não bastasse, é preciso reconhecer que este processo é menos "tranquilo" do que a ideológica historiografia oficial pretende fazer crer. As diversas crises e conflitos políticos ao longo da República não podem ser subsumidas à classificação genérica de "crises inter-oligarquicas", carentes de expressão material e histórica mais sólida, tampouco podem ser reduzidos à expressão da movimentação dos "vencidos" no cenário da história. Na realidade, as crises políticas da República estarão expressando, antes de mais nada, a emergência dos conflitos entre os próprios agentes privilegiados na ordem política montada em busca da hegemonia no interior da mesma. Ou, em outras palavras: o fato de que haja uma concordância básica entre "oligarquia" e "burguesia emergente" em torno do caráter mais global das "políticas econômicas e sociais" no período, não significa a inexistência de conflitos em torno da própria temporalidade que se deve buscar imprimir ao desenvolvimento capitalista, ou em torno de quais devam ser os principais beneficiários do mesmo. Neste sentido, as inúmeras pressões e debates em torno da ação do Estado ainda na Primeira República - a respeito do grau de autonomia política e econômica que deve ser resguardada aos estados federados, do caráter das políticas de valorização do café (permanente ou não,



assumidas pelo governo central ou não), da política cambial (com base no padrão-ouro ou flexível) e da política monetária (deflacionista ou expansionista) - expressam, na realidade, uma luta mais substantiva em torno de quais os setores deverão e poderão ser os principais beneficiários desta mesma ação. Se esta luta não assume formas mais dramáticas e visíveis é porque a solidez da unidade oligárquico-burguesa permite que a mesma se resolva, em última instância, "intra-muros".

Por isto mesmo, há que se entender o equívoco da leitura que pretende extrair da forma contra-revolucionária de desencadeamento da "revolução burguesa" no Brasil a conclusão de que, a partir de então, os conflitos entre os estratos proprietários e dominantes hajam cessado, tornando-os monolíticos e estáveis. Mesmo que isto pudesse ocorrer em um determinado período de tempo, o próprio processo de acumulação e concentração de capital imporá suas consequências no sentido de desqualificar os estratos dominantes e desintegrar tal "monolitismo". A conclusão que se deve tirar dos desenvolvimentos anteriores em torno da forma política do desencadeamento da "revolução burguesa" no Brasil é, portanto, distinta (ainda que não necessariamente menos dramática): o que resulta do orgânico arranjo político oligárquico-burguês não será o "fim da história", mas o seu amortecimento. A consolidação dos canais pelos quais os conflitos entre os estratos proprietários podem ser resolvidos "intra-muros" implica na total perda de sentido de qualquer movimento de articulação de "novos dutos" para a condução dos anseios burgueses de aprofundamento da ordem capitalista interna. Assim, de aliados táticos potenciais, aqueles setores sociais identificados com a busca da efetiva generalização e eficácia da ordem social competitiva passarão a ser, não apenas descartáveis, como incômodos a uma burguesia

comprometida com a conquista de sua hegemonia a partir dos seguros caminhos abertos e sinalizados pelos próprios grupos oligárquicos. E sem dúvida que esta segurança cobrará o seu preço: com o enrijecimento da ordem social competitiva, dar-se-á um enrijecimento da própria dinâmica de acumulação de capital que redundará em uma perda relativa da capacidade auto-propulsiva e da autonomia da economia capitalista interna. Mas isto já é objeto das próximas seções deste capítulo.

## 2. Desenvolvimento e crise da etapa competitiva do capitalismo dependente no Brasil

### 2.1. Considerações iniciais

O período histórico que, na análise de Florestan, perfaz a "etapa competitiva" do capitalismo no Brasil é, provavelmente, o período mais complexo e polêmico da história nacional. A ele está referido todo o processo de expansão e consolidação da ordem, da classe e do poder burgueses internamente. A leitura que se faça deste período compromete e determina toda a interpretação do processo de desenvolvimento capitalista propriamente contemporâneo em nosso país (que se abre a partir da industrialização acelerada da segunda metade da década de 50), assim como de suas potencialidades endógenas de transformação e expansão a longo prazo.

Sem dúvida alguma, uma das mais claras expressões da complexidade deste longo período histórico - assim como dos enormes rebatimentos teóricos e práticos que comportam os distintos projetos de interpretação

do mesmo - encontra-se na tradicional polémica em torno da "Revolução de 30" e de seu significado enquanto marco disruptivo. De uma forma ou de outra, todas as leituras que tomam 30 como momento de uma transformação substancial na base de sustentação social e política do Estado (que se refletiria na inflexão do seu "caráter de classe"), tendem a projetar potencialidades para o aprofundamento da mudança social *dentro da ordem* (que estariam vinculadas ao amadurecimento e plena realização do "projeto burguês de modernização"), que são negadas por parte daqueles autores que lêem este momento histórico fundamentalmente a partir de suas dimensões de continuidade com relação ao passado.

Não pode haver dúvidas quanto à perspectiva que orienta a interpretação de Florestan dos movimentos políticos e econômicos que marcam a década de 30. Sua "peculiar" proposta de periodização já é suficientemente expressiva desta interpretação: ao identificar uma unidade fundamental (referida ao padrão "competitivo" de acumulação de capital) no largo período que avança do último quartel do século XIX até os primeiros anos da segunda metade do século XX, Florestan não faz mais do que propor que a *compreensão de todo o processo de transformação histórica ao longo deste período se encontra subordinada ao resgate de uma dimensão ("mais substantiva") de continuidade que, simultaneamente, organiza e circunscribe aquele*. Ou, em outras palavras, não se pode tomar 30 e seus desdobramentos como marco disruptivo nem do padrão de dominação burguesa (referido à composição de classes que tem assento no interior do Estado), nem do padrão *básico* de acumulação de capital (que continuaria se dando dentro dos limites do capitalismo competitivo dependente).

Não resta dúvida de que esta perspectiva é pelo menos tão polemica quanto aquela que se lhe coloca como alternativa. Há que se reconhecer, contudo, que a mesma é absolutamente consistente com a interpretação dada por Florestan (desenvolvida na seção anterior deste capítulo) do processo de desencadeamento da "revolução burguesa" no Brasil. Segundo esta interpretação, a organicidade da articulação oligárquico-burguesa que preside nossa transição para o capitalismo garante as condições para a conquista da plena hegemonia política e social por parte da burguesia sem que novos e propriamente disruptivos movimentos históricos e projetos de dominação se imponham. Neste sentido, Florestan nos diz:

"Os analistas da história republicana e da evolução política recente usam e abusam da palavra 'crise' - em particular, quando focalizam o poder oligárquico e suas relações com a recomposição das estruturas políticas da sociedade brasileira. Na verdade, estou longe de concordar com essas análises, que repetem ideias de sociólogos, historiadores ou cientistas políticos argentinos ou do pensamento socialista latino-americano. As crises enfrentadas pela oligarquia agrária 'tradicional' ou por seus rebentos urbano-comerciais e financeiros 'modernos' no Brasil estão longe de possuir caráter estrutural. Nunca passaram de crises de conjuntura e históricas, que se encerraram (ou se reabriram) através de processos de rearticulação do poder de classe da burguesia, acomodando, assim, seus vários setores e as elites correspondentes, sem atingir as bases propriamente ditas da dominação burguesa (e, dentro desta, da 'oligarquia'). ... Para dar continuidade quer ao desenvolvimento capitalista, da forma como ele era acessível, quer à dominação burguesa, como ela podia ser praticada econômica, social e politicamente, todos esses setores se viam forçados a manter alianças fundamentais (visíveis ou não), que punham a solidariedade de classe em primeiro lugar e anulavam, sub-repticiamente, os conflitos setoriais ou partidários aparentemente intransponíveis. A evolução que resultou da predominância dos ritmos econômicos, tecnológicos e históricos externos levou a crise do poder burguês ao subterrâneo da história, convertendo-a em uma crise verdadeiramente estrutural. Mas, em circunstâncias tão especiais, que merecem cuidadosa atenção. Pois elas revelam como se dá a revolução econômica inerente a transformação industrial mais avançada na periferia; e mostram como ela refunde, em seu transcurso, as estruturas, as funções e o significado histórico da dominação burguesa como e enquanto dominação de classe." 220

Reconhecer a unidade fundamental do padrão de dominação burguesa ao longo da "etapa competitiva" do capitalismo não implica, contudo, em qualquer ignorância ou desvalorização das complexas transformações sociais, econômicas e políticas de que o Brasil será palco neste largo período, das quais *30* será um símbolo e um marco. Antes pelo contrário, Florestan tem plena clareza de que:

"As conexões da dominação burguesa com a transformação capitalista se alteram de maneira mais ou menos rápida, na medida em que se consolida, se diferencia e se irradia o capitalismo competitivo no Brasil e, em especial, em que se aprofunda e se acelera a transição para o capitalismo monopolista. O elemento central da alteração foi, naturalmente, a emergência da industrialização como um processo econômico, social e cultural básico, que modifica a organização os dinamismos e a posição da economia urbana dentro do sistema econômico brasileiro. A hegemonia urbana e metropolitana aparece, desse ângulo, como um subproduto da hegemonia do complexo industrial-financeiro. Esse processo não modifica, apenas, os dinamismos econômicos, socio-culturais e políticos das grandes cidades com funções metropolitanas. Ele acarreta e, em seguida intensifica a concentração de recursos materiais, humanos e técnicos em tais cidades, dando origem a fenômenos típicos de metropolização e de satelitização sob o capitalismo dependente. Tais fenômenos atestam, principalmente, que mudam por completo as relações das cidades com a economia agrária e com o respectivo complexo urbano-comercial, sem promover a desagregação propriamente dita do caráter duplamente articulado da economia capitalista dependente."<sup>399</sup>

Mas isto não é tudo: articulado ao movimento de industrialização se dá um outro movimento (do qual a própria industrialização será em grande parte tributária): a constituição e expansão de um mercado interno propriamente nacional, ou antes, a generalização da ordem burguesa internamente.

399 *idem*, p. 297.

"Este é o fato histórico principal, nesse período. Desencadeia-se um amplo e profundo processo de socialização do poder econômico, social e político, pelo qual as classes sociais burguesas se unificam, a partir de sua situação material de interesses, de seu estilo de vida e de sua concepção do mundo. O predomínio dos interesses agrário-comerciais, de início, por certos obstáculos a esse processo. No entanto, a Revolução de 1930 indica que ele já se havia aprofundado e difundido seriamente, muito antes que os interesses industriais e financeiros lograssem a predominância relativa que iriam alcançar com o Estado Novo e, especialmente, durante a Segunda Guerra Mundial. A burguesia, que fora um resíduo social e, mais tarde, um estrato pulverizado e disperso na sociedade brasileira, que se perdia nos estamentos intermediários e imitava servilmente a aristocracia, ganha sua fisionomia típica e se impõe como um corpo social organizado, que constitui a cúpula da sociedade de classes e sua grande força sócio-econômica, cultural e política."<sup>400</sup>

Vale dizer: a *industrialização* (que, ao final do período avança sobre o setor de bens de produção); a *expansão* (inclusive geográfica) da *ordem e da condição social burguesas*, associada à *generalização das relações mercantis* (ainda que, mesmo ao fim deste período, a prevalência do mercado sobre as formas tradicionais de inserção e qualificação social só se impusesse plenamente para os segmentos sociais urbanos e para os agentes classificados no tope do mundo rural); e a *consolidação do poder burguês*, são movimentos de transformação qualitativa que se processam no interior da etapa competitiva do capitalismo brasileiro. A *consistência e profundidade destes movimentos históricos é tamanha que nos permite mesmo diferenciar duas fases no interior desta "etapa": uma primeira - que avança do final do século XIX à terceira década deste século - e que é marcada pelo processo de "amadurecimento na manifestação interna da economia competitiva"*<sup>401</sup>; e *uma segunda*, no interior da qual, "entre o fim da Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e o 'intervencionismo'

<sup>400</sup> Idem, p. 311 (o grifo é meu).

<sup>401</sup> Idem, p. 241.

econômico do Estado Novo ... o capitalismo competitivo atingiu o apogeu que poderia lograr nas condições apontadas, de dupla articulação"<sup>402</sup>.

Dentre os "vários sintomas marcantes [que] assinalam esse apogeu"<sup>403</sup> do capitalismo competitivo brasileiro, Florestan vai centrar sua atenção justamente naquele que, via de regra, é privilegiado pelos analistas do referido processo histórico: o novo padrão de intervenção e regulação econômica governamental que se inaugura a partir de 30. A este respeito nos diz:

"... a partir de várias influências (pressões políticas das classes médias, especialmente através do 'tenentismo' ou de movimentos ditos 'nacionalistas'; da pressão de grupos de direita; ou da pressão de alguns círculos empresariais, da qual é típica a posição assumida por Roberto Simonsen), desencadeia-se uma forma de interevencionismo econômico estatal, que se caracteriza pela saturação de certas funções de sustentação ou de reforço do desenvolvimento capitalista, mediante empresas públicas (ou semipúblicas). A Petrobrás e Volta Redonda são as duas realizações de maior vulto e significação no período considerado. Esse último sintoma parece ter maior importância que os dois outros [referidos à industrialização e à expansão do capitalismo no campo], já que ele sublinha algo crucial. Ao contrário do que ocorreu antes, quando se cria a infra-estrutura de um mercado capitalista plurifuncional, a infra-estrutura de um complexo sistema de produção industrial não pode ser lograda pelos esforços da iniciativa privada, estrangeira ou nacional. Como em outros países de economia capitalista articulada, no Brasil teve-se de recorrer ao Estado para enfrentar esse e outros problemas econômicos."

Contudo, para Florestan, não é possível erigir as expressivas transformações internas, que distinguem as duas fases de nosso

402 Idem, p. 244. Por "dupla articulação" Florestan quer expressar os vínculos que a economia capitalista competitiva interna sustenta "1º) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); 2º) externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais." (Idem, p. 241.). Voltaremos a esta questão mais adiante.

403 Ibidem.

404 Idem, pp. 244 e 245.

"capitalismo competitivo", em fundamento de um projeto de periodização no qual o marco de "39" (eleito mais como símbolo do que a partir da relevância específica e particular dos eventos de outubro) passasse a servir como um divisor entre duas ~~etapas~~ do capitalismo brasileiro. E isto antes de mais nada porque, nas duas fases desta etapa, o "padrão básico" de acumulação de capital não se altera substancialmente, continuando a ser marcado pelo seu caráter competitivo e dependente<sup>36</sup>. Este quadro transparece com nitidez se se levam em conta os profundos limites que os setores oligárquico-burgueses vão impor à ação do Estado na nova fase que se inaugura e as conseqüências daí advindas. Nas palavras de Florestan:

"Os empresários - mesmo os que se proclamavam 'nacionalistas' e 'protecionistas' - reagiram discretamente aos imperativos de romper com a dupla articulação. Onde puderam inovar ou renovar por meio da própria empresa privada, revitalizaram, na prática, os dois tipos de articulação mencionados acima. Onde o Estado se interpôs de permeio, relutaram em compartilhar responsabilidades e, principalmente, só deram anuência total quando ficou patenteada sua capacidade de destituir o Estado de real autonomia de ação, o que convertia os interesses privados, nacionais e/ou estrangeiros, nos grandes beneficiários diretos e indiretos do 'intervencionismo' econômico estatal.

... [Assim, a transformação em curso], embora econômica e sociologicamente significativa, não foi tão acentuada a ponto de forçar a destruição dos últimos baluartes vivos do 'complexo econômico colonial' e do 'antigo regime'. O crescimento do mercado interno refletiu-se em suas relações com a economia agropecuária, estabelecendo-se fluxos consideráveis de comercialização voltados para dentro. Isso não impediu que

36 É interessante observar que, a despeito do que poderia parecer a partir de uma leitura apressada, esta interpretação de Florestan se aproxima significativamente daquela que nos é oferecida por João Manuel Cardoso de Mello em sua tese clássica. Não será gratuito que João Manuel retire-se ao período do desenvolvimento capitalista brasileiro marcado pelo processo de "industrialização restringida", como "uma nova fase do período de transição" (MELLO, J. M. C. de. *Op. cit.*, p.110). Ou, em outras palavras, para este autor as mudanças do perfil da acumulação definidas a partir de 1938 são do ordem a caracterizar uma nova fase daquela etapa que antecede e prepara a plena constituição das forças produtivas responsáveis pela autodeterminação do capital e pela emergência da dinâmica econômica especificamente capitalista. Voltaremos detalhadamente a estes pontos mais adiante.



práticas pré-capitalistas ou subcapitalistas se mantiveram quase incólumes ou se fortalecessem. Nem mesmo uma reforma agrária moderada chegou a ser instituída para valer. De outro lado, não surgiu nenhum esforço para corrigir a tradicional depressão dos salários das massas trabalhadoras em geral e dos operários urbanos. Mantinha-se, pois, a compressão do mercado, com os efeitos daí decorrentes - um mercado socialmente comprimido e, pela natureza das coisas, um mercado altamente seletivo, que acompanha a concentração social e racial da renda. ... Em resumo, apesar do desaparecimento dos bloqueios que excluíam o setor arcaico da modernização capitalista, a situação global ainda convertia a economia competitiva num verdadeiro conglomerado de formas de mercado e de produção de desenvolvimento desigual. A pressão que essa economia, como um todo, podia fazer para libertar-se das limitações e das inibições que interferiam negativamente sobre suas potencialidades especificamente capitalistas de equilíbrio, de reorganização e de crescimento era ainda muito baixa. Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento desiguais, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho."<sup>406</sup>

O que esta passagem de Florestan nos propõe é que as alianças políticas orgânicas que sustentam e circunscrevem a ação do Estado no período considerado, vem a reforçar as debilidades crônicas do capitalismo competitivo dependente brasileiro em superar os entraves internos à sua rápida e efetiva generalização e, conseqüentemente, à sua rápida e efetiva superação. O resultado disto é que, "no momento em que o capitalismo competitivo atinge o apogeu, ... ele iria sofrer um forte solapamento não a partir de dentro da economia brasileira, mas a partir de fora"<sup>407</sup>. Ou, em outras palavras: a transição para o capitalismo monopolista no Brasil não resultará prioritariamente ou essencialmente de movimentos endógenos à economia nacional, mas do novo movimento de internacionalização produtiva e financeira dos grandes blocos monopolistas de capital (que, no pós-segunda guerra, passará a impor um reequacionamento da divisão mundial do trabalho gestada pelo

<sup>406</sup> FERNANDES, Florestan. Op. cit. pp. 245 e 246 (os gritos são meus).

<sup>407</sup> Idem, p. 247 (o grifo é meu).

desenvolvimento da lógica da exportação de capitais e da concorrência inter-imperialista)<sup>406</sup>.

Mas, que se entenda bem esta avaliação de Florestan: a despeito da evidente centralidade que a articulação política conservadora dos setores proprietários (associada às suas consequências em termos da sustentação de um padrão de regulação da economia *não-especificamente* moderno ou "monopolista") assumirá no interior de sua análise, não é possível caracterizar a mesma como "politicista" ou "superestruturalista". Nada poderia ser mais avesso à perspectiva teórica deste autor do que aquelas leituras que, por não conseguirem apreender as determinações materiais de uma dada realidade, transformam a defesa intransigente da "autonomia relativa dos fenômenos superestruturais" em desculpa para a articulação de um discurso moralista, que se traduz na busca dos "responsáveis pelo atraso econômico, social e cultural da nação". Neste sentido, Florestan nos diz:

"Os analistas da história econômica da América Latina que tentaram explicar o desenlace negativo em que culmina a transformação capitalista, sob situação competitiva, como se os empresários nacionais pudessem ter impedido tal desenlace, mantidas as condições existentes, ou exageram as potencialidades econômicas desses empresários, ou ignoram a natureza do desenvolvimento econômico (e de sua aceleração) sob o capitalismo dependente."<sup>407</sup>

406 As consequências daí advindas serão objeto de detalhamento na terceira seção deste capítulo. Elas podem ser resumidas, contudo, no fato de que, para Florestan, a transição para o capitalismo monopolista se dará com o aprofundamento da dependência (ao invés de sua superação, como poder-se-ia esperar), o que conduzirá a um padrão de desenvolvimento capitalista extremamente perverso, associado a um estado de crise social e política crônica e à maximização das tendências de estagnação econômica que são inerentes à etapa madura deste modo de produção.

407 FLORESTAN, Fernandes. Op. cit. p. 249.

Vale dizer: a avaliação crítica de Florestan em torno dos limites históricos da ação do Estado ao longo da fase de "apogeu" do capitalismo competitivo no Brasil encontra-se firmemente alicerçada em uma leitura das condições de reprodução capitalista interna. Assim, não se nega às classes sociais (e ao Estado enquanto instrumento de classe a serviço da articulação e implementação de um certo projeto de dominação social) o papel de "sujeito histórico"; o que se exige é tão somente que a ação das referidas classes seja interpretada a partir de uma perspectiva materialista e dialética, vale dizer, de uma perspectiva rigorosamente totalizante que assuma como *ponto de partida* as condições particulares de reprodução material da sociedade. Estas condições, no caso do Brasil no período considerado, são dadas por uma economia capitalista competitiva duplamente articulada. É, para Florestan,

"... uma economia nacional articulada não gera, pela livre expansão de seu setor moderno - mesmo que ele atinja plena integração sob o capitalismo competitivo, tornando-se capaz de uma transição industrial irreversível - um desenvolvimento capitalista bastante forte para absorver e eliminar por si mesmo a dualidade do sistema econômico. (Note-se que nos Estados Unidos, por exemplo, foi preciso uma guerra civil para pôr termo aos efeitos negativos da articulação.) Além disso, ... a segunda articulação, a que se configurava ao nível da economia mundial, com os mercados e o sistema de produção das nações hegemônicas, operava simultaneamente em duas direções contrárias, deixando para a economia brasileira como um todo um saldo final de potencialidades dinâmicas próprias muito pobre (ou muito fraco).

De um lado, o desenvolvimento induzido de fora acelerava a revolução econômica no setor novo, porém em termos de requisitos limitados, pois o que entrava em jogo não era o desenvolvimento capitalista em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias, ao processo de incorporação em curso; eles eram insuficientes ou neutros para transformações capitalistas mais complexas e, de qualquer modo, não poderiam gerar, por si mesmos, um desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas. Portanto, o

desenvolvimento induzido estava calibrado por suas funções. Ele provocava uma revolução econômica autêntica. Contudo, projetando-a no amago de relações de dependência constantes, que não deixavam espaço histórico para a repetição das evoluções do capitalismo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, ou na Alemanha e no Japão.<sup>419</sup>

Ura, o que se pode perceber com toda a clareza, a partir do conjunto dos desenvolvimentos acima, é que: 1) a leitura de Florestan Fernandes em torno do processo de expansão e consolidação da ordem capitalista no Brasil ao longo de sua "primeira etapa" é marcada pela percepção de que o mesmo se realiza a partir de bases sociais e econômicas demasiadamente estreitas, o que inviabilizará que a (inexorável) superação do padrão competitivo de acumulação se dê a partir de impulsões propriamente endógenos e sob o controle dos segmentos burgueses nacionais; 2) que esta leitura se encontra assentada sobre um ponto de partida rigorosamente materialista onde as questões do padrão "competitivo" de acumulação e a "dupla articulação" da economia interna assumem absoluta centralidade. Se isto é verdade, a avaliação crítica dos desenvolvimentos de Florestan se confundirá com a avaliação crítica de seu "ponto de partida" (sem dúvida alguma, o grande responsável pela organização e estruturação das diversas dimensões

<sup>419</sup> idem, pp. 236 e 237.

abarcadas pela leitura deste autor)<sup>411</sup>. Aqui, contudo, nos deparamos com um grande problema. Senão vejamos.

Em primeiro lugar, há que se considerar que - tal como buscamos demonstrar no capítulo quarto desta dissertação - as contribuições de Florestan em torno da questão do imperialismo e da dependência são relativamente carentes de sistematização e determinação teórica superior. Isto, por si só, já torna a interpretação de sua leitura sobre as consequências "negativas da dupla articulação para a auto-determinação do desenvolvimento capitalista interno" um movimento crítico extremamente complexo. Mas isto não é tudo. Já apontamos igualmente para o fato de que *A revolução burguesa no Brasil* não deixa de comportar uma certa desigualdade ao nível do grau de sistematização presente nos desenvolvimentos que são referidos à análise da era neocolonial e sua crise, e aqueles que são referidos à análise do capitalismo dependente. Aparentemente, a solução de continuidade que se

411 Com isto não estamos pretendendo que se poderia avaliar toda uma contribuição teórica a partir tão somente de seus "pontos de partida". Cada um dos múltiplos desenvolvimentos de uma leitura densa e complexa como a de Florestan funcionam como elos de uma corrente, podendo e devendo ser avaliados tanto em sua dimensão de unidade particular quanto em sua dimensão de partes de um todo. Mais do que isto: uma vez montada a "corrente", ela própria se sobrepõe aos "elos iniciais", redefinindo-os e reforçando-os a partir do alcance e do poder explicativo (potencial) maior que os desdobramentos subsequentes garantem aqueles enquanto "pontos de partida". Estas considerações, contudo, não podem servir como instrumento para obscurecer a centralidade que a avaliação crítica dos pontos de partida teóricos de uma dada análise que se quer materialista ocupa no processo de corroboração (ou de infirmação) da mesma. Afinal, o que se exige de uma investigação que transita nos marcos da "ciência da história" é que a mesma identifique as contradições impulsivas fundamentais de uma dada sociedade, único instrumento de que dispomos para uma determinação superior das múltiplas possibilidades históricas que se encontram efetivamente abertas à frente. É, por isto mesmo, avaliar a consistência teórica do ponto de partida de uma dada leitura torna-se absolutamente essencial. Afinal, o que é (ou, "o que deve ser" em uma perspectiva marxista) o ponto de partida teórico impositivo de qualquer investigação senão a contradição impulsiva material fundamental de uma dada sociedade?

impôs a redação desta obra cobrou o seu preço através de uma certa "heterogeneidade" no tratamento de questões que possuem - para dizer o mínimo - importância teórica equivalente.

É bastante evidente que esta desigualdade de sistematização e aprofundamento teórico não acarretaria maiores problemas se a avaliação que Florestan faz dos desenvolvimentos mais recentes da economia e da sociedade brasileiras não contivesse grandes novidades. Se assim fosse, o processo de explicitação e detalhamento de sua leitura poderia se dar, tranquilamente, a partir da incorporação das contribuições do conjunto de autores que, portadores de uma perspectiva teórica comum, conseguiram avançar no resgate deste ou daquele aspecto da história transcorrida. Infelizmente (ou, quicá, felizmente) não é este o caso<sup>412</sup>. A interpretação dada por Florestan à nossa "história republicana" é marcadamente original. É esta originalidade não poderá deixar de se manifestar através da emergência de certos "vazios" no interior do discurso deste autor. O que nos interessa aqui, contudo, não será o conjunto destes "vazios" (que são inerentes a todo e qualquer discurso, inovador ou não). Por razões já explicitadas, nos interessam prioritariamente aqueles "vazios" que se imiscuem no interior da análise de Florestan dos fundamentos materiais da sociedade capitalista brasileira em sua etapa "competitiva". É, como quer que os

412 A bem da verdade, seja porque os desenvolvimentos mais recentes da ordem burguesa no Brasil envolvam um grau de complexidade maior (na medida em que a sociedade se dinamiza e se diversifica e os conflitos inter e intra classes se agudizam e se manifestam crescentemente sob a forma de projetos antagônicos que não podem ser ignorados), seja porque a proximidade dos fatos transcorridos dificulta sua organização e hierarquização teórica (inclusive na medida em que qualquer avaliação que se faça dos mesmos comporta rendimentos para a ação política presente), há ainda menos consenso em torno das contradições impulsivas e da dinâmica básica da sociedade capitalista brasileira do que em torno do caráter e da dinâmica da nossa sociedade escravista.

expliquemos<sup>413</sup>, há que se reconhecer que estes "vazios" estão presentes no interior da obra maior de Florestan Fernandes.

Não seria surpreendente se estas considerações fossem objeto de questionamento. Afinal, dificilmente passará despercebido a qualquer leitor atento de *A revolução burguesa no Brasil* que, diferentemente do tratamento dado à era neocolonial e sua crise (onde as discussões "econômicas" emergem topicamente no interior de análises fundamentalmente "sociológicas"), Florestan dedicará um capítulo inteiro (o sexto) à análise sistemática das contradições e da dinâmica econômica da sociedade capitalista contemporânea. Mas o reconhecimento deste fato não entra em contradição com nossas considerações anteriores. Apenas reforça nossa interpretação do caráter essencialmente materialista e totalizante da leitura de Florestan<sup>414</sup>, sem, contudo resolver o problema que colocamos. Para sermos claros: não é possível identificar, no capítulo sexto de *A revolução burguesa no Brasil*, uma interpretação efetivamente globalizante e consistente ao processo (e dos limites) da

413 Pela carência de interlocutores e de uma literatura "econômica" assentada sobre princípios teóricos e metodológicos similares que pudesse referenciar certos desenvolvimentos; pela urgência política em fazer vir a tona uma interpretação original sobre o padrão de desenvolvimento e dominação burguesa no Brasil em um momento que a ditadura militar começava a dar os primeiros sinais de sua crise irreversível; pela opção em se circunscrever aos limites de um "ensaio de interpretação sociológica"; por se considerar que certos desenvolvimentos (referidos às condições mais gerais de reprodução do modo de produção capitalista em sua etapa monopolista e imperialista) poderiam ser redundantes e, como tal, desnecessários; etc; etc; etc. Liga-se de passagem, muito provavelmente cada uma destas explicações comporta um grão de verdade. A mera compreensão deste fato, contudo, não resolve o problema por nós detectado; os "vazios" de um discurso não são preenchidos tão somente porque conseguimos entender sua origem.

414 Aliás, já deve ter ficado suficientemente claro que não é nossa intenção negar que haja uma leitura econômica (bastante complexa e essencialmente sólida, diga-se de passagem) subjacente aos desenvolvimentos deste autor em *A revolução burguesa no Brasil*. Antes pelo contrário, buscamos resgatá-la e compreendê-la. Apenas reconhecemos que esta não se encontra pronta e acabada, mas comporta "vazios" que exigem preenchimento.

acumulação de capital no país. Tanto o processo de industrialização (particularmente em seus primórdios) quanto o desenvolvimento do capital e da valorização financeiros são tratados com extrema superficialidade. Isto para não falar no fato de que não se invidam quaisquer esforços para explicitar o sentido (necessariamente particular) que se pretende dar a certos conceitos e categorias que carregam consigo uma longa história de controvérsias e polémicas dentro e fora do marxismo. Apenas para dar um exemplo: o que, *rigorosamente*, Florestan quer dizer com "capitalismo competitivo dependente" ou "capitalismo monopolista dependente"? E, mais importante ainda: qual a determinação efetivamente fundante da (vale dizer, como é possível subordinar à razão a) contradição, tantas vezes explicitada, entre os fundamentos do conservadorismo de burguesia nacional (a busca da aceleração da acumulação capitalista) e seu resultado efetivo (a perda de ímpeto da acumulação de capital)? Até que ponto esta determinação se encontra nas leis gerais de reprodução capitalista, e até que ponto é uma especificidade do caráter "duplamente articulado" de nosso capitalismo (e composto de nossa burguesia)?

Evidentemente, a ausência de respostas rigorosas a estas (entre outras) questões não inviabiliza teoricamente a leitura de Florestan sobre o processo de desenvolvimento capitalista contemporâneo no Brasil, nem a torna particularmente débil ou problemática vis-à-vis aquelas que se lhe apresentam como alternativas. E isto não apenas por seus "méritos metodológicos" ou por sua (já observada) aderência fundamental aos fatos transcorridos. O fato é que as questões apresentadas acima e que não encontram respostas no interior da leitura de Florestan, tampouco conseguem ser respondidas *em seu conjunto* por qualquer outra leitura



que, contemporaneamente, se apresente como alternativa aquela. Por outro lado, não se pode pretender que as carências no interior do discurso teórico de Florestan não imponham quaisquer consequências à sua interpretação e validação. Pelo contrário, as considerações acima conduzem imediatamente a três conclusões: 1) somos obrigados a reconhecer que esta é não só uma leitura inacabada, mas uma leitura que, por suas próprias qualidades, solicita desenvolvimentos; 2) somos obrigados a reconhecer também que toda a tentativa de apreendê-la implica em um esforço de interpretação ainda mais complexo e árduo do que o que foi necessário para a apreensão da leitura deste autor em torno das eras colonial e neocolonial; 3) que não é possível sistematizar a leitura de Florestan sobre o período contemporâneo sem buscar preencher seus "vazios", vale dizer, sem, de uma certa forma, recriá-la.

Ora, não será nosso objetivo, evidentemente, preencher os "vazios" da leitura de Florestan. Afinal, tais "vazios" não são atributos "individuais" deste autor ou desta leitura: são a expressão do caráter ainda limitado da reflexão teórica sobre o Brasil (ou antes, das reflexões sobre a América Latina; sobre o imperialismo e seus desdobramentos para a dinâmica das economias periféricas; sobre os processos de industrialização tardia; etc;) e, como tal, só podem ser enfrentados a partir de um esforço coletivo cujos resultados necessariamente se projetam no longo prazo. Em suma: esta não é uma tarefa pertinente a um indivíduo e a uma dissertação de mestrado.

Por outro lado, se rechacamos (por absurda) toda e qualquer cobrança que se faça no sentido de que deveríamos enfrentar o amplo

conjunto de questões que se impõe sobre a leitura de Florestan, não há porque recusar a tarefa muito mais modesta de buscar dar alguma contribuição para a determinação desta mesma leitura. Para tanto contamos com um apoio que nos parece extremamente valioso: aquela produção teórica e historiográfica mais recente que, a despeito de haver se desenvolvido ao largo e independentemente dos trabalhos de Florestan Fernandes, adota uma perspectiva metodológica essencialmente comum. Referimo-nos fundamentalmente à ampla produção que se origina do Instituto de Economia da Unicamp (antigo DEPE-IFCH) a partir da primeira metade da década de 70. Voltada inicialmente para um esforço de (auto)crítica e superação da teoria econômica da CEPAL<sup>410</sup>, esta produção se desenvolverá tanto no sentido de uma redefinição de conceitos e instrumentos teóricos apropriados ao resgate dos processos de concorrência e acumulação em economias capitalistas ("periféricas" ou "centrais", "competitivas" ou "maduras"), quanto no sentido de propor uma nova interpretação para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Dentre as obras que emergem do interior deste núcleo teórico, uma terá particular importância para nós. Referimo-nos, evidentemente, a *O capitalismo tardio* de João Manuel Cardoso de Mello. Esta obra, por sua originalidade, abrangência e similaridade temática, assume, necessariamente, o papel central na "interlocução" com a produção

410 Crítica e superação esta que - como insistentemente esclarecem os autores envolvidos neste projeto teórico - não envolve qualquer negação das contribuições positivas desta escola do pensamento econômico. Como nos diz Maria da Conceição Lavares na "Introdução" de sua tese de livre-docência: "Continuo francamente apegada à inspiração cepalina de enfrentar os problemas com certa imaginação e rebeldia. O meu revisionismo não vai, pois, ao ponto de jogar fora a tradição central do pensamento econômico latino-americano. Uma revisão teórico-histórica significa reinterpretar os fatos à luz de novas tendências e pesquisar a continuidade e as contradições internas de uma escola de pensamento, sem trai-la em suas origens e nas suas formulações de base." LAVARES, M.C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, p. 18.

Historiográfica de Florestan Fernandes. Por isto mesmo a elegemos como referência maior dos desenvolvimentos subsequentes. Não será preciso dizer, contudo, que isto não só não envolve a exclusão de outras contribuições e interpretações como tampouco envolve qualquer pretensão a um resgate exaustivo das originais contribuições teóricas de João Manuel. Nossa intenção é muito mais modesta; buscamos tão somente contribuir para o esclarecimento de alguns poucos pontos que, obscuros na exposição de Florestan, encontram uma formulação mais determinada em autores que portam uma perspectiva teórica essencialmente comum.

## 2.2. O padrão competitivo dependente de desenvolvimento capitalista e seus limites: uma interpretação da leitura de Florestan Fernandes

Se se tem em vista a descrição anterior do processo de desencadeamento da (contra)revolução burguesa no Brasil (objeto da primeira seção deste capítulo), não pode deixar de parecer paradoxal a caracterização feita por Florestan da primeira etapa do capitalismo brasileiro (que avança das últimas décadas do século XIX aos primeiros anos da segunda metade do século XX) como uma etapa "competitiva". Afinal, a leitura que este autor faz da (peculiar e tardia) transição brasileira para o capitalismo caracteriza-se e distingue-se fundamentalmente por dois aspectos: 1) pela grande importância reservada às "impulsões externas", impulsões estas que se originam justamente da transição do capitalismo mundial para sua etapa monopolista e imperialista; 2) pela interpretação de que a articulação política conservadora dos estratos proprietários ao longo da fase de transição para o capitalismo dependente tem um caráter orgânico e é sustentada por

uma comunidade de interesses no que diz respeito à montagem de um padrão excludente de ordem competitiva.

O aparente paradoxo começa a se desvanecer, contudo, na medida em que se entende quais são os fundamentos teóricos que, na interpretação de Florestan, presidem a distinção entre as etapas "competitiva" e "monopolista" do capitalismo. Estes fundamentos - tal como já foi objeto de considerações no capítulo quarto desta dissertação - encontram-se na distinção entre os padrões básicos de reprodução das sociedades burguesas em processo de "maturação" (vale dizer, de emergência e universalização/consolidação das relações sociais especificamente capitalistas), e sob condições de "maturidade". E, a despeito da multiplicidade de elementos característicos diferenciadores destas duas etapas teórico-históricas, o eixo de sustentação da clivagem proposta (referido ao processo de transformação dos padrões dinâmicos) encontra-se no desenvolvimento da acumulação-concentração-centralização de capital em um dado espaço econômico. É a este movimento que vão estar referidas tanto a consolidação da ordem e dos conflitos de classe, quanto o desenvolvimento das tendências à estagnação e às crises econômicas de caráter estrutural que caracterizam o "capitalismo monopolista"<sup>416</sup>.

Ora, se o exposto acima corresponde à realidade, o que fica claro é que, com a divisão da era capitalista brasileira em duas etapas distintas - a "competitiva" e a "monopolista" -, o que Florestan busca resgatar é a profunda distinção dos padrões de acumulação e reprodução

416 Para uma apresentação sintética mas extremamente competente da distinção entre os padrões dinâmicos típicos do "capitalismo competitivo" e do "capitalismo monopolista" vide o primeiro capítulo de FAVARES, M. C. Op. cit.

que as caracterizam tendo em vista o "grau de maturação" da ordem burguesa associada ao processo de concentração de capital. A mera compreensão dos critérios utilizados por Florestan em sua proposta de periodização não garante, contudo, pertinência a mesma. Para que tal proposta possa ser validada torna-se necessário que se investigue a estrutura e o padrão de reprodução efetivos da economia capitalista ao longo deste vasto período, com vistas a identificar seu nível de maturidade e consolidação.

Antes de mais nada, é preciso fugir ao formalismo daquela leitura que - embasada na evidente integração e subordinação da economia capitalista brasileira, em sua fase de emergência, à economia capitalista mundial (que então ingressava em sua etapa monopolista) - pretenderia ser possível definir o padrão dinâmico interno a partir do do padrão dinâmico vigente nas economias centrais. Como já vimos, se é verdade que a constituição da etapa imperialista implica na crescente internacionalização e universalização da ordem capitalista, não será verdade que este movimento envolva a homogeneização do padrão reprodução econômica sobre o globo. Mas isto não é tudo, nem o essencial: o que importa efetivamente é que, pelo menos até o início do segundo terço de nosso século, nem o grau de desenvolvimento capitalista da economia brasileira permitia a incorporação sistemática de estruturas industriais e financeiras tipicamente monopolísticas, nem o padrão de concorrência dos grandes conglomerados capitalistas internacionais impunha um movimento mais consistente de transnacionalização produtiva. Na realidade, o padrão monopolista de desenvolvimento econômico

... exige índices relativamente altos: de concentração demográfica, não só em cidades-chaves mas em um vasto mundo

urbano-comercial e urbano-industrial; de renda *per capita*, pelo menos da população incorporada ao mercado de trabalho e, em especial, dos estratos médios e altos das classes dominantes; de padrão de vida, pelo menos nesses setores da população; de diferenciação, integração em escala nacional e de densidade econômica do mercado interno; de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, para dar maior flexibilidade e intensidade ao crescimento do crédito ao consumo e à produção; de modernização tecnológica realizada e em potencial; de estabilidade política e de controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa; etc."<sup>417</sup>

Não será preciso esclarecer que a economia capitalista brasileira em sua fase de emergência não se estrutura de tal forma a comportar tais requisitos para a internalização de estruturas produtivas monopólicas. E a hipótese de que estes requisitos pudessem ser rapidamente articulados por uma acção concertada das burguesias imperialistas com os emergentes setores burgueses internos necessariamente desconhece dois fatores: 1) a peculiaridade dos interesses econômicos da burguesia interna (considerados na primeira secção deste capítulo) que se refletirão na organicidade do projeto de dominação oligárquico-burguês; 2) a consistência dos interesses imperialistas com o padrão de reprodução econômica montado que visa, não uma "aceleração permanente", mas a administração política (com movimentos intermitentes de aceleração e cerceamento) do processo de generalização e expansão da ordem burguesa. Afinal, como bem lembra Florestan

"Como a aristocracia agrária e o alto comércio, as nações hegemônicas estavam muito empenhadas em manter a economia brasileira como uma economia articulada, não só no plano mundial, mas também e principalmente ao nível nacional. ... Qualquer modificação profunda nessa esfera, era nociva aos seus interesses imediatos e futuros, pois ela redundaria em modificações imprevisíveis do volume do excedente econômico que poderia ser drenado, direta ou indiretamente (isto é, com ou sem a intermediação do setor novo) para fora. ... Para estas, portanto, suprimir a articulação inerente à superposição da economia

<sup>417</sup> FERNANDES, Florestan. Op. cit. pp. 251 e 252.

urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Elas perderiam, ao mesmo tempo: os controles econômicos estabelecidos sobre a organização da economia urbano-comercial e do comércio de exportação; e a posição de agente privilegiado no rateio do excedente econômico, que sofria, graças ao padrão induzido de desenvolvimento capitalista, uma expropriação principal ao nível da repartição internacional." 418

Mas, reconhecer a especificidade da economia nacional não pode levar ao obscurecimento dos reflexos do novo ordenamento da economia capitalista internacional sobre a dinâmica de acumulação interna. Para Florestan, a dinâmica econômica que caracterizará a etapa competitiva do capitalismo brasileiro é incompreensível fora do quadro da intensificação da acumulação de capital e expansão mundial da ordem capitalista referidas à etapa imperialista. É isto não apenas pelo significado que o alargamento do mercado internacional de matérias-primas e alimentos terá sobre o processo de crescimento e consolidação dos complexos econômicos internos ligados à economia de exportação. Tão ou mais importante do que isto, serão outros três movimentos que, vinculados ao novo dinamismo que a "exportação de capitais" assume no interior da etapa imperialista do capitalismo, refletir-se-ão diretamente sobre o padrão de acumulação e desenvolvimento capitalista interno em sua etapa competitiva. Estes movimentos são: 1) a ampliação do circuito internacional de crédito, que se abrirá ao financiamento de um leque de empreendimentos novos (de caráter privado ou estatal) que vão da modernização da infra-estrutura urbana até à estocagem e valorização de nosso principal produto de exportação; 2) o expressivo aumento do volume de investimentos diretos nas economias periféricas, que - a despeito do caráter segmentado dos mesmos e sua centralização em atividades vinculadas à economia de exportação - estarão no centro do

processo de integração do mercado interno (a partir das estruturas ferroviárias e portuárias sob o controle direto do capital estrangeiro) e de sua diversificação e expansão (seja a partir das demandas sobre a produção interna de insumos que se criam, seja a partir das "economias externas" que redundam da implantação de serviços básicos para a expansão industrial tais como a produção e geração de energia elétrica)<sup>41</sup>; e 3) a ampliação e consolidação de um mercado internacional de *bens de capital*, que viabilizara uma estruturação e centralização "precoce" dos mercados industriais, na medida em que a reprodução do estoque de capital deixa de ser função da constituição e consolidação de um UI internamente, passando a depender da dinâmica dos núcleos exportadores e de sua capacidade de geração de divisas.

Óra, poder-se-ia muito bem questionar se, a partir das impulsões que resultam destes desdobramentos "positivos" da nova ordem econômica internacional, não se articularia uma aceleração do processo de acumulação-concentração de capital internamente capaz de determinar uma "queima de etapas" e a rápida superação da etapa competitiva do capitalismo brasileiro. A resposta de Florestan a esta questão é claramente negativa. E isto, antes de mais nada, porque este autor - tal

41) Sobre a dinâmica de ingresso e perfil das atividades privilegiadas pelo investimento estrangeiro ao longo da primeira fase da etapa competitiva do capitalismo no Brasil, vide CASIRU, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1850 - 1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Para uma avaliação da dinâmica econômica do período que resgata a importância dos movimentos internacionais de capital de risco e de empréstimo, vide FRANCO, Gustavo H.B. "A primeira década republicana". In: ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Entre outros dados de interesse levantados pelo autor, o mesmo chama a atenção para o fato de que, apesar "da participação brasileira sobre o comércio mundial [ser] muito pequena, inferior a 1% em 1913, ... a participação brasileira no tocante ao investimento internacional é bem mais substancial. O valor do estoque de capital estrangeiro no Brasil em 1913 ... atingia a cifra de 514 milhões de libras, o que representava 30% do total para a América Latina e 5,4% do total mundial". (Idem, p. 12).



como já vimos no capítulo quarto - vai perceber em cada movimento "impulsivo" do capital monopolista internacional o seu reverso, definido pelo aprofundamento da relação de dependência da economia interna com relação ao exterior. Mas, para que se possa atingir uma real compreensão deste processo, é preciso que se explique como se tornou possível a consolidação da relação de dependência. Ou melhor: é preciso que se explique porque a burguesia interna não foi capaz de se articular como "burguesia nacionalista" e resistir à consolidação desta relação.

No que diz respeito à fração do capital total posto em operação no interior desta economia que se encontra sob o controle da (emergente) burguesia nacional, não pode haver dúvidas a respeito dos limites de seu volume e "densidade capitalista"<sup>420</sup>. Afinal, pesa sobre esta burguesia, antes de mais nada, o fardo de sua constituição sob uma economia neocolonial. De extração mercantil e agrária, e vinculada de forma orgânica (como produtor ou negociante) a um sistema econômico de *plantation* (cujo "carro-chefe" é um produto de sobremesa), não se poderia esperar que a "densidade capitalista" e o volume inicial de capital sob o comando da burguesia nacional fosse de monta a definir uma estrutura econômica interna "madura". Mas isto não é tudo: mais importante do que este ponto de partida restrito, serão as condições de reprodução articuladas pela própria burguesia no processo de transição para a ordem capitalista que implicarão na emergência de enormes

420 Chamamos de "densidade capitalista" ao grau de comprometimento de determinado volume de capital com as formas mais avançadas (a industrial e a financeira) que esta relação social de produção pode assumir. A nosso ver, é este grau de comprometimento que definirá, em última instância, a capacidade de apropriação de mais-valia relativa e de aceleração do movimento de acumulação e concentração dos distintos blocos de capital.

obstáculos à concentração acelerada de capital sob padrões efetivamente modernos. Explicuem-nos.

Quer nos parecer que a melhor forma de se apreender este processo seja através de um confronto do padrão de desenvolvimento capitalista adotado internamente, e aquele que vai caracterizar o grupo de países de transição capitalista retardatária que estarão no centro da reestruturação do quadro da economia mundial ao final do século passado. Como se sabe, a transição do capitalismo mundial para sua etapa "superior" será marcada pela crise da hegemonia inglesa e a emergência de novas potências econômicas - os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão - que estarão no centro dos grandes conflitos imperialistas da primeira metade do século XX. Vale a pena observar, contudo, que até o início do último terço do século passado, estes três países são marcados pela fragilidade de seus elos propriamente nacionais. Como é notório, esta fragilidade se assentava sobre a preservação de relações sociais pré-capitalistas a nível interno, que impunham enormes limites ao aprofundamento das relações mercantis e da ordem burguesa, independentemente do maior ou menor grau de desenvolvimento e homogeneidade territorial alcançado pelo próprio desenvolvimento capitalista pretérito. Contudo, ao fim do segundo terço do século XIX, estes países serão palco de importantes movimentos de conteúdo revolucionário - a Guerra Civil norte-americana, a Revolução Meiji no Japão e o processo de unificação da Alemanha - que não apenas firmarão a hegemonia burguesa, como consolidarão um padrão especificamente moderno de acumulação capitalista que será responsável por uma brutal aceleração da concentração de capital. Não é nosso objetivo considerar de forma

mais detalhada estes importantes movimentos nacionais<sup>421</sup>. Na realidade, o que nos interessa são apenas seus desdobramentos econômicos básicos que, quer nos parecer, podem ser sintetizados em em tres níveis: 1) a consolidação de um amplo mercado de características propriamente nacionais, seja no que diz respeito à destruição das barreiras regionais à circulação de mercadorias e de capital, seja no que diz respeito à sua estruturação como espaço privilegiado de ação da burguesia interna; 2) a consolidação política, econômica e financeira do Estado nacional que passará a ocupar novas funções regulatórias expressas, acima de tudo, em uma política industrial ativa (acionada esta por um diversificado conjunto de instrumentos que vão dos fiscais e creditícios até ao uso da máquina pública com vistas à articulação e planejamento das condições de realização de uma produção mercantil interna em frenética expansão); 3) a consolidação de um padrão monetário e de uma estrutura de estratificação social e distribuição de renda adequados ao desenvolvimento acelerado das relações de débito e crédito da economia, assim como à montagem de um capital financeiro responsável pela captação de poupanças não-capitalistas (portadoras de custo de oportunidade mínimos ou inexistentes) e transformação das mesmas em instrumentos de alavancagem da acumulação produtiva.

Ura, não será preciso dizer o quanto este quadro dista daquele que se estruturará internamente a partir de nosso próprio movimento de

421 Uma das razões estas que necessariamente nos remeteriam as expressivas diferenças de forma apresentadas pelos mesmos. Quer nos parecer, contudo, que estas diferenças formais não anulam o sentido histórico fundamentalmente comum dos referidos movimentos nacionais. Isto nos permite driblar o problema que as referidas diferenças colocam a partir do resgate dos traços essenciais do novo padrão de acumulação e reprodução capitalista gestado por estes países tal como estes se apresentam na Alemanha, que, neste momento, se configurará objetivamente como "tipo extremo" (ou "mais avançado") da nova ordem burguesa em gestação.

transição para a ordem burguesa. Como já vimos, os vínculos orgânicos da emergente burguesia interna com a oligarquia terratenente e com o capital comercial e financeiro internacional determinarão a adoção de um modelo "conciliatório" e "tergiversante" de transição para a sociedade burguesa, que se expressará, em um primeiro momento: 1) no abandono da centralização imperial e adoção de uma estrutura federativa garantidora de expressiva autonomia política e econômica (representada inclusive pela liberdade de criação de barreiras alfandegárias internas) para as antigas províncias e as oligarquias dominantes no interior das mesmas; 2) na sustentação (e aprofundamento) do formato liberal do Estado e de sua política econômica (o que se consubstancia na preservação do "livre-cambismo" como padrão regulatório da inserção da economia nacional no mercado mundial e no conjunto das circunscrições fiscais e financeiras à ação estatal); 3) na consolidação do caráter excludente, conservador e "privatista" da emergente ordem social competitiva, o que redundará - em combinação com a instabilidade crônica de um padrão monetário atrelado à flutuação das condições de realização de algumas poucas *commodities* no mercado mundial - no colapamento das bases econômicas e políticas adequadas à montagem interna de um capital financeiro portador de solidez e dinamismo suficiente para a realização de suas funções revolucionárias.

Em suma, não apenas o nível de concentração originário do capital nacional compromete o mesmo com um padrão de reprodução "competitivo": a estrutura regulatória da economia reforça este padrão ao circunscrever as possibilidades de acumulação das firmas e "blocos de capital" aos estreitos limites da reaplicação dos lucros retidos. E, diga-se de passagem, esta conclusão não é minimamente afetada pelo fato de que se

constituam, já na primeira fase da "etapa competitiva" do capitalismo brasileiro, uma série de canais responsáveis pela *redistribuição* e *transferência* intercapitalista do excedente. Efetivamente, este processo se dará pelas formas mais diversas. Ele envolverá desde mecanismos "pré-capitalistas" - como o casamento entre herdeiros de famílias abastadas e portadoras de interesses econômicos convergentes -, até por mecanismos mais "refinados" e "modernos" - como a manipulação das brechas abertas no sistema bancário para a conversão "na prática" de créditos de curto prazo em créditos de longo prazo, ou mesmo a utilização dos recursos fiscais e financeiros do Estado (tal como na "defesa do café") como instrumentos de privatização de ganhos e socialização de perdas. O que importa ressaltar, contudo, é o caráter absolutamente precário e assistemático destes mecanismos de transferência. É isto para não falar do fato ainda mais importante que os mesmos se circunscrevem, fundamentalmente, à *transferência intercapitalista de lucros*, enquanto a chave do processo de alavancagem da acumulação capitalista monopólica se encontra na criação financeira de capital (ou, mais especificamente, na transformação financeira de não-capital em capital)<sup>422</sup>.

Ura, poderia parecer então que, circunscrita a acumulação fundamentalmente à reaplicação dos lucros, o processo de concentração de capital passaria a ser função (e poderia ser avaliado a partir) da taxa de lucro do sistema que, por sua vez, dependeria essencialmente do poder de mercado e de administração das margens de lucro dos agentes capitalistas atuantes nas distintas firmas e setores da economia. Sem

<sup>422</sup> Posteriormente, procurar-se-á fazer o Estado cumprir este papel através de transferências fiscais e da flexibilização da política monetária. Os limites destes instrumentos, contudo, serão notórios e estão vinculados não apenas a sua base "técnica" restrita, como a própria base social de sustentação do poder político instituído.

dúvida alguma, esta é uma dimensão da verdade que não pode ser desprezada. Ela estará no centro inclusive da persistente luta do conjunto da burguesia nacional e de suas frações mais dinâmicas pelo controle do Estado e sua manipulação como instrumento de articulação política de seu "grau de monopólio" (entendido como "poder de apropriação econômica no interior do mercado"). Vale dizer, diante da inviabilidade de aceleração do processo de concentração-centralização do capital através de um padrão regulatório e reprodutivo propriamente "moderno", buscar-se-á articulá-lo por processos "primitivos", através de um conjunto de medidas que vão da implementação de políticas salariais e de controle da oferta de mão-de-obra marcadamente conservadoras e concentradoras de renda, até o uso privatista da máquina pública como instrumento de defesa de interesses cartoriais das diversas frações da classe dominante (uso este que emergirá com as políticas de "defesa do café" e ganhará crescente desenvoltura ao longo do processo de expansão e consolidação do poder burguês internamente que marca esta primeira etapa da era capitalista no Brasil).

Contudo - e a despeito da inquestionável eficácia da ação do Estado com vistas à defesa da lucratividade das frações hegemônicas (num primeiro momento, a "cafeeira" e, posteriormente, a "industrial") da burguesia interna -, não será possível avaliar a dinâmica da acumulação e concentração do capital no período tão somente a partir da rentabilidade das atividades econômicas sob o controle de agentes nacionais. É preciso entender, antes de mais nada, que horizontes se abrem ao processo de acumulação internamente, e como eles são efetivamente ocupados nos diversos momentos constitutivos desta etapa do capitalismo dependente brasileiro. Ou, dito de outra forma: é preciso

que abandonemos o formalismo das análises meramente "quantitativas" que ficam presas à avaliação das taxas de rentabilidade e acumulação de capital mensuradas monetariamente (*particularmente quando adotam para tanto o limitado padrão monetário nacional*), e avancemos no sentido de uma análise "qualitativa", embasada na questão da "densidade capitalista" da trajetória de acumulação perseguida. O ponto de partida necessário desta avaliação não poderia deixar de ser, portanto, a estrutura originária da economia capitalista nacional, que deve ser resgatada a partir de dois níveis básicos: seus vínculos com a economia capitalista mundial e a "densidade capitalista" dos setores mais dinâmicos e propulsores da acumulação internamente. Iniciemos por este último ponto.

Em primeiro lugar, é preciso que se entenda que quando falamos em "densidade capitalista" buscamos, antes de mais nada, trazer à tona a profunda diferença conceitual entre "valor-capital" e "riqueza". O resgate desta diferença não se impõe tão somente como uma questão "teórica", mas como uma questão de enorme significação "prática". Uma condição fundamental para a constituição de uma consciência e de uma lógica de ação propriamente burguesa é a distinção, por parte dos agentes proprietários, entre "riqueza" e "valor". O dramático destino dos barões-cafeicultores do Vale do Paraíba consolidará esta consciência a nível interno: mais do que nunca a partir da crise da economia fluminense, ficará claro que "capital" não é "negros", "terras", "pés de café", ou qualquer outra "coisa", mas, isto sim, que capital é valor que - *em determinadas condições* - se valoriza. Com isto se quer dizer muito. Antes de mais nada, se quer dizer que, *ao ser valor e se comprometer com a valorização, o capital se compromete também com a possibilidade da*

desvalorização. Ou, ainda, que, uma vez envolvidos na esfera das relações capitalistas, os agentes proprietários não poderão mais conjugar *segurança com imobilidade*, seja esta última traduzível em entesouramento ou em acumulação sob bases técnicas e económicas absolutamente estáveis. A acumulação acelerada associada à diversificação e a revolução permanente da base técnica aparecem, *contraditoriamente*, como movimentos *extremamente arriscados e perigosos de abandono da rotina* que são necessários à conquista da *máxima segurança capitalista de "longo prazo"*. O que importa salientar aqui, é que existe um *"trade-off"* entre "segurança de curto prazo" (associada à manutenção de uma dada rotina que vem se mostrando geradora de rendimentos elevados ou aceitáveis), e "segurança de longo prazo" (meramente virtual e vinculada ao abandono parcial das rotinas em busca da ampliação da "densidade capitalista" do capital).

O enfrentamento deste *"trade-off"* envolverá a avaliação dos ganhos e perdas prospectivos vinculados às opções de preservação ou alteração das rotinas. Para além do fato notório de que qualquer opção se dará sempre e necessariamente sob condições de incerteza, é importante que se entenda quais os fatores objetivos mais gerais que podem afetá-la. Quer nos parecer que estes fatores sejam, essencialmente, quatro: 1) o volume (e a "densidade") do capital já concentrado e sua capacidade de incorporar eventuais prejuízos provenientes dos novos investimentos, sem colocar em risco a própria sobrevivência da estrutura capitalista que parte para uma inovação; 2) o tamanho (atual ou potencial) e a estabilidade relativa (presumível) do mercado que receberá a nova produção; 3) o poder de mercado das firmas e dos agentes económicos que atendem atualmente a demanda que se busca ocupar; 4) a segurança no que



diz respeito a oferta de insumos básicos para a nova produção e o grau de acesso as (e controle sobre) eventuais mudanças de rotina que se farão introduzir posteriormente no setor em que se busca ingressar.

É bastante evidente que estes quatro fatores de estímulo à inovação não são propriamente independentes, mas correlacionados de forma "relativamente perversa" (vale dizer, de forma tal que dificilmente se poderia configurar uma situação "ótima" em que todos os fatores funcionassem *simultaneamente* como impulsores efetivos de uma estratégia inovadora<sup>423</sup>). Contudo - e contraditoriamente -, é possível definir-se uma situação em que o conjunto destes fatores funciona de forma depressiva à adoção de estratégias de diversificação capitalista: aquela situação na qual se encontram as economias que transitam para a ordem capitalista a partir do desenvolvimento interno de um padrão de reprodução "neocolonial". O que marca estas economias não é apenas a fragilidade relativa da acumulação-concentração de capital pretérita (associada às dimensões restritas do mercado interno); para além deste fato, há que se observar que o núcleo propriamente capitalista destas economias tende a apresentar um "grau de abertura para o exterior" extremamente significativo. Esta "abertura para o exterior" - *numa escala em que o "exterior" se articula a partir da exportação de capitais* - cria as condições para a emergência de um processo de acumulação interna

423 É particularmente difícil imaginar-se um mercado "amplo" e "relativamente estável" que seja, ao mesmo tempo, "debilmente ocupado" e conte com uma oferta adequada de insumos. Porém, se pensarmos em termos de "mercado potencial", é evidente que aquelas economias mais densamente capitalizadas possuem vantagens notórias no que diz respeito à introdução de inovações. Neste sentido, vide o excelente e clássico artigo de VERNON, Raymond. "Investimento externo e comércio internacional no ciclo do produto". In: SAVASINI, J. A. et alii (orgs.). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979, pp. 89 e segs. (Série ANPEC de leituras em economia).

peio desenvolvimento *truncado* do setor industrial; ou antes, para uma industrialização capitalista *segmentada e cronicamente inconclusa*.

Este processo já foi objeto de análise exaustiva - e, diga-se de passagem, brilhante - por outro teórico do desenvolvimento capitalista brasileiro: João Manuel Cardoso de Mello. Analisando a relação entre acumulação cafeeira e crescimento industrial ao longo do período que vai de 1888 a 1933, este autor nos mostrará, inicialmente, que:

"... o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais,..."

Mas, logo adiante, nos apresentará o caráter "tenso" e "contraditório" desta unidade entre café e indústria:

"Dissemos que tão somente uma certa indústria, a grande indústria produtora de bens de consumo assalariado, especialmente a têxtil, foi capaz de surgir. Somos conduzidos a uma questão decisiva: por que, concomitantemente, não nasce a indústria de bens de produção? Ou seja, por que não se constituem, no momento do nascimento do capital industrial, forças produtivas capitalistas?"

Para compreender corretamente a questão, é preciso atentar que, nas duas últimas décadas do século passado, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da "Segunda Revolução Industrial", a indústria pesada, especialmente a siderúrgica atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Vê-se, imediatamente, que se apresentam problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais e que os riscos do investimento numa economia como a brasileira, onde o capitalismo apenas engatinhava, se tornam extraordinários. Finalmente, o que não é menos importante, a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa,

não estava disponível no mercado, num momento em que toda sorte de restrições se estabelecem num mundo que assiste a uma furiosa concorrência entre poderosos capitalismo nacionais.

Com outro era o panorama da indústria de bens de consumo corrente, especialmente da indústria têxtil: tecnologia relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional; tamanho de planta mínima e volume de investimento inicial inteiramente acessíveis à economia brasileira de então.

As relações que se estabeleceram entre o capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, e o capital industrial não são portanto, unívocas como levam certas interpretações a crer que ora o café estimula a indústria, ora, ao contrário, a bloqueia. Penso que, como já havia observado Sérgio Silva, há um modo de articulação contraditório entre as duas formas de capital, em que, se bem o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial." <sup>425</sup>

Vale dizer: de caráter essencialmente mercantil (inclusive na medida em que suas condições de "realização" são predominantemente exteriores), o capital cafeeiro não é capaz de sustentar uma acumulação capaz de gerar estruturas e mercados capitalistas suficientemente consolidados, "densos" e diversificados a ponto de abrirem espaço para a internalização de um departamento industrial de bens de produção. Por outro lado - e contraditoriamente -, a acumulação cafeeira abre espaços (pela via da disponibilidade restrita e instável de divisas) para um crescimento industrial interno segmentado, pautada na endogeneização de um departamento de bens de consumo assalariado que se reproduz pela importação de parcela expressiva de seu capital constante. Nas palavras de João Manuel:

"A acumulação de meios de produção e o consumo capitalista se financiam com a capacidade para importar gerada pelo próprio complexo exportador cafeeiro. Somente a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, uma vez constituídos a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial, é

atendida por produção interna, com o que se internaliza a reprodução da força de trabalho.

Estabelece-se uma mútua dependência entre o capital cafeeiro e o capital industrial, dentro de um padrão de acumulação que corresponde a uma dinâmica intersetorial, distinta, entretanto, dos clássicos esquemas de reprodução com dois departamentos, porque as condições de realização dos lucros são parcialmente exógenas.

De um lado, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa apenas parcialmente pelo setor industrial, que permite, produzindo bens de consumo, reproduzir a força de trabalho empregada no complexo exportador, bem como abre oportunidades de inversão para parte dos lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira. O grosso da acumulação do complexo exportador cafeeiro, no entanto, se efetua mediante condições de financiamento e inversão real que dependem do problema da realização, que se efetiva no mercado internacional.

De outro lado, o capital industrial depende, duplamente, do capital cafeeiro para sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva esta preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças produtivas capitalistas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil" 424

Apesar da clareza da exposição acima, valeria a pena salientar que a peculiaridade da leitura de João Manuel se encontra no fato deste autor resgatar a especificidade da dinâmica de acumulação capitalista interna neste período. É esta especificidade - absolutamente inapreensível para aqueles que não conseguem superar os limites de uma perspectiva materialista vulgar (informadora de uma análise "quantitativista") da economia - encontra-se na fragilidade estrutural de um processo de "industrialização" que se realiza sem a endogeneização de um setor produtor de bens de capital e de bens intermediários. Nestas circunstâncias, não apenas o impulso à acumulação fica circunscrito às potencialidades de realização de uma produção agrícola de exportação

(tenho em vista o caráter subordinado do departamento de pens-salário em qualquer processo de acumulação capitalista): o fundamental encontra-se no fato de que não se constitui internamente um setor de alta "densidade capitalista" portador da capacidade de - através do controle da introdução de "inovações" - gerar as bases para um processo de concentração-centralização de capitais capaz de auto-sustentação e *auto-transformação no sentido de um padrão efetivamente "moderno" e "monopolista"* de reprodução econômico-social. Ou, em outras palavras: a transição da "etapa competitiva" à "etapa monopolista" do capitalismo não resulta "naturalmente" (sic) da continuidade - ao longo de um certo período de tempo - da acumulação de capital. Há que se ver as condições particulares em que esta acumulação se processa, e a força das pressões capazes de conduzi-la a uma reprodução "horizontal" da ordem econômica.

No caso da economia brasileira em sua primeira fase de acumulação propriamente capitalista, estas circunscrições são bastante fortes, ainda que se realizem - como não poderia deixar de ser - de forma contraditória. Assim é que João Manuel nos diz:

"Isto posto, pode-se estabelecer, com segurança, o modo de articulação da economia brasileira com as economias capitalistas dominantes. A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência resulta, na verdade, da não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização . . . . Por outro lado, a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de capitais dos países capitalistas maduros, ao criar, não obstante, oportunidades de inversão ao capital estrangeiro: quer ao capital de empréstimo, de forma predominantemente, quer ao capital de risco, que se dirige basicamente aos setores de infra-estrutura, comercial e financeiro, mas também ao setor industrial.

O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais do que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gerou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos

fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à "Crise de 29". De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas: de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria de aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada da fração do capital constante sem apelo às importações. <sup>427</sup>

Foi com base neste "núcleo de indústrias leves de bens de produção" - associado a uma política econômica ativa do Estado pós-30 - que se gestaram os alicerces bases para o crescimento industrial no período posterior à crise mundial de 29. O novo "perfil" da acumulação (definido fundamentalmente pela centralidade que a acumulação industrial passa a ocupar no processo mais geral de reprodução capitalista interno), contudo, não será capaz de impor uma radical transformação do "padrão" reprodutivo, se entendermos por isto uma superação efetiva dos moldes "competitivos" de concentração de capital. Neste sentido, João Manuel nos diz:

"Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer diante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. <sup>428</sup>

427 Idem, pp. 108 e 109 (os grifos em itálico são meus).

428 Idem, p. 110 (os grifos em itálico são meus).

A despeito da (sutíl, mas perceptível) diferença no tratamento de algumas categorias por parte de Florestan Fernandes e João Manuel (o primeiro dentre os dois não caracterizara a transformação do processo de reprodução capitalista, a partir dos primeiros anos da década de 30, como uma mudança de padrão de acumulação), a unidade essencial de suas leituras é inquestionável. Isto é facilmente perceptível quando se observa que, para João Manuel

"A industrialização restringida ... configurou um padrão "horizontal" de acumulação, porque nem a capacidade produtiva cresceu adiante da demanda, nem, muito menos, houve grandes e abruptas descontinuidades tecnológicas"<sup>429</sup>

As razões para tanto já são nossas conhecidas: a despeito da forte proteção à indústria interna que resulta das dificuldades de importação no longo período entre a crise de 29 e o fim da Segunda Guerra Mundial, é preciso que se entenda que

"... os riscos do investimento privado se tornam insuportáveis num capitalismo como o brasileiro, dotado de bases técnicas muito estreitas. Além do mais, mesmo que o Estado definisse um bloco de investimentos (por exemplo, em energia elétrica e transportes ferroviários) que servisse de apoio ao capital industrial, restariam para serem enfrentados graves problemas com obtenção de tecnologia no exterior, de mobilização e centralização de capitais e de financiamento externo, criados pelas inversões públicas e privadas.

Há, no entanto, outra razão que é decisiva. O capital industrial dispunha de oportunidades lucrativas de inversão, com um risco baixo, na medida em que percorresse seu "caminho natural", afrontando sempre as "linhas de menor resistência": expandir a indústria existente e promover a expansão limitada do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis "leves", ou mesmo, converter-se em capital mercantil, invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas."<sup>430</sup>

429 *Idem*, p. 117.

430 *Idem*, pp. 112 e 113.

É na medida em que se sabe que

"A lucratividade do capital industrial resultava, basicamente, de dois fatores: em primeiro lugar, da natureza pouco competitiva do sistema industrial, em condições de alto grau de proteção (salvo no imediato post-guerra); ademais, do comportamento dos custos real e monetário da força de trabalho"<sup>431</sup>;

fica claro que,

"Nestas circunstâncias, o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infra-estrutura, assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidário a um esquema privado de acumulação que repousava em bases técnicas ainda estreitas.

Não somente os investimentos da indústria pesada de bens de produção jamais estiveram nos horizontes do capital industrial, mas, especialmente, *o padrão de acumulação industrial impunha limites objetivos à ação econômica do Estado. E o fazia, por um lado, ao manter restrita sua capacidade de apropriação, espelhada num poder financeiro amparado por frágeis alicerces tributários; por outro, ao impedir que o Estado dispusesse de uma parcela considerável da capacidade para importar, ao ocupá-la com a operação e expansão da indústria leve, numa situação em que eram reduzidas as possibilidades de financiamento externo.*"<sup>432</sup>

Em suma (e traduzindo as reflexões de João Manuel nos termos de Florestan Fernandes): se a origem neocolonial e a articulação dependente de nosso capitalismo circunscrevem objetivamente o processo de acumulação privada de capital à reinversão de lucros retidos em setores de baixa "densidade capitalista"; a consciência por parte da burguesia da debilidade estrutural deste processo a conduz a uma manipulação

<sup>431</sup> Idem, p. 113.

<sup>432</sup> Idem, p. 114 (os gritos em *italico* são meus). No mesmo sentido, vide o terceiro capítulo do importante trabalho de CARDOSO, L.A. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.



privatista e imediatista da máquina pública, associada à uma persistente limitação da base de apropriação do excedente (em termos fiscais e financeiros) por parte do Estado. O caráter contraditório deste movimento de circunscrição da ação estatal já foi objeto de considerações anteriores: em sua imediatividade, ele contempla os interesses burgueses de maximizar a apropriação *privada* do excedente social; a longo prazo, porém, o que se limita é a capacidade do Estado em servir como instrumento regulador e acelerador da acumulação capitalista. A resultante final deste movimento é, assim, o solapamento de todos os canais pelos quais o desenvolvimento da "etapa competitiva do capitalismo brasileiro" poderia definir um processo de transição *autônomo* para a "etapa monopolista".

Isto não significa dizer, evidentemente, que, no interior daquele desenvolvimento, não se processem transformações estruturais profundas, com rebatimentos *inclusive* ao nível da *consolidação* da hegemonia política burguesa. De fato - tal como já vimos anteriormente - Florestan reputa a este período o processo de *universalização* da ordem burguesa internamente e de *unificação política desta classe*. Como resultado mesmo da estrutural fragilidade da acumulação capitalista, assentada sobre um padrão "competitivo", a unificação do mercado interno se dará concomitantemente à expansão "numérica" da própria burguesia. Tendo em vista a ausência de uma reforma agrária no momento de crise da ordem escravista, ficam dadas as bases patrimoniais que tornam possível uma crescente incorporação de setores "oligárquicos" e "tradicionais" à ordem capitalista, no papel de produtores mercantis proprietários dos meios de produção. Ao mesmo tempo, a permanente abertura de novas frentes de valorização, derivadas do desenvolvimento e complexificação

das relações mercantis internas, criará condições para que novos agentes económicos (particularmente aqueles imigrantes portadores de algum pecúlio e de uma perspectiva económica privilegiada a partir de seus vínculos originais com as casas de importação e exportação e o alto comércio<sup>433</sup>), venham a ascender à condição burguesa. A importância deste movimento de expansão (que será, simultaneamente, numérica, geográfica e económica) do estrato social dominante não pode ser subestimada: ela está no centro mesmo da consolidação da peculiar solidariedade de classe que definirá os termos do "projeto" de transição para a etapa monopolista, como um movimento em que se aprofunda a articulação dependente com a ordem capitalista internacional. Se o processo de "amadurecimento da ordem burguesa" no Brasil fosse de tal ordem a inviabilizar o ingresso de novos "comensais" ao banquete da classe dominante, dificilmente as resistências à plena incorporação do espaço económico interno à ação dos blocos monopolistas e internacionalizados de capital (que vai se aprofundar a partir da segunda metade da década de 50 deste século) seriam tão débeis quanto chegaram a ser. Nos termos em que se processou, contudo, o desenvolvimento da etapa competitiva do capitalismo brasileiro conduzirá a uma integração horizontal (e a uma diferenciação vertical) dos segmentos burgueses que, apesar de restrita, será minimamente eficiente para dar sustentação social ao processo de transição articulada para o capitalismo monopolista. Auto-consciente, tanto de sua hegemonia política, quanto de seu limitado "poder de fogo" para conduzir e controlar o avanço da acumulação de capital para formas efetivamente superiores, a burguesia "nacional" brasileira se entregará - sob o véu ideológico do "desenvolvimentismo", e dos "50 anos em 5" - ao projeto imperialista de internalização de estruturas produtivas

433 Vide, a este respeito, FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 125 e segs.

multinacionalizadas efetivamente monopólicas, como unico instrumento disponivel para garantir a continuidade, o aprofundamento e a aceleração da acumulação de capital internamente. As consequências deste complexo movimento histórico são, justamente, o objeto da ultima seção deste capítulo.

### 3. A etapa monopolista do capitalismo dependente e o desenvolvimento da autocracia burguesa no Brasil

#### 3.1. A opção pelo "desenvolvimento associado" e a emergência do capitalismo monopolista

Tal como vimos na segunda seção deste capítulo, para Florestan, a etapa competitiva de nosso capitalismo será responsável pela consolidação da ordem e do poder burguês internamente. Em sua fase final - que se articula a partir das amplias transformações políticas e econômicas dos anos 30 - "a burguesia ... se impõe como corpo social organizado, que constitui a cúpula da sociedade de classes e sua grande força socio-econômica, cultural e política"<sup>434</sup>.

Contraditoriamente, porém, esta consolidação econômica e política da burguesia não redundará em um processo imediato e autônomo de "maturação" capitalista. Sob condições de "apropriação dual do excedente", vão se erguer circunscrições ao processo de diversificação/desenvolvimento dos blocos de capital privados nacionais que inviabilizarão a constituição, tanto do departamento industrial

<sup>434</sup> FERNANDES, F. Op. cit. p. 311

produtor dos bens de produção, quanto de um sólido capital financeiro, capaz de alavancar e autonomizar a acumulação interna. Niém disso, a composição política e societária sobre a qual se assenta a hegemonia burguesa - pautada sobre a articulação orgânica dos setores oligárquicos e propriamente capitalistas - trabalhará no sentido de inviabilizar qualquer movimento mais audacioso de transformar o Estado nacional no agente central da transição para o capitalismo monopolista. Um tal movimento envolveria não apenas uma "intolerável" revolução nos padrões de apropriação fiscal e financeira do excedente social, como implicaria em uma complexa reestruturação material e organizacional do Estado absolutamente incompatível com a manutenção do "equilíbrio político" interno.

Por outro lado, o próprio avanço da acumulação "competitiva" de capital internamente não poderia deixar de gerar impulsos no sentido de uma transformação radical do padrão de reprodução econômica. Não apenas a generalização "quantitativa" da grande indústria, mas - muito mais importante - o novo papel impulsor da acumulação interna, assumido pelos setores urbanos e fabris a partir da década de 30, acabará por impor, ao conjunto dos estratos sociais dominantes, a conscientização da necessidade do enfrentamento dos pontos de estrangulamento produtivos e financeiros à reprodução ampliada do capital industrial.

Se se tem em conta o caráter tardio e os profundos limites dinâmicos de nossa industrialização sob a égide do capitalismo competitivo, pode-se dizer que a emergência desta consciência será relativamente precoce, manifestando-se já na formulação dos diagnósticos

e projetos econômicos governamentais na primeira metade dos anos 30<sup>00</sup>. Contudo, será tão somente ao longo do Estado Novo que a consciência dos limites do padrão de industrialização vigente até então, não apenas se consolidará, como se *determinará, no sentido da percepção dos pesados obstáculos impostas a todo e qualquer projeto especificamente nacional de enfrentamento daqueles*. A contradição entre os elevados custos políticos e os restritos benefícios econômicos, a curto e médio prazo, do aprofundamento de uma estratégia de industrialização pesada estruturada a partir do Estado tornar-se-á transparente ao longo da Segunda Guerra Mundial. Afinal, se não se pode negar relativo sucesso à política econômica da última fase do primeiro governo Vargas - que se consubstanciará (mais do que nas elevadas taxas de crescimento industrial a partir de 1942) na montagem da OSN, da Cia. Vale do Rio Doce, da CHESF, do Conselho Nacional do Petróleo, etc. -, tampouco se pode ignorar a enorme distância entre os resultados alcançados e a magnitude dos problemas postos. E, neste sentido, as condições de excepcionalidade da conjuntura internacional ao longo do Estado Novo (condições estas que, diga-se de passagem, estiveram longe de atuar apenas de forma a deprimir o processo de desenvolvimento capitalista interno) são absolutamente irrelevantes: o que importa é tão somente que, neste período, o conjunto das circunscricões - *produtivas, cambiais, financeiras, fiscais, políticas e tecnológicas* - à efetiva aceleração e autonomização da acumulação capitalista revelar-se-á em toda a sua profundidade e radicalidade.

430 Vide, a este respeito, a segunda seção do capítulo primeiro de DRAÏNE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil - 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Evidentemente, este movimento duplice e contraditório de conscientização - da necessidade da superação dos limites circunscritores da acumulação capitalista interna, e da "impossibilidade" de levar a cabo as transformações que este movimento solicita de forma autónoma - não se imporá simultaneamente para o conjunto dos estratos burgueses. E nem poderia. Afinal, os fatores impeditivos do aprofundamento da "revolução burguesa" enquanto "revolução nacional" neste momento de crise do padrão competitivo são indissociáveis do fato de que:

"... o grau de diferenciação vertical e de integração horizontal da burguesia estava aquém das exigências históricas. Ele não comportava, por si mesmo, uma forma de solidariedade de classe suficientemente balanceada para congregar as classes e estratos de classe burgueses na defesa coletiva de suas diferenças e da dinamização ou aprofundamento dessas diferenças. Em termos estruturais, um movimento unificador da burguesia só poderia repousar naquilo que eles possuíam em comum, ou seja, o seu *status* como e enquanto classes possuidoras ... . Erguia-se, assim, uma barreira considerável a qualquer transformação política necessária, imobilizando a capacidade de ação coletiva da burguesia nos dois níveis concomitantes, o de classe e o nacional".<sup>436</sup>

Esta debilidade relativa da solidariedade política dos estratos burgueses teria de se manifestar em uma dissincronia (igualmente relativa) da consolidação da consciência da fragilidade de qualquer projeto propriamente nacional de industrialização capitalista no Brasil. Contudo, e a despeito desta dissincronia, a crise do Estado Novo, da forma como se deu, é um marco do encerramento da primeira e mais importante "etapa" da aprendizagem da burguesia nacional "de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente".

<sup>436</sup> FERNANDES, F. Op. cit. pp. 334 e 335.

"Essa aprendizagem realizou-se por etapas e por três vias divergentes, todas frustradoras. Primeiro, através da descoberta de que não iríamos repetir a história. A grande esperança republicana, de que se faria a revolução industrial de modo autônomo e segundo o modelo de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo competitivo, esboroa-se por completo no limiar mesmo da industrialização intensiva. ... Segundo, através de entretchoques alimentados por antagonismos intraclasses, ou seja, por interesses e aspirações divergentes de classes ou estratos de classe burgueses. Ignorando os limites de seus papéis históricos, em diferentes momentos, setores civis ou militares e civis-militares, da alta e da média burguesia, lançaram-se a aventuras tidas como 'nacionalistas', 'democráticas' e 'revolucionárias' - e de fato elas sofriam essa elaboração intencional; e seriam isso mesmo, se fosse possível transformar primeiro as bases dependentes das relações de produção e de mercado. Todavia, as classes burguesas que lutavam por causas tão amplas não tinham coragem de romper com a dominação imperialista e com os liames que as prendiam às várias formas de subdesenvolvimento interno. Em consequência, patronizavam uma variedade especial de 'populismo', a demagogia populista, agravando os conflitos de classe sem aumentar, com isso, o espaço político democrático, reformista e nacionalista da ordem burguesa existente. Estas foram, no entanto, as experiências que acordaram a burguesia brasileira para a sua verdadeira condição, ensinando-a a não procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, a custo de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da dominação burguesa. Terceiro, através da exposição de elites das classes burguesas a influências socializadoras externas e de manipulações diretas de *problemas internos* por meio de controles desencadeados e/ou orientados a partir de fora."<sup>437</sup>

U fato de que o encerramento do "primeiro ciclo" deste complexo movimento de aprendizagem seja coetâneo à "redemocratização" do país não

437 Idem, pp. 313 e 314. Ao final do parágrafo donde extraímos a passagem supracitada, Florestan nos lembrará que "para se ter uma imagem concreta de como essas três vias de aprendizagem mudaram a percepção da realidade e as orientações de valor da burguesia brasileira é suficiente acompanhar a carreira política ou administrativa recente de alguns próceres civis e militares 'rebeldes' das décadas de 20, de 30 ou de 40." (Idem, p. 315.) No mesmo sentido (e referendando nossa interpretação de que o fim do Estado Novo e o governo Dutra marcam uma fase de transição da consciência burguesa no Brasil), René Dreifuss recuperará o fato de que "...o Marechal Cordeiro de Farias, figura política preminente nos eventos críticos de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e, finalmente, 1964, ... declarou, ao se referir à criação de um dos mais importantes aparelhos do Estado, a Escola Superior de Guerra: 'Em 1948 nós plantamos carvalhos, não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as idéias e os meios.'" (DREIFUSS, René A. 1964: *a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 105.)

comporta uma contradição efetiva. Afinal, não é preciso que tenhamos qualquer complacência com a ditadura varguista para apreendermos os limites mais do que estreitos da "abertura democrática" de 1946. Sem que se negue o caráter "modelar" do governo Dutra sob este aspecto (articulador de ilegalidade do Partido Comunista, da dissolução da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, da intervenção em mais de quatrocentos sindicatos operários e de expurgos no funcionalismo público<sup>498</sup>), não há como escamotear que, a tónica dos 18 anos de "legalidade" que separam o Estado Novo do golpe de 64, é dada pela tutela e circunscrição permanente do espaço de organização e representação política das classes trabalhadoras. E, como bem lembra Florestan,

"a ausência de articulação política sólida, ao mesmo tempo flexível e firme, entre as classes possuidoras e as classes despossuídas (classes operárias e destituídas) tirara da ordem social competitiva existente qualquer potenciação democrática efetiva e irreversível. A demagogia populista não procedia de qualquer pluralismo real: ela era uma aberta manipulação consentida das massas populares. O povo não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no campo burguês; e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras. Em suma, não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada*."<sup>499</sup>

Neste sentido, a "redemocratização" de 46 revela, antes, a percepção por parte das principais lideranças burguesas da necessidade da reabertura dos canais de expressão e representação do conjunto dos estratos proprietários; única forma de consolidar a solidariedade de classe, passível de corrosão sob a autocracia proto-nacionalista de Vargas. Por outro lado, este movimento não implicará no abandono das

498 A este respeito, vide DREIFUSS, R. Op. cit. pp. 29 e 30.

499 FERRANDES, V. Op. cit. pp. 339 e 340.



400  
preocupações com o enfrentamento das circunstâncias produtivas,  
financeiras e cambiais a aceleração da acumulação industrial interna.  
Há, e bem verdade, uma inflexão com relação ao projeto varguista de  
industrialização, que colocava o Estado nacional no epicentro mesmo  
deste processo. Como nos lembra Sônia Draibe,

"Na análise da reestruturação do aparelho econômico ocorrida  
após 1945 é possível constatar uma particularidade: foram objetos  
de extinção ou neutralização exatamente os órgãos potencialmente  
capazes de cumprir funções centralizadoras de coordenação e  
planejamento. A supressão da Comissão de Mobilização Econômica,  
do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e da  
Comissão de Planejamento Econômico, a reestruturação do DNOP e a  
imediata revogação do artigo que disciplinava a instalação do  
Conselho de Economia Nacional implicaram efetivo desarmamento do  
aparelho estatal, afetando particularmente o organismo  
administrativo naquilo que, no período anterior, consistira na  
tentativa de dotar o Estado de instrumentos de coordenação e  
planejamento econômico." 440

Porém, tal como Draibe,

"... não podemos concordar com a tese de uma efetiva volta ao  
liberalismo econômico, durante o governo Dutra.  
A permanência dos mecanismos de regulação do crédito, dos  
juros, dos salários, dos institutos e autarquias de regulação e,  
finalmente, das empresas públicas, comprovam a presença decisiva  
do 'setor público' nesse período." 441

O que se delineia neste período, isto sim, é um certo "compasso de  
espera", dentro do qual vai se dar a maturação de outro "projeto" de  
desenvolvimento da ordem monopolista no Brasil. A especificidade deste  
outro "projeto" se encontra no fato de que, assentado sobre o  
aprofundamento (e radical redefinição dos termos) da articulação  
dependente da economia brasileira com o capitalismo monopolista  
internacional, ele não pode se configurar propriamente como um "projeto

440 DRAIBE, S. Op. cit. p. 141.

441 Idem, pp. 145 e 146.

interno". Porém, isto não significa dizer que não caiba qualquer papel aos agentes nacionais no que diz respeito à definição da temporalidade e da qualidade da transição estrutural e histórica que se anuncia, tanto mais na medida em que, a bem da verdade, os lineamentos básicos do "novo projeto" não chegam a ser desconhecidos dos agentes internos. Segundo Florestan, já a partir do término da Primeira Grande Guerra:

"... a periferia se alterou o suficiente ... para tornar-se um mercado atrativo e uma área de investimentos promissores. ... isso contribuiu para modificar substancialmente a relação das grandes corporações com as economias periféricas. Aquelas passaram a competir fortemente entre si pelo controle da expansão induzida destas economias."<sup>442</sup>

Além disso,

"a transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, nas condições [de articulação dependente e de seu aprofundamento prospectivo] ..., requer alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base do poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado."<sup>443</sup>

Tais transformações materiais e políticas, requeridas para a incorporação do padrão reprodutivo típico do capitalismo monopolista, não se imporão de chefe, mas se desenvolverão internamente ao longo dos 18 anos de "autocracia distorcida", e só serão consolidadas após o golpe de 64. A complexidade dos ajustes societários envolvidos em tais

<sup>442</sup> FERNANDES, F. Op. cit. p. 253.

<sup>443</sup> Idem. p. 258.

movimentos é atestada não apenas pelo trágico desfecho histórico dos mesmos: todo o período é marcado por uma forte tensão e instabilização política e institucional, assim como por "marchas e contra-marchas" nas estratégias econômicas governamentais que - a despeito de sua "unicidade" fundamental no que diz respeito à busca da aceleração e "densificação" da acumulação industrial interna - não fazem mais do que revelar as dificuldades postas à consolidação de um projeto de desenvolvimento capitalista capaz de unificar o conjunto dos estratos burgueses.

Neste sentido, a evolução do segundo governo Vargas é típica. Inicialmente sem contar com o apoio do próprio PSD, sua consolidação não pode ser concebida fora das frustrações geradas pelo "liberalismo indeciso" do período Dutra. Estas frustrações, por sua vez, só podem ser plenamente apreendidas (ainda que não se esgotem neste nível) a partir das dificuldades de unificação dos estratos proprietários internos em torno de um projeto de aceleração do desenvolvimento capitalista coordenado desde fora. Afinal, as consequências econômicas de uma radical abertura do mercado interno para a atuação dos poderosos e multifacetados conglomerados internacionais são por demais evidentes para deixarem de gerar qualquer temor nos setores mais dinâmicos das burguesias periféricas. Além disso, a internalização das estruturas e dos padrões reprodutivos monopolistas conduz, necessariamente, a uma profunda aceleração das transformações econômicas, sociais e culturais inerentes às sociedades de classe; o que é percebido - corretamente -, pelos setores dos estratos dominantes mais refratários à rápida universalização da ordem burguesa (o latifúndio e o capital mercantil mais tradicional), como um movimento capaz de por em xeque as bases de seu poder social específico a médio prazo. Estas contradições internas

aos segmentos sociais dominantes vieram a se manifestar politicamente ao término do governo Dutra, através da divisão das candidaturas conservadoras de Eduardo Gomes e Cristiano Machado, e - o que é ainda mais importante - na própria capacidade de articulação de uma base de sustentação política suprapartidária à candidatura Vargas tão ampla quanto inorgânica.

A fragilidade estrutural e o descompasso histórico de qualquer tentativa de recuperação do projeto de desenvolvimento capitalista vencido em 45 não tardará, contudo, a se manifestar. A reação conservadora ao governo Vargas mostrará sua força imediatamente após as eleições (através da ampla movimentação para impedir sua posse), e não cessará de avançar - com surpreendente organicidade, violência e audácia<sup>444</sup> - até a traumática conquista do encerramento do mesmo.

Não se pode pretender, todavia, que a eficácia do movimento de oposição a Vargas resultasse tão somente da capacidade de liderança dos setores hegemônicos no governo Dutra. No centro do novo impeto conservador e da rápida rearticulação política e aprofundamento da

444 A este respeito vide CARONE, E. *A república liberal II (Evolução política)*. São Paulo: Difel, 1985, pp. 47 e segs. Especificamente sobre a desenvoltura e agressividade da movimentação política dos setores conservadores do Exército após a vitória da chapa de Alcides Etchegoyen para o "Clube Militar", Carone nos diz: "A partir da posse da nova diretoria começa o movimento de 'caça às bruxas': a arbitrariedade ligada à violência torna-se a tônica dominante. Inicia-se perseguição e prisões de militares democratas, nacionalistas, esquerdistas, em base nunca vistas anteriormente." (idem, p. 60). Tais arbitrariedades e ilegalidades transcenderão, contudo, os limites dos quartéis. "Em pouco tempo, o número total de presos supera duas centenas de pessoas, incluindo oficiais superiores das três armas, sargentos, soldados, marinheiros e até civis. ... A nova onda de pressões contra nacionalistas, democratas e esquerdistas se deve ao recrudescimento da campanha do petróleo, que se dá no segundo semestre de 1952 e em 1953. ... Para o contra-ataque, entretanto, os militares entreguistas além de prenderem de maneira arbitrária ... usam de violências inauditas, só repetidas depois do golpe de 1964." (idem, p. 61.).

solidariedade interna da classe dominante encontram-se outros fatores: No limiar mesmo dos anos 50, o interesse "externo" pela abertura dos mercados latino-americanos a uma atuação mais decisiva dos grandes blocos monopolistas de capital vai ganhar consistência e determinação. A missão Abbink<sup>445</sup> e a "Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico" (estabelecida em dezembro de 1949) são dois momentos expressivos da nova qualidade das demandas e expectativas "externas" sobre a economia brasileira. Particularmente sobre a "Comissão Mista", recairá uma grande responsabilidade pela articulação e consolidação política do projeto de adequação do espaço econômico interno à atuação dos grandes e concentrados blocos monopolistas de capital em processo de extroversão produtiva<sup>446</sup>.

Evidentemente, no epicentro mesmo das articulações políticas "bilaterais" que se intensificam a partir do final dos anos 40, encontra-se a pressão e o interesse dos grandes blocos monopolistas de capital. E tais movimentos

"não se explica[m] apenas pela existência de excelentes oportunidades de inversão a serem colhidas, mas, também, em última instância, pela própria dinâmica da competição oligopólica nos países centrais, cujo ponto de chegada consistiu, como se sabe, na conglomeração financeira e na expansão oligopólica a escala mundial".<sup>447</sup>

Mas se estas são as questões de fundo, a forma particular da articulação deste movimento de extroversão - sua "politização" crescente e evidente - carrega consigo outras determinações. Segundo Florestan,

445 Sobre a "Missão Abbink" vide DRAIBE, S. Op. cit. pp. 159 e segs., e FERNANDES, F. Op. cit. p. 256.

446 Vide, a este respeito, DREIFUSS, R. Op. cit. p. 75.

447 HELLO, J.M.C. Op. cit. p. 119.

"O fim da Segunda Grande Guerra delimita o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes. Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o mundo capitalista, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do mundo socialista e novas transições para o socialismo."<sup>448</sup>

A absoluta centralidade que a lógica da "Guerra Fria" passa a assumir, ao final da Segunda Grande Guerra, na redefinição da ordem econômica mundial sob orquestração norte-americana, já havia sido comprovada pela articulação política da recuperação econômica européia e japonesa sob a égide do Plano Marshall. Terá idêntico sentido o reforço da investida dos Estados Unidos sobre a América Latina a partir do final dos anos 40. Transcendendo inclusive aos interesses *mais imediatos* das corporações multinacionais norte-americanas<sup>449</sup>, este país - a partir da ação de seus governos, que assumirão de forma decidida e indistinta as novas responsabilidades mundiais da super-potência imperialista - não poupará esforços para consolidar as bases políticas do aprofundamento e maturação do desenvolvimento capitalista dependente na periferia latino-americana<sup>450</sup>.

448 FERNANDES, F. Op. cit. p. 253.

449 Que, como bem lembra João Manuel, no início dos anos 50, estarão mais preocupadas "em ocupar os mercados centrais (europeus) mais sólidos e promissores, onde sua participação era ainda relativamente pequena", legando a primazia do ingresso no mercado brasileiro a "suas congêneres européias, que foram obrigadas a aceitar o desafio" MELLO, J.M.C. Op. cit., p. 119.

450 Assim, o início dos anos 50 será marcado pelas fortes pressões econômicas e diplomáticas para o alinhamento político e militar do Brasil aos Estados Unidos. Tais pressões, pouco frutíferas nos primeiros

"Graças a este quadro global, não é só a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político. A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão de assumir, também, um caráter especificamente político."<sup>451</sup>

Tal processo de politização da transferência e desenvolvimento da ordem monopolista para a periferia tem sólidas determinações econômicas.

Afinal,

"... as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os Governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista na periferia. Sem estabilidade política, não há cooperação econômica, eis a nova norma ideal do comportamento econômico racional, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham a casa em ordem, para que pudessem contar com a viabilidade do desenvolvimento por associação"<sup>452</sup>

Mas não se esgotam aí as impulsões do movimento considerado. Como bem lembra Florestan,

"... a luta do capitalismo por sua sobrevivência transcende a esses limites. Os Governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada), vários tipos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outro policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares, etc. A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus

anos do governo Vargas (que resiste a uma participação mais efetiva na Guerra da Coréia), serão habilmente rearticuladas através do fortalecimento da oposição "liberal" interna e dos setores mais conservadores do Exército, redundando no afastamento do Ministro da Guerra Estilac Leal e no Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1953.

<sup>451</sup> FERNANDES, F. Op. cit. pp. 253 e 254.

<sup>452</sup> Idem, p. 254.

alvos explícitos, o que eles visam é a súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos Governos pró-capitalistas das nações periféricas. Nesse modo, são logradas as condições de estabilidade política almejadas, que servem para reprimir os protestos contra as iniquidades econômicas, sociais e políticas, inerentes à transição para o capitalismo monopolista (inevitáveis e chocantes nas condições predominantes nos países pobres), tanto quanto conjurar o perigo comunista. No conjunto, ... as influências externas concorrem para deprimir fortemente as estruturas políticas das sociedades hospedeiras." 453

A eficácia da manipulação destes instrumentos, no enfrentamento das (particularmente débeis) resistências internas à plena incorporação do espaço econômico nacional ao circuito produtivo e financeiro internacional de valorização, se revelará na rapidez com que o segundo governo Vargas se vê carente de qualquer sustentação política sólida. No centro deste processo, a maturidade das condições econômicas internas para a assimilação do novo padrão de articulação dependente proposto e "projetado" (em seus termos mais substantivos) desde fora. Assim, já

"... na década de 50 ... se pode localizar a ... tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica irreversível. Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus pólos dinâmicos na periferia." 454

### 3.2. Contradições do capitalismo monopolista dependente e a transição para a autocracia burguesa aberta

Os contrastes entre o último lustro da década de 50 e os primeiros anos da mesma são tão evidentes quanto multifacetados. A despeito da grande tensão política que antecede a posse do presidente Juscelino

453 Idem, p. 254.

454 Idem, pp. 255 e 256.



Kubitschek<sup>455</sup> e dos valores quase mediocres dos indicadores econômicos nos dois primeiros anos de seu mandato<sup>456</sup>, a marca de todo o período será dada pelo aprofundamento *qualitativo* da ordem burguesa, com reflexos fortemente positivos sobre o alargamento da base social de apoio e sustentação do governo.

Confrontando o padrão de desenvolvimento capitalista que se instaura no período Kubitschek com o "padrão 'horizontal' de acumulação" que marca a "industrialização restringida", João Manuel nos dirá:

"A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira 'onda de inovações' schumpeterianas: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo 'salto tecnológico'; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delinham um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados".<sup>457</sup>

Mas isto não é tudo. Tão ou mais importante do que a profunda alteração no padrão de solidariedade industrial que se inaugura, será a modificação na equação competitiva a partir da radical redefinição dos papéis dos blocos de capital privado nacional e internacional, assim como no papel econômico do Estado. Se se tem em vista as contradições

455 Vide, a este respeito, CARDONE, E. Op. cit. p. 90 e segs.

456 O produto industrial em 1956 e 1957 crescerá a taxas anuais pouco superiores a 5%, valores equivalentes aos dois primeiros anos do segundo governo Vargas e muito abaixo da média decenal. Tendo em vista a substantiva queda da produção agrícola de 1956, o PIB deste ano apresentará a taxa de crescimento mais baixa desde 1947. Vide, a este respeito, o "Anexo Estatístico" de ABREU, M.P.(org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, pp. 387 e segs.

457 HELLO, J.M.C. Op. cit. p. 117.

responsáveis pela total inviabilização de um projeto nacional de enfrentamento às circunscrições à acumulação de capital industrial (e, portanto, de transição endógena para a etapa monopolista do capitalismo), assim como a força das pressões "externas" para realizar tal movimento de forma "associada", não será surpresa que o novo padrão de reprodução vá se assentar, *fundamentalmente*, sobre o ingresso maciço do "novo capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo"<sup>458</sup>.

Tal desenvolvimento não estará em antagonismo com os interesses concretos do capital industrial nacional. Afinal,

*"Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo frágil poder de acumulação. Mais do que isto, não era mesmo capaz sequer de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse a estatização quase completa dos novos setores. Sua fraqueza política, que correspondia à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de 'privatizar' no futuro o Estado. Por isso mesmo, o capital industrial nacional 'optou' pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário.*

Ademais, a industrialização pesada promoveu uma forte expansão do capital industrial nacional. Nos setores metal-mecânicos que se instalam, a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras quanto distribuidoras."<sup>459</sup>

Mas se a solidariedade essencial de interesses e projetos do capital industrial nacional e estrangeiro é insofismável (manifestando-

458 Idem. p. 118.

459 Idem. pp. 119 e 120, os grifos em itálico são meus.

se com particular intensidade no período de montagem do novo padrão e de expansão do sistema econômico global), isto não implica que o processo de transplante do capitalismo monopolista para a periferia deixe de comportar profundas contradições, que são absolutamente ineludíveis. Pouco aparentes ao longo do governo Kubitschek, elas não deixarão de se manifestar através das dificuldades de equacionamento de uma base fiscal e financeira para o Estado capaz de dar conta da sustentação de suas novas atribuições: a adequação do capital social básico às exigências da acumulação monopólica, e - ainda mais importante - à mediação política do processo de distribuição do excedente entre blocos capitalistas de desigual poder competitivo, que passam a se confrontar no interior dos mesmos mercados ou na (igualmente perigosa) região em que se dá a imbricação daqueles. A estreiteza econômica e política dos mecanismos "heterodoxos" de financiamento do Estado - emissionismo inflacionário, "confisco cambial", etc.<sup>460</sup> - para o enfrentamento de suas novas atribuições revelar-se-á nos permanentes problemas de caixa do Tesouro e nas dificuldades para a consecução de pontos estratégicos do "Plano de Metas"<sup>461</sup>. Além disso, a transferência das pressões fiscais do Estado para os setores exportadores e para os setores de menor poder de controle sobre seus preços é não apenas perigosa (particularmente em condições de ascenso de um movimento sindical, que se vê catapultado pelo processo de industrialização e urbanização), como não pode servir ao equacionamento da complexa questão cambial. Tanto mais quando, a despeito de sua aparência "técnica", esta última é uma questão

460 Os mecanismos utilizados com vistas à administração dos recorrentes déficits públicos são detalhados em ORENSTEIN, L. & SOCHACZEWSKI, A.C. "Democracia com desenvolvimento: 1956-1961". In: ABREU, M.P. (org) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, pp. 184 e segs.

461 Particularmente no que diz respeito ao refino de petróleo e à produção de aço, cimento e carvão. Vide, a este respeito, ORENSTEIN, L. & SOCHACZEWSKI, A.C., *Op. cit.* p. 180.

essencialmente distributiva e financeira, ligada à capacidade de apropriação e acumulação interna das sólidas empresas multinacionais e, a partir daí, à lógica e à dinâmica das transferências e retransferências de capital e rendimentos a nível internacional.

Enquanto a economia se reproduzia sob o ciclo expansivo, derivado do solidário conjunto de investimentos aberto em meados da década, as contradições do novo padrão de acumulação capitalista (e em particular sua contradição de fundo, que se deriva da inexistência de mecanismos institucionais capazes de garantir uma distribuição "politicamente consistente" dos benefícios da acumulação monopólica entre as diversas frações do capital) podiam ser escamoteadas. A partir do final de 1961, contudo, os sinais da crise que se avizinha são evidentes, acelerando a explosão das tensões sociais reprimidas no período anterior.

Muito se tem escrito sobre os determinantes da reversão cíclica aberta em meados de 1961. As análises econômicas mais competentes<sup>462</sup>, identificam na maturação de um conjunto integrado de investimentos em setores novos (responsáveis pela implantação de estruturas fabris tipicamente oligopólicas, necessariamente portadoras de elevados índices de capacidade ociosa planejada), um dos pontos-chaves da explicação deste processo. O outro determinante básico se encontraria nos desequilíbrios dinâmicos, oriundos das peculiaridades de um processo de industrialização derivado da transferência segmentar de estruturas produtivas monopólicas, para uma economia marcada pela péssima distribuição de renda e baixíssima taxa de salário: nestas condições a equação acelerador-multiplicador que se monta é particularmente

462 Vide MELLO, J.M.C. Op.cit. pp. 121 e 122. No mesmo sentido e com maior determinação, vide TAVARES, M.C. Op. cit. pp. 118 e segs.

perversa, agilizando e aprofundando os movimentos de reversão cíclica após o esgotamento dos estímulos "extraordinários" para a inversão produtiva.

A derivação natural desta análise - absolutamente correta e essencialmente suficiente enquanto análise econômica do processo - é a recusa às leituras ideológicas, que pretendem ver na inépcia da condução da política econômica por parte dos governos populistas de Jânio Quadros e (particularmente) João Goulart, os determinantes essenciais da crise. Quer nos parecer que a estultice destas leituras seja tamanha que não caiba maiores considerações sobre a fundamentação teórica das mesmas. Contudo, não se pode ignorar que, se a "política econômica" dos governos imediatamente anteriores ao golpe de 1964 não é responsável pela crise de 62/67, a repetição cansativa das mesmas análises - associada às efetivas transformações nos mecanismos e no padrão de intervenção econômica posteriores ao golpe - põe a nú uma certa inconsistência da ação do Estado sob o "antigo regime" na administração das contradições que a crise vinha expressar. Ou, em outras palavras: a efetiva apreensão dos determinantes do discurso ideológico, considerado acima, só é possível se buscarmos entender não as causas da crise econômica, mas o que ela manifesta e evidencia das contradições inerentes ao padrão de acumulação monopólica dependente para os estratos nacionais da classe dominante.

Ora, como se sabe, o que toda a crise econômica revela, antes de mais nada, é a profunda desigualdade de poder competitivo dos diversos blocos e fração de capital. Nos períodos de crescimento, os espaços que se abrem (ao ingresso) e ao desenvolvimento da acumulação de capital de

firmas marginais nos diversos mercados, tende a obscurecer, não apenas o caráter conflitivo da concorrência intercapitalista, como as profundas diferenças de poder de apropriação e consolidação financeiro-produtiva do conjunto das empresas atuantes em áreas afins. A crise põe a nú estas diferenças, através do aprofundamento do conflito pelo controle de mercados (que revelam suas restrições) e pelas diversas tentativas de repassar o ônus da retração das receitas para compradores e fornecedores.

Assim, a inflexão crítica inaugurada em 1961 no Brasil, será o momento fundamental da consolidação da consciência dos estratos burgueses nacionais das conseqüências "perversas" presentes na internalização do capitalismo monopolista pela via do aprofundamento da dependência<sup>463</sup>. Na realidade, o que "salta aos olhos", quase que instantaneamente, é que

"... a industrialização intensiva e a eclosão do capitalismo monopolista alargaram e aprofundaram, de maneira explosiva, as influências externas sobre o desenvolvimento capitalista interno, exigindo das classes e estratos de classe burgueses novos esquemas de ajustamento e de controle daquelas influências."<sup>464</sup>

463 Para uma avaliação sucinta (mas extremamente competente) do processo de centralização de capital e "desnacionalização" dos diversos setores industriais ao longo da crise de 62/67 no Brasil, vide TAVARES, M.C. Op. cit. pp. 122 e segs. É de se notar, contudo, que os conflitos que se desenvolvem no interior dos estratos dominantes a partir das transformações do padrão competitivo da segunda metade da década de 50 (e que emergem à consciência da maioria com a inflexão cíclica dos anos 60) vão se manifestar sob as formas mais diversas, transcendendo as questões postas pela violência da centralização de capitais. Neste sentido, o simples aprofundamento da concentração capitalista (que se expressa no aprofundamento da desigualdade de poder de apropriação do excedente das diversas frações sociais e regionais da burguesia), assim como a aceleração descontrolada do processo de universalização da ordem capitalista, serão de monta a ferir interesses específicos dos setores agrários, mercantis e "pequeno burgueses" mais tradicionais, debilitando a solidariedade interior à classe dominante no período.

464 FERNANDES, F. Op. cit. p. 326.

Ora, evidentemente, não poderia escapar aos líderes internos do projeto de "desenvolvimento por associação" que "era impossível deter semelhante processo, nascido da própria estrutura mundial do capitalismo e incentivado pelo caráter dependente da economia capitalista brasileira"<sup>465</sup>. No entanto,

"as classes e estratos de classe burgueses tinham de enfrentar ... seus efeitos políticos. Pois se a irradiação do capitalismo competitivo, de fora para dentro, não atingia diretamente as estruturas de poder político da sociedade brasileira, o mesmo não sucedia com a irradiação do capitalismo monopolista. Aquelas classes e estratos de classe viam-se, de repente, na posição de antagonistas do aliado principal. ... Se, como parte da autodefesa e da auto-afirmação da 'iniciativa privada' em geral, se impunha defender e aumentar a associação com os 'capitais externos', fomentando os ritmos das 'inversões estrangeiras' e, com elas, os da modernização controlada de fora, a autoproteção de classe da burguesia brasileira estabelecia um limite à 'interdependência'. Acima do afluxo de capitais, de tecnologia, e de empresas e, mesmo, acima da aceleração do desenvolvimento capitalista estava, para ela, seu *status*, em parte mediador e em parte livre de 'burguesia nacional'."<sup>466</sup>

Por mais que isto possa parecer contraditório, as dificuldades postas ao aprofundamento dos controles políticos e institucionais, sobre o processo de apropriação e distribuição do excedente entre as diversas frações do capital, não se encontram em quaisquer resistências dos setores monopolistas internacionalizados. A bem da verdade,

"... em termos não só de preservação do *status quo*, mas também de irradiação e de expansão do capitalismo monopolista na periferia, não interessa às grandes corporações e às nações capitalistas hegemônicas desgastar a base econômica da dominação burguesa e, tampouco, suscitar crises irrecuperáveis do poder burguês."<sup>467</sup>

465 Ibidem.

466 Ibidem (os grifos em negrito são meus).

467 Idem, pp. 264 e 265.

Ou, em outras palavras:

"... ao contrário do que se supôs e ainda se supõe em muitos círculos intelectuais é falso que as burguesias e os Governos das nações capitalistas hegemônicas tenham qualquer interesse ... [no] enfraquecimento provocado das burguesias dependentes ... Se fizessem isso, estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista revolucionário (dentro do capitalismo privado), ou incentivando transições para o capitalismo de Estado e para o socialismo. Estariam, portanto, trabalhando *contra* os seus interesses mais diretos, que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido."<sup>468</sup>

Por isto mesmo - e em plena solidariedade com aquelas lideranças burguesas nacionais portadoras de maior "clareza" sobre os limites estruturais da "revolução nacional" periférica -, os setores imperialistas vão se postar na perspectiva de enfrentamento da "crise do poder burguês", que emerge das dificuldades em consolidar um projeto de desenvolvimento capitalista capaz de garantir a sobrevivência (a curto, médio e longo prazos) dos distintos estratos proprietários e suas particulares lógicas de reprodução e acumulação. Tal movimento - consubstanciado na ação política das lideranças empresariais vinculadas ao grande capital internacionalizado - não se deriva apenas da compreensão do valor "político" da sustentação da aliança orgânica entre os distintos segmentos burgueses ("tradicionais" e "modernos"). Mais importante do que isto é o fato de que, tal como na era neocolonial e na etapa competitiva do capitalismo dependente, a sobrevivência de formas historicamente "primitivas" de produção e extração do excedente, será funcional à aceleração da concentração de capital nos pólos urbanos e "modernos" do sistema<sup>469</sup>. As contradições de "longo prazo" deste

<sup>468</sup> Idem, p. 293.

<sup>469</sup> A este respeito, vide FERNANDES, F. Op. cit. pp. 269 e 270.



processo de acumulação de capital (que não se desvincilia completamente de suas bases "mercantis" e "especulativas"), pouco importam aos competitivos e dinâmicos blocos monopolistas internacionalizados, que contam, não só com bases financeiras e apoio político e institucional externos, como com um amplo espaço geográfico e demográfico a ocupar no conjunto da periferia. O que importa neste momento, isto sim, é inibir os processos de conflito inter-burgueses pelos quais,

"Não só certos estratos da alta burguesia se lançavam uns contra os outros, defendendo políticas econômicas ou privilégios exclusivos. Os setores médios convertiam suas frustrações e suas aspirações em fatores que dissociavam o radicalismo burguês da ordem burguesa existente e possível. Por conseguinte, eram as classes e os estratos de classe burgueses que rasgavam as fendas pelas quais a instabilidade política se instaurava no âmago dos conflitos de classes, no intento frequente de dinamizar em proveito próprio o radicalismo pró-burguês ou antiburguês das massas populares, em geral, ou do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais, em particular. Embora em nenhum momento essa pressão dentro da ordem chegasse a transcender os interesses e os projetos burgueses, ela dividia e fragmentava a burguesia, ao mesmo tempo em que solapava e impedia a aceleração dos processos de unificação e contralização do poder burguês, diretamente ou mediante a o poder político do Estado nacional. Definiam-se, assim, várias órbitas, em permanente atrito, em torno das quais gravitavam os projetos de revolução nacional, o que fazia com que as classes e os estratos de classe burgueses não conseguissem chegar a uma conciliação fundamental, em torno de alvos e de interesses comuns a toda a burguesia."<sup>470</sup>

Esta situação parecerá tão mais dramática na medida em que acrescentam-se

"a este fato ... a emergência e a difusão de movimentos de massa antiburgueses, nas cidades e até em algumas áreas do campo. Tais movimentos estavam longe de representar perigo imediato, pelo menos em si e por si mesmos. Todavia, eles encontravam uma ressonância intimidadora, e continham uma força de irradiação inesperada. Por isso, eles acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: contaminaram estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares,

470 Idem, p. 323.

vários setores da pequena-burguesia etc. Além disso, infiltraram influências nas massas populares, despertadas mas refreadas pela 'demagogia populista', o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, 'pressão dentro da ordem' e convulsão social."<sup>471</sup>

Ora, este quadro acaba por conduzir as lideranças empresariais vinculadas aos blocos monopolistas internacionalizados a uma identificação de seus interesses estratégicos com o aprofundamento dos mecanismos políticos e institucionais capazes de levar à consolidação material da solidariedade do conjunto da classe proprietária. Longe de serem os oponentes de um projeto de rearticulação dos instrumentos de regulação estatal, voltado para a redistribuição do excedente social compatível com a "estabilidade política" interna, estes agentes serão os líderes ideológicos deste movimento. Onde se encontram, então, os empecilhos a tal articulação? Nos "fatos da estrutura", responsáveis pela depleção crônica dos canais "civis" de organização e definição de um projeto político orgânico da burguesia. Afinal,

"Não é fácil conduzir o barco, quando o desenvolvimento capitalista não guia a revolução nacional com uma bússola firme e os extremos do espectro burguês se encontram em formas subcapitalistas ou pré-capitalistas de produção agrária, na 'empresa multinacional' estrangeira e na grande empresa estatal".<sup>472</sup>

Em suma: o padrão dependente de diversificação vertical da burguesia brasileira aprofundará sua debilidade crônica em forjar "instituições próprias de poder especificamente social ... e converter a dominação sócio-econômica ... [em um] poder político indireto"<sup>473</sup>, responsável pela consolidação de sua dominação e hegemonia sob condições

471 Idem, p. 324.

472 Idem, p. 307.

473 Idem, p. 204.

de democracia formal. Evidentemente, uma tal debilidade pode ser contornada se se articulam as condições para que a unificação de classe (e do projeto de classe) se dê num plano imediatamente político, através da monopolização do controle das estruturas materiais do Estado. Não há como subestimar, contudo, as dificuldades presentes em um tal movimento. Tanto sob as experiências de "autocracia aberta" do Estado Novo, quanto de "autocracia distarçada" que lhe é conseqüente, o que se buscava implantar era uma tal monopolização política do Estado. Contudo, as próprias diferenças estratégicas entre os distintos estratos da classe dominante, e as recorrentes tentativas de alguns setores em fazer valer seus interesses acima dos demais (abrindo os canais políticos para as pressões - ainda que não para conquistas efetivas - dos "de baixo"), conduziram ao fortalecimento de um esquizofrênico discurso liberal, que buscava contrarrestar o tão *inexorável* quanto *problemático* movimento de ampliação das funções econômicas do Estado. Na base deste discurso, o temor associado ao crescente

"... volume alcançado pelo Estado brasileiro, como associação administrativa e organização política, e o transbordamento do radicalismo burguês na direção do poder estatal - mediante a atuação de certos Governos de base populista; e graças às identificações que começaram a grassar entre 'altos funcionários' e no pessoal de 'alto gabarito'... O Estado surgia como uma espécie de fantasma, não em si e por si mesmo (pois os 'Governos populistas' e a 'alta burocracia nacionalista' não se atreveram a ir demasiado longe), mas por causa do que esse deslocamento parecia representar, como perda do 'controle burguês' sobre o Estado e em termos de suas aparentes conseqüências negativas para a 'iniciativa privada' e a *liberdade burguesa*. As recentes origens patrimonialistas da burguesia brasileira, com seu agressivo mandonismo conservador, impediam uma compreensão mais ampla ou flexível do problema... A simples autonomização institucional das funções básicas do Estado e a mera ameaça de que isso iria acarretar uma verdadeira nacionalização de suas estruturas administrativas ou políticas e servir de fundamento a um processo de centralização independente do poder, apareciam

como uma clara e temível 'revolução' dentro da ordem antiburguesa." 474

Estas apreensões dos setores conservadores não conseguiram, contudo, converter o "discurso" liberal e anti-estatizante em um efetivo "projeto" social, uma vez que não seria possível contrarrestar os determinantes que levavam a um engurgitamento das funções do Estado, sem ferir de morte todo o equilíbrio político e econômico que sustentava a equação dependente do capitalismo monopolista a nível interno. A insubsistência deste discurso revelava-se, assim, na própria compulsão com que seus arautos buscavam obter o controle do aparelho estatal, não se furtando para tanto em dar o apoio a toda e qualquer movimentação golpista de setores das Forças Armadas, por maior que fosse a debilidade de sua articulação.

Contudo, as condições objetivas e subjetivas para a superação (através da realização negativa) da "oposição liberal" à ação do Estado sob o regime de "autocracia disfarçada" (finda em 1964) já se encontravam em elevado estágio de consolidação quando da emergência da inflexão crítica do início da década de 60. Se o aprofundamento da tensão social derivada daquela inflexão cria as condições para uma rápida (e "excepcional") rearticulação da solidariedade política dos estratos proprietários (a princípio ferida pelo desenvolvimento dos conflitos econômicos), a capacidade em aproveitar este momento para encaminhar a "necessária" transformação do padrão de regulação estatal e de dominação burguesa interna resultará de outras determinações. Essencialmente, este processo será marcado por três movimentos

correlatos<sup>475</sup>, onde há que se salientar o papel exercidos por aqueles segmentos sociais que, *identificados* com os interesses estratégicos da burguesia nacional, não pertencem *imediatamente* a este estrato.

Em primeiro lugar, há que se reconhecer a eficácia e competência política das lideranças empresariais e dos representantes das grandes corporações internacionais em articularem e projetarem socialmente seus interesses de longo prazo. O ponto crucial no que diz respeito a este movimento se encontra no fato de que tais interesses nem sempre eram consistentes com uma lógica imediatista, que apontava no sentido de extrair o máximo benefício de suas vantagens competitivas sobre os débeis grupos capitalistas periféricos. Contando com o sólido apoio de instituições e organismos políticos internacionais vinculados aos (e sustentados pelos) Estados nacionais imperialistas, contudo, não foi difícil a estes agentes transformarem-se em verdadeiras lideranças do processo de consolidação da solidariedade inter-burguesa e propagadores do projeto de redefinição do padrão de autocracia burguesa interna<sup>476</sup>.

Em segundo lugar, não pode ser ignorada a capacidade demonstrada pelo conjunto dos segmentos proprietários internos em converter o

"pânico econômico ... Lem fonte de] agravamento de atitudes de classe fortemente agressivas, nascidas de uma frustração crônica e do medo reativo, os quais contribuíram para projetar a agressão para fora da nossa classe. A classe dos outros, no caso, tinha de ser forçosamente o proletariado (e, confusamente, a congêrie das massas trabalhadoras e destituídas), que surge como o inimigo natural e o alvo dessa agressão autodefensiva. Como a classe dos outros não era a fonte real do estado de pânico, ela funcionou apenas como 'bode expiatório' e como foco de referência para a atualização de processos elementares de solidariedade de classe. No clima histórico descrito, pânico, agressão e autodefesa

475 Vide, a este respeito, FERNANDES, F. Op. cit. pp. 264 e segs.

476 Vide, a este respeito, o capítulo terceiro de DREIFUSS, R. Op. cit.

reativa criavam impulsões de identificação coletiva e de comunidade política em todos os círculos das classes possuidoras e privilegiadas, simplificando as tarefas de liderança de suas elites."

A instrumentalização do pânico econômico para a cristalização de uma solidariedade de classe assentada sobre a identificação e enfrentamento do "inimigo coletivo principal", foi uma tarefa política para cuja consecução as lideranças dos setores proprietários mais tradicionais (agrários e vinculados ao capital mercantil mais refratário à modernização), dedicaram particular atenção. Afinal, as pressões reformistas, oriundas dos setores quindados à arena política pela exacerbação da "demagogia populista", dirigiam-se, essencialmente, contra as bases materiais dos interesses destes segmentos. Tal fato, tornava-os verdadeiros "arautos do pânico" e resolutos articuladores de uma rápida recomposição da aliança política estratégica "oligarquico-burguesa" estruturada sobre a identificação do movimento popular ascendente como um movimento especificamente anti-burguês.

Finalmente - e aqui nos deparamos com uma questão absolutamente central para o entendimento de como foi possível driblar os temores dos diversos estratos proprietários de que o fortalecimento da autocracia viesse a implicar no privilegiamento de determinados interesses em detrimento de outros - há que se considerar o papel cumprido pela alta burocracia civil e militar em todo este processo. Como bem lembra Florestan:

"... se a burguesia brasileira não possuísse estratos médios e altos fortemente instalados, em massa, dentro do Estado (os quais constituíam uma autêntica *burguesia burocrática*, dotada de

poder estatal e de ampla liberdade para usar este poder), os processos de unificação e de centralização do poder burguês eclodiriam no vazio histórico." 478

Não foi isto que aconteceu, entretanto. Na base do movimento de aderência da alta burocracia estatal ao projeto de aprofundamento da autocracia de classe, se encontra um fato econômico. Como afirma Florestan,

"... em nações capitalistas nas quais as funções classificadoras do mercado e as funções estratificadoras do sistema de produção são tão limitadas, a ponto do grosso da população permanecer excluído do funcionamento normal do regime de classes e da ordem social competitiva, somente as classes altas e médias chegam a participar efetivamente das vantagens proporcionadas pelo desenvolvimento capitalista. Essa participação é, em si mesma, um privilégio e só se pode manter na medida em que outros privilégios, vitais para as situações de classe alta e média, são intocáveis. A dominação da burguesia irradia-se de modo muito fraco da minoria dominante para o resto da sociedade (ao contrário do que sucedeu nas nações capitalistas hegemônicas, onde tal irradiação serviu de embasamento econômico para a 'democracia burguesa'). Ela se concentra no tope, nos 10, 15, 20 ou 25% que têm rendas altas, monopolizam a cultura e o poder político, o que faz com que o poder político indireto, nascido do poder econômico puro e simples, e o poder especificamente político se confundam, atingindo o máximo de aglutinação, e o Estado se constitua no veículo por excelência do poder burguês, que se instrumentaliza através da maquinaria estatal até em matérias que não são nem administrativas nem políticas." 479

Este "drama" estrutural, inerente a uma economia dependente de origem neocolonial e escravista, será o responsável pela rápida e fácil identificação do conjunto dos setores "médios" e burocráticos mais bem classificados política e economicamente com o projeto de consolidação defensiva da autocracia de classe. E este movimento está no centro da explicação de como,

478 Idem, pp. 340 e 341.

479 Idem, pp. 266 e 267.

"... no Brasil, as classes possuidoras e privilegiadas passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da *iniciativa privada*; e por que as várias elites das classes dominantes (econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc.) encontraram tão depressa um foco de unificação institucional de suas atividades."<sup>400</sup>

A conquista da "elite" dos setores burocráticos civis e militares para o novo projeto de ordenamento institucional será uma tarefa para a qual concorrerão ainda duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, o fato de que, enquanto coparticipantes dos privilégios econômicos de uma sociedade excludente, esta fração dos estratos dominantes ocupa uma posição subordinada na estrutura social. Este fato se consubstancia em uma carência relativa de instrumentos de auto-proteção em situações de crise dos padrões distributivos (como a que se impunha a partir do final da década de 50), tornando-a particularmente aberta às pressões ideológicas dos "arautos do pânico". Mais importante do que isto, contudo, será o papel projetado para estes agentes na nova institucionalidade: em função das próprias contradições que minam a estabilidade da solidariedade da classe dominante, os setores militares e a técnico-burocracia de "alto nível" serão guindados ao centro do (superdimensionado) poder político-estatal. Afinal, tal como lembra Florestan:

"sem a militarização e a tecnocratização intensivas e persistentes, seria impossível colocar o Estado nacional no centro das transformações históricas em curso e, portanto, seria também impossível: 1º) manter o nexos entre a explosão modernizadora e a regeneração dos costumes e da ordem; 2º) converter a reação autodefensiva de uma burguesia ameaçada numa fonte de auto-afirmação e de autoprivilegiamento das classes

400 Idem, p. 267.



*burguesas como um todo. O consenso burguês traduz, nessa matéria, a essência pragmática e realista de sua racionalidade.*"<sup>481</sup>

Assim, se nos é dado o direito de parafrasear o Mal Cordeiro de Farias, diríamos que as impulsões histórico-estruturais fomentam a emergência das "idéias" e a identificação dos "homens" capazes de realizá-las. Com os "homens", definem-se os "meios"; e, "chegada a hora", com o aprofundamento da depressão em 63/64, torna-se possível passar facilmente

"de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista, para uma ditadura de classe burguesa e aberta. Trata-se de uma passagem aparentemente irrelevante ... . Todavia, uma realidade inalteravelmente terrível e chocante pode sofrer gradações para melhor e para pior. Os que têm de arcar com os custos econômicos, sociais e políticos da passagem podem ver-se em um estado de privação relativa e de opressão sistemática ainda mais agudo, o que revela se a oscilação, se deu em benefício de uns e *contra* outros. Como a economia, a sociedade e o Estado se encontraram envolvidos por igual em tal passagem, não houve área ou esfera em que as consequências negativas, passageiras ou persistentes, deixassem de se refletir: depressão de salários e da segurança no emprego, e compressão do direito de greve e de protesto operário; depressão dos níveis de aspiração educacional das 'classes baixas', e compressão das 'oportunidades de educação democrática'; depressão dos direitos civis e dos direitos políticos, e compressão política e policial-militar; etc."<sup>482</sup>.

São estas consequências do golpe contra-revolucionário de 1964 (e suas derivações) que estão no centro das reflexões do próximo tópico desta seção.

<sup>481</sup> Idem, p. 342 (o grifo é meu).

<sup>482</sup> Ibidem.

3.3 Desenvolvimento e crise do capitalismo monopolista dependente sob autocracia burguesa aberta.

De acordo com seus próprios formuladores, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado em novembro de 1964, não se constitui como um

"... plano global de desenvolvimento, ... [mas um] programa de ação coordenada do governo no campo econômico. ... Procurou-se ... formular uma estratégia para os próximos dois anos, período em que se lançariam as bases para um planejamento mais orgânico e de longo prazo".<sup>483</sup>

Na realidade, o que se pretendia com o referido Programa seria a rearticulação das condições de crescimento econômico através de medidas voltadas à "eliminação das distorções inflacionárias, à revitalização da economia e às reformas econômicas e sociais"<sup>484</sup>.

Efetivamente, a questão do enfrentamento da inflação, e a articulação de um conjunto solidário de reformas financeiras e fiscais, estão no centro das preocupações dos formuladores do PAEG. Tal fato não pode ser surpreendente se se tem em vista a análise anterior das bases econômicas da crise social e política dos primeiros anos da década de 60, que acabaram por conduzir ao movimento golpista de 1964. Como vimos, o conflito distributivo interburguês - aberto pela irrupção do capitalismo monopolista internamente, e desenvolvido a partir do padrão de inflexão crítica que lhe é consequente (associado a taxas crescentes

483 DOCUMENTOS IPEA. Programa de Ação Econômica do Governo 1964 - 1966 (Síntese). Rio de Janeiro, maio de 1965, nº 1, p. 14.

484 Idem, p. 5.

de inflação e ao aprofundamento dos problemas cambiais) - está no centro dos "desequilíbrios" a serem enfrentados pelo novo regime. Como não poderia deixar de ser, o combate à inflação ocupa o primeiro plano do cenário. Afinal, a aceleração do ritmo inflacionário, a partir dos primeiros anos da década de 60, já continha em si mesma a sinalização do esgotamento (em função da crescente resistência dos setores de menor poder de controle sobre seus preços) das funções "redistributivas" deste mecanismo. Como bem lembra Maria da Conceição Tavares:

"... à medida que ocorre uma aceleração do ritmo inflacionário, vai-se esterilizando, progressivamente sua capacidade redistributiva, em termos de setores, empresas e estratos sociais. ... As possibilidades de autofinanciamento de um conjunto de setores, mediante elevações autônomas de preços, vêm-se diminuídas à medida que as reações dos outros preços tornam-se mais aceleradas."<sup>485</sup>

Por outro lado,

"Nem o poder de compra dos salários, nem o déficit público em termos reais mantêm-se, porém, como componentes da demanda real de bens e serviços. Tende, pois, a produzir-se uma 'insuficiência de demanda efetiva' em termos dinâmicos, com suas manifestações simultâneas de aumento na capacidade ociosa indesejada e no endividamento crescente dos setores mais débeis, bem como uma elevação dos custos e uma queda na taxa de lucro aparente. Isto acaba por atingir os próprios setores oligopólicos, não necessariamente nas suas margens de lucro corrente, mas sim em suas expectativas e decisões de investimento.

Na aparência a economia inteira apresenta-se como se existisse um excesso de demanda efetiva movendo a espiral inflacionária. Na realidade, essa demanda e a própria renda nacional encontram-se com tendências a um declínio, por força de uma redistribuição setorial dos lucros e das rendas correntes, em favor de setores supercapitalizados, cujas expectativas de investimento são desfavoráveis."<sup>486</sup>

485 TAVARES, M.C. Op. cit. p. 144.

486 Idem, pp. 144 e 145.

Se se somam a estes fatos, as consequências que o crescimento da taxa de inflação (sob condições de uma legislação restritiva em torno da taxa de juros nominal) traz para o processo de intermediação financeira - encurtamento dos prazos dos empréstimos, fuga às circunscrições legais através da exigência de pesadas "reciprocidades" por parte dos tomadores, e crescente desenvolvimento de um circuito creditício "informal" que passa a concorrer com os grupos financeiros tradicionais -, fica claro porque o aprofundamento da capacidade de regulação sobre os mecanismos "redistributivos" ligados ao processo inflacionário passa a assumir caráter premente. A consciência do sentido maior do enfrentamento às elevadas taxas de inflação não está ausente dos formuladores do PAEG. Segundo os mesmos, a inflação brasileira resulta da

*"Inconsistência da política distributiva, concentrada em dois pontos principais: (i) no dispêndio governamental superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos públicos; (ii) na incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às empresas."*<sup>487</sup>

Coerentemente com este diagnóstico - e a despeito da formação teórica conservadora dos gestores da política econômica no período -, a política de combate à inflação adotada afastar-se-á, em um primeiro momento, do monetarismo mais ortodoxo. Na defesa que Mario Henrique Simonsen faz, no início dos anos 70, da "experiência brasileira de combate a inflação ... [adotada] desde de 1964"<sup>488</sup>, nos é dito que as resistências dos setores mais refratários a adoção de uma política

487 DOCUMENTOS IPEA. Op. cit. p. 28, o grifo é meu.

488 SIMONSEN, M.H. "A política antiinflacionária". In. SIMONSEN, M.H. e CAMPOS, R.O. *A nova economia brasileira*. 3<sup>ed.</sup> Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 106.

"gradualista" foram vencidas pela consideração de que os "tratamentos de choque" implicam em, praticamente,

"... proibir quaisquer reajustes de salários ou preços que se destinassem a compensar a inflação passada. Fora as óbvias dificuldades de natureza política, isso implicaria em se considerar aceitável, com incrível arbitrariedade, a configuração da distribuição de renda existente no momento em que se iniciasse o processo de estabilização. Mas fora essa dificuldade, havia uma outra igualmente ponderável. Muito frequentemente, quando os Governos se decidem a empreender uma política de estabilização, a situação herdada não é apenas a de uma inflação violenta. É também a de uma inflação reprimida. Esse era o quadro brasileiro do início de 1964, com alugueis congelados, tarifas de serviços de utilidade pública incapazes de remunerar adequadamente as concessionárias, taxas cambiais superavaliadas, etc. Para restaurar a eficiência alocativa do sistema de preços (sic) o Governo Castelo Branco viu-se obrigado a autorizar todos esses reajustes logo no início do seu período administrativo. Isso implicava na aceitação de forte componente de inflação autônoma (na época denominada inflação corretiva) a qual obviamente conflitaria com qualquer meta de reduzir imediatamente a zero o ritmo de ascensão dos preços."<sup>489</sup>

No centro da lógica do "gradualismo", portanto, encontra-se a clareza da necessidade em responder rapidamente - e politicamente - a certas "pressões sociais"<sup>490</sup> em prol da redistribuição dos benefícios (e dos prejuízos) econômicos do desenvolvimento "por associação". Implementada a "inflação corretiva", contudo, o "gradualismo" será "reforçado por duas crises de estabilização, a primeira em 1965, a segunda iniciando-se em fins de 1966 e estendendo-se ao início de 1967"<sup>491</sup>. Tais crises (particularmente a última, associada a fortes controles da expansão dos meios de pagamento) são administradas claramente com vistas a cercear a "realimentação inflacionária", capaz

489 Idem, p. 107, os grifos são meus.

490 Algumas delas "inadiáveis" - como a que orientou o reajuste dos soldos dos militares em 120% em abril de 1964 -; sob pena de emergirem avaliações fortemente negativas da relação entre benefícios (materiais) e custos (morais) da participação no golpe desferido sobre a ordem constitucional.

491 SIMONSEN, M.H. Op.cit. p. 108.

de cercear a eficácia dos movimentos redistributivos (eufemisticamente denominados por Simonsen de movimentos de "restauração da eficiência alocativa do sistema de preços") coordenados pelo governo. A partir de 1967, contudo,

"o governo Costa e Silva, em seu Programa Estratégico, decidiu-se a situar o gradualismo em termos meramente qualitativos, não especificando qualquer meta de combate à inflação, a não ser a de que a taxa caísse perceptivelmente ano a ano. E o Governo Médici, contentou-se em fixar como objetivo geral da política gradualista, a redução da taxa inflacionária para cerca de 10% anuais em 1974."<sup>492</sup>

Tal inflexão não será gratuita, mas estará vinculada a duas outras "inovações" da política "antiinflacionária" brasileira, que apresentam uma profunda imbricação: a política salarial; e a criação de uma nova moeda de referência que, indexada, balizará os contratos e os recebimentos especificamente capitalistas. Vejamos como Simonsen apresenta estas "inovações" e suas funcionalidades. Segundo este autor:

"A fórmula de política salarial, que hoje é aplicada para os reajustes do salário mínimo, do vencimento do funcionalismo público e para todos os dissídios e negociações coletivas, representou uma das contribuições mais importantes do Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco. O programa reconhecia que numa inflação o segundo ponto interessante dizia respeito à política salarial. O programa reconhecia que numa inflação crônica os salários reais oscilam entre picos e vales, devido à conjugação de altas salariais descontínuas com altas contínuas de preços, e que a meta a ser estabelecida deveria ser a estabilização pela média (mais aumentos vegetativos de produtividade) e não pelos picos. ... A fórmula [definida para os reajustes] já levaria em conta certa previsão de inflação para o futuro. Mas como a inflação prevista seria inferior à registrada no passado recente (já que se estava num processo de estabilização), os reajustamentos normalmente seriam menos do que proporcionais ao aumento do custo de vida desde a última revisão."<sup>493</sup>

492 Ibidem.

493 Ibidem.

Vale dizer, o PAEG reconhece o óbvio: que reajustes anuais de salários, frente a reajustes permanentes de preços, levam à deterioração do poder de compra real dos primeiros. Mas daí não se deriva qualquer conclusão a respeito da necessidade de uma "inflação corretiva" para readequar o poder de compra dos salários, ou, pelo menos, de que se faria necessário redefinir a velocidade de reajustes dos salários. Antes pelo contrário, conclui-se que, diferentemente dos aluguéis, tributos governamentais e do conjunto dos recebimentos vinculados à variação da taxa de câmbio, o "mercado" foi hábil na definição do valor real médio dos recebimentos dos vendedores de força de trabalho. Para que se obtenha o efetivo "congelamento" deste valor médio, os formuladores do PAEG - coerentemente com sua estratégia "gradualista" de combate à inflação (que reconhece a inviabilidade do debelamento imediato desta última) - propõe ainda a incorporação da *metade* da inflação prevista para o ano subsequente<sup>494</sup>.

494 Não deixa de ser interessante observar que, mais de 20 anos depois, no ápice de uma outra crise econômica associada à elevação das taxas de inflação, distintos gestores da política econômica da "Nova República" vão redescobrir os argumentos da "eficácia alocativa do mercado" no que diz respeito à definição dos salários médios reais compatíveis com a estabilidade dos preços. Diferentemente dos economistas do primeiro governo ditatorial, contudo, estes gestores se mostraram muito mais "otimistas" no que diz respeito à possibilidade de debelar a inflação "de um só golpe"; o que tornava "supérflua" qualquer incorporação antecipada de parcela da inflação prevista para o enfrentamento das perdas de poder de compra dos salários ao longo do período subsequente. Entretanto, como, "de golpe em golpe", a inflação persistia e se acelerava, os salários médios caíram de forma persistente; o que levou ao aprofundamento do arrocho a cada novo "pacote antiinflacionário" estruturado sobre princípios teóricos comuns. A concentração de renda derivada dos sucessivos planos econômicos do primeiro governo civil pós-64 foi tão brutal e evidente, que a ministra da Economia do segundo governo da "Nova República" chegou a relacionar entre as vantagens de seu primeiro plano de estabilização (montado com o apoio de técnicos vinculados ao "Partido da Social-Democracia Brasileira", e que seguia, no que diz respeito à viabilidade "técnica" da incorporação aos salários da inflação passada, princípios teóricos similares) o fato hilário de que, agora, o governo não escondia mais que o mesmo embutia perdas para os trabalhadores. Não resta a menor dúvida que a tecno-burocracia da

Ora, evidentemente, esta política de reajustes não apenas deprime o funcionamento da *espiral* salários-preços, mas, na medida em que se subestima a inflação futura, conduz a uma corrosão do poder de compra daqueles primeiros. Mas isto não é tudo: sob condições de cerceamento da liberdade de organização política e sindical dos trabalhadores, tal "política salarial" conduz (em termos kaleckianos) a uma elevação do "grau de monopólio" das firmas, instituindo um mecanismo seguro de elevação das margens de lucro das empresas através do reajuste de seus preços acima da inflação prevista a cada período. Se se tem em vista a estrutura oligopólica dos mercados industriais, e o aprofundamento das barreiras à entrada e das pressões financeiras que se derivam da própria crise (associada ao arrocho creditício a partir de 1966), não será surpresa que o canal aberto institucionalmente para a ampliação das margens de lucro das empresas, através da substancial elevação de seus preços nominais, passe a ser amplamente utilizado. O fato de que tal movimento de arrocho de salários e de redistribuição de renda a favor do capital acabe por reforçar a inflação (que, oficialmente, se quer debelar), é problema de somenos importância. As possibilidades daí derivadas de se reabrir os conflitos distributivos inter-capitalistas serão minimizadas pela outra "novidade" da política econômica da ditadura: a indexação praticamente generalizada dos ganhos de capital<sup>495</sup>. Novamente é Simonsen quem nos "explica" este mecanismo.

ditadura (a despeito de se caracterizar por uma maior circunspeção em suas declarações) conseguiu fazer escola!

495 Evidentemente, a depressão da participação relativa dos salários na renda (que, diga-se de passagem, não se reproduzirá com os *ordenados*), trará consequências negativas sobre a participação nos lucros globais dos capitalistas produtores de bens de consumo para os trabalhadores. Tal fato se refletirá na particular virulência do processo de centralização de capital no departamento industrial produtor de bens salário; o que não deixará de estar vinculado ao fato de que, a despeito do "novo regime" ter por função a rearticulação política das condições



"Até 1964 a inflação brasileira gerou todas as distorções [distributivas] classicamente apontadas nos livros-texto como decorrentes da alta crônica dos preços, .....

A ampla introdução da correção monetária em nossa legislação e a política do realismo cambial (aprimorada a partir de 1968, com o sistema das minidesvalorizações) limpavam, praticamente, todas essas distorções. Os reajustes salariais das diferentes classes se tornaram bem mais homogêneos, com a fórmula do FAEG e suas consequentes alterações. Os serviços de utilidade pública passaram a ser remunerados em função do custo histórico atualizado, isto é, corrigido monetariamente. As exportações passaram a crescer a taxas sem precedentes, e o país conseguiu acumular substancial volume de reservas internacionais com os sucessivos superávits no balanço de pagamentos. A correção monetária restabeleceu o interesse na compra de títulos públicos e privados, na aquisição de imóveis para aluguel, e os financiamentos imobiliários se expandiram muito além das previsões mais audazes, graças ao Sistema Financeiro da Habitação. As empresas já depreciam seus ativos com base nos valores corrigidos monetariamente e calculam a sua manutenção do capital de giro. O imposto de renda praticamente só incide sobre os ganhos reais, não atingindo lucros ilusórios. E atrasar impostos deixou de ser bom negócio, pois o pagamento hoje se efetua com multas e correção monetária."

E, satisfeito, conclui:

"A inflação brasileira parece assim ter atingido o ponto de quase-neutralidade. Os diferentes agentes econômicos perdem alguma renda real entre um reajuste e o seguinte, mas essa perda simplesmente decorre da impossibilidade de se dividir o bolo em partes de soma superior ao todo. Mas já não prevalece o terrível fantasma dos processos inflacionários crônicos - as perdas continuadas a médio e longo prazos. *Diante disso uma corrente respeitável (sic) de economistas admite que uma inflação de 15% ao ano, no atual quadro brasileiro, constitua fenômeno bem menos grave do que uma alta anual de preços de 5 ou 6% num país*

de apropriação das diversas frações do capital, nem todos os setores poderão ser igualmente contemplados na "divisão do bolo". Assim, os blocos mais débeis e tradicionais do capital nacional não poderão deixar de arcar com a maior parte do ônus da "opção histórica" pelo "desenvolvimento associado". Na medida do possível, contudo, buscar-se-á preservar os blocos capitalistas mais "dinâmicos" que atuam neste setor, a partir de estímulos creditícios e subsídios (destinados não apenas à indústria, mas, igualmente, à agricultura) à exportação e à modernização e diversificação produtiva (associada à reorientação para mercados de mais alta renda).

496 SIMONSEN, M.H. Op. cit. pp. 116 e 117.

*despreparado para o convívio com a inflação, isto é, desprovido da correção monetária e da taxa cambial flexível.*"<sup>497</sup>

Sem dúvida alguma, se se tem em vista os "agentes econômicos válidos" na perspectiva dos tecnocratas da ditadura, as conquistas imediatas do programa econômico básico do "novo regime", em termos de poder regulatório sobre a participação relativa dos diversos estratos proprietários sobre o excedente social, são insofismáveis. A pedra de toque deste programa - capaz de tornar a inflação brasileira "quase-neutra" para tais agentes - encontra-se na *sui generis* constituição de um complexo e diferenciado padrão de referência monetária: para os contratos em que os setores proprietários (ou seus representantes) aparecem como credores, adota-se o padrão monetário indexado (embasado na recém criada ORTN, mas que, longe de se restringir a este instrumento, variará, ao longo do tempo, com as conveniências e a expressão política e econômica dos diversos interesses burgueses a serem defendidos); para os contratos em que os credores são os trabalhadores e demais segmentos desapropriados, a moeda válida será aquela que, ou carece de indexação, ou, na melhor das hipóteses, apresenta um padrão de indexação "espúrio", cronicamente incapaz de recompor a totalidade do poder de compra destruído pela inflação persistente. De quebra, a repressão à livre organização sindical dos trabalhadores, a constituição de mecanismos de estímulo à rotatividade no emprego, a adoção de políticas agrícolas e agrárias conducentes ao aprofundamento do exodo rural e à ampliação do exército urbano de reserva, a depressão persistente do salário mínimo legal, e *-last but not least-* o aprofundamento de uma política fiscal e tributária fortemente

497 Idem, p. 118, o grifo é meu.

regressiva, virão a ratificar um movimento persistente de concentração da renda.

Na concepção de Florestan, as pressões que conduzem a este processo de concentração de renda não são "conjunturais" ou "contingentes", mas absolutamente imanentes ao padrão de desenvolvimento capitalista adotado. Em suas palavras:

"O que se pode dizer, de um ponto de vista geral, é que sob o capitalismo monopolista o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e 'envenenado'. Não se voltando contra a dupla articulação, ele mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo que agrava o subdesenvolvimento relativo (malgrado os efeitos de demonstração em contrário). Além disso, como também desencadeia pressões fortes no sentido de crescer aceleradamente com 'recursos internos', infunde novas distorções estruturais e dinâmicas no processo de acumulação capitalista. Isso se revela particularmente grave em duas esferas: 1º) as fortes compressões conjunturais dos salários dos trabalhadores; 2º) desinflatores e outras técnicas de transferência de renda que amparam, sistematicamente, os que podem 'fazer poupança', isto é, todos aqueles que estão fora e acima da economia popular. Em contraste, o pequeno e exclusivo exército dos 'ricos', 'poderosos e modernos' - grupos de rendas altas e muito altas - além de participar direta e desigualmente da prosperidade induzida de fora, encontra novas facilidades de elevação de renda, graças a uma política econômica e financeira delineada para fazer dele um dos eixos dinâmicos da transição. Ele se projeta, assim, naquilo que se poderia descrever como a 'conexão positiva do padrão de desenvolvimento capitalista-monopolista dependente. Forma os estratos dos consumidores dos artigos de luxo e dos médios ou grandes investidores; e encarna os desequilíbrios que esse novo padrão de desenvolvimento introduz em estruturas econômicas, sociais e políticas que pareciam não suportar maiores incrementos das desigualdades de classe, de região ou de raça." 498

Vale dizer: o movimento de concentração de renda ordenado institucionalmente não reflete qualquer "perversidade patológica" dos gestores da política pública, mas, isto sim, pressões estruturais do

padrão compósito de dominação burguesa montado, que deslocam para os setores desapropriados o ônus da reacomodação política e econômica do conjunto dos estratos proprietários.

A outra face desta "reacomodação" (alicerçada na "regulação política permanente das funções alocativas do mercado") vai se definir a partir da capacidade dos sucessivos governos ditatoriais em ampliarem a parcela do excedente total canalizado para o Estado. Seja pela via da recomposição de preços e tarifas dos insumos básicos oferecidos pelo Governo, da indexação (e recrudescimento da fiscalização e cobrança) dos tributos devidos, da ampliação das alíquotas de certos tributos e criação de novas fontes de receita fiscal e parafiscal, ou, simplesmente, da articulação de novas frentes para o financiamento dos déficits governamentais (notadamente os títulos públicos indexados), as disponibilidades financeiras do Estado ampliar-se-ão de forma notável a partir do PAEG. Tal movimento - amplamente solidário a uma profunda reforma do sistema financeiro interno, que se volta ao duplice objetivo de rearticulação das condições de demanda estatal e privada (de investimento e consumo), e da consolidação econômica do capital bancário nacional (a partir da definição de uma "divisão de tarefas" entre este e o capital financeiro internacional) - estará no centro da retomada do crescimento a partir da segunda metade de 1967. A este respeito, Conceição Tavares chega a dizer que

"... o cerne da retomada do desenvolvimento do período 1968/73 reside nas reformas financeiras da gestão Bulhões-Campos. Foram elas que permitiram o autofinanciamento das empresas públicas que passaram a operar com relativa autonomia financeira e de mercado."<sup>499</sup>

Ura, sem dúvida alguma, as reformas fiscais e financeiras dos primeiros anos do governo ditatorial estarão no centro da posterior retomada do crescimento. São elas que permitem a recuperação dos gastos correntes e do investimento estatal, reimpulsionam a demanda por bens de consumo durável, e, a partir da montagem do SFH, permitem o reaquecimento do importante setor da construção civil (que porta notável capacidade de criação de empregos e estimulação da demanda interindustrial). Tendo em vista os elevados índices de capacidade ociosa industrial ao final da crise, e a conjuntura de folga cambial no período, os demais setores produtivos puderam responder rapidamente à demanda crescente articulada pelas pressões "extraordinárias" oriundas da recuperação daqueles primeiros.

Contudo - e por outro lado -, seria um movimento *no mínimo apressado* tentar identificar, na articulação das condições de retomada do crescimento da economia, o "segredo da racionalidade" das reformas fiscais e financeiras projetadas pelo PAEG. Evidentemente não se quer pretender que os formuladores da política econômica do "novo regime" ignorassem totalmente as potencialidades dinâmicas presentes nas reformas introduzidas. Contudo, quer nos parecer que, tendo em vista a própria formação teórica básica dos gestores do novo programa econômico, a leitura de que "*o enfrentamento da tendência à estagnação interna dependeria da rearticulação das condições de gasto do Estado e da montagem institucional de estímulos 'extraordinários' à recuperação do investimento e do gasto privados*" não se encontrava nos horizontes dos mesmos. Diferentemente, o que orienta a ação prática destes gestores são duas outras preocupações: o enfrentamento do déficit público, e -

coerentemente com o que foi considerado acima - a *rearticulação das condições de regulação da distribuição privada do excedente social*. Tal fato se expressará nas próprias características da intervenção governamental ao longo do "milagre". Segundo Maria da Conceição Tavares,

"... foi na manipulação dos fundos de origem fiscal e parafiscal, bem como de recursos oriundos de crédito público através de agências de financiamento estatais, que o governo moldou definitivamente o perfil da economia do 'milagre', dependente de fundos públicos, de favores burocráticos e de crédito. O capitalismo brasileiro, de tradição patrimonial, encontrou um terreno extremamente fértil de desenvolvimento, no qual o Estado autoritário concentra os recursos para depois redistribuí-los discricionariamente, de acordo com o acesso pessoal à intimidade do regime."<sup>500</sup>

No mesmo sentido, Corrêa do Lago nos lembrará que:

"O processo de formação de capital no período 1967-1973 foi significativamente influenciado pela política industrial iniciada em 1964 e coordenada pelo CDI (Comissão e depois Conselho de Desenvolvimento Industrial).

Tal política, entre 1968 e 1973, consistia na concessão bastante indiscriminada de incentivos, na medida em que o CDI aprovava a maioria dos projetos submetidos. 'A consequência mais grave dessa liberalidade foi o atraso da produção interna de bens de capital, com o conseqüente aumento e prolongamento da dependência externa, especialmente quanto à tecnologia.' ... [Ademais, o padrão de integração do CDI] com outras instituições relacionadas com a política industrial ... [denunciava] certa superposição de funções e diferentes critérios de julgamento nos vários órgãos."<sup>501</sup>

Além disso, segundo o mesmo autor:

500 TAVARES, M.C. e ASSIS, J.C. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 30, os grifos são meus.

501 LAGO, L.A.C. "A retomada do crescimento e as distorções do 'milagre': 1967-1973". In: ABREU, M.P. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 242.

"Claramente o novo governo não permitiu a formação de taxas de juros através do livre jogo de mercado. Diante da preocupação de reduzir o nível geral dos custos da economia (sic), parecia justificar-se uma intervenção de caráter duradouro.

As taxas de juros para setores prioritários (agricultura e exportação por exemplo), e especialmente no caso dos empréstimos concedidos por instituições oficiais (notadamente o BNDE e o Banco do Nordeste), foram sempre fixadas em termos nominais durante todo o período, frequentemente abaixo da taxa de inflação, excetuando-se as operações na área habitacional, na qual prevaleceu a correção monetária tanto na captação como na aplicação de recursos." <sup>502</sup>

O detalhamento da política fiscal do período do milagre é igualmente reveladora:

"Foi criado apenas um novo tipo de tributo, o imposto sobre operações financeiras, arrecadado a partir de 1972 e que respondeu, em 1973, por 3,8% da receita. Naquele ano, o imposto federal mais importante foi o IPI, respondendo por 36,2% da receita (sendo quase 1/3 relativo ao fumo), seguido do imposto de renda (IR) com 24,3% (sendo 2,7% relativos a pessoas físicas, 7,7% a pessoas jurídicas e 13% ao IR retido na fonte). O imposto de importação contribuiu com apenas 7,2% da receita, diante das numerosas isenções concedidas às importações de máquinas e equipamentos e o grupo dos impostos unicos respondeu por 13,8% da receita total (Banco Central, Relatório, 1973, p. 132).

Por outro lado, se mantiveram ao longo de todo o período 1967-1973 importantes incentivos fiscais que representavam uma renúncia de arrecadação dos governos federal e estaduais. Somando-se os incentivos fiscais às pessoas jurídicas, às pessoas físicas e os concedidos através do CDI, tem-se um total de Cr\$ 11,4 bilhões em 1973, equivalente a 21,6% da receita efetivamente arrecadada.

Cabe observar que a carga tributária mostrou tendência ascendente no período 1967-73. Com base em dados de contas nacionais não revistos, a média da carga tributária bruta teria passado de 22,4% do PIB em 1965-69 para 24,7% em 1970-73 e os subsídios e transferências teriam totalizado, em média, respectivamente, 7,1% e 8,1% do PIB, resultando uma carga líquida de 15,3% em 1965-69 e de 16,6% em 1970-73.

Quanto às despesas correntes do governo, verificou-se uma redução de sua relação com o PIB, sendo particularmente clara a

502 Idem, p. 256. Não será preciso dizer que a especificidade dos financiamentos habitacionais fazem parte da lógica que orienta a hierarquização das "prioridades" do regime.

queda da participação dos salários e encargos, de 8,3% em 1970 para 7,4% em 1973." 503

Não é necessário um domínio profundo da "triste ciência" para que se extraia o sentido interior dos movimentos descritos acima. A ausência de critérios econômicos rigorosos para a distribuição de incentivos e subsídios, associada à magnitude relativa que os mesmos assumem em um sistema montado sobre uma estrutura tributária fortemente regressiva (sustentada fundamentalmente por impostos indiretos sobre o consumo e por um imposto de renda cujo principal contribuinte é o assalariado), revela a essência da "política econômica" do período: a transformação do Estado em uma enorme (e parcialmente descontrolada) máquina de concentração e redistribuição de renda em prol das distintas frações do capital representadas no interior do sistema de poder.

A apreensão deste fato é, contudo, insuficiente para que se tenha um quadro mais amplo da complexa realidade política e econômica que caracteriza a autocracia burguesa sob o capitalismo monopolista dependente. Não serão pequenos os círculos intelectuais onde as descobertas da fragilidade estrutural do "projeto de desenvolvimento" da tecnocracia ditatorial, e das redes (em grande parte "subterrâneas") de transferência e redistribuição de recursos públicos (que envolvem uma verdadeira privatização do Estado), levam a um tipo de crítica "moralista" e "simplória" da ditadura. Tais críticas - quando bem intencionadas - são no mínimo ingênuas (para não dizer "puritanas" e "tipicamente pequeno-burguesas"), e se expressam, fundamentalmente, na recorrência das denúncias de "corrupção" e "incapacidade técnica" dos gestores do (sagrado) dinheiro público. O que estes críticos de espírito



iluminista (tantas vezes ansiosos para mostrarem sua própria "probidade" e "competência" aos donos do poder) esquecem, é que não existe "moralidade em abstrato", e que a "moralidade possível" sob certas condições sociais é absolutamente incompatível com os valores subjacentes ao (pretensamente ahistórico) "imperativo categórico" kantiano. Particularmente no caso brasileiro, há que se considerar que as condições responsáveis, não apenas pela *persistência e aprofundamento* da aliança estratégica do conjunto dos estratos proprietários, mas pela *institucionalização política* (e, por esta via, pelo relativo *enrígimento*) do padrão de solidariedade da classe dominante, comprometem a ação do Estado com o atendimento de um conjunto contraditório de reivindicações *que são inconciliáveis com os princípios democrático-burgueses de "probidade" e "eficiência administrativa"*. Afinal,

"... o modelo típico de *Estado capitalista moderno*, na forma em que pode surgir na periferia, quando o capitalismo dependente e a sociedade de classes correspondente atingem a fase de industrialização intensiva e de transição para o capitalismo monopolista, ... [é a de] um Estado nacional complexo e heterogêneo, que contém várias camadas históricas, como se refletisse os pontos extremos, de partida e de chegada, das transformações por que passou, originariamente, o Estado capitalista nas sociedades hegemônicas e centrais. Ele combina estruturas e dinamismos (funcionais e históricos) extremamente contraditórios, aliás de acordo com a própria situação histórica das burguesias dependentes e com a organização da sociedade de classes sob o capitalismo dependente, também extremamente contraditórias. O fundamento dessa complicação e complexidade especiais é conhecido e já foi apontado: as classes burguesas têm de afirmar-se, autoprotoger-se e privilegiar-se através de duas séries de antagonismos distintos: os que se voltam contra as classes operárias e as classes destituídas (que se poderiam considerar como o 'inimigo principal'); e os que atingem as burguesias e os focos de poder das sociedades capitalistas hegemônicas e do sistema capitalista mundial (que se poderia entender como o 'aliado principal')." 504

Ora, mas se a crítica "iluminista" da "política econômica" do Estado autocrático burguês não consegue apreender as determinações histórico-estruturais daquela, ela não deixará de ser uma manifestação ideológica das contradições que minam o "novo regime" (e o "projeto" de desenvolvimento capitalista que ele representa) desde dentro. Vejamos porque.

No centro das contradições acima referidas, se encontra a impossibilidade do Estado autocrático em *estabilizar* efetivamente a estrutura distributiva interburguesa no interior de uma economia que, por força do próprio movimento de reprodução do capital, não cessa de se transformar. Particularmente relevante, no interior deste quadro, será a inviabilidade de se estruturar uma *defesa efetiva e persistente* das condições de apropriação do excedente (e, portanto, de competitividade e acumulação) dos setores proprietários nacionais (e, em particular, de suas frações burguesas), *vis-à-vis* os setores internacionalizados. Em última instância, o fundamento desta impossibilidade se encontra no fato de que, ainda que formalmente "nacional", o Estado autocrático-burguês que se articula sob a égide do desenvolvimento do capitalismo monopolista na periferia é, *desde sua gênese*, tributário do apoio e da sustentação política dos blocos internacionalizados de capital e dos Estados-nacionais hegemônicos e centrais. Tal fato não implica em que os Estados-nacionais periféricos não contem com *qualquer* autonomia; mas implica em que esta autonomia se restrinja àqueles pontos que não colidem frontalmente com os interesses estratégicos do imperialismo. Em termos mais objetivos, estas restrições se manifestam no fato de que, "toleráveis" os esforços para a sustentação política das condições de apropriação dos setores proprietários nacionais, *estes esforços devem se*

realizar sem que se circunscreva a liberdade de entrada e atuação dos blocos monopolistas internacionalizados nos espaços privilegiados de valorização capitalista e apropriação de excedente. Vale dizer, o privilegiamento dos setores nacionais deve se dar às custas dos demais setores sociais internos, e não dos próprios setores monopólicos internacionalizados.

Ora, se se tem em vista as disparidades quase incomensuráveis de poder financeiro-competitivo dos blocos internacionalizados, frente aos débeis grupos e "conglomerados" capitalistas nacionais, e os profundos limites de apropriação e redistribuição do Estado (circunscrito pela própria aliança política interna com os setores tradicionais e "oligárquicos", e pela limitada "produtividade" econômica do processo de aprofundamento da "desapropriação dos desapropriados" nas condições históricas de distribuição de renda e riqueza no Brasil), torna-se clara a tendência de avanço da participação relativa dos setores "externos" sobre o excedente social produzido internamente. O ponto central deste movimento, contudo, não se encontra em suas consequências sobre a distribuição interburguesa da "renda", mas naquilo que o mesmo significa para a inviabilização da internalização efetiva de estruturas produtivas e financeiras capitalistas mais avançadas, responsáveis pela impulsão e autonomização real do processo de acumulação de capital. Em outras palavras: na medida em que os interesses econômicos estratégicos dos blocos multinacionais apontam, simultaneamente, para a não internalização de certas estruturas produtivas e financeiras básicas, e para a abertura do mercado periférico para as "mercadorias" particulares produzidas pelas mesmas, os movimentos de resistência internos a este processo (quando emergem) acabam por ser debelados pelas próprias

carências políticas e econômicas do capital privado nacional e de seu Estado para levá-los a cabo. Não gratuitamente, este será o resultado das tentativas da gestão Campos-Bulhões (francamente apoiadas pelos tecnocratas responsáveis pela administração do "milagre" e de seus resultados econômicos) de articularem o "embrião" de um capital financeiro privado nacional. Tais esforços foram corroidos antes pela fragilidade congênita do capital industrial interno (que teria de responder, através da abertura de seu capital, pela sustentação patrimonial dos novos circuitos de financiamento e valorização), do que, propriamente, pelas (indubitavelmente intensas, mas redundantes) pressões externas para a incorporação do espaço econômico nacional ao mercado financeiro internacional privado. Qualquer tentativa consistente de enfrentamento das debilidades competitivas estruturais do capital industrial nacional, por outro lado, envolveria todo um outro projeto de desenvolvimento capitalista que, necessariamente, conflitaria com as bases políticas e sociais de sustentação do Estado autocrático montado a partir de 64. Assim, Florestan apontava, já em 1973, quando da redação de *A revolução burguesa no Brasil*, que

"nas condições em que está se dando, a transição para o capitalismo monopolista impõe tendências de concentração social da riqueza que não podem ser nem transitórias nem atenuadas com o tempo. ... [Essas] tendências irão persistir, contribuindo para preservar e até agravar os fatores internos que tornam a articulação de economias desiguais, a partir de dentro, uma realidade inelutável. É previsível que aí esteja o fundamento estrutural e dinâmico para que as grandes corporações (estatais, nacionais ou estrangeiras), os 'impérios econômicos' e as metrópoles se transformem em formidáveis núcleos de satelitização de grandes, pequenas e médias cidades e do campo, ou, em outras palavras, do resto da economia e da sociedade brasileira. Do mesmo modo, nas condições em que se está dando, a transição para o capitalismo monopolista não pode concorrer para a autonomização do desenvolvimento capitalista. Ela captura tudo - o mercado interno, o vasto sistema de produção capitalista em expansão, o comércio internacional de matérias primas e utilidades extraídas ou produzidas no Brasil, parcelas do excedente econômico geradas

internamente - para os dinamismos e os controles econômicos das economias centrais e do mercado capitalista mundial. Por isso, o que se pensa ser o momento de predominância estrangeira não poderá ser eliminado ou atenuado no futuro (próximo ou remoto). Mais que sob o capitalismo competitivo, a drenagem agora se faz sob a estratégia da bola de neve: ela se acelera, se avoluma e se intensifica à medida que o desenvolvimento capitalista interno se acelera, se avoluma e se intensifica. Nesse sentido, até as atividades econômicas diretas do Estado nacional são satelitizadas, pois são absorvidas pela estratégia externa de incorporação e por seus desdobramentos internos. E a iniciativa privada interna, em qualquer proporção significativa, da agricultura, da criação, da mineração, ao comércio interno e externo, à produção industrial, aos bancos e aos serviços, terá de crescer sob o influxo dos dinamismos e dos controles manipulados, direta ou indiretamente, a partir do desenvolvimento das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial. Chegou-se, pois, a um ponto em que a articulação no plano internacional tende a esgotar todos os limites. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total." 505

Ora, mantida e aprofundada a dependência externa (com todas as suas consequências em termos de exportação de rendimentos e estímulos dinâmicos retroalimentadores da continuidade do crescimento econômico), e ~~limitadas congenitamente as possibilidades de reestruturação e~~ regulação estatal da economia, nada mais natural que os fortes impulsos à reversão cíclica e à estagnação econômica que caracterizam o capitalismo monopolista (e que já haviam se manifestado na inflexão crítica de meados da década passada) se fizessem sentir rapidamente. As dificuldades postas ao enfrentamento deste novo movimento crítico (que não será objeto de apreciação sistemática por Florestan em *A revolução burguesa no Brasil* na medida mesmo em que este se inaugura no ano seguinte à conclusão da obra) serão, contudo, maiores, em função das consequências dinâmicas perversas associadas ao *enrígescimento* da ordem competitiva que resulta da equação política montada. Afinal, a

) 505 Idem, pp. 274 e 275.

"... modalidade de aglutinação mecânica da solidariedade de classe burguesa atua como uma fonte de inibições quanto às possibilidades de diferenciação, intensificação e autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista interno. Por paradoxal que pareça, certos imperativos universais desse padrão de dominação burguesa compelem as classes burguesas a se omitirem ou, mesmo, a se anularem diante de certas tarefas práticas especificamente burguesas, as quais alargariam a amplitude da revolução nacional em processo e o sentido da própria transformação capitalista. Essa omissão e neutralização das potencialidades criadoras intrínsecas das classes burguesas provocam consequências extremamente nocivas. A dupla articulação faz com que vários focos de desenvolvimento econômico pré ou sub-capitalistas mantenham, indefinidamente, estruturas sócio-econômicas e políticas arcaicas ou semi-arcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarianização do trabalhador, à expansão do mercado interno, etc. Ela também faz com que a especulação se desenrole num contexto que é antes quase colonial que puramente capitalista em todas as esferas da vida econômica (embora com predomínio do setor industrial e financeiros; e do capitalismo urbano-industrial sobre o capitalismo agrário). Ela impede, também, que as estruturas econômicas efetivamente modernas ou modernizadas fiquem expostas a controle societário eficiente, permitindo que a eclosão industrial continue largamente submetida ao velho modelo dos ciclos econômicos, tão destrutivo para o desenvolvimento orgânico de uma economia capitalista integrada a escala nacional."\*\*\*

De fato, ao aprofundamento da oligopolização dos mercados industriais e da concentração da renda que se derivam do avanço da ordem monopolista (com seus efeitos deletérios sobre a equação multiplicador-acelerador da economia), se somará um enrigecimento institucional da concorrência (associado ao desenvolvimento dos padrões tipicamente especulativos de valorização), que funcionará como barreira à articulação de novos estímulos "extraordinários" à acumulação produtiva de capital. Vale dizer: o próprio quadro político e institucional e o padrão "neo-mercantilista" da "política econômica" da ditadura passarão a funcionar como obstáculos à articulação de uma nova fase expansiva para a economia. Isto não impedirá, contudo, que o conflito distributivo inter-burguês se acirre. Antes pelo contrário, ele se aprofunda com a

reversão cíclica, reabrindo a crise da (estruturalmente frágil) solidariedade da classe dominante. Em uma análise prospectiva, Florestan dirá que, assim,

"... as cissuras no tope tendem a tornar-se mais sérias e graves ... [Elas] já não podem ser superadas tão facilmente, através de uma simples 'articulação mecânica' de interesses econômicos, sociais e políticos em conflito, no seio das classes dominantes e de seus associados externos. ... [Afinal], a visibilidade dos interesses externos e da dominação externa não pode mais ser encoberta sob o manto da 'iniciativa privada' que opera a partir de dentro, na era do capitalismo monopolista e do imperialismo total. A incorporação da periferia às economias capitalistas centrais, às nações capitalistas hegemônicas e às estruturas capitalistas internacionais de poder aparece nua e cruamente como ela é, sem que o 'monolitismo' do poder burguês periférico possa dissimular a natureza e as conseqüências do processo."<sup>507</sup>

A incapacidade do Estado em administrar estes conflitos - cuja manifestação imediata será dada pelo próprio recrudescimento do processo inflacionário e dos problemas associados ao crescimento da "dívida externa" - a partir dos instrumentos tradicionais de "redistribuição política" dos (congenitamente insuficientes) recursos "públicos", levará a dois movimentos: o acirramento da especulação financeira e dos canais de valorização fictícia do capital; e a re-hierarquização das "prioridades" governamentais, associada à redefinição dos grupos e estratos proprietários privilegiados na distribuição das benesses do poder. O folêgo curto destas iniciativas - inócuas para o enfrentamento dos problemas de fundo que alimentam a própria crise -, acabarão por acirrar e evidenciar as conseqüências inexoráveis do padrão político montado: "a corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder"<sup>508</sup>. Afinal, em um sistema que não se submete a controles societários amplos,

507 Idem, pp. 286 e 287.

508 Idem, p. 358.

e em que a eleição das "prioridades" governamentais segue determinações tão complexas quanto contraditórias, é natural que, em condições de crise financeira do Estado, sejam borradas definitivamente as fronteiras entre a defesa cartorial de certos grupos e frações da classe dominante, e a apropriação pura e simples de verbas públicas por parte dos "amigos do rei".

Este processo, por sua vez, fornecerá as bases objetivas para a recuperação da "cantilena iluminista" assentada sobre as críticas à "corrupção" e à "inépcia governamental". Por trás da "descoberta" (para muitos, marcadamente tardia) do "segredo" do regime, encontra-se o engurgitamento dos grupos "desprivilegiados" no interior do sistema. Seu crescimento é imanente à lógica de reprodução e desenvolvimento do capitalismo monopolista (particularmente sob a forma que este assume na periferia), incorporando, necessariamente, os estratos economicamente mais frágeis e politicamente débeis dos segmentos proprietários responsáveis pela articulação do regime autocrático em sua gênese.

O desenvolvimento da crítica de conteúdo "iluminista" à ditadura, não se apoiará, contudo, apenas naqueles estratos que perdem os seus privilégios com o desenvolvimento contraditório da ordem política e econômica. Dois outros grupos sociais, farão eco a estes reclamos, radicalizando-os em uma perspectiva efetivamente democrática, ainda que limitada: a "nova classe média" e as novas frações do operariado urbano que não cessam de crescer sob o impulso da superação do capitalismo competitivo dependente. Já em 1973, Florestan analisava estes fenômenos afirmando:



"Até o presente, a classe média tem crescido graças à transferência de elementos que pertenciam (ou pertenceram) às famílias tradicionais e às classes possuidoras ou pretendiam imitá-las. Elas se originavam dos estamentos altos e intermediários (quase sempre, nesse caso, em decadência); ou dos setores que buscavam classificação no 'tope' da sociedade (quase sempre, neste caso, elementos extraídos das correntes migratórias, mas econômica, cultural, social e politicamente identificados com as classes altas e com seus móveis de dominação social). Esse ciclo está se encerrando às nossas vistas. O patamar atual de seleção de candidatos à mobilidade econômica, social e política inclui uma forte massa de elementos genuinamente pobres, com frequência de origem operária e socializados previamente para viver como operários (o que significa que muitos deles estão aptos para submeter a ideologia de ascensão social a uma crítica severa, o que lhes faculta a capacidade de defenderem-se do 'ópio conservantista' que ela contém). Aí se acha, pois, um mecanismo ... [capaz de engendrar] impulsos de transformação da ordem 'de baixo para cima', que nunca existiram no passado, pelo menos com a universalidade e a intensidade que tenderão a adquirir, na medida em que se manifestarem como uma nova rotina, o que sucederá no futuro próximo."<sup>509</sup>

Como se isto não bastasse,

"... o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político dentro da sociedade brasileira. Pode-se dizer que é um começo e que tal evolução sequer serve para contrabalançar os efeitos ultra-elitistas das transformações ocorridas ao nível das classes possuidoras. No entanto, esse é um fato central, que muda, de um golpe, o panorama atual e o futuro da sociedade brasileira. Ao consolidar e ao dar novos rumos à industrialização, o novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não a burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários."<sup>510</sup>

Tais movimentos levam, inexoravelmente, a um reforço da oposição de cunho "democrático-burguesa" ao Estado autocrático e ao arranjo societário que este representa e busca salvar da deterioração iminente.

Segundo Florestan,

509 Idem, p. 284.

510 Idem, p. 279.

"Ainda que isso possa parecer muito pouco, especialmente da perspectiva do socialismo revolucionário, em termos de mudança qualitativa das potencialidades de organização e de atuação da classe operária representa muito. Pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas do desenvolvimento capitalista. E pela primeira vez poderão fazer pressões para que o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas necessidades, aos seus interesses e às suas aspirações como e enquanto classe. Essa é a única via pela qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir algumas facetas *nacionais* e *democráticas*, o que não aconteceu até agora, porque a dominação burguesa se impôs sem qualquer contestação efetiva, válida, capaz de produzir efeitos positivos visíveis em concessões ou em arranjos em que ficasse patente o 'temor' diante da *presença operária*. Se isso fará com que as massas operárias, rurais e urbanas se identifiquem com o capitalismo, como acreditam alguns, ou que lutem decididamente contra ele, como pensam outros, só a história poderá decidir."<sup>511</sup>

Em suma, a despeito das intenções e das gestões dos articuladores do modelo autocrático de dominação burguesa periférica, o avanço do capitalismo monopolista impõe suas contradições e seu próprio tempo histórico, criando os "homens" e as "idéias" responsáveis pelo enfrentamento sistemático da ordem instituída. No centro deste processo, as dissensões inevitáveis no interior da compósita articulação dominante, e a emergência e consolidação de novos agentes sociais, a partir do avanço e da crise do padrão monopolista de acumulação de capital. Nenhum equívoco poderia ser maior do que o de subestimar a novidade deste fenômeno e a profundidade da ruptura que ele representa. A crise do poder burguês, que se institui *como derivação mesmo da experiência autocrática*, não pode ser assimilada àquela que gerou esta mesma experiência: não só sua profundidade, como sua fecundidade potencial é muito maior.

511 Idem, p. 281.

Por outro lado, tampouco é possível superestimar as possibilidades do momento. Os limites que se impõem à articulação de uma sólida oposição burguesa às determinações estruturais da nova crise são limites demasiadamente profundos. Eles estão vinculados à própria condição de classe destes agentes, e à fragilidade econômica inquestionável dos mesmos, que cerceia toda e qualquer possibilidade da montagem e sustentação de um outro projeto social capaz de contemplar efetivamente os interesses e reivindicações do cada vez mais exigente "inimigo principal".

E, no outro extremo social do "novo bloco oposicionista", há que se considerar as consequências históricas necessárias de um processo secular e particularmente brutal de desapropriação material, política e cultural que pesa sobre os ombros da classe trabalhadora deste país. As dificuldades que a autocracia persistente (aberta ou disfarçada) coloca para a própria "acumulação de uma memória" por parte dos segmentos operários - de suas vitórias e derrotas passadas, de seus acertos e equívocos, do desenvolvimento da luta de classes a nível interno ou internacional - não pode ser descartada sob pena de se perder a própria possibilidade de uma análise objetiva dos processos em curso, levando a um ufanismo ou a um criticismo extemporâneo e inconsequente. As possibilidades de que, a partir deste quadro, a oposição operária caia em um "neo-corporativismo sindicalista" incapaz de transcender aos limites da anacrônica crítica "iluminista" e "pequeno burguesa" da ordem instituída, existem e estão postas. Por outro lado, pretender que a classe trabalhadora pudesse superar de um golpe todos os limites impostos por séculos de escravismo e autocracia burguesa, é, no mínimo, uma exigência idealista.

O que importa efetivamente entender é que, como a própria "crise", o conjunto das possibilidades abertas a história futura, nunca foi tão amplo como hoje. O ciclo da "revolução burguesa no Brasil" - sob a forma especificamente contra-revolucionária pela qual se desenvolveu até hoje - se encontra definitivamente encerrado. O que nos aguarda a partir de agora, só o desenvolvimento da luta de classes nos dirá.

## CONCLUSÃO

Seja por determinações que emanam diretamente das peculiaridades de esse objeto - que envolve não apenas o resgate, mas a interpretação e a avaliação crítica da produção de um dado autor -, seja pelo método positivo que adotamos - marcado por uma opção ("didática") em separar (essencialmente inseparáveis) discussões "teórico-metodológicas" e "propriamente históricas" -, tornou-se impositiva uma persistente "emergência" de certas questões (e de suas respostas) ao longo de todo este trabalho. Por isto mesmo, não seria justo para com aqueles leitores que acompanharam de forma atenta os desenvolvimentos de nossa dissertação, pretender recuperar nesta "Conclusão" o conjunto dos resultados a que chegamos. Por outro lado, nada poderia ser mais ocioso do que utilizar este espaço para a mera reafirmação da importância e atualidade teórica e política da obra historiográfica de Florestan Fernandes. E isto não apenas porque a defesa deste ponto de vista foi feita ao longo de todo este trabalho: a comprovação objetiva deste fato os é oferecida cotidianamente nas críticas e aplausos que sua obra e sua atuação política não cessam de galvanizar.

Mas - se tanto a recuperação sistemática do conjunto dos resultados quanto a reafirmação da relevância da obra de Florestan são ociosas -, aqui não emerge a "conclusão" de que não haja o que "concluir". Em primeiro lugar, cabe explicitar uma característica da produção teórica de Florestan que se tornou manifesta ao longo de cada capítulo desta dissertação: sua "inobviedade". De fato, mais do que "rica", "complexa", "original" e "fecunda" (como, certamente, prefeririam caracterizá-la seus admiradores mais fervorosos), ou "hermética", "ecclética" e

"confusa" (como a vêem seus críticos mais acerbos). a obra de Florestan é marcada pelo fato de não se oferecer facilmente à apreensão. E isto não propriamente porque - como se costuma dizer - este autor tenha um apego ao "rigor conceitual e metodológico" capaz de afastar de seus textos os "não-iniciados" na ampla, densa e polêmica produção sociológica e historiográfica. Mais importante ainda do que isto, é o fato de que Florestan se apropria de uma forma particularmente dinâmica e audaciosa dos instrumentais teóricos disponíveis dentro da sociologia e do marxismo, recriando-os e redefinindo-os em função das imposições que, emergindo da própria realidade, refletem-se na qualidade de sua prática teórica. Sem a mínima complacência intelectual para com seus leitores, se apossa das categorias básicas da "sociologia acadêmica" para enfrentar, de uma perspectiva rigorosamente *materialista*, o peculiar processo *histórico* de desenvolvimento capitalista brasileiro; manipula e articula desenvolvimentos formalmente antagônicos da historiografia nacional, em aberto desrespeito às intenções "dogmáticas" de seus formuladores originais; reconhece a "modernidade" e o "sentido capitalista" do empreendimento colonial, e retira deste reconhecimento os instrumentos para mostrar que a ordem econômica e social interna é o reflexo *invertido* dos desenvolvimentos que lhe dão origem; caracteriza o processo de transição brasileira para o capitalismo como revolucionário para afirmar que sua peculiaridade se encontra em sua *forma especificamente contra-revolucionária*; faz a defesa da "teoria da dependência" ao mesmo tempo em que recusa a contraposição e distinção simplória entre impulsões "endógenas" e "exógenas" e reconhece - a partir da "internalização dos interesses externos" - a insofismável primazia da luta de classes entre trabalhadores e capitalistas na determinação das trajetórias históricas da periferia; admite a

prevalência absoluta da relação social escravista na determinação da estrutura e da dinâmica econômica e social do pré-capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que identifica três "eras históricas" distintas - a colonial, a neocolonial e a capitalista dependente - ao longo do período de vigência desta relação social de produção internamente; resgata o sentido expropriativo e circunscritivo do antigo sistema colonial, para demonstrar a existência de uma peculiar dinâmica social no período que se impõe a partir de impulsões "endogeneizadas"; extrai da plena consolidação do poder social e político do senhorio na era neocolonial as determinações da aceleração da crise da ordem escravista e pré-capitalista; identifica a unidade de interesses entre segmentos burgueses e "oligárquicos" internos como absolutamente orgânica (fazendo a crítica das teses que identificam em 30 um marco histórico disruptivo fundamental), ao mesmo tempo em que explora o caráter contraditório, tenso e revolucionário do avanço da acumulação de capital ao longo da etapa competitiva de nosso capitalismo dependente; e, finalmente, extrai das impositivas contradições e circunscrições dinâmicas inerentes à forma de implantação do capitalismo monopolista na periferia, a conclusão de que as trajetórias históricas potenciais jamais estiveram tão "abertas" no Brasil, não havendo qualquer "inexorabilidade" no sentido do "aprofundamento da própria dependência e da crise" ou no sentido do "socialismo". Em suma: Florestan não teme a contradição, não foge da mesma, não a esconde; ao contrário, busca explicitá-la e fazê-la "explodir", para resgatar de seu desenvolvimento o segredo do movimento da sociedade.

Ora, mas se isto é verdade, porque não caracterizarmos imediatamente o pensamento deste autor como "dialético", ao invés de

apelarmos para o neologismo "inóbvio"? Simplesmente porque a *forma* que Florestan adota para a exposição de seu pensamento não é ela mesma, *imediatamente*, "dialética". Homem de seu tempo e polemista incansável, Florestan opta por se apresentar antes como "sociólogo", como "acadêmico rigoroso", como "dependentista", como "defensor 'dogmático' da tese da 'revolução burguesa no Brasil'", do que propriamente como "materialista dialético", como "marxista", como "cientista da história". Não é preciso dizer que esta opção cobra o seu preço. Ainda que meramente "aparencial", a subordinação aos cânones expositivos do racionalismo pre-dialético impõe a recusa à explicitação *imediatamente* das contradições sociais reais que se busca apreender. E a explicitação "tardia" das mesmas, no corpo de uma obra que se apresenta como "formalista" e "rigorosa", e uma base mais do que sólida para o desenvolvimento de interpretações truncadas e críticas fáceis (dirigidas à "confusão" e à "inconsistência lógica" dos argumentos do autor). Mas isto não é tudo: a auto-circunscrição à condição de sociólogo também funciona como um véu obscurecedor da perspectiva essencialmente totalizante que informa e conforma a leitura de Florestan. Os prejuízos que advêm desta auto-circunscrição não se limitam à perda de compreensibilidade e de fecundidade política de sua obra. Mais importante do que isto é o fato de que o "véu sociológico" não pode ser interpretado como um "acidente", um "aspecto não essencial" na caracterização da mesma. Ele vai penetrá-la através da constituição de um perceptível desequilíbrio no grau de determinação daqueles desenvolvimentos "especificamente sociológicos" vis-a-vis todos os demais.

Em suma, Florestan trabalha na perspectiva da totalidade e da lógica da contradição e, portanto, na perspectiva da dialética. Mas



prefere apresentar seu pensamento sob uma forma *não-específica* em *uma dialética*. Isto cria uma contradição entre a *aparência* e o *conteúdo interior* das formulações de Florestan que constitui uma determinação absolutamente essencial de sua obra: ela não é o que parece ser, ela é "inóbvvia". A centralidade desta característica da obra de Florestan se encontra no fato de que ela sintetiza (e, uma vez revelada, nos permite apreender) seu maior defeito e sua maior qualidade. Do nosso ponto de vista, seu defeito fundamental se encontra nas dificuldades que a contradição entre forma exterior e conteúdo interior impõem àqueles que buscam tomá-la como referência para a reflexão da sociedade brasileira contemporânea. Por outro lado, sua maior qualidade se encontra na recusa ao dogmatismo metafísico e na incorporação efetiva da perspectiva dialética como a única a dar conta do tratamento teórico da história em sua complexidade e contraditoriedade iminentes.

---

Não será preciso dizer que todo o nosso esforço ao longo deste trabalho se voltou para o resgate e explicitação do *conteúdo interior* da obra historiográfica de Florestan Fernandes e, como tal, para a retirada da sufocante "mascara" que lhe imprime as feições de uma obra "formalista" e "sociológica". Não fizemos isto desinteressadamente, por pura admiração à produção teórica deste autor. Fizemo-lo por entendermos que a interlocução com o pensamento de Florestan colôca-se hoje como uma necessidade impositiva para todo aquele cientista social que busca refletir sobre as circunscricões sociais-materiais que vêm se impondo de forma crescente à sustentação do desenvolvimento capitalista brasileiro e latino-americano. E é no sentido de contribuir para esta interlocução que esta dissertação se coloca: ela não passa de uma tentativa de abrir uma nova porta de acesso ao pensamento de Florestan Fernandes, uma porta

capaz de conduzir com maior rapidez e segurança ao núcleo rigorosamente materialista e dialético das reflexões deste autor.

Posto isto, cabe uma última consideração: independentemente da avaliação que este trabalho venha a obter por parte de eventuais leitores interessados na produção teórica de Florestan Fernandes, estamos absolutamente conscientes de que, na melhor das hipóteses, ele não passa de um ponto de partida alternativo para o enfrentamento da tarefa realmente importante: o resgate efetivo, vale dizer, a *superação*, da obra deste autor. Como bem o sabe Florestan, a maior homenagem que se pode render a uma obra é a afirmação concreta de sua relevância a partir da apropriação dialética da mesma. É através de sua crítica persistente, do enfrentamento de seus "espaços vazios", de sua "redeterminação", que podemos transformá-la em um instrumento real ("material") de apreensão e *domínio* da história. Quer nos parecer que, em função de sua própria riqueza e capacidade explicativa, esta é a tarefa efetivamente urgente no que diz respeito a obra de Florestan Fernandes.

## BIBLIOGRAFIA

### I. OBRAS DE FLORESTAN FERNANDES E SOBRE ESTE AUTOR

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "A construção da sociologia acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista". São Paulo: IDESP (mimeo), s.d.
- D'INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: UNESP, 1987.
- CHASIN, J. et alli. "Florestan Fernandes: a pessoa e o político". In: *Ensaio*. São Paulo: Editora e Livraria Escrita Ltda. Ano IV, no 8, jan. de 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Elementos de Sociologia Teórica*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1970.
- *Comunidade e Sociedade: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- *Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- *A inserção do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Atica, 1978.
- *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- *Fundamentos Empíricos de Explicação Sociológica*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980..
- *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- *Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- (org.), *Lenin: política*. São Paulo, Atica, 1978.  
(Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- *A Ditadura em Questão*. São Paulo: T.A. Queiroz,  
1982.
- *O que é Revolução?*. São Paulo: Brasiliense/Abril  
Cultural, 1984.
- (org.) *K. Marx, F. Engels: história*. São Paulo:  
Atica, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- *Nova República?*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- *Que Tipo de República?*. São Paulo: Brasiliense,  
1986.
- IANNI, Otávio (org). *Florestan Fernandes: sociologia*. São Paulo: Atica,  
1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- NOGUEIRA, Oracy. "A Sociologia no Brasil". In: FERRI, M.G. e MOTOYAMA,  
S. (orgs) *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU - EDUSP,  
1981.

## II. BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA TEÓRICA GERAL

- ASTON, T. (org). *Crisis in Europe 1560-1560*. Londres: Routledge &  
Kegan, 1965.
- BAKAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril  
Cultural, 1984.
- BARAN, P. e SWEETZ, P. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem  
econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BLOCK, F.L. *Los orígenes del desorden económico internacional*. Mexico:  
Fondo de Cultura Económica, 1980.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de  
Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CARDOSO, M.L. *A periodização e a ciência da história*. Rio de Janeiro:  
EIAF, 1977 (mimeo).
- CARDOSO, C.F. e BRIGNOLI, H.P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro:  
Graal, 1983.
- COELHO, E.P. (org). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. São  
Paulo: Martins Fontes, s.d.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

- DURKHEIM, Emile. *Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)
- FAUSTO, Ruy. *Marx - lógica e política* (Tomo I). São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FRANK, A.G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Signos, 1970.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas)
- GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia?*. São Paulo: Difel, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *El "Risorgimento"*. Buenos Aires: Granica Editor S.A., 1977.
- *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HEGEL, G.W. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
- *Princípios da filosofia do direito*. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.
- HILTON, Rodney (org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOBBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- (org). *História do marxismo, III: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- (org). *História do marxismo, V: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- KEMP, T. *La revolución industrial en la Europa del siglo XIX*. Madrid: Editorial Fontanella, s.d.
- KEYNES, J.M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- LENIN, V.I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- LUKACS, Georg. *Historia e Consciência de Classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *Acerca del Colonialismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1981.
- *Para a Critica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- *O capital: critica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983-1985. (Os Economistas).
- *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- *A Burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.
- *Diferenças entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global Editora, s.d.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A revolução espanhola: artigos e crônicas, 1854-1873*. Rio de Janeiro: Editora Leitura S.A., 1966.
- *A Ideologia Alemã: Feuerbach*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s.d.
- MILLS, C.W. (org.). *Os Marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MILLS, C.W e GERTH, H.H. (orgs). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- MOORE JR., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1967.
- *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NETTO, Jose Paulo (org). *Georg Lukacs: sociologia*. São Paulo: Atica, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

- OLIVEIRA, Carlos A.B. de. *Considerações sobre a Formação do Capitalismo*. Campinas: UNICAMP (mimeo), 1976.
- PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, (Os Economistas).
- PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. Lisboa: Moraes Editores, 1981.
- (org). *Epistemologia de las ciencias humanas*. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1972.
- PINSKY, Jaime (org). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RICHARDSON, Robert. *The debate on the english revolution*. Londres: Methuen, 1977.
- RODRIGUES, J. A. (org). *Emile Durkheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- ROLFE, S. e BURTLE, J. *O sistema monetário mundial: uma reinterpretação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- STEINDL, Josef. *Maturidade e estagnação do capitalismo americano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- TARGA, L.R.F. *Ensaio sobre a totalidade econômica*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TROTSKI, Leon. 1905. *Resultados y perspectivas*. Paris: Ruedo Iberico, 1971.
- *A revolução permanente*. São Paulo : Kairós, 1985.
- VERNON, Raymond. "Investimento externo e comércio internacional no ciclo do produto". In: SAVASINI, J. A. et alli (orgs.). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

## III) BIBLIOGRAFIA SOBRE O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

- ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ALBUQUERQUE, J.C.A e BARBOSA, F.A. "Brasil - História: Segundo Reinado (Regência, 1831 - 1840)". In: *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. 1987.
- ALMEIDA, Aluisio de. *Vida e morte do tropeiro*, São Paulo: Martins Ed., 1971.
- ARRUDA, J.J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.
- AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.
- BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pinneira, 1973.
- BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (orgs). *Desenvolvimento capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise (Volume I)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ~~BOXER, C.R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.~~
- CALOGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império (III): da regência à queda de Rosas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- CANABRAVA, Alice P. *O desenvolvimento do algodão na província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: FEA/USP (mimeo), 1951.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- CARDOSO, C.F. e BRIGNOLI, H.P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Condições sociais da industrialização de São Paulo". In: *Revista Brasiliense*, nº 28, mar/abr, São Paulo: Brasiliense, 1960.
- *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964..
- *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.



- *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.* Petrópolis: Editora Vozes, 1980
- CARDOSO, F.H. e FALETTU, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARONE, E. *A república liberal II (Evolução política).* São Paulo: Difel, 1985.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860 - 1913.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- COSTA, João Cruz. *Pequena história da República.* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- *Da senzala à colônia.* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo.* São Paulo: DIFEL, 1971.
- DECCA, Edgar S. de. *1930 - o silêncio dos vencidos.* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DOCUMENTOS IPEA. Programa de Ação Econômica do Governo 1964 - 1966 (Síntese). Rio de Janeiro, maio de 1965, nº 1.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil - 1930/1960.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado.* Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.* São Paulo: Dia Editora Nacional, 1974.
- *Os donos do poder.* Porto Alegre: Globo, São Paulo: EDUSP, 1975.
- FOOT, F. e LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil.* São Paulo: Global, 1982.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Kairós, 1983.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984
- GALVÃO, W.N. (org). *Euclides da Cunha: história.* São Paulo: Ática, 1984.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Ática, 1980.

- *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- *Bênêse de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HADDAD, Jamil Almansur. (org). *Os sermões*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- HAMBLOCH, Ernest. *Sua majestade o presidente do Brasil: um estudo do Brasil constitucional (1889-1934)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- HOLANDA, S.B. de et alli. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1960-1972.
- *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- 
- IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- LENHARD, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LIMA, M. Oliveira. *O Império brasileiro (1822-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- LOMBARDI, José Claudinei. *O Xavante e a política indigenista no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Piracicaba: Escola Superior "Luiz de Queiroz" da USP (mimeo), 1985.

- LUZ, Níxia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- NAGALHAES JR., R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- MARTINS, J.S. "O café e a gênese da industrialização em São Paulo". In: *Contexto*, nº 3, São Paulo: HUCITEC, julho 1977.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza de São Paulo: 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- MOTA, Carlo Guilherme. *Nordeste: 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801): estudo das formas de pensamento*. São Paulo: Cortez, 1989..
- (org). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.
- NABUCCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.
- *Um estadista do Império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1949.
- NOGUEIRA, M.A. (org). *FCB: vinte anos de política, 1958-1979 (documentos)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- PAIVA, Carlos Aguedo. "Do antigo sistema colonial português ao capitalismo tardio brasileiro: um processo de revolução ordenada". In: *Questões de Economia Política*, n.4. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- PAOLI, M.C. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros": In: LOPES, J.S.L. (org.) *Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro / São Paulo : UFRJ - Museu Nacional / Marco Zero, 1987.
- PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PETRONE, M.T.S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, DIFEL, 1968.
- PINHEIRO, P.S.(org). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- POKTO, Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção: Tudo é História).
- *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SAES, Flávio A.M. de. *As ferrovias de São Paulo (1870-1930)*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1885-1930*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1976.

----- *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII.* São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.

SANTOS, Ronaldo dos. *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da Economia Colonial.* Campinas: Unicamp (mimeo), s.d.

SCHWARZ, Roberto. *Do vencedor, as batatas.* São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, M.H. e CAMPOS, R. *A nova economia brasileira.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

----- *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Editora Nacional e Edusp, 1973.

SINGER, Paul. *A crise do milagre.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da Independência.* São Paulo: Difel, 1986.

----- *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1970.

SOLLA, Irineu Evangelista de, et alii. *Barão de Mauá: empresário e político.* São Paulo: Bianchi Editores, 1987.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba.* São Paulo: Brasiliense, 1961.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

----- *Acumulação de capital e industrialização no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

TAVARES, M.C. e ASSIS, J.C. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

URICOCHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e Miséria das Minas Gerais.* São Paulo: Brasiliense, 1981. (Col. Tudo é história, n. 28)

TAUNAY, Affonso de D. *Pequena história do café no Brasil.* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

EFFORI, Francisco C.. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.